

ANUÁRIO
estatístico
de Belo Horizonte

2000



PREFEITURA
BELO HORIZONTE
TRABALHO PELA VIDA
PLANEJAMENTO

_____ **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**

_____ **Secretaria Municipal de Planejamento**

Prefeito

Célio de Castro

Secretário Municipal de Planejamento

Maurício Borges Lemos

Secretário Municipal Adjunto de Planejamento

Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos

Diretor de Informações Técnicas

Samy Kopit Moscovitch

_____ **Apoio**

IPEAD - Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

Diretoria

Presidente: Prof. Clélio Campolina Diniz

Diretor: Prof. Wanderley Ramalho

Coordenador Administrativo, Contábil e Financeiro: Prof. Antônio Carlos Ferreira Carvalho

Coordenador de Pesquisa: Prof. Mário Velloso Costa

Anuário **estatístico** **de Belo Horizonte**

2000



Belo Horizonte
dezembro / 2000

Ficha Técnica

Coordenação

Leonardo Pontes Guerra - **Consultor IPEAD**
Lincoln Avelino de Barros - **Consultor IPEAD**
Samy Kopit Moscovitch - **Diretor do DITPL**

Equipe Técnica

DITPL - Departamento de Informações Técnicas da SMPL

Coordenação Executiva

Luciana Coury Abrahão

Equipe

Carla Andréa Ribeiro
Cecília de Fátima Ferreira Carvalho
Gláucia Machado de Araújo
Hébrida Verardo Fam
José Mariano Lomasso Costa
Judith Caldas Vieira Gomes
Lucília Gonçalves

Estagiários

Davidson Afonso de Ramos
Fabiana Maria de Souza Machado

Design gráfico

Glória Campos/*Mangá*

Composição eletrônica

Adriane Puresa/*Mangá*
Cláudia Paoliello/*Mangá*
Glória Campos/*Mangá*

Fotografia

Capa: Fotos gentilmente cedidas por Vist@erea
Miolo: Adão de Souza/*Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*

Ficha Catalográfica/Normalização

Lucília Azevedo

Impressão

Capa e mapas: Rona Editora
Miolo: Centro Gráfico da PBH

Acabamento

Frente e Verso

Tiragem

1000 exemplares

Ficha Catalográfica

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE.

Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Informações Técnicas, 2001. v. Ilust.

ANUAL

ISSN: 1518-9937

1. ANUÁRIO ESTATÍSTICO - BELO HORIZONTE

I- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

II- Título

CDU: 050.8

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte Secretaria Municipal de Planejamento

Av. Afonso Pena, 1212 – 4º andar – Centro
Belo Horizonte – MG – 31130-908 – (31) 3277 4256
www.pbh.gov.br / ditsmpl@pbh.gov.br

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas Utilizadas	9
Lista de Quadros e Tabelas	13
Lista de Mapas	21
Apresentação	23
Guia de Leitura	25
As Três Invenções de Belo Horizonte	27

SEÇÃO 1 Características Históricas e Territoriais 1.1

Características Históricas	1.2
Aspectos Históricos da Cidade	1.2
Aspectos Históricos da Administração	1.16
Características do Território	1.17
Posição, Extensão e Divisão Territorial	1.17
Meio Ambiente e Recursos Naturais	1.21
Dinâmica Espacial	1.29

SEÇÃO 2 Características Demográficas e Sócio-econômicas 2.1

Demografia	2.2
Distribuição Espacial da População	2.2
Estatísticas e Indicadores Demográficos	2.14
População de Rua	2.22
Saúde	2.29
Indicadores de Saúde	2.29
Educação	2.51
Indicadores Educacionais	2.51

_____ Habitação _____	2.57
_____ Características do Domicílio _____	2.57
_____ Outros Indicadores _____	2.60
_____ Segurança Pública _____	2.62
_____ Segurança Pública _____	2.62
_____ Movimento Eleitoral _____	2.65
_____ Eleições Municipais _____	2.65

SEÇÃO 3 Atividades Econômicas _____ 3.1

_____ Economia e Áreas Metropolitanas _____	3.2
_____ Indicadores Econômicos _____	3.14
_____ PIB _____	3.14
_____ Índices de Preços _____	3.19
_____ Trabalho e Rendimento _____	3.27
_____ Outros Indicadores _____	3.50
_____ Aspectos das Atividades Econômicas _____	3.58
_____ Energia _____	3.58
_____ Comércio _____	3.59
_____ Transportes _____	3.60
_____ Comunicações _____	3.65
_____ Outros Serviços _____	3.66

SEÇÃO 4 Planejamento e Desenvolvimento Urbano _____ 4.1

_____ Plano Diretor de Belo Horizonte _____	4.2
_____ Indicadores de Desenvolvimento Urbano _____	4.5
_____ IQVU/IVS _____	4.5
_____ IDH/ICV _____	4.22
_____ Principais Programas Sociais da PBH _____	4.24
_____ Educação e Cultura _____	4.24
_____ Programas de Desenvolvimento Social _____	4.32
_____ Intervenções Urbanas _____	4.52
_____ Aspectos da Infra-estrutura _____	4.52
_____ Intervenções e Serviços _____	4.56
_____ Orçamento Participativo _____	4.60

SEÇÃO 5	Relatórios Gerenciais da PBH	5.1
	Receita da PBH	5.2
	Despesas da PBH	5.3
	Síntese das Despesas Pagas	5.3
	Despesas Pagas com Pessoal da Administração Direta	5.5
	Despesas Pagas com Pessoal da Administração Indireta	5.7
	Despesas Pagas com Custeio da Administração Direta	5.9
	Despesas Pagas com Custeio da Administração Indireta	5.17
	Despesas Pagas com Investimento 1997-2000	5.25
	Despesas Pagas com Serviço da Dívida	5.33
	Despesas Pagas não Reclassificadas	5.34
	Despesas das Unidades Orçamentárias da PBH	5.35
	Relação de Fontes	I
	Referências Bibliográficas	V
	Agradecimentos Especiais	VII

Lista de Abreviaturas e Siglas Utilizadas

AGM – Auditoria Geral do Município

AM – Assistência Militar

AMAS - Associação Municipal de Assistência Social

AMBH – Área Metropolitana de Belo Horizonte

ARB - Administração Regional Barreiro

ARCS - Administração Regional Centro-Sul

ARL - Administração Regional Leste

ARN - Administração Regional Norte

ARNE - Administração Regional Nordeste

ARNO - Administração Regional Noroeste

ARO - Administração Regional Oeste

ARP - Administração Regional Pampulha

ARVN - Administração Regional Venda Nova

ASSCS – Assessoria de Comunicação Social

BACEN – Banco Central do Brasil

BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

BEPREM - Beneficência da Prefeitura de Belo Horizonte

BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

BIM/IBGE - Banco de Informações Municipais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CEDEPLAR/UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Universidade Federal de Minas Gerais

CEI/FJP - Centro de Estatística e Informação da Fundação João Pinheiro

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CERSAM – Centro de Referência em Saúde Mental

CGM – Corregedoria Geral do Município

CID – Código Internacional de Doenças

CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte

CMDC - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CMH - Conselho Municipal de Habitação

CODECOM - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente

COMDECON - Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana

COPASA/MG - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

DEPLAR / SMSA – Departamento de Planejamento e Regulação da SMSA

DER/MG – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

DETRAN/MG – Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/Escritório Regional de Minas Gerais

DITPL - Departamento de Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Planejamento

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FACE / UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

FCEMG - Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FJP - Fundação João Pinheiro

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

FMSA – Fundo Municipal de Saúde

FTU – Fundo de Transporte Urbano

FZB-BH - Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte

GP – Gabinete do Prefeito

GVP – Gabinete do Vice-Prefeito

HOB - Hospital Municipal Odilon Behrens

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV – Índice de Condições de Vida

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGA - Instituto de Geociências Aplicadas

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPCR – Índice de Preços ao Consumidor Restrito

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEAD - Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IQVU/BH – Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte

IVS/BH – Índice de Vulnerabilidade Social de Belo Horizonte

IVS/BH – Índice de Vulnerabilidade Social de Belo Horizonte

LESTE/IGC – Laboratório de Estudos Territoriais do IGC / UFMG

LMIC / BH – Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

NEP/SMSA – Núcleo de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde

OP – Orçamento Participativo

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PGM – Procuradoria Geral do Município

PIB – Produto Interno Bruto

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

PUC/MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RRMBH – Resto da Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/São Paulo

SIA / SUS – Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS

SIM - Sistema de Informação de Mortalidade
SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos
SINDUSCON/MG – Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais
SLU – Superintendência de Limpeza Urbana
SMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento
SMACON - Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra
SMAD – Secretaria Municipal de Administração
SMAU - Secretaria Municipal de Atividades Urbanas
SMC - Secretaria Municipal de Cultura
SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMED – Secretaria Municipal de Educação
SMES - Secretaria Municipal de Esportes
SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda
SMGO – Secretaria Municipal de Governo
SMIC – Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
SMPL - Secretaria Municipal de Planejamento
SMSA - Secretaria Municipal de Saúde
SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUS – Sistema Único de Saúde
TRE-MG – Tribunal Regional Eleitoral do estado de Minas Gerais
UP – Unidade de Planejamento
URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

Lista de Quadros e Tabelas

Seção 1 . Características Históricas e Territoriais

Características Históricas

Quadro 1.1 - Prefeitos da capital por período - 1897-2000	1.16
---	------

Características do território

Quadro 1.2 - Distância em linha reta entre Belo Horizonte e as capitais do país	1.17
Quadro 1.3 - Distância rodoviária de Belo Horizonte aos municípios da região metropolitana e principais estradas de acesso	1.17
Quadro 1.4 - Distância rodoviária de Belo Horizonte aos municípios mais populosos do Estado	1.18
Quadro 1.5 - Extensão territorial dos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte	1.18
Quadro 1.6 - Relação dos bairros de Belo Horizonte por região administrativa e unidade de planejamento	1.19
Quadro 1.7 - Síntese das características físicas do município de Belo Horizonte	1.21
Quadro 1.8 - Áreas livres de uso público por região administrativa no município de Belo Horizonte - 2000	1.22
Quadro 1.9 - Área verde por região administrativa e unidade de planejamento em Belo Horizonte - 1994	1.23
Quadro 1.10 - Bacias hidrográficas elementares de Belo Horizonte - 2000	1.27
Tabela 1.1 - Variações da temperatura do ar em Belo Horizonte - 1994-1999	1.24
Tabela 1.2 - Principais observações meteorológicas em Belo Horizonte - 1994-1999	1.25
Tabela 1.3 - Variações da precipitação pluviométrica em Belo Horizonte - 1994-1999	1.26

Seção 2 . Características Demográficas e Socioeconômicas

Demografia

Tabela 2.1 - População residente em Belo Horizonte por região administrativa - 1991/1996	2.14
Tabela 2.2 - Distribuição da população residente em Belo Horizonte segundo sexo, faixa etária e região administrativa - 1996	2.15
Tabela 2.3 - Distribuição da população em Belo Horizonte por região administrativa e cor - 1991	2.16
Tabela 2.4 - População residente em Belo Horizonte por região administrativa, unidade de planejamento e sexo - 1996	2.17
Tabela 2.5 - Proporção da população acima de 65 anos de idade, segundo região administrativa Belo Horizonte - 1991/1996	2.19
Tabela 2.6 - Taxa de Fecundidade Total (TFT) e taxas específicas por idade (por mil) Belo Horizonte - 1992/1994/1996	2.19
Tabela 2.7 - Área total, população e densidade demográfica dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1950/1960/1970/1980/1991/1996	2.20

_____ Tabela 2.8 - Número de moradores de rua por tipo de local utilizado para pernoite ou permanência e região administrativa - Belo Horizonte - 1998 _____	2.22
_____ Tabela 2.9 - Número de locais de pernoite e permanência dos moradores de rua, segundo região administrativa - Belo Horizonte - 1998 _____	2.22
_____ Tabela 2.10 - Distribuição dos moradores de rua segundo local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998 _____	2.23
_____ Tabela 2.11 - População de rua segundo sexo e tipo de local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998 _____	2.23
_____ Tabela 2.12 - Composição da população de rua segundo a cor e local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998 _____	2.23
_____ Tabela 2.13 - Distribuição etária da população de rua segundo tipo de local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998 _____	2.24
_____ Tabela 2.14 - População de rua adulta segundo sexo e alfabetização - Belo Horizonte - 1998 _____	2.24
_____ Tabela 2.15 - População de rua adulta por sexo e escolaridade - Belo Horizonte - 1998 _____	2.25
_____ Tabela 2.16 - População de rua por sexo e região de origem - Belo Horizonte - 1998 _____	2.25
_____ Tabela 2.17 - População de rua não nascida em Belo Horizonte segundo sexo e tempo de residência no município - Belo Horizonte - 1998 _____	2.26
_____ Tabela 2.18 - População de rua por sexo e atividade exercida - Belo Horizonte - 1998 _____	2.26
_____ Tabela 2.19 - População de rua por tipo de local de pernoite e permanência segundo tipo de serviço de saúde ao qual já recorreu - Belo Horizonte - 1998 _____	2.27
_____ Tabela 2.20 - População de rua por local de pernoite e permanência e existência de menores sob sua responsabilidade - Belo Horizonte - 1998 _____	2.27
_____ Tabela 2.21 - Distribuição etária da população com idade inferior a 18 anos que vive sob responsabilidade de moradores de rua, segundo local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998 _____	2.28
_____ Tabela 2.22 - Distribuição etária da população com idade inferior a 18 anos que vive sob a responsabilidade de moradores de rua, segundo frequência à escola - Belo Horizonte - 1998 _____	2.28

_____ Saúde

_____ Tabela 2.23 - Distribuição das unidades assistenciais do SUS/BH, segundo setor e tipo de unidade - Belo Horizonte - 1998 _____	2.29
_____ Tabela 2.24 - Unidades assistenciais ambulatoriais (próprias) da Secretaria Municipal de Saúde - Belo Horizonte - 2000 _____	2.29
_____ Tabela 2.25 - Distribuição dos atendimentos realizados pelo resgate por faixa etária Belo Horizonte - 1999 _____	2.29
_____ Tabela 2.26 - Frequência de atendimentos ambulatoriais (básicos, de média e de alta complexidade) realizados pelo SUS-BH na rede própria, contratada e conveniada - Belo Horizonte - 1999 _____	2.30
_____ Tabela 2.27 - Principais causas de internações hospitalares realizadas pela Central de Internação nos Hospitais do SUS - Belo Horizonte - 1999 _____	2.31
_____ Tabela 2.28 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1996 _____	2.32
_____ Tabela 2.29 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1997 _____	2.34
_____ Tabela 2.30 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1998 _____	2.36
_____ Tabela 2.31 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1999 _____	2.38
_____ Tabela 2.32 - Caracterização dos nascidos vivos em Belo Horizonte - 1992-1999 _____	3.40
_____ Tabela 2.33 - Número de óbitos, população e coeficiente de mortalidade geral - Belo Horizonte - 1993-1997 _____	2.41
_____ Tabela 2.34 - Número de óbitos por faixa etária e sexo - Belo Horizonte - 1993-1997 _____	2.41

_____ Tabela 2.35 - Número de óbitos por causa - Belo Horizonte - 1996-1998 _____	2.42
_____ Tabela 2.36 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1993 _____	2.43
_____ Tabela 2.37 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1994 _____	2.44
_____ Tabela 2.38 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1995 _____	2.45
_____ Tabela 2.39 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1996 _____	2.46
_____ Tabela 2.40 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1997 _____	2.47
_____ Tabela 2.41 - Distribuição dos óbitos segundo período de ocorrência e taxa de mortalidade infantil - Belo Horizonte - 1993-1998 _____	2.48
_____ Tabela 2.42 - Coeficiente de mortalidade infantil por distrito sanitário - Belo Horizonte - 1993-1997 _____	2.49
_____ Tabela 2.43 - Coeficiente de mortalidade neonatal por distrito sanitário - Belo Horizonte - 1993-1997 _____	2.49
_____ Tabela 2.44 - Coeficiente de mortalidade infantil tardia por distrito sanitário - Belo Horizonte - 1993-1997 _____	2.50
_____ Tabela 2.45 - Distribuição dos óbitos neo-natais e pós-neo-natais segundo causa básica - Belo Horizonte - 1993-1997 _____	2.50

Educação

_____ Tabela 2.46 - Média de anos de estudos da população residente com 4 anos ou mais de idade segundo sexo, faixa etária e condição no domicílio - Belo Horizonte - 1996 _____	2.51
_____ Tabela 2.47 - População residente com 4 anos ou mais de idade segundo anos de estudo - Belo Horizonte - 1996 _____	2.51
_____ Tabela 2.48 - População residente por grau e série de estudo que frequenta - Belo Horizonte - 1996 _____	2.52
_____ Tabela 2.49 - Número de matrícula inicial por dependência administrativa - Belo Horizonte - 1996 _____	2.53
_____ Tabela 2.50 - Evolução da matrícula efetiva das redes municipal e estadual de ensino - Belo Horizonte - 1989-1998 _____	2.54
_____ Tabela 2.51 - Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa - Belo Horizonte - 1996 _____	2.56
_____ Tabela 2.52 - Evolução do número de escolas municipais, por nível de ensino e região administrativa - Belo Horizonte - 1993/1998 _____	2.56

Habitação

_____ Tabela 2.53 - Número de domicílios por região administrativa segundo o tipo - Belo Horizonte - 1996 _____	2.57
_____ Tabela 2.54 - Domicílios, população e área de vilas/favelas, conjuntos habitacionais populares e aglomerados do município de Belo Horizonte por região administrativa - 1993 _____	2.57
_____ Tabela 2.55 - Número de domicílios particulares permanentes por quantidade de moradores - Belo Horizonte - 1996 _____	2.58
_____ Tabela 2.56 - Média de pessoas residentes por tipo de unidade e situação domiciliar - Belo Horizonte - 1996 _____	2.58
_____ Tabela 2.57 - Número de domicílios particulares permanentes por faixa etária do chefe de domicílio - Belo Horizonte - 1996 _____	2.58
_____ Tabela 2.58 - Número de domicílios particulares permanentes por sexo do chefe de domicílio - Belo Horizonte - 1996 _____	2.59
_____ Tabela 2.59 - Domicílios particulares permanentes segundo condições de saneamento básico Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil - 1998 _____	2.59
_____ Tabela 2.60 - Total de área licenciada por categoria de uso - Belo Horizonte - 1995-2000 _____	2.60
_____ Tabela 2.61 - Área licenciada anual por região administrativa - Belo Horizonte - 1995-2000 _____	2.60
_____ Tabela 2.62 - Área total anual de baixa de construção por tipo e região administrativa - Belo Horizonte - 1995-2000 _____	2.61

Segurança Pública

Tabela 2.63 - Taxa de ocorrências segundo o tipo, por grupo de 10.000 habitantes - Belo Horizonte - 1996	2.63
Tabela 2.64 - Proporção da população que se considera insegura ou parcialmente insegura no bairro onde vive - Belo Horizonte - 1999	2.64
Tabela 2.65 - Proporção da população que considera o bairro onde vive violento ou parcialmente violento - Belo Horizonte - 1999	2.64
Tabela 2.66 - Proporção da população que se considera insegura ou parcialmente insegura - Belo Horizonte - 1999	2.64
Tabela 2.67 - Proporção da população que considera Belo Horizonte uma cidade violenta ou parcialmente violenta - 1999	2.64

Movimento Eleitoral

Tabela 2.68 - Evolução do eleitorado e comparecimento às eleições em Belo Horizonte - 1994-2000	2.65
Tabela 2.69 - Votação para prefeito nas eleições municipais de Belo Horizonte por turno e região administrativa - 2000	2.65
Tabela 2.70 - Votação dos vereadores eleitos em Belo Horizonte por região administrativa - 2000	2.66

Seção 3 . Atividades Econômicas

Indicadores Econômicos

Quadro 3.01 - Dados utilizados na mensuração do PIB por subsetor	3.14
Gráfico 3.01 - Evolução do PIB de Belo Horizonte - 1993-1999	3.15
Gráfico 3.02 - Taxas de crescimento anuais do PIB de Belo Horizonte - 1993-1999	3.15
Tabela 3.01 - Evolução do Produto Interno Bruto por classe e ramo de atividade - Belo Horizonte - 1993-2000	3.16
Tabela 3.02 - Composição do Produto Interno Bruto por classe e ramo de atividade - Belo Horizonte - 1993-2000	3.17
Tabela 3.03 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, por classe e ramo de atividade - Belo Horizonte - 1994-1999	3.18
Tabela 3.04 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA por índice geral e gênero - Belo Horizonte - 1994-2000	3.19
Tabela 3.05 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR por índice geral e gênero - Belo Horizonte - 1994-2000	3.23
Tabela 3.06 - Estimativas básicas da população ativa - Belo Horizonte - 1998/1999	3.27
Tabela 3.07 - Taxas de participação (PEA/PIA), segundo posição no domicílio, sexo, idade, cor, tempo de residência e grau de instrução - Belo Horizonte - 1998/1999	3.28
Tabela 3.08 - Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação, setor de atividade econômica, faixa etária e grau de instrução - Belo Horizonte - 1998/1999	3.29
Tabela 3.09 - Distribuição dos ocupados, segundo setores e subsetores de atividade econômica - Belo Horizonte - 1998/1999	3.30
Tabela 3.10 - Rendimento real médio dos ocupados e dos assalariados - Belo Horizonte - 1998/1999	3.31
Tabela 3.11 - Rendimento real médio dos ocupados e assalariados por percentis - Belo Horizonte - 1998/1999	3.32
Tabela 3.12 - Distribuição da população desempregada segundo experiência anterior, posição no domicílio, sexo, idade, cor, tempo de residência e grau de instrução - Belo Horizonte - 1998/1999	3.32
Tabela 3.13 - Distribuição da população desempregada com experiência anterior, segundo ocupação e setor de atividade anterior - Belo Horizonte - 1998/1999	3.33
Tabela 3.14 - Estimativas básicas da população ativa - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999	3.33

_____ Tabela 3.15 - Estimativa da população ocupada segundo setor de atividade econômica - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999 _____	3.34
_____ Tabela 3.16 - Distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica e posição na ocupação - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000 _____	3.34
_____ Tabela 3.17 - Índices do nível de ocupação por setores de atividade econômica e posição na ocupação - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000 _____	3.35
_____ Tabela 3.18 - Distribuição da população desempregada segundo experiência anterior, posição no domicílio, sexo, idade, cor, tempo de residência e grau de instrução - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999 _____	3.37
_____ Tabela 3.19 - Taxas de desemprego por tipo - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, Belo Horizonte e demais municípios da RMBH - 1996-2000 _____	3.38
_____ Tabela 3.20 - Taxas de desemprego por sexo, idade, posição no domicílio e experiência anterior de trabalho - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000 _____	3.40
_____ Tabela 3.21 - Estimativa da população em idade ativa, economicamente ativa, ocupada, desempregada e inativa maior de 10 anos e taxas globais de participação e de desemprego total - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000 _____	3.41
_____ Tabela 3.22 - Taxas de participação da população em idade ativa e economicamente ativa por atributos pessoais - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000 _____	3.43
_____ Tabela 3.23 - Rendimento real médio da população ocupada e assalariada - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999 _____	3.45
_____ Tabela 3.24 - Rendimento real da população ocupada e assalariada por percentis - Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999 _____	3.46
_____ Tabela 3.25 - Distribuição dos ocupados segundo posição no trabalho principal - Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998 _____	3.46
_____ Tabela 3.26 - Taxa de desemprego total - Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998 _____	3.47
_____ Tabela 3.27 - Taxa de desemprego segundo tipo de desemprego, posição no domicílio, sexo e idade - Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998 _____	3.48
_____ Tabela 3.28 - Rendimento nominal médio trimestral dos assalariados no trabalho principal - Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998 _____	3.48
_____ Tabela 3.29 - Tempo médio e mediano dispendido na procura de trabalho pelos desempregados - Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998 _____	3.49
_____ Tabela 3.30 - Valor e variação mensal da cesta básica - Belo Horizonte - 1995-2000 _____	3.50
_____ Tabela 3.31 - Número índice e variação mensal do Custo Unitário Básico de Construção - CUB, de material e de mão de obra - Belo Horizonte - 1994-2000 _____	3.51
_____ Tabela 3.32 - Variação de oferta e de preços de aluguéis para imóveis residenciais e comerciais - Belo Horizonte - 1998-2000 _____	3.54
_____ Tabela 3.33 - Valor da arrecadação mensal de ICMS - Belo Horizonte - 1998-2000 _____	3.55
_____ Tabela 3.34 - Valor da arrecadação mensal de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Belo Horizonte - 1998-2000 _____	3.55
_____ Tabela 3.35 - Número de falências distribuídas e decretadas, concordatas distribuídas e deferidas - Belo Horizonte - 1995-1999 _____	3.56
_____ Tabela 3.36 - Número e percentual de unidades locais por tipo - Belo Horizonte - 1996 _____	3.57
_____ Tabela 3.37 - Número e percentual de pessoal ocupado em unidades locais por faixa de pessoal - Belo Horizonte - 1996 _____	3.57

Aspectos das Atividades Econômicas

Tabela 3.38 - Consumo de energia elétrica e número de consumidores por tipo de ligação - Belo Horizonte - 1995-2000	3.58
Tabela 3.39 - Índice de consumo no comércio varejista - Faturamento real da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1997-1999	3.59
Tabela 3.40 - Número de veículos em circulação por categoria, ano de fabricação e tipo - Belo Horizonte - 2000	3.60
Tabela 3.41 - Características físico-operacionais do sistema de transporte coletivo - Belo Horizonte - 2000	3.60
Tabela 3.42 - Idade média em anos da frota de ônibus por órgão controlador - Belo Horizonte - 1995-1999	3.61
Tabela 3.43 - Características operacionais do sistema de táxi - Belo Horizonte - 1994-2000	3.61
Tabela 3.44 - Número de condutores e permissionários do sistema de táxi - Belo Horizonte - 1999/2000	3.61
Tabela 3.45 - Características operacionais do sistema de transporte escolar - Belo Horizonte - 1995-2000	3.62
Tabela 3.46 - Número de escolas cadastradas e atendidas pelo sistema de transporte escolar - Belo Horizonte / Contagem - 1997-1999	3.62
Tabela 3.47 - Movimento operacional do aeroporto internacional Tancredo Neves, por número de passageiros, carga, aeronaves e vôos - 1997-2000	3.63
Tabela 3.48 - Movimento operacional do aeroporto da Pampulha, por número de passageiros, carga, correio, bagagem e aeronaves - Belo Horizonte - 1999	3.64
Tabela 3.49 - Resumo do tráfego de serviços postais - Belo Horizonte - 1996-2000	3.65
Tabela 3.50 - Rede de unidades de serviços postais por tipo de unidade - Belo Horizonte - 1995-2000	3.65
Tabela 3.51 - Número de sedes de instituições financeiras por especificação - Belo Horizonte - 2000	3.66
Tabela 3.52 - Número de agências bancárias por região administrativa - Belo Horizonte - 2000	3.66
Tabela 3.53 - Oferta hoteleira por padrão - Belo Horizonte - 2000	3.67
Tabela 3.54 - Espaços culturais, de lazer e de informação por tipo - Belo Horizonte - 2000	3.67

Seção 4 . Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Indicadores de Desenvolvimento Urbano

Quadro 4.1 - Indicadores utilizados no cálculo dos índices que compõem o IDH	4.22
Quadro 4.2 - Composição do ICV, conforme os blocos básicos e os indicadores censitários utilizados	4.22
Quadro 4.3 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, por região administrativa - Belo Horizonte - 1980-1991	4.23
Quadro 4.4 - Índice de Condições de Vida - ICV, por região administrativa - Belo Horizonte - 1980-1991	4.23

Principais Programas Sociais da PBH

Quadro 4.5 - Evolução da demanda à Lei Municipal de Incentivo à Cultura - Belo Horizonte - 1996-2000	4.29
Quadro 4.6 - Evolução dos valores totais aprovados na Lei Municipal de Incentivo à Cultura - Belo Horizonte - 1995 - 2000	4.29
Quadro 4.7 - Atividades e projetos da Secretaria Municipal de Cultura - Belo Horizonte - 2000	4.30
Tabela 4.1 - Resultados gerais dos programas da SMAB - Média Mensal - Belo Horizonte - 1999	4.32
Tabela 4.2 - Resultados dos programas Abastecer, Comboio do Trabalhador, Cestão Popular - Média Mensal - Belo Horizonte - 1998-2000	4.33
Tabela 4.3 - Evolução dos resultados do Programa de Merenda Escolar - Belo Horizonte - 2000	4.34

_____ Tabela 4.4 - Evolução anual dos resultados do Restaurante Popular - Belo Horizonte - 1994-2000 _____	4.34
_____ Tabela 4.5 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim de acordo com o sexo - Belo Horizonte _____	4.38
_____ Tabela 4.6 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim, de acordo com a faixa etária - Belo Horizonte _____	4.38
_____ Tabela 4.7 - Total de atendidos pelo Miguilim de acordo com a escolaridade - Belo Horizonte _____	4.38
_____ Tabela 4.8 - Total de atendidos pelo Miguilim de acordo com a procedência - Belo Horizonte _____	4.38
_____ Tabela 4.9 - Total de atendidos pelo Miguilim de acordo com a procedência por região de BH _____	4.39
_____ Tabela 4.10 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim, de acordo com a trajetória de rua - Belo Horizonte _____	4.39
_____ Tabela 4.11 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim, de acordo com a situação de moradia - Belo Horizonte _____	4.39
_____ Tabela 4.12 - Encaminhamentos realizados pelo Miguilim - Belo Horizonte _____	4.39
_____ Tabela 4.13 - Avaliação geral do Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida _____	4.40
_____ Tabela 4.14 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por faixa etária _____	4.40
_____ Tabela 4.15 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por número de atendimentos por sexo _____	4.40
_____ Tabela 4.16 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por trajetória de rua _____	4.41
_____ Tabela 4.17 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por escolaridade _____	4.41
_____ Tabela 4.18 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por tipos de atos infracionais _____	4.41
_____ Tabela 4.19 - Ano de início, número de participantes e faixa de retirada das Cooperativas do projeto Geração de Renda nos anos de 1997 - 2000 _____	4.43
_____ Tabela 4.20 - Número de alunos por curso e faixa etária segundo o programa de profissionalização - 1998 - 2000 _____	4.44
_____ Tabela 4.21 - Número de alunos por curso e faixa etária segundo o programa de profissionalização, cursos oferecidos pelo FAT - 1998-2000 _____	4.44
_____ Tabela 4.22 - Número de vagas e número de atendimentos por projetos/ações do programa Geração de Trabalho e Renda de 1997-2000 _____	4.45
_____ Tabela 4.23 - Tipos de obras realizadas, número de creches atendidas, número de crianças beneficiadas e custo por região administrativa do Projeto Tijolo com Tijolo - 1997 a 2000 _____	4.46
_____ Tabela 4.24 - Número de brinquedotecas e número de crianças beneficiadas com o programa Brinquedoteca por região administrativa - 1997-2000 _____	4.47
_____ Tabela 4.25 - Número de creches e número de crianças atendidas com o projeto Saúde Bucal (ações preventivas) por região administrativa - 1997-2000 _____	4.47
_____ Tabela 4.26 - Número de creches e número de crianças atendidas com o projeto Saúde Bucal por região administrativa - 1997-2000 _____	4.48
_____ Tabela 4.27 - Número de creches capacitadas, número de adultos capacitados e número de crianças beneficiadas com o projeto Gerente Comunitário por região administrativa - 1997-2000 _____	4.48
_____ Tabela 4.28 - Número de equipamentos esportivos por região administrativa - Belo Horizonte - 1996 _____	4.50
_____ Quadro 4.8 - Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra _____	4.51

Intervenções Urbanas

_____ Tabela 4.29 - Estrutura das vias de Belo Horizonte, por região administrativa e unidade de planejamento - 1998 _____	4.52
--	------

_____ Tabela 4.30 - Dados gerais sobre abastecimento de água em Belo Horizonte - 1999-2000 _____	4.54
_____ Tabela 4.31 - Número e índice mensal de ligações de água em Belo Horizonte - 1993-2000 _____	4.55
_____ Tabela 4.32 - Programa estrutural para áreas de risco - Atendimento - Belo Horizonte - 2000 _____	4.56
_____ Tabela 4.33 - Programa estrutural em áreas de risco - Reassentamento - Belo Horizonte - 2000 _____	4.56
_____ Tabela 4.34 - Programa Orçamento Participativo da Habitação - Belo Horizonte - 1996/2000 _____	4.56
_____ Tabela 4.35 - PROAS - Demonstrativo de Produção - Belo Horizonte - 1995/2000 _____	4.57
_____ Tabela 4.36 - Planos Globais - Belo Horizonte - 2000 _____	4.57
_____ Tabela 4.37 - Programa Habitacional de Autogestão - previsão de obras - Belo Horizonte - 2000 _____	4.57
_____ Tabela 4.38 - Produção de moradias por autogestão - obras concluídas - Belo Horizonte - 2000 _____	4.58
_____ Tabela 4.39 - Programa de Regularização Fundiária - Belo Horizonte - 2000 _____	4.58
_____ Tabela 4.40 - Mão de obra direta e indireta a serviço da limpeza urbana - Belo Horizonte - 1996-1999 _____	4.59
_____ Tabela 4.41 - Quantidade de resíduos coletados por tipo de coleta - Belo Horizonte - 1997-1999 _____	4.59
_____ Tabela 4.42 - Resumo das obras concluídas do Orçamento Participativo por região administrativa e tipo de empreendimento - Belo Horizonte - 1994-2000 _____	4.65

Seção 5 . Relatórios Gerenciais da PBH

_____ Receitas da PBH

_____ Tabela 5.1 - Demonstrativo da receita executada - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.2
---	-----

_____ Despesas da PBH

_____ Tabela 5.2 - Síntese das despesas pagas - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.3
_____ Tabela 5.3 - Despesas pagas com pessoal da Administração Direta - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.5
_____ Tabela 5.4 - Despesas pagas com pessoal da Administração Indireta - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.7
_____ Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.9
_____ Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.17
_____ Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.25
_____ Tabela 5.8 - Despesas pagas - serviço da dívida - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.33
_____ Tabela 5.9 - Despesas não reclassificadas - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.34
_____ Tabela 5.10 - Síntese das despesas pagas por unidade orçamentária - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000 _____	5.35

Lista de Mapas

1.1 - Divisão política da região metropolitana de Belo Horizonte e divisão do município por região administrativa e unidade de planejamento	1.31
1.2 - Características gerais do ambiente físico de Belo Horizonte	1.33
1.3 - Macrodrenagem de Belo Horizonte e bacias elementares	1.35
1.4 - Evolução da ocupação e da mancha urbana de Belo Horizonte - 1918/1995	1.37
2.1 - Pirâmides etárias da população por região administrativa do município de Belo Horizonte - 1996	2.67
2.2 - Criminalidade e segurança pública por região administrativa -1996	2.69
2.3.1 - Número e proporção de votos para prefeito e vice-prefeito eleitos por turno, local de votação e região administrativa de Belo Horizonte - 2000	2.71
2.3.2 - Número de votos dos vereadores eleitos por partido, local de votação e região administrativa de Belo Horizonte - PT, PSB - 2000	2.73
2.3.3 - Número de votos dos vereadores eleitos por partido, local de votação e região administrativa de Belo Horizonte - PSDB, PTN, PV, PSC - 2000	2.75
2.3.4 - Número de votos dos vereadores eleitos por partido, local de votação e região administrativa de Belo Horizonte - PL, PC do B, PSD, PST - 2000	2.77
2.3.5 - Número de votos dos vereadores eleitos por partido, local de votação e região administrativa de Belo Horizonte - PPS, PFL, PT, PMN - 2000	2.79
2.3.6 - Número de votos dos vereadores eleitos por partido, local de votação e região administrativa de Belo Horizonte - PMDB, PRTB, PPB - 2000	2.81
4.1 - Plano Diretor de Belo Horizonte - 1996	4.69
4.2.1 - Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte - IQVU/BH - 1994	4.71
4.2.2 - Variáveis do Índice de Qualidade de Vida Urbana - IQVU/BH - 1994	4.73
4.2.3 - Variáveis do Índice de Qualidade de Vida Urbana - IQVU/BH - 1994	4.75
4.3.1 - Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte 2000, IVS e dimensões de cidadania	4.77
4.3.2 - Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte 2000 - caracterização demográfica	4.79
4.3.3 - Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte 2000 - representações especiais	4.81
4.4 - Obras do Orçamento Participativo em Belo Horizonte - 1994-1999	4.83

Apresentação



Democratizando as informações

Qual a realidade em que se sustenta a nossa acolhedora cidade? Com base em que informações apoiamos o planejamento e a organização disciplinada de Belo Horizonte? A partir de agora, urbanistas, estatísticos e demais especialistas da área, e o público em geral, passam a contar com o Anuário Estatístico de Belo Horizonte - uma fonte oficial e rigorosa de dados e referências sobre a cidade em seus diferentes aspectos. Levantamentos, estudos e pesquisas de fontes governamentais e privadas – coordenados pela Secretaria Municipal de Planejamento – dão um conteúdo essencial a esta obra.

Vale lembrar que, com o Anuário, corrigimos uma lacuna que data de 1985, quando a PBH publicou *o Perfil de Belo Horizonte*, infelizmente sem continuidade. Para suprir essa carência, o Anuário incorpora instrumentos atuais de gestão, com o uso da tecnologia de informação na sua sistematização e na produção de mapas e diagramas. O objetivo é facilitar a percepção e o conhecimento das características do espaço urbano.

A disponibilização ampla de informações técnicas e gerenciais requer esforços significativos, plenamente justificados, por serem essenciais ao acompanhamento do desempenho da administração e ao monitoramento e gestão de políticas públicas urbanas.

O Anuário Estatístico de Belo Horizonte é mais um passo na busca da democratização de informações, o que resulta na transparência das relações entre a Prefeitura e a cidade.

Célio de Castro
Prefeito de Belo Horizonte

Guia de Leitura

O Plano Geral de Informações Estatísticas e Gerenciais da SMPL

O conhecimento da realidade do município, em seus diferentes aspectos, é essencial ao desempenho do governo e, especialmente, da função de planejamento. Neste sentido, a sistematização da produção e da divulgação de informações no âmbito da administração municipal são elementos chave. Este é o objetivo do Plano Geral de Informações Estatísticas e Gerenciais da Secretaria Municipal de Planejamento, no qual se integra esta edição do Anuário Estatístico de Belo Horizonte 2000.

O Anuário representa uma etapa importante do Plano. Em primeiro lugar, porque sistematiza, nos limites da disponibilidade atual, um conjunto significativo de informações de natureza estatística, geográfica e gerencial sobre a cidade e a administração municipal, cobrindo uma parte significativa da demanda informacional da SMPL. E, o mais importante, disponibilizando o resultado para a cidade.

Critérios para a estruturação do Anuário

Cinco critérios básicos orientam a estruturação e a composição desta versão do Anuário. O primeiro, em termos de sua estrutura, é a *comparabilidade*: a agregação temática que torne mais facilmente comparável, com as publicações que abrangem o estado ou o país, o maior número possível de informações. O segundo critério, em termos do conteúdo das informações, é a sua *relevância* para o conhecimento da cidade e, corolariamente, a sua significação para a administração local. Terceiro, a possibilidade de *agregação de valor* às informações censitárias ou gerais. Isto é feito principalmente com a inclusão dos indicadores e levantamentos realizados no âmbito da própria SMPL, como no caso do PIB municipal, do IQVU e do IVS, ou da distribuição espacial intra-urbana dos dados, por regiões administrativas ou unidades de planejamento. A *disponibilidade* das informações para esta primeira versão é o quarto critério: existem lacunas que não foi possível compor, considerando a atual estrutura de produção de informações. E, por fim, a *ampliação* da visão sobre aspectos fundamentais, com a inclusão de estudos de importantes colaboradores em diferentes temas.

A estrutura do Anuário

As informações estão organizadas no Anuário, de forma hierárquica, em Seções, Temas e Capítulos. São cinco grandes seções, que se dividem em temas, por sua vez subdivididos em capítulos. Assim, as informações - apresentadas em textos, tabelas, quadros, mapas e gráficos - estão contidas nos respectivos capítulos.

Uma breve apresentação introduz cada seção, buscando fornecer ao leitor as razões de sua ordenação interna.

Optou-se por identificar cada componente de informação seqüencialmente dentro de cada seção. Tabelas ou quadros contidos nos textos estão seqüenciados internamente em cada texto. A relação de quadros, tabelas e mapas é apresentada em seguida ao Sumário Geral. As coleções de mapas, por sua vez, são encartadas ao final de cada seção.

Em relação à bibliografia, as referências relativas a cada texto estão contidas no próprio texto, sendo as referências bibliográficas gerais apresentadas na parte final, em conjunto com as relações de colaboradores e de fontes utilizadas.

As Três Invenções de Belo Horizonte

João Antonio de Paula*

Roberto Luís de Melo Monte-Mór*

Belo Horizonte foi inventada três vezes. A primeira vez foi a *invenção política* (1897-1914) – obra da República que queria demarcar o início de novos tempos, superar o passado colonial-imperial tido como fator de atraso e estagnação. Depois foi a *invenção mercantil* (1914-1980): a privatização de serviços, o domínio dos interesses econômicos, a modernização e a verticalização da cidade, a expansão da infraestrutura material e a industrialização.

A terceira *invenção* é a *social* – que tendo antecedentes nas lutas sociais, que resistiram à tendência excedente, que marca o projeto da cidade desde o início, consolidou-se nos anos 80-90 pela emergência de uma série de iniciativas democrático-populares.

É possível que alguém, zeloso de continuidades, reivindique uma outra invenção: a *invenção colonial*. Esta seria parte da extensa obra bandeirante e colocaria o velho Arraial do Curral del Rei, nascido de sesmaria concedida em 1701, como a primeira invenção da cidade. Se é possível, com algum fundamento, considerar isto, é, sobretudo, num certo sentido de história. É como memória, como resistência, como liberdade, como alteridade, como recusa em aceitar a violência da exclusão, que é possível pensar a permanência do velho arraial demolido pela sanha modernizadora da *Comissão Construtora da Nova Capital*. Para Aarão Reis a nova cidade, que se estava erguendo, nada devia lembrar o velho arraial, as casas e as gentes do arraial deviam ceder lugar ao novo. Disse o padre Francisco Martins Dias, testemunha dos primeiros tempos da cidade:

“Mais de uma vez ouvimo-lo (Aarão Reis) dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, que e que tratasse o povo de ir se retirando...”. (DIAS, 1897, p. 84)

O fato é que nada restou do velho arraial, até a velha matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, do século XVIII, centro simbólico e da sociabilidade do velho arraial, caiu, senão no momento da construção da nova capital, algum tempo depois, 1921, para satisfazer aos mesmos objetivos de modernização, que bloqueados num primeiro momento, acabaram por prevalecer na construção da catedral, iniciada em 1911 e inaugurada em 1922 como parte das comemorações do Centenário da Independência (ALMEIDA, 1996).

Neste sentido há certo anacronismo em se ver Belo Horizonte como tricentenária. Se algo do velho arraial resistiu é o que é permanentemente transformado pela memória de seus antigos habitantes, que recusaram o banimento e permaneceram, desafiando o plano e sua ordem.

Ereto como Arraial do Curral del Rei, em 1711, foi chamado Arraial de Belo Horizonte, para marcar os novos tempos republicanos, de 1890 a 1897. De 1897 a 1901, a cidade, que se ergueu pela

destruição do Arraial e construção da Nova Capital, chamou-se *Minas*. Em 1901 se lhe dá o nome que conserva até hoje.

Se estes foram seus nomes oficiais foi chamada de muitos outros nomes: “*cidade cartesiana*” (João Camilo de Oliveira Torres); “*cidade vergel*” (Coelho Neto); “*cidade cogumelo*” (Pimentel Gomes), “*mira-douro do céu*” (João do Rio); “*cidade nacional*” (G. Alves Pereira); “*acrópole das rosas*” (Carlos Fernandes Dias); “*capital da inteligência*” (Anor Maciel); “*cidade modelo*” (Benito Toledo); “*cidade do amor*” (Maria Tereza Senise); “*cidade do barulho*” (Franklin Sales); “*uma das cidades mais horrendas do mundo*” (Flávio Macedo Soares) ... (GRAVATÁ, 1982).

Estes vários nomes, estas várias cidades que se quis ver aqui, no desencontrado de seus termos, são a melhor tradução da cidade – de qualquer cidade: a diversidade, a inumerável coleção de aspectos, fisionomias, volumes, texturas, sentimentos, que preenchem a cidade tanto com o material impalpável dos sonhos quanto com o mais ordinário dos dejetos.

Toda cidade é múltipla, é transformação permanente. A singularidade de Belo Horizonte é que sua história, todas as suas nuances e miragens, estão documentadas, podem ser descritas e entendidas. Neste sentido se tem razão Giulio Carlo Argan quando diz que a *história da arte* é também *história da cidade*, razão também terá quem disser, que a *história da cidade* é *história total*: história no amplo sentido de Mac Bloch *o estudo dos homens no tempo* - o estudo da cidade como a eleição de tudo quanto ela foi, é, pensou ser; de suas classes sociais e de seus conflitos.

Nascida com a República, com o cinematógrafo e o automóvel, com as vanguardas e com a revolução científica e tecnológica, Belo Horizonte inscreveu, à sua maneira em seu corpo, em sua história, todas as grandes questões deste século que se encerra. Evocar a cidade é, neste sentido, evocar também um pouco o nosso tempo, é buscar entender uma época que parece dar razão a Carlos Drummond de Andrade – *Toda história é remorso*.

1. Invenção Política (1897 – 1914)

O que vai se sustentar aqui é que Belo Horizonte é inicialmente, uma *invenção política*. Isto é, que a sua criação, que a sua escolha como capital do estado, são episódios da história política, tem motivação sobretudo na política, é explicitação da vitória de uma determinada corrente política.

A mudança da capital de Minas Gerais foi vista como ato simbólico, demarcador da superação da condição colonial pelos Inconfidentes. Depois, no período provincial, mais de uma vez, cogitou-se da mudança que ganhou forma de lei, em 1867, com a aprovação do projeto do Padre Agostinho Francisco Paraíso, vetado pelo Presidente da Província – José da Costa Machado de Souza Ribeiro.

No contexto das repercussões da implantação da República, a questão volta a ser debatida resultando na lei adicional nº 3 à constituição mineira, de 17 de dezembro de 1893, que manda transferir a capital para uma nova cidade, que seria construída no planalto denominado Belo Horizonte. Deste modo, rigorosamente, a história de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, sem risco de anacronismo, deve ser datada, como tendo início em 1893. De 1893 até 1914, ano de encerramento das atividades da Comissão de Melhoramentos Municipais, criada pela lei nº 546 de 27 de setembro de 1910, e por outros episódios igualmente significativos – a privatização dos serviços de energia elétrica e transportes urbanos – tem-se o período que vai ser considerado aqui como o *da invenção política* de Belo Horizonte.

1.1. Mudar para não transformar

Trata-se aqui de lembrar processo clássico, que foi exemplarmente descrito no romance *Il Gattopardo*, de Lampedusa, e que poderia ser chamado de *estratégia de Salina* – o procedimento em questão foi exposto pelo Príncipe de Salina, personagem central do romance, quando diz – *se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude*.

E mudar aqui significa fazer da República, que se estava criando, a destinatária de todas as demandas de três séculos de interdição de direitos sociais e precariedade material. Daí que em seu projeto legitimador a República buscasse construir símbolos da nova ordem. Nesta operação ideológica, a fundação da República teve na entronização de Tiradentes como herói nacional seu momento central. Outros momentos decisivos desta imposição ideológica foram os episódios antitéticos e complementares da destruição de Canudos, em 5 de outubro de 1897, e a inauguração da Nova Capital de Minas Gerais, em 12 de dezembro de 1897. Nestes dois atos - a *destruição* do que parecia a última encarnação da resistência do atraso, do arcaísmo, representado por Antônio Conselheiro; e a *construção* da nova capital – a síntese dos novos tempos que a República queria simbolizar: a vitória do plano, da racionalidade instrumental, da técnica e da máquina – *ordem e progresso*.

São muitos os sentidos que a palavra república sugere. Afinal reclamaram-na os romanos até a imposição do Império; as cidades comerciais italianas da Renascença, Jacobinos e Girondinos; os civilistas americanos do norte no final do século XVIII; os militares brasileiros no final do século XIX. São todas repúblicas, são todas realidades irredutíveis a qualquer simplificação porque resultantes de contextos, motivações e interesses específicos.

Em que pese as diversas diferenças que estão presentes no interior do envoltório denominado república, há uma tensão básica que a caracteriza, sobretudo, desde a Revolução Inglesa do século XVII. Os termos desta tensão: de um lado os interesses dos grandes proprietários, dos detentores da riqueza que pretendem da República apenas a sua dimensão sancionadora dos contratos e da propriedade – a *república liberal*; de outro lado o mesmo processo revolucionário também foi partilhado e fez emergir outros interesses e demandas, a dos que queriam que a república fosse a garantia da distribuição da riqueza, da universalização de direitos sociais – a *república democrática*. Na Inglaterra seiscentista estas forças confrontaram-se na disputa entre a Gentry e os *levellers* e *diggers*. Na França revolucionária esta divisão básica mostrou-se no confronto entre *Girondinos* X *Jacobinos*, e entre o *centro-pântano* e os *sans-culottes babovistas* em 1795.

Ao final, seja na Inglaterra dos seiscentos, seja na França setecentista, a vitória será das correntes que queriam a república-estado liberal, guardiã da propriedade e dos contratos.

Contudo, a preservação deste estado liberal não pode depender apenas e o tempo todo, do monopólio da violência legal. Desde Maquiavel, sabe-se, que um dos elementos cruciais para o exercício estável do poder do estado é o *consentimento*. A construção do consentimento traduz-se hoje como a busca da *legitimação* do poder de estado e esta significa a criação de *instituições materiais e simbólicas*, que convençam a sociedade que ela tem no estado um instrumento de garantia de segurança e bem-estar material.

Desde as revoluções de 1848, quando manifestou-se, pela primeira vez, como luta social de massas, o projeto socialista, a burguesia foi obrigada a reagir à explicitação de uma forma alternativa de organização político-social, o socialismo. No primeiro momento, nas jornadas de maio-junho de 1848, foi a barbárie da repressão – “o pecado original da burguesia” disse Sartre; depois foi a paulatina inclusão de políticas de bem-estar na pauta das ações dos estados. Processo intermitente e de nenhum modo linear como se vê com a vitória atual do regressismo neoliberal.

Para o Brasil o quadro tem como aspecto cultural a ambiguidade do processo que determinou a instauração da República no Brasil. A frase famosa de Aristides Lobo sobre o povo, que assistiu bestializado o que parecia ser uma parada militar intempestiva e que era o ato inaugurador da República, tem um outro e mais expressivo registro na irônica passagem de *O Memorial de Aires*, de Machado de Assis, sobre as atribuições de um barbeiro, que, naquele 15 de novembro, queria ficar bem com a nova ordem.

O essencial aqui, a historiografia tem mostrado, é que a República no Brasil, se, de fato, rompeu com o passado colonial – imperial, esse rompimento não foi de natureza a, efetivamente, incorporar as grandes massas excluídas, do campo e da cidade, aos frutos da modernidade, ao progresso material à universalização de direitos sociais. Estes estão ausentes da Constituição republicana de 1891, que é estritamente liberal, como também estão ausentes do Código Civil, de 1916, que é, sobretudo, a consagração do direito da propriedade.

Trata-se aqui, fundamentalmente, de reconhecer que as transformações Jurídico-formais trazidas pela República não alteraram, no essencial, a condição sócio-econômio-político-cultural da grande maioria da população, que, analfabeta, pobre, desassistida, sem acesso à educação, à saúde, à terra, tem continuado, até aqui, a longa marcha da exclusão social.

O movimento republicano no Brasil não foi homogêneo nem em sua composição social, nem em seu programa. Os pontos extremos do espectro de forças-projetos de que é feito o movimento republicano no Brasil vão do mais exaltado jacobinismo civil de Silva Jardim ao pragmatismo acomodatório das elites cafeicultoras paulistas. Mas mesmo com Silva Jardim, talvez, o mais jacobino dos republicanos brasileiros, não há dimensão social em sua república. Positivista civil, o projeto político de Silva Jardim tem os limites daquela perspectiva filosófica. Ainda assim a sua *derrota política*, imposta pelos civis e militares, que empalmaram a República, seu *exílio* e sua *morte*, em 1891, são, simbolicamente, o precoce firmamento de uma República democrática, que, parece, nasceu morta. Diz João Dornas Filho:

“Derrotado nas eleições para as quais ele próprio fizera a lei reguladora, despojado da direção efetiva da política de sua terra; banido pelo receio e a inveja da alta direção da República nascente, a sua dignidade, a sua pureza de apóstolo despreendido só tinha um caminho para indicar-lhe: o exílio”. (DORNAS FILHO, 1936, p. 151)

Sua morte no exílio tem assim, um significado geral.

Se não há, de fato, lugar para transformações sociais, a República precisa de símbolos e marcos para legitimar-se. A mudança de capital de Minas Gerais foi um dos eventos centrais da instauração da ideologia republicana entre nós, a construção da nova capital mineira, a espetacularização de seus propósitos. Nos Debates do Congresso Constituinte mineiro em 1891, sobre a mudança da capital aparece o principal das questões e interesses uma disputa no contexto da instauração republicana no Brasil. Eis uma súmula do processo e suas implicações. O tema da mudança contribuiu para reforçar toda numa lógica que já vimos esboçando ao longo do texto: há um confronto latente entre os setores progressistas que encarnavam um ideal republicano; os setores liberais que, representado um outro modelo de república, pregavam a manutenção do “status quo”, no sentido de uma modernização conservadora; e por fim, os setores conservadores, ainda arraigados a um ideal no monárquico, somente conformados com a situação implicava.

“Mostraremos, ainda, através do discurso de interlocutores privilegiados, como esses dois primeiros grupos se conformaram, ao final, num projeto único, moderno no projeto arquitetônico da capital e conservador na composição política da cidade. No confronto de interesses há uma nítida derrota de projeto político dos primeiros republicanos, com a consequente cooptação de seus ideais, por parte dos setores liberais, empenhados em resguardar sua parcela de poder”. (IGLÉSIAS et al., 1990, p. 212-213)

Esta imbricação de interesses que permite a aprovação da emenda mudancista à Constituição está exemplarmente posta nas vicissitudes das relações entre Afonso Pena, Aarão Reis e Crispim Jacques Bias Fortes.

Afonso Pena, monarquista convicto, aceitou a República e moldou-a ao perfil da oligarquia liberal de que era representante importante. Diz Iglésias:

“A direção imposta habilmente por Afonso Pena busca em todos os temas apresentar-se como conciliação de extremos, como construtora da República possível. Conciliação que, no entanto, sempre se dará no terreno da tradição”. (IGLÉSIAS et al., 1999, p. 193)

Apenas num aspecto, de resto de ampla repercussão política e simbólica, a República em Minas Gerais ousará contrariar o cânone da tradição: no referente à mudança da capital e, sobretudo, no projeto arquitetônico da cidade. Aqui o velho monarquista, que chegará à Presidência da República, buscará o mais puro da ideologia positivista republicana convidando o engenheiro Aarão Reis para traçar a nova cidade. Diz Iglésias:

“A mudança da capital mineira, portanto, espelha corretamente num projeto político. Idealizada, querida e discutida ardorosamente pelos segmentos mais autênticos de um republicanismo assumido nos tempos da propaganda, só pôde ser concretizada quando do Governo Floriano Peixoto, estando à frente do Estado o ex-conselheiro Afonso Pena, que chama o jovem e talentoso Aarão Reis para a escolha do local e execução da obra”. (IGLÉSIAS et al., 1990, p. 215)

Encarregado do projeto e da obra Aarão Reis, o engenheiro radicalmente positivista e republicano, entende-se em tudo com o velho político monarquista, lembrando outro episódio, também iniciado em Belo Horizonte, a estreita colaboração, entre o político conservador e modernizador e o arquiteto comunista.

Aarão Reis e Afonso Pena, o novo e o velho, a República e a Monarquia, a modernidade e a tradição, são os termos de uma equação clássica da trajetória histórica brasileira e que tem como resultado a *conciliação* que tem sido, entre nós, a senha para o bloqueio das transformações que ameaçam os privilégios. Esta tese de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1965) tem aplicação precisa no caso da instauração republicana no Brasil à luz da mudança da capital mineira – a construção de Belo Horizonte é o resultado de uma conciliação que realiza a aglutinação de monarquistas liberais e dos republicanos, que terá como resultado político maior numa *hipostasia*: a apresentação da nova capital mineira, seu traçado geométrico sua modernidade arquitetônica, como o *máximo do projeto republicano*.

É como se a ortogonalidade dos eixos das avenidas, como se a angulação precisa das ruas, a disposição simétrica dos quarteirões, a distribuição funcional e social dos espaços, esgotassem todo o ideário transformador, que a República parecia implicar.

É revelador desta hipostasia, em que se converteu a construção de Belo Horizonte, o conflito e a saída de Aarão Reis da direção da Comissão Construtora, em 1895.

Empossado como Presidente de Estado de Minas Gerais em junho de 1894, Crispim Jacques Bias Fortes, que aderiu tardiamente à República, em 1888, como muitos dos republicanos mineiros, representava grupos que reclamavam mais prerrogativas no novo quadro de poder, afinal eram republicanos mais *antigos* que muitos trazidos ao poder pela política de conciliação de Afonso Pena. Estas reivindicações encontraram resistência no engenheiro chefe, resultando num permanente e não explicitado conflito que pode ser traduzido assim:

“Há hipótese de que havia duas divergências básicas com o Governo Bias Fortes. A primeira delas era relacionada com o problema financeiro da construção da nova capital. O engenheiro não concorda com o interesse do governo em estimular a iniciativa privada para construção da cidade. Por outro lado, o governo, sem recursos financeiros, não via outra saída senão a concorrência pública. O outro ponto de discordância estava relacionado com a imposição governamental para que o chefe da Comissão Construtora empregasse certos “protegidos” não habilitados tecnicamente para exercer alguns cargos existentes”. (LE VEN, Michel; LEMOS, Celina Borges apud BARRETO, 1995, v.2, p. 249)

A saída de Aarão Reis explicita o central do que se quer afirmar aqui – a construção da nova capital plasmou uma coalizão de forças políticas que, em que pese a heterogeneidade formal – alguns são republicanos, outros monarquistas; a heterogeneidade regional – alguns são da velha região mineradora – João Pinheiro e de Caeté, Afonso Pena de Santa Bárbara, outros são do Campo das Vertentes (Barbacena), como Bias Fortes, ou do Sul como Silviano Brandão; é basicamente, a congregação das elites mineiras, tanto das velhas elites da mineração, quanto das elites nascidas da expansão cafeeira, quanto dos setores médios agregados às atividades urbanas. Por exclusão, e o plano da cidade explicitará isto exemplarmente, trata-se de uma cidade em que não há lugar para as classes populares.

Se este é o plano ele nunca foi inteiramente bem sucedido; lembre-se, neste sentido, por exemplo, a resistência dos moradores da região acima da estação ferroviária, e das margens do Córrego do *Leitão*. Denominadas de *Favela*, lembrando o morro da Favela do Arraial de Canudos, e *Leitão*, estas áreas são as marcas da resistência popular ao caráter excludente do Plano.

Se o plano foi contrariado pela resistência popular, também o foi pelo mercado. Os diferenciais de preços da terra urbana, suburbana e rural vão determinar uma rapidíssima ocupação da região externa à avenida do Contorno, confirmando um quadro de grande assimetria do processo de urbanização da cidade. Veja-se o trecho de Philip Fox – Drummond Gough:

“com base nos dados acima, considerando a relativa estabilidade de preços no período, verificamos que os prédios da zona urbana, além de apresentarem um valor absoluto médio cerca de três vezes superior (tanto para venda quanto para locação), ainda eram relativamente mais caros se estabelecermos um índice entre o valor dos aluguéis de cada área e o valor de compra dos imóveis [...]”.

Sabe-se que a ocupação da zona urbana de Belo Horizonte, obedeceu a uma série de normas rígidas de cunho segregacionista, o que explica o alto preço dos aluguéis encontrado. Aqueles que tinham condições de se instalar na zona urbana eram forçados a desembolsar maiores quantias pelo privilégio, em vista do alto custo das construções. A alternativa seria habitar fora do perímetro da Avenida do Contorno, mesmo se sujeitando à precariedade de infraestrutura”. (GOUGH, 1994, p. 52)

Este quadro manteve-se até 1930 resultando numa considerável concentração de população fora da Avenida do Contorno, num ritmo acelerado de construções nesta área, ao mesmo tempo que foi precário o atendimento à estas populações de transporte, energia e infraestrutura urbana.

1.2. O Plano e o Estado

É quase um esporte local denunciar-se o Plano de Aarão Reis. Diz-se dele com razão, às vezes, e às vezes sem nenhuma, que ele é excludente, que ele é anacrônico, que ele é inepto. Excludente ele o é de fato; anacrônico ele é em parte, inepto ele não é de maneira alguma.

O caráter excludente do Plano é quase um corolário da ideologia de seu formulador. Formado em ciências físicas e matemática, em 1873, em engenharia civil, em 1874, abolicionista e republicano autêntico, Aarão Reis, o engenheiro, o professor, o administrador, foi tudo isto ao ritmo de uma profunda convicção positivista. Influenciado por Condorcet, por Tocqueville, por Saint-Simon, foi, sobretudo, discípulo de Comte e Littré. Preocupado com as questões sociais de seu tempo buscou oferecer uma proposta de reforma social que fosse alternativa ao socialismo. Diz Heliana Salgueiro:

“Sem o otimismo progressista que caracterizava na juventude, vê agora as utopias como “fantasiosas”, criadoras de “ilusões” ou de “anarquia” no trabalho industrial. Recusa igualmente a concepção materialista da história, considerando a doutrina “tão bem construída” do “eminente Karl Marx” como “catastrófica”, em razão da incitação da humanidade à luta de classes. O verdadeiro socialismo só pode se efetuar, segundo Reis, pela “aplicação vigorosa de um método científico no estudo das ciências sociais, pelo desenvolvimento da indústria, respeito à autonomia individual e organização social, fundada na liberdade do trabalho e do comércio”. (SALGUEIRO, 1997, p. 63)

Sinceramente reformista Aarão Reis buscou conciliar este objetivo com uma igualmente forte concepção do papel regenerador – ortopédico do Estado. Esta questão está exemplarmente posta no referente às desapropriações que a construção de Belo Horizonte implicava. Helena Salgueiro aponta a tensão que vai marcar a trajetória de Aarão Reis:

“Como reconhecer em Reis um arauto da Fraternidade, se ele consente que se expulsem pessoas de suas casas e terras? O tema é certamente delicado e envolve uma série de reflexões: se a Fraternidade é um dever, a desapropriação é um direito, com bases legais”. (SALGUEIRO, 1997, p. 98)

Esta tensão entre *dever* e *direito* não se resolve em Aarão Reis. Se alguns de seus colegas de Comissão Construtora, como Fábio Nunes Leal, são francamente segregacionistas, darwianos, excludentes no referente à população autóctone da cidade (SALGUEIRO, 1997, p. 102), Aarão Reis é mais contido:

“...restringe sua leitura ao meio físico, ao conjunto dos “conhecimentos positivos”, às análises técnicas, à eficácia administrativa passando em silêncio sobre as questões de uma “geografia social” na construção de sua paisagem ideal para um homem inexistente”. (SALGUEIRO, 1997, p. 102)

É certo que ele desapropria, que ele afasta os antigos moradores, mas ele o faz, explicitamente, porque o *direito* o autoriza e a *ciência* o recomenda e o faz, segundo ele, com um mínimo de violência e o máximo de benefício para o interesse do erário.

Esta a *ádua* e *melindrosa tarefa* que ele cumpriu como missão, missão regeneradora, portal dos novos tempos que a capital significaria. É esta também a atitude que terá em relação a outros temas melindrosos, como a demolição das velhas igrejas católicas do Arraial. Para ele a demolição da Capela do Rosário e da Matriz da Boa Viagem era imperativo técnico – elas ficavam em pontos, que, pelo traçado, seriam aterrado um, escavado outro. Sua proposta, contrariando inclusive a constituição republicana que impede o uso de dinheiro público com a manutenção de culto religioso, é que *“seja deliberada a substituição desses dois templos por outros novos, não se procedendo à demolição de cada um antes de concluída a edificação do substituto”.* (REIS, apud SALGUEIRO, 1997, p. 105)

Eis, neste episódio, toda a trama da singularidade política e ideológica de Aarão Reis e de seu Plano para a cidade – a problemática conciliação entre a tradição e as exigências da técnica, entre o *direito* à fé e o *dever* do Estado. A resultante desta tensão é um certo mal-estar permanente dado pela reiteração da morte da *memória* da cidade, pela sistemática destruição de seus marcos, de suas referências coletivas, tudo sempre em nome da técnica, do progresso, do futuro.

Neste sentido relativize-se o juízo unilateral sobre Aarão Reis e seu projeto, que ele é, sobretudo, ambivalente.

É também como ambivalência que se deve colocar o referente ao anacronismo do Plano de Aarão Reis. Os que querem vê-lo como puro equívoco lembram sempre da rápida superação de sua projeção

demográfica. Projetou-se uma cidade que no futuro abrigaria 200 mil habitantes, e que no imediato deveria acolher 30 mil. Os dados sobre a evolução demográfica de Belo Horizonte mostram o quanto a realidade costuma ignorar os planejadores. Veja-se a tabela.

**Tabela 1 - Evolução da população de Belo Horizonte
1900-1950**

ANOS	POPULAÇÃO	ANOS	POPULAÇÃO
1900	13.472	1930	116.981
1905	18.662	1935	167.712
1910	33.245	1940	214.307
1915	45.741	1945	272.910
1920	55.563	1950	370.000
1925	81.596		

Fonte: GIANNETTI, 1951.

O que teria escapado ao planejador de Belo Horizonte? Escapou a ele o que escapou a todos os que pensaram a dinâmica urbana naquele período. Quem, no final do século passado, vislumbrou, consequentemente, as consequências das transformações da 2ª Revolução Industrial e seus impactos sobre o desenvolvimento urbano-demográfico-industrial-cultural-ambiental? É possível que se encontre em certa ficção científica, alguns vislumbres de antecipação do quadro que se apresenta hoje. Mesmo isto não é generalizado, e são vários os exemplos, de ficção científica, Flash Gordon por exemplo, que caducou.

Assim não se exija o improvável de uma disciplina, o planejamento, que, por definição, não pode sonhar a surpresa, não pode administrar a história, nada pode.

Aarão Reis, tendo em conta a trajetória de Ouro Preto, que foi a maior *cidade* da América Portuguesa, que teve no auge 100 mil habitantes, em duzentos anos de história, ao planejar uma cidade para 200 mil habitantes, não estava em grande erro. O que ele não poderia saber, ninguém o podia, era a explosão técnico-científica do século XX e seus impactos sobre os transportes, comunicações, dinâmica demográfica.

De outro lado o Plano, a planta, a projeção da cidade por Aarão Reis, paga tributo à sua época, aos seus propósitos e motivações – todos o fazemos. Daí a rigidez, daí a tentativa de anular o espaço, suas asperezas e singularidades: *Em uma região marcada pelos estigmas do passado “espontâneo” das cidades montanhosas, “pensar o sítio”, consiste, sobretudo, tentar “fazer desaparecer seus traços”* (SALGUEIRO, 1997, p. 154)

Buscou-se planejamento global da cidade – estudou-se a topografia, o clima, as condições nosológicas, a qualidade das mananciais, o sistema de esgotos, a coleta e o transporte de lixo, as condições de edificação, o comércio e a indústria, a iluminação pública e particular, a viação urbana e suburbana.

Os princípios que regeram o plano, a planta da cidade são: a *salubridade*, a *comodidade*, e o *embelezamento*. São eles que determinaram a localização espacial dos equipamentos que incluíam – cemitério, matadouro, hipódromo, lavanderia municipal, banhos públicos, incinerados de lixo, extração de tratamento de água, e um forno crematório. (SALGUEIRO, 1997, p. 155)

A lista dos equipamentos planejados e sua localização obedecem à tríade citada. Mas não só isto marcou o planejamento da cidade. Desde as discussões no Congresso Constituinte Mineiro que deliberou pela construção da nova capital, havia clara perspectiva sobre a necessidade de se fazer da cidade o *centro dinâmico* do desenvolvimento do Estado. Veja-se o trecho dos Anais da Constituinte:

“...dotar o Estado de uma nova capital que seja o centro da atividade intelectual, industrial e financeira, ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade, pois que de tal condição carece infelizmente a atual capital, tão prestigiada, entretanto, de recordações, que formam o mais caro patrimônio histórico do povo mineiro”.

(GRAVATÁ, 1982, p. 25-26)

Tem clareza o legislador sobre o papel da nova capital na construção de uma nova centralidade e de seus compromissos como o desenvolvimento econômico.

Esta postura está explicitamente contemplada no plano de Aarão Reis. Falando sobre a concepção da cidade que projetara, em 1897, depois de já ter se afastado da Comissão Construtora diz Aarão Reis:

“...pois continuo convicto de que, se o Estado não esmorecer no prosseguimento dos trabalhos, sem afastar-se das bases estabelecidas, a nova cidade não será apenas belo empreendimento técnico e administrativo, será também um vantajoso empreendimento industrial”.

(REIS apud GRAVATÁ, 1982, p. 59-60)

Da fala de Aarão Reis destaquem-se duas questões: 1) o papel central do Estado no desenvolvimento da cidade; 2) a explícita previsão no Plano da cidade de sua vocação plural. Isto é, jamais foi cogitado pelo planejador da cidade sua suposta especialização político-administrativa.

Mais que isto o atraso no desenvolvimento de atividades industriais na cidade, que só ocorrerá, de fato, a partir da década de 1940, não é o resultado de política, ou plano, pelo contrário, é consequência indesejada, é frustração de um projeto, que o Estado tentou estimular. Veja-se o que diz Philip Gough:

“Mesmo não havendo preocupação com o disciplinamento da localização da atividade industrial nos primeiros tempos, não se pode dizer que o Poder Público não procurou estimular a instalação de novas unidades no município. Já foi mencionado, neste trabalho, o Decreto da Presidência do Estado datado de 2 de maio de 1902 que concedia gratuitamente, e pelo prazo de 10 anos, energia elétrica a todo estabelecimento industrial que se fundasse na capital, com capital de 20 contos, no mínimo, sendo-lhe também doado o terreno para a construção da fábrica e isenção de impostos pelo prazo de cinco anos”.

(GOUGH, 1994, p. 65)

Trata-se, como se vê, de efetiva política industrial que, afinal, não trouxe os resultados esperados. E isto que se verifica pela análise do texto de Joseph Antoine Bouvard, de 1911:

“Resumindo o que tinha ainda a dizer sobre a vossa capital, só me cabe afirmar-vos que prognostico um grande futuro para ela, se os poderes públicos prosseguirem nas medidas que vão pondo em prática o seu desenvolvimento e abrirem uma fase francamente industrial que permita a Capital de Minas, além de ser formosíssima, como já é, ser também forte, rica e poderosa”. (BOUVARD apud GRAVATÁ, 1982, p. 110)

Também aqui a ênfase no papel do Estado no desenvolvimento da cidade, e, sobretudo, a centralidade da atividade industrial neste processo de desenvolvimento.

É este o quadro até 1914. Até este momento o Estado procurou ser o esteio do desenvolvimento industrial da cidade. A última iniciativa importante neste sentido foi a Lei nº 546, de 27 de setembro de 1910, que autorizou o Presidente do Estado a promover obras de saneamento, abastecimento d'água, rede de esgotos e instalação de força elétrica mediante a contratação de empréstimos dentro e fora do País. Deste esforço resultou a instalação da Comissão de Melhoramentos Municipais, presidida pelo engenheiro Lourenço Baeta Neves, que apresentou seu Relatório Final em 1914. Neste Relatório apresenta-se o quadro geral dos empréstimos contraídos para obras de infraestrutura em que para um total de 19.075.556\$29, para o conjunto do estado, Belo Horizonte ficou com 4.000.000\$000, mais de 20% do total, o que dá conta de certo esforço de montagem das pré-condições para a industrialização na cidade. (NEVES, 1914)

Mas, este é o último capítulo da presença do Estado como agente do desenvolvimento industrial até o final da década de 1930. Desta parte, 1914, até o final dos anos 30 vai prevalecer em Belo Horizonte uma clara opção liberal, com a entrega para a iniciativa privada do referente à infraestrutura de energia, telecomunicações e transporte. Uma periodização geral do processo no referente à energia elétrica está em Gough, diz ele:

“O período em questão pode ser dividido em quatro fases: aquela que vai da fundação da cidade até 1912 em que a municipalidade era a responsável pela geração e distribuição de energia, à fase que vai de 1912 até 1926 quando o serviço foi explorado por um consórcio de empresas privadas nacionais capitaneadas pela Sampaio Correia; o pequeno intervalo de 1926 a 1929 em que o Poder Público retoma as rédeas do serviço, desta vez por intermédio

do Estado de Minas Gerais e, finalmente, o grande período que vai de 1929 até 1964 com a concessão dada à Companhia Força e Luz de Minas, Companhia multinacional norte-americana com ramificações em toda a América Latina". (GOUGH, 1994, p. 19)

O período que se inicia com a privatização dos serviços de energia elétrica, em 1912, e que vai até 1980, é a longa dominação do mercado sobre a cidade, período marcado pela reiteração de certos aspectos que definiram o perfil histórico da cidade: 1) a precariedade, inconsistência do projeto burguês para a cidade; 2) a permanência do papel do Estado na vida da cidade e seu descompromisso com a universalização do acesso do conjunto da população aos frutos da modernização da cidade; 3) a permanência da desigualdade de renda, riqueza e poder. Sobre este último aspecto lembre-se da muito pequena tradição de escolha de prefeitos mediante o voto universal – 1945-64 e 1985/2000; o que tem uma série de consequências importantes sobre a vida política, econômico-social e cultural da cidade.

2. A Invenção Mercantil (1914-1980)

2.1. A Privatização da Cidade

Há no ideário republicano brasileiro uma ambigüidade básica: de um lado é liberal à moda norte-americana, a expressão máxima disto realizou-se na Constituição de 1891, inspirada na norte-americana e que teve em Rui Barbosa seu articulador; de outro lado o republicanismo no Brasil é positivista e interventor, pressupondo um Estado forte e presente, mesmo em atividades econômicas – é esta a inspiração básica dos republicanos mineiros, que buscaram a transferência e construção da nova capital, como João Pinheiro, como é a perspectiva de Aarão Reis e seu plano.

Estas correntes no interior do pacto republicano não tiveram convergência senão em poucos momentos. De resto prevaleceu uma disputa que se expressa na crise no governo de Floriano Peixoto, identificado com as correntes positivistas; na candidatura do General Hermes da Fonseca, contra os liberais paulistas, apoiadores de Rui Barbosa; na permanente *dissidência* de Nilo Peçanha representante da corrente positivista.

Se há disputa no campo eleitoral, nas práticas de governo a armadura institucional, que vai marcar toda a República Velha, é, especificamente, liberal. Isto é, tanto a questão social, quanto a vida econômica são encaradas como realidades reguláveis pelo mercado, com um mínimo de intervenção estatal, que quando intervier nestes assuntos, o fará no sentido básico do provimento das condições da garantia dos contratos, do direito de propriedade, etc. É este o sentido explícito do Código Civil de 1916, que é, em última instância, o código da defesa da propriedade.

No que diz respeito a Belo Horizonte, à nova capital de Minas Gerais, nascida pelo influxo da hegemonia republicana, tem-se que se o Plano da cidade, se seus idealizadores e construtores são republicanos positivistas, se a concepção e efetiva consolidação da cidade pressupõe uma persistente ação do Estado – como já o havia afirmado Aarão Reis – na prática a condução da implantação da cidade mostrou-se, depois de certo tempo, no início da década de 1910, descomprometida com a manutenção do esforço fiscal e administrativo necessário para a plena consolidação da cidade.

Lembre-se, aqui, de que a cidade muito tempo não teve autonomia política, sendo dirigida por prefeitos indicados pelo Governador do Estado. Esta circunstância marcou decisivamente a história da cidade: sem autonomia política, obrigada a se sujeitar ao jogo político das oligarquias mineiras, Belo Horizonte sofrerá as consequências de acordos políticos, que para equilibrar os interesses dos diversos interesses regionais, e sob a tutela do governo do estado, acabaram por bloquear seu desenvolvimento.

Um ponto onde isto é particularmente visível é no referente à questão fiscal. A construção da cidade e sua efetiva consolidação, como era de se esperar, implicaram em gastos não cobertos por arrecadação tributária, exatamente, porque são gastos prévios e vultosos, necessários à própria existência da cidade. Assim, desde o início, sabia-se que a cidade teria que atravessar um período, não pequeno certamente, de déficits orçamentários.

Estes déficits seriam tão menores, e menos prolongados, quanto mais rápido a cidade se emancipasse. Contudo, por diversas razões, esta emancipação foi bloqueada por muito tempo.

Um primeiro fator de bloqueio adveio do próprio Plano da cidade. A virtual segregação que ele implicava, com a divisão entre uma cidade de 1ª categoria, no interior da avenida Contorno, e uma cidade de 2ª categoria, nas áreas suburbana e rural, a desigual distribuição de serviços e equipamentos coletivos,

repercutem sobre o preço da terra, determinando diferenciais que vão resultar na rápida ocupação das áreas desassistidas da cidade. Veja-se o que diz Gough:

“...temos os seguintes dados para a distribuição da população por zonas residenciais no ano de 1912. De um total de 38.822 habitantes, a zona residencial urbana respondia por apenas 32% da população, a saber 12.033. O restante da população estava distribuído pela zona suburbana, 14.842 equivalentes a 38% do total e na zona rural o número era 11.947, equivalentes a 30% do total. O crescimento que havia sido planejado para ocorrer de dentro para fora acabou por tomar sentido inverso”. (GOUGH, 1994, p. 19)

Este processo tem pelo menos duas implicações importantes sobre as finanças públicas – 1) de um lado isto significava que os gastos com a infraestrutura montada na área central só seriam amortizados num prazo muito maior; 2) de outro lado o crescimento populacional nas áreas periféricas significava, na prática, uma menor capacidade de arrecadação tributária.

Se a estes fatores somar-se o relativo ao endividamento decorrente da construção e instalação da cidade, não há surpresa na existência de um significativo déficit fiscal de Belo Horizonte naquele contexto.

Se eram importantes os problemas fiscais da cidade não menos problemáticos eram as tensões decorrentes do crescimento acelerado da cidade e seu impacto sobre uma infraestrutura não planejada para absorvê-lo. Assim no início da década de 1910 a cidade enfrentava tanto uma crise fiscal, quanto a precariedade de sua infraestrutura urbana fora da avenida do Contorno.

Diante deste quadro apresentavam-se duas possibilidades de enfrentamento das questões: 1) a primeira seria o aprofundamento da intervenção do governo do estado na linha do que Aarão Reis propugnou deste seu primeiro estudo sobre a cidade; 2) a segunda possibilidade, a que efetivamente foi implantada, foi o abandono do Plano de Aarão Reis e a privatização da cidade.

Não se queira ver no anterior uma defesa do Plano de Aarão Reis, que ele também era problemático por seu explícito caráter segregacionista. O que se coloca aqui é apontar uma guinada na política para a cidade, com o predomínio do mercado em sua concepção e dinâmica, predomínio este que matizado a partir da década de 1930, pela volta de certa intervenção estatal, manteve-se no essencial até a década de 1980, quando em função da crise geral da economia brasileira, da crise específica do estado, do avanço das lutas sociais, a cidade passará a ter novos parâmetros para seu desenvolvimento.

O relatório do Prefeito Olyntho Meireles, de 1912, dá conta da situação financeira da prefeitura: *“o Estado continuava a provê-la (a cidade) de recursos periodicamente, levando, entretanto, ao débito da Prefeitura as importâncias fornecidas”*.

“O resultado de tal política era o acúmulo por parte da municipalidade de uma dívida total de 8.791:0006\$415 em 1910 para uma receita arrecadada de 1.134:932\$411 naquele ano e numa despesa de 2.534:346\$858 em 1911”. (GOUGH, 1994, p. 38)

É este endividamento crescente e o agravamento das condições de infraestrutura da cidade, que estão na base da decisão de privatizar, em 1912, os serviços de energia elétrica e de transporte urbano (bondes) da cidade.

A lógica, naquela época, como hoje, na defesa da privatização, era a incapacidade do poder público de arcar com os investimentos necessários para atender à demanda crescente de infraestrutura urbana.

Uma análise do processo de privatização destes serviços, que perdurou de 1912 a 1926, e que depois foi retomado em 1929, prolongando-se até a década de 40, o referente ao sistema viário, e até a década de 1960, referente ao sistema de energia elétrica, é reveladora.

Os déficits orçamentários e o endividamento crescente do município em relação ao governo estadual são aspectos permanentes da vida da cidade em suas primeiras décadas. Se é dramático o quadro em 1912, como se vê pelo Relatório de Olyntho Meireles, não é menos grave a situação em 1937; veja-se sobre isto o Relatório de Otacílio Negrão de Lima. (GOUGH, 1994, p. 39)

Na verdade este quadro é o resultado de um desequilíbrio estrutural e de um equívoco na condução da política de constituição do espaço da cidade. O desequilíbrio estrutural decorre de duas fontes: a) a atribuição ao município do atendimento de certas necessidades que demandam vultosos investimentos, como o fornecimento de energia elétrica; b) a ausência de autonomia financeira do município, atrelado que

era aos interesses e prerrogativas das finanças estaduais. O referente ao equívoco da política de organização do espaço urbano manifesta-se na hipertrofia do crescimento populacional na área externa à Avenida do Contorno ocasionando dois agravantes do quadro orçamentário – a) a pressão para a instalação de equipamentos e infraestrutura que só estavam previstos, naquele momento, para a área urbana; b) o agravamento do desequilíbrio na arrecadação fruto tanto das dificuldades de cadastramento desta rápida ocupação suburbana e rural, quando da própria incipiência destas receitas posto que incidentes sobre as precaríssimas condições de infraestrutura ofertadas pelo Poder Público.

A estes aspectos deve ser acrescentado em último, talvez o mais importante, que era a própria decisão da construção da nova capital e o previsível período de déficits orçamentários que ela teria até a sua completa consolidação.

Assim, quando se resolve, em 1912, em função dos déficits orçamentários, do endividamento do município com relação ao governo do estado, privatizar os serviços de bondes e de energia elétrica, isto tem algo de farsesco.

A privatização destes serviços é, simbólica e materialmente, a explicitação em Belo Horizonte da vitória dos setores que defendiam um Projeto de República centrada na hegemonia da propriedade privada e no liberalismo. Deste modo entre 1912 e 1926 os serviços de energia elétrica e de bondes foram controlados por um consórcio liderado pela empresa Sampaio Correia. Durante estes anos foi constante a reclamação da população quanto aos preços e precariedade dos serviços. Veja-se o acontecido em 1922:

“Pelo ano de 1922 reinava grande descontentamento na capital, pelo serviço de bondes da Companhia Força e Luz, de que era concessionário o Sr. Carvalho Brito. Havia certa animosidade contra a Empresa Gomes Nogueira, parece que então a única proprietária dos cinemas da Capital, pela elevação de preços de entrada ao se exibirem filmes de melhor qualidade”. (MOURÃO, 1970, p. 310)

Depois de manifestação em frente ao cinema Odeon, em 1º de julho de 1922, houve invasão, depredação da sala e intervenção policial *“Alguém propôs de massa popular a queima de bondes e a multidão se deslocou procurando esses veículos. [...] dizem que foram incendiados cinco veículos.”*

“Finalmente, as autoridades policiais dominaram a situação, com violência, inclusive da cavalaria que dava fortes golpes de espada, tendo havido numerosas prisões”. (MOURÃO, 1970, p. 311)

No ciclo memorialístico de Pedro Nava no referente aos anos 20 em Belo Horizonte, mais de uma vez, há referências ao descrédito e irritação da população com relação à empresa de Carvalho Brito e seus precários serviços de energia elétrica e de bondes. É esta a motivação central para que em 1926 a Prefeitura volte a ser responsável por estes serviços. Esta situação de controle público vai perdurar até 1929, quando haverá nova privatização. Nesta nova privatização o controle será transferido para uma empresa multinacional a Bond and Share, que terá monopólio do serviço de Bondes até 1948, e dos serviços de energia elétrica até 1972.

Analisando este processo, a recaída privatista, Philip Gough mostra que isto se deveu à uma manobra político-eleitoral. Necessitados de recursos para bancar a campanha da *Aliança Liberal* em 1929, o Presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, teria negociado a ajuda financeira da empresa estrangeira mediante a entrega da concessão dos serviços de energia elétrica. (GOUGH, 1994, p. 23)

O retorno privatista não só não resolveu os crônicos problemas de abastecimento de energia para Belo Horizonte como até agravaram-nos. A primeira consequência da privatização foi a elevação das tarifas. (GOUGH, 1994, p. 24). A nova concessionária, apesar de sistematicamente lucrativa, não realizou qualquer esforço de investimento compatível com as necessidades da cidade. Veja-se a síntese de Philip Gough:

“Assim, concluímos que Belo Horizonte enfrentou sérios problemas com o fornecimento de energia elétrica até a década de 1970 o que provavelmente impactou seu desenvolvimento, retardando-o. As razões para tais problemas, como vimos, residem no pouco interesse da companhia privada que estava incumbida de gerar energia para o sistema, em fazer novos investimentos de vulto para suprir deficiências de abastecimento”. (GOUGH, 1994, p. 29)

Neste sentido há uma desagradável sensação de *deja vú* nos episódios recentes referentes à precarização dos serviços depois da privatização destes anos 1990.

2.2. A Volta do Plano e a Permanência do Mercado

A Revolução de 1930, em que pese o muito que se possa contestar sobre seu real caráter revolucionário, significou mudanças significativas em vários aspectos da vida social brasileira. Em síntese a Revolução de 1930 é o resultado do esgotamento de um determinado modo de acumulação de capital no Brasil, inviabilizado pela crise de 1929. Foi, decisivamente, a crise de 1929 que bloqueou a possibilidade do uso das velhas práticas de acomodação política que tinham garantido a estabilidade do pacto oligárquico desde o Governo de Prudente de Moraes. Estas práticas acomodatórias baseavam-se na capacidade das elites governamentais de absorverem as eventuais divergências-oposições, como as representadas pelas candidaturas de Rui Barbosa – 1909, 1914, 1918 – de Nilo Peçanha – 1922 – sem traumatismos para a ordem oligárquica.

Neste sentido a divergência decorrente de lançamento da candidatura Júlio Prestes, em 1930, contra a regra do rodízio Minas-São Paulo, pareceu à primeira vista mais uma escaramuça, que terminaria, como todas as outras, em acomodação. E teria sido mesmo assim, talvez, senão se interpusse o inesperado do assassinato de João Pessoa, e, sobretudo, se não fossem tão contundentes as conseqüências da crise de 1929 sobre uma economia profundamente atrelada à exportação de um único produto agrícola.

A *Aliança Liberal*, que reunia a maioria da oligarquia mineira, setores da classe média paulista (Partido Democrático), as oligarquias do Rio Grande do Sul e parte da oligarquia paraibana, não tinha divergências de fundo com a chamada *Concentração conservadora*: Getúlio Vargas tinha sido um Ministro da Fazenda de Washington Luís identificado com o essencial de sua política; veja-se também o caso de Melo Viana, Vice-presidente da República entre 1926 e 1930, político inteiramente vinculado ao PRM, à sua ideologia e prática, e que apoiará Washington Luís como parte de sua disputa local com Antônio Carlos.

Há um episódio em Minas Gerais que explicita exemplarmente o que se está dizendo. Trata-se da própria composição da *Concentração Conservadora de Minas Gerais*. Entre os membros mais ativos da *concentração* encontra-se Carvalho Brito. Este foi o principal concessionário de energia elétrica e Viação Urbana de Belo Horizonte de 1912 a 1926, quando os serviços foram municipalizados e, posteriormente, entregues ao capital estrangeiro. A partir de 1929, Carvalho Brito passou-se à oposição a Antônio Carlos e ao PRM, enquanto estes buscam financiar a campanha de *Aliança Liberal* com recursos provenientes da Bond and Share.

Carvalho Brito e Melo Viana, líderes da *Concentração Conservadora*, oponentes da *Aliança Liberal*, só o eram, de fato, na medida, de seus interesses imediatos. Um exame das plataformas programáticas dos dois grupos revela uma sintonia básica sobre o essencial: a defesa de interesses das classes conservadoras (BRITTO, 1930). Mesmo no referente à crise do café não há divergências profunda entre os dois grupos. Sobre a necessidade de sua sustentação, veja-se o que diz o então candidato Getúlio Vargas, em 1930:

“O plano que agora falhou, com estrépito, alarmando o país todo, visava menos a defesa propriamente dita, da produção cafeeira, do que a sua valorização imediata. Esta deve ser alcançada não de chofre, mais logicamente, por etapas, em conseqüência daquela”.

(VARGAS, 1930, p.127)

Vargas na verdade, repete na sua plataforma os princípios que o tinham norteado na política como ministro da Fazenda de Washington Luís. Não há divergência entre eles quanto a centralidade do café e a necessidade de sua defesa, valorização. A diferença entre a política de valorização conduzida pelo governo e a preconizada por Getúlio Vargas é mais quanto ao método e temporalidade do processo. Vargas imaginava que uma política de autêntica defesa do café demandava tempo, tempo que ele não sabia que a crise não daria. Neste sentido tanto a política do governo quanto a plataforma da *Aliança Liberal* eram equivocadas, na medida em que não se apercebiam da intensidade e extensão da crise que já estava em curso. É sobretudo a crise que vai obrigar a um efetivo giro na política da *Aliança Liberal* no governo. A defesa da atividade cafeeira que se vai praticar a partir de 1931, redefiniu o papel do Estado na economia brasileira e foi uma imposição da crise. Celso Furtado (1970) tem ainda a mais acreditada análise deste processo e sua tese básica continua sólida ao apontar o conjunto das políticas da renda dos cafeicultores como matriz de um novo modo de funcionamento da economia brasileira com a emergência da ênfase no mercado interno por meio da substituição de importações.

Toda a efetiva virada que a política brasileira vai experimentar a partir de 1930 não está anunciada na plataforma da *Aliança Liberal*. Se há menção à necessidade de aperfeiçoamento do sistema de ensino, de enfrentamento da questão social mediante legislação que valorize o trabalho, e mesmo haja

capítulo que fale do *Desenvolvimento Econômico* (VARGAS, 1930, pp. 113 – 116), a plataforma aliancista nem de longe sugere a amplitude das políticas, intervenções, regulamentações, legislações que o Estado vai conduzir a partir de 1930. De tal modo que se se procurar a matriz efetiva da motivação do novo papel que o Estado passará a exercer no Brasil ele estará menos na consciência de seus dirigentes e sim, decisivamente, nas conseqüências e desdobramentos da crise de 1929 e suas exigências. A crise ao inviabilizar os fundamentos econômicos de sustentação da ordem oligárquica precipitou um processo de mudanças cujo resultado será a expansão industrial e o principal agente, o Estado. Um Estado que vai se tornar produtor, agenciador de interesses, planejador, regulador. É, de alguma forma, o Estado pensado pelos positivistas, e não por acaso montado por um entusiasta de pregação do grande líder positivista do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, que é Getúlio Vargas.

No referente a Belo Horizonte, capital do estado que foi o esteio da *Aliança Liberal*, a Revolução de 1930 não trará mudanças do grupo dirigente, que o seu núcleo hegemônico apoiou a revolução. Contudo, no plano econômico é forte o impacto da Revolução de 1930 sobre a cidade. A mais importante característica deste impacto é a entrada da cidade no caminho da industrialização.

Diz Philip Gough:

“Uma política industrial mais agressiva todavia, só foi implementada quando as condições políticas do país assim o permitiram. Isto é, em período após a revolução de 1930. É justamente da década de 1930, mais precisamente em 1936, a primeira tentativa de estabelecer um distrito industrial na capital[...]. Algumas indústrias chegaram a se instalar na região, entre as quais se destaca a Cia. Souza Cruz de cigarros. Todavia o distrito não prosperou e logo o governo do estado passava a procurar um outro local para instalação das indústrias[...]. As razões do fracasso de tal iniciativa passam por duas questões: a ambiental e a energética”. (GOUGH, 1994, p. 65-66)

A solução destes dois constrangimentos foi a escolha de uma área para a montagem do distrito industrial de Belo Horizonte fora do município, em Contagem, reduzindo assim o impacto ambiental direto sobre a cidade, e fugindo do gargalo representado pela Bond and share e sua recusa em ampliar a produção de energia para Belo Horizonte. A cidade Industrial de Contagem, chamada de Juventino Dias, é o marco tanto do explícito comprometimento do estado com a industrialização, quanto de um novo gradiente de expansão urbana da cidade para oeste. (GOUGH, 1994, p.67)

Ao mesmo tempo que a década de 1930 vê o início da expansão industrial de Belo Horizonte, é desta época o segundo ciclo de planejamento urbano de Belo Horizonte, que tendo início em 1935, no governo do prefeito Octacílio Negrão de Lima, irá até o início dos anos 50, no governo do prefeito Américo René Giannetti: Octacílio Negrão de Lima foi prefeito em Belo Horizonte por duas vezes – 1935 – 38, nomeado pelo interventor Benedito Valadares; 1947 – 51, neste pelo voto popular. Sucederam-no José Oswaldo Araújo, 1938 – 40, e Juscelino Kubistchek, 1940 – 1945, e Américo René Giannetti, 1951 – 55. Entre 1945 e 1947, ocuparam a prefeitura os seguintes prefeitos: João Gusman Jr.; Pedro Laborne Tavares; Gumercindo Couto e Silva; Emídio Beruto e João Franzen de Lima.

Trata-se aqui de um retorno do planejamento da cidade à luz de duas grandes questões: a) a centralidade que a industrialização assumiu a partir de 1930 como quase sinônimo de desenvolvimento econômico e social e b) a constatação do desordenado processo de ocupação da cidade fora da avenida do Contorno. Assim o planejamento da cidade, que se vai buscar a partir, visará tanto enfrentar o desordenamento de expansão urbana, quanto a constituição de base *infra-estrutural para o desenvolvimento industrial da cidade*.

Para acompanhar a questão urbana da cidade é criado em 1934 a Comissão Técnica Consultora de Cidade:

“A comissão foi oficialmente instalada em outubro de 1934, formada por quatro subcomissões; engenharia, arquitetura e urbanismo, higiene industrial e comércio. ...Em seu trabalho preliminar, o engenheiro (Lincoln Continentino) apontou alguns problemas cuja solução não pode prescindir de um plano sistematizado e ocasional de expansão...”. (CASTRIOTA; PASSOS, 1998, p. 135)

Vai se destacar neste amplo processo de replanejamento da cidade, depois do plano básico de Aarão Reis, o engenheiro Lincoln Continentino, que vai sintetizar suas concepções sobre urbanismo em um livro de 1937 – *Saneamento e Urbanismo*. Veja-se um resumo de sua atuação:

“Suas idéias, embora nunca implantadas em seu conjunto, marcaram as administrações de Octacílio Negrão Lima, Oswaldo Araújo e Juscelino Kubistchek, entre 1935 e 1951: a execução de algumas radiais propostas, como o prolongamento das avenidas Amazonas e Afonso Pena; alongamento da Tocantins, atual Assis Chateaubriand, abertura das avenidas sanitárias Pedro I, posteriormente Antônio Carlos, Pedro II, Silviano Brandão, Tereza Cristina e Francisco Sá, a canalização do ribeirão Arrudas em toda zona urbana, com a execução de emissário de esgotos em trecho de uma das margens; e a urbanização da Cidade Jardim e da Pampulha, dentro da concepção de ‘cidade-jardim’.” (GUSTIN; ARAÚJO; CAMPOS, 1996, p. 28)

Trata-se da mais importante e ampla intervenção urbana em Belo Horizonte depois de sua construção, marcando um novo tempo de planejamento depois de longa dominância do *laissez-faire* que havia produzido um tal quadro de precariedade urbana nas áreas externas à avenida do Contorno, que se impunha a volta do plano.

Ao lado deste retorno de planejamento urbano, duas outras realidades vão se somar na redefinição do perfil da cidade – a verticalização e a industrialização. São de 1935, o primeiro arranha-céu da cidade, o Edifício *Ibaté*, com 10 andares, e a *Feira de Amostras*, também de 10 pavimentos, que dão início ao processo de verticalização da cidade.

Contudo, nem este retorno do plano, nem o diagnóstico, antigo, quanto ao desequilíbrio do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, expresso na precariedade da infra-estrutura das áreas externas à avenida do Contorno, reverteram o processo de hipertrofia da centralização da cidade. Este hipercentralização ainda hoje dominante é a mais permanente manifestação da virtual segregação, que marcou a urbanização da cidade com o sistemático desassistimento das áreas periféricas desprovidas de equipamentos, que vão se concentrar apenas em certo trecho do anel interno à avenida do Contorno. Veja-se sobre isto um registro de 1967:

“...todos esses tipos de crescimento urbano, mais antigo ou mais recente, deram a Belo Horizonte uma forma de funcionamento não usual em cidades destas dimensões: o grande poder de centralização exercido pelo centro urbano em relação às áreas periféricas. Salvo algumas exceções, quase todos os bairros vivem em relações muito diretas com o centro comercial”. (BARBOSA, 1967, p. 28)

Mais de trinta anos depois, e muitas intervenções realizadas, e o quadro de hipercentralização de Belo Horizonte não foi superado.

Em síntese pode-se dizer que a volta do planejamento, que os projetos de expansão para a região norte – complexo da Pampulha, Aeroporto, abertura das avenidas Antônio Carlos, e Pedro I – e para a região oeste – abertura da avenida Pedro II, expansão da avenida Amazonas, instalação da Cidade Industrial em Contagem, foram decisivos para a efetiva consolidação do tecido urbano da cidade. Contudo, estas intervenções não foram capazes de reverter a hipercentralização, e, sobretudo, não beneficiar os grandes latifundiários urbanos da cidade. São estes os grandes beneficiários do processo de expansão urbana aos saltos que se deu em Belo Horizonte. Dito de outra forma e sinteticamente – o planejamento na cidade, mesmo em suas épocas de maior prestígio e atuação – 1935-54, 1964-80, - foi, sobretudo, instrumento auxiliar dos interesses do mercado, interesses estes que jamais foram afrontados pelos planos, mesmo quando assim o exigia o interesse coletivo.

A expansão urbana aos saltos foi o mais importante instrumento da valorização das terras nos intervalos inter aglomerações de equipamentos urbanos, e ao longo dos eixos de expansão. Não por acaso os especuladores imobiliários e os oligopolistas do transporte urbano foram, até recentemente, os principais agentes do clientelismo político municipal.

A década de 1930 assiste à retomada do plano em Belo Horizonte. Assiste mais, assiste ao início da verticalização, à expansão da cidade para os eixos norte e o oeste, ao início da industrialização e da imposição modernista com o complexo da Pampulha; assiste, sobretudo, à uma explosão populacional. Veja-se a Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução da população de Belo Horizonte 1940 – 1980

ANO	POPULAÇÃO	%
1940	211.377	-
1950	352.724	67%
1960	693.328	96%
1970	1.235.030	78%
1980	1.780.855	44%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1940-1980.

Se é expressivo o crescimento da população, acima das médias do estado e do país, também expressivo é o avanço da vida econômica na cidade.

Tabela 3 - Evolução industrial de Belo Horizonte 1939 –1948

ANO	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL EMPREGADO
1939	748	10.589
1940	740	10.729
1941	747	11.830
1942	760	11.975
1943	761	12.378
1944	1.120	17.832
1945	1.657	19.812
1946	1.228	20.908
1947	1.458	19.140
1948	1.418	19.304

Fonte: GIANNETTI, 1951, p. 19.

Esta tendência de industrialização de Belo Horizonte vinha se dando desde a década de 1920 quando a cidade já ocupava o segundo entre as mais industrializadas do estado. Em 1946 Belo Horizonte já é o primeiro município mais industrializado do estado, com 14% do valor da produção industrial. Em 1962, Belo Horizonte continuará a liderar a produção industrial do estado, com 11,8% do total, a que se deve agregar a produção de Contagem com 8,1%. (SINGER, 1968, p. 254-264).

Este fato, o surgimento de Contagem, como o segundo município mais industrializado do estado, em 1962, expressa algo já discutido aqui anteriormente. A precariedade da oferta de energia por parte da subsidiária da *Bond and Share* obrigou o Estado a implantar a Cidade Industrial em Contagem e a buscar viabilizar o aumento da oferta da energia mediante a constituição de empresa estatal de energia elétrica, a CEMIG, criada em 1952.

Assim, só, de fato, na década de 1950 é que o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte poderá se dar sem os constrangimentos da carência de energia elétrica. Diga-se, também, que este desenvolvimento terá um forte componente de especialização. É majoritária a participação do ramo metal-mecânico-material elétrico em Belo Horizonte e Contagem. Em 1965 ele era responsável por 37,3% do número de estabelecimentos em Belo Horizonte, e por 29,7% do número de operários. Para Contagem este ramo, em 1965, empregava 50,1% da mão-de-obra industrial do município (PEREIRA e COSTA, 1967, p.p. 58 e 59).

Ao lado da atividade industrial expandir-se-ão também no município as atividades comerciais e bancário-financeiras. Veja-se tabela.

Tabela 4 - Percentual dos depósitos e empréstimos em Belo Horizonte sobre total de Minas Gerais - 1941-1950

ANO	%
1941	30
1942	26
1943	30
1944	29
1945	29
1946	31
1947	33
1948	41
1949	36
1950	n.d.

Fonte: GIANNETTI, 1951, p. 27.

n.d.: Não disponível.

Esta tendência de crescimento do setor terciário acentua-se nas décadas seguintes. O crescimento e diversificação do setor terciário serão, na verdade, as características mais marcantes de Belo Horizonte nas últimas décadas. Veja-se o texto:

“A partir dos 80 – malgrado a crise brasileira na “década perdida” e a presença deste chamado hiato de produtividade – Belo Horizonte experimenta uma diversificação de seu setor terciário que vem diferenciá-la no cenário nacional. Detendo o mais baixo índice industrial (PIB industrial/população) dentre as grandes capitais brasileiras, BH sofre um processo de diferenciação de seu setor serviços que não encontra paralelo no Brasil.

...As taxas de crescimento, pós-80, dos serviços modernos são as maiores entre as capitais brasileiras. Basicamente os chamados serviços produtivos e financeiros (consultorias, projetos, serviços profissionais e de negócios, seguros, intermediação etc) que atendem diretamente aos setores produtivos industriais de in hinterland”. (CERQUEIRA ; SIMÕES, 1997, p. 450)

Trata-se então, de acompanhar uma trajetória em que a cidade, inicialmente estrangulada em seu desenvolvimento industrial por precariedade do abastecimento de energia, resolvido este estrangulamento, com a criação da CEMIG, experimentará considerável expansão industrial – centrada no duo minero – metalúrgico – até a década de 1970. A partir daí haverá modificação nas linhas de expansão das atividades econômicas da cidade com a crescente importância que vão adquirir as atividades de serviços.

Na verdade esta especialização da cidade em atividades do terciário é tanto resultado de tendência geral quanto resposta específica da cidade à uma considerável presença de instituições e políticas sintonizadas com a modernização contemporânea e materializada na instalação de uma série de instituições de ensino, de planejamento e de ciência e tecnologia.

Registre-se que a tradição de utilização de instrumentos atualizados de modernização, planejamento e gestão de políticas públicas é precoce em Belo Horizonte, desde a sua fundação, e ainda mais fortalecida na década de 1930 com ciclo de intervenções da era Vargas. É esta a matriz da criação da Cidade Industrial de Contagem, em 1941, da elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, em 1950, da criação da CEMIG, em 1952, da criação do BDMG, em 1962, da criação da Fundação João Pinheiro, do CETEC, etc.

Na década de 1970, agora sob o influxo do planejamento tecnocrático da ditadura militar, vai se ampliar ainda mais a presença do planejamento com a experiência do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Neste passo do trabalho tem sido considerado o período que iniciado com a Revolução de 1930, é marcado pela volta do Planejamento, depois de hiato especificamente mercantil no referente às políticas para Belo Horizonte. Este período de retorno do plano, de 1930 a 1980, foi de consideráveis modificações na cidade – sua consolidação como metrópole; sua consolidação como pólo de serviços diversificados. Ao mesmo tempo houve melhorias nos indicadores demográficos clássicos – esperança de vida, mortalidade infantil, escolarização etc – como aliás aconteceu em todo o país.

No entanto, se houve avanços materiais, se ocorreu inegável modernização, se foi considerável o aparelhamento da cidade em sintonia com as tendências gerais, a cidade é mais que isso, é também vida política, social e cultural.

No plano político registre-se que a cidade tem tido, desde seus inícios, muito vivas atividades – seja de afirmação da ordem, seja de contestação: lembre-se a greve geral de 1912, com barricadas na rua da Bahia; lembre-se a greve em protesto pela execução Sacco e Vanzetti, em 1927; lembre-se os protestos e motim popular em 1922, contra o aumento do preço das entradas para os cinemas e das passagens de bonde; lembre-se a própria resistência os moradores da Favela e do Leitão em abandonarem suas casas como queria o Plano de Aarão Reis; lembre-se a greve de 1968; as lutas pela moradia e também a mobilização conservadora que precedeu e fortaleceu o golpe de 1964.

Por outro lado é de se perguntar se a atividade política, seja do Estado, seja a da sociedade civil, tem sido capaz de, de fato, modificar as condições de vida na cidade. A resposta a isto é, de saída, positiva – houve melhoria dos indicadores de qualidade de vida ao longo das últimas décadas, isto é, ampliaram-se as taxas de alfabetização, foram reduzidas as taxas de mortalidade infantil, aumentou a esperança de vida ao nascer, ampliaram-se as redes de atuação à saúde, de esgotamento sanitário e de canalização da água. Se é positivo o quadro de indicadores quando se realiza análise temporal, os níveis absolutos de alguns destes indicadores continuam problemáticos.

Reconhecer a melhoria dos indicadores de qualidade de vida na cidade não significa, contudo, desconhecer as profundas desigualdades que continuam a marcar a cidade. Isto é, que os avanços ocorridos não significam uma reversão da tendência geral de apropriação desigual do espaço urbano, mantendo-se, no geral, a marginalização de parte considerável da população do melhor dos equipamentos urbanos. Veja-se o referente à população em favelas. Em 1966 publicou-se *Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte*, que falava na existência de 79 favelas, com 25.076 domicílios, com cerca de 119.799 pessoas.

(Departamento de Habitação Popular 1966, p. 12)

Para 1991, os dados do censo mostravam a existência de 103 favelas em Belo Horizonte, com 51.735 domicílios, que, considerando-se a mesma média de habitantes por domicílio que em 1966 (4,77) resulta numa população favelada de 246.775 pessoas, cerca de 12, % da população total da cidade. (IBGE, Censo Demográfico. 1991.)

Para 1966, o percentual de população favelada em Belo Horizonte era de 12,4% o que revela que o crescimento e a modernização da cidade não têm sido capazes de incorporar um considerável contingente de pessoas ao melhor da urbanização. Ainda que se possa invocar a existência de alguns melhoramentos urbanos para as áreas faveladas, isso não autoriza outra interpretação que não a que vê na favela uma manifestação exemplar do caráter discricionário, excludente do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, processo de resto típico das grandes cidades brasileiras e reflexo do modo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, historicamente concentrador de renda, da riqueza, de poder e de informação.

Assim, Belo Horizonte, cidade que nasceu do planejamento, da vontade política, que assiste à períodos de forte presença da intervenção do poder público como o de 1935-54, 1964-1980, manteve-se, no essencial, de um lado impermeável a um efetivo processo de democratização de seus equipamentos e serviços e de outro lado, território da especulação imobiliária, da concentração e centralização dos equipamentos e serviços urbanos.

É este quadro que começa a ser rompido nos anos 80, fruto da crise financeira e de legitimação do Estado, que leva ao fim da ditadura militar, e do avanço dos movimentos sociais, da luta política e sindical, que vão resultar na década de 1990 na vitória eleitoral de projetos políticos sintonizados com os interesses democrático-populares, dando início à terceira invenção da cidade, a *invenção social*.

3. A Invenção Social (1980-2000 e...)

Os anos 70 marcaram a transformação de Belo Horizonte em metrópole industrial. Os governos estadual e federal, sob controle militar e domínio tecnocrático, conseguiram atrair para Belo Horizonte e sua região metropolitana um conjunto de grandes projetos industriais nos setores de bens de capital e consumo durável. A metrópole se consolidou como centro de prestação de serviços de uma vasta área industrial que se estendia por raio de mais de cem quilômetros, enquanto estimulava também as articulações pendulares com alguns municípios vizinhos, particularmente aqueles sedes das novas indústrias e outros que abrigaram a população migrante atraída pelo *milagre* mineiro.

Belo Horizonte, a exemplo de outras cidades brasileiras industrializadas (como nos demais países capitalistas), parecia subordinar-se docilmente aos requisitos da indústria. Isto significava, entre

outras coisas, o direcionamento dos investimentos públicos para criar as condições gerais de produção (infra-estrutura, transportes, mercados de trabalho e imobiliário, entre outros) direta e indiretamente requeridas pelo capital industrial. Significava, também, um avanço seletivo nas condições de consumo coletivo e privado, segundo as demandas e possibilidades dos mercados urbanos para os novos produtos da indústria brasileira, tanto na cidade quanto em sua região de influência. A implantação da Fiat Automóveis em Betim, a muito desejada indústria motriz, consolidou o processo industrial na região metropolitana da capital mineira.

A subordinação da cidade, tradicional espaço privilegiado da política e da cidadania, aos requisitos da industrialização centrada no capital multinacional com o apoio do Estado desenvolvimentista parecia inevitável e conseqüente, no contexto totalitário daquelas décadas. Ademais, o processo de despolitização do espaço urbano era já descrito há décadas em todo o mundo capitalista. O urbanismo e o planejamento urbano há já muito cuidavam de buscar soluções técnicas e politicamente descompromissadas para responder às novas demandas colocadas pelo intenso e extensivo processo de urbanização. Neste sentido, os planos urbanos se centravam em grandes propostas reformistas adaptadas à lógica urbano-industrial, enquanto as leis de uso e ocupação do solo cuidavam de ordenar o espaço da cidade segundo as necessidades imobiliárias colocadas como demandas do comércio e serviços e das residências da classe média. Tratados como bens e serviços de mercado, os serviços urbanos excluía assim a maior parte da população, incapaz de pagar pelo processo de urbanização.

A expansão metropolitana foi a tônica das décadas de 70 e 80. Eixos viários, distritos industriais, infra-estrutura e serviços de apoio à produção industrial deram a tônica do crescimento urbano. Na sua esteira, a proliferação de loteamentos periféricos, na maioria ilegais, surgiram para abrigar a imensa população migrante que se dirigiu à região urbana de Belo Horizonte. A cidade explodiu sobre sua periferia, carregada e carregada pelas demandas do processo industrial. Novos bairros e condomínios de classe média alta, acompanhados de grandes equipamentos comerciais, cuidaram de estender o espaço urbanizado por sobre municípios vizinhos, ao mesmo tempo em que geravam impactos sócio-econômicos e pressões populacionais sobre as pequenas cidades-sede, distritos e espaços rurais adjacentes. A subordinação da cidade (e do antigo campo) às lógicas da produção industrial capitalista se fez, então, aparentemente integral.

Na cidade metrópole, o centro implodiu sobre si mesmo e cresceu sobre a periferia imediata, adensando, verticalizando e consolidando o espaço do poder. Na região metropolitana, o processo urbano se estendeu englobando campo e cidade numa unidade lógica e pretensamente ordenada. De fato, apenas uma pequena parcela do tecido urbano em expansão era objeto mínimo de ordenação, visto que apenas partes da região interessavam ao capital e ao poder público constituído.

3.1. A Repolitização do Espaço Urbano

A expectativa de crescente despolitização da cidade – e ainda mais, do espaço urbano e metropolitano, produto mesmo do capitalismo industrial – aparecia como um corolário necessário do processo de destruição da velha cidade. O tecido urbano-industrial, subordinado à lógica da acumulação capitalista industrial de Estado, seria a espacialidade hegemônica virtual, despolitizada e funcionalizada segundo a ordem definida pela divisão técnica e social do trabalho, tendo como referência a busca do progresso que o desenvolvimento industrial há muito prometia. A exemplo das propostas urbanísticas pretensamente técnico-científicas do início do século, tratava-se de criar condições favoráveis para a reprodução humana nas periferias das cidades, mesmo que isso implicasse a exclusão da população trabalhadora da centralidade urbana, do locus do poder, da *festa* e do excedente coletivo, enfim, da *ciudadela*. A ideologia do *habitat* humano pregada pelo racionalismo progressista permitia e justificava (fato recorrente no Brasil¹) a substituição do *direito à cidade* pelo direito à habitação. Assim, a despolitização da cidade se consumava e logo se estendia ao espaço urbano como um todo, este já destituído por natureza dos atributos sócio-político-culturais da antiga cidade – os atributos da *urbs*, da *civitas*, da *polis*.

Entretanto – já previra Henri Lefèbvre em seu controvertido *A Revolução Urbana* – vinha ressurgindo, ainda num *campo cego* e sob o foco hegemônico do *holofote* industrial, uma *praxis urbana*, uma repolitização da cidade resgatada como espaço de vida e da reprodução, do exercício do poder, do excedente e da festa coletivas – o espaço do social². Termos como cidadania e política, tão caros ao sentido mesmo da

¹ Desde o Plano de Belo Horizonte e repetidamente ao longo deste século, culminando com os conjuntos habitacionais dos anos 60, justificou-se a exclusão dos trabalhadores e população pobre das áreas urbanas centrais com argumentos habitacionais, higienistas, de qualidade de vida, etc..

² Henri Lefèbvre escreveu amplamente sobre o direito à cidade (1968) e a revolução urbana (1970/1999), logo ampliando sua visão para discutir o papel do espaço (urbano) na sobrevivência do capitalismo (e de suas relações de produção) (1973/1976) e finalmente, sobre a produção social do espaço (1974/1991).

cidade, foram resgatados para o debate político, não apenas no contexto brasileiro mas em todo o mundo. Este renascimento do sentido final da cidade, centro da civilização, não ficou restrito ao espaço da cidade pré-industrial (política ou mercantil). Estendeu-se com e pelo tecido urbano-industrial, superando logo a dimensão metropolitana, englobando cidade e campo em geral. Os *MSUs* - *movimentos sociais urbanos*, que caracterizaram o final dos anos setenta, multiplicaram-se e se estenderam por todo o espaço integrado ao sistema urbano-industrial na década seguinte, dando origem aos múltiplos processos organizacionais da sociedade civil que ainda hoje marcam a sociedade brasileira. Nos anos 90, perderam definitivamente seu caráter restrito às áreas urbanizadas, estendendo-se ao campo, à fronteira agrícola, aos povos das florestas; enfim, todo o espaço social se politizou com a extensão do tecido urbano. Os Sem-Terra, organizados no MST, não são mais apenas camponeses, historicamente excluídos da economia e sociedade brasileiras, buscando sua sobrevivência e abandonados à sua própria sorte. São neo-agricultores, trabalhadores urbanos e rurais, organizados no mais forte e expressivo movimento social que o Brasil gerou no seu ainda recente processo de redemocratização. A cidade, espaço da política e da cidadania, ao se estender sob a forma de tecido urbano ao espaço social como um todo, estendeu consigo suas tradições da *polis* e da *civitas*, fazendo-o seu dileto herdeiro. Iniciou-se, irreversivelmente, o processo virtual de urbanização total da sociedade brasileira³.

Belo Horizonte, metrópole em franco crescimento e expansão urbano-industrial sobre sua região imediata, não poderia evitar o processo de repolitização urbana que vinha marcando essa etapa do capitalismo industrial (em crise e conseqüente transformação, como indubitavelmente evidenciado nos anos 90).

Já ao final da década de setenta a mobilização política da sociedade em torno de questões ligadas às condições coletivas de reprodução nas áreas urbanas em todo o país forçava o governo tecnocrático-militar a olhar para problemas comunitários do cotidiano, criando programas sociais de curto alcance mas óbvio sentido político⁴. Se por um lado tais programas pretendiam conter, controlar e cooptar a *praxis* política urbana nascente, por outro, em muitos casos, criaram as condições e forneceram os instrumentos para seu fortalecimento. No início dos anos oitenta, com a abertura política, setores progressistas do planejamento urbano (e da academia) discutiam as implicações sociais e políticas da articulação desses programas governamentais com os movimentos sociais nascentes, contrapondo a necessidade de resistência à cooptação ao seu possível potencial organizativo e transformador. Logo ficou evidente a necessária ambigüidade de tais relações (e posições) assim como as limitações imediatas do processo de (re)politização do espaço nas cidades⁵.

Entre os intelectuais de formação marxista não faltou uma certa perplexidade diante do deslocamento parcial da luta política do âmbito da produção e do espaço de trabalho, onde os sindicatos se reorganizavam e surgia nova força político-partidária, para o âmbito da reprodução e do espaço de vida. Entretanto, o potencial de articulação das duas esferas sócio-espaciais – a produção e a reprodução, o trabalho e a vida cotidiana, o industrial e o urbano – logo se evidenciou, mesmo (e fortemente) na organização e apoio político do novo partido classista. De fato, o Partido dos Trabalhadores já nasceu pluriclassista, como muitos dos movimentos sociais urbanos.

Também o movimento ambientalista veio se somar, ainda nascente e pleno das contradições por suas variadas e distintas origens políticas, à repolitização do espaço e ambiente de vida. Paradoxalmente, a natureza urbana das questões ambientais foi muitas vezes escamoteada e o debate se centrou no *verde*, em detrimento das graves questões sócio-espaciais. Entretanto, as questões se recolocaram com relativa rapidez e a óbvia articulação dos problemas comuns da reprodução coletiva – da cidade ao planeta – abriram um amplo espaço de alianças contra a hegemonia avassaladora da lógica industrial⁶. A questão ambiental – no limite, a questão da reprodução humana em escala planetária e existencial – veio assim integrar a (re)politização do espaço social contemporâneo – o urbano, o espaço urbano (virtualmente) total.

³ É sempre oportuno lembrar o ensaio vanguardista de Chico de Oliveira que identifica o *ovo de Colombo* da urbanização brasileira como sendo a extensão virtual das relações de produção capitalistas a todo o espaço nacional: “A urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é do que a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional, das relações de produção capitalistas; embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar: já não se pode voltar atrás”. (OLIVEIRA, 1978, p. 74).

⁴ Programas “sociais” como os Centros Sociais Urbanos e o Prodecum, entre outros, são exemplos do reconhecimento, pelos governos federal e estaduais, da organização comunitária crescente.

⁵ Em Belo Horizonte, SOMARRIBA (1993) identificou como *amplamente minoritários* tanto os movimentos comunitários *ideológicos* (que negavam a articulação com o Estado) quanto os *pragmáticos* (baseados em relações de trocas e favores), enfatizando os movimentos *mistos* que, com sua ambigüidade e ambivalência face ao Estado, dominavam a cena política na capital.

⁶ Ipatinga, onde o PT conquistou o poder municipal (o urbano) ao final dos anos 80, após décadas de infrutíferas tentativas no âmbito sindical (o industrial), ilustra bem o deslocamento das lutas políticas do espaço do trabalho para o espaço de vida, tendo o movimento ambiental como seu forte aliado. A respeito, ver BRAGA; MONTE-MÓR, 1996.

Após suas primeiras manifestações nos anos setenta, os movimentos sociais urbanos ampliaram as reivindicações frente ao Estado. As respostas governamentais procuraram a descentralização (eventualmente, municipalização) dos serviços sociais urbanos: transportes, abastecimento, educação e saúde, habitação e saneamento. Em Belo Horizonte, como em outras capitais, no bojo das variações do jogo político-partidário das administrações estaduais e municipais, práticas clientelistas foram resgatadas. Assim, conselhos comunitários e setoriais, administrações regionais e programas públicos criados com o objetivo formal de descentralizar o processo de gestão e/ou incentivar a participação popular na administração municipal, atuaram de fato no sentido de cooptar as centenas de associações comunitárias já em atividade, criadas em sua imensa maioria a partir de 1974.⁷

A mobilização social urbana ganhou corpo e intensidade principalmente quando a crise da economia brasileira, como também a crise fiscal do Estado, começaram a se agudizar. Depois de uma década sem crescimento econômico mas com alta inflação e altos juros sobre as crescentes dívidas interna e externa, o Estado brasileiro se viu incapaz de dar continuidade ao suporte direto (e indireto) ao grande capital para manter o modelo desenvolvimentista exportador que caracterizou o *milagre brasileiro*. Assim, o arremedo de um Estado do Bem Estar seletivo e elitista que vinha se esboçando aos trancos e retrans nas sobras do desenvolvimentismo, se viu desmontado e confinado ao nível local, ao município.

Os municípios, politicamente fortalecidos a partir da Constituição de 1988, mas financeira e institucionalmente destituídos das condições objetivas para enfrentar os grandes problemas sociais e econômicos do país – desemprego, (des)educação, saúde, insalubridade, habitação, anomia social, violência, pobreza – tiveram que assumir a conta do bem estar social. A nível nacional, muito ao contrário, o modelo voltado para criar as condições gerais de produção necessárias ao capital multinacional na construção do *país dos ricos* – as elites e classes médias, os consumidores dos bens fordistas – agravou e aprofundou os níveis de exclusão social e econômica, ampliando a miséria urbana (e rural). O *país dos pobres* foi relegado ao nível local e o município, reduto final do Estado do Bem Estar, há que enfrentar os problemas societários gerados por uma economia perversa e governos comprometidos com o grande capital⁸.

A partir de então, aguçou-se a luta entre o Estado e a sociedade civil, esta cada vez mais organizada e mobilizada, não apenas nas áreas urbanas mas em todo o espaço nacional (virtualmente urbano). O espaço social brasileiro se (re)politizou, forçando o discurso político-partidário a incorporar questões e bandeiras trazidas à Constituinte como expressões das demandas populares do cotidiano colocadas pela sociedade organizada. Tais questões tenderam a permear o discurso de todos os partidos e candidatos: de punhos cerrados, mostrando os cinco dedos da mão, explorando um *coração sentido*... todos sensibilizados e identificados com a justiça social e as carências da pobreza urbana (e rural). A transformação do discurso em ação, entretanto, tem sido luta cerrada, capitaneada pela mobilização política dos grupos sociais organizados e pelos partidos comprometidos com a causa popular, que conseguiram assim dar o tom do debate político no país, mas não conseguiram promover mudanças expressivas no quadro de pobreza e desesperança nacional.

Não obstante, novas teorias e práticas de gestão e planejamento local vêm surgindo como tentativas de resposta às demandas políticas da sociedade urbana. No planejamento, a discussão vem se deslocando da velha dicotomia entre técnica e política, ou seja, da tradicional polarização entre a *reforma social*, promovida de cima para baixo a partir das elites e da tecnocracia, e a *mobilização social*, de baixo para cima, a partir das bases populares e vanguardas políticas, para uma posição terceira que Friedmann (1989) chamou de *aprendizado social*. Nesta perspectiva, o saber e organização tecno-burocráticos devem ser reconhecidos em sua operacionalidade, como também o devem ser o saber e a mobilização populares. A premissa central é a incorporação dos grupos sociais, antes vistos como usuários, clientes e/ou consumidores, isto é, como objeto do planejamento, agora vistos como parceiros e efetivos sujeitos do planejamento, numa abordagem que pretende privilegiar a horizontalidade nas relações entre o poder público/saber técnico e a organização social/saber popular. Como resultado, observa-se um deslocamento do poder do planejamento das mãos do Estado para a sociedade civil organizada, bem como do monopólio do saber técnico para os grupos sociais (associações, ongs, movimentos populares, parcerias várias) através de seus próprios membros ou de alianças com setores técnicos, acadêmicos e mesmo empresariais.

⁷ SOMARRIBA et al. (1984) mostram que 131, das 202 associações comunitárias existentes em BH em 1980, foram criadas depois de 1974 (sendo 1978 o ápice, com 46 novas associações). O crescimento persistiu na década de 80, totalizando 548 associações em 1993. (SOMARRIBA, 1993).

⁸ Conquistas federais importantes, como o Sistema Único de Saúde e a Previdência Social, apesar da precariedade e injustiça social que expõem (e escondem), não devem ser menosprezadas.

Dentre as novas experiências de planejamento e gestão que ora vêm se ampliando e consolidando, coerente com essa abordagem mais participante e horizontalizada, destaca-se o orçamento participativo, hoje referencial em todo o país, mas que teve seu início em prefeituras administradas pelo PT nos anos 80: São Paulo, Santos, Porto Alegre, Ipatinga, entre outras. O orçamento participativo supõe uma descentralização administrativa e uma efetiva e crescente participação das comunidades organizadas na definição da alocação de uma parcela expressiva de recursos para investimentos do orçamento anual municipal. Em Belo Horizonte, implantado a partir de 1993 na administração Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores, vem sendo ampliado em escopo e abrangência⁹.

A socialização e democratização da gestão municipal implícita no orçamento participativo vem contribuir para consolidar o processo de politização do espaço social urbano, sem dúvida ampliando e aprofundando a *praxis urbana* anunciada por Lefèbvre em 1970. Entretanto, essa *praxis urbana* nascente, assim como outros meios de luta política, não se restringem mais ao espaço das cidades ou dos municípios, mesmo que uma política municipalista estreita forjada pelo sistema institucional brasileiro assim o enfatize. De fato, a urbanização extensiva no espaço brasileiro não mais se limita às áreas metropolitanas mas virtualmente abarca todo o espaço nacional, encarregando-se de estender a (re)politização do espaço de vida – o espaço urbano – a todo o espaço social. E é esse processo sócio-espacial extensivo que se faz necessário compreender, abarcar e incorporar como referencial de intervenção econômica e *praxis* cultural e política.

3.2. A Explosão da Cidade e a Extensão do Urbano

O que é Belo Horizonte? Esta pergunta simples, facilmente respondida em décadas passadas, hoje contém um grande complicador. Certamente, ao dizer Belo Horizonte muitas vezes nos referimos à antiga *cidadela*, à área interna à Avenida do Contorno, principalmente se exaltamos a modernidade racionalista do traçado, a concentração de monumentos, prédios de valor cívico, cultural e/ou histórico, equipamentos centrais de cultura, saúde, lazer, educação, etc. Estes, se não se concentram na *cidadela*, estão nas suas extensões: espaços privilegiados pela concentração do excedente coletivo, pela presença do poder e/ou da festa, como a Pampulha (represa com área de lazer, campus universitário, etc.), Gameleira, os bairros Mangabeiras/Belvedere, o BHShopping/etc., entre outros.

Entretanto, se pensamos em Venda Nova e Barreiro, espaços urbanos periféricos gerados no e pelo tecido urbano-industrial (e seus vários espaços intersticiais), estamos ainda no município de Belo Horizonte, mesmo que poucos elementos da estrutura urbana e arquitetônica os identifiquem como tal. Desprovidos dos monumentos, espaços públicos e equipamentos centrais que caracterizam a cidade capital, esses bairros e/ou distritos reproduzem a forma urbana em suas malhas viárias e redes de serviços, sem contudo constituírem o que chamamos cidade, marcada pela tríade civilizatória – o excedente econômico, o poder sócio-político, a festa cultural – elementos definitivos da predominância da cidade sobre sua periferia rural.

Além desses espaços (institucionalmente belohorizontinos) de expansão urbana, municípios vizinhos – Nova Lima, Ibirité, Contagem, Caeté, Vespasiano, Lagoa Santa, Santa Luzia, Sabará, entre outros – tampouco se confundem com Belo Horizonte. Entretanto, visto de fora, a fábrica da Fiat, obviamente, está em Belo Horizonte, assim como o Aeroporto de Confins. Negá-lo seria apenas uma tecnicidade administrativa que pouco contribui para a compreensão do espaço urbano e do sentido de Belo Horizonte.

Por outro lado, os mais de vinte municípios e cidades que integram a RMBH, além dos outros vinte ou mais que não a integram, integrando-a: Itabirito, Ouro Preto, Sete Lagoas, entre outros; e mais além, cidades e áreas urbanas distantes no *entorno metropolitano* (como Bom Despacho, Divinópolis, Monlevade, e muitos outros), todos se referenciam a Belo Horizonte como lugar central de serviços (saúde, educação, abastecimento, lazer, entre tantos outros) e muitas vezes, espaços de trabalho.

Ou seja, dependendo dos objetivos, interesses e escala, Belo Horizonte se estende ou se reduz para responder à integração do espaço urbano-regional que contribuiu para produzir, abarcando-o e redefinindo-o. A própria *cidade* de Belo Horizonte é de difícil definição e delimitação, ainda que o município, enquanto unidade político-administrativa, seja claramente delimitado. Entretanto, para fins de compreensão do fenômeno sócio-espacial Belo Horizonte e atuar sobre esta realidade, há que fazer exercícios para sua compreensão que certamente transcendem os limites municipais, estes por sua vez já externos aos limites da *cidade*, mesmo definidos em suas centralidades e periferias imediatas.

A centralidade hegemônica de Belo Horizonte, expressa pela velha *cidadela* e suas extensões, parece hoje insuficiente para se pensar o espaço urbanizado (virtual) que se afigura para a Belo Horizonte

⁹ Sobre os primeiros anos do orçamento participativo em Belo Horizonte, ver ALVES JÚNIOR (1997).

do futuro próximo. As antigas periferias, múltiplas e diferenciadas, tendem cada vez mais a constituírem novas centralidades sócio-espaciais, com identidades e autonomias relativas, à medida que o tecido urbano-industrial se equipa para receber as atividades econômicas em franco processo de descentralização. A extensão das condições de produção ao espaço micro-regional e as novas oportunidades tecnológicas de comunicação e transportes ampliam e diversificam a rede de lugares centrais, superpondo centralidades, periferias e áreas de mercado, complementares e/ou competitivas, criando novos nexos de articulação inter-escalares, do nível local ao mundial.

Entretanto, a centralidade de Belo Horizonte, historicamente exacerbada no próprio município, fica ainda mais marcada quando consideramos o espaço micro-regional que a capital do estado polariza. As novas relações centro-periferia, já evidentes na transformação funcional no interior do município, se agudizam quando pensamos no processo extensivo de urbanização. Por outro lado, a centralidade funcional não mais se coaduna com a estrutura urbanística do espaço construído na *cidadela* e suas extensões, diante de um espaço hiper-adensado e subordinado à lógica do transporte, se mostra incapaz de responder às demandas que a *grande* Belo Horizonte vem crescentemente colocando.

O espaço urbano-industrial de Contagem, Betim ou, e hoje cada vez mais, Santa Luzia, definiria centralidades articuladoras, locais e metropolitanas, não fora a completa hegemonia da(s) cidadela(s) da capital estadual sobre sua região imediata de influência. Entretanto, a multiplicidade virtual de centralidades – e assim, de periferias – parece ser tendência inelutável, à medida que se expande o tecido urbano. *O espaço de pontos, isto é, o não-espaço*, como denomina Milton Santos o espaço da globalização e da integração mundial mercantil e financeira (e linguística, diria Santos), se organiza também na fragmentação e pulverização da organicidade regional e nacional¹⁰. Restaria a unicidade local, se possível fosse.

Entretanto, como se manifesta o espaço mundial em Belo Horizonte? O que inclui e o que exclui, entre lugares, atividades, populações? Certamente inclui os aeroportos, as grandes fábricas multinacionais, o centro nacional de moda, a universidade; enfim uma coletânea de pontos não mais situados na cidadela, mas dispersos pelo espaço urbano, municipal e metropolitano. O *espaço de pontos* se articula diversa e fragmentariamente na Belo Horizonte expandida e não há como recriar o isolamento da cidade. Pelo contrário, a área urbana toma conta da lógica sócio-espacial e estilhaça a antiga unidade urbana em mil fragmentos, real e virtualmente integrados. A espacialidade dos processos urbanos (e industriais, hoje àqueles subjacentes) se estende e amplia sua integração e capacidade de comando. Qual a espacialidade de uma greve na Fiat? Qual a espacialidade das lutas populares envolvendo as condições de vida e reprodução dos trabalhadores articulados ao espaço geo-econômico da Fiat?

Por outro lado, novas e antigas centralidades locais já se tornaram metropolitanas, em Belo Horizonte. A Savassi, nova velha centralidade das elites belo-horizontinas dos anos 70, é hoje ponto de encontro da juventude da periferia metropolitana nos fins de semana. Por outro lado, Macacos em Nova Lima, Lagoa Santa, Moeda e tantos outros espaços em municípios próximos são lugares de refúgio e lazer da classe média belo-horizontina e, cada vez mais, alternativa habitacional para profissionais autônomos, jovens empresários, entre outros grupos médios para não mencionarmos os muitos trabalhadores e estudantes que se deslocam pendularmente para a capital.

A multiplicidade de nexos sócio-espaciais que assim se constituem exigem visões mais totalizantes e integradoras do que as meras políticas setoriais e/ou locais e municipais. Se os níveis mais altos da gestão pública se mostram comprometidos apenas, ou pelo menos primordialmente, com a integração capitalista mundial, cabe ao poder local – e aos seus possíveis múltiplos parceiros – promover e desenvolver, no espaço do cotidiano, esses nexos também econômicos e territoriais, referenciados ao urbano, ao espaço da reprodução, da cooperação e da solidariedade que sempre marcaram a cidade. Há que (re)pensar a *cidade* em sua totalidade, dentro e fora da(s) cidadela(s), para além do município, para além do adensamento do espaço urbanizado, dando-lhe as muitas dimensões que se insinuam no urbano contemporâneo, não apenas no espaço gerado pelos fluxos e articulações do capital globalizado mas também, e principalmente, no espaço social da vida cotidiana.

¹⁰ Para SANTOS (2000, p.16) tais espaços, criados pela “universalidade de um único sistema técnico” e de sua língua universalizante e hegemônica, “são espaços de organização, e não espaços orgânicos.” Mas, já se diz vulgarmente, inglês não é mais uma língua, é instrumento de trabalho.

Bibliografia

- ALMEIDA, Marcelina das Graças. A Catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição. In: DUTRA, Eliana Freitas (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996.
- ALVES JUNIOR, José Arcanjo. *Orçamento participativo na Prefeitura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Face/UFMG, 1997, p. 58. (Monografia de Graduação em Economia).
- BARBOSA, Getúlio Vargas. Notas sobre o sítio e a posição de Belo Horizonte. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v.17, dez. 1967.
- BARRETO, Abílio – Belo Horizonte, memória histórica e descritiva. *História Média*. Belo Horizonte, FJP/PBH, 1995.
- BRAGA, Tânia; MONTE-MÓR, Roberto L. Política Red-Green no Vale do Medo: reflexões sobre políticas públicas em meio ambiente nas administrações do PT em Ipatinga. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambú, 1996. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996, p. 1273-1291.
- BRITO, Carvalho. *Concentração conservadora de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1930.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. O estilo moderno: arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG; IAB, 1998.
- CERQUEIRA, Hugo E.G.; SIMÕES, Rodrigo. Modernização e diferenciação econômica em Belo Horizonte. In: *Vária História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n.18, 1997.
- SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E CULTURA POPULAR. Departamento de Habitação Popular. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1996.
- DIAS, Padre Francisco Martins. Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte. APM, 1987. Edição fac-simile.
- DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- FRIEDMANN, John. Planning in the public domain: from knowledge to action. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10. ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.
- GIANNETTI, Américo Renê. *Plano Programa de Administração de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1951.
- GOUGH, Philip Fox. *Drummond – O contrapeso de ordem: o desenvolvimento esporial de Belo Horizonte (1897 – 1964)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR/UFMG, 1994. Belo Horizonte, 1994.
- GRAVATÁ, Hélio. Contribuição bibliográfica sobre Belo Horizonte. In: *RAPM*. Belo Horizonte, v.33, 1982.
- GUSTIN, Fátua Maria de Souza; ARAÚJO, Maria Marta Martins de; CAMPOS, Maria Verônica. *A Comissão Construtora e o Saneamento da Nova Capital*. Belo Horizonte: COPASA; FIP; IEPHA, 1996.
- IBGE, Censos Demográficos 1940 – 1980.
- IGLÉSIAS, Francisco et al. A Constituinte Mineira de 1891. In: *RBEP*, Belo Horizonte: UFMG, n.71, jul.1990.
- LEFÈBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.
- . *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (Original francês, 1970).
- . *The Survival of Capitalism*: reproduction of the relations of production. London: Allison & Busby, 1976 (original francês, 1973).
- . *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991 (Original francês, 1974).
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte, 1970.
- NEVES, Lourenço Baeta. *Comissão de Melhoramentos Municipais: relatório*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1914.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J.A. (org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PEREIRA, Jesse de Azevedo; COSTA, Beatriz Meireles da. Estudo monográfico de Belo Horizonte. In: R. da UFMG. Belo Horizonte; s.n.t.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: FJP/CREA, 1997.
- SANTOS, Milton. O tempo despótico da língua universalizante. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, 05/11/2000, p.16-17.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; USP, 1968.
- SOMARRIBA, M.M.; VALADARES, M.G.; AFONSO, M.R. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Belo Horizonte: Vozes: FJP, 1984.
- SOMARRIBA, M. Mercês G. *Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte: balanço de uma década*. s.l, s.e., 1993. (Circulação interna)
- VARGAS, Getúlio. *Plataforma de Aliança Liberal*. Rio de Janeiro: 1930.

Características Históricas e Territoriais



Duas dimensões fundamentais para se entender a produção do espaço urbano de uma cidade são o seu ambiente físico geográfico e a sua história. A cidade é uma invenção humana, uma síntese dinâmica do tempo e das relações sociais que se cristalizam, conformando o espaço urbano.

Sendo assim, nesta seção, procurou-se sistematizar um núcleo de informações disponíveis, que subsidiem a reflexão sobre tais aspectos, essenciais para a compreensão da dinâmica da cidade.

Por isto, a organização da seção em dois temas, trazendo no primeiro a contribuição da historiografia, fundamental para se entender a formação da cidade no tempo e, no segundo, um agrupamento sintético dos dados disponíveis sobre o espaço físico geográfico de Belo Horizonte.

Características Históricas

Aspectos Históricos da Cidade

Belo Horizonte: a Cidade Descrita Documentos de uma História Urbana

Leonardo José Magalhães Gomes *

*Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir
a capital do Estado*

(Art. 1º da Lei n. 3 Adicional à Constituição Estadual de 1893)

Por que ruas tão largas?

Por que ruas tão retas?

.....

Cidade grande é isso?

.....

Aqui tudo é exposto

evidente

cintilante. Aqui

obrigam-me a nascer de novo, desarmado.

(Carlos Drummond de Andrade. *Boitempo II.*)

Amo Belo Horizonte com o mesmo enternecido amor

Que dedico ao meu torrão natal — Diamantina.

(Abílio Barreto. *Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva, História Antiga*)

I

Belo Horizonte não é uma cidade como as outras. Ela não é o fruto espontâneo da aglomeração de casas levantadas por uma conjunção de interesses e posicionamento estratégico, como quase todas. Ela foi planejada, projetada, traçada a régua e compasso. Criada primeiro na prancheta, teve depois seu plano imposto ao relevo natural à custa de enormes esforços e grande movimento de terras. Por isso a Cidade de Minas, como era seu nome oficial, veio causar imenso impacto na contida gente da montanha. Era muito diferente das cidades de ruas e vielas tortuosas da mineração, de Ouro Preto, Mariana, Sabará e tantas outras a que o povo estava acostumado. A cidade moderna, positivista, eugênica, veio para romper de uma vez por todas com o passado ao inaugurar uma nova era, a da República e, ao mesmo tempo, coroar a tradição de Minas Gerais, a única região das colônias ibéricas cuja base cultural era enraizadamente urbana. Mais que uma cidade, era um símbolo ideológico e cultural. O tempo encarregar-se-ia de corrigir os excessos.

Na descrição da *Cité de France*, feita por Jules Verne em seu livro *Cinq Cents Millions de la Begum*, de 1872, parece estar contido o arruamento positivista da nova capital mineira:

*“Et d’abord le plan de la ville est essentiellement simple et regulier, de manière à pouvoir se prêter à tous les développements. Les rues croisés à angles droits, sont tracées à distances égales, de largeur uniforme, plantées d’arbres et designées par des numéros d’ordre. De demi-kilomètre en demi-kilomètre, la rue, plus large d’un tiers, prend le nom de boulevard ou avenue...”*¹

Nos versos transcritos em epígrafe, evocadores da perplexidade de Drummond menino, poderia estar o sentimento de um personagem do livro de Verne. Na novela, temos o espírito positivo que presidiu a concepção da nova capital. Na poesia, o choque sofrido pelos moradores das Minas.

* Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

¹ VERNE, Jules. *Les cinq cents millions de la begum*. Paris: Hachette, 1929, p. 160.

II

Se o impacto foi tão grande, por que a mudança? Além das razões já mencionadas, há outras de peso. No capítulo VII da primeira parte do seu já clássico *“Um Estadista Da República”*, Afonso Arinos, ao narrar a instalação do pai, Afrânio de Melo Franco, em 1898, na então jovem capital, faz interessante análise das causas e do processo da transferência da sede do governo de Ouro Preto para Belo Horizonte. Nesse estudo, que se fundamenta tanto na obra de Abílio Barreto quanto na tradição familiar dos Melo Franco — não podemos nos esquecer de que o avô de Afonso Arinos, Virgílio de Melo Franco, participou, na qualidade de parlamentar, das tormentosas discussões que culminaram com o processo de mudança — o autor adverte:

“A criação de um novo centro urbano e administrativo, decidida ao apagar das luzes da centúria, depois de violento entrelaço de paixões e interesses, não foi episódio superficial na vida mineira, e a sua causa deve ser pesquisada mais abaixo do nível raso da luta entre a vaidade progressista e o sentimentalismo tradicionalista.

O problema sofria a influência de fatores mais concretos, de ordem econômica, tendo sido a sua solução facilitada por outros, de ordem financeira. Evidentemente, aqueles fatores econômicos não eram exclusivamente os determinantes, mas eles condicionaram em grande parte a formação do ambiente psicológico favorável ao fortalecimento e à idéia de mudança.”²

Para o autor, as tais causas econômicas foram a inadequação da localização e da estrutura urbana das cidades da mineração aliadas ao crescimento econômico das zonas sul, oeste, sudoeste e da mata, que com sua pujante cultura agrícola e pecuarista deixavam para trás a decadente zona mineradora, núcleo inicial das Minas. Essa localização da capital em Ouro Preto, determinada pela presença das minas de ouro, deixava de se justificar após o esgotamento das mesmas e do conseqüente deslocamento do eixo econômico do estado, e se tornava mesmo um empecilho pelas dificuldades de comunicação com as regiões ascendentes. O fator financeiro facilitador do empreendimento foi o superávit do caixa do governo estadual devido ao bom desempenho da cultura cafeeira no período imediatamente anterior à mudança. Afonso Arinos situa a Cidade de Minas dentro desse contexto como o arauto de nova era:

“Minas Gerais fechava o século XIX, que representara para a província uma era mais de decadência que de prosperidade, com um admirável esforço, uma verdadeira batalha em que o ideal republicano, posto a serviço de novos interesses econômicos, se afirmava vitoriosamente no plano técnico e administrativo. A criação de Belo Horizonte, encerramento do século passado, romântico e oratório, marca a presença de uma nova mentalidade política, mais de acordo com a nova era técnica característica do século XX.

Foi uma espécie de novo bandeirismo, o impulso que então dominou o governo mineiro e as camadas mais influentes da opinião popular. Bandeirismo nada primitivo, mas racionalista, científico, cujos capitães de tropa eram jovens ou já famosos engenheiros, higienistas, construtores, calculistas, desenhistas, técnicos de todo gênero. As fotografias daquele tempo tomadas na cidade em construção, mostram-nos homens graves, de bigode, fraque e chapéu duro, pisando com as botas empoeiradas o carrascal daquele sertão. Eles não aderiram à natureza, não se plasmaram dentro dela como seus avós, os bandeirantes setecentistas que, por falta de instrumentos materiais, só venciam submetendo-se ao meio natural, conquistando arduamente a vida precária como os índios ou como os brutos. Os novos bandeirantes, ao revés, dominavam desde logo a natureza pelo trabalho e pela máquina. Anulavam as distâncias construindo meios de transporte de grande capacidade. Evitavam as doenças pondo em prática recursos médicos e higiênicos modernos. Não temiam a penúria, pois traziam de longe os seus abastecimentos. A gente mineira mostrava possuir um espírito viril de luta e de confiança no futuro. Era uma espécie de idealismo prático, servido pela energia técnica.”³

² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; MEC, 1976, p. 258 e seguintes.

³ *ibid.*, p. 262-263.

Se considerarmos o imenso crescimento de Belo Horizonte ao longo do seu primeiro século como sede do governo mineiro, somos obrigados a dar razão a Arinos. A explosão populacional do município, a grande diversificação de suas atividades econômicas, sua posição central na malha viária que une as diversas regiões do país o transformaram, de apenas sede administrativa, naquilo que os geógrafos chamam de cidade funcional. Pelo plano inicial da cidade, Belo Horizonte deveria ter cento e noventa mil habitantes por volta do ano 2000. Passamos essa marca em mais de treze vezes, isso sem contar a população de Contagem, que à época da transferência da capital fazia parte do município de Belo Horizonte e, portanto, entrava nas estimativas de aumento populacional.

III

Como símbolo a cidade não admitia concorrência, tinha de ser única. Para tanto havia primeiro que apagar o passado; nada que lembrasse a monarquia, o velho Império, poderia ficar; nem no nome. Por isso, ainda em 1890, intuitivamente, como que prevendo seu destino, os moradores do vetusto Arraial do Curral d'El Rey trataram de se adaptar aos novos ares republicanos, mudando seu nome para Arraial do Bello Horizonte. Pode-se dizer que foi o começo do fim do pequeno arraial de quase duzentos anos. A partir da mudança do nome, uma série de acontecimentos conjugaram-se para varrê-lo do mapa. Dele restaram poucas lembranças: três dos cinco retábulos laterais da matriz, dos quais apenas um está em Belo Horizonte e, após ter permanecido durante mais de cinquenta anos no Museu Histórico Abílio Barreto, deverá ser abrigado na igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem; umas poucas fotografias e os belos quadros de Émile Rouéde existentes no Museu Histórico Abílio Barreto são as principais. As fotografias e os quadros foram mandados fazer por Aarão Reis, explicitamente para que não se perdesse completamente seu registro visual. Há também, no mesmo museu, a maquete da área central do arraial, documento posterior, mas não menos precioso, que nos dá a visão tridimensional do vilarejo. Isso no que se refere à iconografia; nos registros escritos e cartográficos há um pouco mais.

O mais antigo é o *Mapa da Comarca de Sabará*, elaborado pelo cartógrafo José Joaquim da Rocha em fins do século XVIII. Nesse precioso documento conservado no Arquivo Público Mineiro, está localizado o pequeno arraial, o mesmo que Richard Burton haveria de divisar do alto da Serra do Curral em 1867. O viajante inglês, no capítulo XL de seu livro, que na tradução portuguesa recebeu o título de *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, descreve a serra e seus arredores com a habitual precisão e riqueza de detalhes, fundadas em profundo conhecimento da ciência geológica e botânica da época. Um pouco anterior à visita de Burton é a *Carta da Província de Minas Gerais*, de Henrique Gerber, elaborada entre 1857 e 1859, e reproduzida no *Panorama de Belo Horizonte*⁴, atlas histórico publicado em 1997 no centenário da transferência da capital.

Os testemunhos escritos são mais numerosos e significativos. Há os documentos relativos ao período colonial, publicados na *Revista do Arquivo Público Mineiro*⁵. Existem vários depoimentos de visitantes do arraial. Uma pequena lembrança é a de Olavo Bilac que, em conferência realizada em Belo Horizonte em 1916, assim descreve o arraial, visitado por ele em 1894:

*"A imensa arena brava abria-se para o oriente, encostada, ao sul, à lombada do Curral, e, ao norte, à da Contagem. O sol deixara no céu o cruor do seu holocausto. Um dobre de sino embalava a tarde. Uma doce melancolia embalava o ar. E, com as primeiras sombras, entre o povoado, estirando no centro do chapadão a haste longa e as trevas curtas da sua edificação em T, pequeno burgo de cem fogos. As ruas rudimentares eram quatro: a de Sabará, a de Deodoro, a do Capão e a de Congonhas. Uma praça larga, mal achanada, com um alto cruzeiro de madeira, rasgava-se em frente à igreja tosca. Perto, à volta da aldeia, algumas culturas e alguns cortumes, testemunhando o trabalho da gente simples; e longa moldura imensa, os matagais brenhosos, os montes ásperos, Santa Cruz, Lagoa Seca e o Acaba Mundo..."*⁶

⁴ GOMES, Maria do Carmo Andrade (coord.). *Panorama de Belo Horizonte-Atlas Histórico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, p. 18 a 22.

⁵ BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte: memória histórica e descritiva-documentos*. R. do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, v. 23, 1929-1930.

⁶ BILAC, Olavo. Últimas conferências e discursos. In: BILAC, Olavo: *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar., 1996, p. 939.

É interessante observarmos que, quando da visita de Bilac, o arraial já havia encolhido consideravelmente, pois se o poeta o descreve com cem fogos, ou moradias, o inglês contou trezentos e cinqüenta e nove. Em menos de trinta anos, de 1867 a 1894, o arraial diminuiu, portanto, quase quatro vezes.

Os demais registros do Curral d'El Rey, ou do Bello Horizonte, são frutos já do período em que se desenvolviam os trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Os mais extensos e precisos do ponto de vista das medições topográficas e da conseqüente construção cartográfica são os documentos oficiais da Comissão, dentre os quais se destacam as cadernetas de campo dos trabalhos topográficos, os mapas, incluindo a *Planta Cadastral* do arraial, mais tarde reproduzida no já referido atlas histórico, os relatórios de atividades, as listas das desapropriações e a prestação de contas das indenizações aos moradores, a *Revista da Comissão Construtora*, a *Planta da Cidade de Minas*, também reproduzida no atlas, plantas dos prédios públicos e das casas, além dos demais documentos produzidos por pessoas encarregadas de empreendimentos dessa natureza.

Para o estudo da mentalidade dominante no arraial nesse período, as mais interessantes são, porém, duas pequenas jóias produzidas à margem da comissão: a obra *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*⁷, do Padre Francisco Martins Dias, vigário do arraial quando de seu desaparecimento, e as crônicas de Alfredo Camarate⁸, português, arquiteto da Comissão Construtora, reproduzidas em 1985 na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVI. Na primeira obra, que também pode ser considerada uma série de crônicas, temos a visão autóctone: um pequeno apanhado da história do arraial, com especulações sobre sua origem e as causas de sua decadência, descrição dos hábitos e festas populares, além da narrativa dos trabalhos da Comissão Construtora até meados de 1897, bem perto da inauguração da nova capital. Já o "invasor" Camarate, homem letrado, que além de arquiteto era também músico, flautista de mérito, um dos fundadores da crítica musical no Brasil e conhecedor de vários países, publicou no então jovem *Minas Gerais*, entre março e dezembro de 1894, sob o pseudônimo de Alfredo Riancho, uma série de cinqüenta e quatro crônicas intituladas *Por Montes e vales*, em que descreve com visão aguda, dotada de humor e afeto, a gente do arraial com seus costumes, sua paisagem e os fatos por ele presenciados. Essas duas séries, fundamentais para o estudo da transição do arraial para a capital, inauguram uma tradição que prosseguiria no século seguinte com autores como Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e tantos outros. Martins Dias dá ainda uma versão da origem do arraial que foi mais tarde esposada e defendida por Abílio Barreto.

Outro interessantíssimo depoimento sobre os últimos dias do arraial é o do escritor Avelino Fóscolo, que em seu romance *A Capital*⁹ narra, com a precisão dos escritores naturalistas da época, as esperanças dos habitantes do vilarejo com a vinda da Cidade de Minas, sua frustração quando ficou claro que as vantagens da nova ordem eram para quem chegava, e não para os velhos habitantes, e sua conseqüente parte mudança voluntária, parte expulsão, para Venda Nova, então situada no "fim do mundo". Mas a obra que sintetiza tanto a história do arraial quanto o processo de escolha do local como sede da futura capital, procurando compor, mesmo que intuitivamente, uma História organizada, e não apenas reminiscências e recordações pitorescas, é *Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva*, volume I, *História Antiga*¹⁰, de Abílio Barreto, de que falarei mais adiante.

IV

Tantas mudanças e disputas não poderiam ocorrer sem trazer seqüelas para a nova cidade. Uma delas foi o fato de os prefeitos da capital, ao invés de eleitos, serem sistematicamente nomeados pelo presidente ou governador do estado, ao sabor de interesses políticos, do que resultou a presença de administradores exógenos, sem compromisso com seus eleitores, mais preocupados em agradar o chefe que os nomeara e que poderia demiti-los a seu bel prazer, do em que cuidar do bom desenvolvimento da cidade e do bem estar de seus habitantes. De 1897, ano da transferência da capital de Ouro Preto para cá, até 1947, em cinqüenta anos, portanto, todos os trinta prefeitos foram nomeados. Desse ano até 1965 tivemos seis prefeitos eleitos, ou seus vices. De 1965 até 1987, mais oito nomeados. Daí para cá, tivemos mais cinco eleitos¹¹. Portanto, de quarenta e nove prefeitos que a cidade teve até o atual ano de 2000, apenas onze

⁷ DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, s.d. Edição fac-símile.

⁸ CAMARATE, Alfredo. *Por montes e vales*. R. do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.36, 1985.

⁹ FÓSCOLO, Avelino. *A capital*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1979.

¹⁰ BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva-história antiga*. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936.

¹¹ GRAVATÁ, Hélio. *Relação dos Prefeitos de Belo Horizonte*. R. do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.30, 1979.

foram eleitos ou vice-prefeitos que assumiram o cargo definitivamente para terminar o mandato no impedimento do titular. Essa maneira de se escolher o prefeito resultou, além dos inconvenientes já citados, em uma descontinuidade administrativa extremamente danosa para os interesses da cidade e de seus habitantes. Cada vez que se mudava um chefe do executivo municipal, mudavam-se as chefias dos diversos departamentos e secretarias da prefeitura, alteravam-se os projetos e as prioridades, começava-se novamente do zero.

Uma outra seqüela, que acabou se transformando em característica fundamental dos habitantes da fase inicial de Belo Horizonte e deve obrigatoriamente ser levada em consideração por quem pretender estudar e escrever a sua história, é o pouco apego por eles demonstrado às coisas da cidade, notadamente à sua memória. Vindos de diversos cantos de Minas, mas principalmente de Ouro Preto, coagidos na maior parte das vezes, para não perderem o emprego público, esses novos habitantes receberam uma cidade pronta, criada por outros, estranha a seus hábitos e modos de vida. A maioria se considerou apenas de passagem, um hóspede e não um morador definitivo. Por isso, nas décadas iniciais da vida da capital predominou o descaso pelo plano da cidade, desrespeitado desde o início, inclusive em sua toponímia, constantemente mudada; pelos prédios já construídos, sistematicamente adulterados ou demolidos; pela memória e história da cidade, inexoravelmente apagadas. Houve mesmo um presidente do Estado que, convencido de que seus funcionários sentiam falta da paisagem ouro-pretana, mandou construir uma réplica em miniatura do pico do Itacolomi na praça da Liberdade*, para matar as saudades. Em relação à história do arraial então quase nada foi feito; se não se cuidava da capital, quem iria se importar com um velho e morto vilarejo? Nem a velha matriz foi respeitada. Para que se construísse o atual, demoliu-se, em 1920, o prédio setecentista da Matriz da Boa Viagem, último resquício da parte central do Curral D'El Rey. Na demolição foram também perdidos parte dos registros paroquiais, documentos indispensáveis para o estudo da sua história. Essa situação só começaria a mudar, mesmo que muito lentamente, quando Abílio Barreto publicou, em 1928, o primeiro volume de sua obra sobre a história de Belo Horizonte, dedicado exatamente ao arraial.

V

Abílio Velho Barreto nasceu em Diamantina a 22 de outubro de 1883 e morreu em Belo Horizonte a 17 de julho de 1959. Em 1895 veio para o local em que se construía a Cidade de Minas, onde foi de funcionário da Comissão Construtora a entregador de jornais. Quando aqui chegou, o arraial ainda estava quase todo intacto e o adolescente Abílio Barreto pôde conhecê-lo bem. Suas descrições do povoado e da capital nascente têm, portanto, força de fonte primária. Ao morrer, havia sido tipógrafo, jornalista, poeta, romancista, tendo ocupado cargos de destaque como o de titular da secretaria de educação do município. Autodidata dotado de fina sensibilidade, diamantinense, e portanto sem as mágoas dos ouro-pretanos, cidadão que se educou e progrediu aqui, Barreto viu Belo Horizonte com olhos enamorados, como está na sua declaração de amor à cidade transcrita em epígrafe. Fez bem. É e será lembrado não por sua mediana produção poética e ficcional, mas por suas obras, escritas e institucionais, dedicadas à capital mineira. Ao escrever seus livros sobre a cidade, ao publicar documentos essenciais sobre sua história, ao fundar e implantar o museu histórico que com muita justiça leva o seu nome, Barreto deixou contribuição pioneira, fundamental e duradoura para a preservação da memória histórica e cultural de Belo Horizonte, além de redimir, mesmo que parcialmente, os habitantes iniciais da cidade do descaso com que sempre trataram a capital e a memória de seu vilarejo antecessor.

Barreto deixou três volumes sobre Belo Horizonte que desde sua publicação foram considerados sua história oficial, com as qualidades e deficiências desse tipo de trabalho. Os dois primeiros e mais importantes são: *Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva- História Antiga*, publicado em primeira edição em 1928 e em segunda em 1936; e *Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva- História Média*¹², publicado em 1936. Ambos formariam com uma possível *História Moderna* — a terceira parte jamais escrita — o tríptico da história da capital mineira, que começa com a fundação do arraial do Curral D'El Rey, datada pelo autor por volta de 1701, e deveria, ao que se sabe, terminar pelos anos 1950. O outro volume é o *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*¹³, publicado em 1950, que resume os dois primeiros e preenche parcialmente a lacuna deixada pela ausência do final da trilogia. Nesse *Resumo*... os temas são tratados em ordem seqüencial, por tópicos numerados, formando uma espécie de cronologia com informações do tipo “primeira criança nascida na

* Foi Silvano Brandão, em 1902.

¹² BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva-história média*. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936.

¹³ id. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

capital”, “primeiro casamento realizado”, etc. Mas o autor não se limita a isso: ele faz um apanhado da história da cidade até a data de seu cinquentenário como sede do governo estadual, sendo instrumento extremamente útil para quem necessita de informações históricas sobre esse período.

Existem ainda os *Cinquenta e Sete Anos de Existência em Belo Horizonte*¹⁴, escritos em 1952, em que mais uma vez são resumidas as duas primeiras obras e é narrada uma parte importante da história da cidade nas primeiras décadas do século XX. Como o *Resumo...*, trata-se de contribuição importante, principalmente se considerarmos a escassez de trabalhos sobre o período. As duas primeiras obras são mais importantes porque traçam um painel mais amplo e detalhado dos períodos estudados com publicação de documentos importantes como gravuras de época, plantas, mapas, fotografias etc. Na primeira é aventada a hipótese sobre a origem do arraial na antiga Fazenda do Cercado de propriedade de João Leite da Silva Ortiz, que dessa maneira passou à história como seu fundador. Mas como a primeira parte termina com a escolha do arraial para sediar a capital e a segunda termina em janeiro de 1898 com a despedida de Francisco Bicalho da cidade que havia começado a construir, fica como lacuna exatamente o século em que se moldou a cidade como é hoje, a nossa História Contemporânea.

A obra de Barreto não ficou sem contestação. Vários autores, dentre os quais se destaca Waldemar de Almeida Barbosa, escreveram para desautorizar sua hipótese sobre a origem do Curral D’El Rey. Em sua obra *A Verdade Sobre a História de Belo Horizonte*, publicada em 1985, Barbosa contesta com veemência Barreto, e propõe como fundador do arraial que deu origem à capital o criador de gado Francisco Homem del-Rei¹⁵, proprietário do Curral, ou fazenda de criação de gado, que recebeu seu nome. Esta estaria situada, porém, dentro das terras de propriedade de Borba Gato, e não de Silva Ortiz como quer Barreto. Essa questão não foi ainda esclarecida a contento. Pode-se dizer que ela é como a da intencionalidade ou não do Descobrimento do Brasil, trata-se mais de uma curiosidade. Se provada uma ou outra das alternativas da questão, a história não será mudada; o que é significativo é o desenvolvimento posterior que produziu, no primeiro caso, a nação brasileira e, no segundo, o pequeno arraial mais tarde transformado em metrópole. A posição de Barreto tornou-se a oficial e é a que é ensinada nas escolas e perpetuada nos monumentos. Barbosa, porém, nos dá argumentos de peso e alega, com razão, que até que fosse publicado o livro de Barreto em 1928, nada se sabia da origem do povoado, sendo por isso aceita sua versão sem discussão. Entretanto, sua obra, como a de Barreto, tem inúmeras imprecisões e procedimentos metodológicos discutíveis, e em seu texto transparece algo que pode cegar um historiador, paixão por uma causa, nesse caso a de desautorizar seu antecessor. Mesmo que esteja errado, Abílio Barreto não terá diminuída sua contribuição. Essa se situa muito mais na mudança da mentalidade destruidora e na admissão da necessidade de se preservarem monumentos e documentos sobre a história da cidade, do que, apenas, em suas conclusões historiográficas.

VI

As lacunas já mencionadas na obra de Abílio Barreto foram apenas parcialmente supridas por outros autores. Um deles é o já citado Waldemar de Almeida Barbosa que n’*A Verdade...* traça um resumidíssimo panorama da evolução da capital, mas chega até a propor uma periodização bastante razoável para sua história:

“A história de Belo Horizonte, como capital de Minas, pode ser dividida em três fases distintas. A primeira abrange cerca de vinte anos, e vai até 1918 ou 1920, mais ou menos; é a cidadezinha pacata, sem movimento algum, cheia de poeira nos meses de seca, com as ruas enlameadas no período das chuvas, a cidade dos funcionários públicos, a cidade vergel, em que as árvores se destacam mais que os prédios...”

A segunda fase da história da Capital Mineira vai até meados da década de 1930. É o período da transformação da cidade provinciana em verdadeira Capital de um Estado. A população, em 1920, elevava-se a 55.000 habitantes. Grandes transformações se operaram, na Capital...

*Em 1935, completava-se o calçamento das ruas de Belo Horizonte. A partir desse ano, Belo Horizonte passa a adquirir aspecto de Capital e cidade importante. Tem início a 3ª. fase da sua história”.*¹⁶

¹⁴BARRETO, Abílio. Cinquenta e sete anos de existência em Belo Horizonte (20-9-1895 a 20-9-1952). *Anuário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, v.1, n.1, s.d.

¹⁵BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fimac, 1985. p. 60-70.

¹⁶ibid., p. 90-92/ 94.

Barbosa faz observações genéricas sobre a cidade, conta algumas reminiscências pessoais, analisa o processo de transferência da sede administrativa de Ouro Preto para cá e nessa análise chega a uma conclusão interessante:

“Entretanto, é forçoso confessar que Belo Horizonte é que salvou Ouro Preto. Se a Capital do Estado tivesse permanecido em Ouro Preto, a criação de novos órgãos governamentais, a ampliação de obras necessárias à administração pública, enfim, o crescimento natural da cidade presa entre as montanhas, teriam provocado o desaparecimento de notáveis monumentos arquitetônicos, históricos e artísticos, que constituem a maravilha que é Ouro Preto. Belo Horizonte, a grande Capital de hoje, por um paradoxo, representou de fato a salvação de Ouro Preto, como Monumento Nacional e, hoje monumento mundial”.¹⁷

São ainda dignas de nota duas obras. A primeira é a de Nelson de Senna, *O Cinquentenário de Belo Horizonte*¹⁸, conferência proferida no dia exato da comemoração do cinquentenário da transferência da capital, 12 de dezembro de 1947, e mais tarde impressa em plaquete. Nesse breve apanhado, largamente inspirado no Padre Martins Dias e em Abílio Barreto, Senna, morador da cidade desde 1897, narra um pouco da história do arraial, adota a posição de Barreto quanto ao seu fundador e descreve a evolução da cidade até 1947. Por ter sido morador da cidade nesses cinquenta primeiros anos, seu depoimento tem, também, força de fonte primária. A segunda é a de Raul Tassini, denominada *Raul Tassini Expõe Verdades Históricas e Pré-Históricas de Belo Horizonte Antes Curral D’El Rey*¹⁹. Esse livro, curiosamente dedicado aos primeiros habitantes de Roma, é uma espécie de roteiro sentimental da cidade, composto de crônicas em que o autor elabora teorias sobre a pré-história da região, faz relatos de fatos e pessoas curiosos e deixa transbordar um enorme sentimentalismo em relação à sua cidade natal. Deve-se mencionar esse trabalho, porque Waldemar de Almeida Barbosa usa uma de suas crônicas, a que narra uma visita à sede da antiga fazenda do Cercado, como argumento em defesa de suas posições relativas à origem do Curral d’El Rei e contra as de Abílio Barreto.

As outras obras referentes ao que se pode chamar de História Geral de Belo Horizonte — existem muitas sobre temas específicos como o comércio, a toponímia, a vida literária, as artes plásticas etc — são mais cronologias do que narrativas ou análises históricas do evoluir da cidade. As mais significativas são as de Octávio Penna, ex-prefeito da cidade, as *Notas Cronológicas de Belo Horizonte 1711 – 1930*²⁰. Nelas são relacionados os acontecimentos considerados mais importantes do período. A versão da criação do arraial mais uma vez é a de Abílio Barreto, e a obra vem desde sua publicação servindo de fonte de informações para inúmeros estudiosos e curiosos do assunto. Pode-se dizer que Penna e Barreto são os dois autores mais conhecidos e consultados quando o assunto é nossa história municipal.

Outras cronologias são as de Paulo Krüger Corrêa Mourão, a *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*²¹ e a *Continuação da História de Belo Horizonte 1931 – 1932 – 1933*²². Esses dois livros, que como os títulos indicam, tratam somente da vida da capital, compõem-se de uma série de fatos narrados em ordem cronológica e divididos por assunto. Existe pelo menos mais uma cronologia que pela sua divulgação merece menção: é a de Luiz Roberto da Silva *Doce Dossiê de Belo Horizonte*²³, obra no estilo das anteriores, mas que chega até o ano de 1997. Todas essas cronologias padecem das mesmas fraquezas: são apanhados de fatos em sequência, sem esclarecimento das fontes, com uma seleção às vezes curiosa e sem critérios definidos do que deve ser incluído. Entretanto, devido à escassez de obras mais bem elaboradas sobre o assunto, prestam seus serviços e servem de ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas e corretas.

O centenário da transferência da capital foi ocasião para que se editassem ou reeditassem várias obras referentes à memória histórica da cidade. Duas delas são obras coletivas que, por seu conteúdo variado e bem trabalhado, abrangendo diversos aspectos dessa história, merecem registro. A primeira é *BH Horizontes Históricos*²⁴, uma série de seis dissertações de mestrado apresentadas em diversos programas de

¹⁷ BARBOSA, Waldemar de Andrade, op. cit., nota 15, p. 86-87.

¹⁸ SENNA, Nelson de. *O cinquentenário de Belo Horizonte (12 de dezembro de 1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Estado, 1948.

¹⁹ TASSINI, Raul. *Raul Tassini expõe: verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte-antes Curral D’El Rey*. Edição do autor. s.n.t.

²⁰ PENNA, Octávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte 1711-1930*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1950.

²¹ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Edição do Autor. 1970.

²² id. *Continuação da história de Belo Horizonte 1932-1932-1933*. Belo Horizonte: Edição do Autor. 1986.

²³ SILVA, Luiz Roberto da. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

²⁴ DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

pós-graduação da UFMG, adaptadas para uma leitura não acadêmica. Nelas são discutidos temas como o papel de Belo Horizonte como capital da modernidade mineira, a Catedral da Boa Viagem, os monumentos aos inconfindentes existentes na capital etc.

A segunda é o número especial da revista do Departamento de História da UFMG, *Varia História*²⁵, dedicado ao centenário da capital mineira. Nesse periódico estão publicados vinte e quatro estudos e quatro resenhas de livros sobre temas variados da história da capital, que vão da mentalidade religiosa do século XVIII às perspectivas da cidade no século XXI, passando pela história dos cinemas, da música, da educação, pelos cronistas etc. Textos que pela variedade e qualidade individual e do conjunto compõem o que de mais significativo se publicou naquele centenário, tornando-se instrumento útil para qualquer pesquisa ou leitura sobre os temas tratados.

VII

A história de uma cidade não é composta somente de tratados, ensaios, teses e obras de caráter acadêmico, historiográfico, crítico e científico. Ela é formada por tudo que se escrever sobre qualquer um de seus habitantes, eventos, logradouros, momentos, monumentos e elementos constituintes. Pode-se dizer ainda, que tudo o que se produzir no campo da ficção, poesia, música, artes plásticas, memórias, diários, reminiscências, crônicas ou qualquer forma de arte, seja literatura ou não, faz parte de sua memória estética, poética, literária. O caso de Belo Horizonte não é diferente: ela não inspirou somente os relatórios, tratados, teses, ensaios, e demais obras mencionadas e por mencionar. Ela foi vivida, sonhada, escrita, descrita, cantada, lamentada, lembrada, relembada em uma enorme série de memórias, crônicas, poemas, canções, contos, novelas, evocações e tantas outras possibilidades, que não podemos pretender tratar senão de pequena parte. Vamos por isso abordar apenas a nata, o que de melhor se produziu em matéria de literatura belo-horizontina nesses cem anos iniciais da cidade como capital.

Essa seleção não é apenas referência local. Trata-se de um conjunto de autores cujas obras estão no cume da produção literária de língua portuguesa dessa época. São nomes como Eduardo Frieiro, João Alphonsus, Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Pedro Nava, Mário de Andrade, Paulo Mendes Campos e tantos outros, que sua relação mais parece um dicionário de autores célebres. Eles construíram um múltiplo corpo literário em prosa e verso, em que a urbe é descrita, evocada, lamentada, amada, odiada, de todas as formas possíveis. Não há amor cego nesses autores: sua relação com a cidade é sempre conflituosa e ambígua, característica dos amores difíceis, conquistados com luta, e por isso mais prezados.

Dos cronistas, além dos já mencionados Martins Dias e Alfredo Camarate, um dos primeiros a escrever sobre a cidade, já sede do governo, foi Arthur Azevedo, que a visitou em 1901 e escreveu doze crônicas para o jornal *O Paíz*, reeditadas na *Revista do Arquivo Público Mineiro*²⁶. A visão do autor é a que predominaria na primeira fase da sua evolução:

*“Nessa primeira visão rápida e fugaz, Belo Horizonte me deu uma bela impressão de opulência e grandeza. Nem uma rua: tudo avenidas! Nem uma habitação modesta: tudo palácios, palacetes ou casa assobradadas, de aparência nobre, sacrificando ao jardim uma boa parte do terreno”.*²⁷

Está aí a Belo Horizonte da primeira década, em que as árvores ainda não haviam crescido, mas que nem por isso deixava de impressionar quem a visitava pela grandiosidade de seu traçado. Mais tarde seria a cidade vergel. O mesmo número da revista traz algumas crônicas de Moacyr Andrade, cronista que morou na cidade desde 1912 e publicou no jornal *Estado de Minas* durante muitos anos sua coluna *História Alegre de Belo Horizonte*, em que, em verso e prosa narrava sua história e debochava do seu dia a dia. Os textos transcritos nesse número da *Revista*... versam sobre a prática da medicina ao longo do tempo na capital e sobre aspectos curiosos da evolução dos seus hábitos diários.

VIII

Mas para quem viveu aqui nos primeiros anos, principalmente aqueles dotados de maior sede intelectual e emocional, a cidade tinha uma imagem monótona, fria, pouco acolhedora, dura mesmo, que obrigava seu morador a se revelar, a renascer desarmado. Era inevitável: o fruto da geometria positivista,

²⁵MELO, Ciro Bandeira de; PAULA, João Antonio de (org.). Belo Horizonte cem anos em cem. *Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, v.18, nov. 1997.

²⁶AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. R. *do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.33, 1982.

²⁷ibid., p. 184.

novamente construído, não tinha ainda o charme, o calor, o lirismo, a mitologia das cidades antigas, cuja cultura havia sido curtida no fogo brando da história lenta das Minas decadentes. E mais, a população pequena, em que todos se conheciam e eram vigiados, não deixava espaço para as estrepolias da juventude. O jovem redator do *Diário de Minas* Carlos Drummond de Andrade viveu em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século. Sua contribuição para o patrimônio simbólico da cidade é imensa, incalculável mesmo. O lado ameno, sociável, de sua vida cotidiana, está narrado numa entrevista radiofônica, mais tarde transcrita e publicada em livro²⁸. Os primeiros ensaios foram os que o poeta publicou entre 1930 e 1934 nos jornais da cidade. São várias crônicas em que descreve e comenta, com o mesmo humor desencantado que sempre o caracterizou, os fatos diários da cidade. São textos de um jovem autor em que já estão os elementos que fariam sua justa fama: a segura, o desencanto e o ceticismo:

“Porque Belo Horizonte, com todo esse verde, com todo esse azul que enche as suas ruas e vai até a indiscreção de penetrar nas suas casas, dá a muita gente a impressão de um paraíso monotonamente primaveril. É verde demais, azul demais. Assim só em verso, e o verso não é a substância de que se faz o nosso dia-a-dia terreno. Por isso acaba enjoando como uma salada de frutas depois de um bombom de chocolate (ou outra salada de frutas)”.²⁹

Já nessas crônicas está a presença do passado, o saudosismo, aqui suave, mais tarde irado, que caracterizaria a relação do poeta com a cidade. Um ponto intermediário está em *Nova BH*, crônica de 1967, em que após descrever a cidade de sua juventude diz:

“Aí por volta de 1920, quando estreitamos relações, Belo Horizonte era uma “Velha Cidade” como lhe chamou um poetinha de verso manco... Não acontecia nada. Que paisagem! Que crepúsculos! Que tédio!

Agora que Belo Horizonte completa setenta anos, agora é que ela está moça, e meus olhos pasmam diante de sua graça desenvolva de garota saindo da piscina. Sim senhor, não conheço este brotinho”.³⁰

Esses sentimentos se enquadram bem na descrição que outro grande cronista belo-horizontino fez do “Poeta de Minas”, entidade abstrata que se perpetua desde o século XVIII:

“Todos os poetas de Minas são o mesmo e único poeta. Representa o psiquismo das Gerais, isto é, a bipolaridade (coexistência de emoções conflitantes), a abulia (inibição da vontade), a libido (gana sexual), a oniomania (inclinação à barganha). A disforia (mal-estar espiritual), a ambivalência (emoções contrárias de amor e ódio) etc.

Esse poeta único de Minas canta na pauta suplementar, onde se condensam as cristalizações inconscientes. Que canto é esse? Uma nênia de desassossego, de nostalgia pelo demolido, o canto de Minas entalada, frustrada, derrocada”.³¹

Todas essas características estão na série de poemas — que podem ser chamados de crônicas poéticas: *Boitempo I*³² e *Boitempo II*. Aí está poetizado o passado, traçado seu itinerário, seus encontros, suas cidades, Sua Cidade! Revelada sua memória. Mas permeia sempre o clima de nostálgico desalento, do paraíso perdido:

*“Noite-montanha. Noite vazia. Noite indecisa.
Confusa noite. Noite à procura, mesmo sem alvo”*.³³

²⁸ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Tempo Vida Poesia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

²⁹ id. Do Frio que chegou. R. do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v. 35, p.12, 1984.

³⁰ id. Nova BH. In: *Auto retrato e outras crônicas*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 130-40.

³¹ CAMPOS, Paulo Mendes. *O poeta de Minas*. In: Brasil Brasileiro: Crônicas do País das Cidades e do Povo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.69.

³² ANDRADE, Carlos Drummond de. *Boitempo I*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

³³ id. A consciência suja. In: *Boitempo II*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 1998, p.239.

Desalento esse que se tornaria ira e rompimento definitivo em *Triste horizonte*:

*“Por que não vais a Belo Horizonte? A saudade ciciza
e continua, branda: Volta lá.
Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes
das avenidas que levam ao amor,
nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam
os puros jogos de viver.
Anda! Volta lá, volta já!
E eu respondo carrancudo: Não.
Não voltarei para ver o que não merece ser visto,
O que merece ser esquecido, se revogado não pode ser.
.....
Não quero mais, não quero ver-te,
Meu Triste Horizonte e destrozado amor”.*³⁴

Esse sentimento ambíguo de amante rejeitado não foi privilégio de Drummond. Paulo Mendes Campos também o carrega em seus textos, espalhados pelos periódicos em que trabalhou e recentemente republicados parcialmente em livro:

*“Não é fácil nem simples amar Belo Horizonte. É natural amar Ouro Preto, Recife, Salvador, Rio... Nessas cidades há um estilo de amá-las, que se transmite. Mas em Belo Horizonte cada habitante tem de inventar o seu amor (eu chamo de amor uma complicação de sentimentos), como quem inventa uma lenda ou um poema. Nela não temos nem mesmo o rio e o mar, elementos através dos quais as crianças se põem em contato com o mundo imaginário, em que preferem viver. Menino de Belo Horizonte, de um lado, tem o programa traçado pelos adultos: estudo, educação, ordens; de outro lado uma cidade riscada a régua, sem idade e sem mitologia, sem muitos estímulos para a aventura lírica de todo dia. Os mitos fazem o espírito funcionar e o alimentam de amor. De repente uma pessoa se surpreende adulta e sente a compressão do tempo: esta pessoa amará o seu passado pelos incidentes que fizerem dele um acontecimento romanesco, uma fábula, uma promessa de mistério”.*³⁵

Sentimento que não foi exclusivo dos cronistas e poetas. Seria também o dos memorialistas e romancistas que escreveram sobre a cidade.

IX

É claro que nesse tempo de existência Belo horizonte inspirou inúmeros livros de memórias. Além das já mencionadas, há as de Afonso Arinos, as de Cyro dos Anjos, e tantas outras que seria tedioso listar todas. Muitas de alta qualidade. Mas há A MEMÓRIA, a obra maior que se publicou no gênero no Brasil, a que transcende o espírito desse tipo de trabalho para se tornar um dos pontos culminantes de nossa literatura: *Baú de Ossos, Balão Cativo, Chão de Ferro, Beira Mar, Galo Das Trevas e O Círio Perfeito*³⁶, a sucessão de seis volumes escritos em pura prosa poético-musical, em que Pedro Nava, através de um minucioso trabalho de reconstrução de imagens, sensações, sentimentos, visões, observações, aliado a uma prodigiosa imaginação, capacidade descritiva e transcendente domínio da língua, recria um mundo vigoroso, vital, que absorve, apreende o leitor, para fazê-lo viver uma experiência inesquecível, a viagem pelo mundo como só um criador de gênio pode proporcionar. Não são memórias no sentido tradicional da palavra. Embora o autor justifique cada uma de suas recriações por meio de documentos de toda espécie, fotos, cartas, mapas etc, o que dá vigor único a essas obras são as suas qualidades intangíveis. Feliz a cidade que possui tal monumento. Ou melhor, as cidades, porque Nava viveu em muitas: Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, e a cada uma legou muito de seu dom.

³⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Triste Horizonte*. In: *Discurso de primavera e algumas sombras*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p 11-14.

³⁵ CAMPOS, Paulo Mendes. *Azul da montanha*, p. 83.

³⁶ NAVA, Pedro. *Baú de ossos (Memórias/1)*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. *Balão cativo (memórias 2)*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. *Chão de ferro (memórias/3)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. *Beira mar (memórias/4)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. *Galo das trevas: as doze velas imperfeitas: memórias/5*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. *O Círio perfeito: memórias VI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

Belo Horizonte não aparece no primeiro volume: ela está no segundo, a partir de 1912, ano em que, com dez anos, o menino Pedro veio morar na cidade, no bairro da Floresta, e permeia a obra até o último, em 1931, ano em que, já formado em medicina, deixou a cidade para sempre, espantado por uma desilusão amorosa. Nesse período ele foi e voltou várias vezes, morando, estudando e trabalhando em diversos pontos: Floresta, Centro, Serra, em diversas épocas, travando um conhecimento íntimo com a cidade e seus habitantes. Pois esse conhecimento nos é legado da forma já descrita, que não é exageradamente entusiástica, mesmo que o pareça a quem não leu os livros. Quem já teve o prazer dessa leitura há de concordar. Há passagens antológicas como as descrições da rua da Bahia, dos crepúsculos, e tantas outras, sobejamente conhecidas. Citarei apenas uma, a que descreve o crescimento inexorável da cidade comparado ao de Paris:

“... mas a cidade enjamba cada limite que se lhe dá e Paris continua... Assim também é Belo Horizonte. Quem caminha nas calçadas de Aimorés, Sergipe, João Pinheiro e Guajajaras, que se avizinham da Boa Viagem, está perlustrando, na Cidade de Minas, o que foi a Cité para Paris. Está na Lutécia Sertaneja e, andando naqueles quarteirões e em mais alguns que os circundam (até um pouco do Parque, até Bernardo Guimarães, um pouco de Bahia, de Goiás, um pouco de Afonso Pena), está pondo os pés nas marcas dos passos do Pai Nosso João Leite da Silva Ortiz, o primeiro que amou a serra das Congonhas, que viraria a serra do Curral, o mesmo que fez o Cercado, donde sairia o Curral d’El Rey, a Cidade de Minas e por fim Belo Horizonte — Belorizonte belo. Está pisando o asfalto que capeia os pedregulhos carregados e as terras densas da Rua do Sabará, da Rua Congonhas, da de Trás, dos Becos da Fonte Grande, do Pimpão, do Gervásio, do Largo da Matriz, do Largo do Rosário. Está andando pelos caminhos daqueles Santos Brochado... cujos nomes e descendentes mantêm, no Belo Horizonte, a presença do arraial da fundação, do Curral das igrejas douradas e do Cercado dos bandeirantes”.

E continua descrevendo a expansão de Belo Horizonte até concluir:

*“... mas não vai parar! Porque a cidade sem limites continuará, passará a Baleia, as Mangabeiras, o Curral, o Rola-Moça, o Pindorama, a Providência, Santo Agostinho, a Severa... Está livre dos velhos complexos sexuais do tempo de Totônio Pacheco, é a mais linda do sertão, a terceira do Brasil, passou aos pileques de uísque, tem inferninhos, instalou a livre-fodança, mas jamais, ah! Jamais sacudirá o jugo do velho crepúsculo, daquela tristeza da tarde morrendo varrida de ventos, da lembrança submarina dos ficus e dos moços que subiam e desciam a Rua da Bahia. Não a Rua da Bahia de hoje. A de ontem. A dos anos vinte. A de todos os tempos, a sem fim no espaço, a inconclusa nos amanhã. Nela andarão sempre as sombras de Carlos Drummond de Andrade, de seus sequazes, cúmplices, amigos, acólitos, satélites...”*³⁷

Ao publicar seu último livro em 1983, Pedro Nava encerra um ciclo de grandes autores que se formaram em Belo Horizonte e foram habitantes/habitados da/pela cidade. Entre Avelino Fóscolo, o já mencionado autor d’A *Capital* até O *Círio Perfeito*, de 1983, há, porém, uma série de novelas, poemas e contos que são, também, documentos urbanos dignos de nota.

X

Essas obras são numerosas, por isso mencionarei apenas as mais significativas de cada período, aquelas que já passaram pela prova do tempo. A primeira é a do escritor naturalista Avelino Fóscolo, publicada originalmente em 1903, e que através dos amores infelizes de uma jovem obrigada a casar-se com um noivo de condição inferior, narra os acontecimentos relativos à transição do arraial à capital. Segue o gosto da época, sendo sensível uma grande influência de Zola. Livro curioso, com seus méritos, documento precioso de época, escrito por quem esteve trabalhando na demolição do arraial e construção da capital.

Depois de Fóscolo, o primeiro autor a ser considerado é Eduardo Frieiro, que em uma série de romances descreve a vida na capital nas décadas de 1920 e 1930. No entanto, sua contribuição não se resume somente à ficção. Ele nos deixou também um *Novo Diário*³⁸, em que anota os acontecimentos dos

³⁷ NAVA, Pedro. *Balão cativo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 119-121.

³⁸ FRIEIRO, Eduardo. *Novo diário*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

anos de 1942 até 1949, além de vários livros de ensaios. Grande ensaísta, observador arguto do dia-a-dia, Frieiro é melhor como autor de obras de análise cultural e anotador da vida diária do que como criador de ficção, mas isso não quer dizer que seus três romances passados na cidade sejam desprovidos de interesse. Eles são: *O Clube dos Grafômanos*, de 1927, *Basileu*, primeira edição em 1930 com o título *Inquietude e Melancolia*, e *O Cabo das Tormentas*, de 1936. Os dois últimos são os mais interessantes, sendo seus personagens os eternos inadaptados da literatura mineira. De seus ensaios, *Feijão, Angu e Couve*³⁹ merece destaque, já que nessa obra de análise dos hábitos alimentares dos mineiros há vários capítulos referentes à alimentação na capital.

De 1924 é uma das mais famosas obras poéticas dedicadas à cidade: *O Noturno de Belo Horizonte*, de Mário de Andrade, cujos versos iniciais, freqüentemente recitados, causaram impacto perene nos literatos mineiros:

“Maravilha de milhares de brilhos vidrilhos,
Calma do noturno de Belo Horizonte...”

Mas o poeta não se impressiona somente com os *brilhos vidrilhos* da luz moderna, ele se espanta com a vegetação abundante da *Cidade Vergel* que ela, então, havia se tornado:

“Só as árvores árvores do mato virgem
Pendurando a tapeçaria das ramagens
Nos braços cabindas da noite.
Que luta pavorosa entre floresta e casas...
Todas as idades humanas
Macaqueadas por arquiteturas históricas
Torres torreões torrinhas e tolices
Brigam em nome da?
Os mineiros secundam em coro!
— Em nome da civilização!
Minas progride.
Também quer ter também capital moderníssima também...”⁴⁰

Outra referência desse período é João Alphonsus, autor de dois romances, *Totonio Pacheco*, de 1935, e *Rola Moça*, de 1938, e dos livros de contos *Galinha Cega*, *Pesca da Baleia*, e *Eis a Noite!*⁴¹. No primeiro é descrita a inadaptabilidade de um velho coronel do interior das Minas à cidade moderna. No segundo é tratado um importante aspecto da cidade à época: o sanatório de tuberculosos, que aqui vinham atrás do clima benfazejo. Eduardo Frieiro chega a dizer que o personagem principal do livro é a tuberculose. Há também a evolução da cidade que já crescia mais que o previsto, expandindo-se para todos os lados. Mas as obras primas são os contos, gênero mais adequado ao grande talento do autor.

No autobiográfico *O Amanuense Belmiro*, publicado em 1938, Cyro do Anjos começa uma carreira literária que continuaria com *Abdias*, *Montanha* e *A Menina do Sobrado*⁴². O primeiro, já tornado um clássico de nossa literatura, narra as vicissitudes amorosas de um abúlico funcionário público na Belo Horizonte de 1935. Após uma série de angústias e frustrações, ele descobre que a verdade está na rua Erê, onde morava. Na novela há uma antológica descrição da cidade:

“Do alto da colina, contemplei Belo Horizonte, que apenas despertava. As cores já vivas do céu e a beleza luminosa da cidade feriam-me os olhos. Esses palácios e jardins e a majestade das avenidas e praças situam Belo Horizonte fora dos quadros singelos de Minas”.

³⁹ FRIEIRO, Eduardo. *O clube dos grafômanos*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. *Basileu*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. *O cabo das tormentas*. Belo Horizonte: Os amigos do Livro, 1936. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/Reitoria da UFMG, 1966.

⁴⁰ ANDRADE, Mário. *Noturno de Belo Horizonte*. In: *Poesias completas*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1987, p. 178.

⁴¹ ALPHONSUS, João. *Totonio Pacheco*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. *Rola-Moça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. *Contos e novelas: galinha cega, pesca da baleia, Eis a noite!*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1965.

⁴² ANJOS, Cyro: *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1937. *Abdias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. *Montanha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. *A menina do sobrado (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio INL-MEC 1979.

“Dentro das casas, mora, porém, o mesmo e venerável espírito de Sabarabussú, Diamantina, Ouro Preto e de tantas outras vetustas cidades. Penso no homem mineiro que se levanta, olha seu Minas Gerais, cuida dos passarinhos e se prepara, tranqüilo para as labutas do dia. A mulher sirze apressadamente um par de meias para ele e lhe pede que não se esqueça de deixar dinheiro para algumas compras. Sai porém, sorrateiro. Façam-se as compras amanhã, não se corre para gastar. Os meninos estão vestidos, há mantimentos na dispensa. Quê mais é preciso?”⁴³

Das outras obras do autor merece destaque *A Menina do Sobrado*, belo livro de memórias, dessa vez às claras, sem o disfarce da novela.

A partir desse período acentua-se a tendência dos intelectuais mineiros de sentir a vertigem da montanha, a fugir para o mar. Nava, Drummond, Cyro, Afonso Arinos, Paulo Mendes Campos foram todos para a então capital federal, abandonando para sempre a cidade dos seus conflitos iniciais com a vida. Esse foi o caso, também, de Fernando Sabino, autor do famosíssimo *O Encontro Marcado*⁴⁴, de 1956, que se tornaria um *romance de geração* dos mais famosos de nossa literatura. Basta dizer que enquanto as obras dos outros autores alcançaram duas, às vezes três edições em quarenta ou cinquenta anos, a de Fernando Sabino chegou perto da centena.

Ficam ainda muitos outros autores por mencionar: Oscar Negrão de Lima, Luís Vilela, Jaime do Prado Gouvêa, Waldemar Versiani dos Anjos, Rui Mourão, Luís Giffoni e tantos outros, maiores e menores, que deixaram sua contribuição para a literatura belo-horizontina. Todavia, como esse ensaio de documentação não tem pretensão à completude, e nem há espaço para tal, termino com as palavras de Henriqueta Lisboa que assim encerra seu *Belo Horizonte Bem Querer*, linda declaração de amor à cidade:

*“Uma cidade se levanta
do solo às nuvens.
De atalhos parte para avenidas.
Do caos se amolda à geometria:
triângulos quadriláteros círculos.
Uma cidade sobe dos prados
para o lombo das serras.
Destrói choupanas e constrói
Arranha-céus.*

*.....
Cresce pelas mãos dos operários
canta pelo timbre dos poetas
define-se no porte dos guias
espairece no afã dos atletas
explode na estridência das máquinas.
A expressão de uma cidade é múltipla.
A beleza de uma cidade é instável.
Sua grandeza é limitada
à fronteira mesma das cousas.*

*Uma cidade se assemelha às outras
porém se a amamos é única:
tem a forma de um coração
traz nosso aroma predileto
é a paina do travesseiro
em que repousa nossa fronte.*

Belo Horizonte bem querer ”⁴⁵

⁴³ ANJOS, Cyro: *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1937. p.140-141

⁴⁴ SABINO, Fernando: *O encontro marcado*, 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

⁴⁵ LISBOA, Henriqueta. *Belo Horizonte bem querer*. Belo Horizonte: EDDAL, 1972. p.73-74.

Referências bibliográficas

ALPHONSUS, João. *Totonio Pacheco*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

———. *Rola-Moça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

———. *Contos e novelas: galinha cega, pesca da baleia, Eis a noite!*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1965.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Boitempo I*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

———. *Tempo Vida Poesia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

———. Triste Horizonte. In: *Discurso de primavera e algumas sombras*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 11-14.

ANDRADE, Mário. Noturno de Belo Horizonte. In: *Poesias completas*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1987, p. 178.

ANJOS, Cyro. *Abdias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

———. *Montanha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

———. *A menina do sobrado (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio INL-MEC 1979.

———. *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1937. p.140-141.

AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. R. *do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.33, 1982.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. A verdade sobre a história de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fimac, 1985. p. 60-70.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva-história antiga. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Edições da Livraria Rex, 1936.

———. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva-história média. Belo Horizonte: Edições da Livraria Rex, 1936.

———. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva-documentos. R. do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v. 23, 1929-1930.

———. Cinquenta e sete anos de existência em Belo Horizonte (20-9-1895 a 20-9-1952). In: *Anuário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, v.1, n.1, s.d.

———. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BILAC, Olavo. Últimas conferências e discursos. In: BILAC, Olavo: *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 939.

CAMARATE, Alfredo. Por montes e vales. R. *do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.36, 1985.

CAMPOS, Paulo Mendes. *Azul da montanha*, p. 83.

———. O Poeta de Minas. In: *Brasil Brasileiro*: crônicas do país das cidades e do povo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 69.

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, s.d. Edição fac-símile.

DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

FÓSCOLO, Avelino. *A capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; MEC, 1976, p. 258 e seguintes.

FRIEIRO, Eduardo. *O clube dos grafômanos*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

———. *Basileu*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

———. *O cabo das tormentas*. Belo Horizonte: Os amigos do Livro, 1936.

———. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/Reitoria da UFMG, 1966.

———. *Novo diário*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

GOMES, Maria do Carmo Andrade (Coord.). *Panorama de Belo Horizonte-Atlas Histórico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, p. 18 a 22.

GRAVATÁ, Hélio. Relação dos Prefeitos de Belo Horizonte. R. *do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.30, 1979.

LISBOA, Henriqueta. *Belo Horizonte bem querer*. Belo Horizonte: EDDAL, 1972. p.73-74.

MELO, Ciro Bandeira de & PAULA, João Antonio de (org.). Belo Horizonte cem anos em cem. *Varia Historia*. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, v.18, nov. 1997.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Edição do Autor. 1970.

NAVA, Pedro. *Balão cativo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 119-120-121.

———. *Baú de ossos (Memórias/1)*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. *Balão cativo (memórias/2)*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. *Chão de ferro (memórias/3)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. *Beira mar (memórias/4)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. *Galo das trevas: as doze velas imperfeitas: memórias/5*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. *O Círio perfeito: memórias VI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

PENNA, Octávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte 1711-1930*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1950.

SABINO, Fernando: *O encontro marcado*, 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

SENNA, Nelson de. *O cinquentenário de Belo Horizonte (12 de dezembro de 1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Estado, 1948.

SILVA, Luiz Roberto da. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

TASSINI, Raul. *Raul Tassini expõe*: verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte-antes Curral D'El Rey. Edição do autor. s.n.t.

VERNE, Jules. *Les cinq cents millions de la begum*. Paris: Hachette, 1929, p. 160.

Aspectos Históricos da Administração

Quadro 1.1 - Prefeitos da capital por período - 1897-2000

Nº ORDEM	PREFEITO	PERÍODO	Nº ORDEM	PREFEITO	PERÍODO
01	Adalberto Dias Ferraz da Luz	29/12/1897 a 06/09/1898	26	Gumercindo Couto e Silva	17/08/1946 a 26/12/1946
02	Américo Werneck	12/09/1898 a 26/10/1898	27	Emídio Beruto	26/12/1946 a 19/03/1947
03	Wenceslau Braz Pereira Gomes	27/10/1898 a 31/01/1899	28	João Franzen de Lima	21/03/1947 a 12/12/1947
04	Francisco Antônio de Sales	03/02/1899 a 02/09/1899	29	Octacílio Negrão de Lima	12/12/1947 a 01/02/1951
05	Bernardo Pinto Monteiro	13/09/1899 a 03/08/1902	30	Américo Renê Giannetti	01/02/1951 a 06/09/1954
06	Francisco Bressane Azevedo	07/09/1902 a 28/10/1905	31	Sebastião de Brito	06/09/1954 a 31/01/1955
07	Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues	20/04/1905 a 10/05/1905	32	Celso Mello de Azevedo	31/01/1955 a 31/01/1959
08	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	28/10/1905 a 07/09/1906	33	Alberto Valadares	19/06/1957 a 04/08/1957
09	Benjamin Jacob	09/09/1906 a 16/04/1909	34	Amintas de Barros	31/01/1959 a 31/01/1963
10	Benjamin Franklin Silviano Brandão	16/04/1909 a 09/09/1910	35	Pe. Clóvis de Souza e Silva	28/08/1962 a 16/10/1962
11	Olinto Deodato dos Reis Meireles	09/09/1910 a 09/09/1914	36	Jorge Carone Filho	31/01/1963 a 31/01/1965
12	Cornélio Vaz de Melo	09/09/1914 a 07/09/1918	37	Oswaldo Pieruccetti	31/01/1965 a 31/01/1967
13	Afonso Vaz de Melo	07/09/1918 a 07/09/1922	38	Luiz Gonzaga de Sousa Lima	31/01/1967 a 17/03/1971
14	Flávio Fernandes dos Santos	08/09/1922 a 07/09/1926	39	Oswaldo Pieruccetti	17/03/1971 a 08/04/1975
15	Francisco Luiz da Silva Campos	07/09/1926 a 16/09/1926	40	Luiz Verano	09/04/1975 a 02/04/1979
16	Cristiano Monteiro Machado	16/09/1926 a 28/11/1929	41	Maurício de Freitas Texeira Campos	03/04/1979 a 13/05/1982
17	Alcides Lins	29/11/1929 a 04/09/1930	42	Júlio Arnaldo Laender	14/05/1982 a 12/04/1983
18	Luiz Gonçalves Pena	05/09/1930 a 18/12/1932	43	Hélio de Carvalho Garcia	12/04/1983 a 13/08/1984
19	Otávio Goulart Pena	22/12/1932 a 15/12/1933	44	Antônio Carlos Flores Carone	14/08/1984 a 23/08/1984
20	José Soares de Matos	15/12/1933 a 08/04/1935	45	Ruy José Vianna Lage	23/08/1984 a 31/12/1985
21	Otacílio Negrão de Lima	08/04/1935 a 16/04/1938	46	Sérgio Mário Ferrara	01/01/1986 a 31/12/1988
22	José Oswaldo de Araújo	18/04/1938 a 19/04/1940	47	João Pimenta da Veiga Filho	01/01/1989 a 31/04/1990
23	Juscelino Kubitschek de Oliveira	18/04/1940 a 30/10/1945	48	Eduardo Brandão de Azeredo (vice)	01/04/1990 a 31/12/1992
24	João Gusman Júnior	30/10/1945 a 04/02/1946	49	Patrus Ananias de Sousa	01/01/1993 a 31/12/1996
25	Pedro Labome Tavares	07/02/1946 a 16/08/1946	50	Célio de Castro *	01/01/1997 a 31/12/2000

Fonte: PBH. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 2000.

* Reeito para o período de 01/01/2001 a 31/12/2004

Características do Território

Posição, Extensão e Divisão Territorial

Quadro 1.2 - Distância em linha reta entre Belo Horizonte e as capitais do país

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (km)	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (km)
Aracaju	1.231,30	Manaus	2.557,60
Belém	2.102,70	Natal	1.817,40
Boa Vista	3.117,70	Palmas	1.174,70
Brasília	623,70	Porto Alegre	1.340,50
Campo Grande	1.120,80	Porto Velho	2.482,60
Cuiabá	1.375,40	Recife	1.628,30
Curitiba	820,10	Rio Branco	2.793,90
Florianópolis	971,40	Rio de Janeiro	338,70
Fortaleza	1.875,50	Salvador	954,8
Goânia	666,80	São Luiz	1.912,70
João Pessoa	1.714,50	São Paulo	489,10
Macapá	2.342,00	Teresina	1.634,10
Maceió	1.429,20	Vitória	382,50

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Perfil de Minas Gerais de 2000*.

Quadro 1.3 - Distância rodoviária de Belo Horizonte aos municípios da região metropolitana e principais estradas de acesso

MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA A BH	ESTRADAS	MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA A BH	ESTRADAS
Baldim	93	MG010, MG323	Mateus Leme	61	BR262, MG050
Betim	30	BR381, MG050, MG060	Matozinhos	47	MG424
Brumadinho	53	MG040	Nova Lima	22	MG030, MG040, MG437
Caeté	59	BR381, MG435	Nova União	59	BR381
Capim Branco	53	MG040, MG424	Pedro Leopoldo	40	MG424, MG010
Confins	39	MG010, MG424	Raposos	33	MG030
Contagem	21	BR381, MG040	Ribeirão das Neves	32	MG040
Esmeraldas	63	MG040, MG060, MG432	Rio Acima	36	MG030
Florestal	66	BR262	Rio Manso	63	BR381, MG040
Ibirité	21	MG040	Sabará	19	BR262, MG437
Igarapé	47	BR381, MG050	Santa Luzia	27	MG020, MG433
Itaguara	100	BR381, MG040	São Joaquim de Bicas	39	BR381, MG040
Jaboticatubas	63	BR381, MG010, MG020	São José da Lapa	38	MG424, MG010
Juatuba	55	BR262, MG050	Sarzedo	31	MG040
Lagoa Santa	36	MG010	Taquaraçu de Minas	59	BR381
Mário Campos	38	MG040	Vespasiano	28	MG010

Fonte: DER/MG. *Boletim de Manutenção Rodoviária*. 1998.

Nota: Em negrito estão os municípios que fazem limite com Belo Horizonte.

Legenda de Siglas: BR - Rodovia Federal; MG - Rodovia Estadual.

Quadro 1.4 - Distância rodoviária de Belo Horizonte aos municípios mais populosos do Estado

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (Km)
Barbacena	173
Betim	30
Contagem	21
Divinópolis	120
Governador Valadares	311
Ipatinga	209
Juiz de Fora	255
Montes Claros	417
Patos de Minas	400
Poços de Caldas	460
Ribeirão das Neves	25
Santa Luzia	29
Sete Lagoas	70
Teófilo Otoni	446
Uberaba	472
Uberlândia	540

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Perfil de Minas Gerais de 2000.

Quadro 1.5 - Extensão territorial dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Município	Área(km ²)	Município	Área(km ²)
Baldim	556,44	Mateus Leme	303,13
Belo Horizonte	330,23	Matozinhos	253,34
Betim	345,99	Nova Lima	428,45
Brumadinho	640,08	Nova União	171,78
Caeté	542,24	Pedro Leopoldo	293,21
Capim Branco	94,49	Raposos	71,59
Confins	41,67	Ribeirão das Neves	154,02
Contagem	194,38	Rio Acima	227,84
Esmeraldas	909,98	Rio Manso	231,45
Florestal	195,85	Sabará	302,54
Ibirité	73,66	Santa Luzia	234,52
Igarapé	110,08	São Joaquim de Bicas	72,03
Itaguara	410,62	São José da Lapa	48,89
Jaboticatubas	1116,77	Sarzedo	62,17
Juatuba	97,14	Taquaraçu de Minas	329,01
Lagoa Santa	229,45	Vespasiano	70,98
Mário Campos	35,06		

Fonte: IGA. (Órgão oficial do Governo de Minas Gerais para cálculos de áreas e limites, conforme o que determina o Inciso II do Art. 1º da Lei nº 12.040, de 28/12/95 (Minas Gerais: 29/12/95). 2000.

Quadro 1.6 - Relação dos bairros de Belo Horizonte por região administrativa e unidade de planejamento

(continua)

R. ADM.	UNID. DE PLANEJAMENTO	BAIRROS
Barreiro	Bairro das Indústrias	Mannesman, Bairro das Indústrias, Alta Tensão I e Alta Tensão II (parte)
	Lindéia	Durval de Barros, Lindéia, Regina, Washington Pires, Tirol, Tirol I, II e III (parte), Piratininga, Marieta I e II
	Barreiro de Baixo	Barreiro de Baixo, Olaria, Teixeira Dias, Santa Helena, Diamante, Tirol I, II e III (parte), Presidente Vargas, Átila de Paiva
	Barreiro de Cima	Millonários, Barreiro de Cima, Flávio Marques Lisboa, Araguaia, Vila Cemig, Alta Tensão I e II (parte), C.H. Bom Sucesso, Vila Nova dos Millonários, Copasa, Cemig
	Jatobá	Jatobá, Vale do Jatobá, Independência, C.H. Jatobá I, C.H. Jatobá II (parte), C.H. Jatobá III, C.H. Jatobá IV, Antenas, Independência I, II, III e IV (parte)
	Cardoso	Santa Cruz, Cardoso, Getúlio Vargas, Urucuia, Pongelupe, C.H. Jatobá II (parte)
	Olhos d' água	Olhos D'água
	Barreiro-Sul	Pilar (Sul do Anel), Zona Rural (Serra do Curral), Independência I, II, III e IV (parte)
Centro-Sul	Barro Preto	Barro Preto
	Centro	Centro
	Francisco Sales	Santa Efigênia (Área Hospitalar), Floresta (Área Interna à Av. Contorno)
	Savassi	Santo Agostinho, Lourdes, Funcionários
	Prudente de Moraes	Cidade Jardim, Luxemburgo, Coração de Jesus, Vila Paris, Morro do Querosene, Bandeirantes (parte)
	Santo Antônio	Santo Antônio, São Pedro
	Anchieta/Sion	Carmo, Cruzeiro, Anchieta, Sion, FUMEC, Pindura Saia, Mala e Cuia
	Serra	Serra, São Lucas, Santa Isabel
	Mangabeiras	Mangabeiras, Comiteco, Parque das Mangabeiras, Agl. Serra (parte), Acaba Mundo
	São Bento/Santa Lúcia	São Bento, Santa Lúcia, Bandeirantes (parte), Agl. Barragem (parte)
	Belvedere	Belvedere
	Aglomerado Barragem	Agl. Barragem: Sta. Lúcia/Sta. Rita de Cássia/Vila Estrela (parte)
	Aglomerado Serra	Cafezal, Agl. Serra: N. Sra. Fátima/N. Sra. Aparecida/N. Sra. Conceição/Santana Cafezal/Vitório Marçola (parte)
Leste	Instituto Agrônômico	Instituto Agrônômico, Sagrada Família, Horto (Norte da Av. Silviano Brandão), Agl. Camponesa I, II e III (parte)
	Boa Vista	Nova Vista, Boa Vista, São Geraldo, Casa Branca, Caetano Furquim (parte), Agl. Camponesa I, II e III (parte), São Geraldo, Grotá
	Floresta/Santa Tereza	Colégio Batista, Floresta, Horto (Sul da av. Silviano Brandão), Santa Tereza, João Alfredo, São Vicente, Buraco Quente I e II
	Pompéia	Esplanada, Pompéia, Vera Cruz, Saudade, Agl. Camponesa I, II e III (parte), Nossa Senhora do Rosário, São Rafael (parte), Belém, Alto Vera Cruz (parte)
	Taquaril	Alto Vera Cruz, Granja Freitas, Conjunto Taquaril, Alto Vera Cruz (parte), Caetano Furquim (parte), Vila da Área, C.H. Taquaril
	Santa Efigênia	Santa Efigênia, Paraíso, Novo São Lucas, São Rafael (parte), Paraíso, Cônego Pinheiro A, Cônego Pinheiro, União, Agl. Serra (parte), C.H. João Pio de Souza (parte)
	Baleia	Baleia, Cidade Jardim Taquaril, C.H. João Pio de Souza (parte), Agl. Serra (parte)
	Mariano de Abreu	C.H. Mariano de Abreu, Rock In Rio, Boa Vista
	Santa Inês	Santa Inês
Nordeste	Capitão Eduardo	Zona Rural (Leste do Onça), Capitão Eduardo, C.H. Capitão Eduardo, C.H. Paulo VI (parte)
	Ribeiro de Abreu	Agl. B. Linha/D. Silvério/S. Gabriel/Triba (parte), Ribeiro de Abreu (parte), C.H. Paulo VI (parte)
	Belmonte	São Gabriel, Dom Silvério, Nazaré, Belmonte, Agl. B. Linha/D. Silvério/S. Gabriel/Triba (parte), Esplanada (parte), Boa União (parte), Três Marias
	Gorduras	Gorduras, Jardim Vitória, Borges, Vila Maria
	São Paulo/Goiânia	São Paulo, Fernão Dias, Dom Joaquim, Eymard, Pirajá, Maria Goretti, Vila Brasília, Goiânia, Alvorada, Guanabara, São Benedito, Aarão Reis, Carioca, Vila de Sá
	Cristiano Machado	Maria Virgínia, Palmares, Ipiranga, União, Cidade Nova, Renascença, Nova Floresta, Bairro da Graça, Silveira, Matadouro, Universitário (parte), Vila Ipiranga
	Cachoeirinha	Santa Cruz, São João Batista, Cachoeirinha, Universitário (parte), Inestan (parte), Vila Coqueiro da Paz, Nova Cachoeirinha
	Concórdia	São Cristóvão (direita da Av. Antônio Carlos), Lagoinha (direita da Av. Antônio Carlos), Vila do Pombal, Tiradentes, Concórdia

Quadro 1.6 - Relação dos bairros de Belo Horizonte por região administrativa e unidade de planejamento

(conclusão)

R. ADM.	UNID. DE PLANEJAMENTO	BAIRROS
Noroeste	Glória	São Salvador, Coqueiros, Pindorama, Filadélfia, Glória, Alvaro Camargos, C.H. Jardim Filadélfia, Coqueiral, Califórnia (parte)
	Abílio Machado	Serrano, Conjunto Celso Machado, Conjunto Itacolomi, Alípio de Melo, Inconfidência, São José, Santo Antônio, Califórnia (parte), 31 de Março
	Jardim Montanhês	Jardim Montanhês, Antena, Alvorada
	Caiçara	Caiçara, Alto do Caiçara, Caiçara Adelaide, Pedro II, Monsenhor Messias, Jardim Montanhês (Minas Gerais)
	Antônio Carlos	Sumaré, Aparecida, Aparecida 7ª Seção, Emelinda, Nova Cachoeirinha, Bom Jesus, Nova Esperança, Santo André, São Cristóvão (esq. Antônio Carlos), Prado Lopes, Lagoinha, Bonfim, Vila Real, Cachoeirinha I e II
	Padre Eustáquio	Carlos Prates, Padre Eustáquio, Minas Brasil, Lorena, Marmiteiros, Peru
	Camargos	Califórnia, Área dos Camargos, Alto dos Pinheiros (Oeste do Anel)
	PUC	Alto dos Pinheiros (Leste do Anel), João Pinheiro, Vila Oeste, Dom Cabral, Coração Eucarístico, 31 de Março, PUC, Delta, Oeste
	Santa Maria	Governador Benedito Valadares, Camargos, Vila Virgínia, Santa Maria, Glalijá (Norte da V.U.L.O.), Maravilha I, II e III, Sport Club I, II, III e IV (parte)
	Prado Lopes	Prado Lopes, Senhor dos Passos
Norte	Jaqueline	Canaã, Jaqueline, Juliana, Frei Leopoldo, Etelvina Carneiro, Marize, C.H. Zilah Souza Sposito, C.H. Mariquinhas, Clóris
	Isidoro Norte	Zona Rural (Norte do Isidoro), Monte Azul (ind.Rodrigues da Cunha), Antº Rib. De Abreu (Oeste do Onça), C.H. Zilah Souza Sposito
	Furquim Werneck	Zona Rural (Sul do Isidoro)
	Planalto	Laranjeiras, Vila Clóris, Campo Alegre, Planalto (Oeste da Av. Gal. Carlos Guedes)
	São Bernardo	Planalto (Parque Aviação e Júlio Maria), São Tomás, São Bernardo, Antônio Diniz, Heliópolis, Baronesa de Sta Lúcia, Agl. São Tomás/São Bernardo (parte), Parque da Aviação
	Tupi/Floramar	Floramar, Jardim Felicidade, Tupi, Novo Aarão Reis, C.H. Floramar, Ribeiro de Abreu, C.H. Ribeiro de Abreu
	Primeiro de Maio	Guarani, Aarão Reis, Minaslândia, Providência, Primeiro de Maio, Boa União, Primeiro de Maio, C.H. Providência
	Jardim Felicidade	Solimões, C.H. Jardim Felicidade
Oeste	Cabana	Glalijá (Sul da V.U.L.O.), Jardimópolis, Madre Gertrudes (Magnesita), Cabana, Vista Alegre, Nova Cintra, Patrocínio, Nova Gameleira, Gameleira, Sport Club I, II, III e IV (parte), Oeste (Nova Gameleira), Nova Gameleira II, Cabana Pai Tomás, Imbaúbas
	Jardim América	Calafate (Oeste da Av. Silva Lobo), Nova Suíça, Salgado Filho, Jardim América, Havai, Nova Barroca, Nova Granada, Teresa Cristina I e II, Guaratã, Ventosa, Barão H. de Melo
	Barroca	Calafate (Leste da Av. Silva Lobo), Prado, Barroca, Alto Barroca, Gutierrez, Grajaú
	Morro das Pedras	Morro das Pedras, Conjunto Santa Maria, Agl. Morro das Pedras: Antena/Chac. Leonina, Sta. Sofia/São Jorge I, II e III
	Betânia	Betânia, Marajó, Palmeiras, Estrela Dalva, Betânia I, II, III, IV e V, Vila Nova Paraíso
	Estoril/Buritís	Estoril, Bairro das Mansões, Buritís, Área da Mata do Cercadinho
	Pilar Oeste	Pilar (Norte do Anel)
Pampulha	Garças/Braúnas	Nova Pampulha, Xangrilá, Braúnas, Trevo, Céu Azul (Sul da Av. Francisco Negrão de Lima, Garças, C.H. São Francisco de Assis)
	Santa Amélia	Santa Amélia, Santa Branca, Itapoã, Jardim Atlântico (Norte da Portugal), Copacabana I (parte)
	Pampulha	Jardim Atlântico (Sul da Portugal), Bandeirantes, São Luiz, São José
	Jaraguá	Aeroporto, Jaraguá, Dona Clara, Liberdade, Santa Rosa, Universitário, Suzana, Agl. São Tomás/S. Bernardo (Parte), Vila Isabel, Suzana I e II
	Sarandi	Sarandi, Santa Terezinha, Serrano (Pampulha)
	Castelo	Castelo, Manacás, São José A (parte)
	Ouro Preto	Paquetá, Ouro Preto, Engenho Nogueira, Conjunto da Lagoa, Novo Ouro Preto
	UFMG	Campus da UFMG
	São Francisco	São Francisco, Santa Rosa, Inestan (parte)
	Confisco	Confisco, C.H. confisco
Venda Nova	Mantiqueira/Sesc	Maria Helena, Mantiqueira, Jardim dos Comercários, Nova América
	Serra Verde	Serra Verde, Alvorada
	Piratininga	Lagoinha, Lagoa, São Paulo (Piratininga), Letícia (Sul da Av. Vilarinho), Rio Branco, SESC (parte), Flamengo
	Jardim Europa	Letícia (Norte da Av. Vilarinho), Europa, Minas Caixa, SESC (parte)
	Venda Nova/Centro	Centro de Venda Nova, Candelária
	Céu Azul	Céu Azul, Sta. Mônica (Mãe dos Pobres), São José/Céu Azul (Vila dos Anjos)
	Copacabana	Leblon, Copacabana, Santa Mônica, Jardim Leblon, Universo/Copacabana II, Várzea das Palmas/Itamarati, N.S.Aparecida (parte), Copacabana I (parte)
	São João Batista	São João Batista, N.S. Aparecida (parte)

Fonte: PLANEJAR BH. Belo Horizonte: PBH/SMPL, 1999.

Meio Ambiente e Recursos Naturais

Quadro 1.7 – Síntese das características físicas do município de Belo Horizonte

Localização e aspectos da altimetria

Belo Horizonte está situada no centro-sul do Estado de Minas Gerais. O município tem extensão territorial de 330,23 km², sendo delimitado pelas latitudes 19° 46' 35" e 20° 03' 34" sul e pelas longitudes 43° 51' 27" e 44° 03' 47" oeste de *Greenwich*. A sul, tem divisas com Nova Lima e Brumadinho, a leste com Sabará e Santa Luzia, a norte com Santa Luzia e Vespasiano, a oeste com Ribeirão das Neves, Contagem e Ibirité. Em parte substancial dessas divisas, onde o obstáculo fisiográfico não se manifesta, as áreas urbanizadas destes municípios se fundem.

A sede municipal localiza-se a 852,19 metros de altitude. A maior área está entre 751 e 1000 metros, de norte para sudoeste. As menores altitudes ocorrem a nordeste, entre 650 e 750 metros; as maiores, nos limites a sul e sudeste, entre 1001 e 1150 metros nas encostas, e maiores que estas, podendo atingir 1500 metros, no topo da Serra do Curral.

Aspectos geológicos-geomorfológicos

O município de Belo Horizonte está inserido na grande unidade geológica conhecida como cráton do São Francisco. O termo refere-se ao extenso núcleo crustal do centro-leste do país, tectonicamente estável no final do Paleoproterozóico e margeando por áreas que sofreram regeneração no Neoproterozóico.

O território da capital mineira mostra uma fisiologia diversificada e estreitamente vinculada às propriedades geológicas de seu substrato. Predominam as rochas arqueanas integrantes do Complexo Belo Horizonte e seqüências supracrustais de idade paleoproterozóica, integrantes do Supergrupo Mians. Sedimentos cenozóicos recobrem parcialmente estas unidades.

O domínio do complexo Belo Horizonte integra a unidade geomorfológica denominada Depressão de Belo Horizonte. Este representa cerca de 70% do território de Belo Horizonte e tem sua área de maior expressão a norte da calha do ribeirão Arrudas. Neste, predominam as rochas gnáissico-migmáticas em diferentes estágios de alteração. Seu relevo é tipificado por espigões, colinas de topo plano a arqueado e encostas policonvexas de declividades variadas, nos flancos dessas feições e nas transições. Entre elas ocorrem com freqüência anfiteatros de encostas côncavas e drenagem convergente e nichos resultantes da estabilização de antigas voçorocas.

O domínio das Sequências Metassedimentares tem sua área de ocorrência a sul da calha do ribeirão Arrudas, constituindo cerca de 30% do território de Belo Horizonte. O contato com o domínio do complexo Belo Horizonte é marcado por uma zona irregular em forma, mas de direção geral nordeste-sudoeste (NE-SW).

As características deste domínio são a diversidade litológica e o relevo acidentado que encontra expressão máxima na serra do Curral, limite sul do município. Engloba uma sucessão de camadas de rochas de composição variada, representada por itabiritos, dolomitos, quartzitos, filitos e xistos diversos, de direção geral nordeste-sudeste e mergulho para o sudeste.

Os efeitos locais, gerados pela altitude e grande variedade de solo, tornaram ainda mais diversificadas as fito – fisionomias regionais, podendo ser citadas as seguintes, como as mais representativas: campo sujo, associações florestais, essas últimas abrigadas principalmente nos vales e campos de altitudes nos quais predominavam associações rupícolas, representadas principalmente por canela – de ema, criouláceas e melastomáceas. A maior parte da vegetação primitiva foi destruída em função do crescimento de Belo Horizonte.

Aspectos hidrogeológicos

Os mananciais de água subterrânea do embasamento estão localizados a sul / sudeste do município. No aquífero, do complexo granítico-gnáissico, as reservas principais são as constituídas pela porção porosa saturada do manto de decomposição/cobertura de alteração e pelo meio fraturado sotoposto, que pode atingir espessuras superiores a 50 metros, variando normalmente entre 20 e 30 metros.

Estas grandes reservas, atualmente pouco aproveitadas, podem se constituir em importante fonte auxiliar para o abastecimento público de Belo Horizonte.

Quadro 1.8 - Áreas livres de uso público por região administrativa no município de Belo Horizonte - 2000

R. ADM.	PARQUE	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)	ANO	R. ADM.	PARQUE	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)	ANO
Barreiro	Pq. Roberto Burle Marx (Pq. das Águas)	Flávio Marques Lisboa / Uruculã	178.500	Em implantação	Nordeste	Pq. Ecológico e de Lazer do Bairro Caiçara	Caiçara	12.446	1996
	Pq. Teixeira Dias	Teixeira Dias	55.510	Em implantação		Pq. Maria do Socorro Moreira (Pq. Ecológico do Aeroporto Carlos Prates)	Carlos Prates	100.000	2000 (1ª fase)
	Pq. Agro-Ecológico do Vale do Jacobá	Vale do Jacobá	77.068,46	Em implantação	Norte	Pq. do Bairro Planalto	Planalto	25.248	1996
	Pq. Munic. Américo Renêe Giannetti	Centro	180.000	1897	Oeste	Pq. Aggeio Pio Sobrinho	Burtis	269.920	1996
Centro-Sul	Pq. Municipal das Mangabeiras	Mangabeiras	2.350.000	1982		Pq. da Vila Panlanal	Estoril / Vila Panlanal	17.851	2000
	Pq. Julien Rien	Anchieta	14.300	1978		Pq. Halley Alves Bessa	Havai	2.180	1998
	Pq. Mata das Boboietas	Sion	32.000	1995		Pq. Estadual do Rola Moça		1.331	1998
	Pq. Munic. Juscelino Kubitschek	Sion	23.500	1995		Pq. do Lixão	Vila São Jorge III	52.268	Em implantação
	Pq. Jornalista Eduardo Couri	Santa Lúcia	98.000	1996		Pq. Jacques Cousteau	Belânia	468.500	Em implantação
	Pq. Rosinha Cadar	Santo Agostinho	7.200	1994		Pq. do conjunto Estrela Dalva	Havai		Em implantação
	Pq. Prof. Amílcar Vianna Martins	Cruzeiro	14.400	2000	Pampulha	Fundação Zoo-Botânica de B. Horizonte	Pampulha	1.450.000 *	1959
	Pq. Tom Jobim	Luxemburgo	15.675,03	Em implantação		Pq. Munic. Ursulina de Andrade Mello	Castelo	242.000	1996
	Bosque São Bento II	São Bento II	17.269	Em implantação		Pq. Municipal Fazenda Lagoa do Nado	Itapoã	300.000	1994
Leste	Pq. Marcus Pereira de Melo	São Lucas	3.500	1982 / 1996		Pq. Ouro Preto	Ouro Preto	7.210,71	1996
	Pq. Linear do Vale do Arndas (Pq. do Centenário)	Abadia		1999 / 2000		Pq. Fazenda da Serra	Paqueta	26.888,37	2000
Nordeste	Pq. Ecológico e Cultural da Cid. Nova	Cidade Nova	20.000	1990		Pq. do Confisco	Confisco		1999
	Pq. Orlando de Carvalho Silveira	Silveira	25.650	1996		Pq. Fazenda da Serra	Paqueta	191.531,22	Em implantação
	Pq. da Matinha	Cid. Nova / União	13.086	1991		Pq. Dona Clara	Dona Clara	32.283	Em implantação
	Pq. Ecológico Renato Azeredo	Palmares	93.200	1996		Pq. Engenho Nogueira	Eng. Nogueira / Manacás		Em implantação
	Pq. Prof. Guilherme Lage	São Paulo	150.000	1982	Venda Nova	Pq. Alexander Brandt	Visconde do Rio Branco	12.900	1992/1996
	Pq. Escola Jardim Belmonte	Belmonte	64.763	1996		Pq. da Bacia de Retenção do Córrego Vilarinho	Maria Helena		Em implantação
	Pq. Ismael de Oliveira Fábregas	Nova Floresta	9.720						

Fonte: PBH SIMMA, 2000.
*Não inclui 300.000 m² de ilhas.

Quadro 1.9 - Área verde por região administrativa e unidade de planejamento em Belo Horizonte - 1994

R. ADM.	UNIDADE DE PLANEJAMENTO	ÁREA UP km²	HAB. POR UP	ÁREA VERDE km²	ÁREA VERDE m²/hab.	COBERTURA VEGETAL - %	R. ADM.	UNIDADE DE PLANEJAMENTO	ÁREA UP km²	HAB. POR UP	ÁREA VERDE km²	ÁREA VERDE m²/hab.	COBERTURA VEGETAL - %
Barreiro	Bairro das Indústrias	3,8650	11,697	1,0348	88,47	26,774	Nordeste (conclusão)	Caicara	4,2690	35,593	1,5663	44,01	36,691
	Lindéla	4,7130	46,587	1,8971	40,72	40,252		Antônio Carlos	5,9710	60,930	2,0112	33,01	33,683
	Barreiro de Baixo	5,0620	40,263	1,7756	44,10	35,077		Padre Eustáquio	5,4590	50,146	1,7016	33,93	31,170
	Barreiro de Cima	9,4060	48,457	4,6751	96,48	49,703		Camargos	1,7140	2,447	0,7722	315,57	45,053
	Jatobá	8,4270	56,299	3,7654	66,88	44,682		PUC	3,9280	31,621	1,5126	47,84	38,508
	Cardoso	4,4820	29,240	2,1605	73,89	48,203		Santa Maria	2,5140	13,575	0,8497	62,59	33,798
	Olhos d' água	2,1630	2,856	0,7909	276,91	66,206		Prado Lopes	0,2990	9,427	0,0866	9,19	28,973
	Barreiro-Sul	15,4640	1,647	10,2381	6,216,21			Jaqueline	6,2900	24,271	3,3226	136,90	52,824
	Barro Preto	1,1300	6,687	0,3242	48,48	28,687		Isidoro Norte	8,8830	4,801	6,2073	1,292,91	69,878
	Centro	1,8320	16,132	0,4184	25,94	22,838		Furquim Wernick	3,3700	1,624	2,4348	1,495,26	72,249
Centro-Sul	Francisco Sales	1,5440	8,858	0,4988	56,43	32,373	Oeste	Planalto	2,4080	14,986	1,0821	72,21	44,937
	Savassi	4,1750	42,053	1,4231	33,84	34,087		São Bernardo	3,5040	26,987	1,4533	53,85	41,475
	Prudente de Moraes	1,8290	18,239	0,8075	44,27	44,151		Tupã/Floramir	5,0530	48,107	2,1396	44,48	42,343
	Santo Antônio	1,9120	28,615	0,6860	23,97	35,879		Primeiro de Maio	3,0200	37,245	1,2057	32,37	39,924
	Anchieta/Sion	2,6500	41,449	0,9674	23,34	36,505		Jardim Felicidade	1,1650	17,576	0,5325	30,29	45,705
	Serra	1,7260	23,102	0,6440	27,88	37,311		Cabana	5,3490	66,520	2,0461	30,76	38,252
	Mangabeiras	7,2580	5,109	4,2279	827,55	58,252		Jardim Amênia	6,6630	67,669	2,5144	37,16	37,737
	São Bento/Santa Lúcia	2,8300	11,399	1,2256	107,52	43,308		Barroca	4,0160	49,640	1,2214	24,60	30,413
	Belvedere	3,8820	3,276	0,1759	53,70	39,206		Morro das Pedras	1,1400	21,301	0,4601	21,60	40,361
	Aglomerado Barragem	0,4640	14,265	0,1759	12,33	37,915		Belânia	5,9360	37,627	2,6806	71,24	45,158
Leste	Aglomerado Serra	1,2590	33,183	0,5089	15,34	40,418	Pampulha	Estoril/Buritis	8,1700	9,294	4,1888	450,70	51,271
	Instituto Agrônômico	4,5770	42,959	2,0682	48,14	45,187		Pilar Oeste	0,7650	304	0,2947	969,34	38,520
	Boa Vista	3,8660	48,329	1,5043	31,13	38,911		Garças/Braúnas	5,7450	2,785	3,5233	1,265,10	61,328
	Floresta/Santa Tereza	3,0900	33,219	0,9434	28,40	30,530		Santa Anélia	5,6480	27,035	2,6810	99,17	47,485
	Pompeia	2,4950	26,905	0,9309	34,60	37,312		Pampulha	12,0430	10,725	6,4278	599,33	53,374
	Taquaril	2,9930	37,050	1,3368	36,08	44,665		Jaraguá	5,9860	28,125	2,5465	90,54	42,541
	Santa Efigênia	3,4060	39,321	1,2070	30,69	35,436		Saranã	2,5700	24,217	1,1110	45,88	43,230
	Baleia	6,2100	5,709	3,6584	640,61	58,911		Castelo	3,1790	3,685	1,6354	443,81	51,445
	Mariano de Abreu	0,2060	4,812	0,0686	14,26	33,306		Ouro Preto	4,9470	13,526	2,7506	203,36	55,601
	Santa Inês	1,1030	9,291	0,4070	43,80	36,896		UFMG	3,8270	41	2,6025	63,475,93	68,004
Nordeste	Capitão Eduardo	5,8260	4,840	3,9254	811,04	67,378	Venda Nova	São Francisco	1,7410	6,820	0,6509	95,44	37,387
	Ribeiro de Abreu	3,2020	22,561	1,5754	69,83	49,201		Confisco	0,2120	2,344	0,0818	34,88	38,588
	Belmonte	5,6650	36,610	2,4549	67,06	43,335		Maniqueira/Seco	5,2170	39,991	2,5951	64,89	49,743
	Gorduras	7,1970	12,268	4,7935	390,73	66,604		Serra Verde	4,4030	14,475	2,4701	170,64	56,100
	São Paulo/Golânia	6,6200	57,664	2,8336	49,14	42,804		Pratiranga	4,3150	43,671	1,7569	40,23	40,717
	Cristiano Machado	6,2950	66,808	2,2204	33,24	35,273		Jardim Europa	2,6980	25,214	1,1410	45,25	42,290
	Cachoeirinha	3,2030	32,159	1,1478	35,69	35,835		Venda Nova/Centro	2,6130	14,118	1,2199	86,41	46,686
	Concórdia	1,5830	18,216	0,5105	28,02	32,249		Céu Azul	2,8550	20,839	1,3445	64,52	47,083
	Glória	7,4280	69,142	2,9384	42,50	39,559		Copacabana	4,7130	47,015	2,1319	45,35	45,235
	Abílio Machado	4,7930	49,095	1,8767	38,23	39,156		São João Batista	1,4810	12,869	0,7244	56,29	48,914
Nordeste (continua)	Jardim Montanhês	1,8340	15,814	0,7873	49,78	42,927							

Fonte: IBGE, IGC/UFMG, Centro de Sensoriamento Remoto do Instituto de Geociências, 1994. *Contagem populacional de 1996.*

Nota: Considerou-se **Área Verde** toda a cobertura vegetal da cidade detectada por imagem de satélite através de Sensoriamento Remoto e Cartografia Digital. Abrange toda e qualquer área coberta por vegetação, desde grandes áreas até jardins e gramados em áreas públicas e privadas.

Tabela 1.1 - Variações da temperatura do ar em Belo Horizonte - 1994-1999

TEMPERATURA DO AR - °C	PERÍODO												MÉDIA DO ANO
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
1994													
Máxima Média	27,4	30,5	26,7	26,8	26,3	25,0	24,4	26,1	27,9	28,6	27,6	28,2	23,5
Mínima Média	19,2	21,0	19,0	18,2	17,7	14,7	14,7	14,9	17,0	18,5	19,2	19,6	25,8
Máxima Absoluta	31,3	33,0	30,5	28,8	29,0	28,0	27,2	30,5	33,3	34,8	34,6	31,4	30,5
Mínima Absoluta	17,2	19,2	16,0	16,0	16,0	9,6	9,4	10,4	14,4	16,0	15,0	18,0	16,0
Média Compensada	22,6	25,3	22,3	21,9	21,4	19,2	17,1	19,9	21,7	23,2	23,3	23,6	22,1
1995													
Máxima Média	31,5	28,7	28,5	27,4	25,5	24,4	24,7	27,5	27,1	28,1	26,5	27,4	27,3
Mínima Média	21,2	20,4	19,4	18,6	17,7	15,0	16,0	16,7	17,1	18,3	18,2	19,2	18,2
Máxima Absoluta	35,1	31,7	32,1	30,1	28,7	27,7	27,1	32,1	32,9	33,3	32,1	31,8	35,1
Mínima Absoluta	19,4	18,0	15,4	15,0	13,0	11,4	14,4	14,8	11,2	13,8	15,6	17,2	11,2
Média Compensada	25,5	25,6	23,5	22,0	21,0	17,2	19,8	21,8	21,6	22,5	21,9	22,3	22,1
1996													
Máxima Média	29,3	29,4	29,0	27,1	24,8	24,3	24,7	25,1	26,1	28,2	25,8	27,9	26,8
Mínima Média	20,0	20,2	20,3	18,4	15,8	14,3	14,4	15,1	16,8	18,9	18,4	19,4	17,7
Máxima Absoluta	32,4	33,0	31,7	31,6	27,7	28,3	27,7	30,7	32,0	32,0	31,0	31,5	33,0
Mínima Absoluta	16,6	18,0	18,0	14,6	12,9	11,2	10,2	12,6	14,4	15,0	16,0	18,0	10,2
Média Compensada	24,6	24,3	24,2	22,3	19,8	18,8	19,0	19,5	20,8	22,8	21,5	22,8	21,7
1997													
Máxima Média	27,6	28,6	26,2	26,6	23,9	24,3	24,9	26,4	30,0	29,1	30,2	28,9	27,2
Mínima Média	20,0	19,9	18,7	17,5	15,6	14,1	15,1	15,0	18,9	20,0	21,2	20,4	18,0
Máxima Absoluta	31,7	31,6	30,1	31,3	27,9	28,1	27,8	30,3	35,7	33,2	34,7	33,5	35,7
Mínima Absoluta	18,2	18,6	15,9	14,8	12,6	8,0	12,0	9,5	16,4	15,2	18,1	18,0	8,0
Média Compensada	23,2	23,8	22,0	21,6	19,4	18,8	19,5	20,3	23,8	24,2	25,1	24,1	22,2
1998													
Máxima Média	27,6	28,6	26,2	26,6	23,9	24,3	24,9	26,4	30,0	29,1	30,2	28,9	27,2
Mínima Média	20,0	19,9	18,7	17,5	15,6	14,1	15,1	15,0	18,9	20,0	21,2	20,4	18,0
Máxima Absoluta	31,7	31,6	30,1	31,3	27,9	28,1	27,8	30,3	35,7	33,2	34,7	33,5	35,7
Mínima Absoluta	18,2	18,6	15,9	14,8	12,6	8,0	12,0	9,5	16,4	15,2	18,1	18,0	8,0
Média Compensada	23,2	23,8	22,0	21,6	19,4	18,8	19,5	20,3	23,8	24,2	25,1	24,1	22,2
1999													
Máxima Média	27,6	28,6	26,2	26,6	23,9	24,3	24,9	26,4	30,0	29,1	30,2	28,9	27,2
Mínima Média	20,0	19,9	18,7	17,5	15,6	14,1	15,1	15,0	18,9	20,0	21,2	20,4	18,0
Máxima Absoluta	31,7	31,6	30,1	31,3	27,9	28,1	27,8	30,3	35,7	33,2	34,7	33,5	35,7
Mínima Absoluta	18,2	18,6	15,9	14,8	12,6	8,0	12,0	9,5	16,4	15,2	18,1	18,0	8,0
Média Compensada	23,2	23,8	22,0	21,6	19,4	18,8	19,5	20,3	23,8	24,2	25,1	24,1	22,2
2000													
Máxima Média	29,5	29,3	28,4	27,7	25,3	25,3	24,8	25,4	27,3	26,2	26,1	27,3	26,9
Mínima Média	20,6	19,2	19,7	19,1	15,7	15,4	15,9	14,7	17,2	17,2	17,4	19,2	17,6
Máxima Absoluta	33,8	33,7	31,4	31,1	29,0	27,9	28,4	31,5	32,9	33,5	31,2	30,7	33,8
Mínima Absoluta	18,2	19,2	18,2	15,2	10,2	12,5	12,4	9,5	10,0	13,8	14,2	16,8	9,5
Média Compensada	24,5	22,9	23,5	22,6	19,8	19,8	19,7	19,6	21,6	21,1	21,2	22,6	21,6

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura e Abastecimento. Instituto Nacional de Meteorologia. 5º Distrito de Meteorologia. 1999.
Elaboração e Organização: DITPL/SMPL. 2000.

Tabela 1.2 - Principais observações meteorológicas em Belo Horizonte - 1994-1999

OBSERVAÇÃO	PERÍODO												MÉDIA DO ANO
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
1994													
PRESSÃO ATMOSFÉRICA (MILIBARS)	910,7	912,0	911,9	914,0	914,7	916,1	917,7	916,2	915,6	913,0	911,7	911,8	913,8
UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	78,0	58,0	78,0	52,0	70,0	66,0	61,0	53,0	51,0	58,0	67,0	71,0	63,6
VELOCIDADE VENTO (m/s)	1,4	1,7	0,9	0,9	1,5	1,6	1,1	1,9	2,1	2,1	1,8	1,7	1,6
NEBULOSIDADE	7,2	3,7	7,2	3,9	4,2	2,8	3,3	1,8	2,5	4,9	6,8	6,9	4,6
1995													
PRESSÃO ATMOSFÉRICA (MILIBARS)	911,6	913,5	912,1	912,6	914,0	916,4	916,5	915,9	916,1	911,9	912,0	909,9	913,5
UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	63,0	56,0	67,0	70,0	70,0	63,0	62,0	51,0	56,0	66,0	68,0	77,0	64,1
VELOCIDADE VENTO (m/s)	1,6	1,4	1,7	1,5	1,5	1,4	1,8	1,8	2,1	1,7	1,6	1,6	1,6
NEBULOSIDADE	5,0	5,5	5,1	4,7	4,6	3,2	2,9	2,3	5,2	5,7	5,9	7,3	4,8
1996													
PRESSÃO ATMOSFÉRICA (MILIBARS)	911,3	911,7	911,9	913,8	914,5	916,9	917,1	916,2	914,8	912,0	911,0	910,8	913,5
UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	66,0	67,0	69,0	65,0	69,0	62,0	62,0	64,0	67,0	75,0	84,0	85,0	69,6
VELOCIDADE VENTO (m/s)	1,5	1,6	1,4	1,6	1,4	1,6	1,4	1,8	1,9	1,8	1,7	1,3	1,6
NEBULOSIDADE	5,4	5,8	5,9	4,0	4,9	2,9	2,6	3,5	5,2	5,8	7,3	7,9	5,1
1997													
PRESSÃO ATMOSFÉRICA (MILIBARS)	910,9	913,0	911,8	913,6	915,9	913,2	917,8	917,1	912,8	912,4	912,3	912,6	913,6
UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	84,0	72,0	74,0	69,0	69,0	71,0	62,0	54,0	47,0	64,0	66,0	72,0	67,0
VELOCIDADE VENTO (m/s)	1,5	1,8	1,5	1,4	1,6	1,2	1,5	1,8	2,0	2,0	1,3	1,5	1,6
NEBULOSIDADE	8,0	6,0	6,0	5,0	5,0	3,0	3,0	2,0	4,0	5,0	6,0	7,0	5,0
1998													
PRESSÃO ATMOSFÉRICA (MILIBARS)	912,5	913,2	913,8	914,0	916,5	918,5	917,9	916,5	915,5	914,4	911,4	911,7	914,7
UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	71,0	72,0	71,0	71,0	69,0	69,0	65,0	64,0	58,0	68,0	72,0	70,0	68,3
VELOCIDADE VENTO (m/s)	1,5	1,5	1,8	1,5	1,4	1,5	1,3	1,6	2,1	1,9	1,8	1,5	1,6
NEBULOSIDADE	7,0	6,0	6,0	5,0	5,0	5,0	5,0	4,0	4,0	8,0	8,0	7,0	5,8
1999													
PRESSÃO ATMOSFÉRICA (MILIBARS)	912,0	913,1	912,0	915,6	915,9	916,2	918,9	918,5	914,7	914,7	911,9	911,8	914,6
UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	65,0	64,0	71,0	66,0	59,0	60,0	61,0	50,0	53,0	62,0	70,0	72,0	62,8
VELOCIDADE VENTO (m/s)	1,5	1,4	1,6	1,4	1,3	2,5	1,5	1,8	2,1	2,0	1,8	1,8	1,7
NEBULOSIDADE	5,0	5,0	7,0	5,0	3,0	3,0	4,0	3,0	4,0	7,0	8,0	8,0	5,2

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura e Abastecimento. Instituto Nacional de Meteorologia. 5º Distrito de Meteorologia. 1999.
Elaboração e Organização: DITPUSMPL. 2000.

Tabela 1.3 - Variações da precipitação pluviométrica em Belo Horizonte - 1994-1999

VARIACÃO	PERÍODO												MÉDIA DO ANO
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
1994													
PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA													
Altura Total (mm)	354,2	96,2	385,3	68,7	45,4	8,9	0	0	3,4	46,4	191,4	252,8	1452,7
Máxima em 24 horas (altura-mm)	49,4	45,2	63,2	26,7	14,6	7,5	0	0	3,4	18	62,4	64,9	64,9
EVAPORAÇÃO (mm)	91,5	186,6	100,1	130,2	130,1	128,2	154,6	194	213,8	210,1	149,4	136,1	1824,7
INSOLAÇÃO TOTAL	152,1	278,3	137,1	220,4	223,6	-	-	-	218,4	197	156,1	164,4	1747,4
1995													
PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA													
Altura Total (mm)	90,2	235,1	302,9	55,4	34,7	5,9	0	0	59,2	275	185,5	547,7	1791,6
Máxima em 24 horas (altura-mm)	28,1	49,1	63,7	25,2	23,3	5,9	0	0	22,8	74,6	55,4	138,7	138,7
EVAPORAÇÃO (mm)	193,5	119,1	146,5	124,2	122,3	136,8	164,5	222,8	205,5	166,1	136,8	104,6	1842,7
INSOLAÇÃO TOTAL	240,5	175,8	214	218,3	193,3	232	238,9	288,1	214,5	211,3	195,3	157,2	2559,2
1996													
PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA													
Altura Total (mm)	211	205	295,2	112,4	20	3	0	21,7	70,4	65,6	370	346,4	1720,7
Máxima em 24 horas (altura-mm)	43,3	55,6	88	42,9	11,8	1,8	0	11,9	30,8	18,9	66,8	76,8	88
EVAPORAÇÃO (mm)	169,6	152,2	140,8	151,8	139,2	151,4	164,2	179,1	182,1	190,7	122,5	195,8	1939,4
INSOLAÇÃO TOTAL	251,8	209	220,6	228,7	216,4	232,4	258,8	233,6	196,7	196,9	135,9	147,4	2528,2
1997													
PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA													
Altura Total (mm)	510,5	159,7	153,4	111,5	41,9	27,6	2	2	61,8	100,8	137,9	210,6	1519,7
Máxima em 24 horas (altura-mm)	147,4	84	34,2	44,4	21,4	19,2	2	2	32,4	48,2	39	48,2	147,4
EVAPORAÇÃO (mm)	125,8	182,9	148,2	118,3	151,5	141,4	193,2	240	210,6	209,3	196,6	144,5	2062,3
INSOLAÇÃO TOTAL	173,4	233,6	165	207,7	207,1	219	245,8	277,9	229,2	235,6	179,7	190,2	2564,2
1998													
PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA													
Altura Total (mm)	339,6	226,3	68,7	37,2	78,2	3	0	43,2	39,4	135,6	338,2	231,9	1541,3
Máxima em 24 horas (altura-mm)	58,2	49,8	21	15,1	38,6	3	0	27,8	24,8	35,6	88,7	47,2	88,7
EVAPORAÇÃO (mm)	170,7	149,2	178,4	159,8	154,5	144,9	177,5	159	194	132,8	107,5	123,8	1852,1
INSOLAÇÃO TOTAL	196,7	185,7	213,9	217,5	205,2	200,9	246,8	227,6	221,6	163	160	199,2	2438,1
1999													
PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA													
Altura Total (mm)	237,3	94,7	246,4	56,7	4	2,4	0	0	43,8	84	280,3	294,1	1343,7
Máxima em 24 horas (altura-mm)	50,6	33,6	46,8	19	4	1,6	0	0	19,6	29,4	84,2	80,2	84,2
EVAPORAÇÃO (mm)	145	167,7	109,5	127,8	133	120,9	128,8	186	186,1	151,3	108,2	111,3	1675,6
INSOLAÇÃO TOTAL	223	209,6	187,8	224,7	244,6	218,7	226,5	260,5	211,5	157,1	158,4	168,6	2491

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura e Abastecimento. Instituto Nacional de Meteorologia. 1999.
Elaboração e Organização: DITPLUSMPL. 2000.

Quadro 1.10 - Bacias hidrográficas elementares de Belo Horizonte - 2000

(continua)

BACIA PRINCIPAL	CURSO D'ÁGUA						MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	COMPRIMENTO DO CURSO PRINCIPAL	
	Codificação			Nome						
Arrudas	41	1	0	1	0	0	córrego do Jatobá	BH	2326	11802
	41	1	0	2	0	0	córrego Barreiro	BH	2114	13199
	41	1	0	0	0	1	ribeirão Arrudas	BH/Contagem	412	3509
	41	1	0	3	0	0	córrego Água Branca	BH/Contagem	2679	9594
	41	1	0	0	0	2	ribeirão Arrudas	BH/Contagem	149,6	1479
	41	1	0	4	0	0	córrego Bonsucesso	BH	1772	9520
	41	1	0	5	0	0	córrego Betânia	BH	75	1779
	41	1	0	0	0	3	ribeirão Arrudas	BH	95	1433
	41	1	0	6	0	0	córrego D. João VI	BH	66,6	1344
	41	1	0	0	0	4	ribeirão Arrudas	BH	27	650
	41	1	0	7	0	0	córrego do Cercadinho	BH	1230	6990
	41	1	0	8	0	0	córrego da av. Frei Andreoni	BH	49,5	1089
	41	1	0	0	0	5	ribeirão Arrudas	BH	55	1160
	41	1	0	9	0	0	córrego Embaúbas	BH	124	1532
	41	1	1	0	0	0	córrego da av. Magi Salomon	BH	61	1087
	41	1	1	1	0	0	córrego do Tejuco	BH	646	4531
	41	1	1	2	0	0	córrego da av. Ressaca	BH	99	1604
	41	1	1	3	0	0	córrego da av. dos Esportes	BH	37	1059
	41	1	0	0	0	6	ribeirão Arrudas	BH	181	2510
	41	1	1	4	0	0	córrego das Piteiras	BH	596	4553
	41	1	0	0	0	7	ribeirão Arrudas	BH	12	1157
	41	1	1	5	0	0	córrego dos Pintos	BH	321	2824
	41	1	0	0	0	8	ribeirão Arrudas	BH	296	1935
	41	1	1	6	0	0	córrego do Leitão	BH	992	7741
	41	1	0	0	0	9	ribeirão Arrudas	BH	64	1224
	41	1	0	0	1	0	ribeirão Arrudas	BH	44	844
	41	1	1	7	0	0	córrego Pastinho	BH	545	6039
	41	1	1	8	0	0	córrego Lagoinha	BH	123	874
	41	1	0	0	1	1	ribeirão Arrudas	BH	157	1678
	41	1	1	9	0	0	córrego Acaba Mundo	BH	870	5959
	41	1	0	0	1	2	ribeirão Arrudas	BH	78	1247
	41	1	2	0	0	0	córrego da Serra	BH	723	6210
	41	1	2	1	0	0	córrego Santa Efigênia	BH	36	1111
	41	1	0	0	1	3	ribeirão Arrudas	BH	69	1237
	41	1	2	2	0	0	Córrego do Cardoso	BH	300	3489
	41	1	0	0	1	4	ribeirão Arrudas	BH	100	1304
	41	1	2	3	0	0	córrego da Mata	BH	398	3730
	41	1	0	0	1	5	ribeirão Arrudas	BH	80	792
	41	1	2	4	0	0	córrego Santa Inês	BH	299	3161
	41	1	2	5	0	0	córrego Itaituba	BH	218	2331
	41	1	0	0	1	6	ribeirão Arrudas	BH	51	1000
	41	1	2	6	0	0	córrego do Navio	BH	474	6035
	41	1	2	7	0	0	córrego do Taquaril	BH	404	6803
	41	1	0	0	1	7	ribeirão Arrudas	BH	19	677
	41	1	2	8	0	0	córrego São Geraldo	BH	52	1035
	41	1	0	0	1	8	ribeirão Arrudas	BH	41	742
	41	1	2	9	0	0	córrego Freitas	BH	58	2101
	41	1	3	0	0	0	córrego Cachorro Magro	BH/Sabará	66	1141
	41	1	0	0	1	9	ribeirão Arrudas	BH	29	773
	41	1	3	1	0	0	córrego Olaria	BH/Sabará	299	3449
	41	1	3	2	0	0	córrego sem nome	Sabará	52	1290
	41	1	0	0	2	0	ribeirão Arrudas	Sabará	57	1230
	41	1	3	3	0	0	córrego sem nome	Sabará	39	1385
	41	1	3	4	0	0	córrego da av. Marzagânia	Sabará	268	1707
	41	1	3	5	0	0	córrego do Cafundó	Sabará	209	3180
	41	1	0	0	2	1	ribeirão Arrudas	Sabará	86	1486

Quadro 1.10 - Bacias hidrográficas elementares de Belo Horizonte - 2000

(conclusão)

BACIA PRINCIPAL	CURSO D'ÁGUA						MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	COMPRIMENTO DO CURSO PRINCIPAL	
	Codificação					Nome				
Velhas	41	1	3	6	0	0	córrego do Meio	Sabará	277	2574
	41	1	3	8	0	0	córrego Bernardo Pereira	Sabará	199	3402
	41	1	3	9	0	0	córrego sem nome	Sabará	42	1443
	41	1	4	0	0	0	córrego sem nome	Sabará	44	1290
	41	1	0	0	2	2	ribeirão Arrudas	Sabará	32	788
	41	1	0	0	2	3	ribeirão Arrudas	Sabará	28	755
	41	1	0	0	2	4	ribeirão Arrudas	Sabará	53	854
	41	2	0	1	0	0	córrego do Espia	BH	307	2731
	41	2	0	2	0	0	córrego sem nome	BH	63	797
	41	2	0	3	0	0	córrego São José	BH	399	3817
	41	2	0	4	0	0	córrego sem nome	BH	169	1084
	41	2	0	5	0	0	córrego sem nome	BH	80	1890
Onça	41	3	0	1	0	0	córrego Sarandi	BH/Contagem	4074	10439
	41	3	0	2	0	0	córrego D' Água Funda	BH/Contagem	1666	7823
	41	3	0	3	0	0	córrego Baraúna	BH	181	2825
	41	3	0	4	0	0	córrego da AABB	BH	119	1546
	41	3	0	5	0	0	córrego Olhos d'água	BH	282	3548
	41	3	0	6	0	0	córrego do Mergulhão	BH	335	1833
	41	3	0	7	0	0	córrego do Tijuco	BH	186	3773
	41	3	0	8	0	0	córrego da Ressaca	BH	2046	8135
	41	3	0	9	0	0	Lagoa da Pampulha	BH	803	5405
	41	3	1	0	0	0	córrego Engenho Nogueira	BH	990	9874
	41	3	1	1	0	0	córrego Suzana	BH	177	2183
	41	3	1	2	0	0	ribeirão Pampulha	BH	627	5296
	41	3	1	3	0	0	córrego cachoeirinha	BH	1579	7590
	41	3	1	4	0	0	córrego sem nome	BH	167	1960
	41	3	0	0	0	1	ribeirão da Onça	BH	255	2566
	41	3	1	5	0	0	córrego Açudinho	BH	173	2589
	41	3	0	0	0	2	ribeirão da Onça	BH	242	2731
	41	3	1	6	0	0	córrego Gorduras	BH	750	4862
	41	3	0	0	0	3	ribeirão da Onça	BH	244	2350
	41	3	0	0	0	4	ribeirão da Onça	BH	52	1389
	41	3	1	7	0	0	córrego do Angú	BH	88	2298
	41	3	1	8	0	0	córrego do Monjolo	BH	50	1555
	41	3	1	9	0	0	córrego sem Nome	BH	200	3047
	41	3	0	0	0	5	ribeirão da Onça	BH	190	2065
	41	3	2	0	0	0	córrego Cebola	BH	64	1577
	41	3	0	0	0	6	ribeirão da Onça	BH	58	1555
Isidoro	41	4	0	1	0	0	córrego Vilarinho	BH	1603	5771
	41	4	0	2	0	0	córrego do Nado	BH	1234	6531
	41	4	0	0	0	1	ribeirão do Isidoro	BH	69	1168
	41	4	0	3	0	0	córrego Floresta	BH	788	8671
	41	4	0	0	0	2	ribeirão do Isidoro	BH	37	1350
	41	4	0	4	0	0	córrego Embira	BH	410	3182
	41	4	0	0	0	3	ribeirão do Isidoro	BH	31	714
	41	4	0	0	0	4	ribeirão do Isidoro	BH	43	703
	41	4	0	5	0	0	córrego sem nome	BH	30	1045
	41	4	0	6	0	0	córrego do Caixeta	BH	86	2114
	41	4	0	7	0	0	córrego Fazenda Velha	BH	189	2405
	41	4	0	0	0	5	ribeirão do Isidoro	BH	112	2066
	41	4	0	8	0	0	córrego da Terra Vermelha	BH	346	3017
	41	4	0	0	0	6	ribeirão do Isidoro	BH	152	1214
	41	4	0	9	0	0	córrego dos Macacos	BH	260	3035
	41	4	0	0	0	7	ribeirão do Isidoro	BH	175	2122

Fonte: PBH. SUDECAP. *Plano Diretor de Drenagem de Belo Horizonte*. 2000.

Elaboração e organização: DITPL/SMPL. 2000.

Dinâmica Espacial

A evolução das manchas de ocupação urbana de Belo Horizonte 1918-1995

Marcelo de Souza R. Machado *

O processo de formação espacial da cidade, no período de 1918 a 1995, representando a expansão física da mancha ocupada por loteamentos ocupados, instalação de grandes equipamentos urbanos, favelas e outros, é apresentado na coleção de mapas a seguir.

Belo Horizonte, inaugurada em 1897, ainda estava por ser ocupada em 1918. Ao contrário do planejado e desejado, antes da área interna à Av. do Contorno e da própria avenida estarem inteiramente implantadas e ocupadas, alguns bairros como Lagoinha, Floresta, Santa Tereza, entre outros, foram criados e ali se instalaram, principalmente, os operários que construíram a cidade. A população em 1912 era de aproximadamente 40.000 habitantes e 70% dela residia nas Zona Suburbana e Colônias Agrícolas, fora da área planejada pela Comissão Construtora como Zona Urbana. O principal acesso à cidade era pela ferrovia, o bonde era o transporte popular, e as ligações viárias - ruas Niquelina, Itapecerica e Platina - eram estreitas e tortuosas, contrastando com as largas avenidas da área central.

O significativo crescimento da mancha, visto no mapa de 1935, deveu-se, fundamentalmente, ao dinamismo da implantação irrevogável da capital: o poder público retomara investimentos. A população cresceu para cerca de 115.000 habitantes, ampliou-se o consumo, o comércio e os serviços vicejaram. As indústrias, em expansão, instalaram-se no centro e ao longo do vale do Arrudas. Apesar da estagnação dos núcleos históricos de Venda Nova e do Barreiro, a cidade cresceu da periferia para o centro. Vilas operárias foram edificadas nos bairros Calafate e Carlos Prates. Serviços de saúde e militares se consolidaram em Santa Efigênia e Santa Tereza. A capital consolidou-se. Foram redefinidas as Zonas Urbanas, Suburbanas e Rural, para adequá-las à realidade.

O crescimento que se vê no mapa de 1950 é expressivo. A população, de 350.000 habitantes em 1950, saltaria para 690.000 habitantes ao longo da década. O pós-guerra trouxe industrialização e sede de progresso. Importantes marcos da cidade foram implantados: o Instituto Agrônômico, a Pampulha, a Cidade Industrial e Mannesmann. Loteamentos clandestinos e especulativos avançaram, já existiam acessos viários melhores como as avenidas Antônio Carlos, Pedro II e Amazonas. O eixo do crescimento se desloca para o Oeste, após um breve período em direção ao Norte. Ainda que não expressa no mapa, a verticalização do centro, iniciada nos anos 30, se intensifica e as indústrias saem dali.

O mapa de 1977 demonstra a estupenda ocupação da cidade, verificando-se intensa migração em direção à Região Metropolitana, que acolheu grande quantidade de população. Belo Horizonte teria em 1980, mais de 1, 7 milhão de habitantes. O processo abriu fronteiras, destruiu casas, cobriu as ruas de asfalto, desrespeitou o passado. Foram implantados o campus da UFMG, a Av. Cristiano Machado e a Via Expressa. e surgiram a Cidade Nova, o Novo São Lucas, o Coração Eucarístico, o Caiçara, o Mangabeiras. A região em torno da lagoa da Pampulha é ocupada, assim como Venda Nova. A zona sul cresce em direção à montanha. O Barreiro rompe a estagnação e recebe vários conjuntos e bairros. Restam poucas áreas desocupadas, as Zonas Rurais na recém promulgada primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1976, principalmente ao longo da Serra do Curral e no extremo nordeste do município. Belo Horizonte se consolida como metrópole.

Anos depois, no mapa de 1995, é possível verificar um pequeno crescimento físico em relação ao anterior, pois o que ocorreu foi o adensamento. A população era de cerca de 2,1 milhões de habitantes, crescendo de maneira bem menos vertiginosa. Resultado da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1986, a verticalização atingiu várias regiões da cidade, concentrando atividades econômicas, incrementando os problemas para o transporte e o trânsito. Belvedere, Buritis, Castelo, Ribeiro de Abreu, Taquaril, Jatobá, são as novas manchas complementares. A cidade se aproxima do seu limite de expansão.

*Consultor do DPCPL/SMPL.

Características Demográficas e Socioeconômicas



Quem são as pessoas que vivem em uma cidade? Obter respostas para esta questão, mesmo que parciais, é essencial para se conhecer a realidade cidadina.

O exame e análise de indicadores populacionais de Belo Horizonte contribuem na elucidação de várias características da população residente. Da mesma maneira, nas comparações com populações de outros subespaços. Entretanto, tais indicadores tornam-se especialmente preciosos quando apresentados em termos de sua distribuição no espaço urbano. A disponibilidade destas informações numa única publicação facilita a observação de eventuais mudanças na dinâmica populacional intraurbana em períodos recentes, oferecendo subsídios para análises mais consistentes da dinâmica da própria cidade, assim como das suas tendências demográficas.

A presente seção encontra-se organizada em seis grandes temas. O primeiro reporta-se mais especificamente às características demográficas gerais da população, incluindo um estudo sobre migrações e os resultados gerais sobre o Censo de População de Rua, levado a termo pela PBH em 1998. Os temas saúde, educação e habitação são abordados através de dados censitários e, sempre que possível, enriquecidos com informações produzidas pelos órgãos da PBH. Por fim, são apresentados mais dois temas, usualmente pouco tratados em trabalhos estatísticos desta natureza: Um breve estudo espacializado sobre criminalidade e segurança pública no município, levando em consideração o sentimento de insegurança da população belo-horizontina e, um outro estudo, sobre as eleições de 2000 para prefeito e vereadores no município.

Demografia

Distribuição espacial da população

Dispersão e desconcentração espacial da população em Minas Gerais*

Ralfo Matos **

Introdução

Um tema importante nos estudos econômicos e geográficos, desde a década de 1950, tem sido a transmissão espacial dos efeitos do crescimento econômico. Mais recentemente, a redistribuição espacial de atividades e população tem motivado o surgimento de novos trabalhos interpretativos, a exemplo de Richardson (1980), Lo e Salih (1981), Katzman (1986), Redwood (1988), entre outros.

Evidências de novos padrões de redistribuição da população no Brasil foram ressaltadas por Katzman (1986:221), quando sugeria, com base em dados dos anos 70, que o crescimento urbano tenderia, predominantemente, a ocorrer em centros médios e/ou naquelas pequenas cidades localizadas não muito longe de uma metrópole. De forma semelhante, Redwood (1985) concluíra ter havido desconcentração nos principais centros metropolitanos do País, a favor de áreas circunvizinhas e cidades médias (grande crescimento na faixa das cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes).¹

Outras evidências sobre a ocorrência de desconcentração no Sudeste foram assinaladas nos anos 70 por Martine e Diniz (1989), Redwood (1984) e Townroe e Keen (1984), não obstante as posições divergentes de Azzoni (1986), Haddad (1989) e Diniz (1993), no tocante à generalização de um processo dessa natureza no Brasil.

É bem verdade que do ponto de vista econômico e demográfico ainda há aspectos que requerem melhor definição, como o âmbito geográfico do processo de desconcentração. Contudo, é altamente provável que o país venha experimentando um momento inédito de descompressão econômico-espacial, no qual a população constitui uma variável chave, não necessariamente determinada pelos fatores que explicam os processos de desconcentração da indústria, por exemplo.

Importantes mudanças na distribuição e redistribuição da população no espaço brasileiro estão ocorrendo na atualidade, sem se conhecer bem seu alcance, profundidade e características mais marcantes.

Em relação aos trabalhos já publicados tratando dessa temática, cabe apontar a limitação da maioria deles: a ausência de análises baseadas em fluxos migratórios. Se levarmos em conta que a migração pode ser entendida como mobilidade da força de trabalho, associada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho, a escassez de estudos dessa natureza é uma séria lacuna na literatura.

Certamente, as pessoas também reagem às contingências impostas pelos custos crescentes derivados da hiperaglomeração nos grandes centros urbanos. Ao buscarem alternativas residenciais, devem ter em conta uma série de aspectos, como os que envolvem a distribuição de emprego e oportunidades, assim como os fatores não econômicos, mais diretamente relacionados à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades.

De qualquer forma, o conjunto de causas que explicam a mudança de padrões de concentração espacial, ainda que suscetível de alguma controvérsia, certamente associa-se à generalização, nos grandes centros urbanos, de variados tipos de deseconomias que se refletem: no aumento dos custos imobiliários para as empresas e população, no comprometimento dos níveis de qualidade de vida, na dificuldade de se oferecer infra-estrutura e serviços eficientes, em meio ao recrudescimento da violência urbana.

* Este trabalho utiliza-se de conteúdos da tese de doutorado de Matos (1995), acrescidos de outras evidências derivadas de pesquisa apoiada pelo CNPq em que se trabalha com os dados do Censo de 1991.

** Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG, doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

¹ Evidências sobre o início de um processo de desconcentração espacial têm se tornado numerosas. Mesmo em Minas Gerais, histórico perdedor de população, são claros os sinais de alteração dos padrões migratórios desde a década de 70, conforme indicam os trabalhos de Nunes Coelho et. al. (1986) e (Matos, 1994), quando detectavam trajetórias de migrantes em cidades de porte médio, nas quais o número de pessoas vindas de Belo Horizonte revelou-se significativo.

Por outro lado, diversos centros urbanos de porte intermediário vêm se equipando, favorecendo o desenvolvimento do sistema urbano mediante a expansão de atividades econômicas em regiões urbanas alternativas. Isto, por sua vez, atrairia novos investimentos sinalizando para outras especializações funcionais no território brasileiro, circunscrevendo segmentos econômicos intensivos em solo urbano, ou setores que prescindem de tecnologia e ambientes urbanos sofisticados, ou aqueles mais diretamente dependentes do consumo de bens correntes requeridos por contingentes populacionais dispersos.

Para avançar nessa discussão torna-se indispensável visualizar no espaço geográfico a redistribuição dos fluxos migratórios focalizando as localidades que mais participam como receptoras e emissoras. Os dados de população e, particularmente os de migração, são, portanto, fundamentais para o estudo das tendências de desconcentração-dispersão espacial da população no Brasil, não obstante as dificuldades em produzi-los.

Esse estudo procura mostrar algumas das tendências da migração em Minas Gerais nos períodos 1970/91 e 1981/91 distinguindo os fluxos de concentração daqueles de caráter mais eminentemente dispersor.

Observações metodológicas

As unidades espaciais de observação partem do suposto de que, em Minas Gerais, há uma área histórica de grande concentração populacional, o município de Belo Horizonte, e um outro conjunto de áreas no resto do Estado, grande parte delas sob a influência da Capital, onde pode estar ocorrendo um processo de desconcentração espacial da população.

Para a análise relativa à década de 70, definiu-se um espaço sob a influência de Belo Horizonte mais abrangente que o dos municípios integrantes de sua região metropolitana. Nesse sentido, pareceu adequado adotar, mediante poucas adaptações, a regionalização produzida pela Fundação João Pinheiro em 1988, cujos critérios basearam-se no conceito de polarização e em teorias de localização. Assim, as regiões de Belo Horizonte, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros e Teófilo Otoni, formavam a macrorregião de Belo Horizonte, espaço que agregava 446 municípios, os quais recebiam mais diretamente a influência da Capital. Para a montagem da rede de fluxos foi realizada uma desagregação da macrorregião em quatro níveis. O primeiro se referindo ao município de Belo Horizonte (denominado Capital ou Core); o segundo compreendendo o resto da região metropolitana (RRM); o terceiro nível, a “hinterlândia 1” de Belo Horizonte (H1), reunindo os municípios com menos de 20 mil habitantes (50 mil para o período 1980/91) à exceção dos da região metropolitana; e o último, a “hinterlândia 2” (H2), incorporando os demais municípios da macrorregião com mais de 20 mil habitantes (50 mil para o período 1980/91). No caso dos dados do Censo de 1991 comparou-se Belo Horizonte com todo o restante de Minas, utilizando a mesma regionalização da Fundação João Pinheiro com seus 14 pólos regionais.

Ao longo do trabalho serão explorados alguns dos quesitos dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, apresentados em tabelas que sintetizam informações relativas ao formulário amostral (de 25% dos domicílios pesquisados em 1980 e 10% em 1991). Este trabalho procura adicionar algumas evidências sobre a desconcentração espacial da população em Minas Gerais, considerando que a gênese deste processo iniciou-se ainda nos anos 70.

As trocas populacionais de Belo Horizonte com a periferia metropolitana

Com a intensificação do processo de urbanização e conurbação de Belo Horizonte com sua periferia metropolitana, as trocas populacionais envolvendo esses espaços aumentaram de forma impressionante desde os anos 70, materializando o que alguns autores consideram o início (a primeira fase) de um amplo processo de desconcentração demográfica.

Tais trocas evidentemente privilegiam alguns municípios, sendo portanto seletivas, obedecendo a fatores econômicos, sociais e geográficos. O fato é que alguns municípios, geralmente muito próximos de Belo Horizonte, têm recebido muito mais população de Belo Horizonte do que enviado.

Para a região metropolitana pode-se exibir os dados sobre os movimentos migratórios da década de 70 (Censo Demográfico de 1980) e do período 1981/91 (Censo de 1991), apesar de seus limites terem se alterado recentemente. As tabelas em sequência apresentam a RMBH composta por 18 municípios, e privilegiam os fluxos e refluxos com Belo Horizonte. Em outras palavras, as tabelas trazem, em relação ao “resto da região metropolitana” (RRM), os dados de imigração e de emigração de Belo Horizonte, mostrando ainda o resultado desses dois fluxos, que denominamos aqui de “saldo”² da migração de última etapa.

² Utiliza-se o termo “saldo”, como sinônimo de diferença, subtração, algo bem distinto do conceito “saldo líquido migratório”, que tecnicamente envolve todos os movimentos migratórios, não apenas os de última etapa.

São números muito expressivos para ambos os períodos. A hipótese levantada por alguns de que o processo de desconcentração demográfica metropolitana se arrefeceria nos anos 80, inclusive por estar a população brasileira experimentando a redução de seu ritmo de crescimento, não se confirmou, em 1991 esse “saldo” negativo amplia-se ultrapassando a marca de 213 mil migrantes.

Os municípios que mais ganharam população nas trocas com Belo Horizonte foram indiscutivelmente Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia, nessa ordem, em ambos os Censos. No entanto, a grande diferença entre os dois períodos diz respeito ao aumento do grau de dispersão populacional no RRM. Nos anos 80 Contagem deixa de absorver tantos migrantes do fluxo BH-RRM quanto na década de 70, em visível contraste com Ribeirão das Neves e Santa Luzia que aumentam suas participações ao incorporarem 41.109 e 35.724 migrantes, respectivamente.

As duas tabelas a seguir não deixam dúvidas sobre a mudança do padrão da emigração belo-horizontina no RRM. Nos anos 70, bem distantes de Contagem comparecia Ribeirão das Neves abocanhando boa fatia do fluxo BH-RRM. À boa distância desses dois municípios ainda figuravam quatro outros: Santa Luzia, Sabará, Betim e Ibirité.

Tabela 1 - Trocas populacionais entre Belo Horizonte e os municípios integrantes da Região Metropolitana, ordenados segundo maiores saldos migratórios

MUNICÍPIOS	MIGRAÇÃO INTERMUNICIPAL 1981/1991				
	BH-RRM	%	RRM-BH	%	Saldo
Contagem	69.910	30,44	3.990	24,38	65.920
Ribeirão das Neves	41.649	18,14	540	3,30	41.109
Santa Luzia	36.874	16,06	1.150	7,03	35.724
Betim	20.626	8,98	1.386	8,47	19.240
Ibirité	19.003	8,27	605	3,70	18.398
Sabará	9.218	4,01	1.043	6,37	8.175
Caeté	913	0,40	1.198	7,32	(285)
Vespasiano	14.528	6,33	672	4,11	13.856
Lagoa Santa	3.076	1,34	620	3,79	2.456
Rio Acima	380	0,17	182	1,11	198
Mateus Leme	2.428	1,06	631	3,86	1.797
Nova Lima	1.984	0,86	1.216	7,43	768
Raposos	248	0,11	194	1,19	54
Brumadinho	1.125	0,49	856	5,23	269
Igarapé	3.238	1,41	419	2,56	2.819
Esmeralda	2.858	1,24	809	4,94	2.049
Pedro Leopoldo	1.597	0,70	853	5,21	744
Total	229.655	100,00	16.364	100,00	213.291

Fonte: IBGE. *Dados amostrais do Censo Demográfico de 1991.*

No decênio 1981/91, Contagem perde importância relativa nas trocas com Belo Horizonte, mas mantém ainda a supremacia em termos de “saldo” positivo, secundada por Ribeirão das Neves e Santa Luzia que aumentaram suas participações. Os outros municípios dignos de nota são os mesmos da década de 70, mas em outra ordem e acrescidos de mais um (em itálico): Betim, Ibirité, *Vespasiano* e Sabará.

Ampliam-se portanto as evidências de aprofundamento do processo de desconcentração demográfica na área metropolitana, atingindo espaços cada vez mais distantes do ‘Core’. Além dos municípios citados acima (com “saldos” positivos nas trocas com Belo Horizonte) três outros, não conurbados com Belo Horizonte, portanto fisicamente mais distantes, devem ser mencionados, porquanto tiveram ganhos significativos (nos anos 70 esses números eram muito menos expressivos), a saber, Igarapé, Lagoa Santa e Esmeraldas, nessa ordem.

Outra evidência de dispersão populacional inexistente nos anos 70 é a grande quantidade de municípios da região metropolitana que passou a exibir saldo positivo em suas trocas com Belo Horizonte nos anos 80 (16, contra somente 11 nos anos 70).

Tabela 2 - Trocas populacionais entre Belo Horizonte e os municípios integrantes da Região Metropolitana, ordenados segundo maiores saldos migratórios

MUNICÍPIOS	MIGRAÇÃO INTERMUNICIPAL 1970/1980				
	BH-RRM	%	RRM-BH	%	Saldo
Contagem	67.023	41,98	2.801	15,5	64.222
Ribeirão das Neves	32.692	20,48	484	2,68	32.208
Santa Luzia	14.305	8,96	121	0,67	14.184
Sabará	13.109	8,21	1.720	9,52	11.389
Betim	10.648	6,67	1.665	9,21	8.983
Vespaziano	3.130	1,96	520	2,88	2.610
Ibirité	8192	5,13	537	2,97	2.051
Igarapé	2.588	1,62	373	2,06	1.041
Mateus Leme	1.414	0,89	487	2,7	927
Lagoa Santa	1.352	0,85	789	4,37	563
Pedro Leopoldo	1.290	0,81	1.157	6,4	133
Nova Lima	1.675	1,05	1.726	9,55	-51
Raposos	248	0,16	485	2,68	-237
Rio Acima	67	0,04	565	3,13	-498
Esmeralda	370	0,23	1.092	6,04	-722
Caeté	569	0,36	1.464	8,1	-895
Brumadinho	971	0,61	2.084	11,53	-1.113
Total	159.643	100,00	18.070	100,00	141.573

Fonte: IBGE. *Dados amostrais do Censo Demográfico de 1991.*

Convém salientar, que os migrantes do fluxo BH-RRM detinham um precário padrão sócio-econômico. O fluxo inverso, RRM-BH, além de ser pouco expressivo, guardava uma associação com a intensa conurbação metropolitana que vinha ocorrendo desde os anos 70, o que tanto permitia movimentos de circularidade, entre trabalhadores familiarizados com o mercado de trabalho de Belo Horizonte residentes na periferia metropolitana, quanto tornava extremamente difícil a instalação de novos imigrantes de baixa renda nos espaços urbanizados ainda disponíveis no município. Assim, as evidências em Matos (1995) já apontavam que o fluxo BH-RRM era composto por um elevado número de indivíduos que fizeram migração repetida após tentar inicialmente a fixação no Core. Desta forma, a resultante econômica e social (baixo nível de renda e escolaridade) desse importante movimento migratório assemelha-se, em grande medida, à dos demais fluxos de imigração que continuamente se dirigiam a Belo Horizonte.

A propósito da magnitude e expressão dos números acima examinados, convém observar que o “resto da região metropolitana” recebeu no período 1981/91, 477.224 imigrantes (dados não mostrados), dos quais a imensa maioria, 91,2%, é de origem intra-estadual (435.354 pessoas). Destes, quase a metade veio exclusivamente de Belo Horizonte, na forma de “saldo” positivo nas trocas relativas ao último movimento migratório, ou seja, 213.292 pessoas, 49,0%. Evidentemente no município de Belo Horizonte a situação mostrava-se diametralmente oposta, uma vez que de seus 268.456 imigrantes do período, apenas pouco mais de 16 mil vieram da periferia metropolitana.

Anos 70: outros fluxos e refluxos

Os dados analisados para os anos 70 restringem-se ao grande espaço sob a influência da capital mineira, a macrorregião de Belo Horizonte, que, em 1980, agregava cerca de 70% da população mineira e incorporava algumas das principais cidades do Estado.

Pelos dados da Tabela 3 verifica-se que entre 1970 e 1980 a participação dos espaços centrais da macrorregião (Belo Horizonte e RRM) ampliou-se mais significativamente do que no período subsequente 1980-1991. Além de um certo arrefecimento no crescimento populacional da macrorregião nos anos 80, com a provável redução do nível de perdas populacionais nos municípios de menor tamanho (taxas evoluem do negativo para o ligeiramente positivo), houve a diminuição do peso de Belo Horizonte na macrorregião. Acrescente-se que, refletindo também a mesma tendência, o aumento da participação do resto da região metropolitana nas últimas três décadas, parece começar a declinar nos anos 80 (de 7,7% a 5,0%).

Todavia, as áreas centrais podem, por hipótese, estar aumentando sua participação demográfica na macrorregião por conta da contribuição advinda de fluxos migratórios provenientes de fora do Estado, por exemplo. Daí a necessidade de visualizar a distribuição dos movimentos populacionais de forma mais detalhada, de modo a tornar mais explícita a contribuição das hinterlândias integrantes de Minas Gerais.

Tabela 3 - Efetivos populacionais, participação relativa e taxas de crescimento geométrico de subespaços da macrorregião de Belo Horizonte - 1980

SUBESPAÇOS DA MACRORREGIÃO	70		80		91		TAXAS DE CRESCIMENTO	
	N. ABS	%	N. ABS	%	N. ABS	%	1970/80	1980/91
Belo Horizonte	1.235.030	15,63	1.780.835	19,21	2.017.127	18,49	3.74	1.14
RRM	394.060	4,99	828.708	8,94	1.414.628	12,97	7.72	4.98
Hinterlândia 2	3.381.445	42,8	3.899.696	42,06	4.512.851	41,36	1.44	1.34
Hinterlândia 1	2.890.449	36,58	2.762.222	29,79	2.966.499	27,19	-0.45	0.65
Total	7.900.984	100	9.271.461	100	10.911.105	100	1.61	1.49

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970; Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991.

A Tabela 4 exibe quatro fluxos de imigração e emigração de Belo Horizonte do período 1970/1980: os procedentes dos municípios com menos de 20 mil habitantes da macrorregião, H1-BH; os procedentes dos municípios com mais de 20 mil habitantes, H2-BH; e as contracorrentes BH-H1 e BH-H2.

O volume populacional contido nas correntes migratórias originárias das hinterlândias 1 e 2 foi muito expressivo. Em sentido oposto, o refluxo mostrou-se relativamente pouco expressivo. O “saldo”, portanto, a favor de Belo Horizonte foi evidente em todos os casos.

Tabela 4 - Populações de migrantes das correntes migratórias de Belo Horizonte na macrorregião - 1980

SUBESPAÇOS	EMIGRANTES DE BH	IMIGRANTES DE BH	“SALDO”
Hinterlândia 1	15.316	104.346	89.030
Hinterlândia 2	44.196	170.325	126.129

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970; Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991.

Análises feitas em Matos (1995) mostraram que há significativas diferenças de renda e ocupação entre os fluxos das correntes e os das contracorrentes, sobretudo nos pares H1-BH x BH-H1 e H2-BH x BH-H2. Isto pelo fato de os migrantes das correntes serem, de um modo geral, bem menos qualificados que os migrantes das contracorrentes.³ Os imigrantes do fluxo H2-BH pertenciam principalmente ao terciário não qualificado e ao secundário, enquanto os procedentes de H1, também não qualificados, constituem um exemplo de migração associada aos atributos espaciais da área de origem, onde predominam atividades rurais⁴. Já nos fluxos BH-H2 e BH-H1, onde é desprezível a procedência rural, é alta a participação de categorias de profissionais mais qualificados. Assim, boa parte dos diferenciais existentes entre os fluxos H1-BH e BH-H1, associa-se ao forte contraste em termos das atividades rurais; muito escassas em Belo Horizonte e bastante significativas em H1.

Observe-se que para a hinterlândia 2 registrou-se uma emigração próxima de 44 mil pessoas. Dados aqui não mostrados, indicam que, sobretudo nesse subespaço, há alguns municípios importantes que têm desempenhado a função de centros regionais, onde, na década de 70, fora significativo o contingente de emigrantes de Belo Horizonte.

Em face dessa questão, conviria trabalhar com os dados de modo a tornar mais nítida a participação desses centros nas trocas migratórias com Belo Horizonte.

³ Ao chegarem em Belo Horizonte, os candidatos mais fortes à remigração eram os migrantes de procedência rural, mais ocupados em atividades braçais e sempre menos qualificados para o trabalho urbano do que os migrantes procedentes de cidades. Além disso, Os dados mostraram que os imigrantes de origem rural iniciam-se mais cedo no trabalho, dispendendo menos tempo nos estudos.

⁴ Um traço comum aos fluxos H1-BH, H2-BH, RRM-BH é a prevalência de trabalhadores não qualificados do terciário (forte presença dos auxiliares de escritório, serventes, e, sobretudo, à numerosa presença feminina ocupada em empregos domésticos). Outra categoria ocupacional que caracteriza estes fluxos é a dos trabalhadores do secundário, principalmente os alojados na indústria da construção (serventes de pedreiros, pedreiros, carpinteiros etc.) (Matos, 1995).

Utilizando-se dos dados do Censo de 1991, tais observações foram absorvidas em um exercício mais promissor por introduzir maior nível de detalhamento. Para tanto alterou-se os tamanhos dos municípios integrantes das hinterlândas 1 e 2; não mais utilizando o limitador de 20 mil habitantes, mas de 50 mil. Com isso, ficam mais evidentes os conjuntos envolvendo um grande número de pequenos municípios (muitos deles fracamente urbanizados) e um número menor de municípios de maior tamanho (em sua maioria, francamente urbanizados).

Além disso, levou-se em conta a presença de todos os pólos regionais mineiros (que são cidades médias de expressão) e suas respectivas regiões polarizadas, o que fez ampliar a análise ao aglutinar tanto a macrorregião de Belo Horizonte, espaço que recebe mais diretamente a influência da Capital, quanto as demais regiões de Minas, onde há menor influência de Belo Horizonte.

Anos 80: outros fluxos e refluxos

Os números envolvendo as trocas populacionais de Belo Horizonte com os demais subespaços das regiões polarizadas⁵ de Minas Gerais, embora sejam de magnitude inferior aos relativos a periferia metropolitana (Tabelas 1 e 2), são no entanto significativos ao se considerar as restrições da distância; à medida que a influência de Belo Horizonte diminui, ou que as localidades passem a receber mais diretamente a influência de metrópoles maiores, também diminuem fortemente os números relativos a migração para Belo Horizonte.

A Tabela 5, ao apresentar os emigrantes e imigrantes de última etapa de Belo Horizonte em relação aos pólos regionais, explicita bem esta afirmação. De fato, os municípios de Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Uberlândia e Juiz de Fora, todos sobre a influência das metrópoles nacionais, receberam mais migrantes vindos de BH do que enviaram. Além desses, registre-se que Divinópolis foi o outro pólo do oeste mineiro receptor de migrantes, este sobre a influência direta da Capital.

Parece não ser mera coincidência o fato de Belo Horizonte perder população principalmente para os pólos regionais mais dinâmicos do estado, a maioria deles gravitando em torno de São Paulo e Rio de Janeiro.

As trocas populacionais de Belo Horizonte mostram-se claramente positivas a seu favor quando os pólos focalizados são aqueles sobre sua influência direta, vários deles situados em áreas mais setentrionais do Estado, e que experimentam dificuldades econômicas, a exemplo de Governador Valadares, Teófilo Otoni e mesmo Montes Claros.

Indícios mais claros de desconcentração populacional a partir dos dados da Tabela 5 podem ser assinalados sobretudo nos casos de Divinópolis e Uberlândia. Nos demais pólos com predominância de imigrantes sobre os emigrantes (de última etapa) os números são bem menores e/ou desprezíveis. Adicionalmente, talvez devessem ser mencionados os pólos de Juiz de Fora e Varginha, por força de suas localizações geográficas (próximas do Rio de Janeiro e São Paulo) e do tamanho dos fluxos envolvendo Belo Horizonte.

Tabela 5 - Trocas populacionais de Belo Horizonte com os pólos regionais de Minas Gerais – 1981/1991

PÓLOS	EMIGRANTES DE BH	IMIGRANTES DE BH	"SALDO"
Barbacena	1.392	1.655	263
Divinópolis	3.291	2.112	-1.179
Governador Valadares	3.711	5.651	1.940
Montes Claros	3.777	4.681	904
Teófilo Otoni	2.232	4.703	2.471
Poços de Caldas	477	260	-217
Pouso Alegre	324	296	-28
Varginha	1.080	743	-337
Uberaba	1.191	1.109	-82
Uberlândia	2.182	1.109	-1.073
Juiz de Fora	2.984	2.826	-158
Total	22.641	25.227	2.586

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 1991;
Org.: LESTE/IGC-UFG.

⁵ Recorde-se que a regionalização aqui adotada baseiou-se em FJP (1985). Os pólos regionais em Minas, geralmente cidades que dominam vários municípios formadores de "hinterlândias" são: Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Pouso Alegre/Itajubá, Teófilo Otoni, Varginha, Uberaba e Uberlândia. As "hinterlândias", para efeito de simplificação foram organizadas em dois tipos, a "hinterlândia I", as que reúnem os municípios com população inferior a 50 mil habitantes, a "hinterlândia II" reúne então os municípios com população superior aos 50 mil habitantes.

Ao examinar as trocas populacionais de Belo Horizonte com os subespaços que formam os municípios polarizados com populações superiores aos 50 mil habitantes (hinterlândia 2), as conclusões derivadas da análise da Tabela 6 permitem arrolar outras evidências que vêm reforçar a tese da continuidade do processo de desconcentração espacial da população em Minas Gerais, mesmo que alicerçada em números ainda pouco expressivos.

De fato, à exceção dos municípios das hinterlândias localizadas no arco centro (regiões de Belo Horizonte e Barbacena), norte (regiões de Montes Claros e Brasília) e leste (Governador Valadares), em todos os demais casos Belo Horizonte experimentou perda populacional nas trocas migratórias expressas na Tabela 6.

Repetem-se as tendências sugeridas pelos dados da tabela anterior. Ou seja, os municípios com mais de 50 mil habitantes, pertencentes à regiões mais dinâmicas localizadas no arco oeste-sudoeste-sul, como Divinópolis, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Ribeirão Preto, Varginha e Pouso Alegre, nessa ordem, têm recebido mais migrantes de Belo Horizonte do que enviado.

Ganha corpo, portanto, a hipótese de desconcentração demográfica fundada na existência de cidades intermediárias equipadas e em processo de expansão, como foi mostrado em discussões teóricas anteriores e evidenciada, ainda que de forma incipiente, a partir dos dados do Censo de 1980.

Tabela 6 - Trocas populacionais de Belo Horizonte com as hinterlândias II das regiões polarizadas de Minas Gerais – 1981/1991

HINTERLÂNDIAS 2	EMIGRANTES DE BH	IMIGRANTES DE BH	"SALDO"
Região 1 (Belo Horizonte)	23.698	24.160	462
Região 2 (Barbacena)	764	1.212	448
Região 3 (Divinópolis)	898	593	-305
Região 4 (Gov. Valadares)	1.294	2.232	938
Região 5 (Montes Claros)	1.503	3934	2.431
Região 7 (Rib. Preto)	525	417	-108
Região 9 (Pouso Alegre)	394	292	-102
Região 10 (Varginha)	654	547	-107
Região 11 (Uberaba)	943	673	-270
Região 12 (Uberlândia)	926	790	-136
Região 13 (Juiz de Fora)	1.448	1.166	-282
Região 14 (Brasília)	566	772	206
Total	33.613	36.788	3175

Fonte: IBGE. *Microdados do Censo Demográfico de 1991*.

Org.: LESTE/IGC-UFMG.

Nota: as regiões de Teófilo Otoni e de Poços de Caldas não possuem hinterlândias de tipo 2.

Examinar as trocas populacionais com a hinterlândia de tipo I torna-se necessário para concluir o procedimento analítico em curso. Nesse caso é de se esperar que o processo de desconcentração demográfica (de tipo centro para periferia) ainda não tenha atingido o âmbito dos pequenos municípios, incapazes de sustentar sequer o crescimento de suas próprias populações em virtude da falta de oportunidades de trabalho.

Os dados da Tabela 7 confirmam, grosso modo, tais observações. Belo Horizonte recebeu no período 81/91 quase 100 mil imigrantes (98.227) das hinterlândias I, liberando 68.970 pessoas o que resultou em trocas populacionais favoráveis à Capital, da ordem de 29.257 pessoas.

Os dados falam por si mesmos, e consagram as tendências relativas a distribuição espacial da população mineira já sublinhadas. Em primeiro lugar destacam-se os números favoráveis a BH, derivados da migração procedente de áreas fortemente emissoras de população que gravitam em torno da Capital, a exemplo de Teófilo Otoni e Governador Valadares. Só depois é que comparecem as hinterlândias I das regiões de Belo Horizonte e de Montes Claros.

Vale dizer que a expressão numérica da imigração de Belo Horizonte se sustenta sobretudo pelas contribuições dessas quatro hinterlândias, porquanto nos demais casos ou os "saldos" foram modesta-

mente positivos (Juiz de Fora, Brasília) ou modestamente negativos, à exceção da hinterlândia de Divinópolis (saldo negativo de mil pessoas).

Em síntese, mesmo em relação a macrorregião de Belo Horizonte os dados apontam para a desconcentração-dispersão da população a partir do Core; ou para uma forte redução da emigração de áreas tradicionalmente expulsoras de população, ou as para as duas tendências combinadas. De fato, se durante a década de 70 saíram de Belo Horizonte 59.512 pessoas para as hinterlândias da macrorregião (*excluída a Região Metropolitana*) e entraram 274.671 imigrantes, resultando no elevado “saldo” de 215.159 pessoas, no período 1981/91 os números são bem distintos. Entraram 142.328 pessoas (perto da metade do relativo a década de 70) e saíram 103.639, o que resultou no “saldo” de 38.689 migrantes a favor de Belo Horizonte, número quase seis vezes menor que o do “saldo” da década anterior.

Tabela 7 - Trocas populacionais de Belo Horizonte com as hinterlândias de tipo 1 das regiões polarizadas de Minas Gerais – 1981/1991

HINTERLÂNDIAS 1	EMIGRANTES DE BH	IMIGRANTES DE BH	“SALDO”
Região 1 (Belo Horizonte)	34.031	39.650	5.619
Região 2 (Barbacena)	1.564	1.067	-497
Região 3 (Divinópolis)	8.461	7.459	-1.002
Região 4 (Gov. Valadares)	5.174	11.176	6.002
Região 5 (Montes Claros)	4.319	7.013	2.694
Região 6 (Teófilo Otoni)	7.530	25.030	17.500
Região 7 (Rib. Preto)	871	453	-418
Região 8 (Poços de Caldas)	281	165	-116
Região 9 (Pouso Alegre)	420	321	-99
Região 10 (Varginha)	1.827	1.688	-139
Região 11 (Uberaba)	796	715	-81
Região 12 (Uberlândia)	1.009	447	-562
Região 13 (Juiz de Fora)	2.223	2.265	42
Região 14 (Brasília)	464	778	314
Total	68.970	98.227	29.257

Fonte: IBGE. *Microdados do Censo Demográfico de 1991*.

Org.: LESTE/IGC-UFMG.

Por outro lado, a análise da desconcentração espacial da população ganha mais visibilidade ao se identificar os principais fluxos migratórios segundo sua procedência, mesmo sem a apresentação dos movimentos de ida e vinda (fluxo e refluxo), como visto até então.

Ao selecionar-se os fluxos por tamanho e distribuí-los em mapa as evidências até então assinaladas podem alcançar níveis de detalhamento impossíveis de se obter sem a espacialização dos dados. As análises subsequentes fundamentam-se nessas premissas.

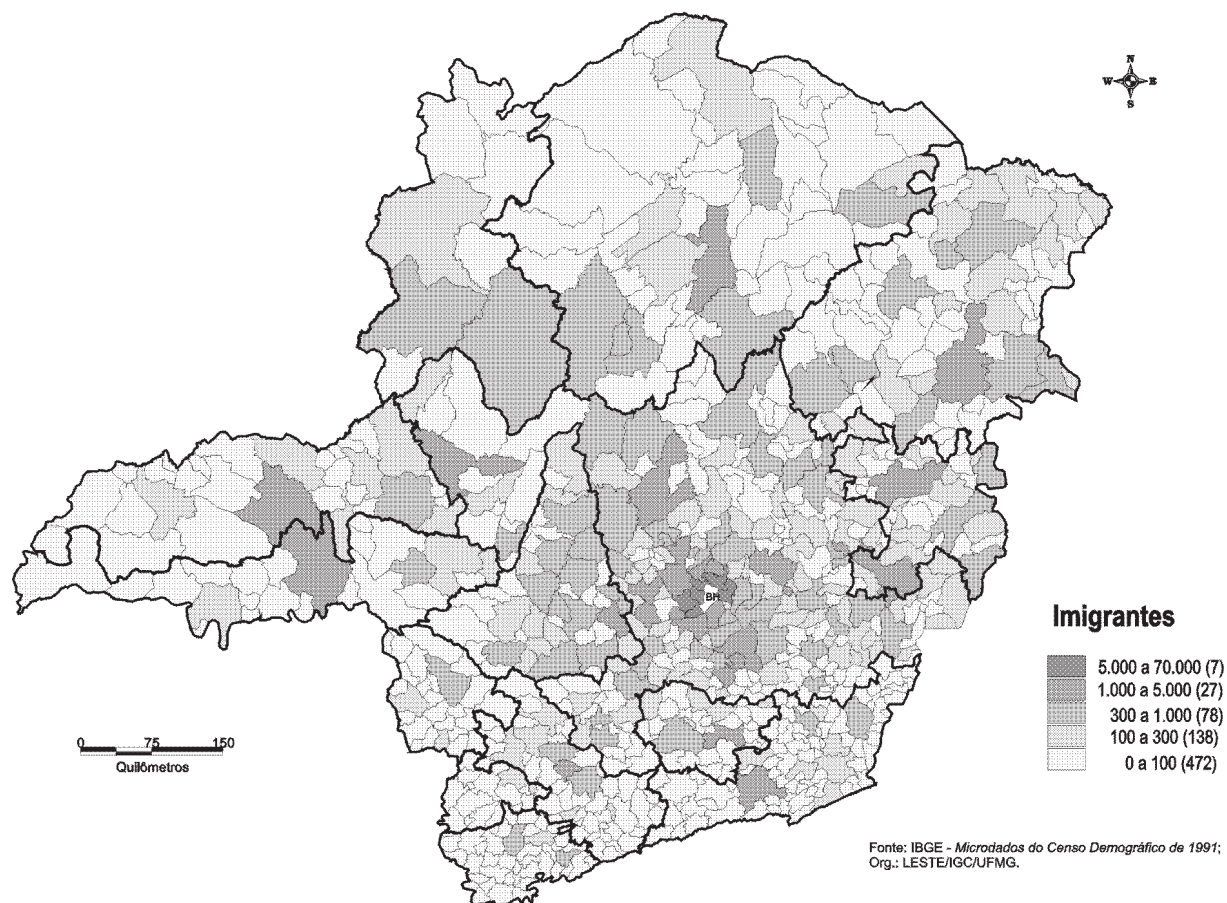
Os fluxos de dispersão populacional em Minas Gerais

O Mapa 1 apresenta a distribuição dos imigrantes procedentes de Belo Horizonte em Minas Gerais, segundo cinco classes de tamanho dos fluxos. A organização dessas classes procurou realçar os casos onde os fluxos migratórios fossem de fato mais significativos.

Assim sendo, a classe que reúne até 100 migrantes, embora circunscreva um grande número de municípios (465), pode ser considerada desprezível para efeito da análise em curso. A classe subsequente, que acumula 142 municípios e agrega os fluxos migratórios contendo entre 101 e 300 pessoas, é também de pequena importância, e é proposital que as cores destas duas classes se aproximem para, afinal, deixar evidente em quais áreas do estado é pouco significativa a emigração de Belo Horizonte.

As três classes superiores são não só as mais importantes em termos cartográficos e estatísticos, mas também as que, potencialmente, constituem as principais localidades que devem dar continuidade ao processo de desconcentração demográfica em Minas Gerais a partir de Belo Horizonte. Juntas chegavam a envolver 115 municípios do estado em 1991, cerca de 15% do total de municípios do estado.

Mapa 1
Imigrantes procedentes de Belo Horizonte



Nas duas classes que incorporam maior número de migrantes procedentes de Belo Horizonte comparecem 41 municípios, dentre os quais vários dos pólos regionais de Minas Gerais. Tais pólos, em face da tradição geohistórica de interdependência e de seus tamanhos populacionais, teriam forçosamente de exibir números relativamente expressivos de migrantes vindos de BH, capital do estado, como, aliás, ficou evidenciado no item anterior. Assim não chega a surpreender que Uberlândia, Uberaba, Varginha e Juiz de Fora, pólos sob a influência de São Paulo e Rio de Janeiro, tenham recebido um número significativo de migrantes de Belo Horizonte. Note-se no entanto, que Poços de Caldas, Pouso Alegre e Itajubá, estão ausentes dessa lista.

A observação das duas principais classes indica muito claramente qual a parte do estado que possui mais municípios onde é significativa a presença de migrantes procedentes de Belo Horizonte. É bem evidente que uma importante extensão territorial em torno da Capital surge como o principal destaque.

Na classe que absorve os maiores fluxos migratórios (mais de 5000 pessoas) comparece tão somente os municípios mais importantes do resto da região metropolitana.

Visualmente fica claro que, além dessa porção central, outros municípios postados à leste (região de Governador Valadares e Vale do Aço), nordeste (regiões do Jequitinhonha e Mucuri) e norte (região de Montes Claros) recebem bem mais migrantes procedentes de Belo Horizonte (muitos dos quais retornando a suas áreas de origem) do que as sub-regiões a sul, sudoeste e oeste do estado. Os municípios com mais de 1000 pessoas procedentes de Belo Horizonte, situados fora da região metropolitana foram os que se seguem (em ordem), estando italicizados os que fazem parte da macrorregião de Belo Horizonte: *Sete Lagoas, Montes Claros, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de Fora, Ipatinga, Ouro Branco, Teófilo Otoni, Uberlândia, Pará de Minas, Curvelo, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, João Monlevade, Barbacena, Itabira, Caratinga, Patos de Minas, Uberaba, Itaúna, Brumadinho e Varginha.*

Finalmente, a Tabela 8 traz essa listagem ampliada; 34 municípios onde a emigração de Belo Horizonte foi expressiva. Exibe os quantitativos populacionais ordenados até Varginha, o município que recebeu o menor número de migrantes procedentes de Belo Horizonte, entre os que detinham, em 1991, mais de 1000 residentes provenientes da Capital no período 1981/91.

**Tabela 8 - Principais municípios de residência dos imigrantes
intermunicipais procedentes de Belo Horizonte - 1981/1991**

MUNICÍPIOS	IMIGRANTES
Contagem	69.910
Ribeirão das Neves	41.649
Santa Luzia	36.874
Betim	20.626
Ibirité	19.003
Sabará	9.218
Sete Lagoas	4.838
Montes Claros	3.777
Governador Valadares	3.711
Divinópolis	3.291
Igarapé	3.238
Lagoa Santa	3.076
Juiz de Fora	2.984
Esmeraldas	2.859
Ipatinga	2.474
Mateus Leme	2.428
Ouro Branco	2.399
Teófilo Ottoni	2.232
Uberlândia	2.182
Nova Lima	1.984
Pará de Minas	1.791
Curvelo	1.727
Ouro Preto	1.632
Pedro Leopoldo	1.597
Conselheiro Lafaiete	1.487
João Monlevade	1.416
Barbacena	1.392
Itabira	1.338
Caratinga	1.294
Patos de Minas	1.240
Uberaba	1.191
Itaúna	1.145
Brumadinho	1.125
Varginha	1.080

Fonte: IBGE. *Microdados do Censo Demográfico de 1991*.

Org.: LESTE/IGC-UFMG.

Síntese e conclusões

O Brasil experimentou nos últimos 50 anos um processo de crescimento urbano sem precedentes. Tão importante mudança, não se explica sem a participação da migração enquanto componente chave do crescimento acelerado de muitos centros urbanos, respondendo em larga medida pela expansão dos mercados de trabalho e de consumo, reforçando portanto as vantagens aglomerativas.

Contudo, a concentração espacial de atividades econômicas pode gerar diversos tipos de desvantagens e com isso provocar o seu reverso, a desconcentração. Nas duas últimas décadas acumulam-se as evidências de que o país vem experimentando inéditos processos desconcentração econômico-espacial.

Em Minas Gerais, o processo de redistribuição populacional na macrorregião de Belo Horizonte mostrou que a emigração da Capital teve um peso bastante significativo. Na verdade, boa parte dos indivíduos que haviam residido em Belo Horizonte entre 1970 e 1980, os emigrantes, possuíam características semelhantes à dos imigrantes, com a diferença de serem um pouco mais velhos e terem se submetido aos condicionantes do mercado de trabalho e à dinâmica excludente do mercado imobiliário de uma grande cidade.

Certamente, antes da década de 70 a absorção destes migrantes era bem maior em Belo Horizonte. A partir daí a cidade passaria a rejeitá-los, o que se refletiria, gradativamente, no tamanho de sua

população final. Se os dados do Censo de 1991 causaram surpresa em Belo Horizonte por terem mostrado a cidade com um ritmo de crescimento tão baixo, em relação às décadas anteriores, a gênese desse processo já estava inscrita nos dados da década anterior, sobretudo no tocante à sua capacidade de retenção de migrantes de suas hinterlândias.

Durante a década de 70, Belo Horizonte foi procurada principalmente por migrantes jovens, de baixa qualificação, certamente muito propensos à remigração após alguns anos de tentativa de fixação de residência. Provavelmente em decorrência do seu número elevado, da oferta insuficiente de empregos e das dificuldades em arcar com os custos de moradia na Capital, um grande número dos imigrantes da década tiveram que remigrar (principalmente para a periferia metropolitana) ou retornar à suas regiões de origem.

Uma outra parte dos emigrantes de Belo Horizonte, entretanto, era composta por quadros mais experientes e qualificados para o trabalho. Os dados sugerem que um bom número dos que saíram de Belo Horizonte, após terem obtido experiência profissional e uma posição mais consolidada no ciclo de vida familiar, teriam sido requisitados pelos mercados de trabalho em expansão nas cidades médias mais atraentes. Algumas das que se destacaram neste processo foram, por exemplo, Divinópolis, Montes Claros, Ipatinga, Sete Lagoas, Coronel Fabriciano e Congonhas.

Na região metropolitana propriamente, a evidência empírica reafirmou a intensificação do processo de dispersão populacional a partir da emigração do Core, privilegiando municípios próximos de Belo Horizonte. Na verdade, aprofunda-se o processo de desconcentração demográfica na área metropolitana, atingindo espaços cada vez mais distantes do 'núcleo'.

Fora da região metropolitana os dados do Censo de 1991 mostram que Belo Horizonte vem perdendo população para os pólos regionais mais dinâmicos do estado, a maioria deles situados à oeste-sudoeste e gravitando em torno de São Paulo e Rio de Janeiro, como Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Uberlândia, Juiz de Fora e Divinópolis. A Capital ganha mais população do que perde quando os pólos são aqueles sobre sua influência direta, situados nas áreas deprimidas do norte-nordeste-centro, a exemplo de Governador Valadares, Teófilo Otoni e Montes Claros.

Fortalece, portanto, a hipótese de desconcentração demográfica baseada na existência de cidades intermediárias em processo de expansão.

Somente em relação ao grande conjunto de municípios com menos de 50 mil habitantes Belo Horizonte ainda tem exibido maior número de imigrantes de última etapa comparativamente aos emigrantes.

As ilustrações deixaram bem evidente que, além das áreas centrais do estado, outros municípios postados à leste, nordeste e norte recebem bem mais migrantes procedentes de Belo Horizonte do que as sub-regiões a sul, sudoeste e oeste do estado, estas pertencentes às áreas de influência de São Paulo e Rio.

Entre as conclusões mais gerais, as evidências encontradas neste estudo vão ao encontro de pelo menos duas formulações teóricas sobre a questão da desconcentração espacial: a existência de cidades secundárias atraentes do ponto de vista das vantagens aglomerativas; e o concomitante saturamento de usos e atividades nos espaços centrais do Core (o que introduz fatores de repulsão em ambientes altamente urbanizados), algo que começava a se manifestar em Belo Horizonte nos anos 70.

Referências bibliográficas

- AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- COELHO, A.L.N. et al. A reversão do comportamento migratório mineiro: um desafio ao planejamento. *Fundação JP: análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3/4, p. 46-88, mar/abr: 1982.
- CUNHA, J.M.P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: UNICAMP, 1994. Tese de Doutorado.
- DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v.31, n.11, p. 35-64, set. 1993.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1988. v.1: Relatório de pesquisa.
- GOLDSTEIN, Sidney. *Facets of redistribution: research challenges and opportunities*. Washington, v.13, n.4, p. 423-434, nov, 1976.
- GREENWOOD, Michael. Migrações internas nos Estados Unidos: uma revisão da literatura. In: MOURA, A. M. (coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 733-77.
- HADDAD, Paulo. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- IBGE. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: 1972.
- IBGE. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: 1987. (Co-patrocínio do Ministério da Habitação e Urbanismo).
- MASSENA, R.M.Rosa, (org.). *Indicadores sociais; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100 000 habitantes*. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988.
- KATZMAN, Martin T. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.177-229.
- LINN, J.F. *Cities in the developing world: policies for their equitable and efficient growth*. New York: Oxford University Press, 1983.
- MARTINE, G.; DINIZ, C.C. *Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns*. Liege: IUSSP. 1989. Texto avulso.
- MATOS, R.E.S. *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 1995. Tese de Doutorado.
- . Aspectos econômicos e retrospecto histórico das migrações em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 7, Diamantina, 1995. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. p. 303-336.
- . Desconcentração espacial e processos de exclusão da população migrante de Belo Horizonte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 8, Brasília, 1995. *Anais...* Brasília: 1995. p. 457-478.
- . Migração em Belo Horizonte: desconcentração espacial e exclusão. In: *Geografia*. Rio Claro, v. 21, n. 1, p. 154 -173. 1996.
- . Migração e desconcentração demográfica nas principais áreas de atração populacional de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, Caxambu, 1998. *Anais...* Caxambu: 1998. p.713-728.
- . Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. In: *R. Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, 1995. p. 35-58.
- REDWOOD III, John. Reversion de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada el Brasil contemporaneo. *R. latinoamericana de estudios urbanos regionales*. Santiago, v. 11, n.32, dez. 1984.
- RICHARDSON, Harry W. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*, Los Angeles, v. 45, nov. 1980.
- RIGOTTI, J.I.R. *Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na região metropolitana de Belo Horizonte - década de 70*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. 109p. Dissertação de Mestrado.
- TOWNROE, P. M., KEEN, D. Polarization reversal in the state of São Paulo. *Regional Studies*. v. 18, p. 45-54. 1984.

Estatísticas e Indicadores Demográficos

Tabela 2.1 - População residente em Belo Horizonte por região administrativa - 1991/1996

REGIÃO ADMINISTRATIVA	POPULAÇÃO		
	1991	1996	Variação (%)
Barreiro	221.072	237.046	7,2257
Centro-Sul	251.481	252.368	0,3528
Leste	250.032	247.595	-0,9747
Nordeste	249.693	251.126	0,5739
Noroeste	340.530	337.792	-0,8040
Norte	154.028	175.604	14,0078
Oeste	249.350	252.345	1,2011
Pampulha	105.181	119.303	13,4264
Venda Nova	198.794	218.192	9,7578
Belo Horizonte	2.020.161	2.091.371	3,5250

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico*, 1991; *Contagem Populacional*, 1996.
Org.: DITPL. 2000.

Tabela 2.2 - Distribuição da população residente em Belo Horizonte por sexo, faixa etária e região administrativa - 1996

Faixa Etária	REGIÃO ADMINISTRATIVA																	
	Bairro		Centro-sul		Leste		Nordeste		Noroeste		Norte		Oeste		Pampulha		Venda Nova	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0 a 4	11.411	10.799	7.275	6.909	10.076	9.819	10.329	10.289	12.964	12.691	8.523	8.144	10.319	10.165	4.740	4.834	10.034	9.807
5 a 9	11.490	11.349	8.211	8.303	10.708	10.353	11.543	11.183	13.994	13.835	8.629	8.425	10.952	10.840	5.297	4.904	10.559	10.110
10 a 14	12.485	12.381	10.326	10.201	11.423	11.714	12.513	12.744	15.288	15.081	9.141	8.927	11.809	11.725	5.640	5.619	11.283	11.365
15 a 19	13.248	13.522	12.362	14.243	11.720	12.799	13.029	14.073	16.587	17.382	9.463	9.863	12.820	13.456	6.069	6.374	12.361	12.712
20 a 24	12.157	12.008	11.302	13.821	10.645	11.762	11.564	12.158	15.489	16.418	9.030	8.982	11.921	12.727	5.416	6.041	11.294	11.563
25 a 29	10.876	11.170	9.056	11.263	10.366	11.279	10.447	11.485	14.713	15.521	8.112	8.546	10.820	11.783	5.052	5.679	9.743	10.328
30 a 34	9.850	10.662	8.954	11.059	10.265	12.109	10.198	11.806	14.615	16.376	7.447	8.049	10.563	11.915	5.208	5.964	8.846	9.544
35 a 39	8.524	9.446	8.180	10.786	9.351	10.798	9.544	10.941	12.646	14.755	6.328	6.798	9.424	10.728	4.598	4.999	7.703	8.692
40 a 44	7.372	7.728	7.955	10.630	7.419	9.022	8.053	9.169	10.290	12.209	4.953	5.633	7.665	9.017	3.806	4.245	6.527	7.317
45 a 49	5.618	6.014	7.171	9.185	5.527	6.996	5.917	6.967	8.146	9.880	3.829	4.470	5.845	7.180	2.966	3.508	5.130	5.809
50 a 54	4.237	4.525	6.029	7.467	4.301	5.736	4.551	5.205	6.488	8.160	3.035	3.415	4.734	5.708	2.524	2.796	4.086	4.343
55 a 59	3.121	3.439	4.556	5.907	3.624	5.063	3.371	4.148	5.224	6.671	2.262	2.652	3.688	4.626	1.962	2.118	2.900	3.246
60 a 64	2.290	2.652	3.708	5.243	3.146	4.523	2.708	3.673	4.343	5.970	1.746	2.168	3.006	4.011	1.561	1.651	2.140	2.481
65 a 69	1.502	1.900	3.100	4.617	2.389	3.818	2.036	3.115	3.315	5.014	1.204	1.624	2.220	3.282	1.076	1.295	1.312	1.833
70 a 74	878	1.171	2.031	3.611	1.716	2.674	1.338	2.106	2.241	3.555	672	1.066	1.463	2.183	587	820	771	1.243
75 a 79	463	814	1.428	2.662	1.029	1.938	785	1.398	1.379	2.356	403	737	853	1.530	294	526	474	812
80 ou mais	447	874	1.417	3.273	1.013	2.136	715	1.642	1.177	2.638	385	701	897	1.791	300	666	404	941
Idade ignorada	288	345	56	71	166	172	187	196	166	215	115	127	337	342	76	92	221	258
Total	116.247	120.799	113.117	139.251	114.884	132.711	118.828	132.298	159.065	178.727	85.277	90.327	119.336	133.009	57.172	62.131	105.788	112.404

Fonte: IBGE. Contagem Populacional. 1996.
Org.: DITPL. 2000.

Tabela 2.3 - Distribuição da população em Belo Horizonte por região administrativa e cor - 1991

REGIÃO ADMINISTRATIVA	COR						(%)
	Parda	Preta	Branca	Indígena	Amarela	Ignorada	Total
Barreiro	51.16	6.39	41.97	0.03	0.16	0.29	221,072
Centro-Sul	19.06	4.24	76.28	0.05	0.23	0.15	251,481
Leste	44.27	7.02	48.31	0.08	0.12	0.20	250,032
Nordeste	48.75	7.28	43.63	0.08	0.10	0.17	249,693
Noroeste	41.41	5.91	52.26	0.09	0.11	0.23	340,530
Norte	54.15	7.45	38.15	0.08	0.02	0.14	154,028
Oeste	38.29	6.65	54.72	0.05	0.07	0.21	249,350
Pampulha	40.46	4.67	54.60	0.07	0.11	0.10	105,181
Venda Nova	55.33	6.76	37.47	0.08	0.09	0.27	198,794
Belo Horizonte	42.86	6.29	50.46	0.07	0.12	0.20	2,020,161

Fonte: IBGE. Censo Demográfico . 1991. Microdados do Censo.

Org.: DITPL. 2000.

Nota: Dados trabalhados pela equipe do Mapa da Exclusão.

Tabela 2.4 - População residente em Belo Horizonte por região administrativa, unidade de planejamento e sexo - 1996
(continua)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE DE PLANEJAMENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Barreiro	Subtotal	116.247	120.799	237.046
	Bairro das Indústrias	5.800	5.897	11.697
	Lindéia	22.886	23.701	46.587
	Barreiro de Baixo	19.517	20.746	40.263
	Barreiro de Cima	23.780	24.678	48.458
	Jatobá	27.852	28.446	56.298
	Cardoso	14.163	15.077	29.240
	Olhos D'água	1.435	1.422	2.857
	Barreiro-Sul	814	832	1.646
Centro-Sul	Subtotal	113.117	139.251	252.368
	Barro Preto	2.928	3.759	6.687
	Centro	6.471	9.661	16.132
	Francisco Sales	3.849	5.010	8.859
	Savassi	17.849	24.205	42.054
	Prudente de Moraes	8.172	10.067	18.239
	Santo Antônio	12.735	15.880	28.615
	Anchieta/Sion	18.317	23.132	41.449
	Serra	10.203	12.899	23.102
	Mangabeiras	2.451	2.658	5.109
	São Bento/Sta. Lúcia	5.398	6.000	11.398
	Belvedere	1.544	1.732	3.276
	Barragem	6.894	7.371	14.265
	Cafezal	16.306	16.877	33.183
	Subtotal	114.884	132.711	247.595
	Instituto Agrônômico	19.605	23.354	42.959
Leste	Boa Vista	22.760	25.569	48.329
	Floresta/Santa Tereza	14.611	18.608	33.219
	Pompéia	12.452	14.453	26.905
	Taquaril	18.003	19.047	37.050
	Santa Efigênia	17.982	21.339	39.321
	Baleia	2.790	2.919	5.709
	Mariano de Abreu	2.287	2.525	4.812
	Santa Inês	4.394	4.897	9.291
	Subtotal	118.828	132.298	251.126
Nordeste	Capitão Eduardo	2.360	2.480	4.840
	Ribeiro de Abreu	11.083	11.478	22.561
	Belmonte	17.859	18.751	36.610
	Gorduras	6.066	6.202	12.268
	São Paulo/Goiania	27.536	30.089	57.625
	Cristiano Machado	30.661	36.186	66.847
	Cachoeirinha	15.058	17.101	32.159
	Concórdia	8.205	10.011	18.216
	Subtotal	159.065	178.727	337.792
Noroeste	Glória	33.328	35.814	69.142
	Abílio Machado	23.538	25.557	49.095
	Jardim Montanhês	7.640	8.174	15.814
	Caiçara	16.462	19.131	35.593
	Antônio Carlos	28.307	32.623	60.930
	Padre Eustáquio	22.749	27.397	50.146
	Camargos	1.191	1.256	2.447
	PUC	14.811	16.810	31.621
	Santa Maria	6.572	7.003	13.575
	Prado Lopes	4.467	4.962	9.429
	Subtotal	159.065	178.727	337.792

Tabela 2.4 - População residente em Belo Horizonte por região administrativa, unidade de planejamento e sexo - 1996

		(conclusão)		
REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE DE PLANEJAMENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Norte	Subtotal	85.277	90.327	175.604
	Jaqueline	11.911	12.360	24.271
	Isidoro Norte	2.360	2.450	4.810
	Furquim Werneck	813	803	1.616
	Planalto	7.087	7.899	14.986
	São Bernardo	13.120	13.867	26.987
	Tupi/Floramar	23.393	24.720	48.113
	Primeiro de Maio	18.056	19.189	37.245
	Jardim Felicidade	8.537	9.039	17.576
Oeste	Subtotal	119.336	133.009	252.345
	Cabana	32.155	34.365	66.520
	Jardim América	31.924	35.746	67.670
	Barroca	22.045	27.595	49.640
	Morro das Pedras	10.335	10.966	21.301
	Betânia	18.243	19.369	37.612
	Estoril/Buritis	4.487	4.807	9.294
	Pilar Oeste	147	161	308
Pampulha	Subtotal	57.172	62.131	119.303
	Garças/Braúnas	1.392	1.393	2.785
	Santa Amélia	12.884	14.151	27.035
	Pampulha	5.163	5.562	10.725
	Jaraguá	13.345	14.780	28.125
	Sarandi	11.572	12.645	24.217
	Castelo	1.790	1.895	3.685
	Ouro Preto	6.544	6.982	13.526
	UFMG	17	24	41
	São Francisco	3.281	3.539	6.820
	Confisco	1.184	1.160	2.344
Venda Nova	Subtotal	105.788	112.404	218.192
	Mantiqueira/Sesc	19.749	20.242	39.991
	Serra Verde	6.968	7.507	14.475
	Piratininga	21.389	22.282	43.671
	Jardim Europa	12.081	13.133	25.214
	Venda Nova	6.653	7.465	14.118
	Céu Azul	10.089	10.750	20.839
	Copacabana	22.587	24.428	47.015
	São João Batista	6.272	6.597	12.869
Total		989.714	1.101.657	2.091.371

Fonte: IBGE. Contagem Populacional. 1996.
Org.: DITPL. 2000.

**Tabela 2.5 - Proporção da população acima de 65 anos de idade, segundo região administrativa
Belo Horizonte - 1991/1996**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS	
	1991	1996
Barreiro	2,70	3,39
Centro-Sul	7,67	8,77
Leste	5,02	6,75
Nordeste	4,38	5,23
Noroeste	4,71	6,42
Norte	3,23	3,87
Oeste	4,63	5,63
Pampulha	3,72	4,66
Venda Nova	2,92	3,57

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico*. 1991. *Contagem Populacional*. 1996.

Org.: DITPL. 2000.

**Tabela 2.6 - Taxa de Fecundidade Total (TFT) e
taxas específicas por idade (por mil)
Belo Horizonte - 1992-1994-1996**

FAIXA ETÁRIA	ANO		
	1992	1994	1996
15 a 19	44,94	50,01	51,74
20 a 24	106,08	108,95	98,13
25 a 29	114,45	115,34	108,50
30 a 34	83,09	84,90	78,45
35 a 39	38,00	38,87	38,80
40 a 44	11,12	10,28	9,32
45 a 49	1,17	1,09	0,76
TFT	1,99	2,05	1,93

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico* 1991.

..... Contagem Populacional 1996.

..... Registro Civil dos indicadores para 1995-1996.

SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9, Diamantina. 2000. p. 721-747.

Nota: O cálculo das taxas de fecundidades realizado utilizou um fator de correção para os nascidos vivos.

Tabela 2.7 - Área total, população e densidade demográfica dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1950 - 1960 - 1970 - 1980 -1991 - 1996

MUNICÍPIO	ÁREA (km2)*	1950		1960		1970		1980		1991		1996	
		População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade
Baldim	556,44	9.819	17,65	10.264	18,45	5.313	9,55	7.570	13,60	-	-	7.935	14,26
Belo Horizonte	330,23	352.724	1.068,12	693.328	2.099,53	1.235.030	3.739,91	1.780.855	5.392,77	2.020.161	6.117,44	2.091.371	6.333,07
Betim	345,99	11.496	33,23	19.243	55,62	37.815	109,30	84.183	243,31	170.934	494,04	249.451	720,98
Brumadinho	640,08	13.018	20,34	14.313	22,36	17.874	27,92	17.964	28,07	19.308	30,16	24.336	38,02
Caelé	542,24	21.911	40,41	19.727	36,38	25.166	46,41	30.634	56,50	33.251	61,32	34.869	64,31
Capim Branco	94,49	2.878	30,46	3.134	33,17	4.147	43,89	4.930	52,17	-	-	7.070	74,82
Confins	41,67	-	-	1.783	42,79	1.993	47,83	2.345	56,28	3.183	76,39	4.267	102,40
Contagem	194,38	6.022	30,98	28.065	144,38	111.235	572,26	280.477	1.442,93	449.588	2.312,93	492.350	2.532,93
Esmeraldas	909,98	14.311	15,73	15.310	16,82	15.698	17,25	16.206	17,81	24.298	26,70	33.934	37,29
Florestal	195,85	4.065	20,76	3.764	19,22	4.431	22,62	4.796	24,49	5.053	25,80	5.363	27,38
Ibirité	73,66	2.253	30,59	3.952	53,65	13.946	189,33	31.939	433,60	78.090	1.060,14	106.781	1.449,65
Igarapé	110,08	3.869	35,15	2.356	21,40	4.330	39,34	10.253	93,14	15.957	144,96	21.939	199,30
Itaguara	410,62	7.107	17,31	8.325	20,27	9.030	21,99	9.765	23,78	-	-	11.225	27,34
Jaboticatubas	1116,77	12.140	10,87	12.598	11,28	8.479	7,59	11.570	10,36	-	-	12.409	11,11
Juatuba	97,14	1.781	18,33	1.946	20,03	2.760	28,41	5.323	54,80	9.436	97,14	12.306	126,68
Lagoa Santa	229,45	7.738	33,72	9.776	42,61	12.060	52,56	17.163	74,80	26.641	116,11	30.759	134,06
Mário Campos	35,06	-	-	-	-	-	-	-	-	5.081	144,92	7.269	207,33
Mateus Leme	303,13	6.026	19,88	6.811	22,47	9.169	30,25	13.334	43,99	17.597	58,05	20.720	68,35
Matozinhos	253,34	5.084	20,07	6.670	26,33	8.674	34,24	16.198	63,94	-	-	26.722	105,48
Nova Lima	428,45	21.932	51,19	28.223	66,87	33.992	79,34	41.223	96,21	52.400	122,30	56.960	132,94
Nova União	171,78	3.551	20,67	3.588	20,89	3.958	23,04	4.074	23,72	-	-	5.148	29,97
Pedro Leopoldo	293,21	12.997	44,33	16.382	55,87	20.670	70,50	29.999	102,31	41.594	141,86	47.342	161,46
Raposos	71,59	6.411	89,55	8.402	117,36	10.133	141,54	11.810	164,97	14.242	198,94	14.630	204,36
Ribeirão das Neves	154,02	2.732	17,74	6.391	41,49	9.707	63,02	67.257	436,68	143.853	933,99	197.025	1.279,22
Rio Acima	227,84	5.276	23,16	5.099	22,38	5.118	22,46	5.069	22,25	7.066	31,01	7.556	33,16
Rio Manso	231,45	5.289	22,85	5.060	21,86	5.214	22,53	4.448	19,22	4.461	19,27	4.276	18,47

(continua)

Tabela 2.7 - Área total, população e densidade demográfica dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1950 - 1960 - 1970 - 1980 - 1991 - 1996

MUNICÍPIO	ÁREA (km²)*	1950		1960		1970		1980		1991		1996	
		População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade
Sabará	302,54	13.310	43,99	23.098	76,35	45.149	149,23	64.204	212,22	89.740	296,62	100.539	332,32
Santa Luzia	234,52	10.875	46,37	12.753	54,38	25.301	107,88	59.892	255,38	137.825	587,69	153.914	656,29
São Joaquim de Bicas	72,03	-	-	2.225	30,89	3.345	46,44	6.310	87,60	11.443	158,86	9.124	126,67
São José da Lapa	48,89	-	-	-	-	-	-	7.125	145,74	6.856	140,23	12.201	249,56
Sarzedo	62,17	2.627	42,26	3.765	60,56	5.562	89,46	8.031	129,18	9.504	152,87	12.577	202,30
Taquaraçu de Minas	329,01	5.680	17,26	4.816	14,64	4.158	12,64	3.457	10,51	-	-	3.369	10,24
Vespasiano	70,98	5.610	79,04	8.335	117,43	12.429	175,11	17.924	252,52	48.012	676,42	60.952	858,72
Total	9179,08	578.532	63,03	989.502	107,80	1.711.886	186,50	2.676.328	291,57	3.445.574	375,37	3.886.689	423,43

Fonte: IGA, 2000.

*IGA (Órgão oficial do Governo de Minas Gerais para cálculos de áreas e limites, conforme o que determina o Inciso II do Art. 1º da Lei nº 12.040, de 28/12/95 - Minas Gerais: 29/12/95).

População de Rua

Tabela 2.8 - Número de moradores de rua por tipo de local utilizado para pernoite ou permanência e região administrativa - Belo Horizonte - 1998

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSPITAIS		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Barreiro	0	0,00	0	0,00	2	0,56	0	0,00	2	0,22
Centro-Sul	33	9,40	45	22,39	264	73,54	1	20,00	343	37,45
Leste	0	0,00	5	2,49	33	9,19	4	80,00	42	4,59
Nordeste	0	0,00	8	3,98	1	0,28	0	0,00	9	0,98
Noroeste	315	89,74	78	38,81	42	11,70	0	0,00	435	47,49
Norte	3	0,85	0	0,00	1	0,28	0	0,00	4	0,44
Oeste	0	0,00	51	25,37	2	0,56	0	0,00	53	5,79
Pampulha	0	0,00	11	5,47	10	2,79	0	0,00	21	2,29
Venda Nova	0	0,00	3	1,49	1	0,28	0	0,00	4	0,44
Sem logradouro fixo	0	0,00	0	0,00	3	0,84	0	0,00	3	0,33
Total	351	100,00	201	100,00	359	100,00	5	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

Tabela 2.9 - Número de locais de pernoite e permanência dos moradores de rua, segundo região administrativa - Belo Horizonte - 1998

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSPITAIS		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS (1)		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Barreiro	0	0,00	0	0,00	2	2,30	0	0,00	2	1,60
Centro-Sul	3	37,50	5	17,86	49	56,32	1	50,00	58	46,40
Leste	0	0,00	2	7,14	12	13,79	1	50,00	15	12,00
Nordeste	0	0,00	1	3,57	1	1,15	0	0,00	2	1,60
Noroeste	4	50,00	12	42,86	16	18,39	0	0,00	32	25,60
Norte	1	12,50	0	0,00	1	1,15	0	0,00	2	1,60
Oeste	0	0,00	6	21,43	1	1,15	0	0,00	7	5,60
Pampulha	0	0,00	1	3,57	3	3,45	0	0,00	4	3,20
Venda Nova	0	0,00	1	3,57	1	1,15	0	0,00	2	1,60
Sem logradouro fixo	0	0,00	0	0,00	1	1,15	0	0,00	1	0,80
TOTAL	8	100,00	28	100,00	87	100,00	2	100,00	125	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

(1) Lotes e construções invadidas, etc.

Tabela 2.10 - Distribuição dos moradores de rua segundo local de pernoite e permanência
Belo Horizonte - 1998

NÚMERO DE PESSOAS POR PERMANÊNCIA	LOCAL DE PERNOITE E/OU PERMANÊNCIA	
	Número	%
1 pessoa	31	24,8
de 2 a 5 pessoas	62	49,6
de 6 a 10 pessoas	17	13,6
de 11 a 20 pessoas	9	7,2
de 21 a 30 pessoas	3	2,4
de 31 a 50 pessoas	1	0,8
acima de 50 pessoas	2	1,6
Total	125	100,0

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.: DITPL, 1998.

Tabela 2.11 - População de rua segundo sexo e tipo de local de pernoite e permanência
Belo Horizonte - 1998

TIPO DE LOGRADOURO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Albergue, abrigos, repúblicas e hospitais	311	43,56	40	19,80	351	38,32
Sob viadutos	130	18,21	71	35,15	201	21,94
Ruas, avenidas e praças	269	37,68	90	44,55	359	39,19
Outros	4	0,56	1	0,50	5	0,55
Total	714	100,00	202	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.: DITPL, 1998.

Tabela 2.12 - Composição da população de rua segundo a cor e local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998

COR	ALBERGUE, HOSPITAIS		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Branca	90	25,64	42	20,90	91	25,35	2	40,00	225	24,56
Negra	115	32,76	79	39,30	142	39,55	1	20,00	337	36,79
Parda	133	37,89	78	38,81	123	34,26	2	40,00	336	36,68
Amarela	6	1,71	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	0,66
Indígena	7	1,99	0	0,00	2	0,56	0	0,00	9	0,98
Sem Informação	0	0,00	2	1,00	1	0,28	0	0,00	3	0,33
Total	351	100,00	201	100,00	359	100,00	5	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.: DITPL, 1998.

Tabela 2.13- Distribuição etária da população de rua segundo tipo de local de pernoite e permanência - Belo Horizonte - 1998

FAIXA ETÁRIA	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSPITAIS		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
18 a 24	47	13,39	55	27,36	77	21,45	1	20,00	180	19,65
25 a 30	70	19,94	43	21,39	58	16,16	0	0,00	171	18,67
31 a 35	60	17,09	30	14,93	42	11,70	1	20,00	133	14,52
36 a 40	64	18,23	20	9,95	52	14,48	1	20,00	137	14,96
41 a 45	37	10,54	20	9,95	38	10,58	1	20,00	96	10,48
46 a 50	19	5,41	8	3,98	22	6,13	0	0,00	49	5,35
51 a 60	35	9,97	8	3,98	24	6,69	0	0,00	67	7,31
61 a 70	7	1,99	3	1,49	7	1,95	0	0,00	17	1,86
71 ou mais	0	0,00	1	0,50	0	0,00	0	0,00	1	0,11
Sem informação	12	3,42	13	6,47	39	10,86	1	20,00	65	7,10
Total	351	100,00	201	100,00	359	100,00	5	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.; DITPL. 1998.

Tabela 2.14 - População de rua adulta segundo sexo e alfabetização - Belo Horizonte - 1998

ALFABETIZAÇÃO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Sabe ler e escrever	543	76,05	113	55,94	656	71,62
Só assina o nome	90	12,61	42	20,79	132	14,41
Analfabeto	53	7,42	27	13,37	80	8,73
Sem informação	28	3,92	20	9,90	48	5,24
Total	714	100,00	202	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.; DITPL. 1998.

**Tabela 2.15 - População de rua adulta por sexo e escolaridade -
Belo Horizonte - 1998**

ESCOLARIDADE		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
		Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Nunca foi à escola		66	9,24	30	14,85	96	10,48
1ª a 4ª série	completa	115	16,11	26	12,87	141	15,39
	incompleta	193	27,03	68	33,66	261	28,49
	não informou	16	2,24	10	4,95	26	2,84
5ª a 8ª série	completa	70	9,80	8	3,96	78	8,52
	incompleta	136	19,05	34	16,83	170	18,56
	não informou	15	2,10	3	1,49	18	1,97
2º grau	completo	29	4,06	2	0,99	31	3,38
	incompleto	29	4,06	1	0,50	30	3,28
	não informou	1	0,14	0	0,00	1	0,11
Superior	completo	5	0,70	0	0,00	5	0,55
	incompleto	7	0,98	0	0,00	7	0,76
Sem informação		32	4,48	20	9,90	52	5,68
Total		714	100,00	202	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.; DITPL. 1998.

**Tabela 2.16 - População de rua por sexo e região de origem -
Belo Horizonte - 1998**

REGIÃO DE ORIGEM		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
		Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Belo Horizonte		103	14,43	56	27,72	159	17,36
Outros municípios de MG		306	42,86	89	44,06	395	43,12
Rio de Janeiro		31	4,34	4	1,98	35	3,82
São Paulo		46	6,44	6	2,97	52	5,68
Bahia		62	8,68	15	7,43	77	8,41
Pernambuco		26	3,64	1	0,50	27	2,95
Espírito Santo		20	2,80	2	0,99	22	2,40
Outras UFs		66	9,24	7	3,47	73	7,97
UFs não identificadas		20	2,80	2	0,99	22	2,40
Exterior (*)		3	0,42	1	0,50	4	0,44
Subtotal (**)		580	81,23	127	62,87	707	77,18
Sem informação		31	4,34	19	9,41	50	5,46
TOTAL (***)		714	100,00	202	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte, 1998.

Org.; DITPL. 1998.

(*) África, Bolívia e Equador.

(**) Exclui população nascida no município de Belo Horizonte.

(***) Inclui Belo Horizonte, subtotal e sem informação.

Tabela 2.17 - População de rua não nascida em Belo Horizonte segundo sexo e tempo de residência no município - Belo Horizonte - 1998

TEMPO DE MORADIA EM BELO HORIZONTE	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Até 1 mês (30 dias)	103	16,86	11	7,53	114	15,06
Mais de 1 mês até 3 meses	41	6,71	8	5,48	49	6,47
Mais de 3 meses até 6 meses	53	8,67	8	5,48	61	8,06
Mais de 6 meses até 1 ano	49	8,02	3	2,05	52	6,87
Mais de 1 ano até 3 anos	81	13,26	9	6,16	90	11,89
Mais de 3 anos até 5 anos	38	6,22	8	5,48	46	6,08
Acima de 5 anos	189	30,93	74	50,68	263	34,74
Sem informação	57	9,33	25	17,12	82	10,83
Total	611	100,00	146	100,00	757	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

Tabela 2.18 - População de rua por sexo e atividade exercida - Belo Horizonte - 1998

(%)			
ATIVIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Não executa atividade remunerada	8,68	17,33	10,59
Cata material reciclável	15,55	15,84	15,61
Lava/toma conta de carro	14,99	9,41	13,76
Pede ajuda	7,98	20,30	10,70
Chapa/carregador de caminhão	13,73	0,00	10,70
Pintor/pedreiro	10,78	0,50	8,52
Vendedor ambulante/camelô	6,72	7,43	6,88
Biscate	4,76	2,48	4,26
Doméstica	0,84	10,89	3,06
Artesão	2,10	0,50	1,75
Rouba	0,84	0,00	0,66
Consertos diversos	0,42	0,00	0,33
Aposentado	0,14	0,00	0,11
Outras atividades	13,44	2,97	11,13
Sem informação	10,92	17,33	12,34
N (**)	714	202	916

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

(**) Corresponde às quantidades absolutas de moradores de rua, por sexo, sobre as quais foram calculados os percentuais de cada coluna.

Obs.: Os percentuais relativos à cada coluna podem ultrapassar 100% porque alguns moradores de rua declararam exercer mais de uma atividade.

Tabela 2.19 - População de rua por tipo de local de pernoite e permanência segundo tipo de serviço de saúde ao qual já recorreu - Belo Horizonte - 1998

(%)

TIPO DE SERVIÇO	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSPITAIS	SOB VIADUTOS	PRAÇAS	OUTROS LOGRADOUROS	TOTAL
Hospital (clínica geral)	54,26	54,48	49,50	25,00	52,28
Hospital psiquiátrico	6,91	1,49	8,00	0,00	5,89
Maternidade	0,53	3,73	2,50	0,00	2,09
Posto de saúde, ambulatório	14,89	12,69	7,00	0,00	11,22
Clinica para viciados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pronto socorro	20,74	32,09	33,50	25,00	28,52
Outros (1)	5,85	2,24	5,00	25,00	4,75
Já recorreu mas não informou o tipo de serviço	4,26	2,24	3,00	25,00	3,42
N (*)	188,00	134,00	200,00	4,00	526,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

(1) CERSAM, dentista, laboratório, policlínica.

(*) Corresponde às quantidades absolutas de pessoas que já recorreram a algum serviço de saúde, por tipo de logradouro, sobre as quais foram calculados os percentuais de cada coluna.

Obs.: Os percentuais relativos à cada coluna podem ultrapassar 100% porque alguns moradores de rua declararam ter recorrido a mais de um tipo de serviço de saúde.

Tabela 2.20 - População de rua por local de pernoite e permanência e existência de menores sob sua responsabilidade - Belo Horizonte - 1998

SITUAÇÃO	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSP.		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Tem menores	6	1,71	54	26,87	28	7,80	1	20,00	89	9,72
Não tem menores	337	96,01	127	63,18	278	77,44	4	80,00	746	81,44
Sem informação	8	2,28	20	9,95	53	14,76	0	0,00	81	8,84
Total	351	100,00	201	100,00	359	100,00	5	100,00	916	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

Tabela 2.21 - Distribuição etária da população com idade inferior a 18 anos que vive sob responsabilidade de moradores de rua, segundo local de pernoite e permanência
Belo Horizonte - 1998

FAIXA ETÁRIA	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSP.		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
0 a 1 ano	4	30,77	18	14,63	8	12,50	1	25,00	31	15,20
2 a 5 anos	3	23,08	42	34,15	23	35,94	1	25,00	69	33,82
6 a 9	2	15,38	26	21,14	15	23,44	2	50,00	45	22,06
10 a 13	3	23,08	21	17,07	8	12,50	0	0,00	32	15,69
14 a 17	1	7,69	16	13,01	9	14,06	0	0,00	26	12,75
Sem informação	0	0,00	0	0,00	1	1,56	0	0,00	1	0,49
Total	13	100,00	123	100,00	64	100,00	4	100,00	204	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

Tabela 2.22 - Distribuição etária da população com idade inferior a 18 anos que vive sob a responsabilidade de moradores de rua, segundo frequência à escola - Belo Horizonte - 1998

FAIXA ETÁRIA	FREQUENTA ESCOLA		NÃO FREQUENTA ESCOLA		SEM INFORMAÇÃO		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
6 anos	1	11,11	5	55,56	3	33,33	9	100,00
7 a 10	29	63,04	12	26,09	5	10,87	46	100,00
11 a 14	17	54,84	11	35,48	3	9,68	31	100,00
15 a 17	7	41,18	8	47,06	2	11,76	17	100,00
Sem informação	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
Total	54	51,92	36	34,62	14	13,46	104	100,00

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Org.: DITPL. 1998.

Obs.: As crianças com idade inferior a 6 anos não foram consideradas.

Indicadores de Saúde

Tabela 2.23 - Distribuição das unidades assistenciais do SUS/BH, segundo setor e tipo de unidade - Belo Horizonte - 1998

TIPO DE UNIDADE	PRÓPRIAS	SETOR CONTRATADO /CONVENIADO
Básica	126	**198
Referência secundária	12	44
CERSAM (urgência) e Centro de Convivência	10	-
Apoio Diagnóstico Terapêutico	8	155
Unidade de Urgência 24 horas	*5	15
Hospitais	1	55
Total	162	467

Fonte: PBH. SMSA. Sistema de Informação/DEPLAR. 2000.

*Incluindo o Hospital Odilon Behrens, além das Unidades de Urgência 24 horas

**Consultórios Médicos (CONASP), Sindicatos, Ambulatórios de Hospitais, dentre outros.

Tabela 2.24 - Unidades assistenciais ambulatoriais (próprias) da Secretaria Municipal de Saúde Belo Horizonte - 2000

DISTRITO SANITÁRIO	CENTRO DE SAÚDE	LABORATÓRIO	POLICLÍNICA	UNIDADE ESPECIALIZADA	UNIDADE EMERGÊNCIA	TOTAL
Barreiro	17	0	0	5	1	23
Centro Sul	11	3*	2	1	0	17
Leste	13	1	2	3	0	19
Nordeste	19	0	0	1	0	20
Noroeste	19	1	1	3	0	24
Norte	14	1	0	1	1	17
Oeste	14	1	1	0	1	17
Pampulha	8	0	0	2	0	10
Venda Nova	12	0	0	0	1	13
Total	127	7	6	16	4	160

Fonte: PBH. SMSA. 2000.

*Incluindo Laboratório Central.

Obs: Existem atualmente 128 áreas de abrangência, onde, além dos 127 centros de saúde se inclui o PAM Saudade.

O atendimento hospitalar é feito através de 49 hospitais, sendo 48 conveniados e 1 próprio.

Tabela 2.25 - Distribuição dos atendimentos realizados pelo resgate por faixa etária Belo Horizonte - 1999¹

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
< 1 ano	5	2	3	2	4	7	7	3	3	3	23
01 a 04 anos	4	6	6	4	7	13	5	11	5	6	40
05 a 09 anos	8	12	15	16	17	28	27	28	16	18	117
10 a 14 anos	42	24	36	29	31	47	43	37	43	44	214
15 a 19 anos	70	111	115	87	106	96	110	119	114	118	557
20 a 29 anos	263	247	249	246	309	307	337	286	302	339	1571
30 a 49 anos	299	320	329	286	317	358	384	405	400	413	1960
50 a 69	93	116	139	118	123	137	153	132	149	141	712
> 70 anos	49	54	63	56	77	91	82	100	64	66	403
Ignorado	30	45	57	46	70	67	107	66	43	75	358
Total	863	937	1.012	890	1.061	1.151	1.255	1.187	1.139	1.223	5.955

Fonte: PBH. SMSA. Setor Urgência e Emergência/Resgate. 2000.

(1) Dados de janeiro a outubro de 1999.

Tabela 2.26 - Frequência de atendimentos ambulatoriais (básicos, de média e de alta complexidade) realizados pelo SUS-BH na rede própria, contratada e conveniada
Belo Horizonte - 1999

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		ACUM. NO ANO	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A.V.E.I.A.N.M.	864.452	45,76	922.187	47,35	804.984	41,21	985.894	43,96	1.139.343	48,50	904.739	42,0	1.104.475	47,02	868.183	41,30	945.533	42,18	3.822.930	43,22
Consulta médica	350.322	18,54	353.542	18,15	404.098	20,68	434.324	19,37	423.639	18,03	446.623	20,8	400.287	17,04	395.779	18,83	428.748	19,13	1.671.437	18,90
Cons. médica (proced.)	19.614	1,04	18.115	0,93	21.281	1,09	21.264	0,95	22.255	0,95	21.190	1,0	19.263	0,82	19.374	0,92	19.542	0,87	79.369	0,90
Atend. odontológico	55.121	2,92	43.785	2,25	55.047	2,82	82.560	3,68	73.992	3,15	79.069	3,7	75.892	3,23	65.459	3,11	88.166	3,93	308.586	3,49
Radiodiagnóstico	56.480	2,99	56.255	2,89	66.078	3,38	64.940	2,90	70.602	3,01	73.439	3,4	68.815	2,93	65.130	3,10	67.519	3,01	274.903	3,11
Medicina nuclear *	231	0,01	331	0,02	461	0,02	474	0,02	556	0,02	597	0,0	490	0,02	543	0,03	560	0,02	2.190	0,02
Ultra-sonografia	4.045	0,21	4.941	0,25	5.814	0,30	6.442	0,29	7.088	0,30	6.919	0,3	6.150	0,26	6.121	0,29	6.702	0,30	25.892	0,29
Outros exames Imag. *	2.864	0,15	2.733	0,14	2.828	0,14	2.804	0,13	3.242	0,14	3.443	0,2	3.308	0,14	3.605	0,17	3.123	0,14	13.479	0,15
Patologia clínica	369.720	19,57	388.377	19,94	417.910	21,39	458.937	20,46	430.155	18,31	435.374	20,3	428.372	18,24	446.249	21,23	457.428	20,40	1.788.023	19,99
Hemodinâmica *	231	0,01	258	0,01	279	0,01	313	0,01	349	0,01	362	0,0	339	0,01	323	0,02	330	0,01	1.354	0,02
Outros exames espec.	31.276	1,66	33.244	1,71	40.518	2,07	45.434	2,03	45.178	1,92	49.214	2,3	55.613	2,37	47.748	2,27	48.228	2,15	200.803	2,27
Dialise *	16.044	0,85	14.917	0,77	16.707	0,86	16.422	0,73	16.727	0,71	17.042	0,8	18.094	0,77	17.304	0,82	16.681	0,74	69.121	0,78
Radioterapia *	23.898	1,26	23.178	1,19	25.504	1,31	25.908	1,16	24.688	1,05	26.016	1,2	28.142	1,20	29.589	1,41	26.650	1,19	110.397	1,25
Quimioterapia *	3.045	0,16	2.852	0,15	2.596	0,13	3.365	0,15	3.438	0,15	3.414	0,2	3.749	0,16	3.991	0,19	3.755	0,17	14.909	0,17
Fisioterapia	32.980	1,75	36.117	1,85	36.132	1,85	34.741	1,55	39.851	1,70	40.100	1,9	40.493	1,72	39.062	1,86	40.131	1,79	159.786	1,81
Outras terapias espec. *	30.993	1,64	32.194	1,65	31.764	1,63	29.820	1,33	34.222	1,46	33.400	1,6	70.779	3,01	70.598	3,36	71.360	3,18	246.137	2,78
Prótese e órtese *	27.889	1,48	14.524	0,75	21.594	1,11	29.095	1,30	13.804	0,59	10.394	0,5	24.646	1,05	23.040	1,10	17.302	0,77	75.382	0,85
Total	1.889.205	100,0	1.947.550	100,0	1.953.585	100,0	2.242.737	100,0	2.348.129	100,0	2.151.935	100,0	2.348.907	100,0	2.102.098	100,0	2.241.758	100,0	8.844.698	100,0

Fonte: PBH, SMSA, DEPLAR. Controle e avaliação ambulatorial. 2000.

*Procedimentos de alto custo

**AVEI/ANM - Ações de vigilância epidemiológica, imunização e ações não médicas

**Tabela 2.27 - Principais causas de internações hospitalares realizadas pela Central de Internação nos Hospitais do SUS
Belo Horizonte - 1999**

ESPECIFICAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Artroscopia cirúrgica do joelho	*	73	99	56	103	*	84	123	98	97	102	85	589
AVC agudo	105	115	150	115	116	100	102	109	89	90	102	88	680
Broncopneumonia	*	66	132	139	97	*	*	*	*	*	*	*	0
Broncopneumonia em lactente	65	92	180	193	133	101	100	*	*	*	*	*	201
Colecistectomia	230	220	290	155	249	209	209	278	211	213	222	193	1.535
Colpoperineoplastia anterior e posterior	101	76	105	62	*	94	95	105	103	93	87	84	661
Crise asmática	102	142	296	235	199	144	132	*	*	*	*	82	358
Curetagem semiótica	*	62	*	48	*	86	92	*	82	85	*	77	422
Hemorrroidectomia	80	83	133	68	117	111	94	111	*	89	87	74	566
Hemiorrafia inguinal (unilateral)	368	360	485	240	417	387	411	477	417	346	376	310	2.724
Hemiorrafia umbilical	60	61	94	38	*	*	*	123	97	*	85	*	305
Histerectomia total	63	87	128	57	102	*	95	93	98	*	*	*	286
Insuficiência cardíaca	213	176	231	244	238	249	256	222	210	201	219	181	1.538
Insuficiência coronariana aguda	60	*	*	78	*	*	*	*	*	*	83	69	152
Orquidopexia unilateral	85	*	*	34	92	*	*	*	*	*	92	*	92
Parto normal c/ atend. recém nascido	137	154	147	150	140	139	111	110	104	108	187	246	1.005
Pielonefrites	105	83	101	127	*	*	*	*	*	*	*	*	0
Pneumonia bacteriana	106	81	97	141	167	196	191	124	104	116	121	107	959
Pneumonias do lactente	*	*	90	111	*	96	*	*	*	*	*	*	96
Ressecção endoscópica da próstata	87	68	110	57	114	104	*	*	97	102	*	71	374
Safenectomia interna rad. (um membro)	98	86	139	76	103	107	99	127	114	103	129	118	797
Salpingectomia uni ou bilateral	142	125	169	146	152	161	157	199	155	170	180	133	1.155
Tratamento em psiquiatria	161	163	143	181	158	173	193	189	190	182	190	176	1.293
Tratamento em reabilitação	72	*	*	9	*	98	102	112	79	*	*	*	381
Outros	3.944	4.029	5.307	3.249	4.712	4.487	5.048	6.230	5.403	5.230	5.288	4.555	36.241
Total	6.404	6.402	8.626	6.009	7.409	7.042	7.571	8.732	7.651	7.225	7.550	6.649	52.420

Fonte: PBH, SMSA, DEPLAR. Central de Internação, 2000.

* Não se encontra neste mês entre as 20 principais causas de internação.

Tabela 2.28 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1996

ESPECIFICAÇÃO		ESPECIALIZADA				URGÊNCIA				BÁSICA				TOTAL		
		Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unid. amb. da SMSA	Total	
Alergia e imuno		113	2.489	6.972	9.574	0	515	861	1.376	-	-	-	113	3.004	7.833	10.950
Anestesiologia		113	0	0	113	1.171	0	0	1.171	-	-	-	-	1.284	0	1.284
Angiologia		511	1.365	6.514	8.390	0	318	0	318	-	-	-	-	511	1.683	8.708
Cancerologia		41.904	0	0	41.904	151	0	0	151	-	-	-	-	42.055	0	42.055
Cardiologia		42.790	10.091	40.247	93.128	8.958	973	0	9.931	-	-	-	-	51.748	11.064	103.059
Orçurgia cardiovascular		748	0	0	748	143	0	0	143	-	-	-	-	891	0	891
Orçurgia cabeça pesçoço		1.899	78	0	1.977	761	101	0	862	-	-	-	-	2.660	179	2.839
Orçurgia geral		42.166	2.909	19.727	64.802	75.475	21.661	38.040	135.176	-	-	-	-	117.641	24.570	199.978
Orçurgia pediátrica		6.500	0	6.885	13.385	754	4.611	0	5.365	-	-	-	-	7.254	4.611	18.750
Orçurgia plastica		1.539	580	5.083	7.202	19.379	1.095	0	20.474	-	-	-	-	20.918	1.675	27.676
Orçurgia vascular		2.486	285	0	2.771	500	764	0	1.264	-	-	-	-	2.986	1.049	4.035
Dermatologia		35.795	4.312	24.454	64.561	2.020	85	0	2.105	-	-	-	-	37.815	4.397	66.666
Endocrinologia		12.275	3.286	21.924	37.485	288	230	0	518	-	-	-	-	12.563	3.516	38.003
Enfermeira		0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0
Fisiatría		13.711	0	3.303	17.014	1	0	0	1	-	-	-	-	13.712	0	17.015
Gastroenterologia		21.000	1.334	7.140	29.474	48	42	0	90	-	-	-	-	21.048	1.376	29.564
Ginecol/Obstetricia		0	0	0	0	21.603	11.899	0	33.502	144.570	9.386	282.722	436.678	166.173	21.285	282.722
Hansenologia		685	0	0	685	194	0	0	194	-	-	-	-	879	0	879
Hematologia		17.515	426	0	17.941	0	8	0	8	-	-	-	-	17.515	434	17.949
Homeopatia		0	310	4.440	4.750	0	0	0	0	-	-	-	-	0	310	4.750
Mastologia		0	0	2.291	2.291	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	2.291
Infectologia		0	0	9.745	9.745	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	9.745
Med. internacI. geral		0	0	0	0	47.474	10.847	144.940	203.261	317.650	28.934	460.090	806.674	365.124	39.781	1.009.935
Nefrologia		5.151	624	3.167	8.942	104	0	0	104	-	-	-	-	5.255	624	9.046
Neurocirurgia		0	1	0	1	0	0	0	0	-	-	-	-	0	1	1
Neurologia		27.219	4.683	22.929	54.831	1.155	4.221	2.268	7.644	-	-	-	-	28.374	8.904	62.475
Obstetricia		28.865	4.642	0	33.507	1.831	2.189	0	4.020	-	-	-	-	30.696	6.831	37.527
Oftalmologia		98.138	5.100	31.980	135.218	34.755	498	670	35.923	-	-	-	-	132.893	5.598	171.141
Ortopedia/traumat		39.346	8.452	36.802	84.600	51.854	35.710	2.086	89.650	-	-	-	-	91.200	44.162	174.250
Otorrino		18.017	6.496	33.604	58.117	14.266	498	0	14.764	-	-	-	-	32.283	6.994	72.881

Tabela 2.28 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1996

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA				URGÊNCIA				BÁSICA				TOTAL			
	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total
Pediatria	0	0	0	0	34.708	6.476	132.640	173.824	183.153	12.073	495.875	691.101	217.861	18.549	628.515	864.925
Plantonista	926	0	0	926	777.026	0	0	777.026	-	-	-	-	777.952	0	0	777.952
Pneumologia	22.316	590	7.980	30.886	988	5	0	993	-	-	-	-	23.304	595	7.980	31.879
Proctologia	2.354	224	7.956	10.534	2.225	55	0	2.280	-	-	-	-	4.579	279	7.956	12.814
Psiquiatria	43.550	4.763	57.587	105.900	2	0	0	2	-	-	-	-	43.552	4.763	57.587	105.902
Reumatologia	6.928	1.253	5.917	14.058	12	122	0	134	-	-	-	-	6.940	1.375	5.917	14.232
Saude ocupacional	0	0	4.338	4.338	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	4.338	4.338
Tisiologia	0	0	9.431	9.431	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	9.431	9.431
Urologia-dst	16.505	2.340	28.174	47.019	3.041	863	0	3.904	-	-	-	-	19.546	3.203	28.174	50.923
TOTAL	551.065	66.633	408.590	1.026.288	1.100.887	103.786	321.505	1.526.178	645.373	50.393	1.238.687	1.934.453	2.297.325	220.812	1.968.782	4.486.919

Fonte: SUS, SJA, 2000.

Tabela 2.29 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1997

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA			URGÊNCIA			BÁSICA			TOTAL		
	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total
Alergia e imuno	114	2.936	7.102	10.152	0	0	562	562	-	2.936	7.664	10.714
Anestesiologia	60	0	0	60	989	0	0	989	-	1.049	0	1.049
Angiologia	451	1.692	7.341	9.484	0	0	0	0	-	451	7.341	9.484
Cancerologia	41.276	0	0	41.276	197	0	0	197	-	41.473	0	41.473
Cardiologia	34.204	11.036	48.168	93.408	6.120	0	0	6.120	-	40.324	48.168	99.528
Cirurgia cardiovascular	996	0	0	996	194	0	0	194	-	1.190	0	1.190
Cirurgia cabeça pescoço	1.485	296	0	1.781	324	319	0	643	-	1.809	615	2.424
Cirurgia geral	30.305	50	16.601	46.956	67.842	38.516	49.699	156.057	-	98.147	66.300	203.013
Cirurgia pediátrica	5.270	11.041	9.192	25.503	77	6.537	0	6.614	-	5.347	17.578	32.117
Cirurgia plástica	2.131	310	4.755	7.196	24.319	2.663	0	26.982	-	26.450	2.973	34.178
Cirurgia vascular	1.418	0	0	1.418	589	0	0	589	-	2.007	0	2.007
Dermatologia	30.926	4.216	24.027	59.169	4.871	5	0	4.876	-	35.797	24.027	64.045
Endocrinologia	9.906	3.267	24.383	37.556	711	0	0	711	-	10.617	24.383	38.267
Enfermeira	0	0	0	0	0	13.429	0	13.429	-	0	0	13.429
Fisioterapia	5.350	0	3.032	8.382	0	0	0	0	-	5.350	0	8.382
Gastroenterologia	17.303	1.863	10.032	29.198	17	0	0	17	-	17.320	10.032	29.215
Ginecol/Obstetrícia	0	0	0	0	20.245	4.124	0	24.369	9.411	13.535	340.826	496.695
Hansenologia	399	0	0	399	42	0	0	42	-	441	0	441
Hematologia	16.450	33	0	16.483	9	0	0	9	-	16.459	0	16.492
Honeopatia	0	459	9.259	9.718	0	0	0	0	-	0	9.259	9.718
Mastologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0
Infectologia	3.812	0	25.416	29.228	0	0	0	0	-	3.812	0	29.228
Med. internac'l. geral	0	0	0	0	33.703	11.000	198.166	242.869	40.489	51.489	672.285	996.516
Nefrologia	4.683	677	3.796	9.156	463	0	0	463	-	5.146	3.796	9.619
Neurocirurgia	0	0	143	143	0	0	0	0	-	0	143	143
Neurologia	22.135	8.501	23.915	54.551	138	0	2.971	3.109	-	22.273	26.886	57.660
Obstetrícia	27.103	4.812	0	31.915	3.128	0	0	3.128	-	30.231	4.812	35.043
Oftalmologia	89.022	4.649	37.289	130.960	42.038	0	0	42.038	-	131.060	4.649	172.998
Ortopedia/traumat	60.987	9.008	40.731	110.726	15.476	69.504	13.880	98.860	-	76.463	54.611	209.586
Otorrino	17.222	6.656	40.797	64.675	13.892	0	0	13.892	-	31.114	40.797	78.567

(continua)

Tabela 2.29 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1997

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA				URGÊNCIA				BÁSICA				TOTAL			
	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total
Pediatria	0	0	0	0	27.255	0	166.287	193.542	116.705	19.085	522.845	658.635	143.960	19.085	689.132	852.177
Plantonista	73	0	0	73	847.776	0	0	847.776	-	-	-	-	847.849	0	0	847.849
Pneumologia	21.742	623	10.183	32.548	1.030	5	0	1.035	-	-	-	-	22.772	628	10.183	33.583
Proctologia	40	225	9.123	9.388	3.139	0	0	3.139	-	-	-	-	3.179	225	9.123	12.527
Psiquiatria	41.667	4.963	69.382	116.012	1	0	0	1	-	-	-	-	41.668	4.963	69.382	116.013
Reumatologia	5.837	586	12.199	18.622	0	0	0	0	-	-	-	-	5.837	586	12.199	18.622
Saúde ocupacional	0	0	6.123	6.123	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	6.123	6.123
Tisiologia	0	0	7.478	7.478	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	7.478	7.478
Urologia-dst	16.720	1.551	27.113	45.384	2.792	1.748	0	4.540	-	-	-	-	19.512	3.299	27.113	49.924
TOTAL	509.087	79.450	477.580	1.066.117	1.117.377	147.850	431.565	1.696.792	477.833	68.985	1.337.790	1.884.608	2.104.297	296.285	2.246.935	4.647.517

Fonte: SUS. SIA. 2000.

Tabela 2.30 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1998

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA				URGÊNCIA				BÁSICA				TOTAL			
	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total
Alergia e imuno	84	3.056	8.614	11.754	0	3.373	587	3.960	-	-	-	-	84	6.429	9.201	15.715
Anestesiologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0	0
Angiologia	4.548	0	9.020	13.568	0	0	0	0	-	-	-	-	4.548	0	9.020	13.568
Cancerologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0	0
Cardiologia	32.605	11.052	45.572	89.229	6.852	12.200	0	19.052	-	-	-	-	39.456	23.252	45.572	108.281
Cr. cardiovascular	1.338	0	0	1.338	68	0	0	68	-	-	-	-	1.406	0	0	1.406
Cr. cabeça pescoço	532	0	0	532	19	0	0	19	-	-	-	-	551	0	0	551
Crirurgia geral	62.930	759	18.339	82.028	18.000	838	52.411	71.249	-	-	-	-	80.930	1.597	70.750	153.277
Crirurgia pediátrica	9.035	868	9.363	19.266	506	958	0	1.464	-	-	-	-	9.541	1.826	9.363	20.730
Crirurgia plastica	14.536	1.229	4.634	20.399	287	1.357	0	1.644	-	-	-	-	14.824	2.586	4.634	22.044
Crirurgia vascular	2.850	39	0	2.889	5	43	0	48	-	-	-	-	2.855	82	0	2.937
Dermatologia	36.420	2.516	24.401	63.337	658	2.777	0	3.435	-	-	-	-	37.078	5.293	24.401	66.772
Endocrinologia	13.399	3.546	23.847	40.792	105	3.914	0	4.019	-	-	-	-	13.504	7.460	23.847	44.811
Enfermeira	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0	0
Fisiatría	712	0	3.258	3.970	0	0	0	0	-	-	-	-	712	0	3.258	3.970
Gastroenterologia	24.521	1.710	11.670	37.901	136	1.888	0	2.024	-	-	-	-	24.657	3.598	11.670	39.925
Ginecol/Obstetricia	0	0	0	0	251	7.333	0	7.584	259.447	6.643	380.169	646.259	259.698	13.976	380.169	653.843
Hansenologia	327	0	0	327	0	0	0	0	-	-	-	-	327	0	0	327
Hematologia	41.685	330	0	42.015	63	364	0	427	-	-	-	-	41.748	694	0	42.443
Honeopatia	1.046	423	12.605	14.074	0	467	0	467	-	-	-	-	1.046	890	12.605	14.541
Mastologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0	0
Infectologia	9.153	0	27.881	37.034	0	0	0	0	-	-	-	-	9.153	0	27.881	37.034
Med. interna/cl. geral	0	0	0	0	81.039	18.619	221.732	321.390	294.916	16.867	607.448	919.231	375.955	35.486	829.180	1.240.621
Nefrologia	6.989	369	5.248	12.606	249	407	0	657	-	-	-	-	7.238	776	5.248	13.262
Neurocirurgia	149	11	1.345	1.505	0	12	0	12	-	-	-	-	149	23	1.345	1.518
Neurologia	26.628	8.162	27.017	61.807	100	9.010	488	9.598	-	-	-	-	26.728	17.172	27.505	71.405
Obstetricia	40.193	2.223	0	42.416	0	2.454	0	2.454	-	-	-	-	40.193	4.677	0	44.870
Oncologia clinica	105.693	4.102	40.805	150.600	35.022	4.528	0	39.550	-	-	-	-	140.714	8.630	40.805	190.149
Oftalmologia	30.104	0	0	30.104	41	0	0	41	-	-	-	-	30.145	0	0	30.145
Ortopedia/traumat.	66.603	4.217	37.981	108.801	13.787	4.655	27.863	46.305	-	-	-	-	80.390	8.872	65.844	155.106

(continua)

Tabela 2.30 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1998

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA			URGÊNCIA			BÁSICA			TOTAL				
	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. Amb. da SMSA	Total		
Otorrino	27.010	388	42.952	70.350	56	428	0	485	-	-	-	816	42.952	70.835
Pediatria	0	0	0	0	225.462	3.489	170.997	399.948	168.546	3.161	646.510	818.217	6.650	1.218.165
Plantonista	58.648	0	0	58.648	503.701	90.677	0	594.379	-	-	-	-	562.349	653.027
Pneumologia	24.188	0	12.693	36.881	362	0	0	362	-	-	-	-	24.550	37.243
Proctologia	3.008	604	11.003	14.615	73	667	0	740	-	-	-	-	3.081	15.355
Psiquiatria	52.788	4.499	75.547	132.834	4.602	4.966	0	9.568	-	-	-	-	57.390	142.403
Reumatologia	8.790	617	10.294	19.701	24	681	0	705	-	-	-	-	8.814	20.406
Saude ocupacional	0	0	4.837	4.837	0	1.416	0	1.416	-	-	-	-	0	6.253
Tisiologia	0	0	8.131	8.131	0	0	0	0	-	-	-	-	0	8.131
Urologia-dst	23.651	2.470	26.416	52.537	781	2.727	0	3.508	-	-	-	-	24.432	56.045
TOTAL	730.164	53.190	503.473	1.286.827	892.250	180.251	474.078	1.546.579	722.909	26.671	1.634.127	2.383.707	2.345.323	5.217.113

(conclusão)

Fonte: SUS SIA 2000

Tabela 2.31 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1999

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA			URGÊNCIA			BÁSICA			TOTAL				
	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total		
Alergia e imuno	538	4.063	8.773	13.374	0	0	494	494	-	-	538	4.063	9.267	13.868
Anestesiologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0	0
Angiologia	6.227	0	7.044	13.271	34	0	0	34	-	-	6.261	0	7.044	13.305
Cancerologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0	0
Cardiologia	42.051	943	42.159	85.153	4.953	0	0	4.953	-	-	47.004	943	42.159	90.106
Orturgia Cardiovascular	133	0	0	133	25	0	0	25	-	-	158	0	0	158
Orturgia cabeça pescoço	5.969	0	0	5.969	73	0	0	73	-	-	6.042	0	0	6.042
Orturgia geral	68.372	625	14.300	83.297	14.977	2.431	48.359	65.767	-	-	83.349	3.056	62.659	149.064
Orturgia pediátrica	13.890	0	8.966	22.856	18	0	0	18	-	-	13.908	0	8.966	22.874
Orturgia plastica	18.873	1.491	4.594	24.958	74	0	0	74	-	-	18.947	1.491	4.594	25.032
Orturgia vascular	3.163	0	0	3.163	1.082	0	0	1.082	-	-	4.245	0	0	4.245
Dermatologia	65.430	2.538	25.265	93.233	2.402	0	0	2.402	-	-	67.832	2.538	25.265	95.635
Endocrinologia	15.449	2.517	21.784	39.750	17	0	0	17	-	-	15.466	2.517	21.784	39.767
Enfermeira	0	0	0	0	3.967	1.306	0	5.273	-	-	3.967	1.306	0	5.273
Fisiatra	768	0	2.625	3.393	0	0	0	0	-	-	768	0	2.625	3.393
Gastroenterologia	23.601	2.794	10.871	37.266	14	0	0	14	-	-	23.615	2.794	10.871	37.280
Ginecol/Obstetricia	0	0	0	0	0	0	0	0	196.855	10.249	394.985	10.249	394.985	602.089
Hansenologia	595	0	0	595	0	0	0	0	-	-	595	0	0	595
Hematologia	44.257	1.082	0	45.339	1	0	0	1	-	-	44.258	1.082	0	45.340
Horneopatia	0	842	9.728	10.570	0	0	0	0	-	-	0	842	9.728	10.570
Mastologia	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0	0
Imunogenética	0	0	112	112	0	0	0	0	-	-	0	0	112	112
Infectologia	8.235	0	26.280	34.515	0	0	0	0	-	-	8.235	0	26.280	34.515
Med. interna/cl. geral	0	0	0	0	39.088	5.472	34.372	78.932	241.074	1.914	577.787	820.775	612.159	899.707
Nefrologia	7.953	1.955	6.299	16.207	191	0	0	191	-	-	8.144	1.955	6.299	16.398
Neurocirurgia	4.644	0	1.155	5.799	0	0	0	0	-	-	4.644	0	1.155	5.799
Neurologia	41.308	1.464	27.387	70.159	4	0	0	4	-	-	41.312	1.464	27.387	70.163
Obstetricia	44.363	7.095	0	51.458	0	0	0	0	-	-	44.363	7.095	0	51.458
Oftalmologia	101.286	3.078	33.379	137.743	24.216	0	0	24.216	-	-	125.502	3.078	33.379	161.959
Oncologia clínica	62.828	0	0	62.828	43	0	0	43	-	-	62.871	0	0	62.871

(continua)

Tabela 2.31 - Distribuição de consultas médicas realizadas em Belo Horizonte pela rede própria e contratada - 1999

ESPECIFICAÇÃO	ESPECIALIZADA			URGÊNCIA			BÁSICA			TOTAL		
	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total	Unidade contratada	HOB	Unid. amb. da SMSA	Total
Ortopedia/traumat	77.914	667	30.223	108.804	17.020	1.800	24.605	43.425	-	-	-	54.828
Otorrino	24.685	0	36.523	61.208	239	0	0	239	-	-	0	36.523
Pediatria	0	0	0	0	9.153	3.015	26.459	38.627	207.669	6.803	637.871	852.343
Plantonista	13.072	1.641	3.731	18.444	729.628	185.011	302.023	1.216.662	-	-	-	186.652
Pneumologia	23.073	0	10.626	33.699	60	0	0	60	-	-	0	10.626
Proctologia	5.090	1.437	9.536	16.063	40	0	0	40	-	-	-	1.437
Psiquiatria	53.008	2.730	76.586	132.324	4	0	0	4	-	-	-	53.012
Reumatologia	9.621	2.085	8.161	19.867	27	0	0	27	-	-	-	2.085
Saúde ocupacional	0	5.603	4.197	9.800	0	0	0	0	-	-	0	5.603
Tisiologia	0	0	6.319	6.319	0	0	0	0	-	-	0	6.319
Urologia-dst	29.972	5.348	25.831	61.151	338	0	0	338	-	-	-	5.348
TOTAL	816.368	49.998	462.454	1.328.820	847.688	199.035	436.312	1.483.035	645.598	18.966	1.610.643	2.275.207

Fonte: SUS, SJA, 2000.

Tabela 2.32 - Caracterização dos nascidos vivos em Belo Horizonte - 1992-1999

ESPECIFICAÇÃO	1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%	Nascidos Vivos	%
Local de ocorrência:																
Hospital	36.524	99,60	40.763	99,40	41.134	99,40	42.047	99,80	41.396	99,80	42.092	99,90	40.481	99,80	40.455	99,80
Domicílio	152	0,40	255	0,60	255	0,60	80	0,20	76	0,20	45	0,10	49	0,10	63	0,20
Sexo:																
Masculino	18.924	51,00	20.929	51,00	20.967	50,90	21.534	51,10	21.198	51,10	21.589	51,20	20.561	50,70	20.739	51,20
Feminino	18.209	49,00	20.079	49,00	20.215	49,10	20.567	49,90	20.265	49,90	20.550	48,80	19.989	49,30	19.790	48,80
Peso ao nascer:																
<2500g	3.653	9,90	4.390	10,70	4.372	10,60	4.322	10,20	4.161	10,00	4.166	9,90	4.152	10,20	4.148	10,20
>=2500g	33.358	90,10	36.465	89,30	36.787	89,40	37.745	89,80	37.300	90,00	37.972	90,10	36.392	89,80	36.381	89,80
Duração gestação:																
<37 semanas	1.908	5,20	2.262	5,60	2.353	5,80	2.513	6,00	2.793	6,80	2.740	6,50	2.518	6,20	2.855	7,10
>=37 semanas	34.739	94,80	38.219	94,40	38.470	94,20	39.441	94,00	38.553	93,20	39.298	93,50	37.893	93,80	37.364	92,90
Tipo de gravidez:																
Única	36.226	97,90	40.121	98,10	40.258	97,90	41.244	97,90	40.603	97,90	41.296	98,00	39.762	98,10	39.724	98,00
Múltipla	762	2,10	798	1,90	878	2,10	852	2,00	872	2,10	846	2,00	783	1,90	814	2,00
Idade materna:																
<20 anos	4.851	13,50	5.705	14,10	6.024	14,70	6.504	15,50	6.953	16,80	7.109	16,90	7.138	17,60	6.894	17,00
20 - 34 anos	27.767	77,00	31.020	76,40	31.046	75,70	31.330	74,70	30.203	73,00	30.529	72,60	29.088	71,80	29.143	71,90
35 e mais	3.439	9,50	3.869	9,50	3.928	9,60	4.120	9,80	4.246	10,30	4.433	10,50	4.314	10,60	4.492	11,10
Tipo de parto:																
Espontâneo	20.875	56,40	23.019	56,30	22.616	54,90	22.761	54,10	22.346	53,90	22.657	53,80	22.419	55,30	23.333	57,60
Operatório	15.015	40,50	16.748	40,90	17.560	42,70	18.309	43,50	18.116	43,70	18.619	44,20	17.370	42,80	16.890	41,70
Fórceps	1.156	3,10	1.152	2,80	966	2,40	1.005	2,40	1.000	2,40	851	2,00	752	1,90	291	0,70
Grau instr. da mãe																
<8 anos	20.758	58,20	23.473	59,20	22.885	58,60	23.121	58,20	22.142	55,60	22.349	54,70	20.552	52,50	19.261	49,70
>=8 anos	14.909	41,80	16.180	40,80	16.167	41,40	16.601	41,80	17.714	44,40	18.521	45,30	18.577	47,50	19.468	50,30

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. SINASC. Declaração de nascidos vivos. 2000.
Dados trabalhados pelo Núcleo de Epidemiologia/SMISA, 2000.

Tabela 2.33 - Número de óbitos, população e coeficiente de mortalidade geral - Belo Horizonte - 1993-1997

ANO	ÓBITOS	POPULAÇÃO	COEFICIENTE DE MORTALIDADE/100.000
1993	13.657	2.060.806	662,70
1994	14.315	2.084.100	686,87
1995	12.338	2.106.819	585,62
1996	12.380	2.091.371	591,96
1997	12.961	2.109.225	614,49

Fontes: IBGE. Censo demográfico. 1991.
_____. Contagem populacional. 1996.
BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM. 2000.
Org.: NEPI/SMSA. 2000.

Tabela 2.34 - Número de óbitos por faixa etária e sexo - Belo Horizonte - 1993-1997

FAIXA ETÁRIA	1993			1994			1995			1996			1997		
	Masc.	Fem.	Ignorado	Total	Masc.	Fem.	Ignorado	Total	Masc.	Fem.	Ignorado	Total	Masc.	Fem.	Total
< 1 ano	804	615	-	1419	800	585	8	1393	635	472	-	1112	634	409	-
01-04 anos	131	108	2	241	128	111	2	241	75	75	-	150	85	72	-
05-09 anos	39	48	-	87	50	52	1	103	41	31	-	72	29	12	-
10- 14 anos	63	39	-	102	79	44	-	123	68	31	-	99	41	27	-
15-19 anos	128	48	1	177	155	53	-	208	147	56	-	203	111	64	-
20-29 anos	453	181	-	634	527	201	1	729	457	149	3	609	309	126	-
30-39 anos	670	324	-	994	805	337	4	1.146	633	273	2	908	542	240	-
40-49 anos	757	417	1	1.175	799	466	3	1.268	693	379	2	1.074	720	364	-
50-59 anos	998	627	2	1.627	974	639	7	1.620	851	518	4	1.373	859	548	1
60-69 anos	1.216	882	6	2.104	1.221	935	16	2.172	1.011	830	7	1.848	1.111	853	4
70-79 anos	1.143	1.093	2	2.238	1.110	1.162	9	2.281	977	1.079	11	2.067	1.083	1.090	4
80 ou mais	805	1.240	6	2.051	816	1.501	14	2.331	754	1.266	15	2.035	870	1.496	2
Ignorado	434	334	40	808	349	308	43	700	441	320	27	788	354	287	33
Total	7.641	5.956	60	13.657	7.813	6.394	108	14.315	6.783	5.479	76	12.338	6.748	5.588	44

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM. 2000.
Org.: NEPI. SMSA. 2000.

Tabela 2.35 - Número de óbitos por causa - Belo Horizonte - 1996-1998

CAUSA (CAPÍTULO CID10)	1996	1997	1998
Algumas doenças parasitárias	838	742	905
Neoplasias (tumores)	1.818	1.907	1.978
Doenças do sangue, órgãos hemat. e transtornos imunitários	53	55	69
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	466	433	413
Transtornos mentais e comportamentais	88	97	90
Doenças do sistema nervoso	214	233	222
Doenças do olho e anexos	0	0	1
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3	0	0
Doenças do aparelho circulatório	4.007	4168	4.019
Doenças do aparelho respiratório	1.536	1550	1.777
Doenças do aparelho digestivo	603	645	637
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	37	38	37
Doenças do sist. osteomuscular e tec. conjuntivo	66	62	48
Doenças do aparelho geniturinário	178	224	222
Gravidez parto e puerpério	18	13	14
Algumas afec. originadas no período perinatal	1.254	1.132	975
Malf. cong. deformid. e anomalias cromossômicas	147	153	130
Sintomas sinais e achados anormais ao exame clínico e laboratorial	253	335	562
Lesões enven. e alg. out. conseq. causas externas	4	6	1
Causas externas de morbidade e mortalidade	793	1.322	1269
Contatos com serviço de saúde	3	0	0
Não codificado	1	0	0
Total	12.380	13.115	13.369

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM*, 2000.

Org.: NEPI. SMSA. 2000.

Tabela 2.36 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1993

CAUSA (CAP, CID9)	< 1 ANO	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 OU MAIS	IGNORADO	TOTAL
Doenças infecciosas e parasitárias	217	35	7	7	8	28	40	58	81	95	68	46	4	694
Neoplasmas	3	12	12	16	10	37	78	136	333	420	386	237	-	1.680
Doenças endócrinas, nutricionais, metabólicas e transtornos imunitários	89	20	2	-	3	82	93	83	81	121	123	100	4	801
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	22	5	-	2	-	2	3	4	6	4	12	12	-	72
Transtornos mentais	-	-	-	-	2	7	25	23	15	12	4	2	-	90
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos sentidos	37	20	9	4	5	15	20	28	14	16	28	19	2	217
Doenças do aparelho circulatório	11	23	10	6	19	86	252	410	613	885	1.000	937	18	4.270
Doenças do aparelho respiratório	207	69	14	14	19	39	74	100	132	206	313	377	4	1.568
Doenças do aparelho digestivo	12	3	4	1	6	31	87	105	122	106	83	81	3	644
Doenças do aparelho geniturinário	7	5	-	2	3	6	16	23	37	31	48	56	-	234
Complicações da gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	1	6	8	3	-	-	-	-	-	18
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	-	-	-	-	-	1	1	-	1	4	8	11	-	26
Doenças do sistema osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	2	1	1	8	2	5	9	3	5	-	36
Anomalias congênitais	114	5	3	-	2	3	-	6	3	3	-	1	17	157
Algumas afeições origin no período perinatal	646	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	727	1.376
Sintomas sinais e afeições mal definidas	40	17	4	5	13	37	59	62	76	92	91	104	10	610
Causas externas	9	19	18	25	55	173	145	77	68	53	41	33	6	722
Total	1.414	235	83	84	147	555	909	1.120	1.587	2.057	2.208	2.021	795	13.215

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM. 2000.

Org.: NEPI. SMSA. 2000.

Obs: não incluídos os óbitos por doenças sem identificação CID

Tabela 2.37 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1994

CAUSA (CAP - CID9)	< 1 ANO	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 OU MAIS	IGNORADO	TOTAL
Doenças infecciosas e parasitárias	196	39	5	5	2	27	47	52	70	72	71	61	4	651
Neoplasmas	4	13	15	12	19	41	97	172	334	451	383	285	-	1.826
Doenças endócrinas, nutricionais, metabólicas e transtornos imunitários	51	19	2	3	4	64	118	80	105	115	119	92	2	774
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	12	7	1	1	3	2	9	7	4	9	10	9	-	74
Transtornos mentais	-	-	-	-	-	4	30	25	10	14	8	11	-	102
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos sentidos	34	12	7	3	8	19	16	20	14	21	14	28	1	197
Doenças do aparelho circulatório	14	11	6	6	16	72	240	404	617	924	1.009	1.036	1	4.356
Doenças do aparelho respiratório	178	76	14	13	12	52	111	103	136	226	329	459	4	1.713
Doenças do aparelho digestivo	14	6	3	4	5	26	106	131	100	98	87	88	1	669
Doenças do aparelho geniturinário	8	3	2	1	-	5	21	18	28	44	61	56	-	247
Complicações da gravidez, parto e puerpério	-	-	-	-	-	2	3	-	1	-	-	-	-	6
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	-	-	-	-	-	-	2	3	2	5	7	7	-	26
Doenças sistêmicas musculares e tec conjuntivo	1	-	1	2	1	4	4	6	5	9	6	9	-	48
Anomalias congênitas	102	5	2	-	7	1	2	1	6	4	6	8	12	156
Algumas afecções originadas no período perinatal	729	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	672	1.402
Sintomas sinais e afecções mal definidas	29	18	6	6	6	42	52	75	90	94	77	127	-	622
Causas externas	20	32	39	67	125	367	287	170	96	84	89	53	1	1.430
Total	1.392	241	103	123	208	728	1.145	1.268	1.618	2.170	2.276	2.329	698	14.299

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM. 2000.

Org.: NEPI, SMSA, 2000.

Obs: não incluídos os óbitos por doenças sem identificação CID

Tabela 2.38 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1995

CAUSA (CAP. CID9)	< 1 ANO	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 OU MAIS	IGNORADO	TOTAL
Doenças infecciosas e parasitárias	151	18	6	6	3	15	41	44	41	48	53	56	1	483
Neoplasmas	-	15	18	18	10	31	69	152	310	401	363	235	4	1.626
Doenças endócrinas, nutricionais, metabólicas e transtornos imunitários	34	8	2	-	6	73	135	102	78	120	99	87	1	745
Doenças do sangue e órgãos hematopoiéticos	8	3	1	-	2	1	9	7	7	11	5	6	-	60
Transtornos mentais	-	-	-	-	-	8	16	22	18	5	10	10	1	90
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos sentidos	26	10	2	3	5	11	18	15	17	19	22	24	-	172
Doenças do aparelho circulatório	20	10	5	7	17	57	150	298	502	754	870	893	6	3.589
Doenças do aparelho respiratório	142	36	2	7	14	31	61	79	101	220	340	435	7	1.475
Doenças do aparelho digestivo	13	4	1	4	1	28	71	96	82	76	99	74	1	550
Doenças do aparelho geniturinário	6	1	-	-	6	7	17	27	27	31	43	47	1	213
Complicações da gravidez, parto e puerpério	-	-	-	-	1	2	4	1	-	1	-	-	12	21
Doenças da pele e tecido celular subcutâneo	1	-	1	-	1	1	2	2	5	7	10	17	-	47
Doenças do sistema osteomuscular e tec conjuntivo	-	2	1	2	5	2	4	2	3	8	10	9	-	48
Anomalias congênitas	114	9	3	1	1	1	-	2	4	3	6	8	28	180
Algumas afecções origin no período perinatal	510	2	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	643	1.158
Sintomas sinais e afecções mal definidas	72	9	2	4	12	34	62	74	67	67	78	87	79	647
Causas externas	13	23	28	47	117	307	243	149	107	74	56	37	1	1.202
Total	1.110	150	72	99	201	609	903	1.072	1.370	1.845	2.064	2.026	785	12.306

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, 2000.

Org.: NEPI, SMSA, 2000.

Obs: não incluídos os óbitos por causa ignorada

Tabela 2.39 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1996

CAUSA (CAP, CID10)	< 1 ANO	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 OU MAIS	IGNORADO	TOTAL
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	103	31	6	3	13	79	180	117	99	73	65	69	-	838
Neoplasias (tumores)	3	5	5	16	28	28	82	177	301	444	414	314	1	1.818
Doenças do sangue, órgãos hemat e transtornos imunitários	6	2	-	2	2	4	4	5	5	1	10	12	-	53
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	18	4	-	2	2	8	17	29	63	97	109	117	-	466
Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	5	15	32	16	5	5	10	-	88
Doenças do sistema nervoso	19	21	1	3	9	13	13	16	23	26	37	32	1	214
Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3
Doenças do aparelho circulatório	14	9	5	7	12	49	144	329	549	855	965	1.060	9	4.007
Doenças do aparelho respiratório	117	46	8	6	17	22	62	79	120	229	339	490	1	1.536
Doenças do aparelho digestivo	5	5	1	1	4	12	76	115	109	106	93	76	-	603
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4	-	-	-	-	1	2	2	5	6	5	12	-	37
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	2	1	5	-	3	5	6	5	8	14	16	-	66
Doenças do aparelho geniturário	2	-	1	-	1	2	11	23	20	26	45	47	-	178
Gravidez parto e puerpério	1	-	-	-	2	7	6	-	-	-	-	-	2	18
Algumas afec originadas no período perinatal	633	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	620	1.254
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	89	6	1	2	-	2	2	3	5	2	5	3	27	147
Sintomas, sinais e achados anormais ao exame clínico e laboratorial	14	7	-	1	6	13	25	33	20	33	27	63	11	253
Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	1	-	4
Causas externas de morbidade e mortalidade	12	19	12	20	78	187	137	117	66	55	43	45	2	793
Condiatos com serviços de saúde	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	3
Nao Clidificado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL	1.043	157	41	68	175	435	782	1.084	1.408	1.968	2.177	2.368	674	12.380

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, 2000.
Org.: NEPI, SMSA, 2000.

Tabela 2.40 - Frequência de óbitos por causa e faixa etária - Belo Horizonte - 1997

CAUSA (CAP, CID10)	< 1 ANO	01-04	05-09	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80 OU MAIS	TOTAL
Algumas doenças parasitárias	65	18	5	3	15	93	147	93	86	80	76	57	738
Neoplasias (tumores)	3	10	10	10	22	18	82	214	343	457	488	250	1907
Doenças do sangue, órgãos hemat e transtornos imunitários	7	5	0	2	0	3	3	8	7	6	4	10	55
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	15	5	2	1	1	6	16	36	65	95	109	79	430
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	4	25	28	10	14	11	5	97
Doenças do sistema nervoso	18	16	7	6	10	10	17	22	14	32	38	43	233
Doença do aparelho circulatório	14	7	3	2	7	63	163	371	555	929	1058	982	4164
Doenças do aparelho respiratório	90	34	6	7	10	36	78	88	127	228	381	460	1545
Doença do aparelho digestivo	3	2	2	1	6	12	84	109	99	109	111	105	643
Doença da pele e do tecido subcutâneo	0	0	1	1	0	1	4	2	4	5	5	15	38
Doenças do sist. osteomuscular e tec. conjuntivo	0	1	0	1	0	2	7	4	7	6	17	17	62
Doenças do aparelho geniturinário	0	1	2	1	2	9	17	23	24	42	53	50	224
Gravidez parto e puerpério	1	0	0	0	0	4	5	1	0	0	0	0	11
Algumas afec. originadas no período perinatal	566	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	568
Malf. cong. deformid. e anomalias cromossômicas	106	8	2	1	2	4	5	2	0	1	1	3	135
Sintomas sinais e achados anormais ao exames clínico e laboratorial	14	5	4	7	9	28	50	40	34	32	45	53	321
Lesões enven. e alg. out. conseq. causas externas	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	2	6
Causas externas de morbidade e mortalidade	27	28	26	37	120	334	256	182	104	84	68	52	1318
Total	929	140	70	80	205	628	960	1224	1479	2122	2465	2193	12495

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, 2000.

Org.: NEPI, SMSA, 2000.

Tabela 2.41 - Distribuição dos óbitos segundo período de ocorrência e taxa de mortalidade infantil
Belo Horizonte - 1993-1998

PERÍODO DO ÓBITO	1993			1994			1995			1996			1997			1998*		
	FREQ.	%	TX MORT.	FREQ.	%	TX MORT.	FREQ.	%	TX MORT.	FREQ.	%	TX MORT.	FREQ.	%	TX MORT.	FREQ.	%	TX MORT.
Neonatal precoce	596	42,2	14,5	639	45,3	15,4	615	51	14,5	552	52,3	13,4	515	54,5	12,2	449	51,7	11,1
Neonatal tardio	179	12,7	4,4	150	10,6	3,6	146	12,2	3,5	153	14,5	3,8	155	16,4	3,7	138	15,8	3,4
Pós-neonatal	637	45,1	15,5	622	44,1	15	444	36,8	10,5	350	33,1	8,6	275	29,1	6,5	283	32,5	7
Total	1.412	100	34,4	1411	100	34	1205	100	28,5	1055	100	25,8	945	100	22,4	870	100	21,4

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. SIMIMS - Núcleo de epidemiologia . 2000.

Org.: SIMSA. 2000.

* Dados preliminares

Tabela 2.42 - Coeficiente de mortalidade infantil por distrito sanitário
Belo Horizonte - 1993-1997

DISTRITO SANITÁRIO	ANO					% DE REDUÇÃO
	1993	1994	1995	1996	1997	1993 - 1997
Barreiro	40,31	31,85	31,01	20,69	19,06	52,7
Centro Sul	33,65	30,22	30,5	28,23	25,36	24,6
Leste	30,97	32,52	29,63	27,96	23,07	25,5
Nordeste	32,31	31,2	27,39	21,85	29,38	9,1
Noroeste	29,55	31,7	27,64	23,17	26,68	9,7
Norte	41,02	36,29	29,11	26,6	20,55	49,9
Oeste	31,76	36,23	29,93	27,5	24,62	22,5
Pampulha	26,85	28,83	32,17	23,66	17,94	33,2
Venda Nova	30,83	34,02	23,16	29,6	19,61	36,4
Belo Horizonte	33,82	34,06	28,6	25,36	23,34	31

Fonte: PBH. SMSA. Núcleo ISIS. 2000.

Tabela 2.43 - Coeficiente de mortalidade neonatal por distrito sanitário
Belo Horizonte – 1993-1997

DISTRITO SANITÁRIO	CMI NEONATAL	ANO					% DE REDUÇÃO
	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997	
Barreiro	19,88	18,45	19,85	14,11	13,51		32
Centro Sul	18,26	17,35	18,46	17,54	15,16		17
Leste	16,02	13,31	17,11	16,95	18,16		-13,3
Nordeste	17,87	18,45	18,07	13,85	19,84		-11
Noroeste	18,86	21,08	19,43	16,73	18,58		1,5
Norte	21,26	20,66	19,41	18,97	13,21		37,9
Oeste	15,58	21,43	17,19	17,04	16,41		-5,3
Pampulha	13,02	16,22	21,14	18,65	14		-7,5
Venda Nova	19,1	18,12	14,31	20,45	14,12		26,1
Belo Horizonte	18,57	19,18	18,12	16,95	16,15		13

Fonte: PBH. SMSA. Núcleo ISIS. 2000.

**Tabela 2.44 - Coeficiente de mortalidade infantil tardia por distrito sanitário
Belo Horizonte – 1993-1997**

DISTRITO SANITÁRIO	ANO					% DE REDUÇÃO
	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Barreiro	20,42	13,4	11,16	6,58	5,18	74,6
Centro Sul	15,39	12,88	12,05	10,69	9,41	38,8
Leste	14,94	19,21	12,52	11,01	4,7	68,6
Nordeste	14,45	12,74	9,32	8	8,98	37,8
Noroeste	10,69	10,62	8,21	6,44	7,15	33,1
Norte	19,76	15,63	9,7	7,64	7,09	64,1
Oeste	16,18	14,8	12,75	10,46	7,42	54,1
Pampulha	13,83	12,61	11,03	5	3,94	71,5
Venda Nova	11,73	15,9	8,85	9,15	5,49	53,2
Belo Horizonte	15,25	14,88	10,48	8,41	6,71	56

Fonte: PBH. SMSA. Núcleo ISIS. 2000.

**Tabela 2.45 - Distribuição dos óbitos neo-natais e pós-neo-natais segundo causa básica
Belo Horizonte – 1993-1997**

CAUSA BÁSICA	1993		1994		1995		1996		1997	
	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%
Neo-natais										
Afecções período perinatal	606	78,2	668	84,1	539	70,8	571	80,9	547	81,6
Síndrome da angústia respiratória	168	27,7	189	23,8	118	21,8	123	17,4	105	8,6
Infecções específicas	92	15,2	88	11,1	94	17,4	94	13,3	108	8,9
Outras afecções resp.	83	13,7	148	18,6	83	15,4	119	16,8	159	13,1
Outras	263	43,4	243	30,6	244	30,2	235	33,3	175	14,4
Anomalia congênita	67	8,6	63	7,9	77	10,1	59	8,3	70	5,8
Pneumonia e BCP	34	4,4	15	1,9	19	2,7	6	0,8	2	0,2
Outras	68	8,8	48	126	126	16,6	53	7,5	51	4,1
Ignorado	-	-	-	-	-	-	16	2,3	-	-
Total	775	100	794	100	761	100	705	100	670	100
Pós-neo-natais										
Pneumonia e BCP	158	24,8	145	23,5	106	23,8	78	22,2	66	24,0
Infecção intestinal	130	20,4	119	19,3	81	18,2	54	15,4	24	8,7
Desnutrição	78	12,3	50	8,1	30	6,7	17	4,8	13	4,7
Septicemia	70	11,0	70	11,3	46	10,4	35	10,0	25	9,0
Anomalia congênita	44	6,9	36	5,8	49	11,0	33	9,4	46	16,7
Outras	157	24,6	197	31,9	197	44,4	130	37,1	101	36,7
Ignorado	-	-	-	-	-	-	3	0,8	-	-
Total	637	100,0	617	100,0	444	100,0	350	100,0	275	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. SIM/MS - Núcleo de epidemiologia. 2000.

Org.: SMSA. 2000.

Educação

Indicadores Educacionais

Tabela 2.46 - Média de anos de estudos da população residente com 4 anos ou mais de idade, segundo sexo, faixa etária e segundo condição no domicílio Belo Horizonte - 1996

ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA (anos)
Média de anos de estudo da população residente de 4 anos ou mais por sexo	
População residente de 4 anos ou mais	7,35
Homens residentes	7,30
Mulheres residentes	7,39
Média de anos de estudo das pessoas residentes por faixa etária	
7 a 14 anos de idade	2,79
15 a 24 anos de idade	7,48
Média de anos de estudo por condição no domicílio	
Chefes domicílios particulares permanentes	8,09
Homens chefes domicílios particulares permanentes	8,25
Mulheres chefes domicílios particulares permanentes	7,64
Chefes domicílios particulares permanentes que frequentam escola	10,23
Chefes domicílios particulares permanentes que não frequentam escola	7,5

Fonte: IBGE. BIM, 1998. Contagem Populacional, 1996

Tabela 2.47 - População residente com 4 anos ou mais de idade, segundo anos de estudo - Belo Horizonte - 1996

ANOS DE ESTUDOS	PESSOAS	%
Sem instrução	104.080	5,32
Menos de 1 ano	86.653	4,43
1 ano	126.063	6,44
2 anos	74.334	3,80
3 anos	95.028	4,86
4 anos	112.939	5,77
5 anos	317.350	16,22
6 anos	132.365	6,77
7 anos	100.936	5,16
8 anos	96.938	4,96
9 anos	177.906	9,10
10 anos	49.434	2,53
11 anos	60.703	3,10
12 anos	263.733	13,48
13 anos	16.332	0,83
14 anos	16.858	0,86
15 anos	19.899	1,02
16 anos ou mais de estudo	84.563	4,32
Anos de estudos não terminados	19.915	1,02
Total	1.956.029	100,00

Fonte: IBGE-BIM, 1998. Contagem Populacional, 1996.

Tabela 2.48 - População residente por grau e série de estudo que frequenta - Belo Horizonte - 1996

ESCOLARIDADE	POPULAÇÃO
Pré - escola	69.533
Alfabetização de adultos	1.163
Primeiro grau	383.743
Primeira série	50.984
Segunda série	46.920
Terceira série	47.299
Quarta série	47.390
Quinta série	56.720
Sexta série	47.780
Sétima série	45.197
Oitava série	40.228
Sem declaração de estudo	1.225
Primeiro grau supletivo	4.436
Segundo grau	86.073
Primeira série	33.847
Segunda série	27.381
Terceira série	24.247
Quarta série*	300
Sem declaração de estudo	298
Segundo grau supletivo	3.332
Pré - vestibular	13.318
Superior**	49.133
Primeira série**	12.417
Segunda série**	12.453
Terceira série**	10.670
Quarta série**	8.762
Quinta série**	3.854
Sexta série**	684
Sem declaração de estudo	293
Mestrado /doutorado	1.954
Sem declaração de estudo	2.830
População que frequenta escola	615.515

Fonte: IBGE, *BIM*, 1998.

_____. *Contagem populacional*. 1996.

* Curso técnico.

** Cada série do curso superior equivale a 1 ano.

Tabela 2.49 - Número de matrícula inicial por dependência administrativa - Belo Horizonte - 1996

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE MATRÍCULAS	%
Matrículas - ensino fundamental	433 015	100,00
Escola pública federal	750	0,17
Escola pública estadual	216 015	49,89
Escola pública municipal	145 711	33,65
Escola particular	70 539	16,29
Matrículas - ensino médio	103 961	100,00
Escola pública federal	625	0,60
Escola pública estadual	54 495	45,42
Escola pública municipal	17 580	16,91
Escola particular	31 261	30,07
Matrículas - educação pré-escolar	50 137	100,00
Escola pública federal	0	0,00
Escola pública estadual	17 964	35,83
Escola pública municipal	6 740	13,44
Escola particular	25 433	50,73

Fonte: IBGE-BIM, 1998. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, INEP, Censo Educacional, 1996.

**Tabela 2.50 - Evolução da matrícula efetiva das redes municipal e estadual de ensino
Belo Horizonte - 1989-1998**

(continua)

NÍVEL DE ENSINO	1989	1990		1991		1992		1993		1994	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rede Municipal											
Educação infantil											
Escolas Municipais	3.612	3.636	0,66	4.535	24,72	6.935	52,92	8.053	16,12	6.992	-13,18
Creches Conveniadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	3.612	3.636	0,66	4.535	24,72	6.935	52,92	8.053	16,12	6.992	-13,18
Ensino fundamental	109.731	116.329	6,01	122.503	5,31	140.891	15,01	144.723	2,72	149.595	3,37
Ensino médio	7.865	8.608	9,45	10.466	21,58	13.455	28,56	15.126	12,42	16.899	10,40
Suplência	796	772	-3,02	4.224	447,15	5.786	36,98	9.004	55,62	10.837	20,36
Ensino especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escolas Municipais	-	32	-	181	465,63	458	153,04	417	-8,95	454	8,87
Atendimento Adjunção	-	206	-	217	5,34	227	4,61	306	34,80	360	17,65
Bolsas de Convênio	-	-	-	414	100,00	485	17,15	496	2,27	485	-2,22
Sub-Total	-	238	-	812	241,18	1.170	44,09	1.219	4,19	1.299	6,56
Total	122.004	129.583	6,21	142.540	10,00	168.237	18,03	178.125	5,88	185.422	4,10
Rede Estadual											
Pré-escolar	17.583	16.545	-5,90	16.772	1,37	18.786	12,01	19.731	5,03	18.696	-5,25
Ensino fundamental	203.451	209.784	3,11	211.611	0,87	208.595	-1,43	215.283	3,21	212.320	-1,38
Ensino médio	22.922	27.761	21,11	30.102	8,43	30.431	1,09	37.711	23,92	41.433	9,87
Suplência	9.110	-	-	-	-	4.985	-45,28	5.399	8,30	6.870	27,25
Ensino especial	870	-	-	-	-	88	-89,89	122	38,64	-	-
Total	253.936	254.090	0,06	258.485	1,73	262.885	1,70	278.246	5,84	279.319	0,39

**Tabela 50 - Evolução da matrícula efetiva das redes municipal e estadual de ensino
Belo Horizonte - 1989-1998**

NÍVEL DE ENSINO	1995		1996		1997		1998		(conclusão)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Rede Municipal									
Educação infantil									
Escolas Municipais	4.570	-34,64	4.124	-9,76	4.131	0,17	4.161	0,73	
Creches Conveniadas	-	-	-	-	-	-	13.716	100,00	
Sub-Total	4.570	-34,64	4.124	-9,76	4.131	0,17	17.877	332,75	
Ensino fundamental	153.516	2,62	150.305	-2,09	152.185	1,25	156.666	2,94	
Ensino médio	17.427	4,36	17.680	1,45	18.051	2,10	18.351	1,66	
Suplência	11.191	3,27	11.247	0,50	11.941	6,17	11.985	0,37	
Ensino especial									
Escolas Municipais	491	8,15	615	25,25	545	-11,38	620	13,76	
Atendimento Adjunção	368	2,22	376	2,17	364	-3,19	328	-9,89	
Bolsas de Convênio	500	3,09	614	22,80	593	-3,42	571	-3,71	
Sub-Total	1.359	4,62	1.605	18,10	1.502	-6,42	1.519	1,13	
Total	188.063	1,42	184.961	-1,65	187.810	1,54	206.398	9,90	
Rede Estadual									
Pré-escolar	18.406	-1,55	17.964	-2,40	12.144	-32,40	5.543	-54,36	
Ensino fundamental	211.671	-0,31	216.015	2,05	216.924	0,42	216.258	-0,31	
Ensino médio	46.107	11,28	54.495	18,19	64.046	17,53	68.839	7,48	
Suplência	6.850	-0,29	10.599	54,73	12.106	14,22	-	-	
Ensino especial	413	-	708	71,43	567	-19,92	-	-	
Total	283.447	1,48	298.781	5,76	305.787	2,00	290.640	-4,95	

Fonte: SMED, 1999.

SEE, 1998.

Obs.: Evolução percentual em relação ao ano anterior.

Tabela 2.51 - Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa - Belo Horizonte - 1996

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	%
Estabelecimentos de ensino fundamental	520	100,00
Escola pública federal	1	0,19
Escola pública estadual	213	40,96
Escola pública municipal	155	29,81
Escola particular	151	29,04
Estabelecimentos de ensino médio	200	100,00
Escola pública federal	1	0,50
Escola pública estadual	88	44,00
Escola pública municipal	26	13,00
Escola particular	85	42,50
Estabelecimentos de ensino - educação pré-escolar	509	100,00
Escola pública federal	0	0,00
Escola pública estadual	112	22,00
Escola pública municipal	56	11,00
Escola particular	341	66,99

Fonte: IBGE. BIM, 1998. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, INEP, Censo Educacional, 1996.

Tabela 2.52 - Evolução do número de escolas municipais, por nível de ensino e região administrativa - Belo Horizonte - 1993/1998

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ANOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ENSINO ESPECIAL	SUPLÊNCIA	TOTAL
Barreiro	1993	1	22	2	-	-	25
	1998	1	23	2	-	-	26
Centro Sul	1993	1	5	3	1	1	11
	1998	1	5	3	1	1	11
Leste	1993		13	3	-	-	16
	1998		13	3	-	-	16
Nordeste	1993	2	20	4	-	-	26
	1998	3	21	4	-	-	28
Noroeste	1993	2	18	2	-	-	22
	1998	2	18	2	-	-	22
Norte	1993	-	12	2	-	-	14
	1998	-	14	2	-	-	16
Oeste	1993	2	9	3	-	-	14
	1998	2	9	3	1	-	15
Pampulha	1993	-	10	1	-	-	11
	1998	1	10	1	-	-	12
Venda Nova	1993	2	18	6	1	-	27
	1998	2	19	6	1	-	28
Total	1993	10	127	26	2	1	166
	1998	12	132	26	3	1	174
Escolas estaduais em 1998							256

Fonte: SMED, 1999.

OBS.: A partir de 1996 foram consideradas escolas de 1º e 2º ciclo(1ª a 4ª); 1º, 2º e 3º ciclos(1ª à 8ª) e 2º e 3º ciclos(5ª à 8ª).

Habitação

Características do Domicílio

Tabela 2.53 - Número de domicílios por região administrativa segundo o tipo
Belo Horizonte - 1996

REGIÃO ADMINISTRATIVA	DOMICÍLIOS				
	Total	Particulares	Permanentes	Improvistos	Coletivos
Barreiro	58,896	58,490	58,251	239	406
Centro-Sul	77,604	75,526	75,409	117	2,078
Leste	67,457	66,459	66,261	198	998
Nordeste	65,718	65,309	65,151	158	409
Noroeste	92,542	91,253	91,055	198	1,289
Norte	44,517	43,788	43,399	389	729
Oeste	68,341	67,243	67,045	198	1,098
Pampulha	31,518	30,864	30,779	85	654
Venda Nova	54,345	53,942	53,863	79	403
Belo Horizonte	560,938	552,874	551,213	1,661	8,064

Fonte: IBGE. *Contagem populacional*. 1996.

Org.: DITPL. 2000.

Tabela 2.54 - Domicílios, população e área de vilas/favelas, conjuntos habitacionais populares e aglomerados do município de Belo Horizonte por região administrativa - 1993

REGIÃO ADMINISTRATIVA	VILAS/FAVELAS			CONJUNTOS HABITACIONAIS			AGLOMERADOS		
	Domicílios	População	Área	Domicílios	População	Área	Domicílios	População	Área
Barreiro	5.308	22.294	852.839,15	7.755	34.121	1.250.789,81	36	151	27.158,67
Centro-Sul	17.740	65.043	1.836.272,27	733	3.225	64.606,71	-	-	-
Leste	14.601	55.235	55.235,00	5.452	21.005	1.317.383,59	-	-	-
Norte	4.436	18.631	729.107,21	8.701	38.144	1.202.363,50	-	-	-
Nordeste	7.941	33.727	933.504,00	1.651	6.631	442.145,05	788	3.310	306.110,00
Noroeste	10.859	46.300	46.300,00	731	3.216	125.801,43	-	-	-
Oeste	19.230	80.773	80.773,00	103	454	13.082,59	-	-	-
Pampulha	1.578	6.621	240.152,15	955	3.357	224.077,96	110	420	16.140,10
Venda Nova	7.527	31.614	906.213,57	1.565	6.887	309.308,92	-	-	-
Belo Horizonte	89.220	360.238	5.680.396,35	27.646	117.040	4.949.559,56	934	3881	349.408,77

Fonte: PBH. URBEL. *Planos globais*. 1993.

Tabela 2.55 - Número de domicílios particulares permanentes por quantidade de moradores - Belo Horizonte - 1996

MORADORES NO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS	%
1 morador	50.374	9,14
2 moradores	93.433	16,95
3 moradores	113.734	20,63
4 moradores	127.095	23,06
5 moradores	87.488	15,87
6 moradores	42.039	7,63
7 moradores	17.835	3,24
8 moradores	9.187	1,67
9 moradores	4.596	0,83
10 ou mais moradores	5.432	0,99
Total	551.213	100,00

Fonte: IBGE. *Contagem populacional*. 1996.

Org.: DITPL. 2000.

Tabela 2.56 - Média de pessoas residentes por tipo de unidade e situação domiciliar - Belo Horizonte - 1996

ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA DE PESSOAS
Unidade domiciliar	3,73
Domicílio particular	3,76
Domicílio particular permanente	3,77
Domicílio particular improvisado	3,05
Unidade de habitação em domicílio coletivo	1,14
Unidade domiciliar - área urbana	3,73
Unidade domiciliar - área rural	4,10
Domicílio particular permanente - área urbana	3,77

Fonte: IBGE. *Contagem populacional*. 1996.

Tabela 2.57 - Número de domicílios particulares permanentes por faixa etária do chefe de domicílio - Belo Horizonte - 1996

FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE DOMICÍLIO	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	%
10 a 14 anos	207	0,04
15 a 19 anos	3.665	0,66
20 a 24 anos	23.014	4,18
25 a 29 anos	48.818	8,86
30 a 34 anos	68.559	12,44
35 a 39 anos	74.517	13,52
40 a 44 anos	70.619	12,81
45 a 49 anos	60.320	10,94
50 a 54 anos	50.587	9,18
55 a 59 anos	41.574	7,54
60 a 64 anos	35.844	6,50
65 anos ou mais	73.489	13,33
Total	551.213	100,00

Fonte: IBGE. *Contagem populacional*. 1996.

Org.: DITPL. 2000.

**Tabela 2.58 - Número de domicílios particulares permanentes
por sexo do chefe de domicílio
Belo Horizonte - 1996**

SEXO DO CHEFE DE DOMICÍLIO	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	%
Homens	395.402	71,73
Mulheres	155.811	28,27
Total	551.213	100,00

Fonte: IBGE. *Contagem populacional*. 1996.
Org.: DITPL. 2000.

**Tabela 2.59 - Domicílios particulares permanentes segundo condições de saneamento básico
Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil - 1998**

ESPECIFICAÇÃO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	RMBH		Minas Gerais		Brasil (1)	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Total de domicílios (2)	1.045.310	100,00	4.502.804	100,00	36.369.023	100,00
Abastecimento de água (3)	1.045.310	100,00	4.502.271	99,99	36.361.630	99,98
Rede geral	1.007.468	96,38	3.670.673	81,52	28.789.634	79,16
Com canalização interna	994.771	95,17	3.478.330	77,25	27.446.508	75,47
Sem canalização interna	12.697	1,21	192.343	4,27	1.343.126	3,69
Outra forma	37.842	3,62	831.598	18,47	7.571.996	20,82
Com canalização interna	20.413	1,95	514.568	11,43	3.537.226	9,73
Sem canalização interna	17.429	1,67	317.030	7,04	4.034.770	11,09
Esgotamento sanitário (3)	1.044.812	99,95	4.499.107	99,92	36.359.152	99,97
Tinham	1.031.869	98,71	4.177.507	92,78	33.283.589	91,52
Rede coletadora	853.632	81,66	3.000.287	66,63	14.971.855	41,17
Fossa séptica	12.197	1,17	79.365	1,76	8.874.490	24,40
Outros	166.040	15,88	1.097.855	24,38	9.437.244	25,95
Não tinham	12.943	1,24	321.600	7,14	3.075.563	8,46
Destino do lixo (3)	1.045.310	100,00	4.502.804	100,00	35.317.688	97,11
Coletado	947.973	90,69	3.396.355	75,43	28.008.150	77,01
Outro	97.337	9,31	1.106.449	24,57	7.309.538	20,10

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Perfil de Minas Gerais*. 2000. (PNAD 1998)

(1) Exclusive os domicílios da área rural

(2) Foram considerados os domicílios sem declaração de alguma característica

(3) Não foram considerados domicílios sem declaração de alguma característica

Outros Indicadores

Tabela 2.60 - Total de área licenciada por categoria de uso -
Belo Horizonte - 1995-2000

ANO	CATEGORIA			
	Residencial	Não residencial	Misto	Total
1995	1.460.293,78	343.502,57	43.310,48	1.847.106,83
1996	1.492.631,61	753.731,52	58.069,00	2.304.432,13
1997	923.998,14	233.078,10	95.637,60	1.252.713,84
1998	1.279.389,20	460.373,46	173.357,07	1.913.119,73
1999	1.545.532,60	514.503,14	135.057,76	2.195.093,50
2000	1.509.779,23	313.998,17	130.215,59	1.953.992,99
Total	8.211.624,56	2.619.186,96	635.647,50	11.466.459,02

Fonte: SMAU. 2000.

Tabela 2.61 - Área licenciada anual por região administrativa
Belo Horizonte - 1995-2000

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ANO					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Barreiro	2,17	2,75	1,69	3,51	2,77	1,63
Centro-Sul	37,91	48,51	25,27	34,22	30,67	32,15
Leste	5,97	6,10	5,25	4,81	6,09	7,36
Nordeste	5,72	4,60	7,38	8,45	9,38	6,96
Noroeste	7,90	6,80	14,75	6,68	7,88	8,91
Norte	2,51	2,11	3,13	2,48	4,49	3,02
Oeste	23,62	17,62	17,42	18,99	18,85	19,35
Pampulha	11,79	8,56	19,35	18,14	16,46	16,98
Venda-Nova	2,41	2,95	5,75	2,74	3,40	3,63
Belo Horizonte	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SMAU. 2000.

**Tabela 2.62 - Área total anual de baixa de construção por tipo e região administrativa -
Belo Horizonte - 1995-2000**

(m²)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	PERÍODO	TIPO				
		Residencial	Comercial	Misto	Total	Qte Baixas
Barreiro	1995	2.015,87	367,54	762,86	3.146,27	12
	1996	5.036,93	558,00	1.564,03	7.158,96	17
	1997	11.259,27	288,00	1.597,44	13.144,71	24
	1998	20.019,66	7.453,07	7.136,88	34.609,61	26
	1999	5.111,85	3.373,99	2.737,77	11.223,61	17
	2000	18.313,55	2.918,45	4.536,68	25.768,68	19
Centro-Sul	1995	109.858,01	48.355,69	61.254,10	219.467,80	98
	1996	155.658,53	6.430,07	59.650,44	221.739,04	109
	1997	241.606,35	7.387,03	148.292,76	397.286,14	140
	1998	270.056,86	44.243,72	292.662,23	606.962,81	203
	1999	311.318,66	73.576,21	191.487,79	576.382,66	219
	2000	252.946,57	64.933,61	128.578,56	446.458,74	185
Leste	1995	45.304,78	221,00	5.893,01	51.418,79	48
	1996	41.259,58	1.717,62	1.556,11	44.533,31	48
	1997	47.709,65	0,00	10.469,89	58.179,54	53
	1998	73.091,21	2.700,40	19.435,20	95.226,81	82
	1999	41.647,88	986,51	2.711,91	45.346,30	45
	2000	40.676,22	1.034,88	4.799,90	46.511,00	54
Nordeste	1995	41.978,16	980,81	14.380,00	57.338,97	57
	1996	47.111,12	1.262,14	2.224,38	50.597,64	71
	1997	64.075,30	284,40	7.043,43	71.403,13	78
	1998	70.152,97	2.072,75	13.162,84	85.388,56	97
	1999	91.454,48	3.866,22	6.877,00	102.197,70	106
	2000	70.837,83	3.668,44	6.337,30	80.843,57	77
Noroeste	1995	62.171,65	23.767,91	11.530,43	97.469,99	85
	1996	57.320,17	4.957,89	3.997,97	66.276,03	74
	1997	72.926,37	2.542,98	7.685,18	83.154,53	87
	1998	94.010,68	6.006,35	18.892,98	118.910,01	123
	1999	67.622,28	4.857,29	20.270,74	92.750,31	111
	2000	80.089,96	7.385,01	12.285,47	99.760,44	94
Norte	1995	7.219,02	1.651,08	563,03	9.433,13	18
	1996	6.701,94	362,32	858,67	7.922,93	22
	1997	11.122,58	2.820,27	857,52	14.800,37	25
	1998	27.126,39	1.654,87	1.063,93	29.845,19	44
	1999	29.296,53	5.003,48	1.134,76	35.434,77	62
	2000	31.575,35	2.212,32	2.353,23	36.140,90	39
Oeste	1995	78.800,30	4.315,03	5.142,55	88.257,88	83
	1996	106.759,18	6.005,75	17.745,18	130.510,11	106
	1997	196.321,63	5.136,31	9.947,76	211.405,70	169
	1998	203.769,17	1.284,00	56.454,10	261.507,27	206
	1999	190.548,88	7.382,67	56.133,84	254.065,39	183
	2000	166.257,22	40.372,68	52.919,68	259.549,58	167
Pampulha	1995	70.939,22	5.000,59	4.966,00	80.905,81	171
	1996	68.219,92	9.612,03	5.231,70	83.063,65	171
	1997	115.136,91	4.828,09	8.750,96	128.715,96	223
	1998	165.926,42	8.921,40	16.422,16	191.269,98	357
	1999	182.005,06	9.154,66	13.097,74	204.257,46	357
	2000	181.900,18	4.691,62	3.847,09	190.438,89	289
Venda Nova	1995	14.351,75	564,43	1.480,73	16.396,91	40
	1996	20.694,97	2.121,63	10.005,88	32.822,48	40
	1997	24.159,29	1.053,52	425,00	25.637,81	64
	1998	49.092,51	661,00	1.001,90	50.755,41	85
	1999	47.186,38	5.169,45	1.574,13	53.929,96	94
	2000	25.170,90	1.217,45	2.780,54	29.168,89	62

Fonte: SMAU. 2000.

Segurança Pública

Segurança Pública

Criminalidade e Segurança Pública

Alexandre M. A. Diniz*

Introdução

A violência urbana se constitui em um dos principais catalisadores do sentimento generalizado de insegurança pública. À reboque do paroxismo das ocorrências fatais, que têm assolado as diversas regiões metropolitanas brasileiras, o sentimento de insegurança muda hábitos e comportamentos.

São inúmeros os estudos e pesquisas produzidas nos últimos anos, voltadas à busca pela compreensão do fenômeno da violência urbana e seus fatores correlatos, quais sejam: a criminalidade, a atuação das polícias e o acesso à justiça. No entanto, são raras as pesquisas de opinião e estudos de vitimização que permitam ao governo e a sociedade civil conhecerem com precisão as atitudes da população em relação à violência e ao crime.

Portanto, é objetivo desta seção apresentar um conjunto de dados referentes à criminalidade violenta e ao seu combate e contrastando-os com a percepção que os diversos segmentos da sociedade têm acerca da violência urbana e segurança pública. Buscou-se, então, apresentar um rápido diagnóstico espacializado dos principais tipos de ocorrências criminais e da percepção da população sobre segurança pública. Este relato se circunscreve a duas importantes fontes de dados, a saber: as ocorrências registradas junto à PMMG ao longo do ano de 1996 e um survey sobre violência urbana e vitimização, produzido pelo Lumen Instituto de Pesquisas no ano de 1999.

Ocorrências criminais

A partir da análise dos mapas subseqüentes apresentados, nota-se que tanto a criminalidade, quanto o sentimento de insegurança da população não se encontram homogeneamente distribuídos pelas regiões administrativas do município. Controlando-se as populações de tamanho variado, percebe-se que, no geral, as taxas de ocorrência de criminalidade são mais elevadas nas regiões Centro Sul, Pampulha e Oeste. Nelas predominam as modalidades de crime contra o patrimônio e de trânsito. Coincidentemente, essas são as regiões administrativas que apresentam as maiores médias de renda (IQVU, 1994) e as maiores variâncias internas em relação a este quesito. Este dado sugere, portanto, que grandes discrepâncias em relação à renda ocorrendo em áreas contíguas tendem a exacerbar a incidência de crimes contra o patrimônio. Por outro lado, os crimes contra a pessoa aqui discutidos, apresentam uma distribuição diferenciada, sendo também expressivos nas regiões Norte e Venda Nova.

Equipamentos de segurança pública

A distribuição espacial do número de policiais e de viaturas da PMMG lotados em companhias localizadas nas várias regiões segue parcialmente as taxas das ocorrências dos crimes. Note-se que o maior efetivo e o maior número de viaturas da PM encontram-se, no mais das vezes, nas regiões mais violentas. Esses dados permitem uma outra análise interessante. Dividindo-se o número de policiais e de viaturas lotados por região, pelas populações residentes, tem-se um outro quadro. A região Norte destaca-se como aquela que apresenta o maior número de residentes por policial. Em outras palavras, cada policial lotado na região Norte seria responsável pela segurança de 1.271 pessoas. Por outro lado, cada policial lotado na região Oeste seria responsável por 159 pessoas. Fazendo-se a mesma análise em relação ao número de viaturas, nota-se que cada viatura lotada na região Venda Nova seria responsável pela segurança de 18.831 habitantes, contra apenas 2.093 na vizinha Pampulha. No entanto, é importante pontuar que tanto policiais, quanto viaturas estão em constante deslocamento pela cidade, não se limitando, portanto, às regiões de lotação. Essas razões, no entanto, podem influenciar a percepção de segurança pública da população

*Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG.

residente, uma vez, que apesar da atuação dos policiais e viaturas não se restringirem às regiões de lotação, os mesmos indubitavelmente se fazem presentes nelas. Diante dessas possibilidades, as regiões que apresentam uma relação menor entre população/policial e população/viatura gozariam potencialmente de uma menor sensação de insegurança.

Percepções

O survey sobre segurança pública revelou que grande parte da população de Belo Horizonte considera a cidade violenta ou parcialmente violenta. A mesma pesquisa aponta que os próprios bairros onde vivem são considerados por grande parte dos seus moradores como violentos. No entanto, um vez mais, essa percepção encontra-se heterogeneamente distribuída pelo município. Ao cotejar esses dados com o número de policiais e viaturas por região, nota-se uma certa coincidência. Os moradores das regiões Venda Nova, Norte e Barreiro, são aqueles que mais consideram não só Belo Horizonte, como também as suas próprias vizinhanças como violentas ou parcialmente violentas. No entanto, essas regiões figuram dentre as que exibem as menores taxas de ocorrências criminais, mas que no entanto, mantêm as mais altas razões entre o número de moradores por policial e viatura lotados. Nota-se portanto, que a percepção sobre a violência está mais vinculada à uma presença mais ou menos numerosa de policiais e viaturas, do que com as próprias taxas de criminalidade.

Já o sentimento de insegurança em relação à vizinhança e à Belo Horizonte como um todo exibe um padrão ligeiramente diferente. Aqui as regiões Norte, Nordeste, Centro-Sul e Barreiro se sobressaem, com uma proporção maior de suas populações sentindo-se inseguros ou parcialmente inseguros em relação à vizinhança onde vivem e à Belo Horizonte. Nota-se aqui, uma vez mais, uma discrepância entre os registros de crimes ocorridos nas regiões e o sentimento de insegurança por parte da população. A exceção da região Centro-Sul, as demais apresentam taxas relativamente menores de ocorrência.

Por fim, as possibilidades de interpretação e intervenção conferidas por este tipo de análise são numerosas. A constatação de uma significativa disparidade na distribuição espacial das diversas modalidades de crime sugere a necessidade de planejamento diferenciado no enfrentamento da criminalidade violenta. Aliado aos dados oficiais, surveys sobre atitudes, valores, e comportamentos em relação a violência oferecem uma outra visão sobre este complexo fenômeno, auxiliando a sua compreensão.

**Tabela 2.63 - Taxa de ocorrências segundo o tipo, por grupo de 10.000 habitantes
Belo Horizonte - 1996**

(%)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	FURTO, ROUBO E ROUBO A MÃO ARMADA CONSUMADOS	DIVERSOS TIPOS DE ROUBOS E FURTOS CONSUMADOS A RES. E ESTAB.	FURTO DE VEÍCULOS	VÍTIMAS (1)	ACIDENTES COM VÍTIMAS (2)	HOMICÍDIO CONSUMADO	ESTUPRO CONSUMADO
Barreiro	11,40	36,89	3,85	61,21	13,45	0,98	0,68
Centro Sul	191,50	109,16	24,24	505,07	28,66	1,13	0,70
Leste	21,76	51,38	5,55	111,67	11,22	1,04	0,52
Nordeste	19,46	50,77	5,12	116,85	14,83	0,93	0,45
Noroeste	20,77	52,11	6,20	158,63	16,48	0,73	0,47
Norte	14,78	38,87	2,98	74,70	15,02	1,01	0,77
Oeste	21,81	66,34	13,18	172,43	18,69	1,11	0,55
Pampulha	28,66	65,58	14,24	221,83	27,27	1,39	0,35
Venda Nova	19,21	39,07	4,55	61,51	15,89	1,37	0,71

Fonte: PMMG. 1996.

(1) e (2) Refere-se as ocorrências de acidentes de trânsito sem vítimas nas modalidades: direção perigosa, abalroamentos, colisões, choques, atropelamentos e capotamentos.

Tabela 2.64 - Proporção da população que se considera insegura ou parcialmente insegura no bairro onde vive
Belo Horizonte - 1999

REGIÃO ADMINISTRATIVA	%
Barreiro	49.20
Centro Sul	48.00
Leste	29.40
Nordeste	47.80
Noroeste	42.30
Norte	49.80
Oeste	38.80
Pampulha	28.40
Venda Nova	43.50

Fonte: LUMEN/PUC-MINAS. 2000.

Tabela 2.65 - Proporção da população que considera o bairro onde vive violento ou parcialmente violento
Belo Horizonte - 1999

REGIÃO ADMINISTRATIVA	%
Barreiro	42.80
Centro Sul	49.50
Leste	29.10
Nordeste	39.10
Noroeste	37.80
Norte	46.20
Oeste	41.50
Pampulha	29.90
Venda Nova	50.70

Fonte: LUMEN/PUC-MINAS. 2000.

Tabela 2.66 - Proporção da população que se considera insegura ou parcialmente insegura
Belo Horizonte - 1999

REGIÃO ADMINISTRATIVA	%
Barreiro	61.60
Centro Sul	63.30
Leste	52.00
Nordeste	65.80
Noroeste	56.20
Norte	69.40
Oeste	55.10
Pampulha	46.60
Venda Nova	60.80

Fonte: LUMEN/PUC-MINAS. 2000.

Tabela 2.67 - Proporção da população que considera Belo Horizonte uma cidade violenta ou parcialmente violenta - 1999

REGIÃO ADMINISTRATIVA	%
Barreiro	76.90
Centro Sul	67.70
Leste	65.40
Nordeste	74.90
Noroeste	68.30
Norte	78.00
Oeste	71.50
Pampulha	66.40
Venda Nova	80.20

Fonte: LUMEN/PUC-MINAS. 2000.

Movimento Eleitoral

Eleições Municipais

Tabela 2.68 - Evolução do eleitorado e comparecimento às eleições em Belo Horizonte - 1994-2000

ANO	ELEITORADO	COMPARECIMENTO	
		Nº	%
1994	1,385,928	1,203,823	86.9
1996	1,452,947	1,221,459	84.1
1998	1,565,365	1,294,244	82.7
2000	1,573,635	1,329,796	84.5

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Perfil de Minas Gerais*. 2000. TRE-MG, 2000.
TRE-MG, 2000.
Elab.: DITPL/SMPL.

Tabela 2.69 - Votação para prefeito nas eleições municipais de Belo Horizonte por turno e região administrativa - 2000

CANDIDATO	REGIÃO ADMINISTRATIVA									TOTAL
	Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova	
Primeiro Turno										
Glycon T. Pinto	7.160	3.066	5.521	7.030	7.149	4.190	6.144	2.168	4.940	47.368
Maria Elvira	26.761	21.807	24.565	25.766	36.828	15.102	22.049	11.944	21.646	206.468
T. Feliciano	2.294	1.399	2.715	2.386	3.078	1.699	1.859	881	2.210	18.521
Gentil Cirilo	296	345	386	1.052	540	279	563	197	428	4.086
José E. Gomes	218	155	217	255	223	140	137	73	166	1.584
Danilo Simões	111	97	192	155	151	89	101	118	103	1.117
Célio de Castro	46.793	91.189	72.572	59.855	83.341	33.179	55.371	29.531	46.769	518.600
Toni Play	2.608	1.982	2.680	2.816	3.498	1.843	2.154	1.136	2.347	21.064
João Leite	38.311	51.947	43.657	47.313	60.336	28.298	39.360	22.670	40.365	372.257
Branços	7.294	6.270	7.057	7.167	9.589	4.672	6.241	3.225	6.587	58.102
Nulos	13.068	11.562	12.878	12.343	16.616	7.884	10.922	5.625	11.387	102.285
Total	144.914	189.819	172.440	166.138	221.349	97.375	144.901	77.568	136.948	1.351.452
Segundo Turno										
Célio de Castro	68.119	107.383	94.326	81.482	112.869	45.731	73.151	38.988	64.329	686.378
João Leite	65.071	69.014	65.375	72.306	91.182	44.705	60.372	32.871	61.967	562.863
Branços	3.333	3.299	3.363	3.430	4.533	2.068	2.896	1.509	2.935	27.366
Nulos	6.063	6.857	6.814	6.279	9.360	3.519	5.752	2.957	5.588	53.189
Total	142.586	186.553	169.878	163.497	217.944	96.023	142.171	76.325	134.819	1.329.796

Fonte: TRE-MG, 2000.
Elab.: DITPL/SMPL.

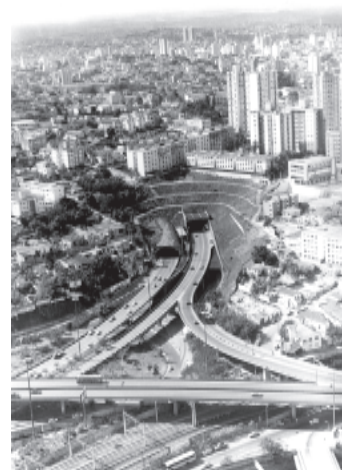
Tabela 2.70 - Votação dos vereadores eleitos em Belo Horizonte por região administrativa - 2000

CANDIDATO		REGIÃO ADMINISTRATIVA										TOTAL	
Número	Nome	Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova			
12.345	Sérgio Ferrara	4.560	1.289	2.269	1.865	3.336	2.477	936	433	546		17.711	
45.606	Lúcia Pacifico	354	6.453	1.831	1.106	1.740	347	1.260	971	400		14.462	
22.500	Célio Moreira	5.788	591	1.820	847	925	261	589	489	654		11.964	
18.610	Moamed Rachid	444	532	1.904	3.169	812	1.250	344	464	2.542		11.461	
15.100	Geraldo Félix	88	489	672	1.100	7.260	245	192	611	586		11.243	
13.613	André Quintão	302	3.526	1.835	1.039	1.630	366	890	910	490		10.988	
25.678	Preto	408	1.151	283	465	946	81	6.760	324	462		10.880	
45.678	Alexandre Gomes	103	1.157	842	904	771	827	358	1.069	4.802		10.833	
41.111	Rui Resende	207	1.428	630	676	4.429	1.418	660	549	584		10.581	
65.656	Jô Moraes	651	2.787	1.613	994	1.761	314	1.298	681	422		10.521	
11.107	Carlos Willian	970	785	724	702	3.227	519	2.092	831	590		10.440	
22.123	Pastor Carlos	796	1.076	1.500	731	1.509	494	2.431	444	951		9.932	
15.123	Leonardo Quintão	656	1.001	1.041	1.307	1.628	1.005	853	1.040	1.356		9.887	
13.135	Neusinha Santos	492	1.308	469	383	5.653	94	399	380	185		9.363	
40.500	José Tarcísio Caixaeta	394	1.593	1.777	701	1.952	604	685	541	1.060		9.307	
12.456	Osman Miranda	152	439	1.067	2.780	493	2.845	313	280	896		9.265	
23.384	Ronaldo Gontijo	7.290	529	199	174	419	66	349	173	66		9.265	
15.500	João Gualberto Filho	343	627	726	2.724	621	2.851	206	573	534		9.205	
15.888	Maria Lúcia Scarpelli	199	2.541	1.057	692	1.389	242	1.693	503	257		8.573	
13.450	Roberto Carvalho	797	1.037	3.385	427	703	125	1.041	678	227		8.420	
43.690	Leonardo Mattos	502	1.428	1.370	1.018	1.354	708	656	483	765		8.284	
20.620	Conceição Pinheiro	78	280	773	414	783	445	181	330	4.984		8.268	
40.789	Belinho Duarte	174	3.941	985	858	704	247	698	370	229		8.206	
41.677	Silvinho Resende	24	234	193	599	254	350	105	398	5.843		8.000	
45.699	José Lincoln Magalhães	128	3.067	701	510	1.117	182	1.544	492	195		7.936	
23.500	Juarez Amorim	132	1.354	561	2.101	658	432	328	418	1.909		7.893	
13.670	Arnaldo Godoy	210	3.654	890	500	823	141	845	420	170		7.653	
13.147	Neila Batista	460	823	689	409	3.008	491	591	405	586		7.462	
40.604	Antônio Pinheiro	116	3.954	775	649	544	260	597	240	190		7.325	
19.500	Cesar Masci	399	1.025	1.086	799	1.395	417	455	849	794		7.219	
40.654	Gara Ornelas	73	686	4.742	317	751	118	180	154	172		7.193	
65.612	Paulão	192	256	4.833	600	234	199	129	89	403		6.935	
33.456	Walter Tosta	1.447	351	349	556	565	774	1.978	182	391		6.593	
45.000	Léo Burguês	183	1.250	508	476	790	283	317	334	305		4.446	
23.610	Índio	29	81	180	3.618	91	74	28	41	68		4.210	
28.051	Hugo Resende Thomé	98	143	217	73	142	27	2.634	66	35		3.435	
28.021	Hugo Gontijo	255	253	360	184	454	162	820	115	233		2.836	
Total		52.934	69.043	56.336	52.145	69.341	32.358	45.301	22.348	42.772		442.578	

Fonte: TRE-MG, 2000.

Elab.: DITPU/SMPL

Atividades Econômicas



A etimologia da palavra economia remete-nos ao vocábulo grego *oikonomia*, utilizado pela primeira vez por Xenofontes na Grécia Clássica, significando as “normas da casa”. Tratava-se de um momento em que a reprodução da existência material humana restringia-se ao âmbito doméstico. Atualmente, sob o signo do capitalismo, a economia e as relações sociais que a caracterizam interpenetram todas as esferas da vida e da sociedade. A cidade como a conhecemos hoje é uma síntese deste sistema, em uma das suas formas mais acabadas.

A intensidade da concentração urbana em grandes áreas metropolitanas, como no caso de Belo Horizonte, introduz características específicas para o conhecimento da dinâmica econômica da cidade. Neste contexto, duas determinações principais levaram à forma de apresentação desta seção. Primeiro, as características próprias da economia de Belo Horizonte, onde o setor terciário tem completa predominância e o setor primário praticamente não existe. E, segundo, a pequena disponibilidade, para o nível municipal, de dados relativos aos indicadores tradicionais sobre produção, consumo, emprego e valor da produção.

Desta forma, a divisão em três temas, privilegiando os indicadores econômicos, onde se destacam os estudos sobre o PIB municipal, produzido pela própria Secretaria Municipal de Planejamento. A introdução é feita através do estudo sobre a dinâmica das relações econômicas nas áreas metropolitanas e, complementando a seção, um conjunto dos dados disponíveis sobre aspectos da atividade econômica, agregados no último tema.

Economia e Áreas Metropolitanas

Vantagens comparativas da área metropolitana de Belo Horizonte no contexto nacional*

Maurício Borges Lemos**

Clélio Campolina Diniz**

1. Introdução

O presente estudo procura analisar a dinâmica específica das áreas metropolitanas, aqui entendidas como espaços singulares e concorrentes, em que as questões micro espaciais tendem a interagir com os problemas macro espaciais. Assim, em sua primeira parte, procura contextualizar a dinâmica da concentração urbana em grandes centros e metrópoles, remetendo ao processo de globalização e abertura externa de economia brasileira. Na segunda parte, procura caracterizar, introdutoriamente, a dinâmica diferenciada das metrópoles brasileiras, com ênfase na reversão da polarização das áreas metropolitanas primazes (R. de Janeiro e S. Paulo). Na terceira parte, analisa o crescimento da rede de metrópoles de *Segunda linha*, destacando-se a reconcentração macro espacial e, dentro dela, o fortalecimento de algumas das metrópoles da região centro-sul. Na quarta parte, foca-se a análise na área metropolitana de Belo Horizonte e sua disputa pelo comando do macro espaço com as áreas metropolitanas concorrentes, com ênfase na comparação específica com Curitiba.

2. Globalização, abertura externa e a importância da centralidade urbana

O fenômeno contemporâneo denominado globalização resultou do histórico processo de ampliação das relações econômicas internacionais. Este processo ganhou ímpeto a partir da segunda metade do século XIX, sendo posteriormente obstaculizado ou retardado por duas guerras mundiais e pela Crise de 1929. Passada a Segunda Guerra Mundial, o processo de integração mundial é retomado através do aumento do comércio, dos fluxos de capitais, de pessoas e informações, tendo como forças motoras a concentração dos capitais e o avanço tecnológico. A partir da década de 1970 são intensificados os fluxos de comércio e de capitais, adquirindo características novas oriundas da difusão da tecnologia da informação e da consequente generalização dos novos meios de comunicação (informática, telemática, internet, TV a cabo etc.), sob um ambiente de forte competição internacional. O processo de unificação européia, a partir da década de 1950, e seus sucessivos avanços e ampliações, ao aumentar o comércio intra-regional e fortalecer o bloco europeu, passou a pressionar outros países e regiões no sentido de se defenderem do protecionismo regional, criando novos blocos econômicos, a exemplo do ASEAN, NAFTA, MERCOSUL, entre outros, demonstrando uma situação paradoxal: globalização e regionalização como duas forças simultâneas e contraditórias, produto do mesmo processo (Dicken et al, 1995; Conti, 1995; Bonavero e Dansero, 1998).

A melhoria do sistema de comunicações e o acesso imediato à informação, por sua vez, deu origem a um fenômeno novo que é a possibilidade da articulação do “local” ao “global”, sem a necessária mediação do nacional. Isto implica que, ao invés de homogeneização dos espaços econômicos mundiais ou nacionais, o processo de globalização pode aumentar as diferenças entre nações e regiões. São exemplos claros, a relativa marginalização da África no contexto da integração mundial, o próprio abandono econômico relativo de certas regiões americanas, com a possibilidade de que processo semelhante ocorra no Brasil.

As mudanças estruturais da economia, com o aumento das atividades urbanas e dos serviços, muda as características do desenvolvimento. Reduz-se a importância relativa dos setores produtores de bens e aumenta-se a importância dos serviços. No Brasil, estima-se que o setor de serviços participa com 63% do PIB e mais de 50% do emprego. Historicamente, os serviços têm sido predominantemente produzidos e consumidos simultaneamente no mesmo local. No contexto da globalização, as mudanças tecnológicas,

* A pesquisa básica que deu origem a este texto faz parte do projeto Competitividade da Indústria Mineira, financiado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG. Agradeço ao Assistente de Pesquisas Clênio Chaves e ao bolsista Bernardo Palhares Campolina Diniz.

** Professores Titulares do Departamento de Economia e do CEDEPLAR, FACE-UFMG.

especialmente decorrentes da tecnologia da informação, têm facilitado e induzido a sua comercialização à distância. Consideradas as economias de aglomeração presentes na produção de serviços, aumenta-se a importância da centralidade urbana na localização destes, recolocando os conceitos de área de mercado e centralidade urbana desenvolvidos pelos teóricos alemães, na década de 1930, no contexto do desenvolvimento econômico e urbano daquele país, à época (Losch, 1969; Christaller, 1966; Marshall e Wood, 1995).

Em função destas transformações, decorre a criação das chamadas “cidades globais”, com capacidade de polarização e comando da economia mundial (Sassen, 1991). Cria-se, ao mesmo tempo, uma hierarquia urbana mundial, com funções ao mesmo tempo concorrenciais e complementares. Isto porque, ao mesmo tempo que se amplia a comercialização de serviços à distância, certa natureza de serviços ainda tem sua oferta e consumo limitadas no espaço, criando ou recriando as áreas de mercado no sentido das formulações teóricas de Losch e Christaller. Como consequência, criam-se distintos níveis de polarização, hierarquizados em função da dimensão e complexidade das estruturas econômicas urbanas, indo das cidades globais para as metrópoles mundiais, nacionais, macro-regionais, meso-regionais e micro-regionais. Por sua vez, a diversificação e complexidade dos serviços exige um esforço adicional para entender as especificidades destes. O aumento da importância dos serviços dentro da estrutura econômica é tal que, entre 1970 e 1990, para os países da OECD, a agricultura perdeu 12 milhões de empregos, a indústria os ampliou em apenas 1,7 milhões, enquanto o setor serviços criou 89 milhões de novos empregos (Marshall e Wood, 1995).

Ao lado das forças de mercado, o sucesso econômico de cada metrópole passa a depender cada vez mais das iniciativas locais (públicas e privadas), não se podendo esperar que todas as soluções venham de fora. Aumenta-se a importância dos agentes locais, através dos seus ambientes sociais de inovação, representado pelos valores culturais da sociedade, pela ação pública, pela base empresarial e sua força empreendedora, pelo sistema educacional, pela base acadêmico-universitária e de pesquisa, entre outros.

No caso do Brasil, ao lado das metrópoles primazes, São Paulo e Rio de Janeiro, a dinâmica econômica no território induz o desenvolvimento de metrópoles de segundo nível, as quais passam a comandar seus macro-espaços e a produzir economias de aglomeração para os próprios serviços e para outras atividades, realimentados pela influência cruzada entre setores produtores de bens e de serviços. Na medida que a excessiva concentração populacional e econômica começa a criar deseconomias de aglomeração nas cidades primazes, reforça a tendência à expansão das metrópoles de segundo nível, as quais entram em um círculo realimentador de economias de aglomeração e crescimento local. Algumas das novas metrópoles se destacam neste processo de reorganização do espaço urbano brasileiro, a exemplo de Curitiba e Belo Horizonte, tendo em vista sua proximidade das metrópoles primazes. Por sua vez, a aglomeração econômica nestes novos centros urbanos amplia localmente a diversificação e especialização dos serviços. Como muitos destes exigem economia de escala, reforça-se a concentração urbana e o papel das novas metrópoles que tende a ser mais relevante quando consideradas as distâncias entre elas e as metrópoles primazes e o fato de que o crescimento econômico brasileiro se faz com desconcentração destas últimas, mas com reaglomeração no mesmo macro-espaço.

3. A dinâmica diferenciada das metrópoles brasileiras

3.1. Os macropólos e os Pólos Nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo

Na questão espacial brasileira observam-se, aproximadamente, quatro níveis de polarização. O primeiro, de natureza microregional, refere-se ao processo de polarização imediata, em que, num conjunto dificilmente superior a sete ou oito municípios, cria-se um núcleo (em geral não inferior a 50 mil habitantes) fornecedor de alguns serviços básicos para o entorno¹.

O segundo nível, de natureza mesoregional, compreende o processo de polarização entre microregiões, em que serviços um pouco mais complexos e a indústria com produtos transportáveis em raio limitado (em torno de 100km) constituem a base do poder de influência do núcleo sobre o entorno.

O terceiro nível, que resulta em 11 macropólos brasileiros², implica polarização através de serviços complexos e indústria com produtos transportáveis, embora com alguma relevância do seu custo de transporte. Por essa razão, seu poder de influência tem uma nítida dimensão espacial que não pode ser evitada ou superada. Neste sentido, as macroregiões não se diferenciam, em termos de sua natureza espe-

¹ Aproximadamente, este nível microregional corresponde às microregiões da FIBGE.

² A regionalização adotada neste trabalho decorre da pesquisa, em elaboração pelo CEDEPLAR, dentro do projeto Pronex – Dinâmica Demográfica, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

cificamente espacial, das meso e microregiões, ficando as diferenças por conta dos fatores de polarização, espacialmente mais restritos ou mais amplos, conforme se avance do nível micro para o nível macro.

Há, entretanto, um quarto nível: o dos pólos nacionais, formados por São Paulo e Rio de Janeiro, cujo poder de influência é representado por serviços muito complexos ou aqueles de dimensão institucional, como os impostos pela centralização dos serviços financeiros. Assim, seja em função da espacialidade restrita dos serviços complexos, seja em função de sua institucionalidade, isto é, ligada ao fato de possuímos uma moeda e um mercado nacionais, os pólos São Paulo e Rio de Janeiro têm, nesta dimensão, uma natureza aespacial, possuindo um poder de influência ilimitado na economia nacional. Entretanto, enquanto macropólos, São Paulo e Rio de Janeiro têm dinâmica e poder de influência espacialmente definidos e distintos: o primeiro é dinâmico e polariza uma área com grande densidade econômica e poder de crescimento; o segundo é estagnado e polariza uma área restrita. Por outro lado, enquanto pólos nacionais, mantidos os pressupostos do processo de polarização, especialmente os de natureza institucional que têm importância decisiva para o Rio de Janeiro, a espacialidade específica tende a ser pouco relevante, o que cria uma realidade nova e distinta para análise dos macropólos.

Em especial, pode-se afirmar que as nove demais macroregiões brasileiras são a um só tempo espaços econômicos concorrentes e áreas polarizadas por Rio de Janeiro e São Paulo. A esse respeito, vale analisar a situação específica das quatro regiões metropolitanas com maior crescimento entre 1985/96 (vide Tabela 1). Campinas, por exemplo, que constitui o núcleo de uma mesoregião inserida no macropólo de São Paulo, tem o seu dinamismo limitado enquanto área polarizada pela AMSP, e, ao mesmo tempo, facilitado e favorecido enquanto espaço mesoregional próximo e alternativo à AMSP. Belém, no outro extremo, dada a sua distância de São Paulo e Rio de Janeiro, sofre em grau pequeno a concorrência destes dois macropólos, ao mesmo tempo em que é polarizada pelos dois pólos nacionais. A não concorrência tem uma grande desvantagem: dificilmente essa região conseguirá ser uma área alternativa a São Paulo e Rio de Janeiro, o que implica que seu dinamismo dependerá exclusivamente de sua Base Exportadora, vale dizer, da extensa base de recursos naturais dessa macroregião. Belo Horizonte e Curitiba, neste contexto, ocupam uma situação singular. Macropólos submetidos a uma forte concorrência de Rio de Janeiro e São Paulo³, constituindo áreas nacionalmente polarizadas e, ao mesmo tempo, espaços macroregionais alternativos a São Paulo e Rio de Janeiro. Obtêm, assim, duas fontes de dinamismo, o de sua Base Exportadora e o da proximidade de Rio de Janeiro e São Paulo, que de fator limitativo, tempos atrás, passou a fator de dinamização.

Tabela 1
Crescimento do PIB por região metropolitana - 1985/1996

REGIÃO METROPOLITANA	CRESCIMENTO 1985/1996 (%)
Belém	58,9
Belo Horizonte	54,5
Curitiba	46,7
Campinas	40,5
São Paulo	33,6
Brasília	30,2
Fortaleza	29,4
Salvador*	25,9
Porto Alegre	18,1
Recife	16,3
Rio de Janeiro*	11,0
Total das RMs	31,8

Fonte: ANDRADE; SERRA. 1999.

(*)-Estimativa própria a partir dos dados de Andrade e Serra 1996 e reestimando-se (para menos) o PIB de 1985 das duas RMs

3.2. A reversão da polarização industrial das áreas metropolitanas primazes

Embora tenha sido o primeiro grande centro industrial do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro e a sua área metropolitana começaram a perder posição relativa na produção industrial brasileira à medida que o estado de São Paulo e, em especial, sua área metropolitana passaram a ser a grande alternativa para a localização industrial no Brasil.

³ Fato que ajuda a explicar o pequeno tamanho relativo destas regiões no cenário brasileiro até os anos sessenta.

No tocante a São Paulo, observe-se que a partir da segunda metade da década de 1960, com a retomada do crescimento industrial do país e o lançamento de um novo pacote de projetos, começou a ocorrer um processo de reversão da polarização industrial da Área Metropolitana de São Paulo e, consequentemente, de perda de sua participação relativa na produção industrial do país. Na primeira fase, em um ambiente de crescimento acelerado, que prevaleceu na segunda metade da década de 1960 e ao longo da década de 1970, todos os estados cresceram. No entanto, a maioria dos estados, à exceção do Rio de Janeiro e Pernambuco, cresceram mais que São Paulo, permitindo um efeito generalizado de desconcentração industrial (Tabela 2), o que foi parcialmente compensado pelo crescimento dos serviços. Neste caso, a ampliação do papel da área metropolitana de São Paulo na polarização nacional e o aumento da concentração financeira e dos serviços mais sofisticados permitiram um relativo crescimento do PIB, ficando aquela área na Quinta posição entre as onze áreas metropolitanas analisadas (Tabela 1).

Tabela 2
Distribuição do VTI da indústria de transformação por grandes regiões, estados,
regiões metropolitanas e interior selecionados
1970 / 1980 / 1985 / 1990 / 1995 / 1999 (%)

Estados	1970	1980	1985	1990*	1995*	1999*
Norte	0,82	2,39	2,49	4,41	3,98	2,97
Nordeste	5,73	8,06	8,61	8,34	7,93	8,42
Minas Gerais	6,45	7,71	8,25	8,72	8,83	9,42
<i>RMBH</i>	2,30	3,24	3,14	3,01	3,08	3,24
<i>Interior de Minas Gerais</i>	4,15	4,47	5,11	5,71	5,75	6,18
Espírito Santo	0,47	0,89	1,22	0,98	1,02	1,20
Rio de Janeiro	15,65	10,60	9,47	9,80	8,55	7,99
<i>RMRJ</i>	12,42	8,18	7,41	7,48	6,32	5,87
<i>Interior do Rio de Janeiro</i>	3,23	2,42	2,06	2,32	2,23	2,12
São Paulo	58,11	53,43	51,90	49,20	49,73	48,16
<i>RMSP</i>	43,47	33,66	29,38	29,78	28,25	26,29
<i>Interior de São Paulo</i>	14,60	19,77	22,52	19,42	21,48	21,87
Sudeste	80,68	72,63	70,83	68,70	68,14	66,77
Sul	11,98	15,76	16,70	17,31	18,34	20,16
Centro-Oeste	0,79	1,16	1,37	1,25	1,62	1,68
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FIBGE. Censos industriais 1970, 1980, 1985; FIBGE. PIM/PIF de 1985 a 1999; IPEA. RAIS/MTB.

(*) Estimativa com base na evolução da produção física da indústria de Transformação do período 1985 a 1999. Para estimar os dados da RMSP, RMRJ, RMBH e interior usaram-se os dados da RAIS/MTB.

As razões básicas para este processo de desconcentração podem ser assim sintetizadas: a) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; b) ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção de infra-estrutura; c) busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização industrial e dos serviços; d) unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações; e) efeitos locais da competição inter-empresarial, especialmente para o aproveitamento de recursos naturais, criação de barreiras à entrada e ocupação de novos mercados reais ou potenciais (Diniz, 1991; Diniz, 1993).

A crise econômica da AMSP parece estar se acentuando, com a crise da economia brasileira, a competição com produtos importados, a dificuldade de ampliar as exportações e, com a localização de um conjunto de novos projetos no próprio interior de São Paulo e em outros estados, com destaque para o setor automotivo nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, mais recentemente, na Bahia.

Em síntese, a área metropolitana de São Paulo está mudando suas funções, reduzindo sua importância relativa em termos de concentração da produção industrial do país, mas ampliando suas funções de centro de serviços e de comando econômico, tanto em nível da economia brasileira quanto da integração desta com a economia internacional.

4. O crescimento da rede de metrópoles de segunda linha e a reaglomeração macro-espacial

O processo de desconcentração industrial observado a partir do final da década de 1960 se fez em uma economia fechada, com forte participação dos investimentos estatais diretos e dentro do mesmo padrão tecnológico anterior, com grande peso dos bens intermediários e insumos básicos. No entanto, as mudanças tecnológicas, o processo de privatização e a abertura externa da economia apontam no sentido de uma reconcentração na área mais desenvolvida do país, por nós caracterizada como o polígono e seu entorno definido por Belo Horizonte - Uberlândia - Maringá - Porto Alegre - Florianópolis - São José dos Campos - Belo Horizonte, excluía a área metropolitana de São Paulo (Diniz, 1993).

Os estados compreendidos neste polígono (Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), excluía a área metropolitana de São Paulo, ampliaram sua participação na produção industrial do país de 32% para 51%, entre 1970 e 1999. Tomadas as aglomerações industriais relevantes, entendidas como as micro-regiões geográficas do IBGE com mais de 10.000 pessoas ocupadas na indústria, segundo dados do Censo Industrial de 1970 e 1980 e dados da RAIS para o ano de 1991, o número dessas aglomerações, no Brasil, subiu de 33, em 1970, para 90, em 1991 (Diniz e Crocco, 1996). Dentre essas, o polígono referido continha respectivamente 24 e 64 nos anos mencionados. O estado de São Paulo teve o número de aglomerações industriais relevantes ampliado de 10 para 25 nos anos referidos, indicando a tendência de combinar a reversão da polarização da área metropolitana com o crescimento industrial do seu interior, coerentemente com a expansão econômica e demográfica das cidades médias brasileiras.

O novo padrão locacional da indústria, combinando o crescimento das metrópoles de segundo nível e suas periferias (Curitiba, Belo Horizonte, Campinas) e cidades médias, com predominância daquelas localizadas na Região Centro-Sul, confirmam a tendência de uma reaglomeração macro-espacial da economia nesta região, combinando a mudança de funções das metrópoles primazes sem eliminar sua capacidade de polarização. Isto demonstra a dificuldade de uma mudança no padrão macro espacial da economia brasileira e a condição subordinada das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste à dinâmica econômica da Região Centro-Sul do Brasil e ao seu centro de comando, a cidade de São Paulo.

Neste sentido, o crescimento econômico diferenciado entre as metrópoles brasileiras medido em termos do PIB (Tabela 1) deve ser qualificado pelo tamanho da base e pelas mudanças estruturais, cujo reflexo pode ser visto pela dimensão e composição do emprego. Tomados os dados de emprego apurados pelas RAIS, para o período 1986-97 e, consideradas as onze metrópoles constantes da Tabela 1, excluídos São Paulo e Rio de Janeiro, os melhores desempenhos em termos de geração absoluta de emprego foram para Brasília, Curitiba e Belo Horizonte, seguidos por Fortaleza, Campinas, Goiânia, Belém, Salvador e Recife. Porto Alegre e Manaus tiveram queda absoluta no emprego total. No entanto, quando se considera a composição do emprego, observa-se que as maiores concentrações de emprego industrial estão nas áreas metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Campinas e Curitiba, indicando uma estrutura econômica mais integrada. Entre estas, apenas Belo Horizonte teve ganho no emprego industrial no período, coerentemente com a reestruturação produtiva e ganho de produtividade. No entanto, quando se considera o emprego nos serviços, o melhor desempenho absoluto foi para Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Campinas. Porto Alegre teve redução de seu emprego, também no setor serviços. O caso de Brasília é explicado pela alta concentração da renda e demanda de serviços pessoais. A cidade não possui uma base econômica integrada, com baixa atividade industrial. O caso de Porto Alegre, embora tenha uma dimensão econômica e industrial significativa, teve o seu baixo desempenho em função da crise generalizada do setor de calçados, com alto peso na estrutura industrial local.

Assim, considerando dimensão econômica e importância industrial, destacam-se as áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba e Campinas. Neste sentido, o processo de desconcentração industrial das metrópoles primazes, São Paulo e Rio de Janeiro, e as vantagens locais das três metrópoles mencionadas (Belo Horizonte, Curitiba e Campinas) indicam que estas apresentam perspectivas de continuarem seu crescimento nos próximos anos. Isto pode ser visualizado pela localização de algumas cadeias produtivas, a exemplo do setor automotivo, com grande capacidade de gerar efeitos inter-industriais e expansão sistêmica. Assim, pode-se argumentar que estas metrópoles continuaram crescendo, do ponto de vista demográfico e econômico, no curto e médio prazos, reconfigurando a rede metropolitana brasileira, sem negar a importância das metrópoles primazes (São Paulo e Rio de Janeiro) ou de outras capitais brasileiras.

As demais metrópoles possuem situação diferenciada. Fortaleza, além do bom desempenho econômico e de uma imagem política positiva, polariza uma região pobre, o que amplia suas características de atração de migrantes. Brasília, cidade de maior renda per capita do país, exerce forte atração sobre migrantes pobres, na busca de serviços sem qualificação. Goiânia possui grande dinamismo econômico e exerce o papel de pólo de vasta área da agricultura do Centro Oeste. Além de capital estadual, vem ampliando seu parque industrial e exercendo forte atração populacional. Manaus transformou-se no grande centro urbano da região, atraindo população de uma vasta área que compreende praticamente toda a Amazônia Ocidental, embora tenha atualmente as indústrias de sua Zona Franca em crise.

5. O papel da AMBH no comando do macro-espço: a disputa com as regiões concorrentes

5.1. A AMBH no espaço meso e macroregional: o paradoxo do dinamismo

Em termos regionais, pode-se afirmar que a AMBH, aqui entendida como uma microregião definida pela FIBGE, cumpre um importante e expressivo papel de polarização, estendendo sua influência para outras 12 micros contíguas, situadas na área central do estado de Minas Gerais. Em termos estritos, esta mesoregião constitui o núcleo primeiro e principal da economia do estado, configurando uma região plenamente integrada e dinâmica, a qual responde por mais de 50% do PIB de Minas Gerais. Entretanto, para além da mesoregião de Belo Horizonte, a influência da AMBH é limitada: incorpora tão somente o norte mineiro (Montes Claros), o nordeste (Teófilo Otoni), o leste (Governador Valadares), o Vale do Aço e Divinópolis. As demais mesoregiões do estado constituem área de influência do Rio de Janeiro (Juiz de Fora), São Paulo (Varginha, Itajubá e Uberlândia) e Brasília (Unai).

Vale dizer, no tocante à divisão das áreas de influência dos 11 macropólos nacionais, que a AMBH tem um entorno limitado, ficando restrita às seis mesoregiões mencionadas, as quais, tirante a própria AMBH, pouco significam no contexto econômico-espacial brasileiro. Especificamente, o duopólo Brasília-Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, ou mesmo Salvador têm um entorno com maior dimensão econômica do que Belo Horizonte. Neste sentido, à primeira vista pareceria mais ou menos evidente que a situação desta região assemelhar-se-ia à do Rio de Janeiro, cujo entorno é relativamente restrito e pouco dinâmico.

No entanto, os dados e a análise desenvolvida nos itens anteriores mostram que esta região possui dinamismo e perspectivas de expansão, apesar da limitação geográfica da região polarizada pela AMBH. Com efeito, desde os anos 70 esta região vem crescendo não apenas acima da média nacional, mas também acima da maioria das regiões metropolitanas, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Entre 1985 e 1996, cresce 54,5%, abaixo apenas de Belém e muito superior à média das RMs (cerca de 32%) ou mesmo áreas reconhecidamente dinâmicas como Curitiba e Campinas (vide Tabela 1). Este aparente paradoxo e as razões do surpreendente dinamismo de Belo Horizonte e sua competição com Curitiba serão melhor detalhados e explicados no item seguinte.

5.2. Belo Horizonte e Curitiba: a competição dos macropólos mais próximos de SP e RJ

Desde os anos trinta até o início dos anos sessenta, Belo Horizonte e Curitiba constituíam regiões apenas de importância mediana no contexto do desenvolvimento brasileiro. A primeira tendo como referência a base exportadora minerometalúrgica e um setor agropecuário estagnado e voltado predominantemente para o mercado interno, e a segunda tendo como ponto de partida uma agricultura de subsistência no sul e leste do Paraná e uma base exportadora centrada na exploração de madeira, em extinção, e na já esgotada cultura do café, no norte, as quais davam sinal de escassa possibilidade de expansão além do permitido pela suas atividades básicas. Adicionalmente, a proximidade de São Paulo e Rio de Janeiro tendia a impor um limite estreito para a criação de um processo de aglomeração urbano-industrial relevante. Assim, em 1960, Belo Horizonte era apenas a quinta Área Metropolitana do país (Porto Alegre, terceira e Recife, quarta) e Curitiba a oitava; nos dias atuais Belo Horizonte é a terceira (em PIB e população) e Curitiba tende a ser a quarta (em PIB) e a sexta em população.

Na verdade, esta mudança na hierarquia das RMs, não podendo ser explicada pelo dinamismo de suas atividades básicas, só encontra explicação nas características peculiares do desenvolvimento regional brasileiro. Como já fora analisado inúmeras vezes, houve, de fato, a partir do início dos anos setenta, um amplo processo de desconcentração regional no Brasil, sustentado pelo gasto estatal, pela expansão da fronteira de recursos naturais, pelos incentivos fiscais e pelo aumento dos custos urbanos, isto é, pelo aumento das deseconomias de aglomeração em ritmo superior aos ganhos aglomerativos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Nos início dos anos oitenta, com a crise definitiva do antigo modelo brasileiro de desenvolvimento, o componente do gasto estatal deixa de existir enquanto propulsor do crescimento, e, especialmente, do crescimento regional. Ao mesmo tempo e paralelamente, a expansão da fronteira de recursos naturais, embora tenha tido uma evolução persistente até os dias atuais, veio aos poucos perdendo relevância enquanto fator de crescimento regional, tendência que se acelerou com a generalização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos anos noventa. Por outro lado, houve um esgotamento da política de incentivos fiscais clássicos, como na área da SUDENE, os quais tendem a funcionar apenas nos casos em que há nichos de especialização assimiláveis e factíveis de implementação nas regiões incentivadas. Tirante isto, o mecanismo de incentivo fiscal que ainda funciona é aquele adotado por estados que sediam macropólos fortemente concorrentes, não por coincidência liderados pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná e que tem levado a uma crescente e recorrente guerra fiscal.

Por todas essas razões, é lícito concluir que, atualmente, o único fator de desconcentração persistente e cada vez mais importante é a combinação do processo desaglomerativo de São Paulo e Rio de Janeiro com a criação de economias de aglomeração nos macropólos próximos, o que, inevitavelmente, abre espaço para uma desconcentração concentrada, isto é, com predominância dos macropólos próximos dos dois pólos nacionais: Belo Horizonte e Curitiba.

5.3. As vantagens locais de Belo Horizonte e Curitiba

A proximidade, que chegara a constituir uma desvantagem locacional em passado mais remoto, traz atualmente inúmeras vantagens para Belo Horizonte e Curitiba.

Uma delas é o compartilhamento de serviços mais sofisticados com São Paulo e Rio de Janeiro nos dois sentidos, vale dizer, como consumidores destes serviços e como produtores para um mercado mais amplo. Uma segunda vantagem é o compartilhamento das relações inter-industriais do complexo paulista, viabilizando a expansão industrial mais diversificada nestas duas regiões. Terceiro, haveria a possibilidade da venda sistemática de serviços produtivos *normais* (projetos de engenharia civil, consultorias diversas e outros) tendo como base o menor custo das remunerações, real e nominal, prevalecentes em Belo Horizonte e Curitiba. Quarto, indústrias relativamente exigentes em escala e custo de transporte podem optar, em função do menor custo urbano, pela localização em uma destas duas RMs, optando pelo abastecimento de Rio de Janeiro e São Paulo. Quinto, a infra-estrutura criada pelas bases exportadoras polarizadas pelas duas regiões (por exemplo, o complexo portuário de Paranaguá e o complexo porto-ferroviário Vitória-Minas) ajudam na viabilização das duas regiões enquanto alternativa locacional. Sexto, temos a centralidade tanto de Curitiba quanto de Belo Horizonte, ficando a primeira como ponto obrigatório de passagem da região sudeste para o sul do país, e a segunda, como ponto de passagem para parte do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Neste sentido, localizações industriais, comerciais ou mesmo de alguns serviços que combinem escala relevante com custo de transporte mediano, o que configuraria uma área de mercado ideal para regiões *centrais*, poderiam optar por Belo Horizonte e Curitiba, ao invés de se fixarem no Rio de Janeiro e São Paulo ou avançarem para macropólos geograficamente *desfocados*. Sétimo e o mais importante, a atuação dos fatores desaglomerativos no Rio de Janeiro e São Paulo, refletindo-se em aumento de seu custo urbano, com consequências tanto no *custo de vida* e na *qualidade de vida* comparativamente a Belo Horizonte e Curitiba, acabam gerando um fator locacional decisivo para estas duas regiões, especialmente quando combinados a todos os fatores acima assinalados. Por último, como consequência e fator cumulativo de todos estes pontos, à medida que estas duas RMs crescem, vão desenvolvendo economias externas, isto é, ganhos aglomerativos, os quais aumentam em muito suas possibilidades locais.

Existem, entretanto, singularidades e diferenças entre as duas regiões, cristalizando-se em vantagens (*fortalezas*) ou desvantagens (*fraquezas*) relativas de uma ou de outra.

Primeiro, o entorno agropecuário do macropólo de Curitiba apresenta maior relevância, densidade econômica e melhor distribuição fundiária do que o de Belo Horizonte, refletindo-se não apenas em uma base exportadora agropecuária mais expressiva, como também em uma melhor distribuição de renda que se manifesta comparativamente até mesmo *dentro* das RMs. Segundo, e quase como um desdobramento do primeiro, tem-se que Curitiba tende a ficar relativamente fora da *rota migratória da pobreza*, já que uma parte relevante do êxodo rural paranaense destinou-se, em boa medida, à expansão da fronteira do Centro-Oeste e Norte do Brasil, ao passo que, no macropólo de Belo Horizonte, o êxodo rural destina-se predominantemente aos centros urbanos, com destaque para a sua Área Metropolitana. Terceiro, observa-se, entre-

tanto, que há uma convergência dos problemas migratórios, uma vez que as possibilidades absolutas de ocupação da fronteira agrícola estão em processo de redução, o que implica uma aceleração absoluta e relativa do êxodo rural para Curitiba. Comparativamente, o êxodo rural mineiro, especialmente aquele proveniente das regiões norte, nordeste e leste de Minas, embora seja ainda um fenômeno muito relevante, está em curva descendente, dado o esvaziamento absoluto e relativo dessas regiões.

Com efeito, os dados da tabela 3 ilustram de forma adequada essa situação. No período 1975/85, o elevado crescimento demográfico de Curitiba teve como contrapartida um crescimento econômico quase duas vezes superior; Belo Horizonte, diferentemente, com crescimento demográfico também elevado, embora inferior a Curitiba, teve crescimento apenas ligeiramente acima do demográfico, sugerindo para a AMBH um inchamento populacional. Por outro lado, no período 1985/96, enquanto há uma grande queda do crescimento demográfico de BH, para um ritmo semelhante (em relação ao período anterior) de crescimento econômico, verifica-se uma queda para menos da metade do crescimento econômico de Curitiba, embora se mantenha um elevado ritmo de crescimento demográfico. Há, portanto, uma certa inversão da situação no último período, refletida na evolução dos PIBs per capita (vide Tabela 3).

Voltando à análise comparativa das fortalezas e fraquezas das duas regiões, um quarto ponto é que os recursos minerais da AMBH servem como contraponto à fragilidade da agropecuária, dando consistência à sua base exportadora, mesmo se reconhecendo que eles pouco interferem na questão do êxodo rural ou da distribuição de renda. Um quinto ponto é a maior proximidade de Curitiba em relação a São Paulo; em compensação, Belo Horizonte é razoavelmente equidistante de Rio de Janeiro e São Paulo. Um sexto ponto refere-se ao fato de Belo Horizonte possuir um menor custo urbano do que Curitiba, tornando-se locacionalmente mais apto a beneficiar-se dos processos desaglomerativos de Rio de Janeiro e São Paulo. Por último, destaque-se o maior tamanho econômico da AMBH, em que pese o grande crescimento de Curitiba nos últimos 30 anos, o que garante um maior ganho aglomerativo para aquela região.

Tabela 3
Taxas anuais de crescimento demográfico do PIB e do PIB per capita
regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Curitiba

Períodos	Belo Horizonte	Curitiba
1975/85		
Demográfico	3,57	4,25
PIB	4,00	8,00
PIB Per Capita	0,41	3,60
1985/90		
Demográfico	2,28	3,20
PIB	4,05	3,55
PIB Per Capita	1,70	0,34

Fonte: ANDRADE; SERRA. FIBGE. *Censos demográficos*. 1999.

Uma síntese dos pontos dos fatores de inserção positiva na divisão espacial do trabalho analisados acima, bem como das fortalezas e fraquezas das duas regiões encontra-se no Quadro 1.

Destaque-se, finalmente, que a vantagem principal das duas regiões, vale dizer, a boa proximidade de Rio de Janeiro e São Paulo, deverá ser ainda mais potencializada na medida que forem concluídas as duplicações da Fernão Dias e Régis Bittencourt, o que deverá acelerar cumulativamente várias das vantagens (fortalezas) analisadas acima.

Quadro 1

Fatores comuns de inserção positiva e singularidades de Curitiba e Belo Horizonte

FATORES	BELO HORIZONTE	CURITIBA
Fatores Comuns		
1)	Compartilhamento de serviços mais sofisticados com RJ e SP	idem
2)	Compartilhamento das relações interindustriais do complexo paulista	idem
3)	Venda usual e sistemática de serviços para RJ e SP	idem
4)	Infraestrutura criada pela base exportadora	idem
5)	Localização de indústrias com escala e custo de transporte relevantes, dado o menor custo urbano	idem
6)	Centralidade	idem
7)	Maior custo urbano	idem
8)	Ganhos aglomerativos cumulativos	idem
Fortalezas (Fo) e Fraquezas (Fa)		
1)	Menor densidade e qualidade do entorno agropecuário (Fa)	Maior densidade econômica e qualidade do entorno agropecuário (Fo)
2)	Região de recepção de forte êxodo rural	Relativamente fora de rota paranaense do êxodo rural (Fo)
3)	Caráter descendente do êxodo rural mineiro (Fo)	Caráter ascendente do êxodo rural paranaense
4)	Recursos minerais complementam e dão consistência à base exportadora (Fo)	Sem recursos minerais relevantes (Fa)
5)	Equidistância de RJ e SP (Fo)	Maior proximidade de SP
6)	Custo urbano comparativamente baixo (Fo)	Custo urbano comparativamente alto (Fa)
7)	Maior tamanho econômico gera ganhos aglomerativos (Fo)	Menor tamanho comparativo gera ganhos aglomerativos menores (Fa)

5.4. Ganhos aglomerativos e deseconomias de aglomeração das regiões metropolitanas

As evidências de ganhos aglomerativos passam por inúmeros indicadores, os quais implicam pesquisa primária ou detalhamentos não disponíveis para este trabalho. Entretanto, podemos recorrer pelo menos aos indicadores síntese de ganho aglomerativo, que são os dados de PIB e PIB per capita.

Os dados do PIB constituem a síntese agregada da escala produtiva de qualquer região, definindo o tamanho potencial das áreas de mercado ali nucleadas. Com efeito, como pode ser observado pela Tabela 6, a estimativa do PIB das principais RMs brasileiras não apresenta grandes surpresas, situando-se, por ordem de importância, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Curitiba. A destacar, apenas, que se apresenta, como esperado, uma grande distância entre São Paulo (e, secundariamente, o Rio de Janeiro) e as demais RMs, evidenciando uma grande diferença quantitativa (por exemplo, a AMSP é quase seis vezes superior à AMBH), o que implicitamente deve acarretar uma diferença qualitativa entre as duas primeiras (confirmando sua real condição de pólos nacionais) e os demais macropólos. Observe-se, ainda, que a AMBH ocupa claramente a primeira posição no segundo escalão das RMs, com um PIB cerca de 30% a segunda colocada, que é, ainda, P. Alegre, e 2,6 vezes a última (Belém- vide Tabela 4).

Os dados de PIB per capita, por seu turno, constituem um indicador agregado de produtividade urbana, uma vez que a população pode ser considerada uma boa proxy do custo urbano em trabalho, ao mesmo tempo em que o PIB das RMs é fundamentalmente um produto urbano⁴. Neste sentido, como uma primeira aproximação, os dados de PIB per capita para as RMs mostram-se consistentes, indicando uma eficiência urbana sem maiores surpresas (vide Tabela 4). Tirando Brasília, que é a capital federal e tem um super dimensionamento do item administração pública, S. Paulo apresenta, de longe, o maior PIB per capita das RMs, seguido pelo Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte. Observe-se, adicionalmente, que há um nítido diferencial de patamar que distancia São Paulo das demais, segmentação de um escalão intermediário (Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte) e de um escalão inferior, composto

⁴ Assinale-se que a concentração da população em determinado espaço urbano aumenta as deseconomias de aglomeração, as quais, evidentemente, não estão consideradas no conceito de PIB per capita.

pelas RMs do Nordeste e Norte. Por este tipo de dado, portanto, não há uma distinção fundamental entre Curitiba e, mais ainda, Belo Horizonte, e o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Mais grave, a distância destas quatro regiões em relação a São Paulo é muito grande, situando-se entre 24% (Rio) e 35% (BH), em termos de PIB per capita.

Tabela 4
Estimativas de PIB e PIB per capita segundo as principais regiões metropolitanas brasileiras

Região Metropolitana	em R\$ bilhões de 1996		
	PIB (em R\$ Bi)	PIB (em % do Brasil)	PIB per capita
São Paulo	155,2	22,4	9.359
Rio de Janeiro*	77,2	9,0	7.576
Belo Horizonte	26,3	3,8	6.915
Porto Alegre	20,6	3,0	7.341
Brasília	18,0	2,6	9.878
curitiba	17,9	2,6	7.377
Salvador	15,7	2,3	5.793
Recife*	15,2	2,2	4.919
Fortaleza*	12,6	1,8	4.882
Belém*	9,7	1,4	6.152
Brasil	691,9	100,0	4.403

Fonte: ANDRADE; SERRA. FIBGE. *Dados do PIB* - População e renda média das pessoas ocupadas. 1999.

(*) RJ, Recife, Fortaleza e Belém, reestimativa da pesquisa com base na renda média das pessoas ocupadas.

Como já fora afirmado, porém, este tipo de dado constitui apenas uma primeira aproximação do cálculo da produtividade urbana. Entre outros fatores, é fundamental que se incorpore minimamente a questão das deseconomias de aglomeração.

Deseconomias de Aglomeração

Várias são as evidências de aumento dos custos provocados pela concentração e aglomeração urbanas, a começar pelo problema de transporte, trânsito, e passando por problemas ambientais (drenagem e poluição), com custos de difícil mensuração. Em última instância, porém, a síntese econômica de todos estes problemas reflete-se no nível do custo urbano, o qual, ao lado da Paridade do Poder de Compra, determinam o nível de custo de vida de cada região. Embora a taxa real de câmbio não seja neutra mesmo quando se comparam áreas urbanas de um mesmo país, é bastante razoável supor que, neste contexto, o índice de custo de vida seja uma boa proxy do índice de custo urbano⁵. Assim, por exemplo, no caso brasileiro no período do plano real, a despeito das oscilações em certa medida ocasionadas pela variável cambial, no período todo há simplesmente um pequeno acréscimo (encarecimento) relativo de 5,4% do IPCA de São Paulo em relação ao das demais regiões metropolitanas e que, aproximadamente, deve estar refletindo o processo mais estrutural de encarecimento do custo urbano da AMSP vis-à-vis o Resto do Brasil.

Concretamente, lançando-se mão da base de dados de um índice nacional de custo de vida, como é o caso do IPCA da FIBGE, pode-se medir as diferenças absolutas no custo de vida entre as regiões metropolitanas, vale dizer, medir, com razoável acerto, as diferenças no seu custo urbano. Nestes termos, a tabela 5 mostra, para 1996, 1997 e 1999, o nível do custo de vida comparativo entre as 10 principais RMs.

⁵ Com efeito, na primeira fase do real, caracterizada por uma grande sobrevalorização da taxa de câmbio, o custo de vida em S. Paulo cresceu a taxas maiores do que a média das demais RMs. Na Segunda fase, marcada por um movimento de desvalorização, S. Paulo teve um crescimento menor do custo de vida do que as demais regiões metropolitanas, conforme sugerem os dados abaixo relativos ao IPCA da FIBGE:

Períodos	— S. Paulo	— Demais RMs
jun 94/ dez 96	64,6%	57,6%
dez 96/ ago99	11,9%	13,3%
jun 94/ ago99	84,1%	78,7%

Tabela 5
Custo de vida comparativo entre as regiões metropolitanas

Região Metropolitana	Custo de vida médio para o Brasil = 100		
	1996	1997	1999
São Paulo	118,7	120,5	118,3
Rio de Janeiro	113,7	114,2	116,6
Brasília	111,0	110,0	110,5
Porto Alegre	101,3	100,3	101,1
Curitiba	98,5	98,0	98,8
Recife	98,3	97,0	98,1
Salvador	94,7	92,7	92,5
Belo Horizonte	90,0	90,1	89,8
Fortaleza	90,9	88,1	88,7
Belém	90,6	87,4	87,4
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: MENEZES. FIBGE. Índice de Preço (IPCA). (2000) - estimativa do custo comparativo de 1997.

Pode-se observar, na verdade, que, como esperado, São Paulo é a região mais cara do Brasil, seguida de perto pelo Rio de Janeiro e, evidenciando suas particularidades de cidade planejada como capital federal, Brasília. Ao mesmo tempo, Porto Alegre, Curitiba, Recife e Salvador são mais caras que Belo Horizonte, a qual apresenta custo de vida maior apenas do que Fortaleza e Belém, sendo esta a Área Metropolitana mais barata do Brasil. Entendido como proxy do custo urbano, o dado de índice de custo de vida comparativo é ainda mais significativo, na medida que revela uma vantagem da AMBH em relação a todas as principais regiões concorrentes, vale dizer, os pólos nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e as relativamente próximas Porto Alegre, Salvador e Recife, e Curitiba, a concorrente direto na apropriação locacional dos processos desaglomerativos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por outro lado, na fusão da Tabela 4 com a Tabela 5, pode-se chegar a um tipo de informação que poderia ser tomada como *proxy* da produtividade urbana, em função da divisão do PIB *per capita* pelo custo de vida comparativo: obtém-se, assim, o PIB *real per capita*, como mostra a Tabela 6. Brasília, neste sentido, que possui o maior PIB *nominal per capita*, continua tendo o maior PIB real, apresentando uma distância considerável das demais RMs, inclusive de São Paulo. Ao mesmo tempo, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo apresentam o maior recuo relativo, Belo Horizonte tem o maior avanço relativo e absoluto: de sexta região brasileira em termos do PIB *nominal*, passa a terceiro em termos reais, situando-se apenas 3% abaixo de São Paulo, e acima de Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Observe-se, adicionalmente, que Belo Horizonte, juntamente com Curitiba, constituem, numa perspectiva agregada, a melhor alternativa locacional para os processos desaglomerativos de São Paulo e Rio de Janeiro, parecendo possuir um custo urbano relativamente baixo, ao lado de uma localização privilegiada e de uma razoável capacidade aglomerativa. Por último, destaque-se a posição de Belém, cujo PIB *real per capita* já se situa em nível ligeiramente superior ao Rio de Janeiro, revelando-se o núcleo efetivo e verdadeira *capital* do macropólo da Amazônia, que se caracteriza por uma base primário exportadora muito dinâmica.

Tabela 6
Produtividade urbana das RMs: PIB per capita dividido pelo custo de vida comparativo

Região Metropolitana	1996 (em R\$ de 1996)	
	PIB Real	PIB Real per capita
São Paulo	130,7	7.885
Rio de Janeiro	67,9	6.663
Belo Horizonte	29,2	7.683
Porto Alegre	20,3	7.247
Brasília	16,2	8.899
Curitiba	18,2	7.489
Salvador	16,6	6.117
Recife	15,5	5.004
Fortaleza	13,9	5.371
Belém	10,7	6.790
Brasil	691,9	4.403

Fonte: Tabela 4 e 5

6. Conclusões

São basicamente três as principais conclusões dessa parte do estudo.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que, em termos mais gerais, apesar da abertura externa e o processo de globalização estarem promovendo profundas modificações nas cidades brasileiras, mantém-se um processo de recriação das estruturas locais, que conferem especificidades aos espaços urbanos e regiões. Entre outras conseqüências, isto implica a manutenção de uma dinâmica regional singular para o espaço econômico nacional, coexistindo com o processo de globalização.

Em segundo lugar, observa-se, como corolário desta singularidade, uma dinâmica diferenciada das metrópoles brasileiras em vários sentidos, inclusive no tocante a variáveis básicas e importantes, como a demográfica, o emprego e o crescimento econômico. No fundamental, mantém-se uma dinâmica concentrada *dentro* da região Centro-Sul, cujos extremos são Curitiba ao sul, Belo Horizonte a nordeste, Brasília e Goiânia a noroeste e o interior de São Paulo a oeste, tendo como vértice principal a área metropolitana de São Paulo. Este movimento, que espacialmente poderia ser denominado de *poligonal*, representa uma desconcentração- concentrada, vale dizer, concentração na área do polígono em detrimento do *resto do Brasil*, e desconcentração da Área Metropolitana de São Paulo em direção à área do polígono.

Em terceiro lugar, a partir de uma regionalização do espaço econômico brasileiro, e definindo São Paulo e Rio de Janeiro como pólos nacionais, e as demais oito apenas como macropólos, pode-se afirmar que a desconcentração concentrada refere-se, além do macropólo específico de São Paulo, aos macropólos de Belo Horizonte e Curitiba, que têm apresentado indicadores expressivos de dinamismo e grande potencialidade locacional.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *O Recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, 554).
- AZZONI, C. R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- BONAVERO, P.; DANSERO E. (Org.). *L'Europa delle regioni e delle reti: I nuovi modelli di organizzazione territoriale nello spazio unificato europeo*. Torino: UTET, 1998.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- CONTI, S. *Global - local perspectives: a review of concepts and theoretical proposal*. Paper apresentado na Annual Conference of the International Geographical Union - Commission of the Organization of the Industrial Space, Seul, 1995.
- DANIELS, P. W. *Service industries in the world economy*. Oxford: Blackwell, 1993.
- DEVELOPMENT and Planning: a reader. Cambridge: MIT, 1969.
- DICKEN, P.; et al. Unpacking the Globe In: LEE, Roger; WILLS, Jane (Ed.). *Geographies of economies*. London, Arnold, 1997.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. In: *R. Nova Economia*. Belo Horizonte, v.3, n.1, 1993.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: *R. Nova Economia*. Belo Horizonte, v.6.n.1, jul. 1996.
- GRANOVETER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, n.3, 1985.
- IPEA; PNUD; FIBGE; FJP. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília: 1998.
- LAGE, M. de F. G. *Padrão locacional da indústria eletrônica no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1993. Dissertação de Mestrado.
- LEME, Ruy A. da Silva. *Contribuições a teoria da localização industrial*. São Paulo: USP, 1982.
- LOSCH, August. Economic regions. In: FRIEDMANN, J.; ALONSO, W. *Regional*. s.n.t.
- MARKUSEN, A. Sticky place in slippery space. In: *Economic Geography*. 1995.
- MARSHALL, N.; WOOD, P. A. *Services and Space: key aspects of urban and regional development*. London: Longman, 1995.
- MENEZES, T. Entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, 22/02/2000.
- ROCHA, S. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução 1981/95*. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, 567).
- SASSEN, S. *The global city*. New York, London, Tokyo. New York: Princeton University Press, 1991.
- WEBER, A. *Theory of location of industries*. Chicago: University of Chicago, 1929.

Indicadores Econômicos

PIB

Produto Interno Bruto – PIB/BH

Visando dotar o município de um instrumento que permita acompanhar a evolução de sua economia, determinar a parcela que cada setor de atividade econômica representa na composição da economia belo-horizontina e acompanhar as alterações ocorridas nesta composição, a Secretaria Municipal de Planejamento, através do Departamento de Informações Técnicas, apura e divulga o Produto Interno Bruto do município desde 1993.

A metodologia utilizada segue os padrões técnicos da ONU e do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, estando disponível no Departamento de Informações Técnicas da SMPL. Os dados são divulgados trimestralmente, permitindo-se uma avaliação conjuntural da realidade sócio-econômica da cidade de Belo Horizonte.

Os 3 setores básicos da composição do PIB municipal são o Setor Agropecuário, o Setor Industrial e o Setor Serviços. Cada um destes, por sua vez, é subdividido em outros subsetores. Os dados utilizados na variação das atividades destes subsetores são específicos, procurando-se utilizar informações diretamente relacionadas a cada um deles, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3.1 – Dados utilizados na mensuração do PIB por subsetor

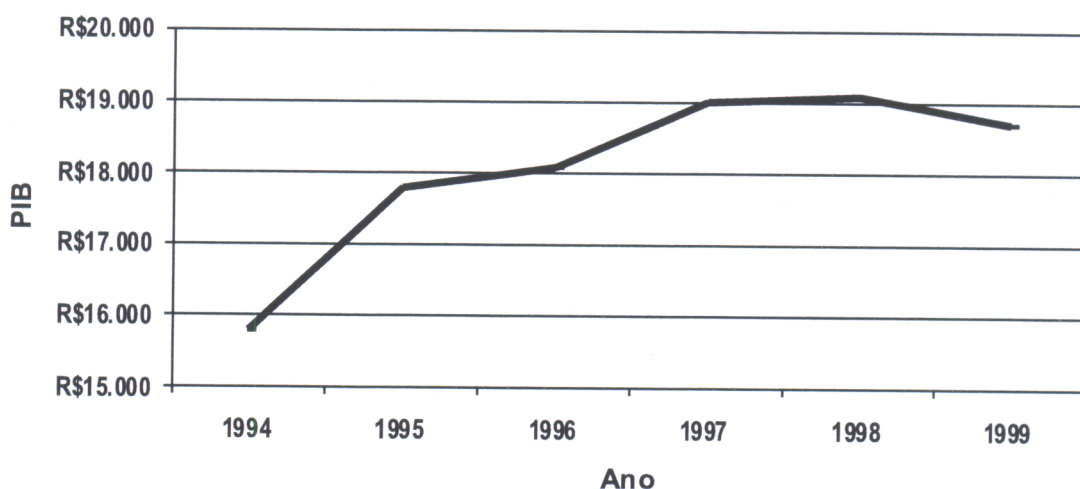
ESPECIFICAÇÃO	DADOS
SETOR AGROPECUÁRIO Agropecuária	Arrecadação de ICMS das atividades primárias e variação mensal do IPA-produtos agrícolas
SETOR INDUSTRIAL Indústria Extrativa Mineral Transformação Construção Civil Setor privado Obras PBH Obras Governo Federal Obras Governo Estadual Serviços Industriais de Utilidade Pública Energia Elétrica Comunicações Saneamento/Abastecimento de Água Coleta de Lixo	Arrecadação de ICMS da indústria extrativa, variação mensal do IPA-OG - produtos industriais - extrativa mineral Arrecadação de ICMS da indústria de transformação, variação mensal do IPA - setor industrial, consumo e número de consumidores no setor industrial Certidões de Baixa e Habite-se e consumo aparente de cimento em Minas Gerais Investimentos da Prefeitura em Belo Horizonte e CUB Investimentos no Metrô e CUB Investimentos no PROSAN, trincheiras e CUB Consumo total de energia em Belo Horizonte Arrecadação de ICMS dos serviços de comunicação e variação mensal do IPCA - serviços de comunicação (IPEAD) Número de ligações de água Despesa mensal SLU e variação mensal do IPCA-amplio (IPEAD)
SETOR SERVIÇOS Comércio/Serviços Comércio Atacadista Comércio Varejista Transporte Instituições Financeiras Outros Serviços Aluguel Administração Pública Municipal Estadual Federal	Arrecadação de ICMS do comércio atacadista, variação mensal do IPA, consumo de energia e número de consumidores no setor comercial, variação mensal do comércio varejista publicada pela Federação do Comércio e CDL Arrecadação de ICMS do comércio varejista, variação mensal do IPA, consumo de energia e número de consumidores no setor comercial, variação mensal do comércio varejista publicada pela Federação do Comércio e CDL Número de passageiros transportados em ônibus no município e número de passageiros e carga no Aeroporto da Pampulha Arrecadação ISS no setor de instituições financeiras e IPCA-amplio (IPEAD) Arrecadação ISS, consumo de energia e número de consumidores no setor comercial Número de consumidores de energia residenciais, variação mensal do IGP-DI e do IPCA – setor aluguéis (IPEAD) Folha da Prefeitura Municipal e variação mensal do IPCA – amplo (IPEAD) Estimativa da Folha do Governo Estadual e variação mensal do IPCA – amplo (IPEAD) Estimativa da Folha do Governo Federal e variação mensal do IPCA – amplo (IPEAD) e IGP-DI

O PIB de Belo Horizonte no período de 1993 a 1999

A análise da composição estrutural do PIB de Belo Horizonte, no período de 1993 a 1999, indica o setor terciário (serviços e comércio) como o mais importante, pois contribui com aproximadamente 80% da riqueza produzida no município. Em contraste, o setor agropecuário praticamente não existe. Já o setor Industrial participa com cerca de 20% do produto, englobando importantes ramos de atividade, como a Indústria, a Construção Civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública.

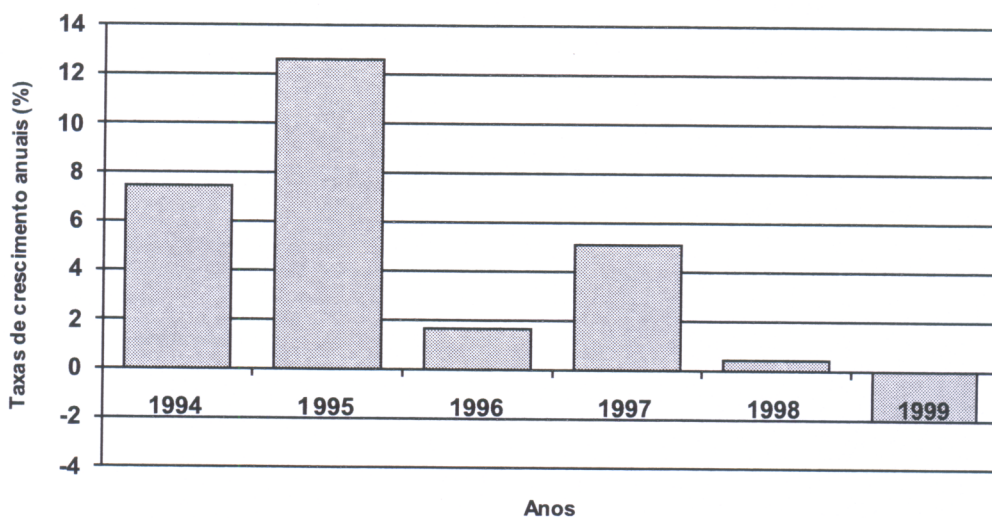
Nesta última década, o PIB municipal evoluiu favoravelmente: de R\$14.702.735,00 para R\$18.705.986,00 (valores em R\$1.000,00 reais de dezembro de 1999), conforme apresentado no Gráfico 1. A variação total observada no período foi de 27,2 %, tendo em destaque os subsetores de Obras do Governo Municipal e Federal, Construção Civil (Setor privado), Transporte, Comunicações e Administração Pública Municipal que apresentaram um crescimento significativo no período em questão. Os únicos itens que variaram negativamente foram: as Indústrias Extrativa e de Transformação, a Agropecuária e as Obras do Governo Estadual.

GRÁFICO 1
Evolução do PIB de Belo Horizonte (em R\$ 1.000.000,00) 1993 a 1999



Ao longo do período analisado percebe-se que as maiores taxas de crescimento ocorreram nos dois primeiros anos da série (Gráfico 2). Em 1996, há uma redução brusca no crescimento da renda, que se recupera discretamente em 1997, voltando a declinar nos anos de 1998 e 1999. Vale destacar, que os resultados do último ano foram os piores, quando praticamente todos os setores e/ou subsetores apresentaram taxas de crescimento negativas.

GRÁFICO 2
Taxas de crescimento anuais do PIB de Belo Horizonte (%) 1993 a 1999



de construção civil (17,05 %) e pelo comércio/serviços (5,34 %). Os serviços industriais de utilidade pública e o subsetor de administração pública tiveram desempenho mais modesto (1%). Já a indústria apresentou retração, juntamente com o subsetor de aluguéis, muito embora a indústria brasileira e a mineira tenham apresentado expansão da atividade e do emprego industrial neste período.

As tabelas a seguir sistematizam e consolidam uma série de dados sobre o PIB municipal, oferecendo subsídios para um entendimento mais minucioso da economia de Belo Horizonte.

**Tabela 3.1 - Evolução do Produto Interno Bruto por classe e ramo de atividade
Belo Horizonte - 1993-2000**

ESPECIFICAÇÃO	(R\$1.000,00 de dezembro de 1999)									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1º trim 2000	2º trim 2000	
1. Setor agropecuário	1.131,25	1.338,39	1.482,46	1.724,47	1.427,67	1.026,41	101,18	5,52	7,58	
Agropecuária	1.131,25	1.338,39	1.482,46	1.724,47	1.427,67	1.026,41	101,18	5,52	7,58	
2. Setor Industrial	3.048.988,82	3.325.663,44	3.436.732,49	3.401.370,92	3.582.967,25	3.540.748,26	3.423.863,82	808.213,05	873.367,65	
2.1 - Indústria	2.148.200,51	2.195.441,96	2.181.488,26	2.074.735,85	2.076.554,96	1.875.275,89	1.784.922,28	401.828,11	442.480,09	
Extração mineral	68.411,15	29.776,53	7.459,63	15.700,13	15.460,19	5.431,87	7.683,67	352,06	1.017,45	
Transformação	2.079.789,36	2.165.665,42	2.174.028,64	2.059.035,72	2.061.094,77	1.869.844,02	1.777.238,61	401.476,06	441.462,65	
2.2 - Construção Civil	530.269,54	735.651,99	809.172,04	856.837,89	1.032.988,69	1.180.396,59	1.137.219,96	287.542,53	301.872,60	
Setor privado	466.309,55	575.349,30	626.043,23	677.556,48	826.537,37	951.969,77	924.760,10	242.249,79	259.424,83	
Obras PBH	34.076,45	72.862,84	125.820,35	106.534,96	72.274,25	49.610,58	138.604,94	40.476,74	31.826,11	
Obras Governo Federal	17.014,24	82.045,87	47.092,47	50.402,61	80.652,89	129.579,24	68.463,96	4.342,66	10.150,54	
Obras Governo Estadual	12.869,30	5.393,98	10.215,98	22.343,85	53.524,17	49.237,00	5.390,96	473,34	471,12	
2.3 - Serviços Ind. de Utilidade Pública	370.428,77	394.569,49	446.072,20	469.797,19	473.423,61	485.075,78	501.721,58	118.842,41	129.014,96	
Energia elétrica	100.391,92	101.735,30	109.842,88	106.011,65	112.486,82	117.930,53	119.727,70	30.774,26	30.672,58	
Comunicações	81.620,96	96.516,89	128.360,73	146.150,25	135.190,98	130.523,36	143.997,36	28.040,84	36.834,38	
Saneamento/abast.de água	134.904,50	139.540,55	144.087,01	148.923,03	154.455,05	160.724,88	167.083,51	41.703,35	42.386,80	
Coleta de Lixo	53.511,40	56.776,74	63.781,57	68.712,26	71.290,76	75.897,01	70.913,00	18.323,95	19.121,21	
3. Setor serviços	11.652.705,17	12.488.329,86	14.350.670,50	14.681.847,22	15.423.694,35	15.548.750,19	15.282.021,18	3.911.502,67	3.951.751,14	
3.1 Comércio/Serviços	7.685.709,57	8.316.297,64	9.568.313,83	9.754.396,27	10.420.772,71	10.363.141,91	10.186.924,54	2.682.268,20	2.668.018,97	
Comércio Atacadista	858.276,40	914.617,83	1.033.831,68	1.027.832,72	1.160.512,02	945.242,63	887.310,01	275.820,51	226.265,70	
Comércio Varejista	3.257.736,30	3.390.764,05	3.755.254,43	3.970.359,97	4.388.182,89	4.419.514,16	4.304.353,38	1.133.450,99	1.119.018,03	
Transporte	567.107,43	689.961,17	807.435,10	869.834,62	937.514,28	1.000.913,66	1.010.163,41	248.730,97	285.055,46	
Instituições Financeiras	689.949,75	763.105,26	1.034.632,04	891.914,74	904.996,09	922.346,30	906.877,08	234.418,85	247.381,42	
Outros Serviços	2.312.639,68	2.567.849,33	2.957.160,58	2.994.454,21	3.029.567,41	3.075.125,16	3.078.220,65	789.846,87	790.298,36	
3.2 Aluguel	760.553,56	691.491,94	860.329,91	981.400,73	995.701,73	998.948,36	961.293,94	233.799,20	233.655,97	
3.3 Administração Pública	3.206.442,04	3.460.540,28	3.902.026,76	3.946.050,23	4.007.219,91	4.186.659,92	4.133.802,70	995.435,26	1.050.076,20	
Municipal	274.042,80	321.324,64	385.730,73	415.354,40	436.360,10	468.251,37	462.072,34	113.286,76	114.696,91	
Estadual	2.007.120,81	2.152.696,45	2.315.610,73	2.411.593,99	2.465.981,90	2.535.167,14	2.449.267,94	580.325,22	594.191,57	
Federal	925.278,44	986.519,19	1.200.685,30	1.119.101,85	1.104.877,91	1.183.241,40	1.222.462,42	301.823,28	341.187,73	
TOTAL	14.702.735,25	15.795.331,68	17.788.885,45	18.084.942,61	19.008.089,27	19.090.524,86	18.705.986,18	4.719.721,23	4.825.126,37	

Fonte: PBH, SMPL - 2000.

Tabela 3.2 - Composição do Produto Interno Bruto por classe e ramo de atividade
Belo Horizonte - 1993 - 2000

ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1º trim 2000	2º trim 2000	(em %)
1. Setor agropecuário	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
Agropecuária	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
2. Setor Industrial	20,74	21,05	19,32	18,81	18,85	18,55	18,30	17,12	18,10	18,10
2.1 - Indústria	14,61	13,90	12,26	11,47	10,92	9,82	9,54	8,51	9,17	9,17
Extrativa mineral	0,47	0,19	0,04	0,09	0,08	0,03	0,04	0,01	0,02	0,02
Transformação	14,15	13,71	12,22	11,39	10,84	9,79	9,50	8,51	9,15	9,15
2.2 - Construção Civil	3,61	4,66	4,55	4,74	5,43	6,18	6,08	6,09	6,26	6,26
Setor privado	3,17	3,64	3,52	3,75	4,35	4,99	4,94	5,13	5,38	5,38
Obras PBH	0,23	0,46	0,71	0,59	0,38	0,26	0,74	0,86	0,66	0,66
Obras Governo Federal	0,12	0,52	0,26	0,28	0,42	0,68	0,37	0,09	0,21	0,21
Obras Governo Estadual	0,09	0,03	0,06	0,12	0,28	0,26	0,03	0,01	0,01	0,01
2.3 - Serviços Ind. de Utilidade Pública	2,52	2,50	2,51	2,60	2,49	2,54	2,68	2,52	2,67	2,67
Energia elétrica	0,68	0,64	0,62	0,59	0,59	0,62	0,64	0,65	0,64	0,64
Comunicações	0,56	0,61	0,72	0,81	0,71	0,68	0,77	0,59	0,76	0,76
Saneamento/abast.de água	0,92	0,88	0,81	0,82	0,81	0,84	0,89	0,88	0,88	0,88
Coleta de Lixo	0,36	0,36	0,36	0,38	0,38	0,40	0,38	0,39	0,40	0,40
3. Setor serviços	79,26	78,94	80,67	81,18	81,14	81,45	81,70	82,88	81,90	81,90
3.1 Comércio/Serviços	52,27	52,65	53,90	53,94	54,82	54,28	54,46	56,83	55,29	55,29
Comércio Atacadista	5,84	5,79	5,81	5,68	6,11	4,95	4,74	5,84	4,69	4,69
Comércio Varejista	22,16	21,47	21,11	21,95	23,09	23,15	23,01	24,02	23,19	23,19
Transporte	3,86	4,37	4,54	4,81	4,93	5,24	5,40	5,27	5,91	5,91
Instituições Financeiras	4,69	4,83	5,82	4,93	4,76	4,83	4,85	4,97	5,13	5,13
Outros Serviços	15,73	16,19	16,62	16,56	15,94	16,11	16,46	16,74	16,38	16,38
3.2 Aluguel	5,17	4,38	4,84	5,43	5,24	5,23	5,14	4,95	4,84	4,84
3.3 Administração Pública	21,81	21,91	21,94	21,82	21,08	21,93	22,10	21,09	21,76	21,76
Municipal	1,86	2,03	2,17	2,30	2,30	2,45	2,47	2,40	2,38	2,38
Estadual	13,65	13,63	13,02	13,33	12,97	13,28	13,09	12,30	12,31	12,31
Federal	6,29	6,25	6,75	6,19	5,81	6,20	6,54	6,39	7,07	7,07
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PBH. SMPL. 2000.

Tabela 3.3 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, por classe e ramo de atividade
Belo Horizonte - 1994-1999

ESPECIFICAÇÃO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	NO PERÍODO ⁽¹⁾	(em %)
1. Setor agropecuário	18,31	10,76	16,32	-17,21	-28,11	-90,14	-91,06	-91,06
Agropecuária	18,31	10,76	16,32	-17,21	-28,11	-90,14	-91,06	-91,06
2. Setor industrial	9,08	3,34	-1,03	5,34	-1,18	-3,30	12,30	12,30
2.1 - Indústria	2,20	-0,64	-4,89	0,09	-9,69	-4,82	-16,91	-16,91
Extrativa mineral	-56,47	-74,95	110,47	-1,53	-64,87	41,46	-88,77	-88,77
Transformação	4,13	0,39	-5,29	0,10	-9,28	-4,95	-14,55	-14,55
2.2 - Construção Civil	38,73	9,99	5,89	20,56	14,27	-3,66	114,46	114,46
Setor privado	23,38	8,81	8,23	21,99	15,18	-2,86	98,31	98,31
Obras PBH	113,82	72,68	-15,33	-32,16	-31,36	179,39	306,75	306,75
Obras Governo Federal	382,22	-42,60	7,03	60,02	60,66	-47,16	302,39	302,39
Obras Governo Estadual	-58,09	89,40	118,71	139,55	-8,01	-89,05	-58,11	-58,11
2.3 - Serviços Ind. de Utilidade Pública	6,52	13,05	5,32	0,77	2,46	3,43	35,44	35,44
Energia elétrica	1,34	7,97	-3,49	6,11	4,84	1,52	19,26	19,26
Comunicações	18,25	32,99	13,86	-7,50	-3,45	10,32	76,42	76,42
Saneamento/abast.de água	3,44	3,26	3,36	3,71	4,06	3,96	23,85	23,85
Coleta de lixo	6,10	12,34	7,73	3,75	6,46	-6,57	32,52	32,52
3. Setor serviços	7,00	15,10	2,31	5,05	0,81	-1,72	31,15	31,15
3.1 Comércio/Serviços	8,20	15,30	1,73	6,83	-0,55	-1,70	32,54	32,54
Comércio atacadista	6,56	13,03	-0,58	12,91	-18,55	-6,13	3,38	3,38
Comércio varejista	4,08	10,75	5,73	10,52	0,71	-2,61	32,13	32,13
Transporte	21,66	17,03	7,73	7,78	6,76	0,92	78,13	78,13
Instituições financeiras	10,60	35,58	-13,79	1,47	1,92	-1,68	31,44	31,44
Outros Serviços	10,60	15,61	1,26	1,17	1,50	0,10	33,10	33,10
3.2 Aluguel	-9,08	24,42	14,07	1,46	0,33	-3,77	26,39	26,39
3.3 Administração Pública	7,92	12,76	1,13	1,55	4,48	-1,26	28,92	28,92
Municipal	17,25	20,04	7,68	5,06	7,31	-1,32	68,61	68,61
Estadual	7,25	7,57	4,15	2,26	2,81	-3,39	22,03	22,03
Federal	6,62	21,71	-6,79	-1,27	7,09	3,31	32,12	32,12
TOTAL	7,43	12,62	1,66	5,10	0,43	-2,01	27,23	27,23

Fonte: PBH. SMPL. 2000.

(1) 1999 em relação a 1993

Índices de Preços

IPCA

**Tabela 3.4 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000 ¹**

(continua)												
ESPECIFICAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1994												
Índice geral	43,48	41,42	41,39	45,77	45,51	52,15	7,14	0,54	1,56	2,54	3,12	1,66
Alimentação	45,62	40,35	43,73	44,08	41,12	54,82	10,99	-0,48	0,19	5,10	5,52	1,74
Alimentação na residência	46,34	41,33	46,17	45,63	38,17	56,59	8,96	-0,72	0,03	6,19	5,20	0,44
Produtos industrializado	43,10	41,46	39,91	54,16	46,36	59,83	9,20	-4,62	-2,65	0,43	1,85	0,67
Produtos de elaboração primária	39,23	33,04	43,48	46,80	39,13	65,56	4,12	-1,99	-0,79	11,26	11,12	0,19
Produtos "In-natura"	67,74	54,55	61,16	30,85	21,75	35,12	17,80	10,93	6,86	9,92	2,48	0,46
Alimentação fora da residência	43,95	38,02	37,85	40,12	48,97	50,47	16,21	0,07	0,57	2,51	6,31	4,88
Alimentação em restaurante	44,97	39,49	45,42	35,21	47,27	51,44	16,66	0,12	1,15	3,39	7,44	5,01
Alimentação em bar e lanchonete	41,81	34,88	21,10	53,19	52,95	48,27	15,19	-0,04	-0,79	0,41	3,55	4,56
Produtos não alimentares	42,67	41,83	40,49	46,43	47,20	51,16	5,68	0,94	2,10	1,55	2,16	1,62
Habitação	39,60	41,30	42,74	45,99	45,86	50,78	7,12	1,88	2,37	3,49	3,33	1,86
Encargos e manutenção de habitação	37,05	39,75	43,14	45,87	46,71	47,28	6,67	2,69	3,03	5,15	2,80	2,55
Artigos de residência	41,70	42,54	42,42	46,09	45,19	53,55	7,46	1,26	1,87	2,21	3,75	1,31
Pessoais	44,24	42,88	40,56	47,15	48,67	50,93	5,73	0,91	2,52	1,49	2,34	1,67
Vestuário e calçados	32,78	40,94	34,39	43,23	50,47	52,23	8,59	2,99	4,13	4,96	2,49	3,09
Saúde e cuidados pessoais	42,81	41,97	46,31	48,04	47,26	52,53	7,87	1,02	0,72	-0,01	0,85	0,22
Despesas pessoais	52,20	44,33	41,68	48,83	48,33	49,63	3,39	-0,26	2,38	0,15	2,89	1,42
Serviços públicos	40,02	38,42	37,92	44,05	42,71	52,54	3,86	0,03	-0,02	-0,47	-0,09	1,12
Transportes, comunicação, energia, prediais	40,02	38,42	37,92	44,05	42,71	52,54	3,86	0,03	-0,02	-0,47	-0,09	1,12
1995												
Índice geral	1,90	1,36	2,28	2,38	2,99	1,66	2,33	1,73	0,88	1,45	1,28	1,69
Alimentação	0,83	-0,68	2,22	1,64	0,14	-0,66	-0,26	0,62	-0,09	0,41	1,59	1,62
Alimentação na residência	-0,20	-1,25	2,27	0,99	-1,03	-1,84	-1,11	0,51	-0,75	0,49	1,78	1,75
Produtos industrializado	-0,20	-0,18	1,35	2,37	1,49	0,93	1,15	1,67	2,32	2,43	0,25	0,63
Produtos de elaboração primária	-3,85	-6,56	-3,54	0,04	1,26	-1,85	3,62	2,19	0,65	0,54	3,02	1,78
Produtos "In-natura"	5,46	4,49	11,08	0,08	-7,20	-6,26	-9,13	-3,26	-7,47	-3,04	2,94	3,74
Alimentação fora da residência	3,23	0,62	2,10	3,07	2,66	1,81	1,69	0,88	1,38	0,24	1,15	1,33
Alimentação em restaurante	4,24	0,92	1,53	2,35	2,85	2,47	1,88	1,11	0,42	0,52	1,25	1,55
Alimentação em bar e lanchonete	0,62	-0,16	3,64	4,95	2,19	0,11	1,24	0,30	3,84	-0,45	0,91	0,77
Produtos não alimentares	2,34	2,19	2,30	2,68	4,11	2,54	3,30	2,12	1,22	1,81	1,18	1,72
Habitação	1,57	4,19	3,37	3,21	1,57	2,86	2,76	3,23	2,22	2,27	1,43	1,22
Encargos e manutenção de habitação	3,05	5,36	5,83	4,55	3,46	4,90	5,16	3,84	3,37	3,67	2,13	1,49
Artigos de residência	0,39	3,23	1,31	2,03	-0,12	0,97	-0,04	2,49	0,80	0,49	0,51	0,87
Pessoais	2,59	2,09	2,54	3,08	5,64	2,76	3,04	0,83	0,62	1,62	1,18	1,07
Vestuário e calçados	0,35	0,50	-0,92	4,35	4,64	1,87	2,52	-2,47	0,46	2,05	1,46	1,67
Saúde e cuidados pessoais	2,67	5,91	3,29	2,01	3,62	2,25	3,32	3,10	-0,42	2,24	1,64	0,89
Despesas pessoais	3,91	1,47	4,21	2,82	7,02	3,45	3,21	1,68	1,12	1,15	0,85	0,84
Serviços públicos	2,17	0,12	-0,23	0,01	0,03	0,89	5,41	6,28	2,25	1,92	0,79	5,31
Transportes, comunicação, energia, prediais	2,17	0,12	-0,23	0,01	0,03	0,89	5,41	6,28	2,25	1,92	0,79	5,31

**Tabela 3.4 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000 ¹**

ESPECIFICAÇÃO	(continuação)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1996												
Índice geral	2,22	1,48	0,63	1,09	1,16	0,96	0,83	0,21	0,15	0,44	0,24	0,51
Alimentação	3,11	0,64	-0,01	0,36	0,47	0,85	0,54	-0,24	-1,60	0,39	0,49	-0,32
Alimentação na residência	3,87	0,87	0,23	0,03	0,73	1,37	0,51	-0,25	-2,29	0,64	0,60	-0,33
Produtos industrializado	1,47	3,17	1,15	0,14	0,52	0,58	1,61	-0,02	-0,96	-0,41	0,12	-1,39
Produtos de elaboração primária	-2,68	-2,14	-0,65	-0,14	1,84	3,79	0,00	0,70	-0,33	3,68	0,48	-1,44
Produtos "In-natura"	17,19	0,76	-0,23	0,04	-0,15	-0,09	-0,69	-1,77	-6,90	-1,42	1,63	3,05
Alimentação fora da residência	1,42	0,13	-0,56	1,13	-0,14	-0,36	0,60	-0,23	-0,01	-0,19	0,23	-0,29
Alimentação em restaurante	1,26	-0,03	-1,09	0,59	-0,26	-0,40	0,87	-0,89	-0,02	-0,08	0,32	-0,19
Alimentação em bar e lanchonete	1,82	0,54	0,75	2,47	0,12	-0,25	-0,04	1,37	-0,01	-0,44	0,01	-0,52
Produtos não alimentares	1,92	1,77	0,85	1,34	1,40	1,00	0,93	0,37	0,74	0,45	0,16	0,78
Habitação	1,60	0,98	0,95	0,26	1,07	1,00	0,56	1,16	0,11	0,73	-0,09	0,58
Encargos e manutenção de habitação	1,82	1,67	1,82	1,32	1,21	1,20	1,05	1,36	0,30	0,58	0,59	0,65
Artigos de residência	1,32	0,03	-0,24	-1,21	0,86	0,72	-0,16	0,85	-0,16	0,96	-1,08	0,47
Pessoais	1,89	1,47	0,76	1,05	1,79	0,95	0,84	0,13	1,00	0,43	0,27	0,52
Vestuário e calçados	-0,69	-1,53	-1,77	2,18	2,27	1,53	0,17	-1,37	1,81	0,54	1,17	1,51
Saúde e cuidados pessoais	3,80	2,77	0,13	0,68	1,31	2,39	1,98	1,11	0,90	0,27	0,03	0,63
Despesas pessoais	2,45	2,44	2,24	0,68	1,75	0,10	0,69	0,44	0,67	0,44	-0,06	0,00
Serviços públicos	2,54	4,24	1,05	4,12	0,38	1,18	1,84	0,14	0,62	0,15	0,09	2,12
Transportes, comunicação, energia, prediais	2,54	4,24	1,05	4,12	0,38	1,18	1,84	0,14	0,62	0,15	0,09	2,12
1997												
Índice geral	1,92	0,88	-0,06	0,69	0,55	0,17	-0,09	0,03	0,19	0,62	0,32	0,81
Alimentação	3,25	1,59	0,99	-0,66	-0,89	-1,53	-1,07	0,31	-0,47	1,10	0,45	2,29
Alimentação na residência	3,75	1,99	1,36	-0,65	-1,23	-1,95	-1,59	0,07	-0,44	1,38	0,62	3,23
Produtos industrializado	1,64	1,69	0,55	-0,33	-1,55	0,42	0,48	0,79	-0,16	1,50	-0,25	1,21
Produtos de elaboração primária	-0,94	1,08	0,49	0,59	0,33	-1,25	0,73	1,09	0,02	0,26	0,78	0,74
Produtos "In-natura"	13,43	3,50	3,55	-2,46	-2,46	-6,34	-7,72	-2,53	-1,57	2,69	2,01	10,15
Alimentação fora da residência	2,10	0,64	0,11	-0,68	-0,08	-0,51	0,15	0,86	-0,55	0,47	0,04	0,10
Alimentação em restaurante	1,41	0,40	0,50	-0,63	0,04	-0,48	0,29	0,73	-0,93	1,02	-0,45	0,01
Alimentação em bar e lanchonete	3,75	1,20	-0,79	-0,79	-0,36	-0,57	-0,18	1,18	0,37	-0,79	1,21	0,31
Produtos não alimentares	1,49	0,65	-0,41	1,14	1,03	0,72	0,22	-0,06	0,40	0,47	0,28	0,35
Habitação	0,92	0,08	0,16	0,31	-0,12	-0,31	0,17	-0,03	0,03	0,07	0,23	-0,10
Encargos e manutenção de habitação	0,65	0,62	0,65	0,41	0,44	-0,09	0,36	0,09	0,12	0,39	0,27	0,34
Artigos de residência	1,31	-0,72	-0,58	0,15	-0,98	-0,64	-0,11	-0,21	-0,11	-0,44	0,18	-0,80
Pessoais	1,40	-0,24	-0,74	1,13	0,94	0,33	0,20	-0,15	0,62	0,78	0,15	0,31
Vestuário e calçados	1,08	-2,52	-2,81	3,75	1,92	1,25	-0,67	-0,44	1,52	1,80	0,99	0,37
Saúde e cuidados pessoais	1,18	-0,41	0,13	0,44	0,68	0,19	0,40	0,20	0,22	0,70	0,18	0,31
Despesas pessoais	1,64	0,94	-0,13	0,22	0,58	-0,06	0,53	-0,15	0,36	0,32	-0,27	0,29
Serviços públicos	2,65	4,82	0,01	2,32	2,86	3,39	0,38	0,19	0,13	-0,10	0,79	1,02
Transportes, comunicação, energia, prediais	2,65	4,82	0,01	2,32	2,86	3,39	0,38	0,19	0,13	-0,10	0,79	1,02

**Tabela 3.4 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000 ¹**

(continuação)												
ESPECIFICAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1998												
Índice geral	0,77	0,14	-0,04	0,28	0,63	-0,08	-0,39	-0,59	0,05	-0,10	0,25	0,27
Alimentação	2,02	0,85	1,46	0,28	1,98	-1,05	-2,11	-1,45	-0,05	0,54	-0,30	0,21
Alimentação na residência	2,78	1,00	2,10	0,65	2,75	-1,24	-3,06	-1,99	0,06	0,72	-0,40	0,43
Produtos industrializado	1,28	0,26	0,99	-0,02	-0,82	-2,45	-1,13	-0,46	0,29	-0,04	-0,35	0,20
Produtos de elaboração primária	-0,26	0,76	0,70	1,37	2,94	0,50	-0,24	-0,13	0,29	-1,00	-0,10	0,87
Produtos "In-natura"	8,92	2,41	5,29	0,85	7,61	-1,41	-8,44	-6,21	-0,55	3,94	-0,80	0,26
Alimentação fora da residência	0,19	0,46	-0,13	-0,65	0,00	-0,54	0,37	-0,07	-0,31	0,08	-0,04	-0,34
Alimentação em restaurante	0,35	0,16	0,19	-0,53	-0,13	0,01	-0,15	0,23	0,02	-0,10	-0,34	-0,57
Alimentação em bar e lanchonete	-0,20	1,17	-0,87	-0,92	0,31	-1,84	1,63	-0,77	-1,08	0,53	0,66	0,22
Produtos não alimentares	0,37	-0,09	-0,53	0,28	0,18	0,25	0,19	-0,31	0,09	-0,31	0,43	0,28
Habituação	-0,29	-0,37	0,16	0,24	0,04	0,47	0,17	-0,58	-0,25	-0,42	-0,50	0,39
Encargos e manutenção de habitação	0,47	-0,11	0,51	0,14	-0,09	-0,01	0,19	-0,17	0,10	-0,26	-0,10	0,63
Artigos de residência	-1,50	-0,81	-0,43	0,41	0,26	1,27	0,13	-1,26	-0,83	-0,70	-1,17	-0,02
Pessoais	0,67	-0,15	-0,90	0,40	0,25	0,15	0,13	-0,20	0,31	-0,21	0,13	-0,15
Vestuário e calçados	-1,91	-3,42	-2,27	0,22	1,98	0,71	-0,13	-1,21	0,66	0,53	0,84	-0,20
Saúde e cuidados pessoais	0,53	0,08	-1,31	0,92	0,96	0,02	0,36	0,63	0,32	-0,90	-0,10	0,05
Despesas pessoais	2,01	1,31	-0,12	0,26	-0,81	-0,04	0,16	-0,08	0,14	-0,26	-0,11	-0,21
Serviços públicos	0,16	0,48	-0,11	-0,04	0,12	0,32	0,40	-0,34	-0,25	-0,48	2,55	1,59
Transportes, comunicação, energia, prediais	0,16	0,48	-0,11	-0,04	0,12	0,32	0,40	-0,34	-0,25	-0,48	2,55	1,59
1999												
Índice geral	0,01	1,45	0,93	0,44	0,54	0,47	1,29	0,22	0,35	0,59	1,38	0,94
Alimentação	1,23	3,53	1,32	-1,31	-0,54	-1,30	0,33	0,14	1,03	1,78	2,48	1,89
Alimentação na residência	1,59	4,48	1,60	-1,83	-0,52	-1,69	0,15	0,35	1,32	2,35	3,29	2,00
Produtos industrializado	1,43	6,43	1,81	0,11	-0,08	-0,73	0,58	-0,36	1,36	2,01	2,00	2,74
Produtos de elaboração primária	-0,59	5,58	3,38	-1,37	-0,75	-2,65	1,50	0,17	1,55	5,01	4,95	1,55
Produtos "In-natura"	4,35	0,51	-0,78	-5,35	-0,94	-2,06	-2,26	1,77	0,95	-0,52	3,25	1,34
Alimentação fora da residência	0,34	1,13	0,61	0,07	-0,60	-0,28	0,80	-0,37	0,28	0,31	0,33	1,62
Alimentação em restaurante	0,26	0,95	0,51	0,02	-0,38	-0,26	0,90	-0,44	0,34	0,59	-0,01	2,17
Alimentação em bar e lanchonete	0,51	1,56	0,83	0,18	-1,09	-0,33	0,55	-0,21	0,15	-0,34	1,12	0,33
Produtos não alimentares	-0,39	0,77	0,80	1,03	0,90	1,05	1,60	0,24	0,15	0,22	1,03	0,63
Habituação	0,00	1,43	1,06	0,90	0,11	0,02	0,46	-0,13	0,00	0,08	0,38	0,19
Encargos e manutenção de habitação	0,42	0,69	1,12	0,73	0,11	0,02	0,74	0,10	0,14	-0,14	0,27	0,19
Artigos de residência	-0,71	2,70	0,96	1,18	0,10	0,00	-0,01	-0,52	-0,23	0,47	0,57	0,19
Pessoais	-0,49	0,54	0,58	0,96	0,82	0,91	0,53	-0,11	0,19	0,29	0,61	0,70
Vestuário e calçados	-2,68	-1,28	-0,04	3,20	1,19	1,45	0,58	-0,43	0,06	1,91	1,65	1,81
Saúde e cuidados pessoais	-0,15	1,12	1,69	1,30	0,85	0,65	0,63	0,54	0,19	0,01	0,35	0,79
Despesas pessoais	0,38	1,12	0,40	-0,16	0,64	0,78	0,48	-0,24	0,25	-0,33	0,24	0,14
Serviços públicos	-0,50	0,75	1,19	1,41	2,06	2,66	6,19	1,66	0,20	0,15	2,91	0,84
Transportes, comunicação, energia, prediais	-0,50	0,75	1,19	1,41	2,06	2,66	6,19	1,66	0,20	0,15	2,91	0,84

**Tabela 3.4 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000 ¹**

ESPECIFICAÇÃO	(conclusão)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2000												
Índice geral	0,63	0,04	-0,05	0,23	0,27	0,17	1,74	1,35				
Alimentação	0,60	0,07	-1,08	-0,63	-0,52	0,40	3,45	2,54				
Alimentação na residência	0,83	-0,07	-1,59	-0,77	-0,89	0,34	4,79	3,20				
Produtos industrializado	1,31	-0,01	-0,31	-0,38	-0,15	0,66	2,39	1,70				
Produtos de elaboração primária	-2,02	-2,09	-3,22	-2,29	-1,09	4,37	11,36	4,45				
Produtos "In-natura"	3,96	2,46	-1,66	0,46	-1,88	-5,07	0,36	4,09				
Alimentação fora da residência	-0,02	0,45	0,35	-0,25	0,49	0,58	-0,07	0,71				
Alimentação em restaurante	0,07	0,09	0,64	-0,16	0,33	0,50	0,09	0,34				
Alimentação em bar e lanchonete	-0,24	1,29	-0,34	-0,46	0,85	0,78	-0,43	1,58				
Produtos não alimentares	0,64	0,03	0,29	0,51	0,52	0,10	1,19	0,96				
Habitação	0,58	0,34	0,04	0,29	0,35	0,01	0,46	0,52				
Encargos e manutenção de habitação	0,55	0,74	0,06	-0,10	0,48	0,34	0,71	1,01				
Artigos de residência	0,64	-0,35	-0,01	0,95	0,13	-0,54	0,02	-0,33				
Pessoais	-0,17	0,00	0,11	0,87	0,30	0,36	0,14	-0,01				
Vestuário e calçados	-1,14	-2,61	-0,01	1,09	1,36	1,02	0,52	-1,13				
Saúde e cuidados pessoais	-0,19	-1,09	0,48	0,15	-0,14	0,02	0,36	0,32				
Despesas pessoais	0,30	1,72	0,01	1,08	0,01	0,20	-0,14	0,37				
Serviços públicos	3,01	-0,17	1,05	-0,27	1,30	-0,55	4,78	3,94				
Transportes, comunicação, energia, prediais	3,01	-0,17	1,05	-0,27	1,30	-0,55	4,78	3,94				

Fonte: IPEAD. 2000.

(1) Dados até agosto 2000

IPCR

**Tabela 3.5 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000**

(continua)												
ESPECIFICAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1994												
Índice geral	42,55	41,30	42,58	44,61	44,47	52,12	8,02	0,53	1,25	2,85	3,06	1,50
Alimentação	45,89	41,51	43,95	43,89	39,94	53,63	10,18	-0,76	0,14	5,00	5,13	1,37
Alimentação na residência	46,76	42,64	46,53	44,36	37,68	54,68	8,76	-1,02	0,14	5,73	5,12	0,62
Produtos Industrializado	44,19	41,40	38,68	51,50	46,49	58,96	8,49	-4,63	-2,74	-0,22	1,46	1,13
Produtos de elaboração primária	38,37	34,08	43,83	46,68	40,50	64,00	4,75	-2,22	-1,23	9,77	10,76	0,30
Produtos "In-natura"	69,75	59,41	63,12	31,61	19,71	31,05	17,65	9,07	7,87	9,89	2,35	0,36
Alimentação fora da residência	42,70	37,27	33,93	41,89	49,71	49,43	16,03	0,21	0,17	2,18	5,17	4,33
Alimentação em restaurante	43,78	39,21	44,18	34,91	47,34	51,09	16,70	0,13	0,99	3,27	6,80	4,66
Alimentação em bar e lanchonete	41,34	34,77	20,33	52,98	53,03	47,20	15,11	0,31	-0,97	0,62	2,79	3,83
Produtos não alimentares	40,69	41,17	41,78	45,03	47,12	51,28	6,80	1,28	1,89	1,64	1,86	1,57
Habitação	40,93	41,10	44,02	45,28	46,78	51,45	8,03	1,37	2,59	2,91	3,08	1,85
Encargos e manutenção de habitação	37,60	39,51	44,43	45,08	47,11	49,10	6,68	2,49	3,14	4,45	2,64	2,60
Artigos de residência	43,42	42,24	43,73	45,43	46,56	53,11	8,96	0,61	2,22	1,85	3,40	1,33
Pessoais	40,44	42,02	41,53	45,72	48,05	50,89	6,67	1,64	2,18	1,67	1,90	1,71
Vestuário e calçados	32,37	40,88	34,81	43,02	50,13	52,28	8,43	3,17	4,31	4,97	2,21	3,60
Saúde e cuidados pessoais	42,65	41,77	46,57	45,54	46,62	51,79	7,06	0,53	0,50	-0,13	0,59	0,02
Despesas pessoais	46,23	43,13	43,61	47,89	47,48	49,24	5,06	1,21	1,63	0,16	2,53	1,21
Serviços públicos	41,13	38,78	39,73	42,59	44,64	52,29	5,63	0,00	-0,02	-0,21	-0,03	0,69
Transportes, comunicação, energia, prediais	41,13	38,78	39,73	42,59	44,64	52,29	5,63	0,00	-0,02	-0,21	-0,03	0,69
1995												
Índice geral	1,43	1,17	1,93	2,39	2,24	1,15	2,08	2,16	0,96	1,49	1,31	1,73
Alimentação	0,41	-0,73	2,00	1,72	0,26	-1,41	-0,63	0,51	0,18	0,74	1,75	1,73
Alimentação na residência	-0,27	-1,07	1,96	1,24	-0,35	-2,36	-1,30	0,45	-0,30	0,86	1,91	1,81
Produtos Industrializado	0,27	-0,27	1,29	2,02	1,68	0,75	0,62	1,04	2,01	2,74	0,63	0,71
Produtos de elaboração primária	-3,30	-6,28	-3,57	0,22	1,29	-1,78	3,65	1,92	0,84	0,25	2,58	1,90
Produtos "In-natura"	3,83	5,59	10,32	1,40	-4,92	-7,43	-10,72	-2,80	-6,24	-1,77	3,31	3,83
Alimentação fora da residência	2,98	0,53	2,15	3,46	2,42	1,86	1,57	0,72	1,68	0,37	1,25	1,49
Alimentação em restaurante	4,04	0,80	1,78	2,54	2,58	2,51	1,77	1,16	0,26	0,58	1,17	1,69
Alimentação em bar e lanchonete	1,35	0,11	2,75	4,91	2,16	0,86	1,26	0,02	3,95	0,04	1,37	1,18
Produtos não alimentares	2,03	2,29	1,89	2,77	3,36	2,56	3,51	2,99	1,34	1,86	1,10	1,72
Habitação	2,04	3,52	2,98	3,32	1,33	3,10	2,48	3,09	1,70	1,74	1,19	0,94
Encargos e manutenção de habitação	3,11	5,41	5,73	4,53	3,43	4,97	5,67	3,25	2,66	2,91	2,10	1,45
Artigos de residência	1,28	2,13	0,91	2,37	-0,37	1,54	-0,28	2,94	0,83	0,64	0,32	0,45
Pessoais	2,20	2,40	1,99	3,28	5,14	2,60	3,64	1,35	0,77	2,17	1,21	1,09
Vestuário e calçados	0,30	0,41	-0,78	4,26	4,90	1,55	2,59	-1,36	0,70	2,57	1,39	1,26
Saúde e cuidados pessoais	2,27	4,80	2,29	1,65	2,78	2,51	4,06	2,81	-0,26	1,71	1,45	1,14
Despesas pessoais	3,82	2,55	4,09	3,57	6,84	3,47	4,20	2,53	1,45	2,14	0,94	0,93
Serviços públicos	1,44	0,07	-0,12	0,01	0,01	1,47	4,72	9,33	2,85	0,93	0,54	5,29
Transportes, comunicação, energia, prediais	1,44	0,07	-0,12	0,01	0,01	1,47	4,72	9,33	2,85	0,93	0,54	5,29

**Tabela 3.5 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000**

ESPECIFICAÇÃO	(continuação)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1996												
Índice geral	2,34	1,49	0,61	0,67	1,20	1,13	0,80	0,15	0,07	0,44	0,23	0,40
Alimentação	3,06	0,98	0,27	0,31	0,69	0,92	0,36	-0,44	-1,49	0,45	0,52	-0,33
Alimentação na residência	3,70	1,16	0,38	0,03	0,85	1,31	0,29	-0,59	-1,94	0,66	0,57	-0,30
Produtos Industrializado	1,86	3,85	1,17	-0,06	0,44	-0,03	1,09	-0,51	-0,94	-0,49	0,34	-1,19
Produtos de elaboração primária	-2,50	-1,83	-0,42	-0,11	2,46	4,23	-0,12	0,31	-0,33	3,11	0,23	-1,50
Produtos "In-natura"	17,81	0,93	0,15	0,37	-0,62	-0,48	-0,49	-2,06	-6,19	-1,06	1,60	3,35
Alimentação fora da residência	1,01	0,40	-0,10	1,24	0,17	-0,36	0,60	0,07	0,04	-0,25	0,33	-0,42
Alimentação em Restaurante	0,93	0,12	-0,93	0,60	-0,01	-0,50	0,94	-0,86	0,11	-0,21	0,34	-0,12
Alimentação em bar e lanchonete	1,14	0,83	1,17	2,19	0,44	-0,17	0,09	1,44	-0,07	-0,30	0,32	-0,86
Produtos não alimentares	1,99	1,74	0,77	0,84	1,44	1,23	1,01	0,44	0,79	0,43	0,09	0,73
Habituação	1,56	0,61	0,83	-0,21	1,17	1,27	0,10	1,32	0,06	0,69	-0,49	0,54
Encargos e manutenção de habitação	1,82	1,55	1,55	1,01	1,18	1,02	0,81	1,90	0,22	0,47	0,42	0,69
Artigos de residência	1,30	-0,32	0,11	-1,45	1,15	1,54	-0,65	0,70	-0,11	0,93	-1,46	0,38
Pessoais	1,80	1,12	0,52	0,92	1,89	0,86	1,34	0,17	1,13	0,42	0,35	0,73
Vestuário e calçados	-0,24	-1,16	-1,64	1,82	2,00	1,94	0,53	-1,10	2,30	0,59	1,28	1,50
Saúde e cuidados pessoais	3,96	2,32	0,10	0,63	1,12	0,70	2,71	1,32	0,76	0,29	0,17	0,83
Despesas pessoais	1,99	2,02	2,28	0,49	2,28	0,24	1,09	0,34	0,57	0,39	-0,18	0,13
Serviços públicos	3,32	5,57	1,52	2,04	0,34	2,35	1,19	0,11	0,72	0,11	0,05	1,01
Transportes, comunicação, energia, prediais	3,32	5,57	1,52	2,04	0,34	2,35	1,19	0,11	0,72	0,11	0,05	1,01
1997												
Índice geral	1,84	1,35	0,05	0,57	0,31	-0,01	-0,15	0,10	0,26	0,81	0,44	1,03
Alimentação	3,36	1,98	0,99	-0,53	-1,07	-1,74	-1,04	0,35	-0,30	1,27	0,59	2,38
Alimentação na residência	3,65	2,33	1,31	-0,54	-1,26	-2,11	-1,39	0,17	-0,28	1,59	0,70	3,06
Produtos Industrializado	2,53	2,08	0,63	-0,63	-1,95	0,37	0,30	0,77	0,10	2,05	0,12	1,40
Produtos de elaboração primária	-0,94	1,65	0,83	0,67	0,47	-1,16	0,66	1,04	-0,17	0,11	0,45	0,60
Produtos "In-natura"	12,88	3,67	3,05	-2,01	-2,50	-7,42	-7,41	-2,37	-1,23	3,19	2,26	10,24
Alimentação fora da residência	2,41	0,81	-0,09	-0,47	-0,42	-0,49	0,13	0,92	-0,36	0,23	0,21	0,13
Alimentação em restaurante	1,20	0,59	0,52	-0,48	-0,16	-0,44	0,26	0,66	-0,82	0,83	-0,38	-0,05
Alimentação em bar e lanchonete	4,18	1,12	-0,96	-0,46	-0,79	-0,56	-0,07	1,30	0,31	-0,63	1,08	0,39
Produtos não alimentares	1,15	1,05	-0,39	1,09	0,95	0,79	0,26	0,00	0,51	0,61	0,38	0,43
Habituação	0,88	-0,03	0,28	0,54	-0,20	-0,38	0,14	-0,04	0,04	-0,10	0,48	-0,10
Encargos e manutenção de habitação	0,58	0,56	0,90	0,77	0,49	-0,25	0,37	0,20	0,10	0,39	0,42	0,52
Artigos de residência	1,21	-0,67	-0,40	0,29	-0,97	-0,52	-0,11	-0,32	-0,02	-0,66	0,56	-0,81
Pessoais	1,24	-0,34	-0,79	1,16	0,96	0,49	0,27	-0,05	0,85	1,13	0,31	0,57
Vestuário e calçados	1,05	-2,19	-2,53	3,25	1,79	1,34	-0,31	-0,29	1,52	2,07	0,99	0,87
Saúde e cuidados pessoais	1,63	-0,20	0,04	0,52	0,74	0,28	0,59	0,43	0,30	0,73	0,33	0,44
Despesas pessoais	1,14	0,88	-0,12	0,16	0,52	0,02	0,48	-0,17	0,72	0,70	-0,19	0,44
Serviços públicos	1,22	7,11	0,00	1,60	2,38	3,12	0,35	0,17	0,06	-0,05	0,48	0,61
Transportes, comunicação, energia, prediais	1,22	7,11	0,00	1,60	2,38	3,12	0,35	0,17	0,06	-0,05	0,48	0,61

**Tabela 3.5 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000**

ESPECIFICAÇÃO	(continuação)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1998												
Índice geral	1,12	1,11	0,17	0,41	0,87	-0,08	-0,66	-0,72	0,00	0,06	0,43	0,54
Alimentação	2,19	0,90	1,55	0,60	3,02	-0,84	-2,70	-1,77	-0,24	0,36	-0,38	0,46
Alimentação na residência	2,77	0,98	2,01	0,97	3,92	-0,92	-3,64	-2,12	-0,22	0,40	-0,46	0,65
Produtos Industrializado	1,76	0,11	0,99	-0,01	-0,75	-2,85	-1,87	-0,79	0,38	-0,24	-0,13	0,33
Produtos de elaboração primaria	-0,17	0,84	0,98	1,57	3,57	0,65	-0,23	-0,35	-0,26	-1,17	-0,21	0,68
Produtos "In-natura"	8,91	2,62	5,01	1,71	11,46	-0,17	-10,03	-6,38	-1,07	3,62	-1,28	1,08
Alimentação fora da residência	0,22	0,61	-0,05	-0,72	-0,29	-0,56	0,87	-0,48	-0,34	0,23	-0,10	-0,20
Alimentação em restaurante	0,30	0,24	0,25	-0,53	-0,27	0,15	-0,14	-0,01	-0,04	-0,07	-0,37	-0,43
Alimentação em bar e lanchonete	0,11	1,15	-0,47	-0,99	-0,32	-1,57	2,34	-1,14	-0,75	0,65	0,29	0,14
Produtos não alimentares	0,64	1,21	-0,46	0,32	-0,13	0,29	0,31	-0,23	0,11	-0,07	0,80	0,58
Habitação	-0,44	-0,50	0,32	0,53	-0,04	0,63	0,17	-0,52	-0,27	-0,37	-0,66	0,80
Encargos e manutenção de habitação	0,44	-0,23	0,98	0,29	-0,04	-0,03	0,17	-0,04	0,17	-0,20	-0,11	1,41
Artigos de residência	-1,47	-0,81	-0,46	0,82	-0,04	1,44	0,17	-1,09	-0,81	-0,58	-1,34	0,04
Pessoais	1,21	2,07	-0,92	0,36	-0,26	0,00	0,26	-0,14	0,34	0,10	0,27	0,05
Vestuário e calçados	-1,85	-3,15	-2,30	-0,08	2,25	0,55	0,03	-0,92	0,53	0,97	0,85	0,04
Saúde e cuidados pessoais	0,76	0,47	-0,85	1,21	1,26	0,05	0,45	0,55	0,26	-0,36	0,06	0,32
Despesas pessoais	3,72	6,62	-0,09	0,14	-2,67	-0,37	0,28	-0,05	0,27	-0,19	0,02	-0,10
Serviços públicos	0,20	0,62	0,01	-0,03	0,15	0,74	0,66	-0,16	-0,13	-0,24	4,05	1,83
Transportes, comunicação, energia, prediais	0,20	0,62	0,01	-0,03	0,15	0,74	0,66	-0,16	-0,13	-0,24	4,05	1,83
1999												
Índice geral	0,17	1,67	1,21	0,27	0,40	0,42	1,04	0,21	0,61	0,76	1,19	1,08
Alimentação	1,16	3,92	1,66	-0,52	-0,30	-0,50	0,03	-0,03	1,61	1,96	2,80	2,04
Alimentação na residência	1,40	4,65	1,91	-0,51	-0,25	-0,49	-0,01	0,06	1,99	2,43	3,45	2,22
Produtos Industrializado	1,50	6,86	1,59	-0,06	-0,07	-0,09	0,03	-0,51	2,19	2,44	2,50	3,25
Produtos de elaboração primaria	-0,65	5,67	4,32	-0,09	-0,08	-0,25	0,11	-0,07	1,25	4,18	4,76	1,74
Produtos "In-natura"	4,05	0,07	-0,92	-0,37	-0,10	-0,15	-0,15	1,30	2,80	-0,30	3,00	1,17
Alimentação fora da residência	0,28	1,27	0,72	0,00	-0,04	0,00	0,04	-0,38	0,24	0,23	0,34	1,34
Alimentação em restaurante	0,09	0,92	0,47	0,00	-0,02	-0,01	0,03	-0,47	0,18	0,67	0,06	1,87
Alimentação em bar e lanchonete	0,56	1,75	1,07	0,00	-0,03	0,01	0,01	-0,25	0,32	-0,37	0,73	0,60
Produtos não alimentares	-0,27	0,64	0,99	0,78	0,69	0,92	1,01	0,32	0,18	0,23	0,48	0,64
Habitação	0,35	1,67	1,66	0,17	0,06	0,00	0,15	-0,02	0,00	0,25	0,55	0,33
Encargos e manutenção de habitação	1,00	0,96	2,35	0,10	0,03	0,02	0,14	0,42	0,30	-0,15	0,33	0,35
Artigos de residência	-0,47	2,57	0,80	0,07	0,03	-0,02	0,01	-0,58	-0,40	0,79	0,84	0,31
Pessoais	-0,60	0,33	0,83	0,49	0,31	0,38	0,30	0,12	0,28	0,31	0,27	0,45
Vestuário e calçados	-2,59	-1,16	0,31	0,32	0,13	0,16	0,11	-0,12	0,24	1,82	1,82	2,17
Saúde e cuidados pessoais	-0,03	1,14	2,12	0,17	0,14	0,11	0,12	1,15	0,39	-0,16	0,41	0,77
Despesas pessoais	0,35	0,79	0,37	0,00	0,04	0,12	0,07	-0,39	0,24	-0,37	-0,85	-0,95
Serviços públicos	-0,02	0,39	0,70	0,13	0,32	0,54	0,56	1,19	0,11	0,00	0,94	1,46
Transportes, comunicação, energia, prediais	-0,02	0,39	0,70	0,13	0,32	0,54	0,56	1,19	0,11	0,00	0,94	1,46

**Tabela 3.5 - Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR por índice geral e gênero
Belo Horizonte - 1994-2000**

ESPECIFICAÇÃO	(conclusão)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2000												
Índice geral	0,82	0,17	-0,27	0,06	0,16	0,36	2,14	1,33				
Alimentação	0,57	-0,21	-1,41	-0,90	-0,58	0,64	4,60	2,88				
Alimentação na residência	0,73	-0,36	-1,83	-1,08	-0,90	0,67	5,84	3,44				
Produtos Industrializado	1,83	0,11	-0,59	-0,49	-0,46	0,35	2,82	1,67				
Produtos de elaboração primária	-2,01	-2,02	-3,09	-2,34	-0,84	4,80	12,46	4,29				
Produtos "In-natura"	3,28	1,43	-2,09	-0,25	-1,80	-4,88	0,78	5,32				
Alimentação fora da residência	-0,04	0,39	0,21	-0,18	0,64	0,49	-0,09	0,68				
Alimentação em restaurante	0,10	0,09	0,50	0,02	0,34	0,47	0,04	0,27				
Alimentação em bar e lanchonete	-0,24	0,81	-0,19	-0,46	1,07	0,52	-0,27	1,28				
Produtos não alimentares	0,94	0,35	0,26	0,50	0,49	0,24	1,05	0,61				
Habitação	0,59	0,19	0,10	0,55	0,43	0,02	0,62	0,84				
Encargos e manutenção de habitação	0,39	0,52	0,26	0,01	0,60	0,50	1,27	1,81				
Artigos de residência	0,86	-0,25	-0,10	1,26	0,20	-0,62	-0,24	-0,46				
Pessoais	-0,31	0,60	0,14	0,73	0,38	0,41	0,42	-0,01				
Vestuário e calçados	-1,41	-2,21	0,11	1,03	1,51	0,93	1,03	-1,34				
Saúde e cuidados pessoais	-0,09	-0,68	0,35	0,14	-0,15	0,21	0,69	0,60				
Despesas pessoais	0,32	3,41	0,03	0,90	-0,03	0,19	-0,16	0,52				
Serviços públicos	4,50	-0,09	0,69	-0,12	0,84	0,03	3,01	1,89				
Transportes, comunicação, energia, prediais	4,50	-0,09	0,69	-0,12	0,84	0,03	3,01	1,89				

Fonte: IPEAD. 2000.

(1) Dados até agosto 2000

Trabalho e Rendimento

**Tabela 3.6 - Estimativas básicas da população ativa
Belo Horizonte - 1998/1999**

DESCRIÇÃO	(em 1.000 indivíduos)	
	1998	1999
População em idade ativa - PIA	1.776	1.796
População economicamente ativa - PEA	1.037	1.033
Taxa de participação (PEA/PIA - %)	58,4	57,5
População ocupada	885	857
Taxa de ocupação(OCUPADOS/PEA - %)	85,3	83
Desemprego total	152	176
Taxa de desemprego total (%)	14,7	17
Desemprego aberto	100	117
Taxa de desemprego aberto(%)	9,6	11,3
Desemprego oculto pelo trabalho precário	36	41
Taxa de desemprego oculto para trabalho precário (%)	3,5	4
Desemprego oculto pelo desalento	16	18
Taxa de desemprego oculto para desalento (%)	1,6	1,7

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

**Tabela 3.7 -Taxas de participação (PEA/PIA), segundo posição no domicílio, sexo, idade, cor, tempo de residência e grau de instrução
Belo Horizonte - 1998/1999**

DESCRIÇÃO	(%)	
	1998	1999
Total	58,40	57,50
Posição no domicílio		
Chefes	70,40	69,50
Cônjugues	50,00	50,40
Filhos	52,90	51,10
Outros	57,70	58,10
Sexo		
Masculino	68,70	66,80
Feminino	49,40	49,60
Idade		
de 10 a 14 anos	6,50	3,80
de 15 a 17 anos	38,30	34,70
de 18 a 24 anos	73,40	73,00
de 25 a 39 anos	81,30	82,00
de 40 a 59 anos	66,30	66,10
de 60 anos ou mais	18,50	16,00
Cor		
Branca	57,00	56,30
Não-branca	59,90	58,80
Tempo de residência na RMBH		
Menos de 3 anos	59,90	63,10
3 anos ou mais	58,30	57,30
Grau de Instrução		
Analfabetos	30,60	27,90
1º grau incompleto	48,70	46,00
1º grau completo a 2º incompleto	62,80	62,60
2º Grau completo a 3º incompleto	71,10	70,80
3º grau completo	81,90	82,30

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

**Tabela 3.8 - Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação,
setor de atividade econômica, faixa etária e grau de instrução
Belo Horizonte - 1998/1999**

	(%)	
DESCRIÇÃO	1998	1999
Posição na Ocupação		
Assalariado no setor privado com carteira assinada	39,1	38,5
Assalariado no setor privado sem carteira assinada	9,4	9,5
Assalariado no setor público	13,8	13,8
Autônomo que trabalha para o público	14,4	14,3
Autônomo que trabalha para empresas	4,9	5,0
Empregador	6,3	5,9
Empregado doméstico mensalista	7,6	8,0
Empregado doméstico diarista	1,7	1,8
Trabalhador familiar sem remuneração salarial	0,6	0,6
Dono de negócio familiar	0,5	0,4
Outras	1,7	2,2
Setor de atividade		
Indústria	13,1	12,3
Construção civil	7,1	6,9
Comércio	15,8	14,8
Serviços	54,2	55,8
Serviços domésticos	9,3	9,8
Outros	0,5	0,4
Idade		
de 10 a 14 anos	0,7	0,4
de 15 a 17 anos	3,4	3,0
de 18 a 24 anos	20,3	19,9
de 25 a 39 anos	41,9	41,9
de 40 a 59 anos	30,0	31,4
60 anos ou mais	3,8	3,4
Grau de Instrução		
Analfabetos	2,00	1,80
1º grau incompleto	38,40	35,00
1º grau completo a 2º incompleto	18,10	18,90
2º grau completo a 3º incompleto	26,40	27,80
3º grau completo	15,10	16,50

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.9 - Distribuição dos ocupados, segundo setores e subsetores de atividade econômica - Belo Horizonte - 1998/1999

		(%)	
DESCRIÇÃO	1998	1999	
Indústria	13,1	12,3	
Metal-mecânica	4,0	3,8	
Química farmacêutica e plásticos	1,4	1,3	
Têxtil	-	-	
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	2,5	2,3	
Alimentação	1,4	1,2	
Mobiliário e produtos de madeira	0,8	0,9	
Gráficas	1,1	1,0	
Outras indústrias de transformação (1)	1,4	1,4	
Indústria extrativa mineral	-	-	
Construção civil	7,1	6,9	
Comércio	15,8	14,8	
Atacadista	2,3	2,1	
Varejista	13,5	12,8	
Serviços	54,2	55,8	
Oficinas de repar. mecânica e serviços de recup. e limpeza	5,7	5,4	
Transporte e armazenagem	4,5	4,1	
Serviços de utilidade pública	2,2	2,6	
Serviços especializados	5,5	6,0	
Administração pública, forças armadas e polícia	5,2	5,5	
Serviços creditícios e financeiros	2,6	2,2	
Serviços pessoais	2,0	2,1	
Serviços de alimentação	5,3	5,4	
Educação	5,8	5,9	
Saúde	5,3	5,5	
Outros serviços (2)	10,1	11,1	
Outras atividades			
Serviços domésticos	9,3	9,8	
Agricultura, pecuária e extração vegetal	-	-	
Outras atividades não-classificadas (3)	-	-	

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

(1) Artefatos de borracha; vidros, cristais, espelhos e cerâmicas; materiais de construção; artesanato e outras indústrias de transformação.

(2) Comunicações; diversões, radiodifusão e reledifusão; serv. comunitários; comércio e adm. de Valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços.

(3) Inclusive embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas.

**Tabela 3.10 - Rendimento real médio dos ocupados e dos assalariados -
Belo Horizonte - 1998/1999**

DESCRIÇÃO	(Em R\$ de novembro de 1999)	
	1998	1999
OCUPADOS	736,00	722,00
Por grau de instrução		
Analfabetos	241,00	272,00
1º Grau incompleto	348,00	337,00
1º grau completo + 2º incompleto	489,00	419,00
2º grau completo + 3º incompleto	817,00	753,00
3º grau completo	2.062,00	1.997,00
Por setor de atividade econômica		
Indústria	770,00	808,00
Construção civil	636,00	604,00
Comércio	681,00	607,00
Serviços	859,00	857,00
Serviços domésticos	200,00	205,00
Outras atividades	-	-
Assalariados no setor privado	745,00	744,00
Por grau de instrução		
Analfabetos	263,00	299,00
1º grau incompleto	348,00	351,00
1º grau completo + 2º incompleto	443,00	402,00
2º grau completo + 3º incompleto	730,00	687,00
3º grau completo	2.005,00	1.930,00
Assalariados no setor privado	612,00	604,00
Indústria	739,00	805,00
Construção civil	585,00	626,00
Comércio	546,00	504,00
Serviços	593,00	570,00
Outras atividades	-	-
Empregados no setor privado com carteira	670,00	648,00
Indústria	807,00	881,00
Construção civil	641,00	685,00
Comércio	591,00	540,00
Serviços	649,00	601,00
Empregados no setor privado sem carteira	353,00	406,00
Indústria	369,00	399,00
Construção civil	359,00	430,00
Comércio	341,00	325,00
Serviços	350,00	433,00
Empregados no setor público	1.195,00	1.218,00
Serviços	1.186,00	1.214,00
Autônômicos que trabalham para o público	538,00	495,00
Indústria	588,00	468,00
Construção civil	428,00	390,00
Comércio	638,00	495,00
Serviços	542,00	542,00
Autônômicos que trabalham para empresas	777,00	714,00
Indústria	666,00	662,00
Comércio	719,00	582,00
Serviços	916,00	780,00
Empregadores	1.913,00	2.007,00
Indústria	1.451,00	1.718,00
Comércio	1.737,00	1.823,00
Serviços	2.010,00	2.156,00
Empregados domésticos mensalistas	200,00	204,00
Empregados domésticos diaristas	197,00	209,00
Outras posições (1)	2.254,00	2.151,00
Serviços	2.242,00	2.123,00

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*, 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

(1) Principalmente profissionais universitários autônomos.

Tabela 3.11 - Rendimento real médio dos ocupados e assalariados por percentis - Belo Horizonte - 1998/1999

(Em R\$ de novembro de 1999)

DESCRIÇÃO	1998	1999
Ocupados		
10% mais pobres ganham até	140,00	139,00
25% mais pobres ganham até	216,00	209,00
50% ganham até	379,00	357,00
25% mais ricos ganham acima de	804,00	788,00
10% mais ricos ganham acima de	1.703,00	1.637,00
5% mais ricos ganham acima de	2.695,00	2.609,00
Assalariados		
10% mais pobres ganham até	163,00	165,00
25% mais pobres ganham até	246,00	240,00
50% ganham até	418,00	406,00
25% mais ricos ganham acima de	812,00	811,00
10% mais ricos ganham acima de	1.638,00	1.637,00
5% mais ricos ganham acima de	2.564,00	2.568,00

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.12 - Distribuição da população desempregada segundo experiência anterior, posição no domicílio, sexo, idade, cor, tempo de residência e grau de instrução Belo Horizonte - 1998/1999

DESCRIÇÃO	1998	1999
Experiência anterior de trabalho		
Sem experiência	19,60	17,40
Com experiência	80,40	82,60
Posição no domicílio		
Chefes	20,20	21,20
Cônjuges	15,10	16,20
Filhos	54,40	52,00
Outros	10,20	10,60
Sexo		
Masculino	49,50	48,40
Feminino	50,50	51,60
Idade		
de 10 a 14 anos	4,10	2,00
de 15 a 17 anos	15,10	12,00
de 18 a 24 anos	34,90	37,40
de 25 a 39 anos	31,50	32,30
de 40 a 59 anos	13,50	15,30
de 60 anos ou mais	0,90	1,00
Cor		
Branca	43,10	44,20
Não-branca	58,80	55,60
Tempo de residência na RMBH		
Menos de 3 anos	5,80	5,60
3 anos ou mais	94,20	94,40
Grau de instrução		
Analfabetos	1,60	1,70
1º Grau incompleto	50,00	44,70
1º grau completo a 2º incompleto	23,30	26,30
2º grau completo a 3º incompleto	20,90	22,70
3º grau completo	4,20	4,70

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.13 - Distribuição da população desempregada com experiência anterior, segundo ocupação e setor de atividade anterior

Belo Horizonte - 1998/1999

			(%)
DESCRIÇÃO	1998	1999	
Última posição na ocupação			
Assalariado	77,1	79,5	
Autônomo	9	8,6	
Empregado doméstico	13,2	11,5	
Outras	0,7	0,4	
Último setor de atividade			
Indústria	16,1	14,3	
Construção civil	9,6	10,6	
Comércio	18,6	18,4	
Serviços	41,7	44,5	
Serviços domésticos	13,2	11,5	
Outros	0,8	0,7	

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

**Tabela 3.14 - Estimativas básicas da população ativa
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999**

(Em 1.000 Pessoas)

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
População em Idade Ativa (PIA)	3.080	3.164	3.249	3.336
População Economicamente Ativa (PEA)	1.746	1.832	1.871	1.908
Taxa de Participação (PEA/PIA) (%)	56,7	57,9	57,6	57,2
População Ocupada	1.524	1.587	1.574	1.566
Taxa de Ocupação (Ocupados/PEA) (%)	87,3	86,6	84,1	82,1
Desemprego total	222	245	297	342
Taxa de desemprego total (%)	12,7	13,4	15,9	17,9
Desemprego aberto	136	159	193	225
Taxa de desemprego aberto (%)	7,8	8,7	10,3	11,8
Desemprego oculto pelo trabalho precário	58	57	73	82
Taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (%)	3,3	3,1	3,9	4,3
Desemprego oculto pelo desalento	28	29	32	35
Taxa de desemprego oculto pelo desalento (%)	1,6	1,6	1,7	1,8

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

**Tabela 3.15 - Estimativa da população ocupada segundo setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999**

(Em 1000 pessoas)				
ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
Posição na ocupação				
Assalariado no setor privado com carteira assinada	599	628	628	612
Assalariado no setor privado sem carteira assinada	149	152	153	152
Assalariado no setor público	209	202	195	197
Autônomo que trabalha para o público	219	246	239	252
Autônomo que trabalha para empresas	69	68	77	77
Empregador	79	86	80	75
Empregado doméstico	152	160	158	158
Outros	46	45	41	42
Setor de atividade				
Indústria	245	256	241	226
Construção civil	125	135	135	130
Comércio	230	243	241	235
Serviços	756	779	784	803
Outras atividades	168	175	173	172
Total	1.524	1.587	1.574	1.566

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.16 - Distribuição da população ocupada, por setor de atividade econômica e posição na ocupação *
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000

Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000

(%)

ANO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS										Total de autônomos
	Setor de atividade econômica					Posição na ocupação					
						Assalariados ⁽¹⁾					
	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Outros ⁽²⁾	Total	Setor privado		Setor público ⁽³⁾		
							Total	c/ cart.		s/ cart.	
1996	16,02	8,13	15,20	49,75	10,88	63,06	49,19	39,46	9,73	13,74	18,88
1997	16,13	8,53	15,37	48,98	10,96	62,07	49,21	39,50	9,69	12,81	19,78
1998	15,41	8,59	15,27	49,72	10,99	62,14	49,57	39,86	9,71	12,46	20,03
1999	14,41	8,28	15,08	51,25	10,96	61,37	48,82	39,17	9,65	12,47	21,03
2000 ⁽⁴⁾	14,74	7,66	15,36	51,57	10,57	62,07	49,59	39,67	9,91	12,44	20,30

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

(1) Exclui os empregados domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui serviços domésticos, agricultura, pecuária e extração vegetal e outras atividades.

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos Municipal, Estadual e Federal, empresas de economia mista, autarquias, fundações etc.).

(4) dados até julho de 2000

(*) Média anual da distribuição mensal

Tabela 3.17 - Índices do nível de ocupação, por setores de atividade econômica e posição na ocupação *
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000

(continua)

ANO	ÍNDICES DO NÍVEL DE OCUPAÇÃO											(continua)
	Total geral	Setores de atividade econômica					Posição na ocupação				Total de autônomos	
							Assalariados ⁽¹⁾					
							Setor privado			Setor público ⁽³⁾		
		Total	c/ cart.	s/ cart.								
Indústria	Constr. civil	Comércio	Serviços	Outros ⁽²⁾	Total	Total	c/ cart.	s/ cart.				
1996												
Janeiro	98,80	94,70	96,00	109,60	98,50	93,50	99,40	98,30	99,00	95,30	102,90	104,50
Fevereiro	98,00	91,40	97,60	104,30	98,80	95,20	99,20	98,90	100,20	94,00	100,00	97,60
Março	98,20	92,20	96,00	102,60	99,30	97,00	99,50	99,90	100,20	98,70	98,60	95,50
Abril	98,60	95,10	98,40	99,10	100,30	95,80	99,20	99,90	99,70	100,70	97,10	99,30
Maio	99,80	98,00	96,00	101,70	101,90	93,50	100,50	100,00	100,00	100,00	102,40	100,30
Junho	99,90	100,00	100,00	99,10	100,80	97,00	100,50	99,10	98,80	100,00	104,80	99,00
Julho	100,50	102,40	99,20	98,70	100,40	101,20	101,00	100,30	100,70	98,70	103,30	97,90
Agosto	99,50	100,80	101,60	95,70	98,70	105,40	99,50	99,70	99,50	100,70	98,10	97,60
Setembro	99,80	100,00	100,00	100,00	98,80	103,60	99,50	100,50	101,50	96,60	95,20	98,30
Outubro	101,10	103,70	100,00	97,00	101,50	102,40	100,90	101,60	101,70	101,30	98,60	98,60
Novembro	101,90	106,90	96,80	99,10	101,70	103,00	100,90	101,70	102,20	100,00	98,10	101,40
Dezembro	103,40	109,80	107,20	100,00	102,40	100,60	101,80	102,00	100,50	108,10	101,90	109,40
1997												
Janeiro	101,40	104,90	108,80	104,80	98,00	101,80	100,30	100,70	98,30	110,10	99,00	104,50
Fevereiro	102,30	104,90	108,80	102,20	100,30	103,00	101,90	101,70	99,70	110,10	102,90	104,50
Março	102,40	102,00	106,40	102,60	101,10	105,40	102,60	103,50	102,30	108,10	100,00	98,60
Abril	103,00	100,00	106,40	104,30	102,10	107,10	102,30	104,00	103,30	106,70	97,10	103,10
Maio	103,80	99,60	108,80	110,00	102,40	104,20	102,80	105,10	104,30	108,10	93,80	105,60
Junho	103,90	100,00	108,80	108,30	103,00	103,60	102,00	104,10	104,30	103,40	94,70	110,10
Julho	105,10	103,30	108,80	106,50	105,30	101,80	103,00	104,80	106,30	98,70	96,70	113,50
Agosto	104,70	106,10	111,20	106,10	103,60	100,60	101,80	103,70	106,20	94,00	94,70	115,60
Setembro	104,80	108,20	109,60	107,80	102,60	101,80	103,10	105,70	107,50	98,70	94,70	112,50
Outubro	105,80	109,40	108,00	107,80	104,40	103,00	104,10	106,60	109,00	96,60	96,70	113,50
Novembro	106,40	108,60	106,40	106,50	105,70	106,00	104,80	106,80	108,00	102,00	99,00	112,20
Dezembro	106,60	107,30	108,00	106,10	106,00	108,30	104,20	106,30	107,20	102,70	98,10	115,60
1998												
Janeiro	104,70	104,10	109,60	105,70	103,70	105,40	103,00	105,30	105,50	104,70	94,70	110,80
Fevereiro	104,10	101,20	108,00	108,30	103,30	103,60	102,30	104,30	104,80	102,00	94,30	109,00
Março	103,30	99,60	104,80	107,40	104,40	97,60	102,50	104,90	106,00	100,70	94,30	104,90
Abril	103,10	99,60	103,20	108,70	104,50	94,00	102,10	104,00	105,20	99,30	95,70	107,30
Maio	103,10	103,30	108,00	104,80	103,30	96,40	102,30	104,00	106,00	96,00	96,20	109,00
Junho	103,50	102,45	115,20	104,78	102,38	99,40	102,40	104,14	106,68	93,96	96,65	109,40
Julho	104,40	102,00	116,00	103,90	103,30	104,80	103,20	105,20	105,70	103,40	95,70	108,70
Agosto	104,90	97,10	113,60	104,80	105,40	107,10	103,90	106,00	105,20	109,40	96,20	110,40
Setembro	105,40	97,10	110,40	102,20	106,70	112,50	104,10	106,60	104,30	115,40	95,20	112,20
Outubro	105,50	98,00	109,60	103,50	106,30	112,50	104,00	106,10	106,00	106,70	96,20	114,60
Novembro	103,50	96,70	104,80	102,20	104,80	108,30	102,10	105,10	105,30	104,00	91,40	112,80
Dezembro	102,00	95,10	104,80	106,10	102,20	103,60	100,40	104,10	104,30	103,40	87,10	112,80

Tabela 3.17 - Índices do nível de ocupação, por setores de atividade econômica e posição na ocupação *
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000

(conclusão)

ANO	ÍNDICES DO NÍVEL DE OCUPAÇÃO											Total autônomos
	Total geral	Setor de atividade econômica					Posição na ocupação					
							Assalariados ⁽¹⁾					
		Indústria	Constr. civil	Comércio	Serviços	Outros ⁽²⁾	Total	Setor privado		Setor público ⁽³⁾		
Total	c/ cart.							s/ cart.				
1999												
Janeiro	100,70	92,70	103,20	103,90	101,70	101,20	99,20	102,80	102,50	104,00	86,60	109,00
Fevereiro	101,60	93,10	108,00	101,70	103,00	102,40	99,10	101,90	101,80	102,00	89,50	110,80
Março	99,90	92,70	100,80	96,50	103,30	98,80	97,50	98,10	99,30	93,30	94,70	109,00
Abril	100,40	87,30	99,20	99,10	104,20	104,80	97,00	97,20	98,20	93,30	96,70	113,20
Mai	99,90	85,30	96,00	99,10	104,20	105,40	95,70	95,90	96,30	94,00	95,20	114,60
Junho	101,70	86,50	104,00	101,70	105,40	105,40	97,30	99,70	100,70	96,00	89,00	119,40
Julho	102,90	88,20	104,00	100,00	109,10	99,40	100,20	102,70	103,70	98,70	91,40	116,70
Agosto	104,70	94,30	108,80	107,40	108,30	97,00	102,80	106,10	106,50	104,70	91,90	117,00
Setembro	104,70	91,80	104,80	109,60	108,90	97,60	102,60	104,50	103,30	109,40	96,20	114,20
Outubro	103,90	95,50	104,00	106,10	106,20	102,40	101,10	104,00	103,00	108,10	90,90	115,30
Novembro	104,00	97,60	101,60	100,40	107,50	104,20	102,30	104,00	104,20	103,40	97,10	114,60
Dezembro	105,60	97,10	108,00	102,20	108,90	106,50	104,60	106,60	106,20	108,10	98,60	114,60
2000 ⁽⁴⁾												
Janeiro	105,80	97,96	107,20	107,39	108,33	102,40	105,53	107,35	107,35	107,38	100,48	113,20
Fevereiro	105,50	95,90	101,60	109,60	109,40	99,40	105,10	107,20	106,00	112,10	97,60	112,80
Março	104,20	95,90	94,40	107,80	109,00	97,00	103,60	105,30	105,80	103,40	98,10	111,50
Abril	105,10	97,55	95,20	105,22	110,58	98,80	103,44	106,02	105,68	107,38	94,26	112,50
Mai	104,50	95,10	96,80	103,90	109,10	104,20	101,90	105,30	106,30	101,30	90,00	112,20
Junho	104,90	97,10	98,40	104,80	108,70	104,20	102,40	106,30	106,00	107,40	90,40	113,90
Julho	105,80	95,51	94,40	110,00	109,92	105,40	103,96	105,88	105,51	107,38	97,10	114,90
Variação Mensal:												
Jul-00/Mai-00	0,86	-1,64	-4,07	4,96	1,12	1,15	1,53	-0,39	-0,46	-0,02	7,41	0,88
Variação no ano:												
Jul-00/Dez-99	0,19	-1,64	-12,59	7,63	0,94	-1,03	-0,61	-0,67	-0,65	-0,66	-1,52	0,26
Variação no ano:												
Jul-97/Jul-96	4,58	0,88	9,68	7,90	4,88	0,59	1,98	4,49	5,56	0,00	-6,39	15,93
Jul-98/Jul-97	-0,67	-1,26	6,62	-2,44	-1,90	2,95	0,19	0,38	-0,56	4,76	-1,03	-4,23
Jul-99/Jul-98	-1,40	-13,50	-10,30	-3,80	5,60	-5,20	-2,90	-2,40	-1,90	-4,50	-4,50	7,40
Jul-00/Jul-99	2,80	8,30	-9,20	10,00	0,80	6,00	3,80	3,10	1,70	8,80	6,20	-1,50

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
 Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

(1) Exclui os empregados domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui serviços domésticos, agricultura, pecuária e extração vegetal e outras atividades.

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos Municipal, Estadual e Federal, empresas de economia mista, autarquias, fundações etc.).

(4) Dados até julho de 2000.

(*) Índice: Média de 1996 = 100.

Tabela 3.18 - Distribuição da população desempregada segundo experiência anterior, posição no domicílio, sexo, idade, cor, tempo de residência e grau de instrução
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
Experiência anterior de trabalho	222	245	297	342
Sem experiência	19,3	20,8	19,8	16,8
Com experiência	80,7	79,2	80,2	83,2
Posição no domicílio				
Chefes	21,4	20,2	20,2	22,1
Cônjuges	14,6	16,3	16,7	19,9
Filhos	54	53	53,5	51,2
Outros	10	10,6	9,7	9,8
Sexo				
Masculino	51,5	48,6	48,9	49,3
Feminino	48,5	51,4	51,1	50,7
Idade				
De 10 a 14	5,4	5,1	4,2	2,1
De 15 a 17	15,3	16,5	15,6	12,5
De 18 a 24	33,9	34,1	35,3	37,5
De 25 a 39	32,2	30,4	30,8	32,4
De 40 a 59	12,2	13	13,3	14,7
De 60 anos ou mais	0,9	0,9	0,8	0,9
Cor				
Branca	42,7	44,4	41,5	41,7
Não-branca	57,2	55,5	58,5	58,2
Tempo de residência na RMBH				
Menos	6,8	6,5	6,3	5,6
3 anos ou mais	93,2	93,4	93,7	94,9
Grau de instrução				
Analfabeto	2,1	1,9	2,1	1,8
1º grau incompleto	59	57,6	54	49,2
1º grau completo a 2º incompleto	21,2	21,4	23,5	26,6
2º grau completo a 3º incompleto	14,8	16,5	17,8	19,4
3º completo	2,9	2,6	2,6	2,9

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de emprego e desemprego da RMBH*. 2000.
 Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.19 - Taxas de desemprego por tipo
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, Belo Horizonte e demais municípios da RMBH - 1996-2000¹

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	TAXAS DE DESEMPREGO POR TIPO (%)										
	Total			Aberto			Oculto			Precário	Desalento
	RMBH	Belo Horizonte	Demais municípios	RMBH	Belo Horizonte	Demais municípios	RMBH	Belo Horizonte	Demais municípios	RMBH	RMBH
1996											
Janeiro	11,80	11,50	12,20	7,60	7,40	7,90	4,20	4,20	4,30	2,60	1,60
Fevereiro	12,70	12,30	13,20	8,30	7,80	9,10	4,40	4,50	4,20	2,80	1,60
Março	13,50	12,90	14,50	8,70	8,10	9,60	4,80	4,80	4,80	3,20	1,60
Abril	13,90	13,20	15,10	8,80	8,20	9,80	5,10	5,00	5,30	3,60	1,50
Maio	13,70	12,60	15,30	8,50	8,00	9,10	5,20	4,60	6,20	3,70	1,50
Junho	13,60	12,50	15,40	8,50	7,90	9,50	5,10	4,60	5,90	3,40	1,70
Julho	13,50	12,10	15,70	8,40	7,70	9,40	5,10	4,30	6,30	3,40	1,70
Agosto	13,70	12,30	15,80	8,30	7,60	9,30	5,40	4,70	6,40	3,60	1,80
Setembro	12,80	12,00	14,20	7,50	7,30	8,00	5,30	4,70	6,30	3,70	1,60
Outubro	11,50	10,80	12,60	6,70	6,50	7,00	4,80	4,30	5,60	3,40	1,40
Novembro	11,00	10,40	12,00	6,50	6,30	6,90	4,50	4,10	5,10	3,30	1,20
Dezembro	10,70	9,70	12,40	6,40	6,00	7,00	4,30	3,70	5,40	3,00	1,30
1997											
Janeiro	11,80	11,00	13,10	7,10	6,70	7,70	4,70	4,20	5,40	3,10	1,60
Fevereiro	12,20	11,30	13,50	7,70	7,30	8,30	4,50	4,00	5,20	2,90	1,60
Março	13,30	12,50	14,60	8,90	8,60	9,30	4,40	3,90	5,30	2,90	1,50
Abril	13,50	12,40	15,10	9,20	8,80	9,90	4,20	3,60	5,20	2,80	1,40
Maio	13,80	12,60	15,60	9,10	8,50	10,10	4,60	4,10	5,50	3,00	1,60
Junho	13,80	12,60	15,50	8,90	8,10	10,20	4,90	4,50	5,40	3,00	1,80
Julho	13,60	12,30	15,60	8,80	7,90	10,10	4,80	4,40	5,50	3,00	1,80
Agosto	13,80	12,20	16,20	9,20	8,20	10,90	4,50	4,00	5,30	2,80	1,70
Setembro	13,70	12,40	15,70	9,20	8,30	10,40	4,50	4,00	5,30	3,00	1,60
Outubro	13,50	12,50	15,10	9,10	8,50	10,00	4,50	4,10	5,10	3,00	1,40
Novembro	13,00	12,70	13,40	8,30	8,30	8,20	4,70	4,30	5,20	3,20	1,50
Dezembro	12,80	12,20	13,60	7,90	7,60	8,30	4,90	4,60	5,40	3,40	1,50
1998											
Janeiro	13,40	12,70	14,30	8,00	7,60	8,50	5,40	5,10	5,80	3,70	1,70
Fevereiro	14,50	13,70	15,70	8,90	8,70	9,30	5,60	5,00	6,40	3,70	1,90
Março	15,30	14,50	16,60	9,90	9,80	10,00	5,40	4,60	6,60	3,50	1,90
Abril	15,90	15,20	16,80	10,50	10,70	10,20	5,40	4,60	6,60	3,50	1,90
Maio	16,00	14,50	18,20	10,50	9,70	11,60	5,50	4,80	6,60	3,60	1,90
Junho	16,20	14,80	18,50	10,40	9,40	12,00	5,80	5,40	6,50	3,90	1,90
Julho	16,10	14,20	19,00	10,20	8,90	12,20	5,90	5,40	6,70	3,90	2,00
Agosto	16,20	14,70	18,60	10,40	9,50	11,80	5,80	5,20	6,80	4,10	1,70
Setembro	15,80	14,20	18,00	10,40	9,70	11,40	5,40	4,50	6,60	3,80	1,60
Outubro	15,60	14,40	17,30	10,20	9,80	10,90	5,40	4,60	6,40	3,90	1,50
Novembro	15,70	14,50	17,40	10,20	9,70	11,00	5,50	4,80	6,40	3,90	1,60
Dezembro	16,30	15,20	17,80	10,40	9,70	11,50	5,90	5,50	6,30	4,20	1,70

Tabela 3.19 - Taxas de desemprego por tipo
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, Belo Horizonte e demais municípios da RMBH - 1996-2000¹

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	TAXAS DE DESEMPREGO POR TIPO (%)										
	Total			Aberto			Oculto				
							Total			Precário	Desalento
	RMBH	Belo Horizonte	Demais municípios	RMBH	Belo Horizonte	Demais municípios	RMBH	Belo Horizonte	Demais municípios	RMBH	RMBH
1999											
Janeiro	16,70	15,80	18,10	10,60	9,70	12,00	6,10	6,10	6,10	4,10	2,00
Fevereiro	16,80	16,10	17,90	11,10	10,30	12,40	5,70	5,80	5,50	3,90	1,80
Março	17,90	17,00	19,30	12,00	11,30	12,90	5,90	5,70	6,40	4,00	1,90
Abril	18,40	17,10	20,60	12,70	12,00	13,80	5,70	5,10	6,80	3,90	1,80
Maio	19,30	17,90	21,50	13,20	12,60	14,00	6,10	5,30	7,50	4,30	1,80
Junho	19,00	18,10	20,40	12,80	12,60	13,10	6,20	5,50	7,30	4,40	1,80
Julho	18,90	18,40	19,80	12,60	12,40	12,80	6,40	6,00	6,00	4,70	1,70
Agosto	18,10	17,50	19,10	11,80	11,60	12,00	6,30	5,80	7,10	4,60	1,70
Setembro	17,80	16,80	19,50	11,50	10,80	12,50	6,30	5,90	7,00	4,60	1,70
Outubro	17,70	16,40	19,60	11,30	10,60	12,20	6,40	5,80	7,30	4,70	1,70
Novembro	17,50	16,30	19,30	11,10	10,50	12,00	6,40	5,80	7,30	4,60	1,80
Dezembro	17,10	16,10	18,50	10,90	10,60	11,40	6,20	5,50	7,10	4,30	1,90
2000											
Janeiro	17,20	16,10	18,90	10,90	10,50	11,60	6,30	5,60	7,20	4,20	2,10
Fevereiro	17,60	16,40	19,50	11,60	11,10	12,50	6,00	5,40	6,90	3,90	2,10
Março	18,10	16,20	20,90	11,90	11,00	13,30	6,20	5,30	7,60	3,90	2,20
Abril	18,40	16,70	21,20	12,30	11,50	13,60	6,10	5,20	7,70	4,10	2,00
Maio	18,90	17,10	21,70	12,40	11,70	13,40	6,50	5,40	8,30	4,30	2,20
Junho	19,20	17,70	21,60	12,70	12,00	13,90	6,50	5,70	7,70	4,60	1,90
Julho	18,80	17,00	21,40	12,40	11,40	13,80	6,40	5,60	7,70	4,40	2,00
Varição Mensal:											
Jul-00/Mai-00	-2,08	-3,95	-0,93	-2,36	-5,00	-0,72	-1,54	-1,75	0,00	-4,35	5,26
Varição no ano:											
Jul-00/Dez-99	9,94	5,59	15,68	13,76	7,55	21,05	3,23	1,82	8,45	2,33	5,26
Varição no ano:											
Jul-97/Jul-96	0,74	1,65	-0,64	4,76	2,60	7,45	-5,88	2,33	-12,70	-11,76	5,88
Jul-98/Jul-97	18,38	15,45	21,79	15,91	12,66	20,79	22,92	22,73	21,82	30,00	11,11
Jul-99/Jul-98	17,39	29,58	4,21	23,53	39,33	4,92	8,47	11,11	-10,45	20,51	-15,00
Jul-00/Jul-99	-0,53	-7,61	8,08	-1,59	-8,06	7,81	0,00	-6,67	28,33	-6,38	17,65

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.
 Convênio FJP/DIESSE/SEADE/SINE. MG.

(1) Dados até julho de 2000.

Tabela 3.20 - Taxas de desemprego por sexo, idade, posição no domicílio e experiência anterior de trabalho *
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000¹

(%)

ANO	TAXAS DE DESEMPREGO POR ATRIBUTOS PESSOAIS										
	Total	Sexo		Idade				Posição no domicílio		Experiência anterior de trabalho	
		Homens	Mulheres	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais	Chefe	Demais membros	Com experiência	Sem experiência
1996	12,70	11,61	14,13	35,88	19,34	9,83	5,75	6,84	16,57	10,19	2,51
1997	13,23	11,48	15,51	38,14	20,02	9,89	6,23	6,68	17,56	10,51	2,72
1998	15,58	13,38	18,42	43,86	23,45	11,91	7,53	7,99	20,42	12,44	3,14
1999	17,93	15,94	20,43	44,70	28,18	14,57	8,99	10,04	22,98	14,94	2,99
2000	18,31	16,30	20,79	46,07	28,31	14,80	10,06	10,80	23,27	14,83	3,47
Variação Mensal:											
Jul-00/Mai-00	-2,08	-1,15	-3,74	3,55	-0,96	-5,30	1,00	-4,76	-2,80	-3,21	0,00
Variação em 2000:											
Jul-00/Dez-99	9,94	12,42	6,74	1,08	15,67	9,16	5,21	-0,99	12,50	8,63	12,50
Variação No Ano:											
Jul-97/Jul-96	0,74	-5,69	6,62	8,16	6,19	-3,74	-7,94	-4,23	2,84	-0,93	7,41
Jul-98/Jul-97	18,38	23,28	14,91	8,76	17,96	16,50	43,10	23,53	16,57	20,56	10,34
Jul-99/Jul-98	17,39	16,08	17,84	2,24	21,40	26,67	19,28	25,00	15,17	22,48	-3,13
Jul-00/Jul-99	-0,53	3,61	-5,50	2,19	5,08	-5,92	2,02	-4,76	0,00	-4,43	16,13

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.

Convênio FJP/DIESSE/SEADE/SINE. MG.

(1) Dados até julho de 2000.

(*) Média anual das taxas mensais.

Tabela 3.21- Estimativa da população em idade ativa, economicamente ativa, ocupada, desempregada e inativa maior de 10 anos e taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000¹

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	IDADE ATIVA (A) =(B)+(C) ⁽²⁾	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA ^{(2) (3)}						INATIVOS ^{(2) (3)}		TAXAS (%)	
		Total		Ocupados		Desempregados		DE 10 ANOS		Partici- pação (B)/(A)	Desem- prego (D)/(B)
		Absoluto (B)	Índice	Absoluto	Índice	Absoluto (D)	Índice	Absoluto (C)	Índice		
1996											
Janeiro	3.043	1.707	97,80	1.506	98,80	201	90,50	1.336	100,10	56,10	11,80
Fevereiro	3.049	1.710	97,90	1.493	98,00	217	97,70	1.339	100,40	56,10	12,70
Março	3.056	1.730	99,10	1.496	98,20	234	105,40	1.326	99,40	56,60	13,50
Abril	3.063	1.746	100,00	1.503	98,60	243	109,50	1.317	98,70	57,00	13,90
Maio	3.070	1.762	100,90	1.521	99,80	241	108,60	1.308	98,10	57,40	13,70
Junho	3.077	1.763	101,00	1.523	99,90	240	108,10	1.314	98,50	57,30	13,60
Julho	3.084	1.770	101,40	1.531	100,50	239	107,70	1.314	98,50	57,40	13,50
Agosto	3.090	1.758	100,70	1.517	99,50	241	108,60	1.332	99,90	56,90	13,70
Setembro	3.097	1.744	99,90	1.521	99,80	223	100,50	1.353	101,40	56,30	12,80
Outubro	3.104	1.741	99,70	1.541	101,10	200	90,10	1.363	102,20	56,10	11,50
Novembro	3.111	1.745	99,90	1.553	101,90	192	86,50	1.366	102,40	56,10	11,00
Dezembro	3.118	1.765	101,10	1.576	103,40	189	85,10	1.353	101,40	56,60	10,70
1997											
Janeiro	3.125	1.753	100,40	1.546	101,40	207	93,20	1.372	102,80	56,10	11,80
Fevereiro	3.132	1.776	101,70	1.559	102,30	217	97,70	1.356	101,60	56,70	12,20
Março	3.139	1.799	103,00	1.560	102,40	239	107,70	1.340	100,40	57,30	13,30
Abril	3.146	1.815	104,00	1.570	103,00	245	110,40	1.331	99,80	57,70	13,50
Maio	3.153	1.835	105,10	1.582	103,80	253	114,00	1.318	98,80	58,20	13,80
Junho	3.160	1.836	105,20	1.583	103,90	253	114,00	1.324	99,30	58,10	13,80
Julho	3.167	1.853	106,10	1.601	105,10	252	113,50	1.314	98,50	58,50	13,60
Agosto	3.174	1.850	106,00	1.595	104,70	255	114,90	1.324	99,30	58,30	13,80
Setembro	3.181	1.851	106,00	1.597	104,80	254	114,40	1.330	99,70	58,20	13,70
Outubro	3.188	1.865	106,80	1.613	105,80	252	113,50	1.323	99,20	58,50	13,50
Novembro	3.195	1.863	106,70	1.621	106,40	242	109,00	1.332	99,90	58,30	13,00
Dezembro	3.202	1.864	106,80	1.625	106,60	239	107,70	1.338	100,30	58,20	12,80
1998											
Janeiro	3.210	1.843	105,60	1.596	104,70	247	111,30	1.367	102,50	57,40	13,40
Fevereiro	3.217	1.856	106,30	1.587	104,10	269	121,20	1.361	102,00	57,70	14,50
Março	3.224	1.860	106,50	1.575	103,30	285	128,40	1.364	102,20	57,70	15,30
Abril	3.231	1.868	107,00	1.571	103,10	297	133,80	1.363	102,20	57,80	15,90
Maio	3.238	1.872	107,20	1.572	103,10	300	135,10	1.366	102,40	57,80	16,00
Junho	3.245	1.882	107,80	1.577	103,50	305	137,40	1.363	102,20	58,00	16,20
Julho	3.253	1.896	108,60	1.591	104,40	305	137,40	1.357	101,70	58,30	16,10
Agosto	3.260	1.907	109,20	1.598	104,90	309	139,20	1.353	101,40	58,50	16,20
Setembro	3.267	1.908	109,30	1.607	105,40	301	135,60	1.359	101,90	58,40	15,80
Outubro	3.274	1.905	109,10	1.608	105,50	297	133,80	1.369	102,60	58,20	15,60
Novembro	3.282	1.871	107,20	1.577	103,50	294	132,40	1.411	105,80	57,00	15,70
Dezembro	3.289	1.858	106,40	1.555	102,00	303	136,50	1.431	107,30	56,50	16,30

Tabela 3.21- Estimativa da população em idade ativa, economicamente ativa, ocupada, desempregada e inativa maior de 10 anos e taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000¹

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	IDADE ATIVA (A) =(B)+(C) ⁽²⁾	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA ^{(2) (3)}						INATIVOS ^{(2) (3)}		TAXAS (%)	
		Total		Ocupados		Desempregados		DE 10 ANOS		Partici- pação (B)/(A)	Desem- prego (D)/(B)
		Absoluto (B)	Índice	Absoluto	Índice	Absoluto (D)	Índice	Absoluto (C)	Índice		
1999											
Janeiro	3.296	1.842	105,50	1.534	100,70	308	138,70	1.454	109,00	55,90	16,70
Fevereiro	3.304	1.860	106,50	1.548	101,60	312	140,50	1.444	108,20	56,30	16,80
Março	3.311	1.854	106,20	1.522	99,90	332	149,50	1.457	109,20	56,00	17,90
Abril	3.318	1.875	107,40	1.530	100,40	345	155,40	1.443	108,20	56,50	18,40
Mai	3.326	1.886	108,00	1.522	99,90	364	164,00	1.440	107,90	56,70	19,30
Junho	19,0	18,1	20,4	12,8	12,6	13,1	6,2	5,5	7,3	4,4	1,8
Julho	3.341	1.934	110,80	1.568	102,90	366	164,90	1.407	105,50	57,90	18,90
Agosto	3.348	1.949	111,60	1.596	104,70	353	159,00	1.399	104,90	58,20	18,10
Setembro	3.356	1.940	111,10	1.595	104,70	345	155,40	1.416	106,10	57,80	17,80
Outubro	3.363	1.924	110,20	1.583	103,90	341	153,60	1.439	107,90	57,20	17,70
Novembro	3.371	1.921	110,00	1.585	104,00	336	151,40	1.450	108,70	57,00	17,50
Dezembro	3.378	1.942	111,20	1.610	105,60	332	149,50	1.436	107,60	57,50	17,10
2000											
Janeiro	3.386	1.947	111,50	1.612	105,80	335	150,90	1.439	107,90	57,50	17,20
Fevereiro	3.393	1.951	111,70	1.608	105,50	343	154,50	1.442	108,10	57,50	17,60
Março	3.401	1.939	111,10	1.588	104,20	351	158,10	1.462	109,60	57,00	18,10
Abril	3.408	1.963	112,40	1.602	105,10	361	162,60	1.445	108,30	57,60	18,40
Mai	3.416	1.964	112,50	1.593	104,50	371	167,10	1.452	108,80	57,50	18,90
Junho	3.424	1.979	113,30	1.599	104,90	380	171,20	1.445	108,30	57,80	19,20
Julho	3.431	1.987	113,80	1.613	105,80	374	168,50	1.444	108,20	57,90	18,80
Variação Mensal:											
Jul-00/Mai-00	0,2	0,4	0,44	0,9	0,86	-1,6	-1,58	-0,1	-0,09	0,17	-2,08
Variação em 2000:											
Jul-00/Dez-99	1,6	2,3	2,34	0,2	0,19	12,7	12,71	0,6	0,56	0,70	9,94
Variação no ano:											
Jul-97/Jul-96	2,7	4,7	4,64	4,6	4,58	5,4	5,39	0,0	0,00	1,92	0,74
Jul-98/Jul-97	2,7	2,3	2,36	-0,6	-0,67	21,0	21,06	3,3	3,25	-0,34	18,38
Jul-99/Jul-98	2,7	2,0	2,03	-1,4	-1,44	20,0	20,01	3,7	3,74	-0,69	17,39
Jul-00/Jul-99	2,7	2,7	2,71	2,9	2,82	2,2	2,18	2,6	2,56	0,00	-0,53

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.
 Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Notas: (1) Dados até julho de 2000.

(2) Valores absolutos em 1000 pessoas.

(3) Índice: Média de 1996=100.

Tabela 3.22 - Taxas de participação da população em idade ativa e economicamente ativa por atributos pessoais
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -1996-2000¹

(continua)

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	TAXAS DE PARTICIPAÇÃO POR ATRIBUTOS PESSOAIS (PEA / PIA) (%)								
	Total	Sexo		Idade				Posição no domicílio	
		Homens	Mulheres	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos e mais	Chefe	Demais membros
1996									
Janeiro	56,10	67,40	46,10	19,40	73,40	78,00	49,70	72,20	48,90
Fevereiro	56,10	68,10	45,50	19,90	72,60	77,70	50,10	72,30	48,80
Março	56,60	68,50	46,10	21,00	71,60	77,60	51,20	73,20	49,10
Abril	57,00	68,60	46,70	20,90	71,80	78,10	52,50	73,90	49,30
Maiο	57,40	68,20	47,70	20,80	72,90	78,80	53,20	73,70	50,00
Junho	57,30	67,90	47,70	19,90	73,30	79,40	53,10	73,20	50,20
Julho	57,40	68,60	47,20	20,70	74,00	78,40	53,00	72,80	50,50
Agosto	56,90	68,70	46,20	20,50	74,10	77,90	51,50	72,10	50,00
Setembro	56,30	68,70	45,40	20,90	73,40	77,50	49,70	71,00	49,80
Outubro	56,10	67,80	45,90	19,90	72,70	78,50	48,80	70,70	49,50
Novembro	56,10	67,40	46,10	18,90	71,40	78,20	50,10	71,60	48,90
Dezembro	56,60	67,50	46,70	18,70	71,60	78,30	52,20	72,80	49,20
1997									
Janeiro	56,10	67,20	46,10	19,40	71,00	77,40	52,30	72,60	48,70
Fevereiro	56,70	68,10	46,50	20,70	72,50	78,00	51,40	72,20	49,80
Março	57,30	68,30	47,40	20,90	74,50	78,10	51,10	72,30	50,40
Abril	57,70	69,00	47,60	21,50	75,20	78,40	51,00	72,60	50,90
Maiο	58,20	69,00	48,70	22,10	76,50	78,70	52,50	73,20	51,30
Junho	58,10	68,90	48,40	22,10	74,90	79,00	52,30	73,00	51,20
Julho	58,50	69,30	49,00	21,50	75,10	79,60	53,10	73,70	51,50
Agosto	58,30	69,60	48,10	20,80	74,90	79,30	52,70	73,90	51,00
Setembro	58,20	70,10	47,60	21,40	75,10	79,10	52,50	73,90	51,00
Outubro	58,50	70,40	47,80	21,90	74,80	78,90	53,30	74,30	51,10
Novembro	58,30	69,80	48,00	21,80	73,80	78,30	53,60	74,00	51,10
Dezembro	58,20	68,90	48,40	21,60	73,60	78,60	53,40	74,20	50,90
1998									
Janeiro	57,40	68,30	47,50	21,70	72,70	78,30	51,60	72,80	50,30
Fevereiro	57,70	68,80	47,60	22,50	73,30	78,70	51,50	73,20	50,60
Março	57,70	69,30	47,20	21,50	73,60	78,40	51,30	72,30	50,90
Abril	57,80	69,20	47,30	21,20	75,30	78,20	51,50	72,00	51,20
Maiο	57,80	69,10	47,50	20,70	75,00	78,90	50,80	71,10	51,50
Junho	58,00	69,00	48,00	20,90	75,00	79,40	51,50	71,60	51,60
Julho	58,30	69,20	48,30	21,60	75,30	79,10	52,30	72,00	51,90
Agosto	58,50	69,00	48,90	21,50	75,90	79,10	53,00	71,90	52,30
Setembro	58,40	68,50	49,40	21,60	76,70	78,80	53,00	71,60	52,30
Outubro	58,20	68,20	49,10	20,20	75,70	79,50	52,60	71,20	52,30
Novembro	57,00	67,60	47,50	18,80	75,20	79,00	51,00	70,40	50,90
Dezembro	56,50	67,60	46,40	19,20	74,20	79,40	49,40	69,50	50,60

Tabela 3.22 - Taxas de participação da população em idade ativa e economicamente ativa por atributos pessoais
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-2000¹

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	TAXAS DE PARTICIPAÇÃO POR ATRIBUTOS PESSOAIS (PEA / PIA) (%)								
	Total	Sexo		Idade				Posição no domicílio	
		Homens	Mulheres	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos e mais	Chefe	Demais membros
1999									
Janeiro	55,90	67,10	45,90	18,80	73,60	78,90	49,10	69,50	49,70
Fevereiro	56,30	66,50	46,90	18,50	73,20	78,80	50,20	70,20	49,90
Março	56,00	66,20	46,80	16,80	73,20	78,60	50,30	70,40	49,40
Abril	56,50	66,20	47,80	17,10	74,40	79,20	50,20	69,50	50,50
Maior	56,70	66,80	47,80	17,40	75,40	79,40	50,10	69,60	50,90
Junho	57,40	67,60	48,50	18,60	76,10	80,30	50,50	69,90	51,70
Julho	57,90	68,50	48,50	18,30	76,20	80,40	51,60	71,20	51,70
Agosto	58,20	69,00	48,70	18,50	75,80	80,60	52,20	71,40	52,10
Setembro	57,80	68,50	48,30	17,30	75,80	79,70	51,70	71,20	51,50
Outubro	57,20	67,60	48,00	17,60	74,70	79,60	50,60	70,60	49,00
Novembro	57,00	67,10	48,10	17,10	73,90	80,30	49,90	70,40	50,70
Dezembro	57,50	67,40	48,60	17,50	74,10	80,60	50,70	70,90	51,20
2000									
Janeiro	57,50	67,40	48,70	16,70	74,80	81,00	50,50	70,70	51,30
Fevereiro	57,50	68,10	48,20	17,00	74,70	80,30	50,40	70,60	51,30
Março	57,00	67,40	47,80	16,10	73,20	80,20	50,30	70,70	50,50
Abril	57,60	68,00	48,40	16,60	73,30	80,00	51,40	72,00	50,70
Maior	57,50	67,30	48,70	16,10	72,70	80,40	51,30	71,70	50,70
Junho	57,80	68,20	48,60	16,10	74,30	80,10	51,40	71,60	51,20
Julho	57,90	67,90	49,00	16,30	74,20	81,40	50,90	70,50	52,00

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

(1) Dados até julho de 2000.

Tabela 3.23 - Rendimento real médio da população ocupada e assalariada
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999

(em R\$ de dezembro de 1999)				
ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
Ocupados	667	661	630	605
Por grau de instrução				
Analfabetos	239	241	232	246
1º grau incompleto	364	360	345	336
1º grau completo + 2º incompleto	533	518	469	404
2º grau completo + 3º incompleto	862	833	773	702
3º grau completo	2.036	2.038	2.027	1.899
Por setor de atividade econômica				
Indústria	699	735	670	652
Construção civil	555	552	527	491
Comércio	666	619	591	534
Serviços	784	775	750	729
Serviços domésticos	185	195	191	194
Outras atividades	539	630	498	548
Assalariados	648	651	638	626
Por grau de instrução				
Analfabetos	250	255	255	260
1º grau incompleto	349	357	351	349
1º grau completo + 2º incompleto	466	464	439	399
2º grau completo + 3º incompleto	751	738	692	639
3º grau completo	1.913	1.905	1.937	1.835
Assalariados no setor privado	545	557	542	524
Indústria	654	677	645	631
Construção civil	521	534	482	519
Comércio	492	479	480	445
Serviços	516	529	528	509
Outras atividades	342	336	340	301
Empregados no setor privado com carteira	592	603	593	563
Indústria	702	715	690	676
Construção civil	565	596	518	552
Comércio	534	524	528	483
Serviços	557	567	577	542
Empregados no setor privado sem carteira	343	355	314	348
Indústria	359	399	334	348
Construção civil	385	316	335	398
Comércio	335	318	294	283
Serviços	338	369	318	371
Empregados no setor público	1.009	1.000	1.011	1.000
Serviços	1.005	988	1.004	996
Autônomos que trabalham para o público	542	509	486	443
Indústria	524	527	525	458
Construção civil	432	422	412	370
Comércio	640	542	547	448
Serviços	568	550	505	480
Autônomos que trabalham para empresas	766	813	707	647
Indústria	597	741	606	567
Comércio	774	753	606	544
Serviços	912	931	883	746
Empregadores	1.923	2.007	1.823	1.853
Indústria	1.854	1.924	1.454	1.573
Comércio	1.766	1.670	1.681	1.638
Serviços	1.959	2.199	1.907	2.026
Empregados domésticos mensalistas	177	192	190	194
Empregados domésticos diaristas	218	209	195	192
Outras posições	2.405	2.300	2.285	2.075
Serviços	2.434	2.315	2.234	2.048

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.
 Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.24 - Rendimento real da população ocupada e assalariada por percentis**Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - 1996-1999**

(em R\$ de dezembro de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
Ocupados				
10% mais pobres ganham até	128	132	130	137
25% mais pobres ganham até	196	202	207	204
50% ganham até	353	346	328	317
25% mais ricos ganham acima de	705	677	650	630
10% mais ricos ganham acima de	1.502	1.448	1.368	1.295
5% mais ricos ganham acima de	2.375	2.242	2.165	2.087
Assalariados				
10% mais pobres ganham até	150	156	162	157
25% mais pobres ganham até	229	229	236	226
50% ganham até	370	384	377	359
10% mais ricos ganham acima de	1.410	1.354	1.301	1.295
5% mais ricos ganham acima de	2.128	2.111	2.146	2.040

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Tabela 3.25 - Distribuição dos ocupados segundo posição no trabalho principal
Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998

(%)

REGIÕES	TIPO				
	Assalariado	Autônomo	Empregador	Doméstica	Outros ⁽¹⁾
RMBH	62,20	20,10	5,10	10,10	2,50
BH	62,40	19,20	6,30	9,30	2,90
Barreiro	66,50	19,70	...	7,80	...
Centro-Sul	55,00	13,90	11,40	12,90	6,80
Leste	64,60	19,00	6,20	8,10	2,10
Nordeste	63,10	19,90	5,20	9,80	2,00
Noroeste	61,50	21,70	5,90	8,60	2,30
Oeste	63,50	18,30	7,00	8,60	2,60
Pampulha	63,70	18,70	8,00	...	...
Norte	63,70	22,50	...	...	...
Venda Nova	62,80	20,50	...	10,70	...

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) inclui trabalhador familiar, dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregados que recebem em espécie/benefício.

Tabela 3.26 - Taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998

REGIÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RMBH	13,40	14,5	15,3	15,9	16,0	16,2	16,1	16,2	15,8	15,6	15,7	16,3
BH	12,7	14,5	14,5	15,2	14,5	14,8	14,2	14,7	14,2	14,4	14,5	15,2
Barreiro	14,5	14,5	16,9	17,0	17,7	17,5	18,0	...	...	18,3	19,5	19,0
Centro Sul	...	14,5	11,9	12,7	...	...	...	...	...	...	...	...
Leste	13,9	14,5	14,6	14,4	15,8	14,7	13,7	...	...	...	...	...
Nordeste	12,70	14,5	15,4	17,4	15,5	16,2	14,8	15,9	14,8	14,5	14,4	17,0
Noroeste	12,9	14,5	13,8	15,1	14,9	15,2	15,1	14,9	14,7	12,8	13,0	13,1
Oeste	11,6	14,5	12,5	13,1	13,5	13,7	13,0	15,7	...	16,4	...	...
Pampulha	...	14,5	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Norte	...	14,5	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Venda Nova	14,0	14,5	14,5	15,4	...	17,4	17,7	20,5	...	18,6	...	...

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*, 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Notas: O mês indicado refere-se ao último do trimestre considerado.
(...) A amostra não comporta essa desagregação.

Tabela 3.27 - Taxa de desemprego segundo tipo de desemprego, posição no domicílio, sexo e idade
Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998

REGIÕES	TIPO DE DESEMPREGO				POSIÇÃO NO DOMICÍLIO				SEXO		FAIXAS ETÁRIAS			
	Total	Com bico	Aberto	Desalentado	Chefe	Conjuge	Filho	Outros	Masculino	Feminino	10-17 anos	18-24 anos	25-39 anos	40 e mais
RMBH	15,90	3,90	10,30	1,80	8,20	14,90	24,90	16,90	13,70	18,70	44,40	23,90	12,30	7,60
BH	14,70	3,50	9,60	1,60	7,70	12,60	23,70	14,60	13,20	16,40	45,00	22,80	11,50	6,90
Barreiro	17,70	...	11,70	...	...	...	28,10	...	15,30	21,20	...	24,30	12,70	...
Centro-Sul	9,90	...	6,70	...	...	...	19,50	...	11,10	8,80	...	...	...	...
Leste	14,00	...	9,50	...	...	...	22,80	...	13,10	15,00	...	23,50	12,40	...
Nordeste	15,90	...	10,60	...	...	...	25,00	...	14,20	18,10	...	23,90	13,00	...
Noroeste	14,20	3,80	9,50	...	8,00	...	21,30	...	12,40	16,40	...	20,70	10,70	...
Oeste	14,30	3,40	9,20	...	...	...	24,90	...	12,80	16,20	...	23,90	10,70	...
Pampulha	14,10	...	9,50	...	...	...	21,70	...	...	17,30	...	...	...	...
Norte	16,90	...	10,50	...	...	...	26,00	...	...	...	...	...	...	...
Venda Nova	17,00	...	10,60	...	...	...	25,20	...	14,30	20,70	...	22,00	13,50	...

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH, 2000. Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Nota: (...)A amostra não comporta essa desagregação.

Tabela 3.28 - Rendimento nominal médio trimestral dos assalariados no trabalho principal
Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998

REGIÕES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RMBH	582,98	565,75	580,55	574,93	581,30	585,09	591,09	601,47	591,31	594,63	599,53	603,57
BH	685,82	653,00	663,42	657,02	669,01	677,34	696,89	707,80	701,54	691,13	703,97	714,34
Barreiro	501,16	515,32	509,65	506,57	479,43	466,80	465,20	469,37	477,63	503,78	507,67	489,11
Centro-Sul	1321,58	1238,52	1374,31	1333,83	1311,02	1295,50	1399,32	1377,11	1296,06	1162,19	1165,71	1289,64
Leste	687,41	628,47	657,33	727,11	767,87	777,67	746,84	836,02	810,63	776,08	671,21	647,28
Nordeste	627,99	635,84	651,32	572,50	545,64	511,90	527,66	518,37	602,30	678,09	801,25	783,03
Noroeste	608,64	572,75	557,62	587,60	572,68	603,80	573,57	612,84	609,86	593,08	608,49	609,89
Oeste	753,00	704,84	690,95	612,80	639,98	626,19	717,33	726,92	757,75	718,28	689,19	704,25
Pampulha	804,42	773,70	753,51	774,50	795,96	909,27	891,50	944,15	864,14	894,55	916,06	985,36
Norte	349,04	323,56	347,93	375,62	445,26	453,22	438,75	405,21	400,34	392,86	395,44	381,42
Venda Nova	431,24	432,18	419,21	448,37	462,32	484,57	442,33	420,43	394,51	398,05	408,49	414,09

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH, 2000. Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

**Tabela 3.29 - Tempo médio e mediano dispendido na procura de trabalho pelos desempregados
Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte e regiões administrativas de BH - 1998**

REGIÕES	(semanas)					
	DESEMPREGO TOTAL		DESEMPREGO ABERTO		DESEMPREGO OCULTO	
	Tempo		Tempo		Tempo	
	Médio	Mediano	Médio	Mediano	Médio	Mediano
RMBH	37	21	34	17	44	26
BH	37	21	34	17	44	26
Barreiro	36	21	32	17	45	26
Centro-Sul	39	21	39	21	...	...
Leste	38	26	36	21	44	26
Nordeste	39	26	34	21	48	34
Noroeste	34	21	32	17	39	26
Oeste	38	21	33	21	47	26
Pampulha	39	21	40	21	...	...
Norte	37	21	34	17	...	...
Venda Nova	37	21	31	17	48	30

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH*. 2000.
Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE. MG.

Nota: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

Outros Indicadores

**Tabela 3.30 - Valor e variação mensal da cesta básica
Belo Horizonte - 1995-2000¹**

PERÍODO	VALOR CESTA BÁSICA (R\$)	VARIAÇÃO MENSAL (%)	VARIAÇÃO ⁽²⁾ (%)	PERÍODO	VALOR CESTA BÁSICA (R\$)	VARIAÇÃO MENSAL (%)	VARIAÇÃO ⁽²⁾ (%)
1995				1998			
Janeiro	152,21	1,18	100	Janeiro	185,59	2,35	121,93
Fevereiro	146,67	-3,64	96,36	Fevereiro	184,50	-0,50	121,21
Março	152,16	3,74	99,97	Março	185,85	0,73	122,10
Abril	148,89	-2,15	97,82	Abril	187,25	0,75	123,02
Maio	148,84	-0,03	97,79	Maio	191,83	2,45	126,03
Junho	154,07	3,51	101,22	Junho	189,19	-1,38	124,30
Julho	156,07	1,30	102,54	Julho	183,42	-3,05	120,50
Agosto	148,82	-4,65	97,77	Agosto	183,08	-0,18	120,28
Setembro	152,23	2,29	100,01	Setembro	184,21	0,62	121,02
Outubro	153,39	0,76	100,78	Outubro	186,01	0,98	122,21
Novembro	154,31	0,60	101,38	Novembro	183,29	-1,46	120,42
Dezembro	157,71	2,20	103,61	Dezembro	184,30	0,55	121,08
1996				1999			
Janeiro	165,25	4,78	108,57	Janeiro	184,11	-0,10	120,96
Fevereiro	162,92	-1,41	107,04	Fevereiro	193,38	5,04	127,05
Março	166,99	2,50	109,71	Março	195,61	1,15	128,51
Abril	162,26	-2,83	106,60	Abril	191,01	-2,35	125,49
Maio	171,28	5,56	112,53	Maio	189,91	-0,58	124,77
Junho	170,25	-0,60	111,85	Junho	188,40	-0,80	123,78
Julho	169,31	-0,55	111,23	Julho	187,27	-0,60	123,03
Agosto	172,42	1,84	113,28	Agosto	189,21	1,04	124,31
Setembro	166,92	-3,19	109,66	Setembro	188,00	-0,64	123,51
Outubro	169,35	1,46	111,26	Outubro	194,20	3,30	127,59
Novembro	167,73	-0,96	110,20	Novembro	200,45	3,22	131,69
Dezembro	165,67	-1,23	108,84	Dezembro	205,91	2,72	127,05
1997				2000			
Janeiro	170,67	1,92	112,13	Janeiro	209,87	1,92	137,88
Fevereiro	177,11	0,88	116,36	Fevereiro	210,96	0,52	138,60
Março	179,88	1,57	118,18	Março	209,65	-0,62	137,74
Abril	178,57	-0,73	117,32	Abril	208,44	-0,58	136,94
Maio	176,88	-0,94	116,21	Maio	207,74	-0,34	136,48
Junho	173,06	-2,16	113,70	Junho	207,74	0,00	136,48
Julho	171,23	-1,06	112,50	Julho	220,06	5,93	144,58
Agosto	171,40	0,10	112,61	Agosto	223,65	1,63	146,94
Setembro	170,90	-0,29	112,28	Setembro	221,57	-0,93	145,57
Outubro	173,35	1,43	113,89				
Novembro	175,25	1,09	115,14				
Dezembro	181,33	3,47	119,13				

Fonte: PBH. SMAB. 2000.

Notas: (1) Dados até setembro de 2000;

(2) Base: Janeiro de 1995 = 100.

Tabela 3.31 - Número índice e variação mensal do Custo Unitário Básico de Construção - CUB de material e de mão de obra
Belo Horizonte - 1994-2000¹

(continua)

PERÍODO	Nº ÍNDICE BASE: AGO/94=100	VARIACÃO (%)			Nº ÍNDICE BASE:AGO/94=100			VARIACÃO (%)					
								Mês			Ano		
		Mês	Ano	12 meses	Material	Mão de obra		Material	Mão de obra		Material	Mão de obra	
1994													
Janeiro	14,672	37,28	37,28	2.686,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	20,234	37,91	89,32	3.111,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	26,809	42,38	169,56	3.144,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	43,576	51,26	307,73	3.878,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	65,177	49,57	509,85	4.383,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	98,130	50,56	818,19	5.532,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Julho	98,454	0,33	821,22	3.796,27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	100,000	1,57	835,68	3.050,83	100,000	100,000	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	98,010	(1,99)	817,06	2.301,53	96,693	100,238	(3,31)	0,24	-	-	-	-	-
Outubro	98,215	0,21	818,98	1.718,34	96,592	100,963	(0,10)	0,72	-	-	-	-	-
Novembro	106,004	7,93	891,86	1.264,10	97,121	121,033	0,55	19,88	-	-	-	-	-
Dezembro	105,780	0,74	899,20	899,20	98,372	121,033	1,29	0,00	-	-	-	-	-
1995													
Janeiro	106,524	(0,24)	(0,24)	626,05	97,972	121,033	(0,41)	0,00	-	(0,41)	0,00	-	-
Fevereiro	106,801	0,26	0,02	427,83	98,417	121,033	0,45	0,00	-	0,05	0,00	-	-
Março	108,114	1,23	1,25	275,28	100,501	121,033	2,12	0,00	-	2,16	0,00	-	-
Abril	112,654	4,20	5,50	158,52	103,893	127,533	3,37	5,37	-	5,61	5,37	-	-
Maio	114,012	1,21	6,77	74,93	104,817	129,648	0,89	1,66	-	6,55	7,12	-	-
Junho	119,097	4,46	11,53	21,37	106,135	141,094	1,26	8,83	-	7,89	16,57	-	-
Julho	119,459	0,30	11,87	21,33	106,439	141,532	0,29	0,31	-	8,20	16,94	-	-
Agosto	120,952	1,25	13,27	20,95	108,473	142,123	1,91	0,42	-	10,27	17,43	8,47	42,12
Setembro	121,533	0,48	13,82	24,00	109,402	142,123	0,86	0,00	-	11,21	17,43	13,14	41,79
Outubro	122,128	0,49	14,37	24,35	110,056	142,609	0,60	0,34	-	11,88	17,83	13,94	41,25
Novembro	122,788	0,54	14,99	15,83	110,822	143,086	0,70	0,33	-	12,66	18,22	14,11	18,22
Dezembro	130,180	6,02	21,91	21,91	111,261	162,241	0,40	13,39	-	13,10	34,05	13,10	34,05

Tabela 3.31 - Número índice e variação mensal do Custo Unitário Básico de Construção - CUB de material e de mão de obra Belo Horizonte - 1994-2000¹

PERÍODO	Nº ÍNDICE BASE: AGO/94=100	VARIACÃO (%)			Nº ÍNDICE BASE:AGO/94=100	VARIACÃO (%)											
		Mês				Ano			12 meses								
		Mês	Ano	12 meses		Material	Mão de obra	Material	Mão de obra	Material	Mão de obra						
1996																	
Janeiro	130,362	0,14	0,14	22,38	111,543	182,241	0,25	0,00	0,25	0,00	0,25	0,00	13,85	34,05			
Fevereiro	130,401	0,03	0,17	22,10	111,611	182,241	0,06	0,00	0,06	0,00	0,31	0,00	13,41	34,05			
Março	130,453	0,04	0,21	20,66	111,684	182,241	0,07	0,00	0,07	0,00	0,38	0,00	11,13	34,05			
Abril	130,630	0,14	0,35	15,96	111,966	182,241	0,25	0,00	0,25	0,00	0,63	0,00	7,77	27,22			
Maio	130,878	0,19	0,54	14,79	112,354	182,241	0,35	0,00	0,35	0,00	0,98	0,00	7,19	25,14			
Junho	131,586	0,54	1,08	10,49	113,137	182,823	0,70	0,36	0,70	0,36	1,69	0,36	6,60	15,40			
Julho	133,102	1,15	2,24	11,42	113,819	185,749	0,60	1,80	0,60	1,80	2,30	2,16	6,93	17,11			
Agosto	133,608	0,38	2,63	10,46	114,625	185,749	0,71	0,00	0,71	0,00	3,02	2,16	5,67	16,62			
Setembro	133,701	0,07	2,71	10,01	114,774	185,749	0,13	0,00	0,13	0,00	3,16	2,16	4,91	16,62			
Outubro	133,836	0,10	2,81	9,59	114,988	185,749	0,19	0,00	0,19	0,00	3,35	2,16	4,48	16,23			
Novembro	138,980	3,84	6,76	13,19	115,112	179,386	0,11	8,23	0,11	8,23	3,46	10,57	3,87	25,37			
Dezembro	139,217	0,17	6,94	6,94	115,489	179,386	0,33	0,00	0,33	0,00	3,80	10,57	3,80	10,57			
1997																	
Janeiro	139,915	0,50	0,50	7,33	116,599	179,386	0,96	0,00	0,96	0,00	0,96	0,00	4,53	10,57			
Fevereiro	141,363	1,03	1,54	8,41	116,638	183,217	0,03	2,14	0,03	2,14	1,00	2,14	4,50	12,93			
Março	141,561	0,14	1,68	8,51	116,954	183,217	0,27	0,00	0,27	0,00	1,27	2,14	4,72	12,93			
Abril	141,635	0,05	1,74	8,42	117,072	183,217	0,10	0,00	0,10	0,00	1,37	2,14	4,56	12,93			
Maio	141,929	0,21	1,95	8,44	117,540	183,217	0,40	0,00	0,40	0,00	1,78	2,14	4,62	12,93			
Junho	142,159	0,16	2,11	8,03	117,906	183,217	0,31	0,00	0,31	0,00	2,09	2,14	4,21	12,53			
Julho	142,258	0,07	2,18	6,88	118,064	183,217	0,13	0,00	0,13	0,00	2,23	2,14	3,73	10,54			
Agosto	142,460	0,14	2,33	6,63	118,385	183,217	0,27	0,00	0,27	0,00	2,51	2,14	3,28	10,54			
Setembro	142,697	0,17	2,50	6,73	118,762	183,217	0,32	0,00	0,32	0,00	2,83	2,14	3,48	10,54			
Outubro	142,981	0,20	2,70	6,83	119,213	183,217	0,38	0,00	0,38	0,00	3,22	2,14	3,67	10,54			
Novembro	146,160	2,22	4,99	5,17	119,483	191,318	0,23	4,42	0,23	4,42	3,46	6,65	3,80	6,65			
Dezembro	146,422	0,18	5,18	5,18	120,306	190,632	0,69	(0,36)	0,69	(0,36)	4,17	6,27	4,17	6,27			

(continuação)

Tabela 3.31 - Número índice e variação mensal do Custo Unitário Básico de Construção - CUB de material e de mão de obra
Belo Horizonte - 1994-2000¹

PERÍODO	Nº ÍNDICE BASE: AGO/94=100	VARIÇÃO (%)			Nº ÍNDICE BASE-AGO/94=100	VARIACÃO (%)							
		Mês	Ano	12 meses		Mês		Ano		12 meses			
						Material	Mão de obra	Material	Mão de obra	Material	Mão de obra		
1998													
Janeiro	148,231	1,24	1,24	5,94	120,345	195,435	0,03	2,52	0,03	2,52	3,21	8,95	
Fevereiro	148,525	0,20	1,44	5,07	120,813	195,435	0,39	0,00	0,42	2,52	3,58	6,67	
Março	148,928	0,27	1,71	5,20	121,455	195,435	0,53	0,00	0,96	2,52	3,85	6,67	
Abril	149,300	0,25	1,97	5,41	122,047	195,435	0,49	0,00	1,45	2,52	4,25	6,67	
Mai	149,615	0,21	2,18	5,42	122,407	195,673	0,30	0,12	1,75	2,64	4,14	6,80	
Junho	149,948	0,22	2,41	5,48	122,937	195,673	0,43	0,00	2,19	2,64	4,27	6,80	
Julho	149,980	0,02	2,43	5,43	122,987	195,673	0,04	0,00	2,23	2,64	4,17	6,80	
Agosto	149,750	(0,15)	2,27	5,12	122,621	195,673	(0,30)	0,00	1,92	2,64	3,58	6,80	
Setembro	149,629	(0,08)	2,19	4,86	121,934	196,512	(0,56)	0,43	1,35	3,08	2,67	7,26	
Outubro	149,109	(0,35)	1,84	4,29	121,106	196,512	(0,68)	0,00	0,66	3,08	1,59	7,26	
Novembro	149,580	0,32	2,16	2,34	119,861	199,886	(1,03)	1,72	(0,37)	4,85	0,32	4,48	
Dezembro	148,404	(0,79)	1,35	1,35	117,990	199,886	(1,56)	0,00	(1,92)	4,85	(1,92)	4,85	
1999													
Janeiro	147,884	(0,35)	(0,35)	(0,23)	117,162	199,886	(0,70)	0,00	(0,70)	0,00	(2,64)	2,28	
Fevereiro	153,350	3,70	3,33	3,25	118,464	212,399	1,11	6,26	0,40	6,26	(1,94)	8,68	
Março	153,857	0,33	3,67	3,31	119,269	212,399	0,68	0,00	1,08	6,26	(1,80)	8,68	
Abril	154,423	0,37	4,06	3,43	120,171	212,399	0,76	0,00	1,85	6,26	(1,54)	8,68	
Mai	154,090	(0,22)	3,83	2,99	119,641	212,399	(0,44)	0,00	1,40	6,26	(2,26)	8,55	
Junho	154,427	0,22	4,06	2,99	119,979	212,732	0,28	0,16	1,69	6,43	(2,41)	8,72	
Julho	155,577	0,75	4,83	3,73	121,810	212,732	1,53	0,00	3,24	6,43	(0,96)	8,72	
Agosto	156,823	0,80	5,67	4,72	123,793	212,732	1,63	0,00	4,92	6,43	0,96	8,72	
Setembro	157,386	0,36	6,05	5,18	124,689	212,732	0,72	0,00	5,68	6,43	2,26	8,25	
Outubro	158,555	0,74	6,84	6,33	126,548	212,732	1,49	0,00	7,25	6,43	4,49	8,25	
Novembro	159,631	0,68	7,56	6,72	128,260	212,732	1,35	0,00	8,70	6,43	7,01	6,43	
Dezembro	164,906	3,30	11,12	11,12	127,675	227,923	(0,46)	7,14	8,21	14,03	8,21	14,03	
2000													
Janeiro	166,605	1,03	1,03	12,66	129,303	229,744	1,28	0,80	1,28	0,80	10,36	14,94	
Fevereiro	166,733	0,08	1,11	8,73	129,443	229,848	0,11	0,05	1,39	0,84	9,27	8,22	
Março	167,473	0,44	1,56	8,85	130,610	229,866	0,90	0,01	2,30	0,85	9,51	8,22	
Abril	167,650	0,11	1,66	8,57	130,897	229,858	0,22	(0,004)	2,52	0,85	8,93	8,22	
Mai	167,735	0,05	1,72	8,85	131,032	229,858	0,10	0,00	2,63	0,85	9,52	8,22	
Junho	167,770	0,02	1,74	8,64	131,008	229,858	0,04	0,00	2,67	0,85	9,26	8,05	
Julho	167,940	0,10	1,84	7,95	131,353	229,868	0,20	0,00	2,88	0,85	7,83	8,05	
Agosto	168,152	0,13	1,97	7,22	131,691	229,868	0,26	0,00	3,15	0,85	6,38	8,05	

Fonte: SINDUSCON, 2000.

(1) Dados até agosto de 2000.

Tabela 3.32 - Variação de oferta e de preços de aluguéis para imóveis residenciais e comerciais
Belo Horizonte - 1998-2000¹

PERÍODO	IMÓVEIS RESIDENCIAIS						IMÓVEIS COMERCIAIS										
	OFERTA			PREÇOS			OFERTA			PREÇOS							
	Índice ⁽²⁾	Variação		Índice ⁽²⁾	Variação		Índice ⁽²⁾	Variação		Índice ⁽²⁾	Variação						
		Mês	Ano		Mês	Ano		Mês	Ano		Mês	Ano					
1998	Janeiro	161,03	-1,17	-10,59	-0,99	-0,99	561,39	3,74	256,38	0	0	-1,93	396,72	5,62	5,62	36,58	
	Fevereiro	162,26	0,76	-7,86	-0,42	-4,86	539,44	19,27	247,12	-3,61	-3,61	-4,92	393,04	-0,93	4,64	22,82	
	Março	164,01	1,08	-5,64	0,86	-4,5	541,49	23,28	248,51	0,56	-3,07	-6,28	396,69	0,93	5,61	30,66	
	Abril	158,97	-3,07	-8,38	-2,43	-3,24	548,64	18,3	250,15	0,66	-2,43	-3,79	423,98	6,88	12,88	31,05	
	Maio	159,77	0,5	-7,43	-1,95	-1,12	560,85	21,16	254,07	1,57	-0,9	-2,73	445,78	5,14	18,68	32,16	
	Junho	158,41	-0,85	-5,87	-2,78	2,41	574,16	19,4	253,95	-0,05	-0,95	-2,41	466,33	4,61	24,15	37,68	
	Julho	156,89	-0,96	-3,71	-5,71	600,75	4,63	5,95	23,74	248,01	-2,34	-3,27	487,54	4,55	29,8	47,25	
	Agosto	156,4	-0,31	-4,01	-7,52	583,15	-2,93	2,85	13,99	247,91	-0,04	-3,3	-5,75	482,72	-0,99	28,51	30,83
	Setembro	155,5	-0,58	-4,57	-6,79	586,24	0,53	3,39	11,26	248,28	0,15	-3,16	-3,81	486,63	0,81	29,55	32,32
	Outubro	154,97	-0,34	-4,89	-6,79	608,92	3,87	7,39	8,96	245,12	-1,27	-4,39	-5,19	489,11	0,51	30,22	26,89
	Novembro	153,95	-0,66	-5,52	-6,31	589,74	-3,15	4,01	3,13	240,2	-2,01	-6,31	-5,81	504,17	3,08	34,23	39,07
	Dezembro	154,02	0,05	-5,47	-5,47	598,94	1,56	5,63	5,63	240,7	0,21	-6,11	-6,11	511,58	1,47	36,2	36,2
1999	Janeiro	151,99	-1,32	-1,32	-5,62	571,75	-4,54	-4,54	1,85	240,46	-0,1	-0,1	-6,21	507,75	-0,75	-0,75	27,98
	Fevereiro	154,3	1,52	0,18	-4,9	549,8	-3,84	-8,21	1,92	238,13	-0,97	-1,07	-3,64	522,37	2,88	2,11	32,91
	Março	151,98	-1,5	-1,32	-7,33	566,01	2,95	-5,5	4,53	235,03	-1,3	-2,36	-5,42	502,31	-3,84	-1,81	26,63
	Abril	151,7	-0,19	-1,51	-4,58	593,69	4,89	-0,88	8,21	236,02	0,42	-1,95	-5,65	503,42	0,22	-1,6	18,74
	Maio	149,71	-1,31	-2,8	-6,3	616,67	3,87	2,96	9,99	237,32	0,55	-1,41	-6,59	520,68	3,43	1,78	16,85
	Junho	149,69	-0,01	-2,81	-5,5	645,04	4,6	7,7	12,34	238,39	0,45	-0,96	-6,13	531,57	2,09	3,91	13,99
	Julho	149,65	-0,03	-2,84	-4,2	659,48	2,24	10,11	9,78	236,38	-0,84	-1,79	-4,69	529,55	-0,38	3,51	8,62
	Agosto	149,3	-0,24	-3,07	-4,54	672,45	1,97	12,27	15,31	234,27	-0,9	-2,67	-5,5	515,14	-2,72	0,7	6,72
	Setembro	148,9	-0,27	-3,33	-4,24	652,15	-3,02	8,88	11,24	230,77	-1,49	-4,12	-7,05	487,45	-5,38	-4,72	0,17
	Outubro	148,5	-0,27	-3,59	-4,17	659	1,05	10,03	8,22	228,48	-0,99	-5,08	-6,79	493,21	1,18	-3,59	0,84
	Novembro	148,18	-0,22	-3,8	-3,75	653,12	-0,89	9,05	10,75	229,16	0,3	-4,79	-4,59	477,7	-3,14	-6,62	-5,25
	Dezembro	147,97	-0,14	-3,93	-3,93	645,79	-1,12	7,82	7,82	227,61	-0,68>	5,44	-5,44	496,75	3,99	-2,9	-2,9
2000	Janeiro	149,01	0,71	0,71	-1,96	629,64	-2,5	-2,5	10,13	226,84	-0,34	-0,34	-5,66	493,65	-0,62	-0,62	-2,78
	Fevereiro	149,93	0,62	1,33	-2,83	589,03	-6,45	-8,79	7,14	227,93	0,48	0,14	-4,28	504,29	2,15	1,52	-3,46
	Março	149,08	-0,57	0,75	-1,91	588,55	-0,08	-8,86	3,98	232,58	2,04	2,18	-1,04	486,34	-3,56	-2,1	-3,18
	Abril	149,79	0,48	1,23	-1,26	609,34	3,53	-5,64	2,64	232,09	-0,21	1,97	-1,67	509,16	4,69	2,5	1,14
	Maio	148,72	-0,71	0,51	-0,66	618,39	1,49	-4,24	0,28	231,81	-0,12	1,85	-2,32	512,71	0,7	3,21	-1,53
	Junho	148,83	0,07	0,58	-0,58	599,8	-3,01	-7,12	-7,01	231,81	0	1,84	-2,76	512,26	-0,09	3,12	-3,63
	Julho	147,91	-0,62	-0,04	-1,16	614,47	2,45	-4,85	-6,82	229,57	-0,97	0,86	-2,88	522,68	2,03	5,22	-1,3

Fonte: IPEAD/MG, 2000.

Notas: (1) - Dados até julho;

(2) - Base julho/1994 = 100

Tabela 3.33 - Valor da arrecadação mensal de ICMS
Belo Horizonte - 1998-2000 ¹

MÊS	VALORES CORRENTES		
	1998	1999	2000
Janeiro	69.733.020,00	90.580.655,00	113.993.361,97
Fevereiro	102.426.843,00	125.667.210,00	144.593.348,15
Março	128.044.482,00	167.377.395,00	146.788.284,35
Abril	135.727.749,00	141.371.633,00	149.583.272,47
Maiο	129.784.748,00	158.291.533,00	177.691.916,87
Junho	139.759.520,00	147.364.392,00	170.219.916,21
Julho	139.764.707,00	147.892.336,00	176.637.065,85
Agosto	137.171.810,00	174.650.770,00	-
Setembro	133.328.628,00	166.276.185,00	-
Outubro	137.598.910,00	152.604.424,00	-
Novembro	148.675.614,00	186.589.834,00	-
Dezembro	204.149.486,00	293.235.327,00	-
Total	1.606.165.517,00	1.951.901.694,00	1.079.507.165,87

Fonte: MINAS GERAIS. SRE/DIEF. 2000.

(1) Dados até julho de 2000

Tabela 3.34 - Valor da arrecadação mensal de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN
Belo Horizonte - 1998-2000 ¹

MÊS	VALORES CORRENTES		
	1998	1999	2000
Janeiro	11.422.243,60	11.315.835,96	12.877.964,49
Fevereiro	10.850.514,74	10.574.217,39	13.367.044,58
Março	12.403.639,49	12.250.948,62	12.701.159,63
Abril	12.084.090,31	11.827.082,17	13.416.028,22
Maiο	12.373.200,58	12.064.012,28	14.511.276,73
Junho	12.344.467,68	12.703.660,12	12.589.503,60
Julho	11.229.162,08	12.806.733,81	13.598.140,61
Agosto	13.335.816,93	13.100.286,78	-
Setembro	13.377.872,53	12.693.770,01	-
Outubro	13.039.504,14	12.575.267,71	-
Novembro	12.892.987,64	13.248.569,43	-
Dezembro	12.895.478,04	14.148.994,22	-
Total	148.248.977,77	149.309.378,50	93.061.117,85

Fonte: PBH. SMFA. 2000.

(1) Dados até julho de 2000

**Tabela 3.35 - Número de falências distribuídas e decretadas, concordatas distribuídas e deferidas
Belo Horizonte - 1995-1999**

PERÍODO	FALÊNCIAS		CONCORDATAS		PERÍODO	FALÊNCIAS		CONCORDATAS	
	Distribuídas	Decretadas	Distribuídas	Deferidas		Distribuídas	Decretadas	Distribuídas	Deferidas
1995					1998				
Janeiro	27	0	2	1	Janeiro	70	3	3	-
Fevereiro	58	8	1	1	Fevereiro	189	13	1	-
Março	48	11	4	1	Março	75	12	4	1
Abril	74	6	3	3	Abril	84	17	4	5
Maio	123	8	11	3	Maio	98	10	2	1
Junho	133	6	12	10	Junho	92	3	3	5
Julho	136	7	9	9	Julho	97	1	1	-
Agosto	137	11	8	6	Agosto	87	26	-	1
Setembro	165	10	6	6	Setembro	89	19	-	-
Outubro	155	18	7	3	Outubro	89	15	2	-
Novembro	154	16	2	4	Novembro	76	22	4	1
Dezembro	133	5	4	3	Dezembro	88	16	4	5
Total 1995	1.343	106	69	50	Total 1998	1.134	157	28	19
1996					1999				
Janeiro	112	5	2	2	Janeiro	55	1	1	-
Fevereiro	144	19	2	0	Fevereiro	59	4	-	-
Março	193	24	0	6	Março	94	18	-	5
Abril	140	39	4	5	Abril	72	11	-	-
Maio	159	15	2	3	Maio	78	17	1	-
Junho	159	15	2	4	Junho	65	11	1	3
Julho	132	8	0	0	Julho	61	2	3	4
Agosto	150	21	2	3	Agosto	73	17	-	2
Setembro	146	16	2	2	Setembro	69	21	-	-
Outubro	138	17	2	2	Outubro	57	8	1	1
Novembro	112	39	2	3	Novembro	61	11	-	-
Dezembro	103	28	3	2	Dezembro	47	6	1	2
Total 1996	1.688	246	23	32	Total 1999	791	127	8	17
1997									
janeiro	113	12	3	2					
fevereiro	87	18	-	1					
março	102	23	-	2					
abril	119	27	2	-					
maio	109	17	1	1					
junho	88	28	-	2					
julho	125	4	-	2					
agosto	95	30	2	-					
setembro	103	17	1	2					
outubro	117	13	2	1					
novembro	82	17	1	1					
dezembro	91	28	1	1					
Total 1997	1.231	234	13	13					

Fonte: MINAS GERAIS. Corregedoria de Justiça. 2000.

**Tabela 3.36 - Número e percentual de unidades locais por tipo
Belo Horizonte - 1996**

TIPO DE UNIDADES LOCAIS	NÚMERO	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	625	0,78
Pesca	2	0,00
Indústrias Extrativas	209	0,26
Indústrias de Transformação	7.872	9,77
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	47	0,06
Construção	3.731	4,63
Comércio; Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	33.703	41,81
Alojamento e Alimentação	5.911	7,33
Transporte, Armazenagem e Comunicações	2.299	2,85
Intermediação Financeira	1.657	2,06
Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	16.041	19,90
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	205	0,25
Educação	1.489	1,85
Saúde e Serviços Sociais	1.753	2,17
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	5.044	6,26
Ignorado	17	0,02
Total	80.605	100,00

Fonte: IBGE. BIM. 1998. *Cadastro central de empresas*. 1996.

**Tabela 3.37 - Número e percentual de pessoal ocupado em unidades locais por faixa de pessoal
Belo Horizonte - 1996**

FAIXA DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO	%
Sem pessoal ocupado	5.025	6,23
1 a 4 pessoas ocupadas	52.344	64,94
5 a 9 pessoas ocupadas	12.269	15,22
10 a 19 pessoas ocupadas	6.027	7,48
20 a 29 pessoas ocupadas	1.825	2,26
30 a 49 pessoas ocupadas	1.339	1,66
50 a 99 pessoas ocupadas	944	1,17
100 a 249 pessoas ocupadas	518	0,64
250 a 499 pessoas ocupadas	172	0,21
500 a 999 pessoas ocupadas	80	0,10
1000 ou mais pessoas ocupadas	62	0,08
Total	80.605	100,00

Fonte: IBGE. BIM. 1998. *Cadastro central de empresas*. 1996.

Aspectos das Atividades Econômicas

Energia

Tabela 3.38 - Consumo de energia elétrica e número de consumidores por tipo de ligação
Belo Horizonte - 1995-2000 ¹

ANO	RESIDENCIAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL		RURAL	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇO PÚBLICO	CONSUMO		Nº TOTAL DE CONSUMIDORES
	Consumo (Mwh)	Nº de consumidores	Consumo (Mwh)	Nº de consumidores	Consumo (Mwh)	Nº de consumidores				CONSUMO PRÓPRIO	TOTAL (Mwh)	
1995	1.429.144.000	6.834.119	775.086.971	109.986	989.579.693	1.000.440	346.806	94.858.173	19.988.830	20.046.484	3.447.078.576	7.944.545
1996	1.525.393.835	7.076.821	617.181.100	112.769	914.355.718	1.046.020	657.958	99.320.065	21.997.365	19.130.197	3.326.847.230	8.235.610
1997	1.480.289.934	6.699.759	568.186.155	104.889	918.370.126	994.121	317.391	99.720.697	20.008.371	18.597.041	3.229.956.157	7.798.768
1998	1.702.460.970	7.541.435	610.354.529	116.803	1.091.183.802	1.112.927	339.157	111.535.974	24.024.932	18.719.295	3.700.884.342	8.771.165
1999	1.716.344.973	7.805.788	610.925.172	117.219	1.130.510.962	1.151.936	366.443	113.476.755	24.565.201	18.560.788	3.757.283.079	9.074.943
2000 ¹	997.308.084	4.676.742	377.827.571	67.980	691.562.542	699.222	307.299	67.364.109	14.490.324	11.388.018	2.243.749.759	5.443.944

Fonte: CEMIG, 2000.

(1) Dados até Julho de 2000.

Comércio

Tabela 3.39 – Índice de consumo no comércio varejista
Faturamento real da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1997-1999¹

(Base: mês anterior=100)

SETORES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1997												
Comércio Geral	65,94	87,87	121,86	95,15	101,64	100,88	101,04	93,45	100,78	96,73	93,32	121,69
Bens duráveis	62,14	91,94	129,96	82,81	112,86	100,4	91,44	91,63	99,87	98,91	96,76	166,24
Lojas de departamento	42,69	92,08	168,52	64,78	130,23	99,85	87,79	92,44	94,22	121,22	121,48	171,77
Lojas de utilidades domésticas	57,27	85,8	127,78	106,09	96,73	84,55	99,36	89,99	101,22	110,76	89,28	158,03
Cine-foto-som e óticas	74,23	81,4	147,6	77,05	120,24	70,99	103,56	98,54	92,83	106,47	81,33	155,12
Móveis e decorações	90,87	98,93	103,64	85,43	112,43	122,36	87,59	90,64	104,79	75,64	81,5	168,49
Bens semiduráveis	38,05	84,11	129,29	84,15	112,43	102,82	90,11	98,71	91,89	98,18	96,6	146,6
Vestuário	34,36	83,32	139,22	83,11	111,46	104,15	87,37	102,93	89,31	96,17	98,02	137,58
Tecidos	62,1	82,35	94,67	80,61	117,18	109,97	86,57	88,38	91,76	103,68	93,1	138,19
Calçados	47,39	89,07	111,12	91,9	114,65	92,68	106,95	85,73	105,4	104,52	92,41	189,52
Bens não-duráveis	80,68	97,55	110,54	100,96	101,36	93,15	114,37	91,86	98,12	97,72	95,56	122,31
Supermercados	76,36	100,36	114,36	100,63	101,47	84,74	126,31	91,79	97,07	98,4	93,93	126,87
Farmácias, drog.e perfumarias	87,35	93,76	105,02	101,5	101,18	106,3	99,49	91,96	99,77	96,68	98,1	115,49
Comércio automotivo	111,52	80,4	119,81	111,79	93,21	104,22	105,78	89,2	110,62	92,85	89,41	87,3
Concessionárias veículos ⁽²⁾	111,83	82,21	122,23	112,93	91,64	105,03	105,75	91,64	114,67	88,04	89,16	83,62
Autopeças e acessórios ⁽²⁾	110,76	75,83	113,19	108,42	98,07	101,91	105,88	92,9	99,29	108,42	90,07	96,88
Materiais de construção	102,47	91,93	114,67	100,78	89,97	99,98	112,43	96,11	101,57	97,75	90,14	91,19
1998												
Comércio Geral	70,51	90,01	118,53	95,66	103,18	99,9	99,84	100,92	91,55	98,68	100,79	131,37
Bens duráveis	58,48	87,87	113,43	98,09	90,96	105,21	103,45	97,29	93,73	109,8	103,58	133,72
Lojas de departamento	46,07	86,37	119,45	122,27	72,15	108,8	97,96	95,25	94,52	117,02	102,96	169,09
Lojas de utilidades domésticas	65,35	85,7	109,91	91,56	105,45	92,34	106,09	101,45	100,1	103,8	96,05	145,87
Cine-foto-som e óticas	87,02	83,13	114,84	87,01	110,89	113,98	104,34	105,21	107,65	88,68	97,4	120,12
Móveis e decorações	64,86	93,18	109,57	79,26	103,41	109,95	107,71	93,14	81,11	118,95	114,21	87,29
Bens semiduráveis	43,47	88,62	133,93	91,25	118,89	103,19	93,88	100,21	95,18	105,46	92,97	181,45
Vestuário	42,55	88,77	142,06	87,9	122,48	104,06	89,79	103,84	94,34	105,63	92,8	184,16
Tecidos	59,63	82,54	115,48	94,32	106,84	98,55	108,1	88,25	100,35	108,93	99,28	118,8
Calçados	40,86	91,17	116,3	102,92	111,87	101,86	103,68	93,21	96,26	103,56	91,03	199,39
Bens não-duráveis	82,95	93,36	111,82	103,16	103,29	96,03	107,64	94,56	97,74	98,16	102,68	117,11
Supermercados	77,16	99,61	107,76	104,52	101,97	89,95	114,43	91,52	97,67	95,31	104,4	121,73
Farmácias, drog.e perfumarias	92,45	84,78	118,36	101,16	105,29	104,96	99,09	98,98	97,83	101,97	100,51	111,09
Comércio automotivo	96,21	93,59	121,53	92,59	104,01	94,28	97,75	112,76	77,55	82,67	109,11	118,68
Concessionárias veículos ⁽²⁾	92,22	90,66	133,37	91,5	108,04	92,87	89,75	124,9	69,27	73,25	119,63	126,12
Autopeças e acessórios ⁽²⁾	105,16	99,37	100,28	95,19	94,77	97,99	117,61	89,78	99,35	99,96	94,97	106,08
Materiais de construção	99,6	86,65	113,25	95,27	101,42	102,11	98,53	96,78	100,02	98,66	96,56	102,19
1999												
Comércio Geral	70,5	85,48	126,66	90,36	106,61	94,52	104,94	98,24	95,75	98,49	103,74	136,83
Bens duráveis	62,87	89,38	117,22	85,17	103,85	95,39	108,26	93,56	102,07	107,21	104,09	152,3
Lojas de departamento	49,32	84,81	142,77	76,05	98,97	92,95	115,48	86,95	103,61	112,12	103,29	174,33
Lojas de utilidades domésticas	58,85	90,61	126,96	86,7	110,32	85,98	103,26	100,53	96,29	109,05	124,54	155,15
Cine-foto-som e óticas	70,38	96,85	108,7	90,35	105,77	111,92	100,33	91,32	103,69	99,89	92,05	143,33
Móveis e decorações	95,39	90,98	84,28	100,23	105,88	103,14	104,41	105,34	100,91	98,97	100,5	97,91
Bens semiduráveis	43,77	96,75	127,23	82,82	120,46	97,03	109,64	93,63	93,17	103,95	100,67	193,76
Vestuário	42,91	97,74	132,53	77,32	119,38	98,03	113,09	95,95	87,99	108,11	99	205,13
Tecidos	79,83	83,86	119,53	94,25	114,83	102,74	97,65	84,56	103,54	98,49	112,38	112,74
Calçados	37,14	100,27	110,86	101,82	128,51	89,94	102,3	88,08	109,27	92,85	100,92	197
Bens não-duráveis	82,91	89,17	110,53	95,53	104,41	97,38	99,01	100,9	100,23	92,89	102,15	124,78
Supermercados	77,91	92,56	109,59	91,74	101,93	94,02	101,12	96,58	106,42	95,33	102,52	128,67
Farmácias, drog.e perfumarias	90,05	84,97	111,78	100,53	107,28	101,08	96,86	105,5	94,02	90,13	101,59	118,61
Comércio automotivo	93,02	62,82	160,35	98,21	99,48	84,83	108,83	109,45	89,64	90,34	105,88	114,99
Concessionárias veículos ⁽²⁾	92,82	52,5	177,89	103,98	92,62	80,33	111,99	114,38	89,67	90,1	101,85	119,23
Autopeças e acessórios ⁽²⁾	93,42	83,46	138,24	88,88	113,15	93,13	103,88	101,01	89,6	90,78	113,6	107,7
Materiais de construção	92,03	96,05	122,8	90,18	108,72	99,3	98,47	95,54	93,94	96,85	105,41	98,82

Fonte: FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Economia. 2000.

(¹) Faturamento real deflacionado com IPCA-IBGE - Brasil a partir de 1997.

(²) A partir de 1996 passaram para a categoria de ramos: concessionárias de veículos, autopeças e acessórios

Transportes

Tabela 3.40 - Número de veículos em circulação por categoria, ano de fabricação e tipo
Belo Horizonte - 2000¹

DETALHAMENTO VEÍCULO		TIPO VEÍCULO						TOTAL
		Automóvel	Caminhão	Caminhonete	Moto	Ônibus	Outros	
Categoria	Particular	485.478	10.550	60.281	45.710	325	12.539	614.883
	Aluguel	6.515	11.418	7.397	3	5.352	5.582	36.267
	Oficial	8.948	1.384	3.610	1.203	52	422	15.619
	Experiência	0	1	0	2	0	568	571
	Aprendizagem	1.203	3	0	72	16	9	1.303
	Outros	10	2	1	0	0	6	19
Ano de Fabricação	2000	21.982	349	3.046	2.980	61	1.082	29.500
	1999	30.828	569	3.771	4.827	185	1.296	41.476
	1998	36.376	1.015	5.913	5.179	533	1.372	50.388
	1997 / 1996	86.744	1.811	14.461	8.061	876	2.711	114.664
	1995 / 1994	75.093	1.930	11.947	4.013	677	2.522	96.182
	1993 / 1992	40.741	828	6.194	1.699	916	1.203	51.581
	anterior a 1992	210.390	16.856	25.957	20.231	2.497	8.940	284.871
	Total	502.154	23.358	71.289	46.990	5.745	19.126	668.662

Fonte: DETRAN. 2000.

(1) Dados até agosto de 2000

Tabela 3.41 - Características físico-operacionais do sistema de transporte coletivo
Belo Horizonte - 2000¹

CARACTERÍSTICAS	ÓRGÃO CONTROLADOR	
	BHTRANS	DER
Número de empresas	50	46
Número de linhas	285	206
Linhas alimentadoras	46	-
Linhas auxiliares	1	-
Linhas circulares	28	-
Linhas diametrais	90	-
Linhas perimetrais	12	-
Linhas radiais	4	-
Linhas semi-expressas	93	-
Linhas retorno	9	-
Linhas troncais	2	-
Linhas intermunicipais semi-urbanas	-	183
Linhas intermunicipais semi-urbanas c/caract. rodoviária	-	23
Subconcessionárias	285	
Frota	2.956	1.978

Fonte: PBH. BHTRANS. 2000.

DER. MG. 2000.

(1) Dados referentes a julho de 2000.

**Tabela 3.42 - Idade média em anos da frota de ônibus por órgão controlador
Belo Horizonte - 1995-1999**

ÓRGÃO	ANO				
	1995	1996	1997	1998	1999
BHTRANS	4,20	4,00	4,00	4,60	4,11
DER	4,00	4,30	4,20	5,60	4,40

Fonte: PBH. BHTRANS. 2000.
DER MG. 2000.

**Tabela 3.43 - Características operacionais do sistema de táxi
Belo Horizonte - 1994-2000**

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA	1994	1995	1996	1997	1998	1999 ¹	2000 ²
Nº permissões total	5692	5699	5740	5798	6005	6011	6491
Em operação táxi especial	98	98	98	98	98	98	98
BH/Cont/Neves/Ibirité - permissões cassadas	10	1	1	-	-	-	15
Permissões licitação 009/95	-	8	42	58	192	-	336
Perm. Bhte. licitação 009/95	-	-	-	-	-	-	326
Permissões Contagem/94	319	319	329	329	-	-	319
Permissões Contagem lic. 009/95	-	-	-	-	-	-	10
Permissões Ibirité	-	-	-	-	-	25	25
Permissões Ribeirão das Neves	-	-	-	-	-	11	11
Permissões táxi comum	6011	6018	6069	5798	6024	6047	-
Permissões BH/Rib.Neves/Ibirité	-	-	-	-	-	-	6049
Permissões pessoa física BH/R.Neves/Ibirité	5891	5904	5854	5994	5870	5809	5722
Permissões pessoa jurídica Bhte.	-	-	-	-	-	238	327
Empresas jurídicas	12	11	10	11	10	20	25
Permissões na reserva	-	-	-	-	-	51	41
Pontos de táxi	210	225	238	262	247	247	256
Pontos de táxi noturnos	-	-	-	-	21	21	19
Valor do km rodado - bandeira 1 (R\$)	0,35	0,5	0,58	0,66	0,66	0,76	0,76
Valor do km rodado bandeira 2 (R\$)	0,84	2,5	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Nº Médio de Corridas (por dia e por veículo)	20	15,3	-	16,2	14,2	-	15
Corrida média (km)	5	5,1	-	5,27	5,43	-	5,5
Idade média da frota	4,2	1,4	2,1	2,4	2,3	2,4	2,5

Fonte: PBH. BHTRANS. 2000.

(1) Dados de novembro de 1999;

(2) Dados de agosto de 2000.

**Tabela 3.44 - Número de condutores e permissionários do sistema de táxi
Belo Horizonte - 1999/2000 ¹**

CARACTERÍSTICAS DOS OPERADORES	1999	2000
Condutores auxiliares	5825	5318
Pessoa Jurídica	365	496
Pessoa Física	5.460	4.822
Homens	5.414	4.764
Mulheres	46	58
Permissionários	5.809	5.722
Homens	5.368	5.257
Mulheres	441	465
Total geral	11.634	11.040

Fonte: PBH. BHTRANS. 2000.

(1) Dados até agosto de 2000.

Tabela 3.45 - Características operacionais do sistema de transporte escolar
Belo Horizonte - 1995-2000

CARACTERÍSTICAS	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Permissões - Pessoas Físicas	534	648	761	906	906	873
Cadastros nulos	52	52	52	53	53	55
Cassações	20	20	20	20	20	20
Inativas	7	7	7	94	94	94
Contagem	43	43	43	88	88	88
Conversões	42	42	42	54	54	57
Reserva	8	8	8	20	20	25
Permissões - Ativas	362	476	589	577	577	679
Substitutas	-	-	-	-	-	7
Permissões - Pessoas Jurídicas	89	89	150	150	150	174
Cadastros nulos	7	7	8	8	8	8
Cassações	7	7	7	7	7	7
Inativas	4	4	15	15	15	15
Contagem	5	5	7	7	7	7
Nº de vagas na reserva	-	-	-	-	-	9
Nº de permissões na reserva	2	2	3	3	3	3
Permissões Ativas	64	64	110	110	110	151
Nº de vagas Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-	414
Autorizatória	-	-	-	12	12	37
Dados dos Operadores						
Condutores Auxiliares Cadastrados	-	439	601	588	657	678
Acompanhantes	-	402	439	382	372	282
Dados da Frota						
Frota de Kombis	-	304	213	113	98	73
Idade média da frota de Kombi	-	4,7	3,17	4,58	5,12	5,4
Frota de micro-ônibus	-	282	528	574	590	618
Idade média da frota de micro-ônibus	-	1,8	1,3	2,9	3,58	3,76
Frota de ônibus	-	320	297	268	268	301
Idade média da frota de ônibus	-	14,2	12,5	13,1	13,29	12,03

Fonte: PBH. BHTRANS. 2000.

Tabela 3.46 - Número de escolas cadastradas e atendidas pelo
sistema de transporte escolar
Belo Horizonte / Contagem¹ - 1997-1999

CATEGORIA DA ESCOLA	NÚMERO DE ESCOLAS		(%)
	Cadastradas	Atendidas	
1997			
Particular	616	358	58,12
Municipal	215	93	43,26
Estadual	286	118	41,26
Federal	6	3	50,00
Total	1123	572	50,93
1998			
Particular	656	298	45,43
Municipal	215	78	36,28
Estadual	290	100	34,48
Federal	6	2	33,33
Total	1167	478	40,96
1999			
Particular	661	253	38,28
Municipal	215	78	36,28
Estadual	290	107	36,90
Federal	6	2	33,33
Total	1172	440	37,54

Fonte: PBH. BHTRANS. 2000.

(1) Município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte

Tabela 3.47 - Movimento operacional do aeroporto internacional Tancredo Neves¹, por número de passageiros, carga, aeronaves e vôos - 1997 - 2000²

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO			
	1997	1998	1999	2000
Passageiros Domésticos				
Embarque	473.453	456.010	345.138	214.376
Desembarque	511.657	520.011	405.834	247.622
Subtotal	985.110	976.021	750.972	461.998
Passageiros Internacionais				
Embarque	39.906	40.416	41.130	42.554
Desembarque	33.713	28.693	23.291	21.633
Subtotal	73.619	69.109	64.421	64.187
Total de Passageiros	1.058.729	1.045.130	815.393	526.185
Carga Transportada				
Embarque	5.419.560	4.191.846	3.887.934	2.700.735
Desembarque	6.634.125	11.571.394	15.597.781	15.596.926
Total	12.053.685	15.763.240	19.485.715	18.297.661
Número de Aeronaves				
Pouso	11.130	11.852	11.161	7.128
Decolagem	11.130	11.851	11.156	7.125
Total	22.260	23.703	22.317	14.253
Número de Vôos Domésticos				
Carga	578	510	538	912
Passageiros	19.044	20.776	19.033	11.310
Subtotal	19.622	21.286	19.571	12.222
Número de Vôos Internacionais				
Carga	214	138	140	88
Passageiros	2.424	2.279	2.606	1.943
Subtotal	2.638	2.417	2.746	2.031
Número total de vôos	22.260	23.703	22.317	14.253

Fonte: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. 2000.

(1) Localização (Confins-RMBH)

(2) Dados coletados até setembro de 2000.

Tabela 3.48 - Movimento operacional do aeroporto da Pampulha, por número de passageiros, carga, correio, bagagem e aeronaves - Belo Horizonte - 1999

ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSPORTE								TOTAL
	Transporte regular			Transporte não-regular			Outros	Aviação Militar	
	Nacional	Regional	Subtotal	Charter / Frete	Táxi aéreo	Subtotal			
Passageiros									
Embarque	98.641	725.854	824.495	12.113	25.915	38.028	33.726	4.344	900.593
Desembarque	95.682	698.981	794.663	12.436	25.067	37.503	33.174	4.019	869.359
Subtotal	194.323	1.424.835	1.619.158	24.549	50.982	75.531	66.900	8.363	1.769.952
Transição	4.031	23.939	27.970	6.021	0	6.021	0	0	33.991
Conexão	6.360	68.456	74.816	111	0	111	0	0	74.927
Carga									
Embarque	89.129	1.933.753	2.022.882	496	0	496	0	0	2.023.378
Desembarque	292.027	3.687.146	3.979.173	1.591	0	1.591	0	0	3.980.764
Total	381.156	5.620.899	6.002.055	2.087	0	2.087	0	0	6.004.142
Transição	0	26.441	26.441	0	0	0	0	0	26.441
Correio									
Embarque	0	0	0	1.069.793	0	1.069.793	0	0	1.069.793
Desembarque	0	0	0	1.252.641	0	1.252.641	0	0	1.252.641
Total	0	0	0	2.322.434	0	2.322.434	0	0	2.322.434
Transição	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bagagem									
Embarque	685.259	4.952.151	5.637.410	134.886	0	134.886	0	0	5.772.296
Desembarque	718.441	5.015.624	5.734.065	146.860	0	146.860	0	0	5.880.925
Total	1.403.700	9.967.775	11.371.475	281.746	0	281.746	0	0	11.653.221
Transição	0	57.147	57.147	17.521	0	17.521	0	0	74.668
Aeronaves									
Pouso	2.049	19.406	21.455	346	7.489	7.835	10.466	1.276	41.032
Decolagem	2.058	19.457	21.515	351	7.717	8.068	10.608	1.353	41.544
Total	4.107	38.863	42.970	697	15.206	15.903	21.074	2.629	82.576

Fonte: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. 2000.

Comunicações

**Tabela 3.49 - Resumo do tráfego de serviços postais
Belo Horizonte - 1996-2000¹**

SERVIÇO POSTAL	POSTAGEM - TOTAL ANUAL				
	1996	1997	1998	1999	2000
Encomendas	2.129.395	2.312.841	2.883.768	2.920.364	1.906.093
Telemático	1.788.716	1.567.885	1.454.526	1.217.567	546.895
Correspondência Agrupada (malotes)	865.145	835.182	785.410	856.321	417.372
Serviços postais	105.542.388	98.854.296	103.595.531	100.321.140	70.377.466
Total	110.325.645	103.570.204	108.719.235	105.315.392	73.247.825

Fonte: EBCT. 2000.

(1) Dados até julho de 2000.

**Tabela 3.50 - Rede de unidades de serviços postais por tipo de unidade
Belo Horizonte - 1995-2000**

TIPO DE UNIDADE	REDE DE UNIDADES					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ¹
Atendimento						
Agência de correio	17	17	15	16	16	16
Agência filatética	1	1	1	1	1	1
Agência de correio franqueada	41	40	40	40	40	40
Agência de correio comunitária	-	-	-	-	-	-
Agência de correio satélite	-	-	-	-	-	-
Posto de correio	-	-	-	-	-	-
Posto de venda de produtos	-	-	-	-	-	668
Caixa de coleta	-	-	-	-	-	555
Total	59	58	56	57	57	1.280
Tratamento e distribuição						
Centro de distribuição domiciliar	14	16	16	16	17	14
Centro operacional (encomendas)	2	1	1	1	1	1
Centro de triagem	1	1	1	1	1	1
Centro de serviços telemáticos	1	1	1	1	1	1
Total	18	19	19	19	20	17
Total Geral	77	77	75	76	77	1.297

Fonte: EBCT. 2000.

(-) Dados não disponíveis.

(1) Dados referentes a setembro de 2000.

Outros Serviços

Tabela 3.51 - Número de sedes de instituições financeiras por especificação
Belo Horizonte - 2000

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE SEDES
Administradoras de consórcio	18
Administradoras de consórcio - sem fins lucrativos	2
Bancos comerciais privados nacionais	1
Bancos de desenvolvimento estadual	1
Bancos de investimento	1
Bancos múltiplos privados nacionais	5
Cooperativas centrais de crédito	3
Cooperativas de crédito mútuo	46
Cooperativas de crédito rural	1
Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários	12
Sociedades de arrendamento mercantil	3
Sociedades de crédito imobiliário – repassadoras	2
Sociedades de crédito, financiamento e investimento	3
Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários	6
Total	104

Fonte: BANCO CENTRAL. 2000.

Tabela 3.52 - Número de agências bancárias¹
por região administrativa
Belo Horizonte - 2000

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE AGÊNCIAS
Barreiro	8
Centro-Sul	236
Leste	7
Nordeste	10
Noroeste	18
Norte	2
Oeste	18
Pampulha	18
Venda Nova	6
Total	323

Fonte: Banco Central, 2000.

(1) Agências de bancos comerciais, bancos múltiplos e da Caixa Econômica Federal.

Tabela 3.53 - Oferta hoteleira por padrão¹
Belo Horizonte - 2000

HOTÉIS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS
5 estrelas	3	751
4 estrelas	8	1148
3 estrelas	18	1430
2 estrelas	15	1075
Sem classificação	28	979
Apart hotéis	24	1511
Total	96	6894

Fonte: BELOTUR. 2000.

(1) Classificação por padrão não é oficial.

Tabela 3.54 - Espaços culturais, de lazer e de informação por tipo
Belo Horizonte - 2000

TIPO DE ESPAÇO	NÚMERO
Bibliotecas	72
Museus	16
Auditórios e Salões de Convenções	45
Salas e Galerias de Arte	69
Centros Culturais	17
Cinema (nº de espaços)	15
Cinemas (nº de salas)	46
Teatros	23
Outros espaços para espetáculos musicais e cênicos	97
Ginásios	4
Bares / Restaurantes / Lanchonetes e Similares	8.000
Casas Noturnas	40
Shopping Centers	13
Agências de Viagem	275
Postos de Informações Turísticas	8

Fonte: BELOTUR. 2000.

PBH. SMC. *Guia cultural 1996. Belo Horizonte*. 1996

Planejamento e desenvolvimento urbano



A prevalência nos últimos oito anos de uma administração pública democrática e popular em Belo Horizonte realçou conquistas para a cidadania e a democracia municipal. Uma delas, refere-se ao planejamento urbano que, definitivamente, incorporou a participação. Exemplo disto é a criação do Conselho Municipal de Política Urbana; os Conselhos Tutelares; os Conselhos de Saúde, entre outros. Entretanto, uma das mais importantes é o Orçamento Participativo de Obras e Habitação. São instâncias que, cada vez mais, influem e direcionam democraticamente a atuação do poder público municipal.

Dada a importância deste contexto, a presente seção, dedicada às ações voltadas para o Planejamento e o Desenvolvimento Urbano, foi dividida em cinco temas: o primeiro trata do Plano Diretor Municipal. Depois procurou-se apresentar sinteticamente o conjunto de indicadores elaborados no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, voltados para o conhecimento, análise e monitoramento da cidade. Em seguida, procurou-se arrolar alguns dos principais programas, projetos e intervenções urbanas empreendidas pela PBH. Finalmente, o último tema contempla informações sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte.

Plano Diretor de Belo Horizonte

O Planejamento Urbano construindo a cidade: a experiência de Belo Horizonte

Maria Sílvia de Almeida Paz

Mônica Maria Cadaval Bedê

Maria Auxiliadora de Miranda Vieira

Aurora Maria de Castro D. da Silva

Juliana Maria Simões Campos

Tânia Maria de Araujo Ferreira*

Urbanização e planejamento urbano

O tratamento da questão urbana, em especial nos países do terceiro mundo, deve considerar os desafios apresentados pelo desenvolvimento econômico internacional, marcado na última década pela fragmentação e globalização da produção, pela informatização e pela terceirização e sofisticação dos serviços. Particularmente nas grandes cidades apresentam-se novos desafios e acentuam-se problemas já existentes: diferenciação do espaço urbano, com especialização e elitização de algumas áreas; geração de espaços privilegiados onde se localizam serviços modernos; incremento da exclusão social e decorrente adensamento de áreas de baixa renda, carentes de condições básicas de urbanidade e habitabilidade.

O agravamento dos problemas e o consequente aumento da mobilização social reforçam tanto a necessidade de controle sobre a apropriação do espaço urbano, quanto o papel do Município nesse processo, diante da crescente tendência de descentralização das decisões sobre a utilização dos recursos sociais.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 veio orientar a definição de uma política urbana baseada na função social da propriedade, na distribuição mais justa dos bens e serviços públicos, na gestão democrática e na recuperação ambiental das cidades. Para tanto definiu-se a necessidade de elaboração de Planos Diretores Urbanos Municipais como instrumentos capazes de viabilizar esses princípios, competindo aos municípios maior responsabilidade nas políticas sociais e urbanas.

Plano Diretor de Belo Horizonte e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo

Seguindo os princípios da Constituição Federal, foi elaborado o Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 7.165/96), composto de diretrizes e instrumentos para viabilizar quatro estratégias básicas de crescimento urbano com qualidade de vida:

- Buscar a gestão urbana flexível e dinâmica, com o estabelecimento de regras gerais e critérios básicos que propiciem a intervenção na cidade sem obstaculizar o seu dinamismo, a participação da sociedade civil no processo decisório e a criação de instrumentos de avaliação do desenvolvimento da cidade e das ações públicas;
- Descentralizar os processos econômicos e sociais no município, mediante a flexibilização no uso do espaço, o incentivo à formação de aglomerados de atividades econômicas exportáveis e complementares entre si e a interligação viária entre as regiões da cidade, em substituição ao atual sistema radioconcêntrico;
- Promover a ocupação justa e racional do solo urbano, através da definição de parâmetros urbanísticos que garantam a qualidade ambiental, a acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos e a adequação da densidade demográfica às infra-estruturas existentes e às condições do meio físico; e
- Proteger as referências locais, como estratégia para a valorização das identidades dos lugares e para o resgate e consolidação da cidadania.

*Equipe responsável pela elaboração do documento

A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7.166/96), aprovada junto com o Plano Diretor, constitui-se no principal instrumento de implementação desse Plano.

Rompendo com a lógica da legislação anterior, que resultava na cristalização das tendências de desigualdade sócio-espacial, o princípio do macrozoneamento contido na lei atual enseja mudanças no padrão de ocupação das áreas e o surgimento de novas centralidades. As categorias de zonas passaram a ser definidas por critérios relativos às condições ambientais e da infra-estrutura instalada, incluindo-se, numa mesma categoria, áreas com características semelhantes.

Por outro lado, no lugar de modelos de ocupação vinculados a categorias de usos, o controle da ocupação existente atualmente considera os limites e potencialidades das zonas previstas, tendo-se definido novos parâmetros (quota de terreno por unidade habitacional e taxa de permeabilização), que visam o controle mais efetivo sobre o adensamento e o impacto da ocupação sobre a rede de drenagem.

Para maior eficácia no controle da ocupação do solo, os afastamentos laterais e de fundo passaram a variar em função da altura das edificações, os afastamentos frontais ficaram vinculados à categoria das vias e foi instituído o recuo de alinhamento em vias com previsão de alargamento.

Quanto ao uso do solo, optou-se por uma maior flexibilização, assegurando-se, no entanto, a compatibilidade entre as atividades urbanas e entre estas e a circulação de veículos. É outra, então, a lógica observada, passando as possibilidades do adensamento a variar na razão inversa da hierarquia viária. Além disso, prevê-se ainda a responsabilidade dos empreendedores na contenção dos impactos negativos potenciais das atividades que vierem a ser instaladas.

Gestão urbana municipal

Visando o monitoramento do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, foi instituído o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR. Concebido como ferramenta de gestão urbana e presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento, o COMPUR reúne representantes dos setores empresarial, popular e técnico e dos poderes executivo e legislativo, constituindo-se em fórum privilegiado de participação da população no planejamento da cidade.

Apesar de seu caráter consultivo, o COMPUR atua como instância de articulação e de negociação entre os principais agentes públicos e privados envolvidos na gestão, produção e uso da cidade, propiciando um aprendizado de participação efetiva dos vários setores na gestão urbana.

Na experiência deste Conselho, a prática tem demonstrado que os interesses coletivos ganham força maior, em detrimento de imposições particulares, possibilitando a perspectiva de ampliação da visão da cidade, de seus problemas e soluções, por parte, sobretudo, dos setores externos ao poder público.

Destaca-se, assim, a riqueza do debate no COMPUR, que revela as diferenças de interesses dos agentes produtores do espaço urbano, mas também a possibilidade de consenso, conferindo outra dimensão ao exercício administrativo.

Outro instrumento de gestão instituído pelo Plano Diretor é a Conferência Municipal de Política Urbana, a ser realizada a cada quatro anos.

A Iª Conferência Municipal de Política Urbana foi realizada em fevereiro de 1999, envolvendo diretamente mais de 700 representantes dos setores técnico, empresarial e popular e do poder público executivo e legislativo. Com base nas suas resoluções, foram elaborados, pelo Executivo, dois projetos de lei que propõem ajustes no Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo.

Além do COMPUR e da Conferência de Política Urbana, destacam-se como espaços institucionais de participação e articulação dos diversos agentes que atuam em interface com o planejamento da cidade: Conselho e Conferência Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e Comissões de Transporte.

A gestão democrática da cidade, desde 1993, vem se apoiando em um outro pilar, o Orçamento Participativo - OP, pelo qual cabe à população dar a última palavra sobre a priorização das obras públicas.

Tendo originalmente como objetivo definir as prioridades dos investimentos regionais e em habitação, o OP ampliou sua atuação com a realização do OP Cidade, quando foram discutidos os investimentos no setor social e, em especial, aqueles a serem aplicados em obras estruturantes do espaço urbano.

O OP Cidade constitui-se, assim, em instrumento privilegiado de controle social sobre o orçamento municipal, reafirmando a participação da sociedade como critério essencial no planejamento urbano.

Ações do executivo municipal no planejamento urbano atual

As políticas urbanas implementadas pelo Executivo Municipal, orientadas pelos objetivos e diretrizes do Plano Diretor, acatam prioridades definidas na Iª Conferência de Política Urbana e no OP Cidade.

As intervenções em andamento são relativas ao processo de macro-estruturação urbana do município, destacando-se ações voltadas para a melhoria do sistema viário e do transporte coletivo, para a urbanização e regularização fundiária de vilas e favelas, para o controle de áreas de risco geológico e aumento da área verde por habitante, para a ampliação das ações de saneamento e para a preservação dos conjuntos de importância histórica e arquitetônica:

- o BHBUS e as prioridades viárias definidas, favorecendo as condições de articulação entre as várias regiões da cidade, propiciam o surgimento de novos centros e, conseqüentemente, a melhoria urbana da Área Central. Nesta área, o Projeto PACE tem função complementar, ao racionalizar a circulação viária e promover a requalificação de espaços de uso dos pedestres;
- a Política Municipal de Saneamento, abrangendo ações integradas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem pluvial e controle de vetores, tem como objetivo central a universalização do atendimento, sob a ótica da promoção da saúde e da proteção ao meio ambiente;
- a implantação do Aterro Capitão Eduardo, como alternativa ao da BR-040, em fase final de utilização, e o Plano Diretor de Drenagem Urbana - PDDU, como ação preventiva fundamental, são medidas significativas que têm repercussão positiva no saneamento básico;
- a complementação da Av. Pedro II, o alargamento da Av. Antônio Carlos e o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - PROPAM, além de levarem à descentralização preconizada pelo Plano Diretor, trazem um grande benefício ambiental, com impactos diretos ao norte de Belo Horizonte;
- a Intervenção Estrutural em Vilas e favelas, os programas de manutenção em Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS e em vias públicas, a recuperação de áreas verdes através da implantação de parques e a minimização dos riscos de deslizamentos e enchentes são também fundamentais por sua relação direta com a qualidade urbana dos lugares;
- os Planos Diretores Regionais e a regulamentação das Áreas de Diretrizes Especiais-ADE's, mecanismos importantes para a implementação e monitoramento do Plano Diretor e meios essenciais de orientação à atuação do poder público e da iniciativa privada, contemplam as especificidades das diversas áreas e possibilitam maior proximidade entre as comunidades e a administração municipal no processo de decisão relativo à construção da cidade.

Indicadores de Desenvolvimento Urbano

IQVU / IVS

Experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de índices e indicadores na gestão urbana da qualidade de vida: uma síntese da experiência de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil)

Maria Inês Pedrosa Nahas¹

1. Introdução

As condições de vida das populações em aglomerados urbanos vêm se tornando preocupação crescente de instituições, governos e organismos internacionais. O aprofundamento do processo de exclusão social e da pobreza, aliados aos grandes problemas de habitação, transporte, infra-estrutura urbana e acesso a serviços, bem como à degradação ambiental crescente nas cidades provocada pelos impactos decorrentes do processo de urbanização, vêm colocando em cheque a sustentabilidade do desenvolvimento humano. Tal questionamento tem levado organismos internacionais a promover encontros e eventos visando equacionar os problemas comuns e desenvolver propostas de soluções, bem como torna prioritários estudos relativos à concentração da população em áreas urbanas.

Um das preocupações centrais neste contexto refere-se à formulação de instrumentos que possam orientar a definição de políticas públicas visando à melhoria da qualidade de vida nas cidades. Em especial, observa-se desde a década de 70, o incremento da discussão em torno da necessidade da formulação de *indicadores* que sirvam de subsídio ao planejamento urbano no processo de tomada de decisões e ao monitoramento qualidade de vida da população.

No campo dos estudos ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, gerou iniciativas nesta direção, por parte de diversas organizações internacionais. Assim, logo após esta conferência, a Comissão Econômica da Europa juntamente com a Conferência dos Estatísticos Europeus, as Organizações de Estatísticas dos Estados Unidos do Canadá e o Escritório de Estatística das Nações Unidas, produziram entre outros, um relatório denominado “Estatística de Assentamentos Humanos”. Este contém proposições especificamente voltadas para o meio urbano, sobre as variáveis a serem consideradas nas estatísticas ambientais e apresenta os tópicos de alta prioridade a serem considerados. Em 1990, a Conferência dos Estatísticos Europeus propôs a formulação de indicadores ambientais - e não mais estatísticas ambientais somente - e estabeleceu referências conceituais e metodológicas para a formulação destes indicadores (Mueller, 1991). Desde a década de 80, entretanto, países desenvolvidos como o Canadá, Espanha e outros já fazem uso de indicadores ambientais para monitorar a qualidade ambiental no país ou para elaborar o perfil ambiental de regiões (Ministerio de Medio Ambiente, 1996).

No campo dos estudos sociais, o desenvolvimento de indicadores vinculados ao meio urbano intensifica-se a partir de 1990, após a elaboração do Primeiro Relatório Internacional sobre o Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1992), que apresenta o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - composto por indicadores de condições de saúde, de educação e renda da população. Seu cálculo permitiu o estabelecimento de uma hierarquia entre 104 países, e, apesar de tomar como área de abrangência espacial o país como um todo, a elaboração do IDH gerou iniciativas de formulação de indicadores para avaliar as regiões de um país, os estados e, posteriormente, os municípios. No Brasil, observa-se em 1991, a elaboração do IDS - Índice de Desenvolvimento Social - que foi formulado para comparar as regiões brasileiras, empregando-se a mesma metodologia de cálculo e indicadores do IDH, naturalmente com adaptações conceituais e metodológicas (Rodrigues, 1991).

¹ Profa. Dep. de Ciências Biológicas/PUC Minas – ms. Ciências Biológicas (UFRJ) - Consultora da SMPL/PBH – Coordenadora técnica da elaboração do IQVU (1993-1996), Coordenadora Geral da atualização do IQVU (1998-2000) e do projeto de elaboração do “Mapa da Exclusão Social de BH” (1997-1999). E-mail: minahas.bhz@terra.com.br

A Eco-92 (Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) marcou uma confluência das discussões sobre a formulação de indicadores ambientais e sociais, ao corroborar a necessidade da produção de sistemas de indicadores para o monitoramento das condições de vida no meio urbano (Agenda 21, 1992). Contribuindo para o aprofundamento desta tendência, a conferência do Habitat II realizada em 1996, em Istambul, propôs e implementou o “Programa de Indicadores Urbanísticos para Monitoramento de Assentamentos Urbanos”. Este consiste no cálculo de um conjunto indicadores em diversas metrópoles em nível internacional, inclusive no Brasil, para posterior análise das comparações entre as mesmas (Bonduki, 1996). No Brasil, o programa foi aplicado nos municípios de Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Curitiba (Ministério do Planejamento e Orçamento, 1996).

Simultaneamente ao programa do Habitat II vêm sendo elaborados no Brasil, índices urbanos compostos por indicadores calculados para avaliar municípios e produzir comparações entre os mesmos. Este é o caso do Índice Municipal calculado para 187 municípios brasileiros e do Índice Social Municipal elaborado para comparar 49 municípios do estado de São Paulo, ambos propostos pelo Instituto Pólis/SP (Souto, 1995), como também do Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal e Índice de Condições de Vida, estes dois últimos formulados para comparar os municípios do estado de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro, 1996).

Índices como estes, que tomam como área de abrangência o município como um todo, possibilitam comparações interurbanas e, possivelmente, seriam instrumentos úteis ao planejamento e gestão de políticas públicas, em nível estadual e regional. Entretanto, para que sirvam de subsídio à tomada de decisões pelo planejamento em nível *municipal*, é necessário que tomem como área de abrangência unidades espaciais intramunicipais. Isto porque, quando se trata de dimensionar a qualidade de vida visando instrumentalizar o poder público municipal na gestão de recursos escassos, trata-se de “qualidade de vida urbana” ou seja, trata-se de quantificar a qualidade de vida que a cidade oferece aos seus moradores, em cada um dos seus diferenciados espaços urbanos. Em outras palavras, quando se busca uma aferição da qualidade de vida urbana enquanto instrumento balizador da gestão municipal, os indicadores devem estar centrados *no local urbano* para o qual se destinam os recursos, de forma a possibilitar a percepção também espacial das prioridades, além da setorial. Para tanto, é fundamental o estabelecimento de um conjunto de *indicadores georreferenciados em unidades intraurbanas*, propiciando o diagnóstico espacial e setorial dos problemas e prioridades.

Este é o caso de dois instrumentos de gestão urbana elaborados para Belo Horizonte - o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - ambos calculados a partir de indicadores georreferenciados em 81 (oitenta e uma) unidades espaciais intramunicipais, previamente estabelecidas pelo planejamento municipal. Estes índices foram formulados conjuntamente pela Secretaria Municipal de Planejamento e por uma equipe da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, para servirem como balizadores da distribuição dos recursos públicos municipais.

O presente artigo tem como objetivos apresentar brevemente o IQVU e o IVS, discutir alguns de seus aspectos conceituais e metodológicos face à bibliografia relacionada e relatar as primeiras experiências de sua aplicação na gestão da cidade.

2. Características comuns e abrangência conceitual do Índice de Qualidade de Vida Urbana e do Índice de Vulnerabilidade Social de BH.

O IQVU e o IVS foram formulados de maneira a possibilitar uma comparação entre as diferentes condições de vida existentes em Belo Horizonte, permitindo o estabelecimento de uma hierarquia intraurbana de unidades espaciais previamente definidas. Como ambos foram formulados como subsídio à tomada de decisões pelo Planejamento Municipal e para o monitoramento da qualidade de vida na cidade, apresentam características processuais e estruturais comuns, apesar de expressarem conceitos diferentes.

2.1. Multidisciplinaridade, delimitação da abrangência conceitual e participação dos usuários.

Um primeiro aspecto que estes instrumentos apresentam em comum é o fato de que, as equipes de pesquisadores que elaboraram o IQVU² e o IVS³ são de composição multidisciplinar, envolvendo profissionais das áreas de ciências sociais, humanas, exatas e biológicas, além de técnicos de diversas outras áreas ao longo do

² O IQVU foi construído por uma parceria entre a Secretaria Municipal de Planejamento da PBH envolvendo o Secretário Municipal de Planejamento, Prof. Dr. Maurício Borges Lemos (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - UFMG) - e a PUC Minas com a participação dos professores: Maria Inês Pedrosa Nahas (Dep. de Ciências Biológicas - Coordenação Técnica), Otávio de Avelar Esteves (Dep. de Engenharia Eletrônica), Rodrigo Ferreira Simões (Dep. de Economia) e Vera Lúcia Alves Batista Martins (Dep. de Sociologia).

³ O IVS faz parte do “Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte” elaborado pela mesma parceria institucional, acrescida da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS/PBH). A equipe responsável foi composta pelos professores da PUC Minas: Ma. Inês. P. Nahas (Coordenação científica e executiva), Otávio de Avelar Esteves e Vera Lúcia A. B. Martins, além de Carla Andréa Ribeiro (Psic-Sec. Municipal de Desenvolvimento Social).

processo. Isto sem dúvida contribuiu para que ambos os instrumentos assumissem configurações conceituais e estruturais específicas e muito peculiares, se comparados a outros elaborados com objetivos semelhantes.

Outro aspecto diz respeito ao processo de construção empregado. Em ambos os casos, o primeiro passo foi o estabelecimento dos limites conceituais para o que se buscava dimensionar e assim, tornar claros os objetivos da construção de cada instrumento. Desta forma, na formulação do IQVU o Planejamento Municipal buscava desde o início, o dimensionamento da qualidade da vida urbana através da expressão de um dos seus aspectos essenciais: a oferta de equipamentos, bens e serviços urbanos à população de um local da cidade, de forma a propiciar-lhe satisfação de suas necessidades básicas. Teve-se também como objetivo, expressar a possibilidade de acesso da população a tais recursos, tanto no seu local de moradia como fora dele (Lemos *et al*, 1995; Nahas & Martins, 1995). Na elaboração do IVS, buscava-se um instrumento de pudesse estabelecer níveis de vulnerabilidade da população à exclusão social. Para tanto, adotou-se como referência o conceito de Sposati (1996) para o Mapa da Exclusão Social de São Paulo⁴, que além de tratar a exclusão social como um processo heterogêneo espacial e temporalmente, abrange aspectos relacionados à insuficiência de renda e questões de ordem política, social e cultural (Nahas *et al*, 1999).

Um terceiro aspecto comum ao processo de elaboração do IQVU e do IVS é a participação da sociedade. Diferentes grupos de colaboradores – usuários dos índices – participaram de um processo de dinâmica de grupo, através do qual opinaram sobre os temas a serem incluídos na formulação dos índices, numa adaptação da Técnica de Delphi (Sollero, 1992). Respondendo às consultas de forma anônima e por escrito, os colaboradores emitiram sua opinião acerca das questões formuladas que, processadas pela equipe coordenadora, geraram novas questões e assim sucessivamente, até que se formasse uma opinião majoritária acerca dos temas a serem considerados, definidos em reunião final. Assim, em ambos os casos, o elenco de variáveis temáticas foi determinado pelos usuários, como também o peso de cada variável no índice; no caso do IVS, os usuários definiram ainda os pesos das dimensões e dos indicadores.

Para a elaboração do IQVU, o grupo de colaboradores foi composto por representantes de todos os setores da PBH e das Administrações Regionais, *usuários imediatos* do instrumento. No caso do IVS, o grupo foi mais abrangente, envolvendo não apenas os representantes de setores municipais relacionados ao assunto (ou seja, os usuários imediatos) como também instituições de pesquisa, universidades e organizações não governamentais que se dedicam ao tema, considerados como *usuários potenciais* do índice.

2.1.1. Regionalização, formato dos dados e métodos de processamento.

O IQVU e o IVS apresentam também aspectos metodológicos comuns, no que se refere à espacialização, ao formato dos dados e aos métodos de processamento empregados na elaboração dos indicadores.

Quanto à espacialização, tanto o IQVU quanto o IVS foram calculados a partir de indicadores georreferenciados em 81(oitenta e uma) unidades espaciais intra-urbanas, denominadas Unidades de Planejamento (UP). As UP são unidades espaciais definidas para o Plano Diretor da cidade (PBH, 1995) e tiveram seus limites estabelecidos respeitando-se os critérios de: *i*)homogeneidade no padrão de ocupação do solo; *ii*)continuidade na ocupação; *iii*) limites das Regiões Administrativas da Administração Municipal e *iv*)limites das grandes barreiras físicas naturais ou construídas. As 8(oito) maiores vilas e aglomerados de favela da cidade compõem unidades à parte, e à época, abrangiam cerca de 48% da população favelada da cidade (Oliveira *et al*, 1995). As UP apresentam maior ou menor grau de homogeneidade interna, sendo algumas delas compostas por um único bairro ou por um único aglomerado de favelas, mostrando-se mais homogêneas e outras, compostas por um bairro ou partes de bairros, juntamente com uma pequena favela ou conjunto habitacional e/ou parte de um outro, mostrando-se mais ou menos heterogêneas. Os cálculos finais do IQVU e do IVS permitiram o estabelecimento de hierarquias entre estas unidades, bem como a percepção das prioridades espaciais e setoriais do município.

Outra característica metodológica comum ao IQVU e ao IVS é o formato das informações utilizadas para elaborar os indicadores. Como ambos os índices destinam-se a produzir uma hierarquia intra-urbana com relação aos temas considerados e além disto, devem ser úteis ao monitoramento da qualidade de vida na cidade, foram selecionadas informações que, além de expressarem o conceito desejado, fossem: *i*) dados georreferenciados de tal forma que pudessem ser compatibilizados espacialmente com as UP; *ii*) dados tomados em toda a cidade, e não apenas em certos locais (como é o caso, por exemplo, dos poluentes atmosféricos, medidos apenas numa área central da cidade) e *iii*) dados atualizáveis, ou seja, tomados com

⁴ “Exclusão Social é a impossibilidade coletiva de se partilhar da sociedade hegemônica e/ou dominante (num certo período de tempo)... devendo ser vista como um processo que leva à vivência de privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população.” “Não se restringe à insuficiência de renda ou escassez de bens, mercadorias e serviços como apontam alguns conceitos analisados... Vai além, ao incorporar outros aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, de caráter objetivo ou subjetivo, vivenciados de forma coletiva”.

alguma frequência e não por um eventual programa municipal, desenvolvido somente numa gestão (fato comum nas administrações municipais que se sucedem, já que cada uma busca se diferenciar da anterior).

Finalmente, em ambos os índices os indicadores foram georreferenciados nas UP de diferentes maneiras, a partir da regionalização em que se encontravam: para dados censitários foi desenvolvido um método pelo Sistema de Geoprocessamento da Prodabel⁵ (Oliveira *et al*, 1996), que também estabeleceu processos específicos para compatibilização de dados provenientes de cadastros de fiscalização e outras fontes que utilizam códigos para os logradouros públicos. O processamento de informações obtidas por endereço, foi feito em sistema específico desenvolvido pelo Dep. de Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Planejamento. Em quase todos as bases de dados utilizadas encontraram-se endereços não localizáveis por nenhum destes processos. Nestes casos, foram utilizados todos os outros recursos possíveis: mapas da cidade, informações de setores de cadastro municipal e até mesmo, conhecimento pessoal de técnicos municipais.

2.2. Abordagem conceitual do IQVU e do IVS

Ainda que contendo tantos aspectos comuns, o IQVU e o IVS produziram um dimensionamento das condições de vida em Belo Horizonte sob diferentes enfoques conceituais.

O IQVU buscou mensurar a oferta de serviços e recursos urbanos bem como o acesso da população aos mesmos (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996), apresentando-se como um índice *essencialmente urbanístico*. Assim, sua composição, estrutura e forma de cálculo, enfatiza aspectos fundamentalmente vinculados ao ambiente construído: é calculado a partir de indicadores que quase sempre se reportam ao lugar; estes privilegiam informações sobre a oferta de equipamentos ou dados vinculados aos mesmos e, no cálculo foram considerados como mais importantes, os setores de Habitação e Infra-estrutura, variáveis de maior peso no índice (Nahas *et al*, 1996). Além destes aspectos, os valores obtidos para cada unidade intramunicipal são corrigidos pelo tempo de deslocamento necessário para se acessar os serviços considerados, fora do local de moradia (utilizando-se o transporte coletivo), partindo-se de diversos lugares da cidade. Este tempo de deslocamento resulta numa “medida de acessibilidade” incluída no modelo formal de cálculo do IQVU e faz com que os valores obtidos para o índice reflitam também dois aspectos essenciais na qualidade de vida nas cidades: a qualidade do transporte coletivo e da malha viária urbana. Formulado especialmente como um instrumento de gestão urbana, o IQVU permite identificar as regiões da cidade onde há menor oferta e acesso aos serviços (e que, portanto, devem ser priorizados na distribuição das verbas disponíveis), bem como os serviços que devem priorizados nestas regiões para elevar o seu IQVU.

O IVS por outro lado, é um índice que procura caracterizar sob vários aspectos, a população do lugar, apresentando-se como um índice *essencialmente populacional*. Tendo sido calculado a partir de indicadores que visam determinar o acesso da população a determinadas “Dimensões de Cidadania” – Ambiental, Cultural, Econômica, Jurídica e de Sobrevivência - este índice busca dimensionar a qualidade de vida em cada lugar da cidade, a partir da sua expressão nos moradores do lugar. Por isto, está composto por indicadores elaborados com informações populacionais ou, quando isto não foi possível, com informações domiciliares (Nahas *et al*, 1999). Os valores obtidos, quando comparados com informações demográficas (faixa etária, p. ex.) e com extremos de exclusão social (população analfabeta, p. ex.), configuram o Mapa da Exclusão Social em cada UP. O IVS permite identificar as regiões da cidade aonde vive a população mais vulnerável à exclusão social e em que aspectos esta população está mais vulnerável, além de possibilitar uma caracterização da mesma.

Do ponto de vista conceitual, o IVS representa um complemento do IQVU: este último produz uma qualificação do lugar e aquele, da população do lugar. De certa forma, pode-se dizer que o IVS produz um dimensionamento da ‘distância social’ entre o cidadão e os recursos urbanos - para além da distância urbanística considerada no IQVU - podendo ser visto como uma medida de acessibilidade social da população às dimensões consideradas.

3. O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU)

Divulgado publicamente em 1996, o IQVU já foi objeto de diversas publicações relativas à metodologia formal de cálculo (Lemos *et al*, 1995), ao processo de construção (Nahas e Martins, 1995), à descrição dos indicadores e algumas análises de resultados (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996; Nahas *et al*, 1996 e 1997).

Elaborado para instrumentalizar uma distribuição mais equânime dos recursos públicos municipais, este índice buscou expressar a oferta e o acesso da população a serviços e recursos urbanos relacionados a 11(once) variáveis temáticas: Abastecimento, Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infra-estrutura Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Urbana e Serviços Urbanos (como postos de gasolina, agên-

⁵ Empresa de Processamento de Dados de Belo Horizonte.

gasolina, agências dos correios e outros). A oferta de serviços foi dimensionada através de informações obtidas em órgãos públicos e privados, com as quais foram elaborados 75 (setenta e cinco) indicadores georreferenciados nas 81 UP.

3.1. Composição e estrutura do IQVU

O IQVU apresenta diversas características peculiares no que se refere à sua construção, composição temática, fontes de informações utilizadas e forma de cálculo, bem como no que se refere a seu vínculo direto com a Administração Municipal.

Sua construção contou com a participação de 13 gestores setoriais e regionais, que definiram os temas a serem considerados - as “Variáveis” do índice - e, ao final, os pesos com que cada variável entraria no cálculo. Posteriormente, foram chamados a participar de diversas reuniões específicas (mais de 70 no total), definindo os desdobramentos de cada tema - denominados “Componentes” no índice - e

Quadro I: Síntese da composição do IQVU-BH/1994

COMPONENTES	INDICADORES
Variável abastecimento	
Equipamentos	> Área por habitante de hiper e supermercados, mercearias, restaurantes e similares.
Cesta Básica	> Economia de compra possível
Variável Assistência Social	
Equipamentos	> Número de entidades de Assistência Social
Variável Cultura	
Meios de comunicação	> Tiragem por habitante de jornais locais
Patrimônio cultural	> Número de bens tombados e de grupos culturais
Equipamentos culturais	> Área/hab de livrarias e papelarias
Programações artístico-culturais	> Número e frequência às atividades culturais oferecidas.
Variável Educação	
Pré-escolar	> Taxa de matrícula e alunos/turma
1a. a 4a. séries/ 5a. a 8a. séries /2o. gr.	> Taxa de matrícula, no. de alunos por turma e índice de aproveitamento
Variável Esportes	
Equipamentos esportivos	> Área por habitante: quadras, piscinas, campos, clubes e congêneres.
Promoções esportivas	> Número de eventos esportivos e frequência de público
Variável Habitação	
Disponibilidade habitação	> Padrão de acabamento das moradias
Conforto habitacional	> Número de pessoas por dormitório
Variável Infra-estrutura Urbana	
Limpeza urbana	> "Nota" p/ coleta, varrição e capina.
Saneamento	> Taxa e frequência de fornecimento de água tratada > Disponibilidade de rede de esgoto
Energia elétrica	> Taxa de fornecimento domiciliar > Iluminação pública
Telefonia	> Taxa de ruas com rede telefônica > Qualidade das ligações
Transporte coletivo	> Possibilidade de acesso de transporte (pavimentação) > Número e conforto dos veículos
Variável Meio Ambiente	
Conforto acústico	> No. de perturbações ruidosas
Qualidade do ar	> Autuações veículos transporte coletivo
Área verde	> Área/hab com cobertura vegetal
Variável Saúde	
Atenção à saúde	> Número por hab. de: leitos hospitalares, postos de saúde, outros equip. de Assist. Médica e equip.
Vigilância à saúde	> Taxa de nascidos c/ peso normal
Variável Serviços Urbanos	
Serviços pessoais	> No. de agências bancárias, pontos de táxi e postos de gasolina
Serviços de comunicação	> Funcionamento telefones públicos
Variável Segurança Pública	
Atendimento policial	> Número de equipamentos, efetivo policial e viaturas > Tempo de espera para atendimento policial
Segurança pessoal	> Ausência de: homicídios, tentativas de homicídios, violações de domicílio, estupro, roubos, porte ilegal de
Segurança patrimonial	> Ausência de roubo e furto de veículos e a moradias e estabelecimentos.
Segurança no trânsito	atropelam/ e capotamentos.
Segurança habitacional	> Grau de pré-disposição ao risco geológico

Fonte: PBH/PUC-MG, 2000

equipe coordenadora desenvolveu extensa pesquisa de informações em cerca de 40 órgãos públicos e privados, que permitiram a formulação dos 75 indicadores, sintetizados no **Quadro I**. No processo, diversos dos indicadores que se buscava não foram formulados, devido à impossibilidade de acesso à informação necessária, às características metodológicas da informação disponível (metodologia de coleta, periodicidade, regionalização) ou ainda, devido à simples inexistência do dado (Nahas *et al*, 1997).

No que tange à composição temática e às fontes de informações, o IQVU articula uma grande variedade de aspectos e aborda temas originais, como Meio Ambiente, Cultura e Serviços Urbanos. Além disto, os indicadores foram formulados com dados oriundos de cadastros de impostos municipais, bancos de dados do serviço policial de atendimento por telefone, registros dos serviços prestados pelos diversos órgãos da PBH (fiscalização sanitária, registros das administrações regionais, indicadores municipais de saúde e outros) e informações fornecidas por setores privados e estaduais, diretamente relacionados ao município. Alguns aspectos como cobertura vegetal e predisposição ao risco geológico, foram dimensionados a partir de informações especialmente produzidas para o IQVU⁶. Naturalmente, informações básicas como população, faixa etária, renda e outros, foram extraídas do Censo Demográfico do IBGE de 1991.

Outro aspecto interessante diz respeito à originalidade de vários dos indicadores formulados: a variável 'Cultura' por exemplo, abrange desde o Patrimônio Cultural da cidade, até a presença de público nos eventos e equipamentos culturais e ainda, a tiragem de jornais locais; em 'Segurança Urbana' foram considerados não somente ocorrências relativas à segurança pessoal, patrimonial e no trânsito, como também a qualidade do atendimento policial no que se refere ao tempo de atendimento e à disponibilidade de recursos humanos e materiais. Esta diversidade foi propiciada pelo fato de que primeiramente, a abrangência conceitual das variáveis, componentes e indicadores tenham sido delimitados antes da pesquisa de informações, e de que, além disto, buscava-se indicadores de quantidade e qualidade da oferta, conforme previa o modelo matemático já estabelecido. Esta estratégia possibilitou entre outras vantagens, o uso de dados não usuais para certos temas, como dados de segurança para a variável Meio Ambiente, ou de pavimentação para o componente 'Transporte Coletivo'.

Um último aspecto a ser assinalado aqui, refere-se à forma cálculo do IQVU. Este é feito através de um sistema complexo de operações, executado em "software" específico elaborado com este fim⁷ e se dá, basicamente, em três etapas:

- i. os indicadores são agregados em componentes e estes em variáveis, através de médias aritméticas simples, produzindo-se um *Índice de Oferta Local* por variável, para cada UP, ou seja, onze Índices de Oferta Local por UP;
- ii. estes Índices de Oferta Local são corrigidos por uma medida de acessibilidade que busca refletir o fato de que a população de uma UP acessa serviços também em outras UP, aumentando a sua oferta e diminuindo a oferta da outra UP (ver explicação a seguir). Tal correção pela medida de acessibilidade produz os *Índices Setoriais*;
- iii. os Índices Setoriais são agregados através de média aritmética ponderada, num índice único, o *IQVU* de cada UP. Conforme mencionado os pesos foram estabelecidos pelo grupo de colaboradores, mas, posteriormente, foram ajustados de acordo com a qualidade das informações realmente obtidas para elaborar os indicadores (**Quadro II**).

Quadro II: Pesos das variáveis do IQVU-BH - 1994

VARIÁVEIS	PESOS
Habituação	17,66
Infra-estrutura urbana	15,75
Saúde	13,72
Educação	12,65
Serviços urbanos	10,43
Segurança urbana	7,95
Abastecimento	7,64
Meio ambiente	6,19
Cultura	3,17
Esportes	3,05
Assistência social	1,79

Fonte: PBH. *Índice de qualidade de vida urbana*. 1996.

⁶ O indicador de cobertura vegetal foi elaborado por uma equipe do Instituto de Geo Ciências (IGC/UFMG) a partir de imagem de satélite adquirida do INPE, dimensionando-se o percentual de cobertura por UP. O grau de predisposição ao risco geológico foi calculado por outra equipe do IGC/UFMG, que elaboraram a Carta Geotécnica de BH.

⁷ O sistema de cálculo do IQVU foi elaborado em 1996, por Leonardo Pontes Guerra (Lab. Geoprocessamento do CEDEPLAR/UFMG) e Ricardo Avelar Drumond (Vectra Consultoria e Sistemas).

3.2. Resultados do cálculo

O cálculo do IQVU possibilitou uma hierarquização das UP de acordo com os valores obtidos, conforme demonstra o **Quadro III**. O índice varia de 0,0 (zero) a 1,0 (um) e como expressa um atributo positivo - a qualidade de vida urbana - quanto maior seu valor, melhor a condição da UP. Todos os indicadores e variáveis foram formulados nesta mesma lógica. Os valores obtidos para o IQVU foram agrupados em classes referenciais para facilitar a análise, possibilitando o ordenamento das UP nestas classes. O mesmo foi feito com os valores obtidos para o Índice de Oferta Local e por variável, possibilitando a elaboração de cartas temáticas⁸ diversas.

**Quadro III - Classificação das Unidades de Planejamento (UP)
de Belo Horizonte de acordo com o IQVU/1994**

NOME DA UP	IQVU	NOME DA UP	IQVU
Classe I		Classe IV	
Centro	0.645	Betânia	0.456
Francisco Sales	0.609	Piratininga	0.455
Barro Preto	0.608	Santa Maria	0.455
Savassi	0.602	Primeiro De Maio	0.451
Floresta/Santa Tereza	0.570	Jardim Europa	0.443
Mangabeiras	0.570	Santa Inês	0.442
Classe II		Boa Vista	0.438
Pampulha	0.550	Garcas/Braúnas	0.437
Belvedere	0.549	Glória	0.435
Prudente De Moraes	0.540	Bairro Indústrias	0.435
Padre Eustáquio	0.536	Céu Azul	0.431
Barroca	0.535	Camargos	0.431
Santo Antônio	0.533	São Paulo/Goiania	0.427
Serra	0.523	Copacabana	0.427
Santa Amélia	0.520	Belmonte	0.426
Cristiano Machado	0.516	Mantiqueira/Sesc	0.425
Estoril/Buritis	0.515	Jaqueline	0.424
Venda Nova/Centro	0.510	Serra Verde	0.423
São Bento/ Santa Lúcia	0.503	Classe V	
Puc	0.502	Lindéia	0.415
Anchieta/Sion	0.499	Sarandi	0.414
São Francisco	0.497	São Bernardo	0.414
Castelo	0.496	Capitão Eduardo	0.411
Jaraguá	0.493	Jatobá	0.410
Planalto	0.492	Barreiro Sul	0.410
Caçara	0.491	São Joao Batista	0.410
Classe III		Barreiro De Cima	0.407
Jardim América	0.488	Tupi/Florammar	0.407
Barreiro De Baixo	0.487	Cabana	0.404
Santa Efigênia	0.483	Isidoro Norte	0.398
Concórdia	0.479	Furquim Wernick	0.398
Antonio Carlos	0.477	Morro Das Pedras	0.389
Instituto Agronômico	0.477	Mariano De Abreu	0.385
Pompéia	0.472	Ribeiro De Abreu	0.384
Cachoeirinha	0.471	Classe VI	
Cardoso	0.470	Jardim Montanhês	0.368
Ouro Preto	0.464	Taquaril	0.363
Ufmg	0.464	Baleia	0.363
Abílio Machado	0.463	Confisco	0.352
		Jardim Felicidade	0.340
		Olhos D'Agua	0.340
		Pilar Oeste	0.340
		Prado Lopes	0.337
		Cafezal	0.334
		Gorduras	0.333
		Barragem	0.328

Fonte: PBH. Índice de qualidade de vida urbana. 1996.

⁸ A cartografia temática do IQVU foi elaborada por Leonardo Pontes Guerra (Lab. Geoprocessamento do CEDEPLAR/UFMG).

Em linhas gerais os resultados mostraram-se bastante consistentes, incluindo o papel da medida de acessibilidade. Assim, as melhores posições hierárquicas foram ocupadas pelo hiper-centro, centro expandido e a zona sul e, na medida em que aumenta a distância em relação ao centro, observa-se uma diminuição gradativa dos valores hierárquicos dentro da estrutura urbana da cidade. Outro aspecto importante refere-se à influência da medida de acessibilidade nos valores do IQVU: as favelas e conjuntos habitacionais localizadas entre as UP das primeiras classes, em função da acessibilidade determinaram reduções do IQVU nas áreas circunvizinhas, quando comparadas ao Índice de Oferta Local. Esta comparação revela também que o hiper centro e algumas UP centrais mantêm-se na primeira classe, com ou sem a acessibilidade, devido à alta concentração de serviços nestes locais e devido ao fato de que as UP vizinhas também apresentam boas notas de IQVU.

É importante destacar ainda que nenhuma região da cidade atingiu o maior valor e nem o menor valor de IQVU (1,0 e 0,0 respectivamente). Ou seja, não existe região na cidade com condição de vida que possa ser considerada ideal e nem região inteiramente desprovida de recursos e equipamentos, já que os lugares com os valores mais altos também apresentam problemas devido ao excessivo trânsito de pessoas e veículos. Além disto, o conceito de acessibilidade considera o fato de que os recursos existentes nestas regiões são em grande parte utilizados pela população de diversas outras áreas da cidade, o que deprecia o valor do IQVU nestes locais.

Finalmente, a análise dos resultados de cada variável permite a identificação dos setores que se encontram com menores índices em cada UP, além de ter demonstrado que a distribuição dos serviços se apresenta de forma diferenciada na cidade: Infraestrutura Urbana, Habitação e Serviços Urbanos mantiveram clara concentração nas UP mais centrais, enquanto que as variáveis como Meio Ambiente e outras apresentaram valores mais altos nos limites da área urbana do município. Abastecimento se apresenta como a variável que se encontra distribuída de maneira mais homogênea na cidade, enquanto que Cultura e Esportes se encontram mais concentradas em poucas áreas.

Como se torna claro, o IQVU constitui-se como um importante instrumento, um critério objetivo para subsidiar a pretendida equanimidade na distribuição de recursos pela Administração Municipal, sendo útil para monitorar o planejamento da cidade, se atualizado periodicamente. No momento isto já ocorre, prevendo-se para breve sua primeira atualização com dados de 1996.

4. O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

O IVS é o elemento central do recém-elaborado “Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte”, também formulado como instrumento de gestão urbana (NAHAS *et al*, 1999).

Quadro IV - Estrutura do Mapa da Exclusão Social de BH

ELEMENTOS	TEMAS ¹
Índice de vulnerabilidade social	Acesso à moradia Acesso à infra-estrutura Acesso à escolaridade Acesso ao trabalho Acesso à renda Acesso à assistência jurídica Acesso aos serviços de saúde Garantia de segurança alimentar Acesso à previdência social
Representações especiais	População de rua População em domicílios improvisados População analfabeta População com pós-graduação Trabalho infantil
Características populacionais	Taxa de população por faixa etária Taxa de população por cor da pele Taxa de população por sexo
Índice de assistência social	Composto por 8(oito) indicadores de atendimento por serviços de destinados aos vários segmentos da população mais vulnerável.

Fonte: PLANEJAR BH, v. 2, n. 8, ago. 2000.

(1) Temas escolhidos pelos colaboradores.

Na realidade, o conceito de exclusão social - que se caracteriza hoje pelo acúmulo de deficiências de várias ordens e falta de proteção social - vem sendo progressivamente utilizado nas políticas públicas, e pode ser visto como sendo um processo que leva à negação (ou desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, envolvendo tanto direitos sociais quanto questões materiais. (Rolnik, 1999). Tal processo mostra-se dinâmico em termos temporais e contém um aspecto territorial, uma vez que não se apresenta de forma homogênea nos diversos espaços da cidade, podendo ser compreendido como um processo sócio-espacial. Desta forma, retratá-lo de forma precisa e ao mesmo tempo útil à gestão da cidade, significa tratá-lo no território, dimensionando intra-urbanamente suas manifestações na população num dado momento, e captando diferenças/disparidades dentro da cidade, que possam orientar a tomada de decisões.

Esta foi a concepção com a qual foi elaborado Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte. O estudo, concluído em dezembro de 1999, mostra retratos do processo, expressos em vasta cartografia temática através de índices, dados brutos e taxas, apresentando uma abordagem multidimensional: direitos sociais, questões materiais e características demográficas. A pesquisa abrangeu também a questão do acesso à proteção social, através do dimensionamento dos serviços de Assistência Social na cidade (**Quadro IV**). Todos os aspectos considerados foram tratados com dados consistentes, georreferenciados e processados nas 81 UP adotadas pelo Planejamento Municipal. O núcleo desta estrutura é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) descrito em linhas gerais a seguir.

4.1. Características do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

As variáveis temáticas incluídas no IVS foram selecionadas por 30 (trinta) colaboradores que, num primeiro instante, definiram o elenco de temas a serem contemplados e, após a formulação dos indicadores, definiram a ponderação a ser adotada em cada nível de agregação: indicadores, variáveis e dimensões.

Os indicadores utilizados para expressar as variáveis foram formulados, preferencialmente, com dados populacionais do IBGE, oriundos do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem Populacional de 1996. Quando isto não foi possível foram consideradas informações domiciliares, provenientes do cadastro do IPTU, do Fórum da cidade e de órgãos municipais (serviço de saúde e pesquisa especial sobre as favelas⁹).

O IVS buscou dimensionar o acesso da população a 5(cinco) dimensões conceituais - "Dimensões de Cidadania" no índice - consideradas minimamente essenciais para se alcançar a cidadania:

- *Dimensão Ambiental*: tomada como o acesso a uma moradia com qualidade, do ponto de vista da densidade do domicílio, da qualidade da edificação e da infra-estrutura urbana disponível;
- *Dimensão Cultural*: considerada como o acesso à uma educação formal que permita inserção em processos políticos, sociais e econômicos de caráter mais globais;
- *Dimensão Econômica*: dimensionada em termos do acesso da população à uma ocupação, preferencialmente formal, e a um nível de renda;
- *Dimensão Jurídica*: conceituada como o acesso à uma assistência jurídica de qualidade, considerada como sendo a assistência privada;
- *Dimensão Segurança de Sobrevivência*: acesso a serviços de saúde, garantia de segurança alimentar e acesso aos benefícios da previdência social.

As "Dimensões de Cidadania" compõem-se de "Variáveis", que são os temas escolhidos pelos colaboradores. Estas por sua vez, compõem-se dos "Indicadores", ou seja, os dados numéricos a partir dos quais se calcula o IVS, como demonstrado no **Quadro V** adiante. Este cálculo se dá por agregações feitas através de médias aritméticas ponderadas: os Indicadores agregados originam as Variáveis e estas as Dimensões, que por sua vez produzem o IVS de cada UP.

⁹ Pesquisa desenvolvida pela Companhia Urbanizadora de BH (URBEL), em 1998, com participação da FUNDEP e do Centro de Estudos Urbanos (CEURB/UFGM).

Quadro V - Composição do IVS e ponderações

NÍVEIS DE AGREGAÇÃO		
DIMENSÕES DE CIDADANIA	VARIÁVEIS	INDICADORES
AMBIENTAL - 0,23	Acesso à Moradia - 0,60	> Densidade domiciliar - 0,37 (hab/dormitório) > Qualidade do domicílio - 0,43 (taxa de domicílios por padrão de esbamento)
	Acesso aos serviços de infra-estrutura urbana - 0,40	> Acesso à infra-estrutura básica (taxa de domicílios c/ rede de esgoto e pavimentação)
CULTURAL - 0,18	Acesso à educação	> Índice de escolaridade relativa (taxa popul. por taxa escola, da 6a. série ao curso superior)
ECONÔMICA - 0,27	Acesso ao trabalho - 0,70	> Taxa de ocupação - 0,44 (taxa de população ocupada) > Taxa de ocupação formal/informal - 0,56 (relação entre a taxa de população em ocupação formal/informal)
	Acesso à renda - 0,30	> Renda média nominal familiar "per capita"
JURÍDICA - 0,08	Acesso à assistência jurídica	> Acesso à assistência jurídica (taxa de processos assistidos por assistência privada)
SEGURANÇA DE SOBREVIVÊNCIA - 0,24	Acesso aos serviços de saúde - 0,44	> Mortalidade neo e pós-neonatal (mortalidade infantil entre 0 e 27 dias de idade e até 1 ano)
	Garantia de segurança alimentar - 0,36	> Segurança alimentar (taxa de crianças abaixo de 5 anos, atendidas c/ desnutrição em centros de saúde)
	Acesso à previdência social - 0,20	> Acesso à previdência (total de recursos da previdência pública oriundos de aposentadoria e pensão, auferidos pela população de 3a. idade e idosos)

Fonte: PLANEJAR BH, v. 2, n. 8, ago. 2000.

O valor final do IVS varia entre zero e um. Como este expressa um atributo negativo - a vulnerabilidade social de uma população - quanto maior seu valor, pior a situação da população naquela UP, ou seja, mais vulnerável à exclusão social. Os valores foram ordenados em 5 classes referenciais, possibilitando estabelecer uma hierarquia das Unidades de Planejamento, expressa no **Quadro VI**.

**Quadro VI - Classificação das UP de Belo Horizonte,
de acordo com o valor do IVS/1996**

UP	IVS	UP	IVS
Classe I		Classe III	
Barragem	0,79	Boa Vista	0,49
Jardim Felicidade	0,78	Barreiro de Baixo	0,49
Taquaril	0,77	Betânia	0,49
Mariano de Abreu	0,77	Castelo	0,49
Capitão Eduardo	0,76	Abílio Machado	0,48
Cafezal	0,76	Santa Maria	0,48
Baleia	0,75	Estoril/Buritis	0,48
Olhos D'Água	0,72	São Francisco	0,47
Confisco	0,71	Cachoeirinha	0,47
Ribeiro de Abreu	0,7	Camargos	0,46
Gorduras	0,7	Antônio Carlos	0,46
Mantiqueira/Sesc	0,67	Pompéia	0,45
Prado Lopes	0,67	Santa Efigênia	0,44
Jardim Montanhês	0,67	Jardim América	0,42
Morro das Pedras	0,65	Venda Nova/Centro	0,41
Jatobá	0,64	Classe IV	
Jaqueline	0,64	Jaraguá	0,39
Classe II		Concórdia	0,39
Belmonte	0,62	Santa Inês	0,38
Barreiro de Cima	0,6	Planalto	0,37
Primeiro de Maio	0,6	Santa Amélia	0,37
Garças/Braúnas	0,6	PUC	0,36
Isidoro Norte	0,59	Instituto Agrônômico	0,36
São Bernardo	0,59	Cristiano Machado	0,35
Céu Azul	0,59	Padre Eustáquio	0,34
Tupi/Floramar	0,59	Caíçara	0,34
Jardim Europa	0,57	Pampulha	0,3
Copacabana	0,57	Floresta/Sta Tereza	0,29
São Paulo/Goiânia	0,57	Classe V	
Lindéia	0,57	Barroca	0,21
Piratininga	0,56	Santo Antônio	0,2
Cabana	0,56	São Bento/Sta Lúcia	0,2
São João Batista	0,54	Belvedere	0,19
Serra Verde	0,54	Mangabeiras	0,18
Sarandi	0,53	Barro Preto	0,18
Cardoso	0,52	Centro	0,18
Gloria	0,52	Serra	0,17
Ouro Preto	0,52	Francisco Sales	0,16
B. das Indústrias	0,52	Prudente de Moraes	0,16
		Anchieta/Sion	0,14
		Savassi	0,12

Fonte: PLANEJAR BH, v. 2, n. 8, ago. 2000.

4.2. Resultados expressos pelo IVS e pelo Mapa da Exclusão Social de BH.

Os resultados obtidos a partir do MES/BH e do IVS em particular, são inúmeros e podem ser vistos a partir de diversos enfoques, tarefa a ser empreendida por gestores setoriais da PBH, especialistas, pesquisadores e grupos diretamente relacionadas ao trabalho com a população mais vulnerável.

De forma geral, pode-se dizer que o IVS produziu uma hierarquização das UP, permitindo identificar aonde reside a população mais vulnerável da cidade. A ordenação das UP nas 5(cinco) classes referenciais estabelecidas com base nos valores obtidos para o IVS, facilita uma visão geral dos resultados.

A análise dos valores obtidos em cada nível de agregação - dimensão, variável, indicador - permite identificar os aspectos em que a população de cada UP está mais vulnerável. Como os índices parciais expressam atributos positivos, variando entre zero e 100, quanto maior o seu valor, melhor a situação naquela UP, ou seja, menos vulnerável está aquela população relativamente ao nível (dimensão/variável/indicador) considerado. Naturalmente, estes índices parciais guardam uma relação inversa com o IVS: quanto maiores seus valores, menor o valor do IVS.

Além disto, é possível também estabelecer comparações com os outros elementos do MES: características populacionais, representações especiais e serviços de Assistência Social. A partir daí observa-se, por exemplo, a existência de uma relação direta do IVS com as taxas de população analfabeta, com as taxas de crianças, jovens e de população com pele preta e parda. Fica evidente também, uma relação inversa entre o IVS e as taxas de população com Mestrado e Doutorado, de idosos e de população de pele de cor branca.

Outro aspecto importante é que sendo o IVS uma medida contínua, é possível o estabelecimento de limiares, além de outras análises e articulações dependendo dos objetivos. Também a possibilidade de comparações entre o nível de vulnerabilidade da população com extremos de inclusão/exclusão (através das Representações Especiais), bem como entre o IVS e as características demográficas, enriquece o mapeamento e torna mais precisa a análise do processo de exclusão social na cidade.

Finalmente, é importante salientar a importância do Índice de Assistência Social incluído no MES, essencial à avaliação dos serviços de proteção social oferecidos pela sociedade e pelo poder público. Os resultados obtidos, apesar de limitados pelo georreferenciamento¹⁰ se configuram como importantes subsídios à elaboração de projetos visando a obtenção de recursos e permitem o estabelecimento das demandas principais do município.

5. A experiência de Belo Horizonte no contexto nacional e internacional

A produção destes dois índices para Belo Horizonte apresenta-se como experiência pioneira no Brasil e encontra-se em perfeita sintonia com diversas das discussões e especificações internacionais relativas aos indicadores ambientais e urbanos.

Apesar não terem sido formulados para avaliar a qualidade ambiental da cidade, o IQVU e o IVS apresentam características processuais e metodológicas em comum com os indicadores ambientais. Tais características colocam-nos em sintonia com as definições estabelecidas conjuntamente pela Conferência dos Estatísticos Europeus, Organizações de Estatísticas dos Estados Unidos e Canadá e o Escritório de Estatística das Nações Unidas (Mueller, 1991), com as decisões da Eco-92 (Agenda 21, 1992) e ainda, com a caracterização adotada por diversos países desenvolvidos (Ministerio de Medio Ambiente da Espanha, 1996). Isto porque, tanto o IQVU quanto o IVS:

- contaram, na sua elaboração, com a participação direta dos usuários imediatos, o que possibilitou o estabelecimento de um consenso entre estes, acerca da eficácia dos índices em retratar as situações para as quais foram criados;
- foram estruturados com diversos indicadores, ou seja, ambos expressam a situação com informações diversificadas, evitando uma referência excessivamente sintética;
- foram produzidos utilizando-se sistemas de informação geográfica, modelos e outras técnicas modernas para a avaliação e análise de dados;
- promoveram a transformação da informação existente em formas mais úteis para a tomada de decisões;
- contêm um significado socialmente determinado, além do científico, já que foram elaborados a partir de interesses sócio-políticos específicos;
- criaram mecanismos para converter as avaliações científicas e sócio-econômicas em informação adequada para o planejamento e a informação pública;
- foram formulados visando fornecer informações e sínteses de dados relevantes ao planejamento e à formulação de políticas públicas, com o objetivo de instrumentalizar o processo de tomada de decisões e a informação do público em geral;
- foram elaborados através de um processo essencialmente multidisciplinar, interinstitucional e aberto à sociedade.

¹⁰ Os dados relativos aos atendimentos de Assistência Social estão georreferenciados pelo endereço do equipamento onde se deu o atendimento, porque os prestadores dos serviços não têm como prática, registrar o endereço do usuário, o que passará a ocorrer a partir da elaboração deste Mapa da Exclusão Social.

É importante assinalar ainda que, dentre estes dois índices, o IQVU apresenta semelhanças ainda maiores com os indicadores ambientais porque reflete uma preocupação com o meio ambiente, abrangendo o meio ambiente natural e o construído pelo homem.

No que se refere à caracterização dos indicadores urbanísticos, tanto o IQVU quanto o IVS se coadunam com as definições do Habitat II (Bonduki, 1996), para indicadores destinados ao monitoramento dos assentamentos urbanos. Isto porque ambos os índices:

- prestam-se à uma gestão urbana democrática e participativa;
- têm caráter multidisciplinar. Segundo esta conferência, os indicadores urbanísticos elaborados com tal finalidade, devem estar em sintonia com o conceito de desenvolvimento humano e com a percepção de que a sustentabilidade do desenvolvimento depende das interações entre economia e meio ambiente; por isto, sua abordagem é necessariamente multi, inter e/ou transdisciplinar;
- foram elaborados através de parcerias institucionais, princípio defendido pelos países da Conferência como condição essencial ao desenvolvimento sustentável.

Relativamente aos outros índices urbanos já desenvolvidos no Brasil (mencionados na introdução do presente artigo), a experiência de Belo Horizonte se apresenta como pioneira porque:

- os índices elaborados são os mais abrangentes do ponto de vista conceitual, envolvendo grande diversidade de temas e considerando tanto oferta de serviços (IQVU) quanto o reflexo da oferta na população (IVS);
- foram produzidas estruturas de cálculo peculiares, em especial para o IQVU, que adota a medida de acessibilidade;
- os índices foram georreferenciados em unidades de planejamento, unidades estas menores e mais homogêneas que as unidades administrativas da cidade;
- a construção de ambos os instrumentos se deu com a participação direta dos usuários imediatos;
- apresentam vínculo com a Administração Pública¹¹, tendo sido elaborados como instrumentos de gestão urbana;
- foram formulados para servirem ao monitoramento das condições de vida na cidade e por isto, a possibilidade de atualização foi um dos critérios na seleção dos indicadores.

Além destas características, tanto o IQVU quanto o IVS contribuem de maneira especial para o ineditismo da experiência de Belo Horizonte.

O IQVU representa um avanço enquanto instrumento para avaliar a qualidade ambiental urbana, trazendo “Meio Ambiente” como uma variável em separado e incorporando diversos indicadores de problemas ambientais em variáveis como Habitação e Infraestrutura. Desta maneira, Belo Horizonte é hoje, a única cidade brasileira que dispõe de uma *avaliação intra-urbana* de aspectos ambientais como:

- distribuição da cobertura vegetal, dimensionada por imagem de satélite, metodologia esta recomendada pela Agenda 21, Habitat II e adotada pelos Sistemas de Indicadores Ambientais de diversos países desenvolvidos;
- dados de poluição sonora embora muito limitados devido a ausência de informações neste campo, no formato do IQVU;
- grau de predisposição ao risco geológico, indicador de área de risco de grande precisão, construído através de metodologia também recomendada internacionalmente;
- saneamento básico (limpeza urbana, serviços de água e esgoto);
- fornecimento de energia, rede telefônica e transporte coletivo;
- a disponibilidade e qualidade habitacional

Entretanto, é essencial assinalar que mesmo sendo um instrumento de avaliação ambiental urbana avançado devido à sua abrangência, o IQVU apresenta ainda muitas limitações neste campo. Na realidade, esta é uma das fragilidades deste índice, pouco abrangente deste ponto de vista, devido inexistência de dados no formato necessário para expressar aspectos fundamentais como o nível de ruídos, poluição atmosférica, contaminação do solo e outros parâmetros ecológicos, requerendo ainda muitos aperfeiçoamentos para se tornar, de fato, um índice ambiental urbano (Nahas, 1998).

O IVS por sua vez, bem como o Mapa da Exclusão Social de BH, vêm sendo incluídos em discussões diversas sobre pobreza urbana e formas de dimensionamento desta. Com o aprofundamento e

¹¹ Conforme já assinalado, estes índices foram desenvolvidos através de uma parceria, contando fundamentalmente com a Secretaria Municipal de Planejamento que, de fato, garantiu o desenvolvimento dos instrumentos, mesmo havendo a participação de uma universidade local;

expansão do processo de exclusão social, o IVS e o MES/BH apresentam contribuições específicas no contexto brasileiro tais como:

- o dimensionamento através do IVS de aspectos importantes no contexto atual, tais como acesso à previdência social, garantia de segurança alimentar e acesso à justiça, não expressos em nenhum outro índice com objetivos semelhantes;
- a articulação inusitada de dimensões no IVS, que permite ampla análise dos resultados e correlações diversas entre os temas considerados;
- a formulação do IVS enquanto medida contínua, com uma estrutura coerente e compatível internamente, que permite o estabelecimento de limiares (população abaixo ou acima de uma linha de pobreza, p. ex.), além de inúmeras outras análises e articulações dependendo dos objetivos;
- a estrutura do MES/BH como um todo que permite, por um lado, a caracterização da população dos diversos níveis de vulnerabilidade social e por outro, a percepção de extremos de exclusão/inclusão nesta população;
- a inclusão do Índice de Assistência Social no MES/BH, em sintonia com a concepção de que a exclusão social é um processo que abrange não apenas deficiências de várias ordens (materiais, culturais, políticas e outras) como também a falta de proteção social.

6. Aplicabilidade do IQVU e do IVS na gestão urbana de Belo Horizonte

Elaborado como um instrumento de gestão urbana e divulgado primeira vez em 1996, o IQVU vem sendo utilizado paulatinamente no planejamento e gestão da cidade. A primeira iniciativa neste sentido foi da Secretaria Municipal de Educação que, desde 1997, utiliza os valores do IQVU e da variável Educação como critérios para distribuição do recurso Bolsa-Escola entre as regiões da cidade.

Entretanto, a efetiva aplicação deste índice enquanto critério de distribuição das verbas no Orçamento Participativo, objetivo para o qual foi elaborado, só se deu a partir de 2000. Isto porque, mesmo tendo havido a participação dos usuários na elaboração do índice, foi necessário um intervalo de tempo, diversas palestras e discussões, para que estes incorporassem a idéia de distribuir recursos a partir de um conjunto de informações e, sobretudo, aceitassem as alterações introduzidas pelo IQVU que provocaram alterações no volume de recursos destinados a esta ou aquela região.

6.1. Utilização do IQVU no Orçamento Participativo

Antes de descrever de que maneira o IQVU foi aplicado, é importante esclarecer que existem em Belo Horizonte 9(nove) Regiões Administrativas, subdivididas em um número variável de sub-regiões; estas foram estabelecidas para a formação dos grupos populares regionais do Orçamento Participativo. O processo do Orçamento Participativo de BH se dá em duas etapas: na primeira, define-se a repartição dos recursos entre as Regiões e na segunda, realizam-se assembléias populares nas mencionadas sub-regiões, para definição dos empreendimentos prioritários, ou seja, definição da forma de utilizar a verba destinada à região.

Até 1999, a repartição espacial dos recursos era feita considerando-se critérios de tamanho e renda da população de cada uma das Regiões Administrativas de BH. A partir de 2000, foram introduzidas duas alterações: a UP enquanto unidade espacial de distribuição de verbas e o IQVU como critério de repartição das mesmas. Para isto, relacionou-se a população de cada UP com seu respectivo IQVU, extraindo-se os quocientes relativos da distribuição. Dessa maneira, as UP's simultaneamente mais populosas e com qualidade de vida urbana mais baixa receberam um maior volume de recursos. No momento da efetiva distribuição dos recursos, as UP's foram agregadas em dois grandes grupos: um representando as de maior IQVU (num total de 20) e as demais 61 UP's formando outro. Para esse segundo grupo definiu-se um volume global de recursos de R\$ 65 milhões, destinando-se 10% deste total para o primeiro grupo¹².

Com a introdução do IQVU, a segunda etapa (ou seja, a deliberação popular sobre os empreendimentos prioritários) deveria ocorrer nas UP's e não mais nas sub-regiões. Entretanto, isto ainda não foi inteiramente viabilizado devido à existência anterior das sub-regiões: para 2000 os coordenadores do OP criaram instâncias intermediárias, promovendo reuniões com representantes de agregados de UP's e criaram condições para que nas futuras edições do Orçamento Participativo, estas sejam feitas em cada UP.

É importante comentar aqui que a decisão política de se utilizar o IQVU, gerou diversas discussões conduzindo a novas análises de resultados e apontando aperfeiçoamentos para as futuras atualiza-

¹² Este total (R\$ 71,5 milhões) significa 6,89% da receita corrente líquida estimada da Prefeitura para 2000, um incremento expressivo quando comparados aos 3,95% destinados ao OP-99.

ções. O Dep. do Orçamento Participativo promoveu, juntamente com os coordenadores do IQVU, um trabalho junto aos grupos envolvidos no processo (administradores regionais, assessoria do OP e membros do Conselho da Cidade¹³), visando a capacitação para a análise do índice e treinamento na utilização do Banco de Dados¹⁴. A efetiva aplicação gerou inicialmente, polêmica entre os gestores regionais e setoriais, mas o uso de um índice que mede a existência e o acesso a equipamentos e serviços urbanos (e alternativamente sua carência) ajusta-se precisamente aos objetivos do OP de inverter democraticamente as prioridades de governo, carreando mais recursos públicos para as áreas mais necessitadas.

Finalmente, embora o presente artigo não se destine à discussão do processo do Orçamento Participativo, considera-se importante comentar que o uso de um critério “a priori” (como é o IQVU) na distribuição espacial das verbas, talvez provocasse um esvaziamento das assembleias populares. Possivelmente por esta razão, os coordenadores do OP introduziram mais um novo critério a partir de 2000: para garantir a plena utilização dos recursos disponibilizados para cada UP é necessária uma presença mínima de moradores equivalente a 0,5% da população da UP, sendo que uma presença aquém desse mínimo reduziria na mesma proporção os recursos a que a UP tivesse direito. Além disto, os recursos eventualmente disponibilizados pelo não alcance da presença mínima, seriam redistribuídos proporcionalmente às demais UP’s de uma mesma Região, à exceção daquela composta pelas UP’s de maior IQVU.

6.2. Aplicabilidade potencial do IVS e do Mapa da Exclusão Social de BH

O Mapa da Exclusão Social de BH sem dúvida será de grande utilidade ao planejamento municipal e ao monitoramento das condições de vida na cidade, desde que atualizado periodicamente. Como foi formulado muito recentemente (dez/1999) ainda não existem experiências efetivas de seu emprego na gestão da cidade.

Sua divulgação, entretanto, causou grande impacto em vários segmentos sociais (opinião pública, imprensa, universidades e setor público) e vem gerando uma série de palestras e debates promovidos por organizações governamentais e não governamentais. Assim, considera-se que a tendência é o desenvolvimento de várias formas para sua utilização, devido à grande diversidade de informações que ele proporciona.

Na realidade, o MES/BH pode ser visto como um método de estudo da cidade, já que, a partir de seus diversos elementos, é possível estabelecer para uma UP: os níveis de vulnerabilidade da população; o desempenho de cada dimensão, variável e indicador do IVS; características populacionais de idade, sexo e cor da pele; os extremos de exclusão relevantes e o grau de carência dos serviços de Assistência Social.

Além disto, como discutido anteriormente, o IVS pode ser considerado como uma medida de acessibilidade social da população às dimensões consideradas, se apresentando como um complemento conceitual do IQVU. Uma outra possibilidade de aplicação é o emprego conjunto dos dois índices nas próximas edições do Orçamento Participativo, servindo o IVS como uma “correção” do IQVU (já que é uma medida de acessibilidade social) ou formulando-se um terceiro índice reunindo os dois, possibilitando a qualificar simultaneamente o lugar e da população do lugar.

Finalmente, cumpre destacar a importância da elaboração do Índice de Assistência Social, que vem sendo visto pelos prestadores destes serviços (organizações públicas e privadas) como um instrumento útil ao monitoramento das políticas públicas de Assistência Social no município, como forma de estabelecer as demandas prioritárias do município e ainda, como importante subsídio à formulação de projetos que visem a obtenção de verbas destinadas à população mais vulnerável.

7. Comentários finais

As experiências aqui relatadas sem dúvida alguma representam avanços metodológicos como instrumentos de gestão urbana. Seu efetivo emprego apenas se inicia, estando ainda em discussão questões como, por exemplo, a forma de compatibilizar o IQVU e o IVS na aplicação. Uma questão importante refere-se à continuidade/atualização dos índices e respectivos bancos de dados, que depende diretamente da vontade política dos administradores. O efetivo emprego dos resultados como critério de distribuição das verbas do Orçamento Participativo representa uma perspectiva concreta de sua atualização, mas certamente está na dependência do resultado das eleições que se aproximam.

Ainda, o processo de atualização do IQVU em curso (com dados de 1996) tem sido fundamental para a introdução de aperfeiçoamentos na forma de cálculo e na composição, além apontar ajustes a

¹³ O Conselho da Cidade é composto por 98 membros da população: representantes de setores de serviços eleitos em cada Região e representantes da Câmara Municipal, conforme decreto nº. 10.034 (DOM, 1999).

¹⁴ O Banco de Dados do IQVU/1994 foi elaborado pelo Dep. de Informações Técnicas da SMPL e encontra-se disponível no local, em dois disquetes.

serem feitos na regionalização da cidade. Outro aspecto importante é que o processo tem demonstrado a necessidade de estabelecimento de uma estrutura intersetorial na PBH, especificamente para manutenção dos índices, o que trará maior eficiência e agilidade na formulação dos indicadores, para melhor organização das bases de dados utilizadas e poderá assegurar uma atualização em tempo útil ao planejamento municipal, já que esta tem sido extremamente lenta.

É importante assinalar ainda, que tanto o IQVU quanto o IVS podem ser úteis à gestão municipal de muitas outras formas além das mencionadas. O processo de elaboração e produção dos indicadores tem se mostrado importante na estruturação interna dos órgãos setoriais envolvidos, que passam a se organizar para responder, periodicamente, pelas informações relacionadas ao setor.

Um outro aspecto é que além de sua aplicabilidade na gestão setorial (como mencionado para o recurso Bolsa-escola), estes dois índices são úteis também à gestão intra-regional, propiciando aos Administradores Regionais uma percepção multidimensional das necessidades locais. Ainda, é importante assinalar a importância dos Bancos de Dados produzidos a partir destes índices e que se encontram disponíveis ao público de forma relativamente simples e que vão além dos índices, contendo por UP, todos os dados que geraram os indicadores e os outros elementos do MES/BH.

Finalmente, é importante assinalar que estes instrumentos vêm despertando o maior interesse no campo dos estudos urbanos, já tendo gerado artigos, monografias e dissertações. Também junto ao público em geral, o IQVU já vem sendo amplamente utilizado por organizações não governamentais, por setores de oferta de serviços privados e por grupos populares em geral e o MES/BH tem sido procurado por inúmeros setores da sociedade, incluindo diversos grupos populares e organizações não governamentais.

Referências bibliográficas

AGENDA 21 - Conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: 1992.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *O Índice de Qualidade de Vida Urbana*. Belo Horizonte. Assessoria de Comunicação Social, 1996. 31 p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1995. 247 p.

BONDUKI, N.(Org.). *As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel. 1996.

DOM - *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 16/10/1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970, 1980 e 1991*. Belo Horizonte: 1996. 244 p.

LEMO, M.B; ESTEVES, O.A. ; SIMÕES, R.F. Uma metodologia para construção de um índice de qualidade de vida urbana. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.5, n.2, p.157-176, dez. 1995.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE. *Indicadores ambientales. una propuesta para España*. Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental. 1996. (Série Monografias).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO . Sistema Nacional de Indicadores Urbanos. Projeto PNUD BRA 92/028: SEPURB, 1996.

MUELLER,C.C. - *As estatísticas e o meio ambiente*. Doc.de trabalho n.2. Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília, DF. 1991.

NAHAS, M.I.P; MARTINS, V.L.A.B. O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU/BH): a elaboração de um novo instrumento de gestão municipal. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 9. *Anais...* João Pessoa, v.1, n.8, p.337 – 350. 1995.

NAHAS, M.I.P. O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte, enquanto um instrumento de avaliação ambiental intra-urbana: uma discussão metodológica. *Bios: Cadernos do Departamento de Ciências Biológicas da PUC-MG*. Belo Horizonte, v.5, n.5, dez.1998.

NAHAS, M.I.P.; MARTINS, V.L.A.B.; ESTEVES, O.A.; GUERRA, L.P.; SIMÕES, R.F. O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU/BH): um instrumento de avaliação do lugar urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 996,Caxambu/MG. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. p.1163-1189.

NAHAS, M.I.P.; MARTINS, V.L.A.B; GUERRA, L.P.; SIMÕES, R.F; ESTEVES, O.A. - O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte: um processo de geração de indicadores sociais. *Cad. Ciênc. Soc.*, Belo Horizonte, v.5, n.8, p.88 – 109 dez.1997.

NAHAS, M.I.P.; RIBEIRO, C.A.; ESTEVES, O.A.; MOSCOVITCH, S.K.; MARTINS, V.L.A.B. O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte: metodologia de construção de um instrumento de gestão urbana In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O PODER LOCAL, 8, Salvador, 1999. *Anais...* Salvador, UFBA; NPGA; NEPOL, 1999. v.1.

OLIVEIRA, S.M.; SOUZA, R.P.; AMARAL, F.M.P. Revendo as delimitações de setores censitários e outras unidades espaciais urbanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA, 4, Salvador, 1995. *Anais...* Salvador, 1995. p. 857-863.

OLIVEIRA, S.M.; SOUZA, R.P.; DAVIS JR., C.A.; AMARAL, F.M.P. O geoprocessamento na definição de unidades espaciais para o IQVU/BH. *Espaço BH*. Belo Horizonte, n.0, dez.,1996.

PLANEJAR BH. Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte, Secretaria de Planejamento/PBH, v.2, n.8, ago. 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desarrollo humano: informe 1992*. Santafé de Bogotá: Colômbia, PNUD. Tercer Mundo Editores, 1992.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O desenvolvimento social nas regiões brasileiras. *Ciência Hoje*. São Paulo, n.76, v.13; pp.39-45. 1991.

ROLNIK, Raquel. *Regulação urbanística e exclusão territorial*. São Paulo: Pólis, 1999. 146 p. (Publicação Pólis, 32 - p.7).

SOLLERO, V.T. *Condicionantes ambientais para o planejamento hidrelétrico em Minas Gerais: uma abordagem metodológica regional adotando o Método Delphi*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1992. Dissertação de Mestrado.

SOUTO, A.S. et. al. *Como reconhecer um bom governo? O papel das Administrações municipais na melhoria da qualidade de vida*. São Paulo: Pólis, 1995. 72 p. (Publicações Pólis, 21).

SPOSATI, Aldaiza. Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo: SP, EDUC,1996.

IDH / ICV

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Condições de Vida (ICV)

Dentro de um novo paradigma, que considera que o crescimento econômico é um dos aspectos do desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas - ONU criou o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. A idéia foi medir o desenvolvimento humano dos países com base em indicadores comuns, permitindo a comparação do grau de desenvolvimento entre eles. A metodologia usada pela ONU foi adaptada para o cálculo do IDH para o estado de Minas, sua macro e microrregiões e os municípios. De forma esquemática, os indicadores utilizados na construção do IDH estão apresentados no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 - Indicadores utilizados no calculo dos índices que compõe o IDH

ÍNDICES	INDICADORES
Longevidade	• Esperança de vida ao nascer.
Renda	• Renda familiar per capita.
Educação	• Taxa de alfabetização. • Número de anos de estudos.

Fonte: PNUD/ Índice de Desenvolvimento Humano;

Dados básicos: IBGE - Censos Demográficos, 1980 e 1991

FJP/IPEA - Desenvolvimento Humano e condições de Vida:

Indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte
1980 - 1991

De acordo com o valor do IDH, a ONU classificou os países em três níveis de desenvolvimento humano, também adotados como parâmetros pelo IPEA/FJP:

- Baixo desenvolvimento humano: 0 a 0,5;
- Médio desenvolvimento humano: 0,5 a 0,8;
- Alto desenvolvimento humano: 0,8 a 1,0.

Já o ICV amplia o IDH, no sentido de aumentar sua capacidade de medir as condições de vida de determinado lugar. Para o cálculo desse índice-síntese, são utilizados dados censitários, agrupados em quatro blocos, apresentados com seus respectivos indicadores no Quadro 4.2.

Quadro 4.2 - Composição do ICV, conforme os blocos básicos e os indicadores censitários utilizados

BLOCOS	INDICADORES
Longevidade / saúde	• Esperança de vida ao nascer. • Taxa de mortalidade infantil.
Educação (pop. Com 25 anos ou mais)	• Porcentagem com menos de 4 anos de estudo. • Porcentagem com menos de 8 anos de estudo. • Porcentagem com menos de 11 anos de estudo. • Número médio de anos de estudo. • Taxa de analfabetismo (pop. > 15 anos).
Criança (pop. Entre 7 e 14 anos)	• Porcentagem que trabalha (10 a 14 anos). • Porcentagem que não frequenta a escola. • Porcentagem com mais de 1 ano de atraso escolar. • Defasagem escolar média.
Renda	• Renda familiar per capita média. • Grau de desigualdade • Proporção de pobres. • Hiato de renda médio. • Hiato de renda quadrático.

Fonte: PNUD/ Índice de Desenvolvimento Humano;

Dados básicos: IBGE - Censos Demográficos, 1980 e 1991

FJP/IPEA - Desenvolvimento Humano e condições de Vida:

Indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte
1980 - 1991

**Quadro 4.3 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, por região administrativa
Belo Horizonte - 1980-1991**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	IDH-M		IDH-M LONGEVIDADE		IDH-M EDUCAÇÃO		IDH-M RENDA	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Barreiro	0,703	0,700	0,490	0,609	0,673	0,722	0,945	0,770
Centro-sul	0,786	0,849	0,537	0,687	0,831	0,874	0,990	0,986
Leste	0,744	0,813	0,529	0,689	0,740	0,789	0,961	0,960
Nordeste	0,718	0,786	0,497	0,635	0,703	0,768	0,955	0,954
Noroeste	0,741	0,804	0,527	0,666	0,736	0,789	0,959	0,958
Norte	0,667	0,723	0,480	0,615	0,651	0,726	0,870	0,829
Oeste	0,736	0,795	0,516	0,641	0,722	0,781	0,968	0,964
Pampulha	0,742	0,809	0,530	0,655	0,724	0,801	0,971	0,971
Venda Nova	0,657	0,707	0,494	0,626	0,641	0,720	0,835	0,776
Belo Horizonte	0,736	0,796	0,516	0,645	0,729	0,781	0,964	0,962

Fonte: PNUD/ Índice de Desenvolvimento Humano;

Dados básicos: IBGE-Censos Demográficos, 1980 e 1991

FJP/PEA - Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991

**Quadro 4.4 - Índice de Condições de Vida - ICV, por região administrativa
Belo Horizonte - 1980-1991**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ICV		ICV - LONGEVIDADE		ICV - EDUCAÇÃO		ICV - CRIANÇA		ICV - RENDA		ICV - HABITAÇÃO	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Barreiro	0,710	0,774	0,618	0,736	0,570	0,635	0,816	0,841	0,901	0,786	0,647	0,872
Centro-sul	0,839	0,877	0,660	0,801	0,820	0,886	0,880	0,877	0,883	0,856	0,951	0,968
Leste	0,773	0,829	0,658	0,804	0,670	0,740	0,861	0,846	0,889	0,856	0,786	0,900
Nordeste	0,745	0,817	0,624	0,758	0,619	0,706	0,825	0,849	0,883	0,857	0,773	0,915
Noroeste	0,771	0,833	0,656	0,783	0,658	0,733	0,856	0,862	0,897	0,869	0,788	0,916
Norte	0,683	0,773	0,608	0,741	0,554	0,642	0,804	0,828	0,859	0,805	0,590	0,848
Oeste	0,747	0,817	0,643	0,763	0,659	0,736	0,832	0,848	0,868	0,838	0,732	0,900
Pampulha	0,746	0,830	0,658	0,775	0,658	0,759	0,841	0,870	0,863	0,849	0,711	0,899
Venda Nova	0,671	0,772	0,622	0,751	0,542	0,635	0,795	0,830	0,841	0,786	0,556	0,860
Belo Horizonte	0,738	0,805	0,646	0,767	0,659	0,729	0,788	0,799	0,867	0,839	0,731	0,892

Fonte: PNUD/ Índice de Desenvolvimento Humano;

Dados básicos: IBGE-Censos Demográficos, 1980 e 1991

FJP/PEA - Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991

Principais Programas Sociais da PBH

Educação e Cultura

Escola Plural e Constituinte Escolar

O Direito a ter direitos

Maria Céres Pimenta Spínola Castro*

Implantada na Rede Municipal de Educação a partir de 1995, a ESCOLA PLURAL trouxe uma nova concepção de política pedagógica ao reestruturar a organização e distribuição dos tempos e espaços escolares e ao definir uma nova lógica que, entre várias outras modificações, alterou a organização seriada, instituindo os Ciclos de Formação. Tais ciclos expressam uma nova forma de adequar a organização do tempo de escolaridade às características culturais e bio-psicológicas da aprendizagem e desenvolvimento humano.

Além disso, nuclear na idéia de ciclo na Escola Plural, está a concepção de formação global do ser humano, que inclui a perspectiva de um processo educativo vinculado às características do seu desenvolvimento.

Assim, esta organização por ciclos concebe o aluno como o eixo central na dinâmica do ensino-aprendizagem, pressupondo que as demais definições quanto à organização do trabalho e à proposta curricular se dão em função dele.

Quem participa faz escola

O processo de implantação da **Escola Plural** vem se materializando através de inúmeros encontros e fóruns, não só fortalecendo e consolidando espaços de discussão já existentes, como também construindo novos espaços capazes de assegurar maior participação de pais, alunos, profissionais e comunidade em geral, na tomada de decisões referentes ao cotidiano escolar. As instâncias de participação estão presentes no interior das escolas (colegiados, assembleias, associações, grêmios estudantis) como também nos espaços coletivos onde se estabelecem as relações externas entre escolas e sociedade.

Nesta multiplicidade de espaços há a possibilidade de se estabelecerem debates, discussões, polêmicas e conflitos, em que diferentes sujeitos sociais (pais, alunos, profissionais da educação, gestores, enfim, cidadãos de direitos) podem expressar suas posições e construir seus acordos, consensos ou dissenso, num movimento político de tal maneira que a ação e a formação se confundem e em que o direito à cidadania se manifesta em ato.

É na perspectiva de reforçar e ampliar esse movimento e de procurar garantir a continuidade do processo de construção de uma escola inclusiva, que a SMED definiu como uma de suas estratégias de ação a dinamização do processo de democratização da Rede Municipal de Educação. A consolidação da Escola Plural constitui fator preponderante nesse processo, na medida em que:

- Garante a permanência do aluno, através de aprendizagens significativas e de qualidade;
- Concebe a educação como direito e não como estratégia para assegurar interesses privados de grupos ou de classes;
- Tem como princípio o respeito ao aprendiz, qualquer que seja sua idade, classe, grupo étnico, compreendendo-o como sujeito de direitos;
- Propõe uma escola inclusiva e, portanto, capaz de respeitar a pluralidade e diversidade de ritmos de aprendizagem e as vivências culturais dos alunos;
- Assegura o direito de acesso aos conteúdos socialmente produzidos e sua apreensão, de forma contínua e ininterrupta;
- Amplia as funções da escola, resgatando sua função socializadora;
- Propicia o desenvolvimento das aprendizagens fundamentais: aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser.

*Secretária Municipal de Educação

Na perspectiva da democratização, apontou-se como prioridade a ampliação de espaços públicos que pudessem garantir a participação do cidadão na gestão democrática da educação no município. É nesse movimento que se insere a instituição do Sistema Municipal de Educação, a criação do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** juntamente com a realização da **I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em agosto de 1998.

Nos primeiros anos de implantação da Escola Plural, as estratégias de ação estiveram voltadas para a sua institucionalização, de fundamental importância para assegurar que as escolas tivessem as mesmas condições de funcionamento, bem como para a elaboração de respostas aos desafios de construir práticas pedagógicas coerentes com as diretrizes definidas. Ainda que estas diretrizes contemplassem todos os níveis e modalidades de ensino, as ações voltaram-se inicialmente para a sua tradução no Ensino Fundamental, principalmente para o primeiro e segundo ciclos, enquanto estratégia política de implantação.

A partir de 1997, o processo de implantação evidenciou a necessidade de se aprimorar a inscrição institucional da Escola Plural, de forma a que todas as escolas da Rede, em todos os níveis e modalidades de ensino, se tornassem a expressão das diretrizes da Escola Plural. Constatou-se também a necessidade de desenvolver uma comunicação mais efetiva com as escolas e com a comunidade em geral, avançando do formalismo das produções teóricas e normativas para a busca de um diálogo permanente que contemplasse as questões cotidianas da prática educativa, o maior desafio da Escola Plural.

A Conferência Municipal de Educação foi uma ação extremamente significativa no sentido de possibilitar avanços no processo de radicalização da gestão democrática da educação no município. Além das conquistas referentes à definição de diretrizes da política educacional do município — tendo sido mais uma vez referendada a Escola Plural — o evento explicitou, ainda, a vontade política da administração municipal de compartilhar responsabilidade e deveres em relação à educação na cidade.

A democracia está fazendo escola

É nesse contexto que surge o projeto da **CONSTITUINTE ESCOLAR**, evidenciado pela necessidade de ampliar e consolidar o processo de democratização da Rede Municipal, a partir de uma concepção mais horizontalizada de gestão que oriente as relações, as ações e a organização interna das escolas, na perspectiva da Escola Plural.

Este projeto vem sendo construído desde março de 1998, quando a Secretaria Municipal de Educação-SMED iniciou um debate com as escolas municipais sobre os atuais Regimentos Escolares. Naquele momento, as escolas indicaram a necessidade de elaboração de um novo Regimento, posicionaram-se em relação a este processo e manifestaram suas expectativas quanto a um novo Regimento, apontando temas a serem incorporados numa nova proposta regimental, de forma a traduzir de maneira adequada os avanços já obtidos no processo coletivo de construção da Escola Plural. Ainda neste primeiro momento, as escolas explicitaram, entre outras questões, que os Regimentos existentes não refletiam as conquistas democráticas da sociedade, especialmente aquelas relativas ao campo da educação e ressaltaram a necessidade de se avançar na definição de instrumentos capazes de garantir no terreno pedagógico, político e administrativo a gestão democrática da educação e o direito à formação escolar. Percebeu-se que a diversidade de expectativas colocadas pelas escolas, aliada ao processo de discussão das suas propostas pedagógicas, demandavam a criação de estratégias capazes de promover com maior intensidade a socialização de experiências em busca do equacionamento de problemas que, concretamente, emergem no cotidiano das escolas em decorrência das modificações que são introduzidas. Assim, todas essas questões acabaram por apontar para a necessidade de desencadear um processo amplo de debate, de natureza participativa, de forma a viabilizar não apenas a construção coletiva dos Regimentos Escolares, mas que promova também, e principalmente, uma apropriação mais efetiva da Escola Plural pela Rede Municipal e pela sociedade em geral.

Compreendeu-se, portanto, que a elaboração dos novos regimentos poderia constituir-se em momento privilegiado para a compatibilização entre os objetivos propostos pela escola e aqueles pretendidos pela comunidade atendida. Além disso, será uma oportunidade para a análise da própria estrutura da escola, seus mecanismos de inclusão, sua estrutura de funcionamento e sua proposta pedagógica, pois, como dissemos, para consolidar as conquistas democráticas já obtidas na educação municipal é preciso enraizar ainda mais a Escola Plural na cidade e em cada espaço educativo do município.

Ao mesmo tempo é preciso assinalar a nossa concepção acerca do Regimento Escolar, pois entendemos que existe uma necessária indissociabilidade entre a política educacional do município (condensada nas diretrizes da Escola Plural), a proposta pedagógica das escolas e o Regimento Escolar. Nesse sentido, a SMED acredita ser fundamental que o Regimento Escolar e a Proposta Pedagógica sejam

pensados como um único documento, que articule os ordenamentos básicos da estrutura e funcionamento da escola, devendo ainda conter os princípios educacionais que orientam as atividades de cada nível e/ou modalidade de ensino oferecido, bem como registre o compromisso dos diferentes segmentos da escola para com a comunidade na qual está inserida e as relações entre eles. Dessa forma, o regimento escolar expressaria a efetiva autonomia administrativa e pedagógica da escola, construída coletivamente e solidária às definições políticas da educação municipal.

A **CONSTITUINTE ESCOLAR** deverá ser desenvolvida em três fases distintas. A primeira delas denominada **“Construindo a proposta da Constituinte Escolar”**, no período de abril a setembro deste ano, tem como objetivo apresentar, discutir, construir e deliberar coletivamente sobre a proposta apresentada pela SMED. Pretende-se, nessa fase, sensibilizar as escolas, comunidades, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais para participar da Constituinte Escolar, apreciar a proposta apresentada, formular sugestões de alterações e deliberar sobre o processo a ser implementado a partir da segunda fase. Nesta, denominada **“Vivenciando a Constituinte Escolar”** pretende-se debater em diversos e diferentes espaços e sob múltiplas formas os temas definidos na primeira fase, de maneira a construir na terceira fase uma Carta de Princípios que, se aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, deverá ser a referência para que cada uma das escolas municipais elabore seu Regimento Escolar.

Em abril próximo passado foram feitos os lançamentos regionalizados da Constituinte Escolar, sendo que no dia 8 de maio foi realizada uma grande caminhada na cidade — da Praça da Liberdade à Praça da Estação — marcando o início do processo na cidade. Naquele momento, com a participação da Administração Regionais, professores, alunos, profissionais da educação, pais e membros das comunidades convidamos a todos os cidadãos a participarem conosco da continuidade do processo de construção de uma escola plural, inclusiva e democrática em Belo Horizonte. Como disse o Prefeito Célio de Castro no evento de encerramento da caminhada, na Praça da Estação: “A Escola Plural, na rua, convida a todos os cidadãos para participarem da Constituinte Escolar”.

Programa Bolsa-Escola*

Elizabeth Leitão**

Laura Affonso de Castro***

O PROGRAMA BOLSA – ESCOLA de Belo Horizonte foi instituído pela prefeitura municipal em 1997 e atende atualmente a quatro mil e quinhentas famílias, dentre as mais pobres da cidade beneficiando, indiretamente, a cerca de vinte mil crianças de zero a quatorze anos.

Constitui-se numa política social de complementação de renda familiar e de garantia do direito à educação das crianças em idade escolar. Portanto, através da proteção social – transferência de renda e acompanhamento sócio-educativo – combate-se a pobreza ao mesmo tempo em que se reforça a família para que ela possa desempenhar sua função de proteger e educar os filhos.

O Programa Executivo Bolsa-Escola (PEBE): princípios norteadores

O PEBE tem por objetivo garantir a admissão e a permanência na escola pública das crianças de sete a quatorze anos, cujas famílias estejam em condição de carência material, priorizando aquelas com crianças em situação de risco.

Concedendo um benefício financeiro de R\$ 128,93 (cento e vinte oito reais e noventa e três centavos) mensais a cada família atendida que, em contrapartida, deve assegurar a frequência às aulas de todos os filhos em idade escolar, o programa atua de forma preventiva, recriando o valor educação, evitando a evasão escolar e o trabalho precoce.

*Fonte: Revista Planejar BH

**Secretária Executiva de Programa Bolsa-Escola

***Assessora de Educação – Secretaria Municipal de Educação

Os critérios básicos necessários para que as famílias possam se candidatar ao Programa Bolsa-Escola são, segundo definição legal: ter filhos de sete a quatorze anos matriculados em escolas públicas, ter renda mensal per capita inferior a 63,64 UFIR e residir em Belo Horizonte há, pelo menos, cinco anos.

A criança e o adolescente

O acompanhamento pedagógico dos alunos beneficiários do programa é realizado pela instituição escolar, que deve dispensar a esses o mesmo tratamento dado aos demais alunos, de acordo com sua proposta educativa. Compreende-se que é função da escola fazer o acompanhamento pedagógico de todos os seus alunos, conforme a necessidade de cada um, sem nenhuma discriminação.

No que concerne à família, é necessário o compromisso dos pais de apoiar a escola, de pertencer aos conselhos escolares, de estabelecer uma relação de proximidade com os professores, de participar da discussão da política pedagógica da escola, de acompanhar o crescimento dos filhos, ações que abrem espaços propiciadores de mudanças de atitude, de construção de novas formas de se relacionar com a própria instituição e também com os filhos, através de experiências de espaço de convivência menos autoritários e mais afetivos.

O adulto

Registrou-se um alto índice de analfabetismo absoluto (25,7%) das mães do Programa Bolsa-Escola. Dessa forma, com o objetivo de abrir possibilidades para que os adultos do PEBE possam resgatar e ampliar o seu saber por um saber mais crítico, mais sistemático e universal estão sendo realizados cursos, seminários, atividades que propiciam uma integração gradual para a escolarização e educação formal.

Atualmente há um grupo de duzentas mães participando de cursos de alfabetização, organizadas em sub-grupos em várias escolas ou centros comunitários de acordo com a proximidade do seu lugar de moradia. Ainda assim são feitos outros encaminhamentos para a rede regular de ensino, sempre de acordo com o perfil do demandante.

**Quadro 1 – População beneficiada no programa Bolsa-Escola
Belo Horizonte - 1997-2000¹**

ANO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	
	Famílias	Crianças e adolescentes
1997	600	2.400
1988	2.900	11.600
1999	4.600	18.000
2000	6.630	27.628

Fonte: PBH. SMED. 2000.

(1) Dados até agosto de 2000.

Diretrizes e projetos da Secretaria Municipal de Cultura - 1997-2000

I. Principais Diretrizes

A Secretaria Municipal de Cultura é o órgão responsável pelo planejamento e execução da política cultural da Prefeitura de Belo Horizonte. A democratização do acesso à cultura, a participação popular e a internacionalização da cidade são as diretrizes que norteiam suas atividades e programas, com o objetivo de aproximar o cidadão da vivência cultural.

II. Gestão Cultural

Inovações na forma da gestão cultural na cidade têm sido introduzidas nos últimos anos, principalmente quanto à ampliação da participação popular na definição das políticas públicas voltadas para o setor. Vale ressaltar, como exemplo, a realização da Plenária Setorial de Cultura do Orçamento Participativo Cidade, em 1999, que contou com a participação de 274 pessoas, de 10 diferentes setores culturais, e definiu as seguintes linhas de atuação:

1. Garantir o acesso aos bens culturais, descentralizando as ações da cultura;
2. Preservar através da identificação, registro, proteção e divulgação da memória e do patrimônio cultural da cidade;
3. Garantir a manutenção das atividades das unidades;
4. Realizar eventos de caráter nacional e internacional;
5. Incentivar a produção artística emergente;
6. Aprimorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar o atendimento;
7. Implantar equipamentos descentralizados;
8. Estimular a participação da sociedade civil na formulação das políticas culturais;
9. Preservar as identidades étnicas;
10. Promover/desenvolver ações para segmentos específicos da sociedade.

III. Principais ações desenvolvidas pela SMC:

Implantação de Equipamentos Culturais

- Centro Cultural da Pampulha - Inaugurado em 08 de outubro/2000, obra aprovada no Orçamento Participativo 98, destinado a atividades de caráter permanente e temporário, nas diversas áreas do fazer artístico e cultural. É composto de biblioteca, auditório, salas de projeção, oficinas e administração, além de ampla área ao ar livre para apresentações artísticas e atividades de interesse da comunidade.
- Espaço Cultural Zilah Spósito - Inaugurado em 12 de outubro/2000, atendendo a antiga reivindicação dos moradores, tem como objetivo oferecer apresentações e oficinas artísticas, cursos, biblioteca (com acervo para empréstimo), além de disponibilizar ampla área para atividades ao ar livre.

Lei Municipal de Incentivo à Cultura

Entre 1995 até 1998 foram cadastrados e aprovados projetos que buscavam incentivo cultural através de renúncia fiscal, conforme a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, sendo quase irrelevante o número de projetos apresentados e aprovados através do Fundo de Projetos Culturais.

A partir de 1999, este Fundo foi regulamentado na legislação, com o objetivo apoiar projetos de natureza experimental e comunitária, entendidos como ações voltadas a valores e produtos que não receberiam o mesmo tratamento e acolhimento por parte do mercado patrocinador. Em 2000, foi suspenso o mecanismo de Renúncia Fiscal e os recursos destinados a ele foram repassados ao Fundo de Projetos Culturais, propiciando os resultados apresentados nos quadros a seguir:

**Quadro 4.5 - Evolução da demanda à Lei Municipal de Incentivo à Cultura
Belo Horizonte – 1996-2000**

PROJETOS APRESENTADOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
1. Projetos cadastrados via renúncia fiscal	189	104	314	511	644	-	1762
2. Projetos cadastrados ao Fundo	17	2	0	0	299	677	995
3. Projetos analisados (1+2)	200	106	190	199	934	502*	1629
4. Projetos não analisados	6	1	124	312	9	175	627
5. Projetos aprovados via renúncia fiscal	126	82	156	165	179	0	708
6. Projetos aprovados ao Fundo	5	1	0	0	65	127	198
7. Projetos indeferidos via renúncia fiscal	57	22	34	34	456	0	603
8. Projetos indeferidos ao fundo	12	1	0	0	234	294	541

Fonte: Secretaria Executiva da LMIC-BH. 2000; SMFA. 2000.

* Projetos aprovados após a pré-análise.

**Quadro 4.6 - Evolução dos valores totais aprovados na Lei
Municipal de Incentivo à Cultura
Belo Horizonte – 1995-2000**

ANO	PROJETOS APROVADOS	VALORES TOTAIS APROVADOS
1995	126	8.208.534,47
1996	82	4.186.550,63
1997	156	6.971.476,66
1998	165	7.743.274,53
1999	179	4.945.000,00
2000	127	2.602.279,06
Total	834	34.657.115,35

Fonte: Secretaria Executiva da LMIC-BH. 2000; SMFA. 2000.

Quadro 4.7 - Atividades e projetos* da Secretaria Municipal de Cultura
Belo Horizonte - 2000

UNIDADE RESPONSÁVEL	NOME DO PROJETO / ATIVIDADE UNIDADE RESPONSÁVEL	CONCEITO DO PROJETO	PÚBLICO ATINGIDO
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	Visões da Cidade	Série com palestras e debates	105 pessoas
	II Seminário de Gestão de Documentos "Indexação e Plano de Classificação Documental"	O evento pretende dar continuidade aos debates iniciados no I Seminário de Gestão de Documentos, tomando como tema a indexação e os planos de classificação dos documentos.	Voltado fundamentalmente para funcionários da PBH
	Novos Registros	Autores, representativos, de teses sobre BH e MG são convidados (um a cada mês) a apresentarem seus trabalhos.	546 pessoas
	Oficinas	Realização de atividades que visam capacitar os profissionais na área cultural e, também, dar acesso ao público infanto-juvenil a atividades voltadas ao incentivo à leitura.	838 pessoas
Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte	Biblioteca	Disponibilização de acervo e realização de atividades, visando o incentivo à leitura.	14.440 pessoas
Centro de Cultura de Belo Horizonte	Palestras, seminários, vídeo comentado, mostras de vídeo, Oficina de Quadrinhos	Disponibilização do espaço e realização de atividades culturais	14.535 pessoas
	Biblioteca	Disponibilização de acervo e realização de atividades, visando o incentivo à leitura.	25.000 pessoas
	Atividades culturais	Disponibilização do espaço e realização de atividades culturais.	43.682 pessoas
Centro Cultural Interregional Lagoa do Nado	Oficinas	Realização de oficinas com o objetivo de formar novos agentes culturais, capacitando-os e, também, dar o acesso à população aos bens e atividades culturais.	850 pessoas
	Biblioteca	Disponibilização de acervo e realização de atividades, visando o incentivo à leitura.	19.301 pessoas
	Oficinas, atividades culturais	Disponibilização do espaço e de atividades culturais	33652 pessoas
	Biblioteca	Disponibilização de acervo e realização de atividades, visando o incentivo à leitura.	6.129 pessoas
Centro Cultural São Bernardo	Oficinas, biblioteca, atividades culturais	Disponibilização do espaço e de atividades culturais como: oficinas de Dança Afro, Capoeira Angola, Brinquedos e Brincadeiras, Cerâmica, Literárias, Circoenses	500 pessoas
Centro Cultural Alto Vera Cruz	Biblioteca	Disponibilização de acervo e realização de atividades, visando o incentivo à leitura.	5.000 pessoas
CRAV - Centro de Referência Audiovisual	Exposições de artes plásticas. Cine-grátis, Retrospectivas de Cinema	Disponibilização do espaço e de atividades culturais, destacando-se a Retrospectiva de Cinema "Brasil 500", quando foi apresentada uma seleção dos melhores filmes brasileiros em sessões comentadas por especialistas da área.	12.000 pessoas
Biblioteca Santa Rita de Cássia	Oficinas	Realização de Oficinas de Artes e Brincadeiras, Contar e Recontar histórias, Produção de Textos poéticos	943 pessoas

continua

**Quadro 4.7 - Atividades e projetos¹ da Secretaria Municipal de Cultura
Belo Horizonte - 2000**

			conclusão
Galeria de Arte do Mercadinho da Lagoinha	Oficinas e exposições	Realização de Oficinas de Artes e Brincadeiras, Contar e Recontar histórias, Produção de Textos poéticos	-
Museu Histórico Abílio Barreto	Oficinas e atividades culturais	Realização de Oficinas de Artes e Brincadeiras, Contar e Recontar histórias, Produção de Textos poéticos	1.850 pessoas
	Exposições	Realização de Oficinas de Artes e Brincadeiras, Contar e Recontar histórias, Produção de Textos poéticos	22.000 pessoas
Museu de Arte da Pampulha	Exposições e oficinas	Realização de Oficinas de Artes e Brincadeiras, Contar e Recontar histórias, Produção de Textos poéticos	16.443 pessoas
Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães	Visitas ao acervo, cursos		9.547 pessoas
Teatro Marília	Campanha de Popularização do Teatro	Proporcionar à população o acesso à produção das artes cênicas, a preços acessíveis.	3.500 pessoas
	Mostra de Teatro Infantil	O projeto tem como objetivo desenvolver o gosto e hábito de ir ao Teatro; formar público, conscientizar o público da importância das artes cênicas na educação, divulgar e valorizar o espaço cênico do Teatro Marília;	6.000 pessoas
	Espetáculos e eventos	Disponibilização do espaço e de atividades culturais	19.800 pessoas
	Espetáculos - Concorrência Pública	Realização de peças teatrais vencedores da Concorrência Pública para ocupação do	6.900 pessoas
	Espetáculos e eventos	Disponibilização do espaço e de atividades culturais	38.336 pessoas
Teatro Francisco Nunes	Espetáculos - Concorrência Pública	Realização de peças teatrais vencedores da Concorrência Pública para ocupação do Teatro Marília	3.292 pessoas

Fonte: PBH. SMC. 2000.

(1) Nas diversas unidades, são desenvolvidas atividades de oficinas, exposições, consulta ao acervo bibliográfico, sempre considerando as particularidades locais, sociais e culturais de cada uma delas.

Programas de Desenvolvimento Social

Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB)

Alianças na Redução da Pobreza

Criada em 1993, a SMAB, norteadas pelo conceito de Segurança Alimentar, tem o objetivo de criar e facilitar o acesso da população a uma alimentação adequada em todas as fases da vida. É o órgão que coordena, regula e supervisiona a Política Municipal de Abastecimento, atuando em três eixos básicos: Programas de incentivo à produção; regulação do mercado e comercialização e incentivo ao consumo. A Tabela 1 consolida para 1999 as médias mensais de atendimento para todos os programas citados.

Tabela 4.1 - Resultados gerais dos programas da SMAB - Média Mensal
Belo Horizonte - 1999

PROGRAMA	PONTOS DE ATENDIMENTO	ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS E/OU COMERCIALIZADOS	BENEFICIÁRIOS
Incentivo à Produção	114	83.094	70.911
Regulação de Mercado e Comercialização	120	131.753	630.743
Incentivo ao Consumo	650	570.891	205.205
Total	884	785.738	906.858

Fonte: PBH. SMAB.

Incentivo à produção

- **Direto da Roça** – Realiza a comercialização de hortifrutigranjeiros de 34 produtores rurais, em barracas móveis, assegurando à população o acesso a produtos de qualidade a preços inferiores aos de mercado. Os preços são negociados e a qualidade dos produtos monitorada – em 1999 ocorreram cerca de 750.000 atos de compra.
- **Central de Abastecimento Municipal** - Reunião em um mesmo equipamento público de um setor varejista, que realiza a comercialização de diversos produtos (mercearia, açougue, laticínios, biscoitos, hortifrutigranjeiros, etc.) e de um setor atacadista, que comercializou em 1999 cerca de 237 toneladas de hortifrutigranjeiros.
- **Armazém da Roça** – Comercialização de produtos caseiros, artesanais e de agricultura familiar (220 produtores rurais), através de consignação, em espaços geridos pela SMAB, e em diversos eventos realizados pelos setores públicos e privados. Comercializou cerca de 3000 toneladas em 1999.
- **Hortas Escolares e Comunitárias** – Implantação e manutenção de hortas em escolas públicas (40) e espaços comunitários (37) por técnicos da SMAB.
- **Pró-Pomar** – Distribuição de mudas em eventos e orientação sobre o plantio (6314 mudas de árvores frutíferas distribuídas em 1999).

Regulação de mercado (Quadro 3)

- **Abastecer/Comboio do Trabalhador** – Realiza a comercialização de produtos alimentícios, em pontos fixos e móveis (Comboio do Trabalhador), visando atender à população com produtos de qualidade, a preços baixos e em locais de fácil acesso. Os dois projetos funcionam sob regime de parceria com a iniciativa privada. Atendeu cerca de 103.000 famílias em 1999.
- **Feiras Livres, Feiras Modelo** – As feiras livres funcionam diversos pontos da cidade, no período da manhã e as Feiras Modelo funcionam no período noturno. Atendeu cerca de 103.000 famílias em 1999 Atendeu cerca de 22.650 famílias em 1999.
- **Mercados Distritais** – Equipamentos públicos gerenciados em regime de parceria, onde são comercializados gêneros alimentícios e outros produtos. Atendeu cerca de 10620 famílias em 1999.

- **Cestão Popular** – Comercialização, em ônibus, de 22 produtos alimentícios e de limpeza e higiene pessoal a preços subsidiados, focalizado para domicílios com renda familiar até 2 salários mínimos. 19.628 famílias cadastradas.
- **Cesta Básica-SMAB** – Informações regionalizadas, duas vezes por semana, dos preços de 45 gêneros básicos de consumo familiar e quais os estabelecimentos onde estes são encontrados mais baratos. As informações são disponibilizadas através da mídia, Movimento das Donas de Casa, Administrações Regionais, e telefones da SMAB.

**Tabela 4.2 - Resultados dos programas Abastecer, Comboio do Trabalhador, Cestão Popular - Média Mensal
Belo Horizonte - 1998-2000¹**

PROGRAMAS	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (T)	FAMÍLIAS ATENDIDAS
Abastecer		
1998	18.498	62.424
1999	19.858	68.950
2000	23.314	80.937
Comboio do Trabalhador		
1998	7.828	40.770
1999	8.191	34.129
2000	9.010	37.542
Cestão Popular		
1998	42.500	3.698
1999	48.312	4.201
2000	3.960	45.546

Fonte: PBH. SMAB. DGSAAB. 2000.

(1) Dados até julho de 2000.

Consumo alimentar

- **Alimentação Escolar** – Fornecimento de alimentação às crianças e adolescentes matriculadas nas escolas públicas de ensino fundamental, garantindo a cobertura mínima de 15% das necessidades nutricionais diárias. Atende cerca de 160.000 crianças mensalmente.
- **Prevenção e Combate à Desnutrição** – Distribuição de farinha enriquecida (composto alimentar constituído por farelo de trigo, fubá, pó de casca de ovo e pó de folha de mandioca), para gestantes, nutrízes e crianças desnutridas que são atendidas nos Postos de Saúde. É desenvolvido em parceria com a Secretaria de Saúde. Beneficia mensalmente uma média 8.598 pessoas.
- **Assistência Alimentar** – Fornecimento de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis a diversas entidades públicas ou conveniadas com a PBH, garantindo-se a cobertura nutricional de 100% das necessidades relativas ao período de permanência das crianças nas entidades. Além dos gêneros alimentícios, as entidades recebem ainda orientações sobre o preparo dos alimentos e montagem dos cardápios. Beneficia creches, Centros de Apoio Comunitário, entidades que atendem meninos rua, idosos, portadores de deficiência, Projeto Dente de Leite. Atende mensalmente 42.915 pessoas.
- **Restaurante Popular** – Comercialização, em equipamento público, de refeições prontas a preço subsidiado (R\$1,00). São servidas cerca de 3.500 refeições/dia.
- **Distribuição de Cestas Básicas e Marmitex** – Fornecimento de cestas básicas para famílias carentes, adolescentes assistidos pela associação Municipal de Assistência Social e famílias em áreas de risco. A essas últimas são fornecidos também marmitex, em caso de remoção. São distribuídas cerca de 990 cestas mensais.
- **Educação para o Consumo** – Orientação à população sobre o valor nutricional dos alimentos, formas de consumo, combate ao desperdício, noções de higiene e nutrição. Foram realizadas 115 oficinas de alimentação e distribuídas 39.084 cartilhas em 1999.

Tabela 4.3 - Evolução dos resultados do Programa de Merenda Escolar
Belo Horizonte - 2000¹

ITENS / MÊS	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Escolas atendidas	177	177	178	178	178	178	175	175	175	175	-	-
Entidades filantrópicas atendidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópicas conveniadas com SMDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CaC's e anexos escolares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creches Adote um Pré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.º de merendas servidas - dia	154.442	155.233	-	154.837	160.496	157.090	-	-	-	-	782.098	156.420
N.º de merendas servidas mês	2.779.963	3.104.660	-	3.716.088	3.370.416	3.455.980	-	-	-	-	16.427.107	3.285.421
Gêneros não perecíveis / mês - (Kg)	121.181	192.403	-	170.868	169.612	201.293	-	-	-	-	855.356,71	171.071
Gêneros perecíveis / mês - (Kg)	43.862	137.606	-	176.047	116.688	127.299	-	-	-	-	601.302,75	120.261
Total de gêneros distribuídos - (Kg)	164.842	330.009	-	346.915	286.300	328.592	-	-	-	-	1.456.659,46	291.332
Custo per capita dia - média (R\$)	0,104	0,1500	-	0,1318	0,1187	0,1361	-	-	-	-	-	0,1282
Custo per capita mês - média (R\$)	1,88	3,00	0,00	3,16	2,49	2,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2,71
Custo mensal - cardápio - (R\$)	289.950,11	465.699,00	-	489.780,40	400.068,38	470.358,88	-	-	-	-	2.115.856,76	423.171,35
Dias letivos	18	20	-	24	21	22	-	-	-	-	105	21
Média diária - valor protéico (g)	9,8	11,00	-	11,16	11,47	11,00	-	-	-	-	-	10,89
Valor calórico médio (Kcal) - mês	320,23	374,88	-	362	343,08	358,83	-	-	-	-	-	351,80

Fonte: PBH, SMAB - Departamento de Defesa e Promoção do Consumo Alimentar.

(1) Dados até agosto de 2000.

Obs.: Janeiro e Julho: Férias Escolares; No período de 27/03 a 26/04/ 2000 houve greve na maior parte da rede municipal de ensino.

Tabela 4.4 - Evolução anual dos resultados do Restaurante Popular - Belo Horizonte - 1994 - 2000¹

ESPECIFICAÇÃO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gasto médio mensal da PBH com o projeto (R\$)	6.919,00	6.426,00	12.933,00	25.171,00	26.055,00	35.501,00	37.051,00
Total de refeições	208.803,00	647.678,00	731.440,00	755.119,00	783.086,00	848.704,00	-
Média mensal de refeições	34.801,00	53.973,00	60.953,00	62.927,00	65.257,00	70.725,00	81.580,00
Média diária de refeições	1.757,00	2.659,00	2.960,00	3.118,00	3.195,00	3.432,00	3.937,00
Custo unitário da refeição (R\$)	1,21	1,13	1,23	1,43	1,42	1,53	1,47
Média de usuários por dia	1.757,00	2.659,00	2.960,00	3.118,00	3.195,00	3.432,00	3.937,00

Fonte: PBH, SMAB, 2000.

Nota: Os valores dos gastos da PBH e do custo unitário estão em valores correspondentes a cada ano.

(1) Dados até julho de 2000.

Programa de População de Rua

Desenvolvido desde 1993, o programa de População de Rua tem como principal objetivo o resgate da cidadania daquelas pessoas que moram nas ruas da cidade. São realizadas várias ações, que vão desde a abordagem nas ruas até o acompanhamento psicossocial. Não se trata de um programa meramente assistencialista, mas de um programa que busca a promoção social, com base no Artigo 5º da constituição Federal e na Lei Orgânica de Assistência Social. A prefeitura destina anualmente ao projeto R\$ 2 milhões e desenvolve os trabalhos através de parcerias com a Asmare, Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, Grupo Espírita O Consolador, Cáritas-MG, Igreja Batista, Sópão Mineiro. Essa rede de atendimento oferece, ainda, benefícios como documentação, passagem para a cidade de origem, vale-transporte (após estudo de caso) etc.

Atualmente, funcionam quatro unidades de atendimento: Centro de Referência da população de rua (avenida do Contorno, 10.852) que tem funcionamento diurno e atende cerca de 150 pessoas diariamente; Albergue Noturno Municipal (rua Araibá, 235) que atende 236 homens por noite. Além da pernoite, os usuários têm direito a banho, jantar e café da manhã; República Reviver, também masculina e com funcionamento 24 horas, atende 36 pessoas em regime de rodízio semestral e é utilizada por aqueles usuários que estão a procura de emprego e de moradia própria; República Feminina (Casa Maria Maria), com capacidade para atender 50 mulheres, acompanhadas dos filhos de até seis anos de idade. Também funciona em regime de rodízio semestral.

Além de oferecer essas unidades de atendimento, o programa desenvolve os seguintes projetos:

Projeto Se Essa Casa Fosse Minha: funciona de forma a possibilitar uma metodologia participativa da população de rua na reestruturação de sua própria vida, através de uma moradia temporária, afim de que a ela se adapte antes de adquirir uma casa definitiva. Cada família recebe o benefício mensal de um aluguel de até R\$200,00 (pago diretamente ao proprietário do imóvel), pelo período máximo de um ano. Após esse tempo as famílias são reassentadas pelo PROAS.

Projeto Abordagem: permite desenvolver o contato direto dos educadores sociais com a população de rua, conhecendo as condições em que vivem – as causas, a procedência, as relações afetivas e de vizinhanças, a inserção em grupos ou famílias, as aspirações e desejos, e as relações estabelecidas com diversas instituições.

Para discussão e implantação das ações da PBH em relação à população de rua foi criado o Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, com objetivo de desempenhar o papel de integrar, em parceria, os vários segmentos sociais na tarefa de discutir e elaborar políticas públicas.

Programa Geração de Trabalho e Renda

O Programa Geração de Trabalho e Renda tem o objetivo de Implementar projetos de geração de trabalho e renda, de forma articulada e integrada, provendo a promoção social, a cidadania, a capacidade produtiva e a autonomia dos usuários da política pública de assistência social. Os eixos articuladores do Programa são a formação profissional, a integração ao mercado de trabalho e a geração de renda autônoma e coletiva.

O público atendido pelo Programa é constituído por adolescentes e adultos residentes no município, usuários dos seguintes programas:

- Programa de ações emergenciais básicas;
- Programa de abrigo para famílias desabrigadas, ou de áreas de risco;
- Programa de população de rua;
- Programa de atendimento a meninos(as) com trajetória de vida de rua (Miguilim);
- Programa de famílias;
- Programa de apoio aos centros comunitários (CACs);
- Programa de medidas sócio-educativos (Liberdade Assistida e Centro de Atendimento ao Adolescente);
- Programa de apoio à pessoa portadora de deficiência;
- Programa Bolsa-Escola.

Os projetos que compõem o programa Geração de Trabalho e Renda são:

Formação Profissional

Realiza cursos de qualificação profissional voltados para as necessidades de mercado e em consonância com perfil do público atendido através de duas frentes de atuação:

Implantado em junho de 1998, este equipamento social, sob responsabilidade direta da SMDS, planeja, coordena, executa cursos, objetivando garantir uma formação sócio-profissional aos usuários dos Programas da SMDS, tendo em vista possibilitar-lhes uma inserção produtiva no mercado de trabalho.

Rede de convênios com entidades que atuam com formação profissional

Através de convênios com 37 ONG's, possibilita o acesso da população de baixa renda de Belo Horizonte a cursos de qualificação profissional com padrão de qualidade, garantindo um atendimento regionalizado em todas as administrações regionais.

Prover – Arte, Renda e Cidadania

Assessora e capacita tecnicamente grupos de geração de trabalho e renda com potencial de inserção no mercado, buscando sua auto-sustentabilidade numa organização associativa

Centro de Trabalho Cooperado

Objetiva ser um centro gerador e dissiminator de metodologias participativas gerenciadas para o trabalho junto a grupos de geração de trabalho e renda, formado por pessoas de baixo poder aquisitivo, dentro de uma visão da economia popular solidaria. Seu segundo objetivo é ser um centro de referência para formulação de um projeto de política pública na área de geração de trabalho e renda.

Integração ao Mercado de Trabalho

Busca a inclusão socio-econômico dos usuários da Política de Assistência Social da SMDS, localizando, junto as empresas públicas e privadas, postos de trabalho para absorver esta mão-de-obra, mediante acompanhamento e monitoramento da equipe técnica da SMDS.

Profissão Futuro

Projeto de contratação temporária aprovado na lei n.º 6.833 de 16/02/1995, voltado para adolescentes com trajetória de vida na rua, com medida sócio-educativa de liberdade assistida, ou vítima de violência doméstica.

Jovem Jardineiro

Atende adolescentes de famílias de baixa renda, articulando a formação profissional em jardinagem à melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

O Programa Geração de Trabalho e Renda da SMDS atendeu 7538 pessoas no ano 1999. As ações são desenvolvidas em interface com os diversos órgãos da administração direta e indireta.

Programa Miguilim

O principal objetivo do Programa Miguilim é implementar e executar a política pública de atendimento e assistência às crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas na cidade de Belo Horizonte, buscando assegurar-lhes os direitos básicos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – alimentação, saúde, educação, moradia, esporte, lazer, etc., retirando-lhes da situação de risco a que estão submetidos, sensibilizando-os para o retorno ao convívio familiar.

No propósito de tornar as ações e atividades empreendidas junto às crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas mais eficazes e eficientes, o Miguilim passou por um amplo processo de reordenamento da sua estrutura e funcionamento, ocorrido entre setembro de 1997 e novembro de 1998. A partir de então, tem concentrado mais suas ações diretas na abordagem de rua, no acompanhamento familiar e nas atividades lúdico-culturais.

De forma resumida, o trabalho realizado junto ao público-alvo se apresenta da seguinte maneira: as equipes de educadores do Centro de Abordagem de Rua vão para os locais onde os(as) meninos(as) permanecem nas ruas. A partir daí, inicia-se a construção de um vínculo entre educador e educando; o objetivo dessa aproximação é identificar e reconstituir a história de vida dessa criança ou adolescente, de modo a permitir uma compreensão mais ampla da situação e proceder aos encaminhamentos mais adequados e pertinentes. No momento em que o(a) educando(a) diz ao educador quem é a sua família e onde ela mora, inicia-se também um contato com o grupo familiar. Assim, prioriza-se o encaminhamento para a família. Quando, por algum motivo, a família não pode receber a criança ou adolescente, este é encaminhado para os Centros de Passagem – unidades implementadas pelo Programa em parceria com instituições conveniadas –, em que o(a) educando(a) permanece por um prazo máximo de 90 dias, até que seja realizado um encaminhamento mais definitivo (família ou abrigo das instituições conveniadas). No abrigo, o objetivo é também o de resgatar os laços familiares ou, quando isso não é realmente possível, trabalhar a autonomia do(a) educando(a).

Quando o(a) educando(a) é encaminhado para casa, o grupo familiar passa a ser trabalhado nas várias dimensões de sua vida pela unidade CEDAFAC (Centro de Diagnóstico, Acompanhamento Familiar e Articulação Comunitária). O propósito é consolidar o encaminhamento do(a) educando(a) e, ao mesmo tempo, propiciar ao grupo familiar as condições básicas para que se constituam enquanto tal (encaminhamento para serviços de saúde, moradia, para emprego, cursos profissionalizantes, entre outros).

A unidade Miguilim Cultural funciona como retaguarda ao trabalho realizado pela Abordagem de Rua. O espaço, localizado no centro da cidade, oferece oficinas de artes plásticas, música (Banda de Percussão), capoeira, etc. que atuam como atividades motivadoras e sensibilizadoras com o(a) educando(a). A idéia é, através da arte, do esporte e do lazer, sensibilizá-lo para a construção de um projeto alternativo de vida, resgatando sua auto estima e dignidade.

A unidade Centro de Supervisão é responsável pela celebração e orientação dos convênios mantidos entre o Miguilim e as organizações não governamentais. Atualmente são parceiras do Programa 9 (nove) ONG's. Cabe à unidade Centro de Informação e Documentação tabular e sistematizar os dados de atendimento e acompanhamento do público atendido, coletados pelas outras unidades.

São parceiros do Programa Miguilim as seguintes organizações não-governamentais:

- **Ação Social Técnica** - Vereda Móveis e Vereda Confeções: oficinas de iniciação ao mundo do trabalho
- **Associação Irmão Sol** - Abrigos: Tremedal; Copacabana, Sagrada Família, Santa Mônica, Casa dos Pequenos
- **Inspetoria São João Bosco** - Casa Moradia Dom Bosco, Centro de Passagem Carlo Machinni, Pensionato Dom Bosco
- **Ministério Programa Criança Feliz** - Centro de Passagem Emaús, Fazenda Ravena
- **Providência Nossa Senhora da Conceição/Pastoral do Menor** - Casa das Meninas
- **Socorro Evangélico à Criança e Adolescente (SECRA)** - Abrigo Rio Manso
- **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Centro de Recreação** - Casa Moradia Provisória, Centro de Passagem Casa Rosa
- **SPASSO** - Escola Popular de Circo – atividades lúdico-pedagógicas/circo;
- **Girarua** - Grupo de Apoio às Entidades que atuam junto aos Meninos e Meninas com vivência de Rua;
- **GEACAR** - Grupo Especializado no Atendimento à Criança e ao Adolescente de Rua (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais).

Estatísticas de atendimento do Programa Miguilim

Tabela 4.5 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim de acordo com o sexo
Belo Horizonte

SEXO	FREQ.	%
Masculino	823	73,0%
Feminino	304	27,0%
Total	1127	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.
Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Tabela 4.6 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim, de acordo com a faixa etária - Belo Horizonte

FAIXA ETÁRIA	FREQ.	%
0 a 7 anos	42	3,7%
8 a 11 anos	149	13,2%
12 a 14 anos	325	28,8%
15 a 17 anos	534	47,4%
Acima de 18 anos*	40	3,5%
Sem informação	37	3,3%
Total	1127	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.
Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.
* Os adultos atendidos são aqueles que se encontram nas instituições da rede que mantém convênio com o Programa Miguilim: Pensionato Dom Bosco, Vereda Confecção e Vereda Móveis.

Tabela 4.7 - Total de atendidos pelo Miguilim de acordo com a escolaridade
Belo Horizonte

ESCOLARIDADE	FREQ.	%
Sem idade escolar	24	2.1%
Pré-escolar	7	0.6%
1ª a 4ª série	598	53.1%
5ª a 8ª série	288	25.6%
2º grau	22	2.0%
Analfabeto	44	3.9%
Sem informação	144	12.8%
Total	1127	100.0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.
Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Tabela 4.8 - Total de atendidos pelo Miguilim de acordo com a procedência
Belo Horizonte

PROCEDÊNCIA	FREQ.	%
BH	643	57,1%
RMBH	198	17,6%
Interior de MG	98	8,7%
Outros estados	68	6,0%
Sem informação	120	10,6%
Total	1127	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.
Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Tabela 4.9 - Total de atendidos pelo Miguilim de acordo com a procedência por região de BH.

PROCEDÊNCIA (BH)	FREQ.	%
Barreiro	56	8,7%
Centro-Sul	229	35,6%
Leste	133	20,7%
Oeste	42	6,5%
Norte	36	5,6%
Nordeste	45	7,0%
Noroeste	53	8,2%
Venda Nova	34	5,3%
Pampulha	15	2,3%
Total	643	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.

Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Tabela 4.10 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim, de acordo com a trajetória de rua - Belo Horizonte

TRAJETÓRIA DE RUA	FREQ.	%
Possui	868	77,0%
Não	259	23,0%
Total	1127	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.

Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Tabela 4.11 - Total de atendidos pelo Programa Miguilim, de acordo com a situação de moradia - Belo Horizonte

SITUAÇÃO DE MORADIA	FREQ.	%
Rua	452	40,1%
casa	368	32,6%
Abrigo rede conveniada	288	25,6%
Outras Instituições de Moradia	19	1,7%
Total	1127	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.

Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Tabela 4.12 - Encaminhamentos realizados pelo Miguilim Belo Horizonte

ENCAMINHAMENTOS	N.º ENCAMINHADOS	%
Retorno familiar	80	18,0%
Retorno à cidade de origem	75	17,0%
Abrigamento	175	38,0%
Em processo de abordagem	122	27,0%
Total	452	100,0%

Fonte: PBH. SMDS. Programa Miguilim. *Dados de atendimento*. 2000.

Nota: Período de janeiro a setembro de 2000.

Das 1127 crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Miguilim de janeiro a setembro de 2000, 368 foram e/ou estão em processo de acompanhamento familiar, 288 foram atendidas em regime de abrigo pela rede conveniada ao Miguilim e 19 por outras instituições de moradia.

As 452 restantes foram localizadas nas ruas pelo Centro de Abordagem de Rua do Programa Miguilim. Destas 330 foram efetivamente encaminhadas (80 retornaram para suas famílias em BH e região metropolitana, 75 foram encaminhados para suas cidades de origem em MG e outros estados e 175 encaminhados aos Centros de Passagem) e 122 permanecem ainda em processo de abordagem.

Programa de Liberdade Assistida

Implantado em Abril de 1998 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com o juizado da infância e da Juventude e a pastoral do menor, o Programa de Liberdade Assistida é executado em nove regionais de Belo Horizonte. Em cada regional há um técnico de referência, que conta com a colaboração de orientadores voluntários. O programa funciona como uma espécie de catalisador, provocando a inserção dos adolescentes em diversos programas existentes na cidade.

O programa funciona da seguinte forma: os técnicos da prefeitura capacitam e direcionam o seu trabalho de maneira individualizada. Acompanham os jovens, para garantir o cumprimento da medida de liberdade assistida. Atualmente são 218 orientadores voluntários cadastrados, distribuídos de acordo com a região de seu domicílio. Cada um deles acompanha apenas um adolescente. O seu objetivo é tornar-se uma referência ética, compartilhando com o jovem a construção de sua cidadania e o rompimento com a trajetória de transgressão. As principais tarefas do orientador são: realizar visitas à escola, manter contatos com a família, auxiliar o adolescente em sua profissionalização e no lazer, buscando que toda a comunidade se envolva com a questão do adolescente autor de ato infracional.

Estatísticas gerais do Programa

Tabela 4.13 - Avaliação geral do Programa Adolescentes em Regime de Liberdade Assistida

TIPO	Nº	%
Está cumprindo	297	38,8
Devolvido	252	32,9
Encerramento de medida	161	21,0
Faleceu	12	1,6
Nunca compareceu	44	5,7
Total	766	100,0

Fonte: PBH. SMDS. 2000.

Nota: Período de abril/98 a outubro/2000.

Tabela 4.14 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por faixa etária

IDADE	Nº	%
12 anos	4	0,5
13 anos	7	0,9
14 anos	34	4,4
15 anos	95	12,4
16 anos	142	18,5
17 anos	215	28,1
18 anos	205	26,8
19 anos	51	6,7
20 anos	13	1,7
Total	766	100

Fonte: PBH. SMDS. 2000.

Nota: Período de abril/98 a outubro/2000.

Tabela 4.15 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida por número de atendimentos por sexo

SEXO	Nº	%
Masculino	705	92
Feminino	61	8
Total	766	100

Fonte: PBH. SMDS. 2000.

Nota: Período de abril/98 a outubro/2000.

**Tabela 4.16 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida
por trajetória de rua**

TRAJETÓRIA DE RUA	Nº	%
Sim	147	19
Não	581	76
Sem informação	38	5
Total	766	100

Fonte: PBH. SMDS. 2000.

Nota: Período de abril/98 a outubro/2000.

**Tabela 4.17 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida
por escolaridade**

ESCOLARIDADE	Nº	%
1º Série / 1º Grau	56	7,3
2º Série / 1º Grau	49	6,4
3º Série / 1º Grau	75	9,8
4º Série / 1º Grau	106	13,8
5º Série / 1º Grau	158	20,6
6º Série / 1º Grau	84	11,0
7º Série / 1º Grau	58	7,6
8º Série / 1º Grau	39	5,1
1º série / 2º Grau	31	4,0
2º série / 2º Grau	5	0,7
3º série / 2º Grau	3	0,4
Analfabeto	25	3,3
Sem informação	77	10,1
Total	766	100,0

Fonte: PBH. SMDS. 2000.

Nota: Período de abril/98 a outubro/2000.

**Tabela 4.18 - Programa Adolescentes em regime de Liberdade Assistida
por tipos de atos infracionais**

TIPOS	Nº	%
Ameaça e agressão	20	2,6
Arrombamento	9	1,2
Assalto	43	5,6
Briga	20	2,6
Furto	200	26,1
Furto de veículo	31	4,0
Homicídio ou tentativa	10	1,3
Lesões corporais	47	6,1
Pichação	6	0,8
Porte de armas	26	3,4
Porte de drogas	23	3,0
Roubo	104	13,6
Tráfico	66	8,6
Uso de drogas	75	9,8
Outros(*)	86	11,2
Total	766	100,0

Fonte: PBH. SMDS. 2000.

Nota: Período de abril/98 a outubro/2000.

(*) Outros - abuso sexual, apropriação indébita, atentado ao pudor contra o patrimônio, desacato a autoridade, porte de bala de revólver, receptação de produtos de roubo, tentativa de arrastão, estelionato, violação de domicílio, intenção de assalto, utilização de meios de transporte sem pagamento, danos, atos libidinosos, dirigir sem habilitação, arrastão, vandalismo.

Associação Municipal de Assistência Social – AMAS

Desenvolve programas direcionados para o público pertencente às camadas mais empobrecidas da população do município através de projetos de cunho sócio-educativo, em consonância com as políticas sociais desenvolvidas pela PBH.

Programa Geração de Trabalho, Renda e Profissionalização

Geração de Trabalho:

Através de parcerias com o setor público e privado, a AMAS mantém o programa Geração de Trabalho voltado para os jovens de dezesseis anos em situação de risco pessoal e social.

O programa tem como objetivo possibilitar a inserção desses jovens no mercado formal de trabalho gerando condições mínimas para sua sobrevivência. É importante destacar que a frequência na escola formal é imprescindível para a permanência do jovem nesse projeto.

Do início do programa, em junho de 1993, até Novembro de 2000, foram atendidos 1.100 adolescentes, sendo que 80% foram resgatados para vida social da cidade.

Geração de Renda:

Propõe formas alternativas de geração de renda através da formação de cooperativas populares. Este programa tem dado suporte a três cooperativas de trabalho: Cooperágua (comercializa água mineral, água de côco e similares), Buffet Divino Maná (produz e comercializa alimentos e presta serviços de garçom), Coonarte (confecciona e comercializa costuras e artesanatos).

O público atendido é composto por adultos acima de 21 anos, de baixa renda; egressos do programa de criança; Geração de trabalho e das comunidades. Durante o ano de 2000 trabalhamos aproximadamente com 180 cooperados e famílias.

Profissionalização:

Tem como objetivo promover a cidadania e a capacitação profissional dos adolescentes e adultos atendidos. São oferecidos cursos através de parcerias com instituições da área e também pela própria AMAS. Com suas atividades, já envolveu 590 atendidos.

Programa Usina de Creches

Desde 1993, o programa vem atuando de forma articulada e integrada ao município com o objetivo de complementar as políticas direcionadas à rede de creches conveniadas, assegurando através dos projetos desenvolvidos a elevação da qualidade do atendimento prestado às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Os projetos desenvolvidos são:

- **Projeto Tijolo com Tijolo:** Com objetivo de promover nas creches conveniadas, melhoria na estrutura física, através da realização de obras de reforma, ampliação e/ou construção, reconhecendo o espaço físico com um dos eixos fundamentais na proposta de uma política de educação infantil de qualidade.
- **Projeto Brinquedoteca:** Proporcionar a valorização do lúdico como ação essencial na formação e desenvolvimento da identidade da criança pequena, implantando brinquedotecas e capacitando educadores e coordenadores quanto a importância do brincar.
- **Projeto Saúde Bucal:** Promove em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde o atendimento (preventivo e curativo) às crianças das creches que não possuem este serviço nos centro de saúde da sua área de abrangência, complementando as ações de saúde pública, direcionada a esta faixa etária.
- **Gerente Comunitário:** capacita coordenadores e dirigentes da rede de creches conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte, em métodos e técnicas administrativas e gerenciais, avançando na proposta de novo modelo de gestão participativa e democrática.
- **Gestor Comunitário:** capacita educadores, dirigentes e pessoas da comunidade, na perspectiva de aprofundar a concepção sobre desenvolvimento comunitário.

Núcleo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Núcleo de Defesa tem como objetivo geral contribuir para a efetivação dos Direitos Humanos e particularmente para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Dados de atendimento de 1997 a 1999

- **Atendimentos:**
Setor Jurídico: 1607
Setor de psicologia: 1043
- **Grupos Terapêuticos:**
psicologia e serviço social: 168
- Mutirão de atendimento jurídico – anos de 1997 e 1998: 723
- Número de audiências no fórum: 1655
- Número de visitas aos conselhos tutelares: 140
- Números de famílias atendidas pelo serviço social: 140

Obs: Estes números referem-se à processos que tiveram uma continuidade. Não levamos em conta todos os atendimentos que começaram, mas que por diversos motivos não puderam ter o devido prosseguimento.

Número de Atendimentos no ano de 2000 (até novembro):

- Setor Jurídico: 600 casos
- Número de audiências no fórum: 508
- Setor de psicologia: 220 casos
- Setor de Serviço Social: 50 casos
- Visitas a conselhos tutelares: 100
- Participações em espaços de discussão da política pública para a criança e o adolescente: 120
- Grupo terapêutico: 60 adolescentes, 20 pais e 10 crianças

Usina de Arte e Criação

Implantado em Outubro de 1998 o Projeto Usina de Arte e Criação, vem realizando oficinas de musicalização, dança, teatro e artes plásticas. O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes de baixa renda, promovendo a potencialização das relações destes com suas famílias, escolas e comunidade, realizando atividades de caráter pedagógico, lúdico e artístico. O público atendido é formado de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos do conjunto Vila Mariquinhas, na região norte de Belo Horizonte.

Estatísticas gerais sobre as atividades da AMAS

Tabela 4.19 - Ano de início, número de participantes e faixa de retirada das Cooperativas do projeto Geração de Renda nos anos de 1997 - 2000

COOPERATIVAS	DIVINO MAUÁ	COONARTE - Confecções e Artes	COOPERÁGUA
Ano de início	1998/Nov.	1999/2000	1.997,00
Nº participantes	50,00	40,00	80,00
Faturamento Mensal em média (valor em 12 meses)	12.000,00	400,00	24.000,00
Faixa de retirada mensal do cooperado em média (valor de 12 meses)	40,00	10,00	70,00

Fonte: AMAS

Tabela 4.20 - Número de alunos por curso e faixa etária segundo o programa de profissionalização - 1998 - 2000

CURSOS	ANO DE EXECUÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	NÚMERO DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA	CUSTO EM REAIS
Jovem Jardineiro saúde	2000	SMDS/SIMMA/AMAS	17	15 a 18 anos	
Jovem Jardineiro da Paz	A partir de 1998/1999	AMAS/SIMMA/DDAMA)/AMDS/Reg. Nordeste	26	16 a 18 anos	33.472,00
Jovem Jardineiro	A partir de 1998 até 1999	AMAS/SIMMA/DDAMA)/SMDS/SMGO/Reg. Centro - sul	20	16 a 18 anos	30.173,00
Curso de Jardinagem	A partir de 1998/1999	AMAS/SIMMA/DDMA/Parque Mangabeiras	23	16 a 18 anos	
Curso de Formação Social e Esportiva da	A partir de 1996	AMAS/Aeronáutica	72	14 a 18 anos	
Curso de Auxiliar de Consultório Dentário	1998/1999	AMAS/CADEPS	10	14 a 17 e 11 meses	
Curso de Cidadania/Informática (SMACON)	1999	AMAS - Centro de profissionalização da AMAS	140	16 a 17 e 11 meses	
Curso Cidadania (Jovem Jardineiro)	1999	AMAS - Centro de profissionalização da AMAS	20	16 a 17 e 11 meses	
Curso de Informática	2000	AMAS - Centro de profissionalização da AMAS	120	16 a 18 anos	

Fonte: AMAS, 2000

Tabela 4.21 - Número de alunos por curso e faixa etária segundo o programa de profissionalização, cursos oferecidos pelo FAT - 1998 - 2000

CURSOS DO FAT	ANO DE EXECUÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	NÚMERO DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA
Arte Culinária/Adm. Micro-empresa	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Auxiliar Cozinha Industrial	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Copeiro	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Corte Costura Industrial	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Garçom	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Salgadeira/Freezeira/Congelista	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Jovem Jardineiro	1999	UTRAMIG	20	16 a 50
Mecânica de Autos	2000	UTRAMIG	20	16 a 18
Office Boy	2000	UTRAMIG	20	16 a 18
Artesanato em retalhos	2000	UTRAMIG	20	Acima de 16
Costura Industrial	2000	UTRAMIG	20	Acima de 16
Garçom	2000	UTRAMIG	20	Acima de 16
Churrasqueiro	2000	UTRAMIG	20	Acima de 16

Fonte: AMAS, 2000

Tabela 4.22 - Número de vagas e número de atendimentos por projetos/ ações do programa Geração de Trabalho e Renda de 1997 - 2000

PROJETOS/AÇÕES	N.º VAGAS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS									
		Palestras/festas/ eventos	Sócio-educativo no trabalho	Familiar	Rede de atendimento	Conselho Tutelar	Juizado	Locais na empresa	Inscrição na AMAS	Entrevista na AMAS	Individual
Geração de Trabalho Adolescentes 16 à 17 anos e 11 meses	310	34	42.992	480	1.002	1.700	175	42.992	8/DIA)	8/DIA)	7.820
Apoio a formação de 3 cooperativas	258	260	242	173	58	1	3	212	276	276	154
Curso Profissionalizante (Capacitação e Formação)	84	-	-	-	-	-	-	-	80	80	80
Encaminhamento à Serviço de Rede	935	-	201	201	998	372	78	35	1.270	1.270	494
Treinamento Aeronáutica CIAAR	188	148	-	-	-	-	-	-	308	308	308
Programa Jovem Jardineiro	60	-	-	60	0	0	0	0	60	60	60
Grupo de Estudos e Sensibilização sobre Dependência Química	48	24	48	48	48	9	3	-	48	48	48
Formação e Capacitação para Orientadores	60	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Supervisão aos Orientadores	300	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: AMAS. Usina de Creches. *Projeto Tijolo com Tijolo*. 2000.

Tabela 4.23 - Tipos de obras realizadas, número de creches atendidas, número de crianças beneficiadas e custo por região administrativa do Projeto Tijolo com Tijolo - 1997 - 2000

ANO/REGIÃO ADMINISTRATIVA	TIPO DE OBRA		ATENDIMENTOS		CUSTO
	Construção	Reforma	Creches atendidas	N.º de crianças	
1997					
Barreiro	1	3	4	463	84.885,57
centro-sul	-	3	3	338	10.531,23
Noroeste	-	1	1	60	314,60
Nordeste	-	-	-	-	-
Norte	-	1	1	90	1.895,95
Oeste	-	4	4	910	5.434,42
Leste	-	2	2	190	5.882,51
Pampulha	-	-	-	-	-
Venda Nova	-	-	-	-	-
Total	1	14	15	2.051	108.944,28
1998					
Barreiro	1	-	1	80	113.712,46
centro-sul	-	2	2	393	2.123,86
Noroeste	-	2	2	393	2.131,26
Nordeste	-	1	1	80	4.878,41
Norte	-	2	2	250	2.918,10
Oeste	-	-	-	-	-
Leste	-	2	2	346	2.386,30
Pampulha	-	-	-	-	-
Venda Nova	-	-	-	-	-
Total	1	9	10	1.542	128.150,39
1999					
Barreiro	-	-	-	-	-
centro-sul	-	1	1	205	752,14
Noroeste	-	2	2	391	3.942,09
Nordeste	1	1	3	244	217.106,19
Norte	1	2	2	136	6.644,19
Oeste	-	1	1	120	1.178,93
Leste	-	4	4	241	78.024,85
Pampulha	-	-	-	-	-
Venda Nova	-	-	-	-	-
Total	2	11	13	1.337	307648,39
2000					
Barreiro	1	3	-	527	-
centro-sul	-	2	-	287	-
Noroeste	-	2	-	128	-
Nordeste	-	6	-	511	-
Norte	-	1	-	60	-
Oeste	-	2	-	201	-
Leste	-	2	-	294	-
Pampulha	-	-	-	-	-
Venda Nova	-	2	-	266	-
Total	1	20	-	2.284	-

Fonte: AMAS. Usina de Creches. *Projeto Tijolo com Tijolo*. 2000.

Obs.: Creches que estão sendo construídas: Creche Asmare (Noroeste), Mariquinhas (Norte), Apdônia (Venda Nova), e Jatobá (Barreiro).

Tabela 4.24 - Número de brinquedotecas e número de crianças beneficiadas com o programa Brinquedoteca por região administrativa - 1997 - 2000

ATENDIMENTO	REGIÃO ADMINISTRATIVA									TOTAL
	Barreiro	centro-sul	Noroeste	Nordeste	Norte	Oeste	Leste	Pampulha	Venda Nova	
1997										
Binquedoteca	6	5	1	2	1	9	6	2	1	33
Crianças	825	524	60	268	84	1540	803	204	50	4.358
1998										
Binquedoteca	4	3	3	1	3	3	1	2	1	21
Crianças	423	556	518	310	663	255	220	88	30	3.063
1999										
Binquedoteca	2	3	3	6	3	2	6	-	-	25
Crianças	99	439	205	519	222	628	583	-	-	2.695
2000										
Binquedoteca	4	3	6	8	3	4	4	-	2	33
Crianças	637	217	538	840	183	531	590	-	266	3.802

Fonte: AMAS. Usina de Creches. *Projeto Brinquedoteca*.

Tabela 4.25 - Número de creches e número de crianças atendidas com o projeto Saúde Bucal (ações preventivas) por região administrativa 1997 - 2000

ATENDIMENTO	REGIÃO ADMINISTRATIVA									TOTAL
	Barreiro	centro-sul	Noroeste	Nordeste	Norte	Oeste	Leste	Pampulha	Venda Nova	
1997										
N.º creches	1	1	7	2	3	13	7	2	2	38
N.º crianças	78	130	665	360	375	1.809	648	74	223	4.362
1998										
N.º creches	1	0	7	5	3	13	11	2	2	44
N.º crianças	78	0	665	697	256	1.784	1.303	74	143	5.000
1999										
N.º creches	2	3	11	2	3	15	15	2	2	55
N.º crianças	158	220	1.021	337	256	2.309	1.873	74	143	6.391
2000										
N.º creches	3	3	12	3	5	15	20	10	5	76
N.º crianças	875	208	980	459	533	2.885	2.413	728	172	9.253

Fonte: AMAS. Usina de Creches. *Projeto Saúde Bucal*.

Tabela 4.26 - Número de creches e número de crianças atendidas com o projeto Saúde Bucal por região administrativa - 1997 - 2000

ANO ATENDIMENTO	REGIÃO ADMINISTRATIVA		TOTAL
	Oeste	Venda Nova	
1997			
N.º creches	5	2	7
N.º crianças	740	115	855
1998			
N.º creches	7	-	7
N.º crianças	788	-	788
1999			
N.º creches	5	-	5
N.º crianças	487	-	487
2000			
N.º creches	5	-	5
N.º crianças	544	-	544

Fonte: AMAS. Usina de Creches. *Projeto Saúde Bucal*.

Tabela 4.27 - Número de creches capacitadas, número de adultos capacitados e número de crianças beneficiadas com o projeto Gerente Comunitário por região administrativa - 1997 - 2000

ATENDIMENTO	REGIÃO ADMINISTRATIVA									TOTAL
	Barreiro	centro-sul	Noroeste	Nordeste	Norte	Oeste	Leste	Pampulha	Venda Nova	
Creches	13	11	16	13	13	21	20	8	10	125
Adultos	19	17	17	19	16	30	30	12	14	174
Crianças	2.259	1.611	1.572	2.978	1.150	2.982	2.236	515	593	15.896
1998										
Creches	19	21	18	15	21	20	20	10	10	154
Adultos	35	35	30	30	42	24	30	17	20	263
Crianças	3.556	2.987	1.563	2.415	2.289	5.183	2.705	732	764	22.194
1999										
Creches	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
Adultos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
Crianças	376	305	135	276	140	132	225	68	182	1.839
2000										
Creches	1	1	4	3	4	1	4	3	2	20
Adultos	6	10	25	22	33	7	39	25	20	187
Crianças	60	120	335	240	395	70	380	250	150	2.000

Fonte: AMAS. Usina de Creches. *Projeto Saúde Bucal*.

Programa Criança e Adolescente

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte criou e vem desenvolvendo, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes, um programa sócio-educativo de esporte e lazer destinado ao atendimento deste segmento da população.

O programa aglutina três projetos comunitários: Dente de Leite, Mel, Bom de Bola Bom de Escola que têm como público alvo a faixa etária de 07 à 17 anos, reconhecendo a importância do esporte e lazer como direitos básicos, de acordo com o que prescreve o Estatuto da Criança e Adolescente (lei federal 8069/90).

Os projetos priorizam ações que visam a socialização, educação e saúde, com abordagem de temas relacionados à sexualidade, a prevenção de doenças, drogas, hábitos de higiene e outros.

Acompanhando a filosofia e princípios da Secretaria Municipal de Esportes, as ações do Programa Criança e Adolescente são desenvolvidas observando-se as práticas democráticas de participação coletiva de forma transparente e solidária primando pela qualidade dos trabalhos com responsabilidade e criatividade, motivando assim a prática do esporte e lazer.

Projeto Dente de Leite

Visa implementar as políticas sociais de promoção e desenvolvimento às crianças e adolescentes, na faixa etária de 09 a 17 anos. Tem como objetivos oferecer esporte, lazer, educação e socialização, buscando melhorar a qualidade de vida dos participantes.

É um projeto sócio-educativo que se desenvolve através da prática regular do futebol. Com 6 anos em atividade, conta hoje com 39 núcleos, compreendidos nas 09 regionais de Belo Horizonte, beneficiando 6650 alunos. Nas escolinhas além da prática do Futebol, são oferecidas orientações de ordem educacional; sexualidade; noções de higiene; prevenção às drogas e outros. Os monitores são ex-atletas profissionais, filiados a AGAP (Associação de Garantia ao Atleta Profissional) e auxiliados por uma pessoa contratada da própria comunidade. Estes são coordenados técnica e pedagogicamente pela Secretaria Municipal de Esportes.

Projeto Mel

É um projeto da Secretaria Municipal de Esportes, de cunho esportivo-sócio-educativo, que implementa políticas públicas de esporte e lazer, para crianças de 07 à 15 anos.

Funciona otimizando o uso democrático dos espaços públicos disponíveis em Belo Horizonte, através de escolinhas desportivas, valorizando uma participação mais consciente, efetiva e crítica, buscando afixar o gosto pela prática regular dos esportes, melhorando assim o nível de qualidade de vida dos participantes.

Projeto Bom de Bola, Bom de Escola

É um projeto sócio educativo voltado para a prática de esportes e de atividades de lazer. Realiza-se em parceria com a PMMG, com a Secretaria Municipal de Abastecimento e a MRV Engenharia. Tem a coordenação técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Esportes. Atualmente, desenvolve suas ações juntamente com as escolas públicas municipais e estaduais, atendendo crianças e adolescentes de 08 a 15 anos, domiciliadas na região do Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

O Bom de Bola, Bom de Escola oferece atividades esportivas e alternativas como: dinâmicas de grupo que abordam temas pertinentes à sexualidade na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, drogas e outros que porventura sejam demandados pelos participantes e seus familiares.

Tabela 4.28 - Número de equipamentos esportivos por região administrativa - Belo Horizonte - 1996

REGIÃO ADMINISTRATIVA	EQUIPAMENTOS PRIVADOS	EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS					
	CLUBES	Campos	Praças	Centro de Apoio Comunitário	Parques	Quadras	Pistas
Barreiro	4	27	8	2	1	9	1
Centro-Sul	38	5	9	-	2	4	7
Leste	12	8	5	-	1	5	2
Nordeste	4	19	4	1	6	6	1
Noroeste	5	16	6	1	1	5	-
Norte	2	11	6	2	1	8	1
Oeste	10	17	10	1	1	7	4
Pampulha	20	13	4	1	4	4	3
Venda Nova	5	12	4	1	1	1	2
Total	100	128	56	9	18	49	21

Fonte: PBH. SMES. 2000. SMFA. *Cadastro mobiliário municipal*. 1996.

Org.: DITPL. 2000.

Quadro 4.8 - Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO
Plano de Desenv. da Comunidade Negra – Adote um Morro	Visa a melhoria das condições de vida das populações de vilas e favelas, sobretudo do saneamento urbano, saúde, educação e desenvolvimento social.	Melhorar as condições e qualidade de vida da população negra, na área social econômica e política; Enfrentar a miséria e a violência incluindo o narcotráfico; Promover a integração plena da população negra à sociedade.	Moradores de vilas e favelas de BH
Favelatur	Visa incrementar o intercâmbio de experiências políticas de comunidades negras intra e inter municipais.	Reduzir os indicadores de violência; Favorecer a troca de experiências comunitárias no interior de uma mesma cidade e entre cidades distintas.	As lideranças comunitárias, formais e informais, das vilas e favelas de BH.
Qualificando para a Vida	Visa inserir no mercado de trabalho e a elevar a renda média da população negra e dos moradores das vilas e favelas de BH, através de capacitação profissional e formação associações voltadas para geração de trabalho e renda.	Ampliar a oferta de cursos profissionaliz. nas vilas e favelas de BH, visando qualificar, requalificar e formar adolescentes e adultos; Colocar em funcionamento o sistema de acompanhamento dos egressos e fomentar o desenvolv. de cooperativas de serviço e produção.	Moradores de vilas e favelas, especialmente os jovens em busca do primeiro emprego, adultos desempregados e mulheres chefe de família.
Nelson Mandela	Oferece aulas de reforço e de acompanhamento escolar aos alunos em defasagem escolar.	Reduzir o grau de evasão e baixo rend. escolar; Consolidar hábitos de leitura e de estudo; Mobilizar e sensibilizar prof. para melhoria do ensino.	Crianças e jovens moradores de vilas e favelas de BH.
SOS Racismo	Trata-se de um serviço de apoio jurídico e psicológico às vítimas de discriminação racial. Busca desenvolver ações de combate ao racismo e estimular o desenv. e o aperfeiçoamento da legislação anti-racismo.	Acolher e orientar as pessoas vítimas de discriminação racial; avaliar e encaminhar as denúncias às autoridades competentes; patrocinar ações jurídicas diretamente ou em articulação com outros órgãos públicos e agências de promoção de direitos humanos.	A população afro-descendente e todas as vítimas de discriminação e intolerância racial.
Combate ao Racismo na Escola	Trata-se de uma intervenção nas escolas públicas no sentido de conscientizar professores e alunos do impacto do racismo no desempenho escolar de crianças e adolescentes negros	Reduzir as disparidades educacionais entre estudantes negros e brancos; Envolver e conscientizar alunos, professores e comunidade em geral no combate ao racismo no âmbito da escola.	Professores, mães, pais e alunos das escolas públicas municipais e a população de BH em geral.
Valorização da Mulher Negra	Busca desenvolver a auto-estima, fortalecer a identidade, a cidadania e capacitar profissionalmente mulheres negras da periferia da cidade de BH.	Realizar campanhas valorizando o papel da mulher negra na família e na sociedade; Elevar os índices de escol. e de qualificação profis. das mulheres negras; Geração de emprego e renda, de criação de coop. de comercialização de serviços e produtos.	Mulheres negras residentes nas vilas e favelas, onde a Secretaria desenvolve seus projetos.
Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos-MOVA	Desenvolvimento de ação educacional complementar, voltada para a alfabetização e ensino de noções básicas de matemática, além de discussões sobre ética; cidadania e combate ao racismo.	Criar núcleos de alfabetização para jovens e adultos nas vilas e favelas de BH; Criar condições para o acesso a outros graus ou modalidades do ensino básico Facilitar o acesso ao mundo do trabalho, em melhores condições de desempenho.	Jovens e adultos analfabetos ou em defasagem escolar, residentes nas vilas e favelas de BH.
Balcão de Direitos	Visa fortalecer a cidadania e buscar soluções pacíficas para conflitos envolvendo moradores de vilas e favelas de BH.	Ampliar o acesso da população à justiça; Desenvolver mecanismos alternativos de resolução de conflitos; Facilitar a obtenção de documentos básicos; Capacitar lideranças comunitárias.	Os moradores de vilas e favelas de BH.
Centros de Desenvolvimento da Comunidade Negra	Oferecem atividades voltadas para a promoção da cidadania, através da formação profissional, oficinas de discussão de ética e cidadania, alfabetização de jovens e adultos e projetos voltados para o resgate e a valorização da cultura afro-brasileira.	Ênfase na prática da solidariedade e na responsabilidade individual e coletiva Estimulo à formação de novos instrutores na comunidade e seu aproveitamento nas atividades desenvolvidas nos Centros.	Os moradores de vilas e favelas de BH.
Valorização da Memória Histórica e da Cultura Negra	Visa a promoção, preservação e a divulgação da memória histórica e da cultura negra.	Apoiar os grupos culturais e religiosos da comunidade negra; Organizar acervos documentais, audiovisuais e bibliográficos sobre a história e a cultura afro-descendente.	Pesquisadores, estudiosos da questão racial, estudantes e a população belo-horizontina em geral
Apoio às organizações da comunidade negra	Apoio institucional às entidades voltadas para organização e mobilização da população negra em torno dos seus direitos de cidadania.	Assessorar, apoiar e realizar trabalhos em parceria com movimentos e organizações da comunidade negra.	As organizações dos movimentos sociais negros e as entidades populares que atuam no campo da valorização da diversidade racial.

Fonte: SMACON, 2000.

Intervenções Urbanas

Aspectos da infra-estrutura

Tabela 4.29 - Estrutura das vias de Belo Horizonte, por região administrativa e unidade de planejamento - 1998

REGIÃO ADMINISTRATIVA / UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TIPO DE ESTRUTURA (%)					
	Disponibilidade de Água Tratada	Disponibilidade de Rede de Esgoto	Fornecimento de Energia Elétrica	Possibilidade de Acesso (Vias Pavimentadas)	Rede Telefônica	Iluminação Pública
Barreiro						
Bairro das Indústrias	99,07	97,57	99,19	97,17	91,11	97,17
Lindéia	93,58	92,15	97,71	95,06	94,75	95,06
Barreiro de Baixo	93,51	91,10	97,11	93,20	93,03	93,20
Barreiro de Cima	86,92	81,04	89,54	86,97	84,84	86,97
Jatobá	71,57	68,32	80,58	75,28	74,65	75,28
Cardoso	89,68	85,47	97,46	93,22	88,93	93,22
Olhos D'água	69,40	28,99	77,70	69,25	65,89	69,25
Barreiro-Sul	10,59	5,90	25,89	0,00	25,89	0,00
Centro-sul						
Barro Preto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Centro	96,85	96,85	100,00	100,00	100,00	100,00
Francisco Sales	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Savassi	99,30	99,30	100,00	100,00	99,67	100,00
Prudente de Moraes	91,80	91,80	93,97	93,47	91,64	93,47
Santo Antônio	98,58	98,58	98,83	99,30	98,83	99,30
Anchieta/Sion	97,89	97,89	98,63	99,15	98,52	99,15
Serra	99,60	99,60	99,79	99,79	99,79	99,79
Mangabeiras	78,52	78,52	84,21	82,73	84,04	82,73
São Bento/Sta. Lúcia	83,33	80,05	84,46	86,32	80,81	86,32
Belvedere	76,13	74,14	78,49	79,81	72,75	79,81
Barragem	97,78	88,28	97,60	54,69	0,00	54,69
Cafezal	82,20	71,21	98,80	31,44	0,00	31,44
Leste						
Instituto Agrônômico	98,15	98,15	98,98	98,40	98,28	98,40
Boa Vista	98,41	97,80	99,29	96,69	98,24	96,69
Floresta/Santa Tereza	93,97	93,97	97,99	95,63	95,75	95,63
Pompéia	98,73	97,34	98,71	97,10	98,22	97,10
Taquaril	94,64	72,92	99,20	48,21	0,00	48,21
Santa Efigênia	83,72	81,81	88,28	86,41	85,92	86,41
Baleia	49,10	20,60	82,40	63,45	76,96	63,45
Mariano de Abreu	95,95	91,89	100,00	37,84	0,00	37,84
Santa Inês	99,42	98,74	99,31	94,17	99,31	94,17
Nordeste						
Capitão Eduardo	98,77	86,42	100,00	46,91	0,00	46,91
Ribeiro de Abreu	82,32	55,69	86,28	75,01	61,54	75,01
Belmonte	70,01	64,57	81,64	68,93	72,69	68,93
Gorduras	65,47	61,69	82,39	72,80	74,04	72,80
São Paulo/Goiânia	91,62	89,31	94,52	87,96	88,50	87,96
Cristiano Machado	97,66	97,20	98,56	97,95	97,47	97,95
Cachoeirinha	96,98	96,70	98,53	97,37	97,72	97,37
Concórdia	94,44	94,37	96,20	95,10	95,56	95,10

Tabela 4.29 - Estrutura das vias de Belo Horizonte, por região administrativa e unidade de planejamento - 1998

REGIÃO ADMINISTRATIVA / UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TIPO DE ESTRUTURA (%)					
	Disponibilidade de Água Tratada	Disponibilidade de Rede de Esgoto	Fornecimento de Energia Elétrica	Possibilidade de Acesso (Vias Pavimentadas)	Rede Telefônica	Iluminação Pública
Noroeste						
Glória	89,35	88,67	93,57	91,26	90,64	91,26
Abílio Machado	90,69	89,11	95,27	92,85	93,50	92,85
Jardim Montanhês	79,67	70,47	92,55	85,87	85,24	85,87
Caiçara	96,29	94,70	96,82	96,91	94,34	96,91
Antônio Carlos	93,49	93,03	96,84	94,39	93,90	94,39
Padre Eustáquio	96,60	96,40	98,35	98,25	97,77	98,25
Camargos	55,00	55,00	84,42	77,56	73,41	77,56
PUC	89,78	88,84	95,26	92,93	92,89	92,93
Santa Maria	93,95	92,28	95,81	91,87	92,09	91,87
Prado Lopes	99,34	82,78	99,30	29,14	0,00	29,14
Norte						
Jaqueline	65,09	51,13	77,37	73,34	61,67	73,34
Isidoro Norte	75,72	67,70	81,52	80,96	63,65	80,96
Furquim Werneck	19,26	18,17	59,20	64,55	40,52	64,55
Planalto	93,38	92,18	94,24	94,95	90,58	94,95
São Bernardo	92,69	91,10	92,67	90,06	84,75	90,06
Tupi/Floramir	81,36	77,98	94,02	86,70	87,15	86,70
Primeiro de Maio	86,76	86,33	91,73	87,27	90,44	87,27
Jardim Felicidade	99,21	83,33	97,40	51,59	0,00	51,59
Oeste						
Cabana	69,74	68,87	74,81	70,18	71,73	70,18
Jardim América	91,85	90,92	93,21	91,46	91,99	91,46
Barroca	98,40	97,94	99,15	98,85	98,52	98,85
Morro das Pedras	94,68	68,05	99,40	50,30	0,00	50,30
Betânia	88,74	86,15	90,79	88,37	88,39	88,37
Estoril/Bunitis	69,32	65,72	68,65	70,23	63,56	70,23
Pilar Oeste	90,47	80,51	87,21	93,25	85,93	93,25
Pampulha						
Garças/Braúnas	65,42	56,14	72,29	66,32	50,08	66,32
Santa Amélia	96,01	95,14	96,51	97,24	94,52	97,24
Pampulha	94,36	90,59	97,83	95,94	92,02	95,94
Jaraguá	92,43	91,80	95,95	94,73	94,55	94,73
Sarandi	93,87	91,67	97,72	89,08	90,55	89,08
Castelo	91,11	91,01	88,67	90,07	68,28	90,07
Ouro Preto	87,64	72,02	88,14	79,43	78,30	79,43
UFMG	20,51	20,51	92,46	75,79	82,12	75,79
São Francisco	81,09	81,62	87,32	83,75	81,97	83,75
Confisco	98,33	63,33	98,60	35,00	0,00	35,00
Venda Nova						
Mantiqueira/Sesc	86,78	70,07	97,37	79,51	80,19	79,51
Serra Verde	65,72	60,42	88,70	82,99	74,22	82,99
Piratinga	95,93	93,63	97,73	93,34	88,83	93,34
Jardim Europa	95,13	94,82	99,42	97,69	96,40	97,69
Venda Nova	93,64	92,87	96,45	96,60	93,36	96,60
Céu Azul	95,69	92,70	97,61	92,71	91,42	92,71
Copacabana	89,94	87,96	91,43	86,03	85,18	86,03
São João Batista	86,23	85,29	89,54	86,14	86,22	86,14

Fonte: PBH. SMFA. IPTU 1996. URBEL; CEURB/UFMG. 1998.

Tabela 4.30 - Dados gerais sobre abastecimento de água em Belo Horizonte - 1999-2000¹

PERÍODO	LIGAÇÕES DE ÁGUA	ECONOMIAS DE ÁGUA (2)	POPULAÇÃO ATENDIDA	ÍNDICE DE ATENDIMENTO (%)	VOLUME CONSUMIDO (%)
1999					
janeiro	429.428	737.079	2.263.769	99,37	13.303.019,00
fevereiro	431.502	740.638	2.275.639	99,39	13.079.734,00
março	433.824	744.919	2.288.823	99,42	13.258.149,00
abril	434.116	745.932	2.292.593	99,45	13.543.246,00
maio	434.983	747.939	2.299.059	99,46	13.377.303,00
junho	436.205	750.437	2.305.795	99,48	13.140.709,00
julho	437.952	752.490	2.279.309	99,40	13.290.477,00
agosto	438.799	753.566	2.282.512	99,51	12.888.249,00
setembro	440.112	755.366	2.288.014	99,50	13.563.418,00
outubro	441.790	757.793	2.296.311	99,48	13.635.836,00
novembro	441.893	758.138	2.298.803	99,16	12.900.144,00
dezembro	439.431	755.375	2.290.640	99,45	13.073.899,00
2000					
janeiro	436.436	752.187	2.281.587	98,49	12.967.168,00
fevereiro	434.589	749.715	2.274.902	98,07	12.160.871,00
março	436.866	752.590	2.284.054	98,33	13.157.154,00
abril	439.585	756.245	2.294.998	98,67	12.735.145,00
maio	444.287	762.429	2.314.048	99,36	13.106.165,00
junho	445.453	763.849	2.318.909	99,43	13.085.010,00

Fonte: COPASA. MG. 2000.

(1) Dados até junho de 2000.

(2) Imóvel de uma única ocupação ou subdivisão de um imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou coleta de esgoto.

Tabela 4.31 - Número e índice mensal de ligações de água em Belo Horizonte - 1993-2000¹

MÊS	1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000	
	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾	Número	Índice real ⁽²⁾
janeiro	346.835	89,61	358.982	92,75	372.034	96,12	383.483	99,08	396.956	102,56	413.663	106,88	429.428	110,95	436.436	112,76
fevereiro	347.543	89,79	359.917	92,99	373.480	96,49	384.226	99,27	397.767	102,77	414.756	107,16	431.502	111,49	434.589	112,28
março	348.376	90,01	360.709	93,20	369.174	95,38	385.128	99,50	398.631	102,99	415.607	107,38	433.824	112,09	436.866	112,87
abril	349.940	90,41	361.561	93,42	372.529	96,25	386.082	99,75	399.965	103,34	416.430	107,59	434.116	112,16	439.585	113,57
maio	351.383	90,79	362.629	93,69	375.884	97,12	387.046	100,00	400.574	103,50	417.448	107,85	434.983	112,39	444.287	114,79
junho	352.572	91,09	363.824	94,00	376.510	97,28	388.643	100,41	401.879	103,83	418.778	108,20	436.205	112,70	445.453	115,09
julho	353.400	91,31	365.652	94,47	377.405	97,51	389.563	100,65	403.388	104,22	420.336	108,60	437.952	113,15		
agosto	354.233	91,52	366.432	94,67	378.278	97,73	390.999	101,02	405.501	104,77	421.679	108,95	438.799	113,37		
setembro	355.118	91,75	367.289	94,90	379.243	97,98	391.914	101,26	407.417	105,26	422.763	109,23	440.112	113,71		
outubro	356.087	92,00	368.794	95,28	380.467	98,30	393.037	101,55	409.022	105,68	424.442	109,66	441.790	114,14		
novembro	357.284	92,31	369.611	95,50	381.466	98,56	394.166	101,84	410.852	106,15	426.395	110,17	441.893	114,17		
dezembro	358.073	92,51	370.839	95,81	382.354	98,79	396.203	102,37	412.032	106,46	428.320	110,66	439.431	113,53		

Fonte: COPASA, MG, 2000.

(1) Dados até junho de 2000.

(2) Referência: maio de 1996 = 100

Intervenções e serviços

Principais programas desenvolvidos pela Urbel – Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte

1. Programa estrutural em áreas de risco (PEAR)

Tem o objetivo de evitar a ocorrência de acidentes nas áreas de risco de vilas, favelas e conjuntos habitacionais. Além de agir na orientação dos moradores, o programa faz o reconhecimento e classificação das áreas de risco, através de vistorias e estudos geotécnicos, em função dos processos, intensidade, tipo, número de moradias e grau de risco.

Tabela 4.32 - Programa estrutural para áreas de risco - Atendimento
Belo Horizonte - 2000

	1993/94	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Vistorias realizadas	249	926	1.111	1.279	1.285	1.673	2.345
Vilas atendidas com obras	57	42	72	50	66	68	64
Famílias beneficiada (aprox.)	500	380	1.400	1.400	1.270	850	-
Obras realizadas	80	86	236	236	182	129	127
Recursos investidos (R\$)	220.386,64	154.600,00	144.800,00	179.900,00	230.120,00	-	-

Fonte: PBH. URBEL. 2000.

Tabela 4.33 - Programa estrutural em áreas de risco - Reassentamento
Belo Horizonte - 2000

CONJUNTOS	Nº DE FAMÍLIAS
Esperança	438
Milionários	35
Goiânia	42
Ipiranga	34

Fonte: PBH. URBEL; PEAR/PROAS. 2000.

Nota: Recursos investidos de 96 a 2000: R\$ 2.357.027,35.

2. Orçamento Participativo da Habitação (OPH)

Através do OPH, os cidadãos organizados decidem, em conjunto com a PBH, a aplicação dos recursos destinados à produção de casas populares. As famílias de “sem-casa” se organizam em núcleos cadastrados na Urbel, para discutir e decidir sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação na construção de moradias populares.

Tabela 4.34 - Programa Orçamento Participativo da Habitação
Belo Horizonte - 1996 a 2000

SITUAÇÃO DOS CONJUNTOS (*)	Nº DE CONJUNTOS	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS (%)	VALOR DO INVESTIMENTO		RECURSOS PREVISTOS (R\$)
			Nº	%	
Em fase de projeto ou convênio	6	27,27	1058	34,59	14.676.360,00
Em execução (obra ou licitação)	5	22,73	1108	36,22	17.942.760,00
Concluídos	11	50	893	29,19	13.981.220,00
Total	22	100	3059	100	46.600.340,00

Fonte: PBH. URBEL; OPH. 2000.

3. Programa de reassentamento de famílias removidas por obras públicas ou vitimadas por calamidades (PROAS)

Objetiva a remoção e reassentamento de famílias que vivem em áreas destinadas à implantação de obras a serem executadas pela PBH, ou que foram removidas de áreas de risco sem condições de retorno. O reassentamento pelo PROAS é feito através da compra de um outro imóvel pela família. O processo é monitorado pela Urbel, que vistoria o imóvel a ser adquirido, verificando as condições de segurança e qualidade da nova moradia. A família beneficiada recebe o acompanhamento da Urbel desde a abordagem social até o pagamento do novo imóvel e remoção da família.

Tabela 4.35 - PROAS – Demonstrativo de Produção
Belo Horizonte - 1995 / 2000

PERÍODO	REASSENTAMENTOS	INDENIZAÇÕES	RECURSOS INVESTIDOS
Áreas destinadas à obras públicas	538	256	6.201.982,58
Intervenções em áreas de risco	142	14	1.271.681,35
Projetos especiais	102	48	945.179,81
Atendimento de vítimas de risco	126	4	1.085.346,00
Totais	908	322	9.504.189,74

Fonte: PBH. URBEL. PROAS. 2000.

4. Planos globais

São instrumentos de planejamento que visam orientar as ações e intervenções do Poder Público junto às comunidades residentes em vilas e favelas, no que se refere à urbanização e regularização fundiária. O Plano Global estabelece a ordem de prioridade para execução de ações e obras em cada área de interesse social. Também aponta os caminhos e soluções para transformar cada favela num lugar adequado para morar, integrando-a física, jurídica e socialmente à cidade formal.

Tabela 4.36 - Planos Globais
Belo Horizonte - 2000

SITUAÇÃO	Nº VILAS	POPULAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
Planos já elaborados	11	46.303	10.948
Planos em elaboração ou em contratação	40	173.149	41.226
Planos previstos	2	24.352	5.798
Total	53	243.804	57.972

Fonte: PBH. URBEL. Plano global. 2000.

5. Programa de Autogestão

Destinado à produção de conjuntos habitacionais e lotes urbanizados. É mantido graças à parceria entre o Fundo Municipal de Habitação, a Urbel e Associações Habitacionais. Através do Programa de Autogestão, é feito o repasse de recursos diretamente às associações formadas pelos “sem-casa” para o gerenciamento de todo o processo de produção da moradias: compra de materiais, contratação de serviços de mão de obra especializada e assessoria técnica.

Tabela 4.37 - Programa Habitacional de Autogestão - previsão de obras
Belo Horizonte - 2000

CONJUNTO HABITACIONAL	UNID.	VALOR CONVÊNIO (R\$)	DATA DA ASSINATURA DO CONVÊNIO	PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS
Fernão Dias	144	2.319.274,70	10/03/99	22 meses
Itatiaia/Serrano	192	3.286.934,59	03/03/99	30 meses
Total	336	5.606.209,29		

Fonte: PBH. URBEL. Programa Autogestão. set. 2000.

Tabela 4.38 - Produção de moradias por autogestão - obras concluídas
Belo Horizonte - 2000

CONJUNTO	Nº DE UNIDADES	VALOR CONVÊNIO (R\$)
Havaí	36	280.800,00
Dom Silvério	55	571.618,00
Villarégia	23	312.000,00
Villarégia	57	553.960,34
Urucuia	202	1.875.575,71
Deuslene	50	541.379,70
Total	423	4.135.333,75

Fonte: PBH. URBEL. *Programa Autogestão*. 2000.

6. Programa de Regularização Fundiária

Tem o objetivo de regularizar a situação jurídica de ocupação das vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares, consistindo na aprovação de parcelamento e titulação de moradias.

Tabela 4.39 - Programa de Regularização Fundiária
Belo Horizonte - 2000

ESPECIFICAÇÃO	Nº
Vilas e conjuntos habitacionais titulados	26
Domicílios beneficiados	15.681
Lotes titulados	6.542

Fonte: PBH. URBEL. *Regularização fundiária*. 2000.

Aspectos dos programas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Operação Oxigênio

Programa criado em 1988, através de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de controlar a emissão de fumaça dos veículos movidos a óleo diesel que trafegam dentro do município.

Ao longo de 11 anos, a Operação Oxigênio já efetuou mais de 50 mil vistorias em veículos.

Programa Adote o Verde

Desenvolvido em conjunto com as administrações regionais da Prefeitura, tem como meta a busca de parceiros para cuidar das áreas verdes da cidade, principalmente praças, canteiros e jardins.

Programa do “Plantio de Cem Mil Árvores”

Desenvolvido em todas as administrações regionais. Através de licitação, permitiu a comercialização, por empresa particular, de espaços publicitários nas grades protetoras, em conjunto com a divulgação de propagandas institucionais da PBH, mediante o plantio e manutenção de até cem mil árvores em vias públicas, com duração do contrato por cinco anos.

CEVAE

Os Centros de Vivência Agro-ecológica – CEVAEs, são espaços públicos comunitários para troca de conhecimentos e vivências sócio-ambientais. Neles são desenvolvidas ações que melhoraram a qualidade de vida na cidade através de atividades que promovem educação ambiental, segurança alimentar e saúde, agroecologia, capacitação e geração de renda.

Programa Jovem Jardineiro

O programa de formação sócio-educacional e profissional “Jovem Jardineiro” representa uma oportunidade para adolescentes de baixa renda, em situação de risco pessoal e social, de superarem as condições sociais que os excluem do mercado de trabalho. Trata-se de um processo de formação profissional de caráter sócio-educativo que busca possibilitar ao adolescente a vivência prática de aprendizagem profissional, formação pessoal e resgate da sua cidadania.

Este programa, originado a partir do projeto “Casa do Pequeno Jardineiro”, implantado em Juiz de Fora em 1997, foi desenvolvido, inicialmente, como projeto-piloto na Regional Centro-Sul, no Parque das Mangabeiras. A coordenação geral é feita pelas secretarias municipais de Meio Ambiente - SMMA, de Desenvolvimento Social - SMDS e pela Associação Municipal de Assistência Social - AMAS. O objetivo, de uma maneira geral, é atender adolescentes, de família de baixa renda, através da formação profissional em jardinagem, articulada à melhoria da qualidade de vida e à preservação do meio ambiente.

Oficinas de Educação Ambiental

As Oficinas de Educação Ambiental foram criadas em 1995, pelo Serviço de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

As oficinas são realizadas com o objetivo de serem um espaço interativo, no qual os participantes têm a oportunidade de trocar experiências e informação sobre diversos temas, como: caminhos do lixo, Serra do Curral, poluição sonora, agenda 21, áreas verdes, cidadania pelas águas e BH: História Ambiental.

Em 1999 foi lançada a “Trilha Urbana - Serra do Curral”, realizada no Parque das Mangabeiras, com o objetivo de desenvolver um trabalho de percepção ambiental, destacando os aspectos naturais e intervenções humanas na região.

Ambos os projetos, oficinas e trilhas urbanas, vêm enriquecendo as práticas educativas realizadas pelo Serviço de Educação Ambiental, uma vez que permitem abordar, de forma interdisciplinar, questões ambientais relevantes tais como: água, ar, solo, flora, fauna, conflitos urbanos.

Limpeza Urbana

**Tabela 4.40 - Mão de obra direta e indireta a serviço da limpeza urbana
Belo Horizonte - 1996-1999**

PESSOAL A SERVIÇO DA LIMPEZA URBANA	DIRETA SLU	INDIRETA CONTRATADAS	TOTAL
1996	2.448	2.461	4.909
Administrativo	697	203	900
Operacional	1.751	2.258	4.009
1997	2.443	2.302	4.745
Administrativo	729	198	927
Operacional	1.714	2.104	3.818
1998	2.516	2.338	4.854
Administrativo	768	202	970
Operacional	1.748	2.136	3.884
1999	2.688	2.596	5.284
Administrativo	1.097	121	1.218
Operacional	1.591	2.475	4.066

Fonte: PBH. SLU. *Relatório anual de geração de resíduos*. 1999.

**Tabela 4.41 - Quantidade de resíduos coletados por tipo de coleta
Belo Horizonte - 1997-1999**

ESPECIFICAÇÃO	1997	1998	1999
(em toneladas)			
Coletas domiciliares	503.614	538.829	564.925
Domiciliar e comercial	446.785	479.612	497.489
Domiciliar/vilas e favelas	27.513	30.311	34.811
Domiciliar/caçambas	29.316	28.906	32.625
Coletas em unidade de saúde	10.597	11.241	11.476
Coleta seletiva	4.075	5.964	5.934
Resíduos da construção civil	500.024	651.385	677.440
Coleta seletiva em feiras e sacolões	1.466	1.678	1.343
Geração de resíduo público	247.364	218.794	168.222

Fonte: PBH. SLU. *Relatório anual de geração de resíduos*. 1999.

Orçamento Participativo

A experiência do Orçamento Participativo em vilas e favelas de Belo Horizonte

Claudinéia Ferreira Jacinto*

Maurício Alexandre Silva Moreira**

Introdução

A formação de favelas em Belo Horizonte praticamente coincide com a fundação da nova capital do Estado de Minas Gerais.

Nas duas primeiras décadas de sua existência, alguns destes assentamentos já eram identificados na zona urbana da cidade e o Censo realizado em 1912 apontava a precariedade de quase um terço de suas mais de seis mil construções, classificadas como barracos. Planejada segundo os padrões urbanísticos mais avançados da época, e tendo como finalidade sediar o aparato administrativo do governo, a pequena área prevista para abrigar os operários de Belo Horizonte era insuficiente diante do constante fluxo de trabalhadores, com as invasões constituindo-se na solução de moradia da população mais pobre (Guimarães, 1992).

Acompanhando a grande expansão urbana nas décadas seguintes, o crescente processo de favelização ocorrido na capital mineira mostrava a precariedade do atendimento habitacional para sua população, composta predominantemente de migrantes. Com o controle cada vez maior da área central, as ocupações aconteciam em áreas desvalorizadas e mais distantes, enfatizando o caráter segregacionista de apropriação do solo. Na década de 60 (sessenta) registravam-se cerca de 70 (setenta) favelas na cidade o que correspondia a aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) domicílios.

O processo de grande desenvolvimento econômico do início da década de 70, que teve como uma de suas consequências o crescimento de municípios da região metropolitana da capital, tornou bastante perceptível a periferização das favelas que passam a se localizar, também, em regiões mais distantes do centro e mesmo em outros municípios como Betim, Contagem, Ribeirão da Neves, Sabará.

A atuação do poder público, por anos, se restringiu em regra às tentativas de erradicação desses assentamentos, muitas vezes de forma traumática. Motivada inicialmente pela intenção de garantir a proposta urbanística original da cidade e, posteriormente, em função da execução de grandes obras de saneamento e consolidação do sistema viário (Guimarães, 1992), esta atuação representou a remoção de milhares de pessoas que recebiam pequenas indenizações, em dinheiro, por suas casas.

Nos anos 50 e início da década de 60, um processo político mais favorável e a maior organização dos movimentos de moradores, trouxe para a esfera do social os problemas das favelas com a criação pela Prefeitura de Belo Horizonte do Departamento de Bairros Populares - DBP -, e as discussões sobre a necessidade de criação de conjuntos habitacionais para a população favelada e de urbanização destes assentamentos, embora ainda tivesse continuidade a prática de remoções.

O golpe de 1964 reprime as manifestações associativas e de luta da população favelada, impondo a remoção como a principal ação do poder público, que implementou um processo de desfavelamento sem precedentes em Belo Horizonte.

Tendo como justificativa a implantação de avenidas em fundos de vale, alongamento de vias etc., em 12 anos a CHISBEL- Coordenação de Habitação de Interesse Social - removeu cerca de 44 mil pessoas (Guimarães, 1992).

No final da década de 70, com a rearticulação dos movimentos populares reivindicatórios, a continuidade das ocupações irregulares e o crescente número de desabrigados em constantes inundações do Arrudas, é que o Poder Público (estadual e municipal) passou a investir em propostas que tinham como diretriz a manutenção das favelas, priorizando a implantação de infra estrutura urbana e a melhoria das condições de vida nestes locais.

*Equipe de Coordenação do OP/SMPL

**Coordenador OP Vilas e Favelas/URBEL

Em Belo Horizonte, as ações mais importantes dessa época iniciaram-se com o Governo do Estado através do PRODECOM (Programa de Desenvolvimento Comunitário). No início dos anos 80 (oitenta), foi aprovada, no município, o PROFAVELA - lei de interesse social -, incorporando as áreas faveladas ao zoneamento da cidade e, permitindo assim, sua regularização. Em 1986 é criada pela Prefeitura Municipal a URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, órgão encarregado das questões ligadas as favelas (urbanização, titulação, remoção).

Outro fator marcante na década de 80 (oitenta) foi, de forma contraditória em relação às ações de melhorias nas favelas, a iniciativa do Governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte de implantar vários conjuntos habitacionais sem urbanização e saneamento básico, com recursos da SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República. Dentre outros, podemos citar os Conjuntos Taquaril, Felicidade, Confisco, Jatobá, Paulo VI.

O início dos anos 90 permitiu constatar, através de dados do Censo de 1991, a contínua expansão das favelas, estimadas atualmente em aproximadamente 180 e correspondendo a cerca de 21% da população da capital. A insuficiência das ações do poder público para lidar com esta problemática, aliada à inexistência de programas habitacionais para a população de baixa renda por parte dos Governos Federal e Estadual, reduziram as iniciativas de melhorias das condições de vida nas favelas à esfera do município, em atuações isoladas de urbanização de algumas favelas ou de reassentamento em função de implantação de obras de infra estrutura.

A Política Municipal de Habitação

No ano de 1994, dando sustentação a uma nova abordagem da questão habitacional em Belo Horizonte, são criados através de lei municipal, o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação Popular. Tendo como principais atribuições, aprovar a política habitacional do município, formular e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, o Conselho é formado por representantes de entidades populares, sindicatos, Legislativo e Executivo Municipal, e em conjunto com a URBEL- Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, órgão da administração indireta vinculado a PBH, formam o Sistema Municipal de Habitação.

No que se refere aos assentamentos existentes, a Política de Habitação, aprovada pelo Conselho em dezembro de 1994, estabeleceu diretrizes de atuação em que coloca como meta a implantação da **Intervenção Estrutural** nas vilas e favelas da cidade. Este tipo de intervenção, que tem como principal instrumento de planejamento urbano o *Plano Global*, pressupõe a recuperação urbanístico-ambiental, a regularização fundiária e o desenvolvimento de práticas comunitárias na favela como um todo. Como definido no Art. 4º da Política: “O programa de Intervenção Estrutural promove transformações profundas num determinado núcleo habitacional, consistindo na implantação do sistema viário, das redes de água e esgoto e drenagem, melhorias habitacionais, reparcelamento do solo e consolidação geotécnica, além da regularização fundiária até o nível da titulação”. O objetivo final desse tipo de intervenção é integrar a favela à cidade, totalmente regularizada e recuperada ambientalmente como área para assentamento habitacional e exercício da cidadania.

Além da implementação do Sistema Municipal de Habitação, foi aprovado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 1996, o Plano Diretor do Município, que, ao classificar as favelas como ZEIS - Zona de Especial Interesse Social - definiu também a necessidade da revisão da lei do PROFAVELA.

Sob estas referências e de forma concomitante à implementação de programas, como o de Risco e o Alvorada (programa piloto de Intervenção Estrutural), desenvolveu-se, ao longo dos últimos seis anos, a experiência do **Orçamento Participativo** na área de competência da URBEL - vilas, favelas e conjuntos habitacionais do município- e que descreveremos a seguir.

O Orçamento Participativo nas vilas e favelas

Implementada na Gestão de Patrus Ananias (1993-1996), o Orçamento Participativo - OP, tem como diretrizes: a democratização da gestão do Executivo Municipal; a transparência na aplicação dos recursos públicos; a participação popular na definição dos investimentos, conferindo-lhe o caráter decisório, que “além de valorizar a expressão de diversos movimentos sociais de interesse – mantidos a margem dos benefícios sociais e urbanos e, anteriormente, limitados a expressão de suas demandas via abaixo-assinados, audiências com autoridades públicas, manifestações populares diversas- inaugura com esta iniciativa, um instrumento de controle social” (Silberschneider, 1998), promovendo assim a participação popular nos *negócios* da municipalidade. A continuidade desta forma de governo na

administração Célio de Castro, está permitindo seu aprimoramento, principalmente em relação a uma maior compatibilização do OP com as diretrizes da Política Municipal de Habitação e com o Plano Diretor de Belo Horizonte.

Como pode ser constatado na tabela a seguir, foram destinados 25,5% dos recursos totais aprovados nos OP 1994-1999/2000, para ser aplicados em intervenções que, predominantemente, se caracterizam como de implantação de infra estrutura (pavimentação, drenagem, contenções, escadarias, esgoto, etc.) e de regularizações fundiárias, beneficiando cerca de 90 favelas e perfazendo um total de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) dos quais aproximadamente R\$23.000.000,00 já efetivamente gastos.

Tabela 1 - Recursos aprovados no Orçamento Participativo para vilas e favelas
Belo Horizonte - 1994-2002

OP	TOTAL (R\$)	VILAS E FAVELAS (R\$)	(valores em R\$ correntes)
			VILAS E FAVELAS (%)
94	15.360.390	5.149.126	33,62
95	18.185.909	5.520.636	30,35
96	27.165.470	6.624.831	24,38
97	26.948.339	6.686.719	24,81
98	15.974.186	3.713.775	23,20
99/2000	60.208.600	14.144.400	23,49
2001/2002	69.917.000	17.156.000	24,53
Total	233.759.894	58.995.487	25,23

Fonte: PBH. SMPL. 2000. URBEL. 2000.

OBS 1: Valores aprovados à época. Não incorpora valores aditivos e outros complementares.

OBS 2: Não incorpora valores aprovados no OPH - Orçamento Participativo da Habitação.

Recursos aprovados no OP para vilas e favelas

As discussões públicas do Orçamento Participativo nos seus dois primeiros anos evidenciaram, além da grande demanda por melhorias urbanas nas favelas e conjuntos habitacionais sem infra-estrutura, as necessidades dos grupos organizados de luta pela moradia, que reivindicavam áreas urbanizadas para a construção de moradias. Dos 49 empreendimentos aprovados no OP/95, 09 (18,45%) atendiam a Grupos de Sem Casa. Isto levou à criação em 1996 de um OP setorial, o OPH- Orçamento Participativo da Habitação, especificamente voltado para a produção de novos assentamentos.

Tabela 2 - Número de empreendimentos aprovados no OP
Belo Horizonte - 1994-2002

OP	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS	VILAS E FAVELAS (N ^o)	VILAS E FAVELAS (%)
94	171	52	30,40
95	166	49	29,51
96	90	24	16,66
97	100	29	29,00
98	68	18	26,50
99/2000	124	35	28,22
2001/2002	133	32	24,81
Total	852	239	28,17

Fonte: PBH. SMPL. 2000. URBEL. 2000.

Número de empreendimentos aprovados no OP 94-99/2000

O OP representou um grande impacto na estrutura técnica - administrativa - gerencial da URBEL, em vista do substancial aumento dos recursos financeiros a serem aplicados nas favelas da cidade.

Neste processo, várias dificuldades foram constatadas nos primeiros anos de sua implementação. Entre elas podemos citar:

1. A insuficiência da estrutura existente para atender um número de intervenções bem maior do que vinham sendo realizadas pela empresa nos anos anteriores à implantação desta prática;
2. A aprovação de grande número de obras pontuais;
3. Falhas nas vistorias técnicas e nas estimativas de custo das obras, implicando na necessidade de complementação de recursos através de aditivos;
4. A falta de padrão de qualidade dos projetos executivos;
5. O prazo médio de um ano para a realização dos empreendimentos mostrou-se insuficiente;
6. Dificuldade de compatibilizar as obras do OP com as intervenções das concessionárias de serviços de utilidade pública (principalmente COPASA)
7. Morosidade dos processos de licitação e contratação de projetos e obras;
8. Dificuldades financeiras circunstanciais da Prefeitura interferindo no andamento das obras;
9. Poucos estudos Urbanísticos ou Planos Globais que permitissem uma visão mais abrangente das favelas e uma conseqüente hierarquização das intervenções técnico-financeiras;
10. Inexistência de um programa de manutenção nas obras executadas em vilas e favelas.

Hoje, verificam-se avanços operacionais na resolução dos problemas citados acima, colocando-se o desafio de maior agilidade para a realização das obras. Como pode ser verificado no quadro geral de execução dos empreendimentos, atingiu-se até o momento um percentual de conclusão de 50%.

Tabela 3 - Situação dos empreendimentos do Orçamento Participativo - URBEL
Belo Horizonte - 1994-1999

OP	NÚMERO DE EMPREEND.	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS									
		Não iniciados		Em tramitação inicial		Em projeto		Em execução		Concluídos	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
94	52	-	-	-	-	-	-	-	2,04	52	100
95	49	-	-	-	-	-	-	1	-	48	97,95
96	24	-	-	-	-	1	4,16	-	48,27	23	95,83
97	29	1	3,44	-	-	-	44,44	14	-	14	48,27
98	18	-	-	-	-	8	-	4	22,22	6	33,33
99	35	9	25,71	8	-	6	22,85	9	25,71	2	5,71
Total	207	10	4,83	8	3,86	15	7,24	28	13,52	145	70,54

Fonte: PBH. SMPL. 2000. URBEL. 2000.

Situação dos empreendimentos do Orçamento Participativo - URBEL

Para uma maior integração à Política Municipal de Habitação, a partir do OP/98, estabeleceu-se a obrigatoriedade de elaboração de um Plano Global Específico (PGE) para todas as favelas que tivessem empreendimentos aprovados no processo de discussão pública do OP. Isto permitirá a elaboração de estudos envolvendo 31 favelas e o estabelecimento de diretrizes de intervenção com hierarquização de obras para todos estes assentamentos. Dois destes Planos estão em elaboração, na Pedreira Prado Lopes e Vila Califórnia, estando previsto para o primeiro semestre de 1999 o início de mais dois, um deles o do Aglomerado da Serra, envolvendo 6 favelas.

A aprovação da regulamentação da ZEIS 1 e 3 (Zona de Especial Interesse Social), que representa a atualização do PROFAVELA, constituirá fundamental referência para as intervenções previstas pelos Planos Globais, pois estabelecerá padrões urbanísticos mínimos e permitirá a elaboração de normas de uso e ocupação do solo específicas para cada favela, a exemplo do já realizado na Vila Senhor dos Passos (Programa Alvorada/Intervenção Estrutural).

Os PGE permitirão, também, fazer a integração das ações dos diversos setores que compõem a administração municipal para uma determinada favela ou conjunto de favelas, além de subsidiar com informações consistentes, a elaboração dos Planos Regionais previstos no Plano Diretor de Belo Horizonte, a outros programas e políticas setoriais.

Conclusão

“A rápida urbanização das últimas décadas – aliada a um processo de “industrialização tardia” que incorporou somente uma pequena parcela dos trabalhadores urbanos – acarretou problemas urbanos complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público.”
(AZEVEDO, 1997)

Isto está refletido na administração pública municipal de maneira direta, já que é esta esfera de poder que tem se mobilizado nos últimos anos, na implementação de iniciativas que tentam solucionar questões como o crescimento dos assentamentos irregulares e todas as suas consequências na qualidade de vida de parte significativa das populações urbanas. Apesar das melhorias nas favelas de Belo Horizonte no que se refere a urbanização e acesso a serviços de água, luz e esgoto, principalmente, continua o desafio frente à expansão das favelas, e da pouca integração destas áreas à malha urbana.

Portanto, parece-nos que o Orçamento Participativo deverá ser, cada vez mais, uma forma de gestão pública que, aperfeiçoando os instrumentos de planejamento e intervenção, propicie a integração das ações dos diversos setores da administração municipal, conseguindo, assim, atacar todas as dimensões do problema e ter êxito na integração da favela à cidade formal.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Sérgio de. *A questão da moradia no Brasil: necessidades habitacionais, políticas e tendências*. Belo Horizonte: 1997. Texto avulso.

BEDÊ, Mônica; JACINTO, Claudinéia. *Programa Alvorada. Participação Popular na Prefeitura de Belo Horizonte*. R. PBH, 1996.

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/URBEL: Política Habitacional para o município de BH; Planos Globais da Vila Senhor dos Passos e Ventosa/Programa Alvorada; Relatório de Avaliação de Operacionalização dos Orçamentos Participativos (1996); Revista “Memória do OP 94-97; Planos Regionais de Empreendimentos do OP 98, 99/2000; Relatório Situação Física do Orçamento Participativo/Grupo Gerencial OP (1999). Plano Estratégico

de Urbanização das zonas de especial interesse social – ZEIS – de BH/URBEL/CEURB/UFMG, 1999.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, v.7, n.2. 1992.

MOURA, Heloísa Soares de. *Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte*. In: SOUSA, Rômulo P. (Org.). *BH: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: 1997. (Col. BH 100 anos).

PLAMBEL. *Favelas na Região Metropolitana de BH*. 1983.

SILBERSCHNEIDER, Wieland. *Orçamento participativo: redefinindo o planejamento de ação governamental com participação popular*. Belo Horizonte: 1998.

Tabela 4.42 - Resumo das obras concluídas do Orçamento Participativo por região administrativa e tipo de empreendimento - Belo Horizonte - 1994-2000

ESPECIFICAÇÃO							(continua)
	1994	1995	1996	1997	1998	1999 / 2000	TOTAL
Barreiro							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	5	2	1	-	3	2	13
Drenagem, pavimentação e contenção	6	6	5	5	2	1	25
Canalização	1	-	3	-	-	-	4
Urbanização e abertura de vias	6	2	-	1	-	-	9
Construção	2	2	1	-	-	-	5
Projeto	-	-	-	-	-	-	0
Financiamento	-	3	-	-	-	-	3
Regularização fundiária	-	-	-	-	-	-	0
Desapropriação	-	-	-	1	-	-	1
Aquisição	-	1	-	-	-	-	1
Outros	-	-	-	-	1	-	1
Total	20	16	10	7	6	3	62
Centro-sul							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	-	1	-	-	-	-	1
Drenagem, pavimentação e contenção	1	2	2	-	1	-	6
Canalização	1	2	-	-	-	-	3
Urbanização e abertura de vias	9	4	5	6	-	-	24
Construção	-	1	1	-	-	-	2
Projeto	-	1	-	-	-	-	1
Financiamento	-	-	-	-	-	-	0
Regularização fundiária	1	1	-	-	-	-	2
Desapropriação	-	-	-	-	-	-	0
Aquisição	-	-	-	-	-	-	0
Outros	1	3	2	-	-	-	6
Total	13	15	10	6	1	0	45
Leste							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	7	4	1	2	-	-	14
Drenagem, pavimentação e contenção	14	10	6	2	-	-	32
Canalização	1	-	-	-	-	-	1
Urbanização e abertura de vias	3	7	2	2	-	1	15
Construção	-	1	-	2	-	-	3
Projeto	1	-	-	-	-	-	1
Financiamento	-	-	-	-	-	-	0
Regularização fundiária	-	-	-	-	-	-	0
Desapropriação	-	-	-	-	-	-	0
Aquisição	-	-	-	-	-	-	0
Outros	-	-	1	-	-	-	1
Total	26	22	10	8	0	1	67
Nordeste							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	2	2	1	1	-	-	6
Drenagem, pavimentação e contenção	10	8	4	5	3	-	30
Canalização	2	-	-	-	-	-	2
Urbanização e abertura de vias	1	2	2	1	-	-	6
Construção	2	2	1	1	1	-	7
Projeto	-	-	-	-	-	-	0
Financiamento	-	-	-	-	-	-	0
Regularização fundiária	-	-	-	-	-	-	0
Desapropriação	1	-	-	1	-	-	2
Aquisição	-	-	-	-	-	-	0
Outros	-	5	-	-	-	-	5
Total	18	19	8	9	4	0	58

Tabela 4.42 - Resumo das obras concluídas do Orçamento Participativo por região administrativa e tipo de empreendimento - Belo Horizonte - 1994-2000

(continuação)

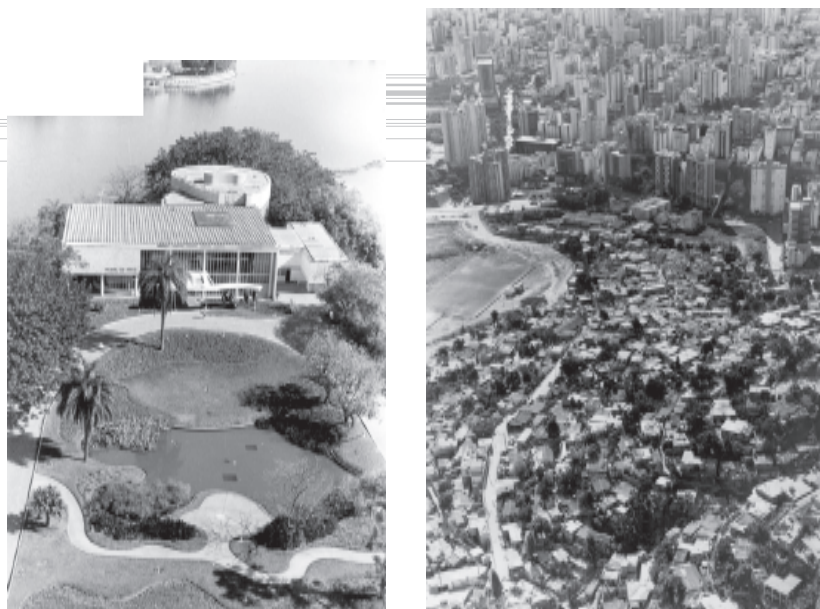
ESPECIFICAÇÃO	1994	1995	1996	1997	1998	1999 / 2000	TOTAL
Noroeste							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	1	2	-	1	2	-	6
Drenagem, pavimentação e contenção	10	7	8	6	3	-	34
Canalização	1	1	-	-	-	-	2
Urbanização e abertura de vias	-	4	-	-	-	-	4
Construção	6	5	1	-	-	-	12
Projeto	-	-	-	-	-	1	1
Financiamento	-	-	-	-	-	-	0
Regularização fundiária	1	-	-	-	-	-	1
Desapropriação	-	-	-	-	-	-	0
Aquisição	-	-	-	-	-	-	0
Outros	-	1	-	-	-	-	1
Total	19	20	9	7	5	1	61
Norte							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	1	-	-	-	-	-	1
Drenagem, pavimentação e contenção	8	13	6	4	1	1	33
Canalização	3	1	1	2	-	-	7
Urbanização e abertura de vias	3	4	2	1	-	-	10
Construção	1	1	1	-	2	1	6
Projeto	-	-	-	-	-	-	0
Financiamento	-	1	-	-	-	-	1
Regularização fundiária	-	-	-	-	-	-	0
Desapropriação	-	-	-	-	2	-	2
Aquisição	-	1	-	-	-	-	1
Outros	2	3	-	-	-	-	5
Total	18	24	10	7	5	2	66
Oeste							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	7	4	1	2	1	1	16
Drenagem, pavimentação e contenção	-	2	-	1	2	-	5
Canalização	-	1	1	-	-	-	2
Urbanização e abertura de vias	2	4	2	-	-	-	8
Construção	2	1	3	-	-	1	7
Projeto	-	-	-	-	-	-	0
Financiamento	-	4	-	-	-	-	4
Regularização fundiária	1	-	1	-	-	-	2
Desapropriação	-	1	1	1	-	-	3
Aquisição	-	3	-	-	-	-	3
Outros	-	-	-	2	-	-	2
Total	12	20	9	6	3	2	52
Pampulha							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	4	1	-	-	1	-	6
Drenagem, pavimentação e contenção	1	6	5	5	-	-	17
Canalização	1	1	-	-	1	-	3
Urbanização e abertura de vias	-	1	3	1	1	-	6
Construção	-	-	1	-	-	-	1
Projeto	-	-	-	-	2	-	2
Financiamento	4	-	-	-	-	-	4
Regularização fundiária	-	-	-	-	-	-	0
Desapropriação	-	-	-	1	-	-	1
Aquisição	-	-	1	-	-	-	1
Outros	2	-	-	-	-	-	2
Total	12	9	10	7	5	0	43

Tabela 4.42 - Resumo das obras concluídas do Orçamento Participativo por região administrativa e tipo de empreendimento - Belo Horizonte - 1994-2000

ESPECIFICAÇÃO							(conclusão)
	1994	1995	1996	1997	1998	1999 / 2000	TOTAL
Venda Nova							
Ampliação, reforma, equipamentos e custeio	-	1	-	1	2	-	4
Drenagem, pavimentação e contenção	26	13	2	4	4	3	52
Canalização	2	-	-	1	-	-	3
Urbanização e abertura de vias	2	2	2	-	-	-	6
Construção	2	-	1	-	-	1	4
Projeto	-	-	-	-	-	-	0
Financiamento	-	1	-	-	-	-	1
Regularização fundiária	-	-	-	-	-	-	0
Desapropriação	-	-	-	1	-	-	1
Aquisição	-	1	-	2	-	-	3
Outros	-	-	-	-	-	-	0
Total	32	18	5	9	6	4	74

Fonte: PBH. SMPL. *Orçamento Participativo*. 2000.
Org.: DITPL. 2000.

Relatórios Gerenciais da PBH



Nesta seção encontram-se séries históricas da Receita e da Despesa da Prefeitura de Belo Horizonte. As informações da Receita são oriundas da Secretaria Municipal da Fazenda, disponíveis para os anos de 1996 a 1999. As informações da Despesa, disponíveis de janeiro de 1997 a outubro de 2000, são originárias dos Relatórios Gerenciais da SMPL. Estes Relatórios foram elaborados a partir da reclassificação orçamentária, feita pelo Departamento de Orçamento da SMPL, das despesas registradas no sistema Financeiro e Orçamentário da PBH, o SF11.

O tratamento informacional combina uma modelagem dimensional de dados com os recursos OLAP (*On-line Analytical Processing*) do *software* SAS – (*Statistical Analysis System*), desenvolvidos pela Assessoria de Informações Gerenciais da SMPL em conjunto com a unidade setorial de informática da PRODABEL.

Originalmente estas tabelas foram divulgadas na Revista Planejar BH. A consolidação da **série histórica** neste Anuário reforça os princípios éticos da atual administração, na direção de uma maior transparência de suas atividades.

Receita da PBH

Tabela 5.1 - Demonstrativo da receita executada
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1996 - 1999

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	1996	1997	1998	1999
Receitas Correntes	946.351.557,54	1.060.011.738,46	1.215.058.423,33	1.312.083.984,93
Receita Tributária	376.401.446,44	420.791.254,16	454.148.236,24	466.888.402,89
Impostos	308.939.945,03	343.110.732,57	367.903.168,32	374.493.841,29
IPTU	123.063.847,70	137.376.808,27	155.552.549,82	164.087.280,13
ITBI	33.879.645,36	39.950.593,58	41.015.630,60	42.244.891,77
ISS	151.520.306,70	165.730.570,56	171.322.800,78	168.146.936,67
Outros Impostos	476.145,27	52.760,16	12.187,12	14.732,72
Taxas	67.461.501,41	77.680.521,59	86.245.067,92	92.394.561,60
Iluminação Pública	24.381.876,69	26.974.495,12	30.064.392,16	34.200.104,98
Limpeza Pública	35.449.457,21	42.123.131,76	46.391.529,68	48.947.733,95
Outras Taxas	7.630.167,51	8.582.894,71	9.789.146,08	9.246.722,67
Receita Patrimonial	8.704.455,19	4.459.234,35	4.461.979,65	6.977.370,20
Receitas Imobiliárias	319.982,37	394.377,31	415.859,93	537.052,19
Receitas de Valores Mobiliários	8.042.693,82	3.647.918,35	3.604.707,39	6.030.089,03
Outras Patrimoniais	341.779,00	416.938,69	441.412,33	410.228,98
Receita de Serviços	13.074.526,61	14.807.837,87	34.786.705,89	47.724.487,81
Serviços Pertinentes a Obras em Geral	3.789.976,56	4.927.056,19	2.555.250,32	2.877.446,20
Serviços Pertinentes Ativ. Com. e Econ.	1.508.408,64	1.534.489,63	1.452.368,65	1.817.757,75
Serviços Diversos	6.370.350,84	6.799.280,62	6.745.254,11	6.744.421,23
Outras Receitas de Serviços	1.405.790,57	1.547.011,43	24.033.832,81	36.284.862,63
Transferências Correntes	503.907.079,49	573.281.468,11	664.907.957,92	736.086.159,00
Transferências da União	321.492.479,31	370.848.336,84	392.544.467,48	426.307.271,47
Transferências dos Estados	182.317.927,58	202.071.420,49	268.848.012,61	300.766.978,94
Outras Transferências	96.672,60	361.710,78	3.515.477,83	9.011.908,59
Outras Receitas Correntes	44.264.049,81	46.671.943,97	56.753.543,63	54.407.565,03
Dívida Ativa	20.341.295,97	32.960.273,56	44.491.647,53	40.359.351,70
Diversas Receitas Correntes	23.922.753,84	13.711.670,41	12.261.896,10	14.048.213,33
Receitas de Capital	26.995.734,90	21.663.457,42	20.434.191,51	7.178.854,98
Operações de Crédito	14.012.438,50	21.160.069,66	15.917.157,33	4.380.960,35
Alienação de Bens	9.760.814,31	-	102.693,70	138.391,88
Transferências da União	1.903.587,47	141.156,44	1.167.096,05	361.325,96
Transferências dos Estados	447.342,31	319.690,52	3.247.244,43	2.298.176,79
Transferências de Instituições Privadas	741.240,13	10.300,00	-	-
Outras Receitas de Capital	130.312,18	32.240,80	-	-
Total	973.347.292,44	1.081.675.195,88	1.235.492.614,84	1.319.262.839,91

Fonte: PBH. SMFA. Departamento de Inspeção Financeira da Secretaria Municipal da Fazenda. 2000.

Despesas da PBH

Síntese das Despesas Pagas

Tabela 5.2 - Síntese das despesas pagas
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continua)							
DESPESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1997							
Pessoal da Administração Direta	21.573.835,29	22.905.242,03	24.028.690,76	23.676.377,82	24.154.460,06	22.962.245,21	4.515.148,90
Repasse Pessoal Adm. Indireta	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21.573.835,29	22.905.242,03	24.028.690,76	23.676.377,82	24.154.460,06	22.962.245,21	4.515.148,90
Custeio da Administração Direta	125.957,23	4.800.063,83	8.917.891,40	6.483.370,42	6.151.445,22	6.503.919,38	7.007.601,19
Repasse Pessoal Adm. Indireta	22.099.323,12	32.432.933,71	30.721.385,61	44.877.686,13	40.349.209,34	41.987.633,10	50.490.929,83
Subtotal	22.225.280,35	37.232.997,54	39.639.277,01	51.361.056,55	46.500.654,56	48.491.552,48	57.498.531,02
Investimento	904.249,21	8.469.355,28	9.088.942,07	8.320.836,16	5.070.134,00	9.511.939,31	8.515.980,14
Serviço da Dívida	-	15.191.227,60	4.110.623,49	8.290.875,87	13.414.841,40	5.755.662,08	5.773.693,38
Demais Despesas	-	-	198,00	827,10	243,00	486,00	-
Total	44.703.364,85	83.798.822,45	76.867.731,33	91.649.973,50	89.140.333,02	86.721.885,08	76.303.353,44
1998							
Pessoal da Administração Direta	25.248.134,90	23.949.725,34	26.464.215,52	24.950.985,19	26.105.861,97	24.170.751,24	5.347.004,89
Repasse Pessoal Adm. Indireta	4.279.538,28	4.543.084,14	1.958.501,54	18.681.342,55	16.007.812,67	7.622.096,33	5.977.608,50
Subtotal	29.527.673,18	28.492.809,48	28.422.717,06	43.632.327,74	42.113.674,64	31.792.847,57	11.324.613,39
Custeio da Administração Direta	16.019.491,49	8.435.959,44	8.850.214,42	7.499.565,91	10.564.617,69	7.461.312,47	5.200.119,66
Repasse Pessoal Adm. Indireta	35.772.774,75	34.614.083,15	33.437.656,52	29.588.148,69	28.737.973,29	25.345.445,98	33.042.279,14
Subtotal	51.792.266,24	43.050.042,59	42.287.870,94	37.087.714,60	39.302.590,98	32.806.758,45	38.242.398,80
Investimento	22.410.296,09	3.277.578,34	4.594.016,49	5.507.205,11	5.310.837,16	6.563.867,13	3.186.412,07
Serviço da Dívida	-	8.771.930,66	2.916.342,35	6.739.300,67	12.511.003,49	5.337.136,64	4.705.060,00
Demais Despesas	-	-	265,50	-	-	-	-
Total	103.730.235,51	83.592.361,07	78.221.212,34	92.966.548,12	99.238.106,27	76.500.609,79	57.458.484,26
1999							
Pessoal da Administração Direta	28.535.232,69	34.724.247,02	32.012.694,34	34.734.627,08	31.862.372,57	32.087.758,77	26.449.386,02
Repasse Pessoal Adm. Indireta	4.004.134,49	9.780.775,04	9.767.368,04	4.408.950,69	10.540.264,90	7.422.026,20	6.865.870,90
Subtotal	32.539.367,18	44.505.022,06	41.780.062,38	39.143.577,77	42.402.637,47	39.509.784,97	33.315.256,92
Custeio da Administração Direta	16.331.738,97	7.016.792,75	20.140.767,69	9.956.601,94	13.239.621,21	12.358.790,05	7.909.738,70
Repasse Pessoal Adm. Indireta	27.603.324,43	45.076.915,39	30.392.866,22	28.897.132,16	34.781.995,83	28.886.466,29	32.593.199,06
Subtotal	43.935.063,40	52.093.708,14	50.533.633,91	38.853.734,10	48.021.617,04	41.245.256,34	40.502.937,76
Investimento	24.368.918,99	26.426.634,19	10.525.890,75	9.152.673,34	10.556.839,47	11.087.009,14	24.920.215,75
Serviço da Dívida	-	8.507.247,39	3.328.001,95	10.197.779,58	3.409.041,24	4.625.156,85	3.584.434,20
Demais Despesas	-	-	-	-	-	-	-
Total	100.843.349,57	131.532.611,78	106.167.588,99	97.347.764,79	104.390.135,22	96.467.207,30	102.322.844,63
2000							
Pessoal da Administração Direta	23.352.756,63	22.853.518,90	40.409.306,69	25.811.723,09	34.677.014,43	34.367.592,71	38.025.286,22
Repasse Pessoal Adm. Indireta	6.005.150,94	9.879.175,34	13.365.370,29	7.009.423,70	9.484.989,61	11.104.792,16	5.996.633,41
Subtotal	29.357.907,57	32.732.694,24	53.774.676,98	32.821.146,79	44.162.004,04	45.472.384,87	44.021.919,63
Custeio da Administração Direta	22.586.977,12	19.036.812,68	13.618.981,19	12.663.198,30	16.254.335,82	10.262.816,93	10.784.236,19
Repasse Pessoal Adm. Indireta	37.877.054,61	48.282.202,62	34.605.306,02	34.617.647,39	51.763.687,62	34.383.169,21	39.997.159,71
Subtotal	60.464.031,73	67.319.015,30	48.224.287,21	47.280.845,69	68.018.023,44	44.645.986,14	50.781.395,90
Investimento	73.805.622,19	6.712.110,61	13.843.635,17	11.341.459,43	12.973.355,50	13.935.884,78	5.842.997,07
Serviço da Dívida	3.250.571,28	8.477.522,76	2.966.177,03	12.089.744,11	3.243.630,64	4.694.972,16	3.170.446,35
Demais Despesas	709.086,00	-	-	-	-	38,32	38,32
Total	167.587.218,77	115.241.342,91	118.808.776,39	103.533.196,02	128.397.013,62	108.749.266,27	103.816.797,27

Tabela 5.2 - Síntese das despesas pagas
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(conclusão)						
DESPESA	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997						
Pessoal da Administração Direta	24.546.929,73	47.225.509,92	3.034.147,72	1.348.203,02	100.811.460,70	320.782.251,16
Repasse Pessoal Adm. Indireta	-	-	-	-	-	-
Subtotal	24.546.929,73	47.225.509,92	3.034.147,72	1.348.203,02	100.811.460,70	320.782.251,16
Custeio da Administração Direta	4.399.324,44	4.082.739,66	9.538.951,58	5.551.065,50	5.325.080,24	68.887.410,09
Repasse Pessoal Adm. Indireta	40.987.476,68	34.200.547,54	50.010.568,71	42.465.961,13	53.187.165,28	483.810.820,18
Subtotal	45.386.801,12	38.283.287,20	59.549.520,29	48.017.026,63	58.512.245,52	552.698.230,27
Investimento	5.875.025,38	4.212.632,58	4.390.567,59	3.423.202,16	3.943.083,64	71.725.947,52
Serviço da Dívida	21.997.482,00	4.472.705,04	7.128.805,84	5.026.320,67	7.491.017,86	98.653.255,23
Demais Despesas	-	480.000,00	-	-	1.500.000,00	1.981.754,10
Total	97.806.238,23	94.674.134,74	74.103.041,44	57.814.752,48	172.257.807,72	1.045.841.438,28
1998						
Pessoal da Administração Direta	27.821.308,07	54.380.321,15	27.818.868,46	25.471.140,77	46.586.010,31	338.314.327,81
Repasse Pessoal Adm. Indireta	4.011.701,29	5.145.515,65	20.751.093,75	11.260.443,92	14.801.100,91	115.039.839,53
Subtotal	31.833.009,36	59.525.836,80	48.569.962,21	36.731.584,69	61.387.111,22	453.354.167,34
Custeio da Administração Direta	8.515.966,11	6.431.605,91	6.421.933,07	5.825.018,53	6.896.263,16	98.122.067,86
Repasse Pessoal Adm. Indireta	31.094.484,84	38.006.558,51	25.893.485,64	32.119.518,82	42.873.313,80	390.525.723,13
Subtotal	39.610.450,95	44.438.164,42	32.315.418,71	37.944.537,35	49.769.576,96	488.647.790,99
Investimento	4.641.790,43	4.686.247,85	5.625.302,90	4.238.066,55	7.385.196,66	77.426.816,78
Serviço da Dívida	5.319.887,17	4.657.607,74	9.427.006,74	5.663.891,94	5.485.098,90	71.534.266,30
Demais Despesas	-	-	-	-	-	265,50
Total	81.405.137,91	113.307.856,81	95.937.690,56	84.578.080,53	124.026.983,74	1.090.963.306,91
1999						
Pessoal da Administração Direta	27.221.754,35	27.027.933,70	27.807.559,60	22.874.709,21	68.962.779,58	394.301.054,93
Repasse Pessoal Adm. Indireta	6.484.856,62	5.769.589,06	5.809.517,10	3.698.399,06	20.923.662,24	95.475.414,34
Subtotal	33.706.610,97	32.797.522,76	33.617.076,70	26.573.108,27	89.886.441,82	489.776.469,27
Custeio da Administração Direta	8.728.578,62	11.232.028,06	6.257.118,90	12.368.850,61	8.190.331,36	133.730.958,86
Repasse Pessoal Adm. Indireta	31.989.437,17	25.901.351,85	28.366.696,28	35.923.677,33	40.087.019,65	390.500.081,66
Subtotal	40.718.015,79	37.133.379,91	34.623.815,18	48.292.527,94	48.277.351,01	524.231.040,52
Investimento	6.416.694,25	6.121.150,46	26.135.010,24	6.116.390,53	7.338.640,15	169.166.067,26
Serviço da Dívida	3.457.587,69	3.405.842,27	8.453.325,54	3.432.976,00	7.651.075,00	60.052.467,71
Demais Despesas	163,80	526,57	-	-	-	690,37
Total	84.299.072,50	79.458.421,97	102.829.227,66	84.415.002,74	153.153.507,98	1.243.226.735,13
2000						
Pessoal da Administração Direta	31.433.405,96	31.135.061,76	6.593.476,50	-	-	288.659.142,89
Repasse Pessoal Adm. Indireta	9.458.210,47	9.485.136,84	9.360.501,71	-	-	91.149.384,47
Subtotal	40.891.616,43	40.620.198,60	15.953.978,21	-	-	379.808.527,36
Custeio da Administração Direta	13.164.042,59	12.441.914,90	7.031.508,43	-	-	137.844.824,15
Repasse Pessoal Adm. Indireta	38.003.219,59	28.916.792,50	5.727.324,01	-	-	354.173.563,28
Subtotal	51.167.262,18	41.358.707,40	12.758.832,44	-	-	492.018.387,43
Investimento	7.331.732,91	7.310.633,03	15.169.679,63	-	-	168.267.110,32
Serviço da Dívida	3.253.029,19	3.237.581,68	11.414.406,77	-	-	55.798.081,97
Demais Despesas	38,32	67,06	1.140,00	-	-	710.408,02
Total	102.643.679,03	92.527.187,77	55.298.037,05	-	-	1.096.602.515,10

Fonte: PBH. SMPL. *Relatórios Gerenciais*. 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Despesas pagas com pessoal da Administração Direta

Tabela 5.3 - Despesas pagas com pessoal da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continua)

DESPESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1997							
Vencimento/Adicionais	15.576.545,17	15.334.822,48	16.184.340,01	16.387.779,22	16.794.744,55	14.056.929,48	1.623.247,98
Obrigações Patronais	1.022.481,45	1.785.637,27	1.273.816,54	1.057.833,59	1.088.643,62	2.543.441,43	1.138.504,37
Benefícios	-	657.206,61	1.389.092,80	979.684,76	886.836,10	933.291,34	509.199,65
Inativos/Pensionistas	4.974.808,67	5.127.575,67	5.181.441,41	5.251.080,25	5.384.235,79	5.428.582,96	1.244.196,90
Pess. Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	-	-	-	-	-	-	-
Total	21.573.835,29	22.905.242,03	24.028.690,76	23.676.377,82	24.154.460,06	22.962.245,21	4.515.148,90
1998							
Vencimento/Adicionais	17.254.439,31	16.476.737,87	17.038.895,72	16.910.632,24	16.990.415,82	17.155.387,39	5.003.281,57
Obrigações Patronais	1.053.878,10	1.011.601,57	2.433.625,65	1.027.311,38	2.025.456,80	1.059.861,66	289.968,36
Benefícios	1.136.407,25	596.916,68	942.486,70	871.260,03	844.807,12	852.860,08	28.500,99
Inativos/Pensionistas	5.803.410,24	5.864.469,22	6.049.207,45	6.141.781,54	6.245.182,23	5.102.642,11	25.253,97
Pess. Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	-	-	-	-	-	-	-
Total	25.248.134,90	23.949.725,34	26.464.215,52	24.950.985,19	26.105.861,97	24.170.751,24	5.347.004,89
1999							
Vencimento/Adicionais	17.917.422,89	16.852.195,48	17.881.051,95	17.590.627,84	17.501.400,39	18.386.429,59	17.688.657,32
Obrigações Patronais	1.176.501,98	1.124.253,25	2.531.028,35	1.266.727,16	1.209.506,02	1.188.018,98	1.304.435,96
Benefícios	976.450,78	1.114.141,72	980.132,15	812.599,61	997.351,74	861.029,55	605.242,17
Inativos/Pensionistas	6.423.408,10	6.370.990,01	6.418.860,90	6.506.779,77	6.620.915,00	5.977.209,95	1.711.841,58
Pess. Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	2.041.448,94	9.262.666,56	4.201.620,99	8.557.892,70	5.533.199,42	5.675.070,70	5.139.208,99
Total	28.535.232,69	34.724.247,02	32.012.694,34	34.734.627,08	31.862.372,57	32.087.758,77	26.449.386,02
2000							
Vencimento/Adicionais	18.169.793,41	17.827.482,65	18.009.945,05	18.045.001,75	18.148.690,89	22.194.370,54	24.018.222,79
Obrigações Patronais	4.153.635,18	3.972.597,90	4.147.332,44	4.157.117,11	1.676.799,04	6.391.851,37	4.185.027,88
Benefícios	1.029.328,04	1.053.438,35	1.027.441,74	1.103.501,26	1.300.414,97	1.165.211,47	623.475,32
Inativos/Pensionistas	-	-	-	-	-	108,09	27,91
Pess. Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	-	-	17.224.587,46	2.506.102,97	13.551.109,53	4.616.051,24	9.198.532,32
Total	23.352.756,63	22.853.518,90	40.409.306,69	25.811.723,09	34.677.014,43	34.367.592,71	38.025.286,22

**Tabela 5.3 - Despesas pagas com pessoal da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(conclusão)						
DESPESA	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997						
Vencimento/Adicionais	17.071.845,64	36.307.476,17	1.705.959,35	889.161,80	70.427.761,72	222.360.613,57
Obrigações Patronais	1.036.655,96	1.600.379,92	172.771,25	124.014,89	5.789.555,46	18.633.735,75
Benefícios	867.526,39	947.930,15	908.888,30	97.252,83	830.478,25	9.007.387,18
Inativos/Pensionistas	5.570.901,74	8.369.723,68	246.528,82	237.773,50	23.763.665,31	70.780.514,70
Pessoal Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	-	-	-	-	-	-
Total	24.546.929,73	47.225.509,92	3.034.147,72	1.348.203,02	100.811.460,74	320.782.251,20
1998						
Vencimento/Adicionais	18.975.236,18	36.975.727,78	19.371.006,50	17.654.557,22	30.593.896,21	230.400.213,81
Obrigações Patronais	1.990.437,42	2.253.010,13	1.963.472,99	1.022.581,81	2.695.164,51	18.826.370,38
Benefícios	577.890,11	1.560.649,62	104.512,78	830.346,38	738.662,12	9.085.299,86
Inativos/Pensionistas	6.277.744,36	13.590.933,62	6.379.876,19	5.963.655,36	12.558.287,47	80.002.443,76
Pessoal Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	-	-	-	-	-	-
Total	27.821.308,07	54.380.321,15	27.818.868,46	25.471.140,77	46.586.010,31	338.314.327,81
1999						
Vencimento/Adicionais	17.783.502,08	18.018.127,08	17.769.097,48	13.550.287,81	44.562.544,60	235.501.344,51
Obrigações Patronais	1.056.189,90	1.057.403,30	1.034.341,84	900.267,87	46.184.980,94	60.033.655,55
Benefícios	970.543,03	517.786,91	1.503.839,28	918.367,44	97.556,51	10.355.040,89
Inativos/Pensionistas	1.751.389,19	1.702.506,07	1.702.390,46	1.709.477,68	-46.895.768,71	-
Pessoal Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	5.660.130,15	5.732.110,34	5.797.890,54	5.796.308,41	25.013.466,24	88.411.013,98
Total	27.221.754,35	27.027.933,70	27.807.559,60	22.874.709,21	68.962.779,58	394.301.054,93
2000						
Vencimento/Adicionais	21.145.682,27	20.841.700,25	283.682,68	-	-	178.684.572,28
Obrigações Patronais	4.320.360,42	4.195.100,10	19.626,33	-	-	37.219.447,77
Benefícios	1.214.786,20	1.126.520,36	1.093.918,76	-	-	10.738.036,47
Inativos/Pensionistas	-	3.399,99	5.348,34	-	-	8.884,33
Pessoal Sec.Saúde/Fundo M.Saúde	4.752.577,07	4.968.341,06	5.190.900,39	-	-	62.008.202,04
Total	31.433.405,96	31.135.061,76	6.593.476,50	-	-	288.659.142,89

Fonte: PBH. SMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Despesas pagas com pessoal da Administração Indireta

Tabela 5.4 - Despesas pagas com pessoal da Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1998-2000¹

(continua)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1998							
EMPRESAS/URBEL	342.359,05	338.040,01	282.126,57	359.778,19	416.683,62	349.595,50	382.442,85
EMPRESAS/BELOTUR	281.041,92	134.469,29	150.702,51	92.632,38	169.903,48	212.006,63	164.467,45
AUTARQUIAS/SUDECAP	1.646.232,00	610.928,00	82.707,31	1.453.813,00	1.459.014,04	47.555,51	1.362.232,51
AUTARQUIAS/SLU	1.808.359,69	2.684.822,60	1.204.216,58	1.277.472,27	2.445.376,31	2.116.391,97	2.105.993,42
FUNDACOES/FZB	201.545,62	56.889,46	170.961,88	117.148,66	115.000,00	113.159,30	132.492,32
FUNDO/BHTRANS	-	717.934,78	67.786,69	-	-	-	-
FUNDOS/SMSA	-	-	-	15.380.498,05	11.401.835,22	4.783.387,42	1.829.979,95
EMPRESA/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
AUTARQUIAS/HOB	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.279.538,28	4.543.084,14	1.958.501,54	18.681.342,55	16.007.812,67	7.622.096,33	5.977.608,50
1999							
EMPRESAS/URBEL	738.572,49	435.734,91	440.884,66	475.377,27	433.943,58	174.169,06	527.788,47
EMPRESAS/BELOTUR	361.703,25	268.813,29	246.970,49	156.660,84	201.032,73	221.737,71	201.790,27
AUTARQUIAS/SUDECAP	281.965,33	1.280.781,14	1.460.510,98	89.681,83	1.097.544,92	1.702.529,29	1.637.289,44
AUTARQUIAS/SLU	2.602.683,90	6.835.251,20	1.662.341,47	2.636.404,34	2.424.333,12	2.401.276,05	2.274.611,70
FUNDACOES/FZB	19.209,52	185.528,07	234.650,77	163.831,30	151.780,34	140.006,79	161.640,32
FUNDO/BHTRANS	-	774.666,43	660.000,00	250.000,00	672.487,84	-	87.512,16
FUNDOS/SMSA	-	-	-	-	-	-	-
EMPRESA/PRODABEL	-	-	2.800.590,33	112.969,67	1.734.992,54	1.853.463,46	975.238,54
AUTARQUIAS/HOB	-	-	2.261.419,34	524.025,44	3.824.149,83	928.843,84	1.000.000,00
Total	4.004.134,49	9.780.775,04	9.767.368,04	4.408.950,69	10.540.264,90	7.422.026,20	6.865.870,90
2000							
EMPRESAS/URBEL	674.135,18	478.586,82	501.638,37	523.944,57	504.998,46	690.370,81	413.605,93
EMPRESAS/BELOTUR	50.407,14	82.197,26	192.253,78	540.439,37	228.350,60	219.154,03	289.738,23
AUTARQUIAS/SUDECAP	2.272.818,85	1.660.950,45	2.421.097,41	1.021.029,04	1.861.012,10	1.710.441,22	271.116,51
AUTARQUIAS/SLU	2.815.382,80	3.375.800,72	3.626.948,41	1.801.168,76	2.237.390,78	1.883.318,73	292.911,48
FUNDACOES/FZB	177.746,33	197.203,04	198.543,47	103.220,31	140.143,65	77.008,36	141.461,22
FUNDO/BHTRANS	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOS/SMSA	-	-	-	-	-	-	-
EMPRESA/PRODABEL	14.660,64	1.982.313,76	1.578.623,55	1.413.957,79	1.737.161,67	1.322.417,60	1.683.931,00
AUTARQUIAS/HOB	-	2.102.123,29	4.846.265,30	1.605.663,86	2.775.932,35	5.202.081,41	2.903.869,04
Total	6.005.150,94	9.879.175,34	13.365.370,29	7.009.423,70	9.484.989,61	11.104.792,16	5.996.633,41

Tabela 5.4 - Despesas pagas com pessoal da Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1998-2000¹

(conclusão)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1998						
EMPRESAS/URBEL	418.665,19	414.485,45	381.245,21	451.587,64	355.070,84	4.492.080,12
EMPRESAS/BELOTUR	191.339,98	224.424,91	167.829,79	177.875,66	181.555,55	2.148.249,55
AUTARQUIAS/SUDECAP	75.823,54	759.124,42	1.618.555,61	93.110,39	166.277,51	9.375.373,84
AUTARQUIAS/SLU	1.998.417,70	1.523.880,88	1.942.576,93	1.585.947,80	2.868.458,31	23.561.914,46
FUNDACOES/FZB	151.951,72	141.224,08	138.410,78	134.954,30	130.198,50	1.603.936,62
FUNDO/BHTRANS	-	828.292,96	226.922,37	843.729,79	926.388,45	3.611.055,04
FUNDOS/SMSA	1.175.503,16	1.254.082,95	16.275.553,06	7.973.238,34	10.173.151,75	70.247.229,90
EMPRESA/PRODABEL	-	-	-	-	-	-
AUTARQUIAS/HOB	-	-	-	-	-	-
Total	4.011.701,29	5.145.515,65	20.751.093,75	11.260.443,92	14.801.100,91	115.039.839,53
1999						
EMPRESAS/URBEL	594.027,49	243.108,95	432.129,74	392.623,53	430.958,05	5.319.318,20
EMPRESAS/BELOTUR	174.578,12	194.831,32	200.194,93	159.623,55	230.169,31	2.618.105,81
AUTARQUIAS/SUDECAP	1.375.381,51	1.113.490,27	1.294.194,38	520.185,36	169.713,64	12.023.268,09
AUTARQUIAS/SLU	1.973.633,92	2.095.430,48	1.721.284,02	1.433.124,14	2.578.591,10	30.638.965,44
FUNDACOES/FZB	123.822,89	123.530,00	139.000,00	131.789,72	213.463,95	1.788.253,67
FUNDO/BHTRANS	-	-	-	-	-	2.444.666,43
FUNDOS/SMSA	-	-	-	-	-	-
EMPRESA/PRODABEL	1.244.314,00	999.198,04	1.022.714,03	1.061.052,76	1.178.865,99	12.983.399,36
AUTARQUIAS/HOB	999.098,69	1.000.000,00	1.000.000,00	-	16.121.900,20	27.659.437,34
Total	6.484.856,62	5.769.589,06	5.809.517,10	3.698.399,06	20.923.862,24	95.475.414,34
2000						
EMPRESAS/URBEL	543.579,58	652.435,72	563.203,59	-	-	5.546.499,03
EMPRESAS/BELOTUR	267.220,54	150.609,14	-	-	-	2.020.370,09
AUTARQUIAS/SUDECAP	1.520.285,08	2.166.620,19	1.863.453,38	-	-	16.768.824,23
AUTARQUIAS/SLU	2.720.615,74	2.530.235,56	2.277.151,89	-	-	23.560.924,87
FUNDACOES/FZB	164.375,64	119.244,31	136.260,59	-	-	1.455.206,92
FUNDO/BHTRANS	-	-	-	-	-	-
FUNDOS/SMSA	-	-	-	-	-	-
EMPRESA/PRODABEL	1.460.043,24	1.497.860,32	1.497.591,07	-	-	14.188.560,64
AUTARQUIAS/HOB	2.782.090,65	2.368.131,60	3.022.841,19	-	-	27.608.998,69
Total	9.458.210,47	9.485.136,84	9.360.501,71	-	-	91.149.384,47

Fonte: PBH. SIMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Despesas pagas com Custeio da Administração Direta

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continua)

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1997							
Administrativos	-	16.375,55	42.330,63	38.484,28	43.827,26	97.014,81	64.188,51
Auxílio a estudante	-	55.155,69	48.854,90	-	143.331,90	158.607,62	210.536,81
Auxílio financeiro	-	2.565,00	758.237,57	1.367.942,16	461.668,42	511.339,46	1.549.990,00
Bolsa escola	-	-	-	-	-	-	-
Combustíveis e peças	11.490,00	711,06	24.198,94	36.161,20	19.437,25	25.706,09	11.639,79
Consultoria	-	124.066,40	809.240,17	387.608,58	492.884,05	336.336,65	719.103,13
Contribuição ao FUNDEF	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições correntes	-	3.877,70	-	300,00	-	3.505,40	-
Despesas de exercícios anteriores	34.387,31	863.031,71	1.216.852,54	192.081,77	112.445,01	153.044,45	82.610,79
Doação e revenda de material	-	1.352,92	146.379,10	155.476,94	127.792,16	198.166,73	151.853,87
Educação	-	80,00	104,00	21.350,50	263,56	166,10	572,01
Encarg. Jud., indeniz. e c/restit.	29.793,28	2.309.578,51	578.791,52	206.615,56	50.496,99	152.692,25	52.432,46
Escritório	-	3.292,70	17.380,05	34.018,66	37.226,43	63.878,84	30.312,92
Eventos	-	2.524,88	26.610,88	43.293,22	59.559,28	348.647,61	73.102,26
Informática	-	24.196,17	22.044,16	313.340,49	904.438,38	920.164,73	32.326,99
Locação conserv. e limpeza	-	196.692,13	827.943,97	294.231,67	579.996,99	315.590,89	556.923,44
Locação de bens Imóveis	11.694,15	300.569,03	419.517,64	390.149,27	322.002,17	380.653,92	301.590,59
Locação de máq. e equipamentos	-	1.001,63	83.111,78	145.546,82	33.968,77	95.650,40	176.892,10
Locação de veículos	-	39.821,10	509.472,05	398.976,84	452.581,25	376.453,27	487.095,44
Locação vigilância	-	432.820,41	475.929,43	615.522,75	668.095,10	278.852,21	569.206,88
Manut. e conserv. de próprios	-	17.711,74	48.567,39	210.760,51	174.902,50	204.248,59	63.512,14
Material de conserv. e limpeza/cozinha	-	23.234,69	53.351,68	80.922,42	110.781,51	86.631,89	106.899,14
Material e conserv. de próprios	-	4.076,62	5.425,59	10.189,92	17.365,38	15.855,65	12.367,72
Outros	-	1.619,02	1.761,38	6.320,89	7.382,71	3.538,57	6.319,26
Outros materiais de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	827,25	54.386,99	614.476,34	85.560,74	74.996,39	219.201,12	78.127,79
Publicidade	-	36.212,38	171.921,06	136.065,86	86.573,08	266.646,11	251.434,01
Remuneração de serviços pessoais	37.126,98	131.161,10	73.612,31	141.293,77	90.601,09	116.096,35	154.992,85
Saúde	-	-	79,90	60,75	59,10	8,80	-
Serviços de utilidade pública	449,26	149.541,66	1.933.277,72	1.144.309,91	1.040.420,53	1.130.729,38	1.220.204,70
Transf. a organismos internacionais	-	-	-	-	-	-	-
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	189,00	4.407,04	8.418,70	26.784,94	38.347,96	44.491,49	43.365,59
Total	125.957,23	4.800.063,83	8.917.891,40	6.483.370,42	6.151.445,22	6.503.919,38	7.007.601,19

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997						
Administrativos	70.920,93	33.853,08	48.340,09	38.826,33	9.816,63	503.978,10
Auxílio a estudante	-	101.889,14	101.489,78	-	7.771,47	827.637,31
Auxílio financeiro	46.061,82	64.524,00	814.429,55	351.228,00	780.661,70	6.708.647,68
Bolsa escola	-	-	-	-	-	-
Combustíveis e peças	9.431,85	14.368,93	75.837,35	23.965,72	15.111,98	268.060,16
Consultoria	400.036,77	469.902,52	361.191,91	349.644,44	488.129,61	4.938.144,23
Contribuição ao FUNDEF	-	-	-	-	-	-
Contribuições correntes	-	-	-	-	-	7.683,10
Despesas de exercícios anteriores	161.857,01	22.977,98	196.455,82	-	291.697,77	3.327.442,16
Doação e revenda de material	65.281,50	60.249,90	37.030,80	104.212,10	27.374,00	1.075.170,02
Educação	871,00	21.600,30	28.227,67	53.019,46	20.000,00	146.254,60
Encarg. Jud., indeniz. e o/redit.	39.295,74	94.381,89	14.076,93	8.022,51	2.244,31	3.538.421,95
Escritório	12.415,62	16.520,71	38.686,78	7.642,33	3.515,82	264.890,86
Eventos	131.323,80	167.582,58	235.613,63	326.438,22	280.426,05	1.695.122,41
Informática	162.831,02	17.853,40	4.995.594,58	1.597.044,66	344.512,96	9.334.347,54
Locação conserv. e limpeza	492.418,64	261.337,47	79.290,07	74.002,65	470.173,99	4.148.601,91
Locação de bens Imóveis	412.645,05	181.337,62	164.020,91	230.230,43	189.681,55	3.304.092,33
Locação de máq. e equipamentos	77.109,27	43.253,05	140.745,25	140.032,38	141.856,73	1.079.168,18
Locação de veículos	341.026,67	104.558,62	117.156,57	281.194,73	286.309,43	3.394.645,97
Locação vigilância	215.870,52	777.275,92	363.854,92	24.050,17	407.239,47	4.828.717,78
Manut. e conserv. de próprios	30.722,18	45.329,95	48.216,24	10.977,98	9.129,98	864.079,20
Material de conserv. e limpeza/cozinha	99.509,95	121.082,85	97.624,34	85.979,81	30.233,26	896.251,54
Material e conserv. de próprios	9.862,82	50.380,32	11.221,99	42.880,29	3.153,80	182.780,10
Outros	5.847,60	9.608,84	2.497,75	7.130,71	737,67	52.764,40
Outros materiais de consumo	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	69.948,27	49.601,00	196.985,15	87.987,63	239.649,35	1.771.748,02
Publicidade	148.669,40	161.362,73	182.663,42	352.677,16	275.724,55	2.069.949,76
Remuneração de serviços pessoais	117.646,77	107.167,76	110.265,58	153.653,52	8.459,89	1.242.077,97
Saúde	-	-	1.690,70	1.494,00	-	3.393,25
Serviços de utilidade pública	1.239.262,92	1.040.844,27	1.016.739,42	1.165.832,69	935.433,09	12.017.045,55
Transf. a organismos internacionais	-	-	-	-	-	-
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	38.457,32	43.894,83	59.004,38	32.897,58	56.035,18	396.294,01
Total	4.399.324,44	4.082.739,66	9.538.951,58	5.551.065,50	5.325.080,24	68.887.410,09

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

DESCRIÇÃO	(continuação)						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1998							
Administrativos	63.800,24	30.166,85	59.401,22	36.887,44	42.815,57	76.544,97	27.773,52
Auxílio a estudante	386.006,59	74.992,67	232.700,53	177.535,92	440.922,11	306.487,17	205.227,12
Auxílio financeiro	1.443.294,85	53.620,00	70.866,59	582.520,00	302.480,00	56.683,01	-
Bolsa escola	-	-	-	-	-	-	-
Combustíveis e peças	27.321,99	1.744,88	42.527,71	16.251,88	26.726,40	36.229,86	27.697,75
Consultoria	1.246.594,55	756.650,73	591.010,13	542.521,07	429.844,53	725.369,79	374.470,04
Contribuição ao FUNDEF	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições correntes	-	-	5.735,40	-	-	-	-
Despesas de exercícios anteriores	1.029,46	744.580,11	1.247.641,53	172.117,04	466.396,66	110.513,31	67.690,96
Doação e revenda de material	474.534,80	165.601,08	61.266,43	204.743,80	231.592,30	180.491,36	5.311,81
Educação	6.149,83	147.094,10	6.585,72	20.562,10	129.161,84	192,70	36.557,23
Encarg. Jud., indeniz. e c/restit.	49.882,36	122.155,31	76.826,53	33.472,80	139.516,72	162.874,85	136.346,95
Escritório	21.274,75	19.878,30	89.905,60	19.914,43	98.437,43	20.598,61	-17.632,64
Eventos	735.730,55	49.059,25	111.752,94	170.730,88	324.448,72	180.616,27	203.056,92
Informática	2.298.761,86	700.787,47	1.274.940,31	1.086.213,68	1.317.869,04	1.163.073,85	907.961,57
Locação conserv. e limpeza	2.067.561,04	199.789,79	860.196,55	666.483,56	488.103,40	581.478,47	328.305,30
Locação de bens Imóveis	915.400,30	400.322,54	457.885,74	484.082,59	542.267,39	547.677,41	320.668,76
Locação de máq. e equipamentos	185.051,69	55.742,32	31.814,29	157.155,90	237.111,40	186.011,23	37.655,47
Locação de veículos	1.250.162,41	150.999,54	436.703,54	271.750,04	789.029,72	372.365,51	111.109,40
Locação vigilância	1.401.156,68	1.306.874,11	736.026,10	855.752,53	605.070,08	615.168,09	537.354,23
Manut. e conserv. de próprios	50.508,01	10.643,01	66.451,56	36.407,72	40.117,00	40.561,71	41.613,59
Material de conserv. e limpeza/cozinha	255.519,95	27.176,10	64.725,86	30.194,86	117.789,61	100.467,59	72.572,41
Material e conserv. de próprios	9.813,06	461,38	30.422,30	88.258,27	39.774,16	26.941,96	34.393,41
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	9.767,85	837,24	13.284,75	6.947,02	4.308,89	4.261,54	6.061,60
Outros serviços	997.862,70	614.857,01	305.324,33	142.861,42	2.236.758,34	169.469,68	167.204,41
Publicidade	1.153.406,42	461.772,49	484.019,38	244.418,09	272.594,89	309.986,05	195.818,42
Remuneração de serviços pessoais	122.916,31	95.283,73	106.516,72	123.348,34	129.268,20	148.451,76	150.747,51
Saúde	14.963,00	-	15,90	2.883,83	-	-	114,80
Serviços de utilidade pública	748.336,08	2.238.531,00	1.371.030,63	1.280.844,86	1.072.894,69	1.241.160,77	1.153.997,68
Transf. a organismos internacionais	-	-	-	-	-	-	-
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	82.684,16	6.338,43	14.636,13	44.705,84	39.318,60	97.635,15	68.041,44
Total	16.019.491,49	8.435.959,44	8.850.214,42	7.499.565,91	10.564.617,69	7.461.312,47	5.200.119,66

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)

DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1998						
Administrativos	58.631,76	58.315,43	54.463,32	51.834,74	38.245,29	598.880,35
Auxílio a estudante	253.714,60	388.967,24	365.787,71	398.234,42	348.683,16	3.579.259,24
Auxílio financeiro	674.300,00	-	609.505,00	26.012,71	1.017.180,00	4.836.462,16
Bolsa escola	-	-	-	-	-	-
Combustíveis e peças	24.371,95	25.928,54	49.841,29	23.475,35	6.679,92	308.797,52
Consultoria	756.396,80	354.550,67	621.515,50	575.710,40	474.203,86	7.448.838,07
Contribuição ao FUNDEF	-	-	-	-	-	-
Contribuições correntes	-	-	3.698,39	-	-	9.433,79
Despesas de exercícios anteriores	25.794,26	1.910,50	-	28.834,16	26.969,56	2.893.477,55
Doação e revenda de material	121.875,09	68.186,16	154.769,80	24.439,10	9.927,36	1.702.739,09
Educação	47.533,09	22.270,19	3.321,57	3.555,78	225.791,20	648.775,35
Encarg. Jud., indeniz. e o/ressit.	285.076,84	126.033,01	130.436,75	153.203,35	117.902,64	1.533.728,11
Escritório	4.956,24	13.939,96	29.392,72	75.666,53	48.897,70	425.229,63
Eventos	801.449,01	295.840,99	147.140,45	226.930,38	84.187,76	3.330.944,12
Informática	884.096,52	1.104.923,45	1.159.139,62	1.235.021,03	1.592.172,63	14.724.960,83
Locação conserv. e limpeza	602.961,42	336.903,51	105.469,83	13.348,31	86.083,39	6.336.684,57
Locação de bens Imóveis	548.540,28	364.325,08	284.488,36	272.125,00	199.783,06	5.337.566,51
Locação de máq. e equipamentos	230.606,92	83.241,74	194.827,30	186.372,23	10.474,28	1.596.064,77
Locação de veículos	369.230,76	428.594,58	193.520,57	277.573,60	257.148,82	4.908.188,49
Locação vigilância	649.012,53	283.885,22	117.395,15	197.498,14	274.182,37	7.579.375,23
Manut. e conserv. de próprios	42.306,55	374.694,87	35.104,16	23.699,30	20.017,49	782.124,97
Material de conserv. e limpeza/cozinha	148.017,08	50.062,93	129.510,26	61.451,10	46.366,35	1.103.854,10
Material e conserv. de próprios	21.763,84	28.684,49	45.718,81	32.008,50	13.202,94	371.443,12
Outros	-	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	9.529,00	2.844,23	13.213,69	2.939,96	7.974,33	81.970,10
Outros serviços	36.877,59	224.931,71	136.229,20	110.198,36	240.301,01	5.382.875,76
Publicidade	425.326,69	393.173,78	309.462,15	478.793,34	327.736,19	5.056.507,89
Remuneração de serviços pessoais	141.769,34	143.205,28	147.826,99	158.378,25	154.834,41	1.622.546,84
Saúde	931,99	-	132,15	7.227,00	5.766,18	32.034,85
Serviços de utilidade pública	1.322.250,65	1.206.253,65	1.337.196,13	1.126.977,29	1.207.024,87	15.306.498,30
Transf. a organismos internacionais	-	-	-	-	-	-
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	28.645,31	49.938,70	42.826,20	53.510,20	54.526,39	582.806,55
Total	8.515.966,11	6.431.605,91	6.421.933,07	5.825.018,53	6.896.263,16	98.122.067,86

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1999							
Administrativos	112.572,21	67.341,11	127.084,75	73.193,63	50.620,04	88.427,83	74.466,67
Auxílio a estudante	646.737,84	2.156,28	83.137,32	74.783,58	58.167,60	190.333,26	14.728,48
Auxílio financeiro	140.577,65	44.394,56	557.295,16	71.741,00	557.295,00	1.049.214,91	-
Bolsa escola	-	357.780,75	420.827,52	479.490,67	496.122,64	510.562,80	527.839,42
Combustíveis e peças	34.671,45	18.795,64	40.293,75	34.545,59	50.115,55	28.439,89	16.043,45
Consultoria	1.386.863,26	952.431,09	987.290,50	739.599,77	923.126,36	1.003.622,26	567.378,44
Contribuição ao FUNDEF	-	-	8.686.556,35	3.033.282,32	3.218.019,59	2.932.067,67	2.858.030,35
Contribuições correntes	-	-	-	-	-	-	4.980,00
Despesas de exercícios anteriores	51.945,35	414.996,98	570.838,68	93.807,28	67.320,28	112.629,86	19.233,41
Doação e revenda de material	484.032,46	366.886,82	418.556,25	156.576,16	395.871,97	302.828,10	32.557,15
Educação	191.972,69	16.671,44	49,40	168.935,45	142.161,13	140.604,07	331,30
Encarg. Jud., indeniz. e c/restit.	152.310,28	189.589,70	208.448,90	124.949,72	31.661,06	119.343,24	395.753,33
Escritório	116.322,22	4.519,49	18.581,36	25.481,57	52.711,96	40.770,81	14.789,58
Eventos	296.482,29	90.701,22	609.014,65	184.850,66	317.697,21	313.528,09	185.902,17
Informática	1.815.537,97	72.252,45	714.123,46	354.431,25	577.285,82	32.640,86	33.620,83
Locação conserv. e limpeza	3.385.274,37	605.085,75	1.359.556,25	667.516,84	724.883,66	877.065,74	161.272,37
Locação de bens imóveis	891.689,53	480.857,57	468.673,29	380.234,65	908.335,36	314.917,79	346.342,57
Locação de máq. e equipamentos	185.079,07	267.993,77	5.246,40	1.224,00	36.754,71	179.970,76	127.516,84
Locação de veículos	1.334.476,24	168.241,50	254.273,55	500.884,68	955.134,98	678.652,17	310.426,39
Locação vigilância	2.089.684,92	652.369,50	1.166.854,06	736.416,90	878.623,18	709.707,09	318.017,18
Manut. e conserv. de próprios	54.512,93	23.839,36	22.779,90	48.612,20	25.947,59	40.793,74	24.103,50
Material de conserv. e limpeza/cozinha	210.753,14	48.420,87	81.627,85	41.684,74	128.971,45	125.740,81	18.601,77
Material e conserv. de próprios	23.997,36	8.663,22	4.651,87	10.726,72	14.587,03	39.121,11	3.972,41
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	11.474,91	1.136,59	2.099,75	2.305,90	4.716,31	14.385,32	4.759,92
Outros serviços	547.219,90	303.881,18	623.410,62	197.027,43	251.561,25	449.881,38	207.951,94
Publicidade	567.325,91	290.788,70	906.365,07	352.779,84	782.612,46	328.265,72	84.309,01
Remuneração de serviços pessoais	152.617,51	85.487,22	187.700,71	96.751,34	159.228,35	179.179,97	186.052,76
Saúde	6.833,60	-	9.115,00	22,00	-	-	-
Serviços de utilidade pública	1.409.918,68	1.459.746,89	1.554.989,87	1.265.134,31	1.385.579,54	1.503.707,53	1.350.867,34
Transf. a organismos internacionais	-	9.250,00	9.290,00	-	-	-	-
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	30.855,23	12.513,10	42.035,45	39.611,74	44.509,13	52.387,27	19.890,12
Total	16.331.738,97	7.016.792,75	20.140.767,69	9.956.601,94	13.239.621,21	12.358.790,05	7.909.738,70

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1999						
Administrativos	64.281,51	75.662,01	88.233,02	32.111,40	60.491,32	914.485,50
Auxílio a estudante	-	82.804,14	82.804,14	82.498,57	523,47	1.318.674,68
Auxílio financeiro	546.245,00	1.080.626,01	-	32.710,88	-	4.080.100,17
Bolsa escola	536.348,80	585.471,13	581.861,09	547.823,57	586.502,57	5.630.630,96
Combustíveis e peças	50.007,22	48.807,72	22.664,36	14.152,93	32.053,64	390.591,19
Consultoria	508.311,99	672.512,04	836.018,47	463.618,63	425.321,89	9.466.094,70
Contribuição ao FUNDEF	3.412.685,45	3.664.955,63	225.404,18	6.334.568,69	4.093.432,04	38.459.002,27
Contribuições correntes	-	3.060,00	-	-	-	8.040,00
Despesas de exercícios anteriores	23.819,95	5.661,42	7.358,04	68.412,49	14.775,68	1.450.799,42
Doação e revenda de material	43.382,00	70.979,70	66.353,40	133.146,95	23.307,95	2.494.478,91
Educação	1.792,20	30.337,97	32.394,55	378,84	3.633,65	729.262,69
Encarg. Jud., indeniz. e c/restit.	326.193,17	412.964,67	29.799,83	107.629,19	26.616,80	2.125.259,89
Escritório	62.924,64	31.958,72	38.675,44	44.874,93	19.444,79	471.055,51
Eventos	216.121,36	431.203,64	259.387,21	554.230,24	254.392,02	3.713.510,76
Informática	28.147,65	58.270,37	50.883,28	71.289,36	137.189,37	3.945.672,67
Locação conserv. e limpeza	-	1.561,28	-	-	156.342,72	7.938.558,98
Locação de bens Imóveis	355.364,31	212.769,01	242.137,32	268.432,38	161.008,73	5.030.762,51
Locação de máq. e equipamentos	50.322,86	5.406,41	482.645,54	148.244,00	138.484,19	1.628.888,55
Locação de veículos	308.106,32	611.149,09	600.848,49	452.083,70	275.962,32	6.450.239,43
Locação vigilância	82.837,66	292.885,00	97.402,80	188.562,32	80.454,84	7.293.815,45
Manut. e conserv. de próprios	23.881,21	32.543,62	27.781,41	22.142,28	9.167,01	356.104,75
Material de conserv. e limpeza/cozinha	66.931,38	154.005,01	20.229,98	60.264,86	29.328,13	986.559,99
Material e conserv. de próprios	24.846,45	19.418,24	9.068,02	14.158,56	2.231,32	175.442,31
Outros	-	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	12.062,71	6.137,41	3.965,68	4.735,88	5.404,56	73.184,94
Outros serviços	291.432,28	208.476,56	42.594,56	189.658,15	40.882,70	3.353.977,95
Publicidade	39.340,75	444.660,87	607.991,31	815.661,60	24.871,41	5.244.972,65
Remuneração de serviços pessoais	201.049,84	201.932,66	203.939,46	192.811,25	193.053,06	2.039.804,13
Saúde	-	-	-	335,00	1.159,90	17.465,50
Serviços de utilidade pública	1.393.034,13	1.680.328,77	1.474.767,95	1.431.114,05	1.281.046,91	17.190.235,97
Transf. a organismos internacionais	-	-	-	-	15.060,00	33.600,00
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	59.107,78	105.478,96	121.909,37	93.199,91	98.188,37	719.686,43
Total	8.728.578,62	11.232.028,06	6.257.118,90	12.368.850,61	8.190.331,36	133.730.958,86

Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
2000							
Administrativos	248.205,39	109.789,24	73.202,28	107.125,62	108.528,61	56.149,41	46.802,44
Auxílio a estudante	272.425,87	125.677,64	12.792,03	137.755,58	106.377,65	29.195,60	113.833,22
Auxílio financeiro	87.968,03	543.171,00	991.300,00	56.347,31	744.322,64	1.019.600,00	22.613,76
Bolsa escola	577.735,33	642.767,55	611.665,39	701.413,35	726.831,18	769.825,76	811.544,97
Combustíveis e peças	41.696,43	35.426,67	30.346,72	46.997,28	49.636,08	21.208,40	14.493,07
Consultoria	3.315.763,64	1.097.234,96	1.013.838,97	880.134,04	1.623.243,14	828.823,67	1.132.896,68
Contribuição ao FUNDEF	-	7.257.725,89	2.809.232,60	4.045.211,11	3.716.976,89	3.466.458,22	3.518.200,68
Contribuições correntes	-	-	-	-	3.060,00	-	-
Despesas de exercícios anteriores	7.974,76	864.540,45	440.168,85	131.985,55	109.122,27	56.808,82	37.456,60
Doação e revenda de material	390.599,44	136.383,62	133.162,20	353.423,62	543.167,87	132.919,07	125.202,74
Educação	25.350,10	18.638,80	-	197.748,42	109.066,30	962,30	2.220,04
Encarg. Jud., indeniz. e c/resstit.	186.646,03	225.374,95	196.698,61	111.492,12	50.305,84	81.256,10	112.613,49
Escritório	151.164,91	32.655,15	98.382,10	92.607,23	95.935,39	55.839,40	97.393,79
Eventos	705.317,86	71.154,93	129.453,52	196.033,40	278.961,88	186.618,89	823.104,58
Informática	28.311,26	123.895,43	59.888,66	129.804,59	57.947,61	39.346,78	42.008,87
Locação conserv. e limpeza	4.721.362,06	1.098.302,15	940.140,41	654.019,32	928.164,70	43.940,30	5.927,89
Locação de bens Imóveis	1.540.017,28	616.779,64	415.604,78	701.955,60	796.773,01	298.263,57	300.632,54
Locação de máq. e equipamentos	318.337,46	276.260,08	32.339,50	251.125,07	334.051,97	129.411,41	217.794,55
Locação de veículos	1.062.521,99	638.375,84	363.979,24	387.902,31	1.084.758,74	320.962,69	505.009,82
Locação vigilância	4.477.647,12	996.579,71	1.190.621,25	536.909,43	1.311.970,09	16.169,08	4.983,38
Manut. e conserv. de próprios	25.700,43	10.770,60	203.301,77	27.027,58	75.264,97	27.822,58	80.581,85
Material de conserv. e limpeza/cozinha	260.577,51	55.186,10	49.826,71	36.241,24	42.848,46	33.075,15	40.793,78
Material e conserv. de próprios	61.212,59	3.633,30	6.211,59	8.955,85	41.400,35	15.608,96	45.559,43
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	12.271,07	2.459,33	3.872,96	8.203,71	6.338,63	8.735,60	4.833,57
Outros serviços	514.642,17	714.456,73	1.289.579,34	474.331,71	272.594,79	356.886,89	285.470,60
Publicidade	1.090.166,17	1.409.267,44	750.825,80	539.452,82	1.014.375,21	392.459,40	269.670,38
Remuneração de serviços pessoais	189.856,74	144.761,39	177.009,61	243.975,58	271.691,77	280.159,18	287.513,12
Saúde	2.550,00	-	-	-	236,00	333,70	-
Serviços de utilidade pública	2.193.743,34	1.705.908,48	1.561.934,81	1.501.103,03	1.689.677,78	1.514.504,83	1.736.620,05
Transf. a organismos internacionais	-	-	-	13.928,00	-	-	10.920,00
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	77.212,14	79.635,61	33.601,49	89.987,83	60.706,00	79.471,17	87.540,30
Total	22.586.977,12	19.036.812,68	13.618.981,19	12.663.198,30	16.254.335,82	10.262.816,93	10.784.236,19

**Tabela 5.5 - Despesas pagas com custeio da Administração Direta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

						(conclusão)
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2000						
Administrativos	90.603,08	44.350,23	50.633,15	-	-	935.389,45
Auxílio a estudante	68.142,74	71.653,73	167.803,25	-	-	1.105.657,31
Auxílio financeiro	61.801,28	627.724,82	-	-	-	4.154.848,84
Bolsa escola	876.552,56	912.373,71	965.737,11	-	-	7.596.446,91
Combustíveis e peças	53.884,60	44.005,79	21.681,49	-	-	359.376,53
Consultoria	1.471.407,32	1.192.364,19	1.066.256,20	-	-	13.621.962,81
Contribuição ao FUNDEF	3.856.285,48	3.862.804,51	-	-	-	32.532.895,38
Contribuições correntes	-	-	-	-	-	3.060,00
Despesas de exercícios anteriores	29.338,45	12.253,86	19.839,94	-	-	1.709.489,55
Doação e revenda de material	301.366,46	282.804,34	240.743,52	-	-	2.639.772,88
Educação	21.376,14	384.477,80	67.293,10	-	-	827.133,00
Encarg. Jud., indeniz. e c/restit.	78.312,36	45.632,79	51.722,30	-	-	1.140.054,59
Escritório	183.801,28	122.955,64	55.833,90	-	-	986.568,79
Eventos	1.317.147,48	326.863,30	775.584,44	-	-	4.810.240,28
Informática	106.599,10	123.380,53	88.491,73	-	-	799.674,56
Locação conserv. e limpeza	2.843,39	-	7.046,71	-	-	8.401.746,93
Locação de bens Imóveis	406.266,24	339.260,20	337.849,16	-	-	5.753.402,02
Locação de máq. e equipamentos	475.431,79	8.241,80	120.596,70	-	-	2.163.590,33
Locação de veículos	502.677,80	816.596,09	366.868,87	-	-	6.049.653,39
Locação vigilância	7.911,15	1.572,00	-	-	-	8.544.363,21
Manut. e conserv. de próprios	54.357,89	38.566,21	45.887,37	-	-	589.281,25
Material de conserv. e limpeza/cozinha	92.404,93	47.500,68	32.638,37	-	-	691.092,93
Material e conserv. de próprios	24.675,61	24.842,02	50.209,78	-	-	282.309,48
Outros	-	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	13.444,13	5.348,53	8.129,67	-	-	73.637,20
Outros serviços	380.125,34	339.848,44	241.322,25	-	-	4.869.258,26
Publicidade	551.772,83	477.730,10	25.703,00	-	-	6.521.423,15
Remuneração de serviços pessoais	285.183,16	286.634,37	298.810,40	-	-	2.465.595,32
Saúde	-	2.224,00	-	-	-	5.343,70
Serviços de utilidade pública	1.814.685,29	1.913.954,85	1.897.818,48	-	-	17.529.950,94
Transf. a organismos internacionais	-	4.652,50	-	-	-	29.500,50
Cursos, transp. e acondic. p/serv.	35.644,71	81.297,87	27.007,54	-	-	652.104,66
Total	13.164.042,59	12.441.914,90	7.031.508,43	-	-	137.844.824,15

Fonte: PBH. SMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Despesas pagas com Custeio da Administração Indireta

Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continua)

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1997							
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	-	374.011,90	131.670,55	143.354,19	184.246,90	121.297,40	184.903,10
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	40.957,86	63.001,93	239.807,21	-	491.626,05
Autarquias/Fund./FZB	-	97.977,00	116.871,00	165.529,41	91.672,16	124.573,43	149.025,00
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	23.153,57	206.228,21	85.618,22	148.082,10	107.934,82	142.090,44
Autarquias/Fund./SLU	-	4.503.598,55	1.668.001,45	3.357.111,51	2.861.984,02	2.938.589,50	2.647.170,91
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	2.013.662,00	3.066.154,13	1.676.440,05	2.198.056,05	2.191.948,07	2.393.845,02
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	228.643,00	922.391,00	626.288,00	335.294,00
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	519.357,00	956.842,83	1.679.983,17	1.994.178,00	498.762,00	678.761,00	1.316.335,00
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	301.410,00	-	220.166,91	195.618,32	308.524,63	253.519,08	316.241,62
Autarquias/SLU	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SUDECAP	-	-	-	-	-	-	-
Empresa/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/BELOTUR	-	513.240,00	483.865,08	234.584,10	271.521,28	139.235,65	339.297,58
Empresas/BHTRANS	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	161.382,72	215.833,83	153.103,49	169.965,84	191.763,42	165.382,28	183.524,00
Fund./FZB	-	-	-	-	-	-	-
Fundo assist. social	-	253.312,80	504.622,76	480.737,66	310.106,10	440.702,34	292.284,66
Fundos/abastecimento alimentar	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/merenda escolar	-	985.321,00	125.659,00	40.000,00	811.302,67	-	2.169.653,00
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/Parque Mangabeiras	68.627,09	133.944,83	103.686,39	46.152,32	102.870,92	65.938,85	101.883,85
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS	-	3.240,00	307.873,39	102.737,93	261.885,24	119.912,25	134.430,44
Fundos/SMDS/FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDC	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	19.000,00	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/MSA/custeio	17.895.328,88	17.987.165,96	17.813.207,00	35.894.013,65	30.946.233,64	15.388.116,87	38.135.355,39
Fundos/MSA/gestão semi-plena	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/MSA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	6.110.226,00	-
Fundos/MSA/pessoal e encargos	3.134.217,43	4.371.629,44	4.099.335,22	-	-	12.515.207,56	1.157.969,77
Fundos/MSA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	-	-
Total	22.099.323,12	32.432.933,71	30.721.385,61	44.877.686,13	40.349.209,34	41.987.633,10	50.490.929,83

**Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(continuação)

DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997						
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	130.865,40	152.455,60	120.668,68	280.331,79	177.327,99	2.001.133,50
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	463.463,98	33.373,28	514.426,61	726.369,50	41.072,92	2.614.099,34
Autarquias/Fund./FZB	87.732,31	122.760,44	13.899,44	118.203,49	38.588,27	1.126.831,95
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	40.892,64	112.000,00	99.345,70	3.130,66	85.114,02	1.053.590,38
Autarquias/Fund./SLU	2.856.488,40	582.411,05	549.397,33	592.525,61	615.914,20	23.173.192,53
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	1.597.006,00	2.139.705,25	1.889.154,12	2.095.530,84	1.469.866,17	22.731.367,70
Autarquias/Fund./SUDECAP	400.060,00	-	211.276,62	627.261,99	660.478,16	4.011.692,77
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	825.494,11	1.548.649,72	1.396.686,17	747.673,85	685.677,15	12.848.400,00
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	266.637,72	274.328,26	218.906,29	272.066,41	339.097,12	2.966.516,36
Autarquias/SLU	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SUDECAP	-	-	-	-	-	-
Empresa/PRODABEL	-	-	-	-	-	-
Empresas/BELOTUR	153.884,03	67.370,89	167.357,50	53.728,64	31.207,53	2.455.292,28
Empresas/BHTRANS	-	-	-	-	-	-
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	179.950,56	137.780,00	227.238,00	163.391,75	126.874,91	2.076.190,80
Fund./FZB	-	-	-	-	-	-
Fundo assist. social	484.691,68	458.741,64	445.741,50	215.240,87	494.649,77	4.380.831,78
Fundos/abastecimento alimentar	-	-	9.438,16	13.000,00	-	22.438,16
Fundos/merenda escolar	39.548,00	109.216,33	-	397.969,67	1.677.870,49	6.356.540,16
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	-	-	-	-	-
Fundos/Parque Mangabeiras	50.777,35	79.816,56	58.259,04	122.015,53	51.213,30	985.186,03
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS	251.294,26	228.506,07	281.850,95	117.933,22	491.586,00	2.301.249,75
Fundos/SMDS/FMDCA	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDC	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	-	-	-	-	21.000,00	40.000,00
Fundos/SMGO/calamidade pública	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA	-	-	-	-	1.900,00	1.900,00
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/custeio	23.117.393,64	22.846.021,68	20.893.518,66	25.956.279,79	29.813.395,91	296.686.031,07
Fundos/SMMA/gestão semi-plena	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/outras transf. operac.	-	-	7.317.601,60	5.062.670,99	772.158,17	19.262.656,76
Fundos/SMMA/pessoal e encargos	10.041.296,60	5.307.410,77	15.595.802,34	4.900.636,53	15.592.173,20	76.715.678,86
Fundos/SMMA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	-
Total	40.987.476,68	34.200.547,54	50.010.568,71	42.465.961,13	53.187.165,28	483.810.820,18

**Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(continuação)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1998							
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SLU	14.216.688,86	2.809.777,92	5.085.111,49	4.391.508,83	2.031.520,40	3.379.739,29	4.862.870,47
Autarquias/SUDECAP	629.884,08	1.764.709,55	1.975.065,67	515.752,02	211.658,16	1.421.870,04	555.550,24
Empresa/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/BELOTUR	315.789,56	304.921,49	117.417,93	133.910,62	147.075,39	101.354,68	160.487,78
Empresas/BHTRANS	-	-	624.278,21	926.187,37	619.809,16	923.943,93	199.160,25
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	323.984,04	158.082,40	115.489,07	140.227,20	172.305,24	106.157,82	146.482,17
Fund./FZB	307.350,57	192.826,42	174.888,17	127.854,15	133.361,68	166.703,91	114.627,08
Fundo assist. social	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/abastecimento alimentar	30.561,84	-	30.000,00	-	9.000,00	10.700,00	-
Fundos/merenda escolar	112.000,00	100.000,00	178.608,85	20.391,16	1.291.000,00	-	156.183,00
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/Parque Mangabeiras	119.842,99	22.331,36	167.485,57	71.540,82	92.636,63	88.999,74	94.666,17
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/FMDCA	195.555,58	12.543,00	66.739,20	-	-	48.533,39	55.987,70
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	-	1.174.906,01	1.243.775,64	1.202.534,43	1.297.905,08	1.133.248,05	1.014.636,32
Fundos/SMDS-FMDC	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA	-	6.908,40	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/custeio	19.521.117,23	28.067.076,60	23.658.796,72	22.058.242,09	22.731.701,55	17.872.571,80	25.681.627,96
Fundos/SMSA/gestão semi-plena	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	91.623,33	-
Total	35.772.774,75	34.614.083,15	33.437.656,52	29.588.148,69	28.737.973,29	25.345.445,98	33.042.279,14

Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)

DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1998						
Autarquias/Fund./BEL OTUR/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SLU	1.190.904,20	1.869.552,41	1.019.445,43	2.964.428,68	212.212,12	44.033.760,10
Autarquias/SUDECAP	1.334.804,92	666.145,19	-	1.210.041,20	1.565.278,30	11.850.759,37
Empresa/PRODABEL	-	-	-	-	-	-
Empresas/BEL OTUR	171.210,02	93.873,44	122.343,72	82.183,85	80.579,95	1.831.148,43
Empresas/BHTRANS	685.046,65	12.744.863,19	595.385,12	2.489.906,79	7.067.721,12	26.876.301,79
Empresas/PRODABEL	750.000,00	209.815,00	-	-	-	959.815,00
Empresas/URBEL	134.479,83	319.298,20	179.203,70	50.832,54	28.056,42	1.874.598,63
Fund./FZB	135.701,02	26.715,10	45.834,16	26.859,05	106.519,77	1.559.241,08
Fundo assist. social	-	-	-	-	-	-
Fundos/abastecimento alimentar	22.000,00	11.000,00	-	28.000,00	-	141.261,84
Fundos/merenda escolar	713.104,00	419.473,00	4.000,00	32.664,58	1.117.435,50	4.144.860,09
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	-	-	-	-	-
Fundos/Parque Mangabeiras	103.899,46	108.149,06	112.559,66	149.271,94	89.332,63	1.220.716,03
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/FMDCA	49.295,47	45.840,32	-	353.818,11	443.619,00	1.271.931,77
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	1.037.028,00	1.069.045,94	191.228,61	1.568.439,28	1.102.530,64	12.035.278,00
Fundos/SMDS-FMDC	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	-	-	20.000,00	-	-	20.000,00
Fundos/SMMA	-	-	-	5.900,00	-	12.808,40
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/custeio	24.767.011,27	20.422.787,66	23.603.485,24	23.157.172,80	28.115.100,98	279.656.691,90
Fundos/SMSA/gestão semi-plena	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	2.944.927,37	3.036.550,70
Total	31.094.484,84	38.006.558,51	25.893.485,64	32.119.518,82	42.873.313,80	390.525.723,13

**Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(continuação)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1999							
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SLU	849.664,92	16.943.103,25	3.019.453,10	1.202.675,09	5.492.766,39	2.573.354,78	1.064.466,72
Autarquias/SUDECAP	2.441.665,58	1.021.378,94	494.214,60	1.745.466,26	589.265,99	160.458,15	600.439,86
Empresa/PRODABEL	-	-	491.495,00	-	1.136.500,00	110.766,06	862.285,48
Empresas/BELOTUR	301.868,87	180.612,86	340.891,98	77.469,72	112.066,71	150.442,61	127.692,39
Empresas/BHTRANS	183.094,15	566.905,85	425.449,76	-	369.209,65	-	-
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	137.213,58	182.832,83	169.821,36	150.742,94	131.257,70	361.154,39	170.438,01
Fund./FZB	490.893,31	18.245,94	204.354,99	153.447,87	161.851,38	131.023,70	154.596,14
Fundo assist. social	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/abastecimento alimentar	-	11.202,40	11.202,40	25.202,40	11.202,40	-	28.202,40
Fundos/merenda escolar	12.465,58	266.154,52	-	-	83.214,01	34.205,58	44.591,72
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	-	198.662,00	-	-	-	-
Fundos/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	2.705.982,71	248.350,34	1.690.666,73	509.736,49	1.751.243,67	1.199.113,85	3.427.963,45
Fundos/SMDS-FMDC	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	-	-	-	10.000,00	-	-	-
Fundos/SMMA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	5.686,31	199.088,99	56.616,75	73.739,72	92.665,78	130.815,01	103.088,12
Fundos/SMMA/custeio	-	935.984,63	531.734,75	513.730,76	1.021.441,11	461.130,18	1.006.797,69
Fundos/SMMA/gestão semi-plena	20.399.630,63	24.503.054,84	22.758.302,80	24.346.839,82	23.754.506,29	23.402.406,96	24.948.277,33
Fundos/SMMA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	-	-
Total	27.528.165,64	45.076.915,39	30.392.866,22	28.809.051,07	34.707.191,08	28.714.871,27	32.538.839,31

Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)

DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1999						
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SLU	974.584,11	957.996,09	571.382,80	105.857,33	575.429,46	34.330.734,04
Autarquias/SUDECAP	285.390,33	430.456,77	280.148,20	971.208,11	1.549.024,58	10.569.117,37
Empresa/PRODABEL	507.969,46	473.156,00	-	45.005,35	92.548,59	3.719.725,94
Empresas/BELOTUR	181.234,11	270.175,72	347.373,37	226.280,96	53.608,86	2.369.718,16
Empresas/BHTRANS	-	-	-	3.094.357,43	667.642,57	5.306.659,41
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	114.965,88	417.260,72	124.522,98	207.480,04	180.341,97	2.348.032,40
Fund./FZB	92.053,43	170.707,39	17.991,49	93.427,51	-	1.688.593,15
Fundo assist. social	-	-	-	-	-	-
Fundos/abastecimento alimentar	-	-	29.686,37	-	-	116.698,37
Fundos/merenda escolar	-	36.366,36	5.200,00	21.600,00	-	503.797,77
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	-	-	3.654.194,56	516.743,18	4.369.599,74
Fundos/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	-	-	-	200.000,00	-	200.000,00
Fundos/SMDS	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/FMDCA	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	1.151.129,02	1.200.460,95	773.903,92	962.582,78	4.665.341,58	20.286.475,49
Fundos/SMDS-FMDC	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS-FMDCA	37.631,99	20.320,62	88.582,53	68.593,51	93.690,99	772.819,04
Fundos/SMGO	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	-	-	-	9.800,00	-	19.800,00
Fundos/SMMA	-	-	6.600,00	-	-	6.600,00
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	99.679,42	154.707,45	113.760,28	25.842,74	123.907,38	1.179.597,95
Fundos/SMMA/custeio	461.762,15	468.409,31	457.936,30	847.766,87	1.449.003,94	8.155.697,69
Fundos/SMMA/gestão semi-plena	28.083.037,27	21.301.334,47	25.549.608,04	25.389.680,14	30.119.736,55	294.556.415,14
Fundos/SMMA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	-
Total	31.989.437,17	25.901.351,85	28.366.696,28	35.923.677,33	40.087.019,65	390.500.081,66

**Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(continuação)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
2000							
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SLU	17.119.769,62	7.008.446,83	2.407.451,78	3.315.683,95	4.637.873,46	4.083.219,70	3.397.399,72
Autarquias/SUDECAP	517.777,71	605.150,18	821.888,08	519.205,58	326.724,40	427.885,69	1.983.113,61
Empresa/PRODABEL	747.189,06	1.172.519,00	983.225,69	443.779,42	445.614,14	512.752,56	584.320,16
Empresas/BELOTUR	974.335,95	534.066,30	567.491,10	605.678,83	320.670,98	152.084,26	264.594,10
Empresas/BHTRANS	-	-	-	-	14.281.682,00	2.976.312,06	6.914.333,25
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	465.558,28	251.525,65	431.383,37	343.409,66	257.945,03	109.092,12	168.312,59
Fund./FZB	612.641,32	330.612,64	157.077,77	186.129,23	-	138.217,80	346.679,48
Fundo assist. social	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/abastecimento alimentar	23.435,84	127.083,53	134.986,87	93.635,35	86.666,29	87.616,56	-
Fundos/merenda escolar	248.634,96	13.840,99	76.113,63	46.428,19	52.003,45	-	32.044,49
Fundos/merenda escolar/FNDE	-	584.392,60	-	-	20.988,29	20.228,38	36.016,22
Fundos/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	15.000,00
Fundos/SMDS	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	2.807.352,47	1.452.209,64	1.461.800,36	3.729.029,49	1.634.623,00	2.120.306,57	1.403.906,08
Fundos/SMDS-FMDC	81.386,73	56.629,15	102.461,18	83.343,63	128.950,07	82.588,76	77.446,14
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	26.000,00	30.000,00	-	-	-	-	-
Fundos/SMMA	-	-	2.400,00	-	-	-	-
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	81.304,66	66.894,67	74.999,84	80.061,32	86.827,24	81.988,60	127.909,16
Fundos/SMSA/custeio	-	-	1.963.126,35	97.495,01	2.820.113,42	1.049.315,77	1.100.147,53
Fundos/SMSA/gestão semi-plena	13.971.668,01	36.048.831,44	25.220.900,00	25.073.767,73	26.663.005,85	22.541.560,38	23.545.937,18
Fundos/SMSA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	-	-
Total	37.877.054,61	48.282.202,62	34.605.306,02	34.617.647,39	51.763.687,62	34.383.169,21	39.997.159,71

**Tabela 5.6 - Despesas pagas com custeio na Administração Indireta
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(conclusão)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2000						
Autarquias/Fund./BELOTUR/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./BHTRANS/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./FZB/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SLU/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./SUDECAP/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/Fund./URBEL/pessoal	-	-	-	-	-	-
Autarquias/SLU	1.643.911,65	1.154.032,18	1.184.027,12	-	-	45.951.816,01
Autarquias/SUDECAP	744.811,99	273.855,47	259.579,00	-	-	6.479.991,71
Empresa/PRODABEL	622.418,03	496.072,00	496.535,16	-	-	6.504.425,22
Empresas/BELOTUR	396.337,59	219.797,29	242.823,62	-	-	4.277.880,02
Empresas/BHTRANS	-	-	-	-	-	24.172.327,31
Empresas/PRODABEL	-	-	-	-	-	-
Empresas/URBEL	180.058,07	152.309,61	109.125,26	-	-	2.468.719,64
Fund./FZB	130.151,08	52.146,50	18.073,80	-	-	1.971.729,62
Fundo assist. social	-	-	-	-	-	-
Fundos/abastecimento alimentar	-	26.390,16	64.521,97	-	-	644.336,57
Fundos/merenda escolar	39.951,52	12.184,48	4.828,75	-	-	526.030,46
Fundos/merenda escolar/FNDE	4.091,49	2.675,62	-	-	-	668.392,60
Fundos/Parque Mangabeiras	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMC/fundo de proj. culturais	453.012,90	247.000,00	383.500,00	-	-	1.498.512,90
Fundos/SMDS	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/FMDCA	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMDS/fundo de assist. social	1.525.179,45	3.136.295,03	1.119.052,61	-	-	20.389.754,70
Fundos/SMDS-FMDC	11.667,23	146.729,84	266.698,63	-	-	1.037.901,36
Fundos/SMDS-FMDCA	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMGO/calamidade pública	40.000,00	30.000,00	-	-	-	126.000,00
Fundos/SMMA	-	10.200,00	15.600,00	-	-	28.200,00
Fundos/SMMA/Parque Mangabeiras	119.465,20	77.246,05	91.229,55	-	-	887.926,29
Fundos/SMSA/custeio	902.215,09	446.394,71	1.271.728,54	-	-	9.650.536,42
Fundos/SMSA/gestão semi-plena	31.189.948,30	22.433.463,56	200.000,00	-	-	226.889.082,45
Fundos/SMSA/outras transf. operac.	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-
Fundos/SMSA/transferencia ao HOB	-	-	-	-	-	-
Total	38.003.219,59	28.916.792,50	5.727.324,01	-	-	354.173.563,28

Fonte: PBH. SMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Despesas pagas com Investimento 1997-2000

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continua)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1997							
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	-	2.123.442,05	878.178,50	714.388,64	100.211,93	183.778,74	-
Aquisição, const. e readaptação imóveis	-	112.079,00	182.201,00	163.233,00	5.591,00	243.676,80	6.929,00
Conservação de vias urbanas	-	1.947.321,96	1.169.816,64	680.247,74	544.884,31	776.405,97	757.021,24
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	-	20.399,00	40.512,00	18.051,00	-	161.349,00	19.646,00
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	5.600,00	-
Const., ampl. e ref. centros profiss.	-	-	-	-	-	-	-
Const. pl. e ref. de áreas de lazer e esport.	-	51.569,00	6.344,00	11.364,00	-	42.824,00	18.078,00
Const., ampl. e ref. de cemitérios	-	-	-	-	-	20.882,00	17.703,00
Const., ampl. e ref. de centros culturais	-	7.887,00	138.853,00	50.257,00	-	147.569,00	-
Const., ampl. e ref. de unid. de assist. social	-	7.887,00	7.774,00	7.736,00	-	16.756,00	10.293,00
Const., ampl. e ref. de unid. de saúde	-	99.143,00	31.984,00	37.490,00	-	65.451,00	30.867,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de ensino	-	157.044,00	446.504,00	368.844,46	-	578.464,00	400.093,90
Contribuição ao fundo de transp. urbano	-	-	-	-	-	-	-
Drenagem e canalização	-	1.514.121,73	1.740.843,07	2.397.598,82	981.116,89	720.066,98	1.663.866,02
Drenagem e desassoreamento de lagoas	-	-	-	-	-	-	-
Expansão do sist. de tratamento de lixo	-	-	-	-	-	-	-
Fundo assist. social	-	-	-	-	35.000,00	-	20.698,61
Fundo criança e adolescente	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de merenda escolar	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de saúde	-	-	-	-	-	896.231,64	157.906,28
Fundo defesa ambiental	-	-	-	-	-	-	-
Fundo mun. de saúde - orç. participativo	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Parque das Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/habitação popular	-	380.007,56	279.737,34	469.699,35	545.711,55	663.314,60	797.628,21
Galeria do arrudas	-	1.015.734,75	757.118,00	876.046,76	657.287,21	1.072.063,71	2.016.608,14
Implant. de habitações populares	-	-	-	-	-	-	-
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-	-
Implant. e pav. de vias públicas	-	301.091,00	302.359,00	296.235,00	1.168.671,00	1.153.223,61	1.007.446,50
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	13.456,00	17.172,00	161.108,00	-	176.104,00	52.412,00
Implant. programa pampulha	-	41.798,00	196.596,00	256.088,65	-	325.078,00	311.723,00
Implement. e manut. de conj. Habit.	-	-	-	-	-	-	-
Incubadoras de empresas	-	31.596,00	-	290.991,00	-	295.825,00	45.387,00
Investimento da SLU	-	-	-	-	-	-	-
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	18.465,63	-	-
Manutenção de parques e jardins	-	-	-	-	238,00	-	-
Manutenção de próprios - educação	-	-	-	-	543,50	426,50	536,52
Manutenção de vias públicas	-	-	24.867,68	137.088,61	276.971,20	242.220,73	199.580,02
Melhorias urbanas em favelas	-	-	-	-	-	-	-
Obras de manutenção /não estruturantes	-	-	290.538,10	265.255,74	215.075,33	370.109,24	754.825,64
Operação sistemas transporte e trânsito	902.529,21	632.530,23	2.566.839,86	970.285,28	500.543,66	977.294,80	-
Prog. a cargo da Fund. Zoobotânica	-	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da SUDECAP	-	-	-	-	-	-	-
Reaparelhamento	1.720,00	1.464,00	10.397,88	76.606,11	19.822,79	29.112,99	118.930,06
Transferencia instituições privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transposições viárias urbanas	-	10.784,00	306,00	72.221,00	-	348.111,00	107.801,00
Total	904.249,21	8.469.355,28	9.088.942,07	8.320.836,16	5.070.134,00	9.511.939,31	8.515.980,14

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)

DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997						
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	-	-	-	-	-	3.999.999,86
Aquisição, const. e readaptação imóveis	203.425,54	-	-	64.473,35	17.569,95	999.178,64
Conservação de vias urbanas	580.526,14	-	108.635,35	11.275,65	-	6.576.135,00
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	-	-	20.855,00	-	-	280.812,00
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	5.600,00
Const., ampl. e ref. centros profiss.	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	130.179,00
Const., ampl. e ref. de cemitérios	-	-	16.416,00	-	-	55.001,00
Const., ampl. e ref. de centros culturais	86.221,00	-	136.958,00	-	-	567.745,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	22.015,00	-	13.659,00	-	-	86.120,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	-	-	36.211,00	-	-	301.146,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de ensino	157.129,00	-	162.233,00	80.000,00	-	2.350.312,36
Contribuição ao fundo de transporte urbano	-	-	-	-	-	-
Drenagem e canalização	1.073.796,65	27.794,95	2.563.058,56	1.668.430,19	1.054.204,80	15.404.898,66
Drenagem e desassoreamento de lagoas	-	-	-	-	-	-
Expansão do sistema de tratamento de lixo	-	-	-	-	-	-
Fundo assist. social	12.833,39	-	-	-	-	68.532,00
Fundo criança e adolescente	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00
Fundo de merenda escolar	40.000,00	13.000,00	-	-	-	53.000,00
Fundo de saúde	717.285,20	-	-	33.310,53	-	1.804.733,65
Fundo defesa ambiental	-	-	-	-	-	-
Fundo mun. de saúde - orç. participativo	-	-	-	-	-	-
Fundo Parque das Mangabeiras	-	-	-	-	-	-
Fundos/habitação popular	817.951,81	801.831,64	644.779,51	698.600,21	718.734,78	6.817.996,56
Galeria do amudadas	775.116,69	2.114.013,65	114.850,05	153.603,29	-	9.552.442,25
Implant. de habitações populares	-	-	-	-	-	-
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-
Implant. e pavimentação de vias publicas	434.534,25	701.690,64	35.000,00	98.221,40	346.586,74	5.845.059,14
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	-	45.152,00	-	-	465.404,00
Implant. programa pampulha	160.821,00	-	50.886,39	58.250,45	20.096,16	1.421.337,65
Implement. e manut. de conj. habit.	-	-	-	-	-	-
Incubadoras de empresas	-	-	-	-	-	663.799,00
Investimento da SLU	-	-	-	-	-	-
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	-
Manutenção de áreas de lazer e esport.	-	2.824,71	-	-	-	21.290,34
Manutenção de parques e jardins	-	345,00	5.159,88	-	10.679,33	16.422,21
Manutenção de próprios - educação	3.280,37	39,60	1.771,00	-	-	6.597,49
Manutenção de vias públicas	96.331,75	61.919,00	85.915,22	112.440,27	149,46	1.237.483,94
Melhorias urbanas em favelas	-	-	-	-	-	-
Obras de manutenção / não estruturantes	319.354,94	299.599,96	93.405,46	274.208,98	118.502,20	3.000.875,59
Operação sistemas transporte e transito	268.791,95	82.301,00	107.581,44	70.117,56	1.635.136,72	8.713.951,71
Program. a cargo da Fund. Zoobotânica	28.500,00	-	-	-	-	28.500,00
Programação a cargo da SUDECAP	-	-	-	-	-	-
Reaparelhamento	77.110,70	107.272,43	87.944,73	100.270,28	21.423,50	652.075,47
Transferencia instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transposições viárias urbanas	-	-	50.096,00	-	-	589.319,00
Total	5.875.025,38	4.212.632,58	4.390.567,59	3.423.202,16	3.943.083,64	71.725.947,52

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1998							
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	275.916,00	26.280,70	120.314,00	118.084,00	96.486,00	108.486,00	-
Aquisição, const. e readaptação imóveis	2.376.843,86	1.138.067,14	942.049,16	842.748,00	499.920,00	440.747,00	95.812,00
Conservação de vias urbanas	25.693,00	-	-	-	20.288,00	27.534,00	-
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	1.624,00	-	-	-	-	-	-
Const. e ref. de feiras e mercados	57.602,00	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. centros profiss.	-	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	45.430,00	-	24.594,00	15.411,00	19.974,00	-	-
Const., ampl. e ref. de cemitérios	679.017,00	-	-	16.020,00	-	-	-
Const., ampl. e ref. de centros culturais	105.345,00	-	14.166,00	13.054,00	-	224.431,00	-
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	55.575,00	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	550.664,00	-	72.418,00	225.102,00	93.061,00	139.464,00	-
Const., ampl. e ref. de Unid. de ensino	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição ao fundo de transporte urbano	7.498.516,49	241.815,59	1.213.238,06	1.268.031,30	1.403.717,48	1.812.454,62	943.688,37
Drenagem e canalização	-	-	-	57.493,41	-	-	-
Drenagem e desassoreamento de lagoas	-	-	-	-	-	-	-
Expansão do sistema de tratamento de lixo	-	-	-	-	-	32.000,00	500,00
Fundo assist. social	97.556,08	1.059,60	-	-	-	14.500,00	-
Fundo criança e adolescente	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de merenda escolar	-	-	-	121.900,00	-	-	-
Fundo de saúde	-	14.435,20	-	-	-	-	-
Fundo defesa ambiental	-	-	-	55.445,16	62.156,69	187.979,07	-
Fundo municipal de saúde - orç. participativo	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Parque das Mangabeiras	-	13.300,00	-	-	-	-	-
Fundos/habitação popular	318.308,00	-	21.473,00	76.742,00	2.386,00	8.213,00	15.043,00
Galeria do arrudas	1.876.843,04	339.142,47	710.249,87	638.870,61	1.063.112,69	850.038,89	979.579,62
Implant. de habitações populares	581.511,00	159.960,00	389.765,00	134.332,00	228.941,00	50.025,72	-
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	2.057.025,42	601.527,38	367.196,00	1.024.693,76	794.132,00	1.218.051,00	-
Implant. e pavimentação de vias públicas	-	-	-	-	-	-	-
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	395.872,00	-	44.382,00	16.998,00	-	41.811,40	-
Implant. programa pampulha	-	-	-	-	-	-	-
Implement. e manutenção de conj. Habit.	-	-	-	-	-	-	-
Incubadoras de empresas	200.006,00	-	-	-	-	-	-
Investimento da SLU	-	-	-	-	-	-	-
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção de áreas de lazer e esport.	15.869,20	8.985,00	21.683,72	38.753,08	62.872,59	83.468,25	18.956,83
Manutenção de parques e jardins	161.085,88	16.847,08	99.768,61	56.002,82	94.571,57	87.060,30	7.667,50
Manutenção de próprios - educação	1.754.915,67	165.512,21	66.068,27	200.294,12	180.766,92	188.283,95	8.634,74
Manutenção de vias públicas	1.534.108,15	166.237,86	46.001,74	279.489,02	374.160,53	388.054,58	295.878,32
Melhorias urbanas em favelas	265.894,24	239.192,01	125.531,30	133.473,28	41.804,99	114.123,00	30.036,50
Obras de manutenção / não estruturantes	971.457,94	-	133.394,46	-	-	382.234,95	604.759,31
Operação sistemas transporte e trânsito	-	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da Fund. Zoobotânica	34.598,14	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da SUDECAP	105.216,98	145.216,10	40.277,30	51.279,55	218.473,70	60.063,40	124.243,88
Reaparelhamento	-	-	4.000,00	-	-	-	-
Transferência instituições privadas	367.802,00	-	137.446,00	122.988,00	54.012,00	104.843,00	61.612,00
Transposições viárias urbanas	-	-	-	-	-	-	-
Total	22.410.296,09	3.277.578,34	4.594.016,49	5.507.205,11	5.310.837,16	6.563.867,13	3.186.412,07

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1998						
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	92.204,00	18.666,00	-	-	28.101,00	884.537,70
Aquisição, const. e readaptação imóveis	549.107,52	510.757,51	167.364,89	113.498,00	577.363,96	8.254.279,04
Conservação de vias urbanas	274,21	3.922,00	101.950,00	-	1.429,00	181.090,21
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	-	-	-	-	-	1.624,00
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	57.602,00
Const., ampl. e ref. centros profiss.	-	1.628,00	-	-	3.265,00	4.893,00
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	105.409,00
Const., ampl. e ref. de cemitérios	-	-	-	-	-	695.037,00
Const., ampl. e ref. de centros culturais	1.738,58	-	-	-	-	358.734,58
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	-	-	-	-	-	55.575,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	172.195,04	101.449,18	60.839,24	-	1.448,00	1.416.640,46
Const., ampl. e ref. de Unid. de ensino	-	1.000.000,00	-	143.973,89	1.856.026,11	3.000.000,00
Contribuição ao fundo de transporte urbano	1.224.361,27	1.009.283,51	2.665.907,83	574.822,23	2.034.938,69	21.890.775,44
Drenagem e canalização	-	-	-	-	-	57.493,41
Drenagem e desassoreamento de lagoas	-	-	-	-	-	-
Expansão do sistema de tratamento de lixo	14.967,00	-	-	8.687,64	-	56.154,64
Fundo assist. social	1.166,97	217,35	-	168.089,70	40.300,61	322.890,31
Fundo criança e adolescente	-	-	-	-	-	-
Fundo de merenda escolar	-	-	-	-	-	121.900,00
Fundo de saúde	-	-	-	-	-	14.435,20
Fundo defesa ambiental	-	-	155.580,00	-	259.529,89	720.690,81
Fundo municipal de saúde - orç. participativo	-	-	-	-	-	-
Fundo Parque das Mangabeiras	-	-	-	-	-	13.300,00
Fundos/habitação popular	8.645,46	-	9.079,00	193.830,65	-	653.720,11
Galeria do arrudas	1.722.201,55	920.167,62	798.541,83	738.668,59	1.421.480,47	12.058.897,25
Implant. de habitações populares	-	0,28	249.090,41	281.223,13	-	2.074.848,54
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	-	4.355,00	922.572,71	333.027,46	136.595,00	7.459.175,73
Implant. e pavimentação de vias públicas	-	-	-	-	-	-
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	3.915,60	-	-	-	502.979,00
Implant. programa pampulha	-	-	-	-	-	-
Implement. e manutenção de conj. habit.	-	-	-	-	-	-
Incubadoras de empresas	-	-	-	-	-	200.006,00
Investimento da SLU	-	-	-	-	-	-
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	-
Manutenção de áreas de lazer e esport.	183.204,77	72.610,74	100.474,29	30.065,68	18.818,38	655.762,53
Manutenção de parques e jardins	38.073,14	58.834,26	543,79	45.416,85	4.985,39	670.857,19
Manutenção de próprios - educação	10.266,56	140.809,73	114.062,43	65.712,99	56.352,74	2.951.680,33
Manutenção de vias públicas	380.087,19	358.200,66	104.664,92	173.686,46	163.745,80	4.264.315,23
Melhorias urbanas em favelas	12.696,41	198.342,82	21.008,20	264.501,66	153.756,93	1.600.361,34
Obras de manutenção /não estruturantes	-	20.345,96	-	1.000.000,00	411.949,64	3.524.142,26
Operação sistemas transporte e trânsito	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da Fund. Zoobotânica	-	-	-	-	-	34.598,14
Programação a cargo da SUDECAP	150.515,94	136.722,63	149.623,36	102.861,62	215.110,05	1.499.604,51
Reaparelhamento	-	-	-	-	-	4.000,00
Transferencia instituições privadas	80.084,82	126.019,00	4.000,00	-	-	1.058.806,82
Transposições viárias urbanas	-	-	-	-	-	-
Total	4.641.790,43	4.686.247,85	5.625.302,90	4.238.066,55	7.385.196,66	77.426.816,78

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

	(continuação)						
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1999							
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	-	-	354.361,20	-	0,80	-	-
Aquisição, const. e readaptação imóveis	871.891,03	372.413,50	45.547,00	-	268.636,00	-	490.420,18
Conservação de vias urbanas	2.208.741,97	1.104.451,23	1.610.550,78	1.304.790,89	1.088.892,92	771.093,12	1.834.552,95
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	-	2.006,00	-	195.932,83	69.425,00	125.928,00	419.419,00
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. centros profiss.	10.124,00	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	741,00	5.076,00	770,00	240.924,14	220,00	134.049,00	478.005,00
Const., ampl. e ref. de cemitérios	12.917,37	671,15	-	11.408,52	-	-	-
Const., ampl. e ref. de centros culturais	12.203,00	132,00	3.153,00	2.506,16	5.156,00	21.600,00	59.111,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	112.188,00	51.130,00	3.375,00	205.849,68	627,00	45.876,00	4.181,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	15.989,01	34.408,16	528,00	86.817,95	11.676,00	3.078,00	23.059,00
Const., ampl. e ref. de Unid.. de ensino	308.217,88	257.328,62	167.003,00	437.023,72	405.149,54	689.261,17	851.994,48
Contribuição ao fundo de transporte urbano	-	393.478,10	950.885,07	-	15.636,83	-	12.129.352,73
Drenagem e canalização	5.966.643,71	742.983,21	3.735.670,97	3.111.470,53	1.765.473,31	2.181.277,35	3.759.595,49
Drenagem e desassoreamento de lagoas	1.088.874,80	120.319,00	111.597,00	-	-	-	-
Expansão do sistema de tratamento de lixo	-	-	-	-	-	-	-
Fundo assist. social	-	-	-	9.658,00	-	-	-
Fundo criança e adolescente	998,50	-	-	-	1.191,25	6.869,74	-
Fundo de merenda escolar	-	3.900,00	-	-	-	-	-
Fundo de saúde	-	-	-	-	-	-	-
Fundo defesa ambiental	-	-	-	-	-	-	-
Fundo municipal de saúde - orç. participativo	-	-	-	-	-	216.406,70	53.855,13
Fundo Parque das Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	1.794,15
Fundos/habitação popular	-	-	-	-	-	-	-
Galeria do arruadas	334.380,56	-	-	-	1.120.311,97	3.096,00	26.142,10
Implant. de habitações populares	1.098.694,99	3.691.499,34	633.705,11	918.049,03	1.511.575,88	1.699.695,70	1.449.397,01
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	695.415,71	-	-	-	474.526,19	-	-
Implant. e pavimentação de vias publicas	7.143.335,59	1.370.980,42	1.166.844,91	1.481.491,94	1.877.722,27	3.650.052,02	1.705.695,36
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-	-
Implant. programa pampulha	432.619,21	6.632,44	397.379,95	-	370.813,14	19.765,00	32.983,00
Implement. e manutenção de conj. habit.	-	-	-	-	-	112.000,00	-
Incubadoras de empresas	-	-	-	-	-	-	-
Investimento da SLU	-	-	60.623,00	-	-	40.000,00	1.172,00
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção de parques e jardins	423.091,72	116.006,49	97.868,15	124.170,27	62.850,26	194.284,11	182.535,25
Manutenção de próprios - educação	15.913,84	11.438,18	9.307,56	9.017,14	18.297,59	9.713,35	27.912,68
Manutenção de vias públicas	392.695,78	3.526,28	349.609,79	25.046,93	242.624,88	133.560,92	218.605,59
Melhorias urbanas em favelas	891.666,60	410.482,73	232.786,93	511.149,93	492.414,54	647.900,92	564.965,29
Obras de manutenção /não estruturantes	1.308.312,70	877.353,97	213.028,40	348.481,07	463.568,77	228.461,45	310.050,81
Operação sistemas transporte e transito	588.050,36	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da Fund. Zoobotânica	-	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da SUDECAP	-	16.615.281,57	-	-	-	-	-
Reaparelhamento	343.525,66	85.117,12	381.295,93	80.613,95	129.049,33	129.457,59	267.436,55
Transferencia instituições privadas	-	-	-	-	20.000,00	-	20.000,00
Transposições viárias urbanas	91.686,00	150.018,68	-	48.270,66	141.000,00	23.583,00	7.980,00
Total	24.368.918,99	26.426.634,19	10.525.890,75	9.152.673,34	10.556.839,47	11.087.009,14	24.920.215,75

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1999						
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	53.931,00	3.680,00	-	-	-	57.611,00
Aporte de capital	481.575,82	302.236,36	394.487,71	666.293,84	-	2.198.955,73
Aquisição, const. e readaptação imóveis	112.782,82	-	-	-	215.425,00	2.377.115,53
Conservação de vias urbanas	376.827,15	2.250.685,06	440.686,66	200.218,93	354.686,96	13.546.178,62
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	158.324,00	71.000,00	-	-	-	1.042.034,83
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. centros profiss.	-	-	-	-	-	10.124,00
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	859.785,14
Const., ampl. e ref. de cemitérios	-	2.738,00	-	-	998,00	28.733,04
Const., ampl. e ref. de centros culturais	104.699,00	-	-	-	-	208.560,16
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	3.167,00	3.179,00	-	-	-	429.572,68
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	5.790,00	1.949,00	-	-	1.740,00	185.035,12
Const., ampl. e ref. de Unid. de ensino	261.466,93	38.245,85	50.968,48	31.722,28	11.045,67	3.509.427,62
Contribuição ao fundo de transporte urbano	1.320.740,19	-	21.227.499,22	1.128.388,39	5.473.521,22	42.639.501,75
Drenagem e canalização	218.481,14	827.184,01	1.738.092,07	411.978,58	218.709,62	24.677.559,99
Drenagem e desassoreamento de lagoas	-	-	-	-	-	1.320.790,80
Expansão do sistema de tratamento de lixo	-	-	-	-	-	-
Fundo assist. social	3.460,00	-	175.651,57	109.370,40	31.382,46	329.522,43
Fundo criança e adolescente	70.479,75	38.110,95	-	1,93	-	117.652,12
Fundo de merenda escolar	-	-	-	-	-	3.900,00
Fundo de saúde	185.129,49	-	-	-	-	185.129,49
Fundo defesa ambiental	-	-	-	-	-	-
Fundo municipal de saúde - orç. participativo	47.600,00	8.853,18	-	-	-	326.715,01
Fundo Parque das Mangabeiras	-	-	-	-	-	1.794,15
Fundos/habitação popular	-	-	-	-	-	-
Galeria do arrudas	-	120.573,36	507.067,95	-	-	2.111.571,94
Implant. de habitações populares	1.043.745,86	607.817,01	452.339,12	382.962,44	119.688,77	13.609.170,26
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	1.169.941,90
Implant. e pavimentação de vias públicas	361.147,92	85.920,00	420.191,76	2.034.182,13	660.368,46	21.957.932,78
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-
Implant. programa pampulha	33.549,00	-	-	-	-	1.293.741,74
Implement. e manutenção de conj. habit.	-	-	-	538.217,74	-	650.217,74
Incubadoras de empresas	-	-	-	-	-	-
Investimento da SLU	10.000,00	-	-	-	-	111.795,00
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	-
Manutenção de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	-
Manutenção de parques e jardins	6.779,19	50.883,54	17.930,22	6.939,60	8.940,00	1.292.278,80
Manutenção de próprios - educação	57.102,88	10.121,50	25.113,76	7.845,00	13.205,85	214.989,33
Manutenção de vias públicas	39.535,00	4.862,56	59.785,22	17.868,00	39.569,66	1.527.290,61
Melhorias urbanas em favelas	554.358,53	214.359,24	153.508,57	268.351,88	48.411,32	4.990.356,48
Obras de manutenção /não estruturantes	557.438,71	288.100,30	255.878,48	171.413,26	66.116,78	5.088.204,70
Operação sistemas transporte e trânsito	-	-	-	-	-	588.050,36
Programação a cargo da Fund. Zoobotânica	-	76.145,86	26.274,14	-	-	102.420,00
Programação a cargo da SUDECAP	-	-	-	-	-	16.615.281,57
Reaparelhamento	258.932,87	1.074.505,68	169.535,31	100.636,13	74.830,38	3.094.936,50
Transferencia instituições privadas	80.000,00	40.000,00	20.000,00	40.000,00	-	220.000,00
Transposições viárias urbanas	9.650,00	-	-	-	-	472.188,34
Total	6.416.694,25	6.121.150,46	26.135.010,24	6.116.390,53	7.338.640,15	169.166.067,26

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)							
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
2000							
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	421.383,00	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	3.605.914,68	42.911,91	-	-	-	1.019.878,98	-
Aquisição, const. e readaptação imóveis	1.695.536,00	23.794,00	362.553,00	692.576,73	1.431.613,00	41.361,00	-
Conservação de vias urbanas	9.167.095,65	1.768.530,39	2.041.299,52	2.497.903,27	1.594.108,27	587.626,82	174.677,00
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	651.359,00	124.898,00	104.971,03	89.421,00	149.859,58	216.284,00	-
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref.centros profiss.	-	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	662.560,00	8.324,00	196.864,67	345.855,03	165.190,95	201.283,00	-
Const., ampl. e ref. de cemitérios	145.393,00	26.912,00	-	3.328,00	-	-	-
Const., ampl. e ref. de centros culturais	309.865,00	40.729,00	-	-	-	65.467,00	-
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	94.540,00	112.510,50	-	10.145,96	66.019,00	173.297,00	-
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	40.339,00	-	84.001,37	12.519,10	5.132,63	-	-
Const., ampl. e ref. de Unid.. de ensino	1.632.988,48	66.363,00	368.552,38	533.484,27	866.617,95	140.116,00	-
Contribuição ao fundo de transporte urbano	-	-	-	-	140.427,00	108,00	-140.535,00
Drenagem e canalização	11.001.549,00	1.562.438,86	3.247.554,13	3.391.738,57	2.053.809,62	4.657.619,00	3.493.958,15
Drenagem e desassoreamento de lagoas	325.363,00	15.884,00	-	29.780,00	-	-	-
Expansão do sistema de tratamento de lixo	-	-	221.549,90	106.288,00	34.215,00	86.715,00	-
Fundo assist. social	-	-	-	-	1.746,89	506,12	-
Fundo criança e adolescente	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de merenda escolar	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de saúde	-	-	-	-	51.247,79	18.975,12	34.162,64
Fundo defesa ambiental	-	-	-	-	-	-	-
Fundo municipal de saúde - orç. participativo	-	104.200,00	316.485,62	118.380,42	508.095,65	1.088.127,00	166.076,63
Fundo Parque das Mangabeiras	-	-	-	-	-	-	-
Fundos/habitação popular	-	-	-	-	-	-	-
Galeria do arrudas	154.952,05	242.353,21	27.268,42	11.614,90	494,62	9.317,00	23.393,00
Implant. de habitações populares	4.053.990,33	572.673,02	2.035.003,23	500.481,24	1.217.892,15	356.487,60	467.391,29
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-	-
Implant. e pavimentação de vias públicas	11.236.024,32	23.188,84	2.693.864,57	1.937.834,74	2.176.955,74	2.527.190,97	53.230,64
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-	-
Implant. programa pampulha	562.877,00	-	21.924,00	55.543,78	72.516,00	107.613,00	-
Implement. e manutenção de conj. habit.	-	-	-	-	-	-	-
Incubadoras de empresas	-	-	-	-	-	-	-
Investimento da SLU	45.500,00	10.000,00	-	-	-	30.000,00	-
Investimento URBEL	32.477,70	5.500,00	-	20.000,00	-	-	70.000,00
Manutenção de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção de parques e jardins	2.065.847,62	366.893,83	351.738,90	213.342,82	610.964,56	243.950,25	260.570,95
Manutenção de próprios - educação	369.148,65	117.926,74	84.590,18	47.159,50	108.961,85	34.396,65	48.036,94
Manutenção de vias públicas	711.215,96	80.361,93	45.200,59	100.718,25	59.310,85	385.597,73	115.248,83
Melhorias urbanas em favelas	3.543.658,58	431.760,28	1.498.360,47	108.734,34	1.136.378,10	1.487.129,88	529.070,29
Obras de manutenção /não estruturantes	650.207,25	193.690,97	97.776,71	109.347,12	324.876,58	322.497,57	379.409,93
Operação sistemas transporte e trânsito	-	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da Fund. Zoobotânica	-	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da SUDECAP	19.581.460,26	-	-	-	-	-	-
Reaparelhamento	968.058,66	639.689,13	44.076,48	386.392,65	196.921,72	57.192,09	147.882,39
Transferencia instituições privadas	20.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-
Transposições viárias urbanas	56.318,00	70.577,00	-	18.869,74	-	77.148,00	20.423,39
Total	73.805.622,19	6.712.110,61	13.843.635,17	11.341.459,43	12.973.355,50	13.935.884,78	5.842.997,07

Tabela 5.7 - Despesas pagas com investimentos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(conclusão)						
DESCRIÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2000						
Ampl. do sistema de tratamento do lixo	-	-	-	-	-	421.383,00
Aporte de capital	-	-	-	-	-	4.668.705,57
Aquisição, const. e readaptação imóveis	17.014,00	-	17.357,00	-	-	4.281.804,73
Conservação de vias urbanas	336.533,00	3.348.347,03	2.295.741,00	-	-	23.811.861,95
Const. e ampl. praças, parques e canteiros	252.886,00	-	11.689,00	-	-	1.601.367,61
Const. e ref. de feiras e mercados	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. centros profiss.	-	-	-	-	-	-
Const., ampl. e ref. de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	1.580.077,65
Const., ampl. e ref. de cemitérios	-	-	-	-	-	175.633,00
Const., ampl. e ref. de centros culturais	-	-	-	-	-	416.061,00
Const., ampl. e ref. de Unid. de assist. social	-	-	-	-	-	456.512,46
Const., ampl. e ref. de Unid. de saúde	-	-	-	-	-	141.992,10
Const., ampl. e ref. de Unid. de ensino	71.449,00	-	486,00	-	-	3.680.057,08
Contribuição ao fundo de transporte urbano	-	-	7.487.262,35	-	-	7.487.262,35
Drenagem e canalização	3.883.833,78	-	1.810.217,28	-	-	35.102.718,39
Drenagem e desassoreamento de lagoas	-	-	-	-	-	371.027,00
Expansão do sistema de tratamento de lixo	-	-	-	-	-	448.767,90
Fundo assist. social	-	57.636,00	-	-	-	59.889,01
Fundo criança e adolescente	-	-	15.856,00	-	-	15.856,00
Fundo de merenda escolar	-	-	-	-	-	-
Fundo de saúde	690,09	33.764,98	-	-	-	138.840,62
Fundo defesa ambiental	-	-	-	-	-	-
Fundo municipal de saúde - orç. participativo	123.005,43	227.562,18	655.559,45	-	-	3.307.492,38
Fundo Parque das Mangabeiras	-	1.859,98	8.258,00	-	-	10.117,98
Fundos/habitação popular	-	-	-	-	-	-
Galeria do amudás	3.190,00	-	-	-	-	472.583,20
Implant. de habitações populares	1.044.815,69	550.000,00	351.611,22	-	-	11.150.345,77
Implant. do Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-
Implant. e pavimentação de vias públicas	201.072,23	1.604.563,12	1.059.189,00	-	-	23.513.114,17
Implant. Jardim Botânico da Pampulha	-	-	-	-	-	-
Implant. programa pampulha	-	-	-	-	-	820.473,78
Implement. e manutenção de conj. habit.	-	-	-	-	-	-
Incubadoras de empresas	-	-	-	-	-	-
Investimento da SLU	-	-	-	-	-	85.500,00
Investimento URBEL	-	-	-	-	-	127.977,70
Manutenção de áreas de lazer e esport.	-	-	-	-	-	-
Manutenção de parques e jardins	172.453,68	179.260,45	281.354,05	-	-	4.746.377,11
Manutenção de próprios - educação	28.834,30	133.927,06	84.350,64	-	-	1.057.332,51
Manutenção de vias públicas	134.143,87	327.461,44	222.813,59	-	-	2.182.073,04
Melhorias urbanas em favelas	453.802,50	53.990,00	352.397,92	-	-	9.595.282,36
Obras de manutenção /não estruturantes	473.974,94	540.309,61	20.906,38	-	-	3.112.997,06
Operação sistemas transporte e transitio	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da Fund. Zoobotânica	-	-	-	-	-	-
Programação a cargo da SUDECAP	-	-	-	-	-	19.581.460,26
Reaparelhamento	84.298,43	251.951,18	471.265,75	-	-	3.247.728,48
Transferencia instituições privadas	20.000,00	-	-	-	-	100.000,00
Transposições viárias urbanas	29.735,97	-	23.365,00	-	-	296.437,10
Total	7.331.732,91	7.310.633,03	15.169.679,63	-	-	168.267.110,32

Fonte: PBH. SMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.
 (1) Dados até outubro/2000.

Despesas pagas com Serviço da Dívida

Tabela 5.8 - Despesas pagas - serviço da dívida
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

DESCRÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997													
Encargos	-	3.158.881,23	2.985.349,41	4.122.384,97	2.190.067,57	2.766.522,77	4.388.278,29	12.640.077,88	3.176.395,29	5.303.658,33	4.026.403,39	4.545.638,22	49.303.457,35
Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	12.032.546,37	1.125.274,08	4.168.490,90	11.224.773,83	2.989.139,31	1.385.415,09	9.357.404,12	1.296.309,75	1.825.147,51	999.917,28	2.945.379,64	49.349.797,88
Encargos s/ antecipação da receita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	15.191.227,60	4.110.623,49	8.290.875,87	13.414.841,40	5.755.662,08	5.773.693,38	21.997.482,00	4.472.705,04	7.128.805,84	5.026.320,67	7.491.017,86	98.653.255,23
1998													
Encargos	-	4.218.771,44	2.058.318,51	4.489.572,19	2.650.940,88	2.200.677,20	3.519.617,18	3.524.933,66	3.380.368,27	6.523.236,62	4.063.689,04	3.479.454,23	40.109.579,22
Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	1.573.491,74	858.023,84	2.249.728,48	9.860.062,61	3.083.053,74	1.132.945,91	976.563,20	975.215,78	2.691.675,99	1.036.354,67	1.701.658,62	26.138.774,58
Encargos s/ antecipação da receita	-	2.979.667,48	-	-	-	53.405,70	52.496,91	818.390,31	302.023,69	212.094,13	563.848,23	303.986,05	5.285.912,50
Total	-	8.771.930,66	2.916.342,35	6.739.300,67	12.511.003,49	5.337.136,64	4.705.060,00	5.319.887,17	4.657.607,74	9.427.006,74	5.663.891,94	5.485.098,90	71.534.266,30
1999													
Encargos	-	6.014.984,21	2.195.082,79	6.138.740,61	2.199.836,29	2.251.553,26	2.203.670,29	2.270.753,18	2.196.360,25	3.956.271,31	2.214.919,46	4.993.714,04	36.635.885,69
Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	2.198.923,66	1.132.919,16	4.059.038,97	1.209.204,95	2.373.603,59	1.380.763,91	1.186.834,51	1.209.482,02	4.497.054,23	1.218.056,54	2.657.360,96	23.123.242,50
Encargos s/ antecipação da receita	-	293.339,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	293.339,52
Total	-	8.507.247,39	3.328.001,95	10.197.779,58	3.409.041,24	4.625.156,85	3.584.434,20	3.457.587,69	3.405.842,27	8.453.325,54	3.432.976,00	7.651.075,00	60.052.467,71
2000													
Encargos	1.859.407,98	1.734.309,10	2.115.225,70	7.490.713,44	2.129.872,21	2.341.727,05	2.268.299,44	2.338.508,38	2.314.562,74	6.886.319,53	-	-	31.478.945,57
Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	1.391.163,30	6.743.213,66	850.951,33	4.599.030,67	1.113.758,43	2.353.245,11	902.146,91	914.520,81	923.018,94	4.528.087,24	-	-	24.319.136,40
Encargos s/ antecipação da receita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.250.571,28	8.477.522,76	2.966.177,03	12.089.744,11	3.243.630,64	4.694.972,16	3.170.446,35	3.253.029,19	3.237.581,68	11.414.406,77	-	-	55.798.081,97

Fonte: PBH. SMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.
(¹) Dados até outubro/2000.

Despesas não reclassificadas

Tabela 5.9 - Despesas não reclassificadas
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000⁽¹⁾

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1997													
Demais Despesas	-	-	198,00	827,10	243,00	486,00	-	-	480.000,00	-	-	1.500.000,00	1.981.754,10
1998													
Demais Despesas	-	-	265,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265,50
1999													
Demais Despesas	-	-	-	-	-	-	-	163,80	526,57	-	-	-	690,37
2000													
Demais Despesas	709.086,00	-	-	-	-	38,32	38,32	38,32	67,06	1.140,00	-	-	710.408,02

Fonte: PBH, SMPL, Relatórios Gerenciais, 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Despesas das Unidades Orçamentárias de PBH

**Tabela 5.10 Síntese das despesas pagas por unidade orçamentária
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹**

(continua)

DESCRIÇÃO	PESSOAL	CUSTEIO	REPASSES A FUNDOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	INVESTIMENTO	TOTAL
1997						
Adm. Regional Barreiro	23.897.374,72	1.622.360,59	-	-	100.674,00	25.620.409,31
Adm. Regional Centro Sul	16.551.469,36	1.325.323,03	-	-	703.487,20	18.580.279,59
Adm. Regional Leste	17.582.424,61	1.000.412,70	-	-	625,50	18.583.462,81
Adm. Regional Nordeste	24.067.640,86	1.342.917,78	-	-	110.828,14	25.521.386,78
Adm. Regional Noroeste	21.080.302,82	1.038.216,52	-	-	55.994,33	22.174.513,67
Adm. Regional Norte	13.856.500,40	1.126.925,08	-	-	100.190,35	15.083.615,83
Adm. Regional Oeste	17.245.268,09	930.449,57	-	-	192.854,31	18.368.571,97
Adm. Regional Pampulha	13.085.172,03	733.601,24	-	-	821.672,07	14.640.445,34
Adm. Regional Venda Nova	27.463.206,64	1.299.784,20	-	-	62.027,57	28.825.018,41
Assessoria Comunicação Social	726.463,78	2.164.588,85	-	-	2.727,10	2.893.779,73
Assistência Militar	26.832,06	11.619,49	-	-	230,42	38.681,97
Auditoria Geral do Município	682.266,67	25.993,68	-	-	367,00	708.627,35
Corregedoria Geral Município	386.214,47	21.523,46	-	-	42,00	407.779,93
Enc. Gerais do Município - SMAD	81.528.411,67	4.713.910,07	-	-	-	86.242.321,74
Enc. Gerais do Município - SMFA	4.556.848,00	7.044.544,93	-	90.134.687,43	3.999.999,86	105.736.080,22
Enc. Gerais do Município - SMPL	-	-	74.877.885,28	8.518.567,80	60.826.436,97	144.222.890,05
FMSA - Fundo Mun. Assistência Social	62.307,85	4.305.937,54	-	-	60.074,76	4.428.320,15
FMSA/ARB	7.961.172,24	1.132.172,82	-	-	112.840,23	9.206.185,29
FMSA/ARCS	8.982.888,33	1.056.312,78	-	-	2.519,18	10.041.720,29
FMSA/ARL	8.148.507,71	1.790.496,88	-	-	6.675,70	9.945.680,29
FMSA/ARN	8.818.770,80	904.597,90	-	-	237.788,43	9.961.157,13
FMSA/ARNE	7.426.159,33	1.058.246,04	-	-	18.577,92	8.502.983,29
FMSA/ARNO	9.549.165,60	1.553.889,75	-	-	219.357,22	11.322.412,57
FMSA/ARO	7.833.028,46	1.330.509,04	-	-	101.836,44	9.265.373,94
FMSA/ARP	3.875.019,68	559.625,06	-	-	-	4.434.644,74
FMSA/ARVN	6.943.289,09	773.204,01	-	-	146.747,17	7.863.240,27
FTU - Fundo de Transporte Urbano	-	-	-	-	-	-
Fundação Zoobotânica	1.575.795,94	1.505.459,37	-	-	85.543,58	3.166.798,89
Fundo Abastecimento	-	21.509,12	-	-	-	21.509,12
Fundo Abastecimento Alimentar	-	-	-	-	-	-
Fundo Merenda Escolar	-	4.647.023,13	-	-	79.168,60	4.726.191,73
Fundo Mun. Habitação Popular	-	1.208.399,99	-	-	6.576.120,86	7.784.520,85
Fundo Mun. Calamidade Pública	-	42.151,82	-	-	-	42.151,82
Fundo Mun. Criança e Adolescente	214.920,00	1.718.890,47	-	-	104.307,90	2.038.118,37
Fundo Mun. de Saúde	6.150.844,73	259.022.735,71	-	-	1.282.335,76	266.455.916,20
Fundo Mun. de Habitação Popular	-	-	-	-	-	-
Fundo Mun. Defesa Ambiental	-	-	-	-	1.900,00	1.900,00
Fundo Mun. Projetos Culturais	-	-	-	-	-	-
Fundo Oper. Parque Mangabeiras.	-	838.115,82	-	-	7.708,59	845.824,41
Gabinete do Prefeito	1.079.045,65	274.141,96	-	-	27.495,93	1.380.683,54
Gabinete do Vice Prefeito	10.626,39	51.632,00	-	-	203,40	62.461,79
HOB	26.794.820,85	10.960.013,53	-	-	20.867,00	37.775.701,38
Procuradoria Geral Município	3.815.566,10	264.516,74	-	-	2.602,60	4.082.685,44
Secret. Mun. Abastecimento	1.885.469,94	3.441.387,31	6.378.978,32	-	80.600,82	11.786.436,39
Secret. Mun. Adm.	13.683.123,31	3.827.015,89	-	-	88.950,69	17.599.089,89
Secret. Mun. Ativ. Urbanas	4.611.463,93	9.839.477,02	-	-	2.216.796,75	16.667.737,70
Secret. Mun. da Fazenda	13.345.905,36	7.938.636,76	-	-	4.057,50	21.288.599,62
Secret. Mun. Assuntos da Com. Negra	-	-	-	-	-	-
Secret. Mun. de Cultura	2.217.855,29	2.716.628,87	-	-	5.777,63	4.940.261,79
Secret. Mun. de Educação	3.750.408,60	6.291.151,14	-	-	346.143,86	10.387.703,60
Secret. Mun. de Esportes	1.216.608,24	723.393,91	-	-	7.323,89	1.947.326,04
Secret. Mun. de Governo	1.812.293,10	466.767,85	40.000,00	-	5.369,93	2.324.430,88
Secret. Mun. de Governo	-	-	-	-	-	-
Secret. Mun. de Indústria, Comércio	759.057,46	293.314,65	-	-	3.276,50	1.055.648,61
Secret. Mun. de Meio Ambiente	3.954.587,61	2.498.300,73	3.167.508,36	-	41.384,74	9.661.781,44
Secret. Mun. de Planejamento	1.361.780,81	731.379,62	-	-	30.397,90	2.123.558,33
Secret. Mun. de Saúde	6.854,53	-	392.664.366,69	-	1.804.733,65	394.475.954,87
Secret. Mun. Desenvolvimento Social	4.535.208,70	5.127.494,45	6.682.081,53	-	82.674,91	16.427.459,59
SLU	26.101.541,59	27.202.051,65	-	-	435.227,37	53.738.820,61
SUDECAP	-	-	-	-	-	-

Tabela 5.10 Síntese das despesas pagas por unidade orçamentária
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000¹

(continuação)

DESCRIÇÃO	PESSOAL	CUSTEIO	REPASSES A FUNDOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	INVESTIMENTO	TOTAL
1998						
Adm. Regional Barreiro	27.120.601,69	2.384.107,66	-	-	87.494,19	29.592.203,54
Adm. Regional Centro Sul	16.140.591,97	1.992.638,63	-	-	2.230.349,08	20.363.579,68
Adm. Regional Leste	18.091.919,74	1.576.375,53	-	-	71.021,55	19.739.316,82
Adm. Regional Nordeste	27.358.319,99	1.763.330,56	-	-	150.520,05	29.272.170,60
Adm. Regional Noroeste	21.040.883,64	1.505.338,77	-	-	159.605,97	22.705.828,38
Adm. Regional Norte	13.937.230,48	1.495.999,32	-	-	578.825,09	16.012.054,89
Adm. Regional Oeste	17.242.743,92	1.309.535,31	-	-	426.820,50	18.979.099,73
Adm. Regional Pampulha	13.280.572,87	1.109.393,00	-	-	953.287,78	15.343.253,65
Adm. Regional Venda Nova	30.160.475,67	1.937.699,31	-	-	371.713,64	32.469.888,62
Assessoria Comunicação Social	736.774,56	5.299.856,58	-	-	7.633,10	6.044.264,24
Assistência Militar	63.223,98	19.085,04	-	-	1.008,50	83.317,52
Auditoria Geral do Município	750.374,32	44.675,84	-	-	890,00	795.940,16
Corregedoria Geral Município	473.216,42	34.648,64	-	-	3.818,00	511.683,06
Enc. Gerais do Município - SMAD	90.341.372,42	7.029.438,77	-	-	-	97.370.811,19
Enc. Gerais do Município - SMFA	5.238.307,00	-	959.815,00	63.479.501,69	-	76.212.549,96
Enc. Gerais do Município - SMPL	-	-	129.655.241,33	8.054.764,61	68.795.179,92	206.505.185,86
FMSA-Fundo Mun. Assistência Social	133.339,19	10.835.540,51	-	-	32.577,66	11.001.457,36
FMSA/ARB	7.917.082,45	1.025.837,18	-	-	983,74	8.943.903,37
FMSA/ARCS	9.100.202,94	1.122.174,05	-	-	82.986,60	10.305.363,59
FMSA/ARL	8.357.610,36	1.727.882,52	-	-	1.664,00	10.087.156,88
FMSA/ARN	9.110.440,22	858.129,54	-	-	25.308,72	9.993.878,48
FMSA/ARNE	7.287.244,85	954.958,95	-	-	12.152,13	8.254.355,93
FMSA/ARNO	9.581.757,22	1.472.991,73	-	-	21.938,62	11.076.687,57
FMSA/ARO	7.954.852,65	1.258.478,22	-	-	997,00	9.214.327,87
FMSA/ARP	3.954.867,46	561.520,78	-	-	10,00	4.516.398,24
FMSA/ARVN	7.097.919,90	832.445,18	-	-	-	7.930.365,08
FTU-Fundo de Transporte Urbano	-	-	-	-	5.322.348,84	5.322.348,84
Fundação Zoobotânica	1.734.068,05	1.647.849,32	-	-	93.018,28	3.474.935,65
Fundo Abastecimento	-	-	-	-	-	-
Fundo Abastecimento Alimentar	-	116.846,46	-	-	-	116.846,46
Fundo Merenda Escolar	-	5.605.761,43	-	-	3.885,00	5.609.646,43
Fundo Mun. Habitação Popular	-	1.194.641,66	-	-	8.036.234,06	9.230.875,72
Fundo Mun. Calamidade Pública	-	11.222,43	-	-	-	11.222,43
Fundo Mun. Criança e Adolescente	-	661.020,60	-	-	151.935,30	812.955,90
Fundo Mun. de Saúde	5.808.001,77	250.268.256,10	-	-	1.356.072,82	257.432.330,69
Fundo Mun. de Habitação Popular	-	-	-	-	-	-
Fundo Mun. Defesa Ambiental	-	2.964,74	-	-	-	2.964,74
Fundo Mun. Projetos Culturais	-	-	-	-	-	-
Fundo Oper. Parque Mangabeiras.	-	979.156,52	-	-	5.027,42	984.183,94
Gabinete do Prefeito	1.098.978,42	658.262,75	-	-	43.668,85	1.800.910,02
Gabinete do Vice Prefeito	36.066,88	82.731,07	-	-	62,65	118.860,60
HOB	28.840.857,97	7.084.020,95	-	-	52.923,46	35.977.802,38
Procuradoria Geral Município	3.791.715,95	331.967,37	-	-	39.659,40	4.163.342,72
Secret. Mun. Abastecimento	2.098.065,35	4.606.549,89	4.286.121,93	-	14.702,73	11.005.439,90
Secret. Mun. Adm.	12.445.253,83	5.474.658,22	-	-	112.427,29	18.032.339,34
Secret. Mun. Ativ. Urbanas	4.647.898,25	12.340.061,07	-	-	908.893,69	17.896.853,01
Secret. Mun. da Fazenda	12.536.504,49	12.281.474,84	-	-	141.175,78	24.959.155,11
Secretaria Mun. Assuntos da Com. Negra	31.075,75	42.953,34	-	-	-	74.029,09
Secret. Mun. de Cultura	2.349.181,77	5.635.860,55	-	-	104.796,59	8.089.838,91
Secret. Mun. de Educação	3.393.803,99	12.882.315,48	-	-	796.661,00	17.072.780,47
Secret. Mun. de Esportes	1.259.144,38	1.028.711,68	-	-	44.954,40	2.332.810,46
Secret. Mun. de Governo	1.912.703,04	823.993,52	20.000,00	-	32.799,57	2.789.496,13
Secret. Mun. de Governo	-	-	-	-	-	-
Secret. Mun. de Indústria. Comércio	810.685,14	768.843,35	-	-	4.463,60	1.583.992,09
Secret. Mun. de Meio Ambiente	3.958.898,20	3.311.082,06	4.396.702,13	-	56.136,30	11.720.818,69
Secret. Mun. de Planejamento	1.388.181,92	2.094.376,36	-	-	56.421,13	3.538.979,41
Secret. Mun. de Saúde	-	362.069,06	352.940.472,50	-	842.590,81	354.145.132,37
Secret. Mun. Desenvolvimento Social	4.581.561,78	1.359.108,02	13.307.209,77	-	389.235,62	19.637.115,19
SLU	24.649.974,67	30.270.556,13	-	941.565,68	114.384,44	55.976.480,92
SUDECAP	13.764.979,48	3.676.272,97	-	8.054.764,61	25.763.964,69	51.259.981,75

Tabela 5.10 Síntese das despesas pagas por unidade orçamentária
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000

(continuação)

DESCRIÇÃO	PESSOAL	CUSTEIO	REPASSES A FUNDOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	INVESTIMENTO	TOTAL
1999						
Adm. Regional Barreiro	31.999.314,56	2.531.960,41	-	-	201.385,53	34.732.660,50
Adm. Regional Centro Sul	19.969.915,38	2.581.097,12	-	-	1.681.272,24	24.232.284,74
Adm. Regional Leste	22.254.609,43	1.605.395,45	-	-	237.949,98	24.097.954,86
Adm. Regional Nordeste	31.075.283,58	1.959.785,64	-	-	292.266,77	33.327.335,99
Adm. Regional Noroeste	23.984.133,74	1.447.852,87	-	-	189.036,93	25.621.023,54
Adm. Regional Norte	17.458.006,36	1.384.000,51	-	-	538.937,37	19.380.944,24
Adm. Regional Oeste	20.129.317,97	1.242.785,35	-	-	358.372,04	21.730.475,36
Adm. Regional Pampulha	16.655.092,91	1.055.760,64	-	-	1.025.420,97	18.736.274,52
Adm. Regional Venda Nova	34.073.977,75	1.811.657,79	-	-	262.861,26	36.148.496,80
Assessoria Comunicação Social	875.962,80	5.406.122,69	-	-	17.498,71	6.299.584,20
Assistência Militar	74.047,17	17.683,95	-	-	7.079,00	98.810,12
Auditoria Geral do Município	901.694,60	31.000,69	-	-	7.210,00	939.905,29
Corregedoria Geral Município	527.933,32	17.319,83	-	-	311,00	545.564,15
Enc. Gerais do Município - SMAD	11.616.326,34	8.526.727,23	-	-	-	20.143.053,57
Enc. Gerais do Município - SMFA	1.808.372,69	42.178.351,22	-	50.555.240,94	2.198.955,73	96.740.920,58
Enc. Gerais do Município - SMPL	-	-	124.671.710,65	9.497.226,77	154.462.278,39	288.631.215,81
FMSA-Fundo Mun. Assistência Social	92.779,29	16.880.763,10	-	-	110.129,86	17.083.672,25
FMSA/ARB	9.200.459,35	1.041.449,86	-	-	354,99	10.242.264,20
FMSA/ARCS	10.354.699,99	1.196.495,45	-	-	78,00	11.551.273,44
FMSA/ARL	9.679.325,82	1.671.605,83	-	-	-	11.350.931,65
FMSA/ARN	10.442.400,15	889.251,82	-	-	-	11.331.651,97
FMSA/ARNE	8.158.014,33	827.545,74	-	-	14.257,81	8.999.817,88
FMSA/ARNO	10.682.218,15	1.457.293,31	-	-	1.637,90	12.141.149,36
FMSA/ARO	9.325.807,89	1.232.434,71	-	-	-	10.558.242,60
FMSA/ARP	4.513.645,12	544.854,98	-	-	-	5.058.500,10
FMSA/ARVN	8.166.275,96	801.792,25	-	-	1.730,00	8.969.798,21
FTU-Fundo de Transporte Urbano	-	13.462.443,36	-	-	6.894.118,59	20.356.561,95
Fundação Zoobotânica	1.896.374,11	1.617.101,84	-	-	280.578,84	3.794.054,79
Fundo Abastecimento	-	-	-	-	-	-
Fundo Abastecimento Alimentar	-	122.831,89	-	-	-	122.831,89
Fundo Merenda Escolar	-	4.411.530,52	-	-	-	4.411.530,52
Fundo Mun. Habitação Popular	-	1.963.219,51	-	-	10.809.727,32	12.772.946,83
Fundo Mun. Calamidade Pública	-	32.634,61	-	-	-	32.634,61
Fundo Mun. Criança e Adolescente	-	991.600,66	-	-	21.340,04	1.012.940,70
Fundo Mun. de Saúde	7.385.832,80	270.090.777,29	-	-	480.493,25	277.957.103,34
Fundo Mun. de Habitação Popular	-	-	-	-	-	-
Fundo Mun. Defesa Ambiental	-	6.906,22	-	-	-	6.906,22
Fundo Mun. Projetos Culturais	-	152.000,00	-	-	-	152.000,00
Fundo Oper. Parque Mangabeiras.	-	1.060.951,98	-	-	1.454,00	1.062.405,98
Gabinete do Prefeito	1.248.970,19	472.995,64	-	-	34.907,94	1.756.873,77
Gabinete do Vice Prefeito	39.095,56	84.193,39	-	-	198,00	123.486,95
HOB	28.844.109,04	9.223.131,00	-	500.098,61	535.011,84	39.102.350,49
Procuradoria Geral Município	4.498.241,40	595.399,21	-	-	87.248,90	5.180.889,51
Secret. Mun. Abastecimento	2.674.553,60	4.946.118,51	4.990.095,88	-	50.540,80	12.661.308,79
Secret. Mun. Adm.	16.702.010,86	3.253.061,99	-	-	178.381,43	20.133.454,28
Secret. Mun. Ativ. Urbanas	5.410.788,84	11.470.711,91	-	-	3.407.746,72	20.289.247,47
Secret. Mun. da Fazenda	16.048.550,34	7.752.830,19	-	-	152.242,97	23.953.623,50
Secretaria Mun. Assuntos da Com. Negra	350.126,74	362.047,41	-	-	2.606,00	714.780,15
Secret. Mun. de Cultura	2.776.801,55	5.425.235,02	200.000,00	-	124.233,25	8.526.269,82
Secret. Mun. de Educação	5.237.717,76	16.081.281,94	-	-	2.226.255,13	23.545.254,83
Secret. Mun. de Esportes	1.625.323,64	1.444.628,17	-	-	21.575,90	3.091.527,71
Secret. Mun. de Governo	2.483.521,24	1.173.663,86	19.800,00	-	21.593,25	3.698.578,35
Secret. Mun. de Governo	-	-	-	-	-	-
Secret. Mun. de Indústria, Comércio	986.292,67	780.633,82	-	-	222.885,00	1.989.811,49
Secret. Mun. de Meio Ambiente	4.792.462,73	3.876.418,10	4.663.044,77	-	147.882,60	13.479.808,20
Secret. Mun. de Planejamento	1.654.583,02	2.121.859,13	-	-	45.461,40	3.821.903,55
Secret. Mun. de Saúde	88.411.013,98	825.245,72	330.371.550,17	-	511.844,50	420.119.654,37
Secret. Mun. Desenvolvimento Social	5.957.012,21	1.267.133,46	21.059.294,53	-	449.627,55	28.733.067,75
SLU	25.176.178,12	26.361.935,99	-	-	374.978,82	51.913.092,93
SUDECAP	14.705.681,54	4.623.774,47	-	9.497.226,77	73.828.262,36	102.654.945,14

**Tabela 5.10 Síntese das despesas pagas por unidade orçamentária
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - 1997-2000**

(conclusão)

DESCRIÇÃO	PESSOAL	CUSTEIO	REPASSES A FUNDOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	INVESTIMENTO	TOTAL
2000						
Adm. Regional Barreiro	24.331.087,86	3.168.553,02	-	-	1.172.259,83	28.671.900,71
Adm. Regional Centro Sul	14.808.915,09	3.270.074,18	-	-	3.081.832,38	21.160.821,65
Adm. Regional Leste	16.403.869,61	1.870.987,53	-	-	342.174,32	18.617.031,46
Adm. Regional Nordeste	22.906.528,48	2.155.875,25	-	-	291.235,32	25.353.639,05
Adm. Regional Noroeste	17.716.434,16	1.834.756,03	-	-	1.094.696,03	20.645.886,22
Adm. Regional Norte	12.977.316,30	1.548.970,77	-	-	793.795,99	15.320.083,06
Adm. Regional Oeste	14.832.271,14	1.396.972,71	-	-	777.876,33	17.007.120,18
Adm. Regional Pampulha	12.468.164,72	1.367.067,39	-	-	1.167.774,65	15.003.006,76
Adm. Regional Venda Nova	25.204.561,25	2.160.775,14	-	-	534.461,90	27.899.798,29
Assessoria Comunicação Social	647.420,99	6.619.914,66	-	-	21.815,80	7.289.151,45
Assistência Militar	54.132,47	14.276,78	-	-	7.814,90	76.224,15
Auditoria Geral do Município	616.058,39	43.029,30	-	-	1.417,00	660.504,69
Corregedoria Geral Município	408.647,31	25.017,41	-	-	4.678,60	438.343,32
Enc. Gerais do Município SMAD	11.942.264,15	9.257.316,37	-	-	-	21.199.580,52
Enc. Gerais do Município – SMFA	381,88	36.888.365,68	-	48.162.026,24	4.668.705,57	89.719.479,37
Enc. Gerais do Município SMPL	-	-	-	7.636.055,73	145.619.700,56	305.196.095,06
FMSA-Fundo Mun. Assistência Social	80.719,57	15.405.537,30	-	-	127.723,48	15.613.980,35
FMSA/ARB	6.070.780,90	1.224.694,03	-	-	-	7.295.474,93
FMSA/ARCS	6.427.904,24	1.029.736,10	-	-	7.975,00	7.465.615,34
FMSA/ARL	6.130.610,82	1.467.717,14	-	-	33.735,08	7.632.063,04
FMSA/ARN	6.534.423,92	839.123,77	-	-	46.132,52	7.419.680,21
FMSA/ARNE	5.235.005,55	964.641,21	-	-	50.580,92	6.250.227,68
FMSA/ARNO	6.689.695,65	1.435.012,35	-	-	34.837,41	8.159.545,41
FMSA/ARO	5.979.497,48	1.291.101,10	-	-	-	7.270.598,58
FMSA/ARP	2.910.597,74	524.745,47	-	-	6.018,60	3.441.361,81
FMSA/ARVN	5.104.434,87	866.299,68	-	-	172.011,67	6.142.746,22
FTU-Fundo de Transporte Urbano	-	12.683.046,01	-	-	3.077.398,47	15.760.444,48
Fundação Zoobotânica	1.285.257,10	1.601.679,28	-	-	189.016,39	3.075.952,77
Fundo Abastecimento	-	-	-	-	-	-
Fundo Abastecimento Alimentar	-	942.018,63	-	-	764,84	942.783,47
Fundo Merenda Escolar	-	4.076.806,54	-	-	54.895,64	4.131.502,18
Fundo Mun. Habitação Popular	-	-	-	-	-	-
Fundo Mun. Calamidade Pública	-	82.988,59	-	-	-	82.988,59
Fundo Mun. Criança e Adolescente	-	897.236,06	-	-	50.000,00	947.236,06
Fundo Mun. de Saúde	4.520.320,14	244.867.906,05	-	-	275.411,18	249.663.637,37
Fundo Mun. de Habitação Popular	-	1.370.970,14	-	-	10.199.771,26	11.570.741,40
Fundo Mun. Defesa Ambiental	-	-	-	-	-	-
Fundo Mun. Projetos Culturais	-	1.056.182,34	-	-	-	1.056.182,34
Fundo Oper. Parque Mangabeiras.	-	762.481,40	-	-	10.117,98	772.599,38
Gabinete do Prefeito	880.447,56	575.300,80	-	-	16.988,30	1.472.736,66
Gabinete do Vice Prefeito	37.115,90	91.338,83	-	-	-	128.454,73
HOB	21.891.270,42	10.559.447,54	-	15.376,49	249.798,81	32.715.893,26
Procuradoria Geral Município	3.150.620,32	917.663,89	-	-	15.313,00	4.083.597,21
Secret. Mun. Abastecimento	1.469.751,05	4.779.316,67	1.838.759,63	-	12.677,35	8.100.504,70
Secret. Mun. Adm.	8.851.924,26	3.665.002,61	-	-	699.249,33	13.216.176,20
Secret. Mun. Ativ. Urbanas	3.932.954,90	11.031.473,80	-	-	1.742.746,37	16.707.175,07
Secret. Mun. da Fazenda	12.800.821,07	7.435.883,43	-	-	199.300,56	20.436.005,06
Secretaria Mun. Assuntos da Com. Negra	288.812,08	414.226,12	-	-	27.333,00	730.371,20
Secret. Mun. de Cultura	2.123.646,91	6.878.440,22	1.498.512,90	-	105.418,30	10.606.018,33
Secret. Mun. de Educação	4.319.706,83	18.497.642,72	-	-	1.761.089,53	24.578.439,08
Secret. Mun. de Esportes	1.403.227,64	1.978.362,46	-	-	165.871,55	3.547.461,65
Secret. Mun. de Governo	1.953.162,17	2.076.110,96	126.000,00	-	36.029,01	4.191.302,14
Secret. Mun. de Governo	-	1.140,00	-	-	-	1.140,00
Secret. Mun. de Indústria. Comércio	703.056,28	594.555,77	-	-	115.138,20	1.412.750,25
Secret. Mun. de Meio Ambiente	3.621.967,11	4.288.135,46	4.343.062,83	-	247.927,63	12.501.093,03
Secret. Mun. de Planejamento	1.211.807,64	1.730.202,01	-	-	19.711,00	2.961.720,65
Secret. Mun. de Saúde	62.008.202,04	-	264.148.617,56	-	3.446.333,00	329.603.152,60
Secret. Mun. Desenvolvimento Social	4.583.865,33	1.269.216,18	21.427.656,06	-	75.745,01	27.356.482,58
SLU	21.140.282,45	28.227.870,30	-	254.848,51	163.093,60	49.786.094,86
SUDECAP	14.201.709,93	25.050.119,75	-	7.633.593,11	69.356.500,97	116.241.923,76

Fonte: PBH. SMPL. Relatórios Gerenciais. 2000.

(1) Dados até outubro/2000.

Relação de Fontes

B

Banco Central do Brasil

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
30170-001 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3253-7268 - Fax: 3335-9941

C

Centro de Estatística e Informação da Fundação João Pinheiro

Rua Alameda das Acácias, 70 - São Luís
31275-150 – Belo Horizonte Minas Gerais
Tel.: 3448-9717 - Fax: 34489612

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Curitiba, 832 – 9º andar
30170-120 - Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3279-9100 - Fax.: 3201-3657

Centro de Operações Policiais Militares do Comando de Policiamento da Capital da PMMG

Rua da Bahia , 2115 – Bairro de Lourdes
30160-012 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3239-2693

Companhia Energética de Minas Gerais

Av. Barbacena, 120
30190-130 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3349-2505 - Fax: 3219-225

Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525
30330-270 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3250-1621 - Fax: 3250-1847

Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais

Rua Guajajaras, 1.984 – Barro Preto
30180-101 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3295-7146 - Fax: 3295-4026

D

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Av. Andradas 1.120
30120-010 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3235-1417 - Fax: 3235-1032

Departamento Estadual de Trânsito/MG

Av. João Pinheiro, 417
30130-180 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3236-3645 - Fax: 3236-3577

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/Escritório Regional de Minas Gerais

Rua Curitiba, 1.269 – 9º andar
30170-121 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3222-9395 - Fax: 3222-9787

E

Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos

Rua Guajajaras, 40 - 21º andar
30180-910 – Belo Horizonte
Tel.: 3249-2114 - Fax: 3249-2137

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

Aeroporto da Pampulha
Praça Bagatelle, 204 – Bairro Aeroporto
31270-700
Tel.: 3490-2000 - Fax: 3490-2155

Aeroporto Internacional Tancredo Neves
33500-900 – Confins – Minas Gerais
Tel.: 3689-7790 - Fax: 3689-2791

F

Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - Departamento de Economia

Rua Curitiba, 561- Centro
30170-120 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3201-3266 - Fax: 3212-4376

Fundação João Pinheiro

Alameda das Acácias 70 - São Luiz
31.275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Tel.: 3448 9706 - Fax: 3448 9698

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/ São Paulo

Av. Casper Líbero, 464
01033-000 – São Paulo
Tel.: 3224-1600 - Fax: 3224-1750

G

Granbel

Rua Matias Cardoso, 11 - 4º andar - Sto. Agostinho
30170-050 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3279-3422

I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rua Oliveira,523 – Cruzeiro
30310-150 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3223-0554 - Fax: 3223-3381

Instituto de Geociências/UFMG - Centro de Sensoriamento Remoto

Av. Antônio Carlos, 6.627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3499-2501 - Fax: 3499-2525

Instituto de Geociências Aplicadas

Rua Itambé, 49 – Floresta
30150-150 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3213-4981 - Fax: 3201-1840

Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

Rua Curitiba,832 – 12º andar
30170-120 - Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3201-2722

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Av. Pres. Antonio Carlos, 51
20020-010 – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3804-8000 - Fax: (21) 240-1920

M

Ministério da Agricultura e Abastecimento - Instituto Nacional de Meteorologia - 5º Distrito de Meteorologia,

Av. do Contorno, 8.159 – Santo Agostinho
30110-120 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3297-1500 - Fax: 3291-1493

P

Polícia Militar de Minas Gerais

Rua Bahia 2115, 5 andar - Lourdes
30160-012 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3239-2300 - Fax: 3201-9452

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Av. Dom José Gaspar 500 – Coração Eucarístico
30.535-610 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3319-4444 - Fax.: 3319-4225

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Rua Itambé, 227 – Floresta
30150-150 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: (31) 3277-4666 - Fax (31) 3277-4663

Associação Municipal de Assistência Social

Av. Afonso Pena, 4.000 – térreo
30130-009 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-5164 - Fax: 3277-5286

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

Av. Contorno, 6.664 – 4º andar
30110-110 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-6390 - Fax: 3277-6405

Departamento de Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Planejamento

Av. Afonso Pena 1.212 – 4º andar - sala 418
30130-003 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4256
Fax: 3277-4074

Departamento de Planejamento e Coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento

Av. Afonso Pena 1.212 – 4º andar - sala 418
30130-003 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4256
Fax: 3277-4074

Departamento de Inspeção Financeira da Secretaria Municipal da Fazenda

Av. Afonso Pena,1.212 – sala 318
30130-003 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4043 - Fax: 3277-4047

Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

Av. Presidente Carlos Luz, 1275
CEP 31230-000 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-8379 - Fax: 3277-7290

Empresa de Transporte e Transito de Belo Horizonte

Av. Engenheiro Carlos Goulart, s/nº - port. 3 da Mendes Junior – Buritis
30455-700 – Belo Horizonte
Tel.: 3379-5514 - Fax: 3379-5513

Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

Rua Aimorés, 981 – 5º andar – Funcionários
30140-072 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-9705 - Fax: 3277-9740

Núcleo de Epidemiologia/SMSA

Av. Afonso Pena, 2.336 – 9º andar
30130-007 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-7767 - Fax: 3277-7766

Secretaria Municipal da Fazenda

Av. Afonso Pena, 1.212
30130-003 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4442 - Fax: 3277-4034

Secretaria Municipal de Abastecimento

Av. Álvares Cabral, 200 – 13º andar
30170-000 - Belo Horizonte – MG
Tel.: 3277-4875 - Fax: 3277-4783

Secretaria Municipal de Administração

Av. Álvares Cabral, 200 – Sala 301
30170-000 - Belo Horizonte - MG
Tel.: 3277-4005 - Fax: 3277-4091

Secretaria Municipal de Atividades Urbanas

Av. Afonso Pena, 4000 – 5º andar
30130-009 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-5058 - Fax: 3277-5056

Secretaria Municipal de Cultura

Av. dos Andradas,367 – 2º andar – Ed. Central
30120-010 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4620 - Fax: 3277-4621

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Rua Tupis, 149 13º andar
130190-070 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-6920 - Fax: 3277-4563

Secretaria Municipal de Educação

Rua Carangola, 288 – 7º andar
30330-240 - Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-8592 - Fax: 3277-8660

Secretaria Municipal de Esportes

Av. Álvares Cabral, 200 – 5º andar
30170-000 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4818 - Fax: 3277-4744

Secretaria Municipal de Governo

Av. Afonso Pena, 1.212 - Sala 228
30130-003 - Belo Horizonte - MG
Tel.: 3277-4020

Secretaria Municipal da Indústria e Comércio

Av. Afonso Pena, 4.000 - 5º andar
30130-009 - Belo Horizonte – MG
Tel.: 3277-5141 - Fax: 3277-5081

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Av. Afonso Pena, 4000 – 6º andar
30130-009 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-5184 - Fax: 3277-5017

Secretaria Municipal de Planejamento

Av. Afonso Pena, 1.212 – 4º andar
30130-003 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4445 - Fax: 3277-4047

Secretaria Municipal de Saúde

Av. Afonso Pena, 2.336 – 13º andar
30130-007 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-7756 - Fax: 3277-7821

Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra

Av. Álvares Cabral, 200 – 4º andar
30170-000 - Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-4848 - Fax: 3277-4264

Superintendência de Desenvolvimento da Capital

Av. do Contorno, 5.454 – 8º andar – Funcionários
30110-100 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-8001 - Fax: 3277-8007

Superintendência de Limpeza Urbana

Rua Tenente Garro, 118 – 10º andar – Santa Efigênia
30240-360 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3277-9342 - Fax: 3277-9373

S**Secretaria Estadual da Fazenda**

Rua Rio de Janeiro, 341 – Centro
30160-040 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3270-6800

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais

Rua Marília de Dirceu, 226 – 3º andar – Lourdes
30170-090 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3275-1666 - Fax: 3292-5161

SINE – MG / SETASCAD

Rua Martim de Carvalho, 94 – Santo Agostinho
30190-090 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3292-2000 - Fax: 3275-2799

Tribunal Regional Eleitoral/MG

Av. Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim
30380-000 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Tel.: 3298-1152 - Fax: 3298-1185

Referências

Bibliográficas Gerais

- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Belo Horizonte*: Lei de uso e ocupação do solo-estudos básicos. Belo Horizonte: 1995. 247p.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. BHTRANS. *Relatório mensal do movimento de passageiros na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1993-2000. v. Relatório mensal.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Fazenda. *Relatório da arrecadação de INSS por código de atividade econômica*: 1993-2000. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ditmpl@pbh.gov.br> de agosto a dezembro 2000.
- _____. *Relatório da arrecadação de ITBI*. Belo Horizonte: 1993-2000 .v.
- _____. Departamento do Tesouro. *Acumulados dos pagamentos*. Belo Horizonte 1993-2000. v. Relatório mensal.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Abastecimento. *Relatório de atividades 1997-1998-1999*. Belo Horizonte: [2000]. 36p
- _____. *Relatório de atividades 1993-1996*. Belo Horizonte: [1997]. s. p.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Atividades Urbanas. *Relatório mensal da emissão de Certidões de Baixa e Habite-se no município de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1993-2000. Relatório mensal.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Departamento de Informações Técnicas. *1º Censo de população de rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [1998]. 74p.
- _____. *IQVU Índice de Qualidade de Vida Urbana*. Belo Horizonte: [1996]. 31p.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Informações Técnicas. *Perfil de Belo Horizonte 1985*. Belo Horizonte: [1985]. 166p.
- _____. *Perfil de Belo Horizonte 1984*. Belo Horizonte: [1984]. 98p.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Departamento de Financiamento e Repasses. *Relatório mensal de Controle, Financiamento de Obras Delegadas - PROSAM*: comprovação de aplicação de despesas. Belo Horizonte: 1993-2000. v. Relatório mensal.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Desenvolvimento da Capital. *Relatório de atividades - agosto de 2000*. Belo Horizonte: 2000. 83p.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana *Relatório anual 1999*. Belo Horizonte: 2000. 119p.
- _____. *Relatório de estatística e análise*. Belo Horizonte: 2000. 65p.
- BOLETIM ECONÔMICO. Belo Horizonte: SINDUSCON-MG, 1993-2000. Mensal.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. *Boletim Estatístico de Pessoal. Despesa de Pessoal da União*. Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/publicações/boletim/index_sg.htm>.
- CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE. *Termômetro de vendas*. Belo Horizonte: 1993-2000. v. Relatório mensal.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte. Coordenadoria de Planejamento. *Recursos orçamentários de investimentos aplicados no metrô de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1993-2000. Relatório mensal. Edição Fac-similar.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS. Superintendência de Planejamento e Controle. *Dados gerais - abastecimento de água em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1993-2000. v. Relatório mensal. Edição Fac-similar.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Superintendência de Distribuição Centro. Departamento de Distribuição Centro. *Mercado de BH por Agência*. 1993-2000. Relatório mensal.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, 1993-2000.
- CP2. CONSULTORIA, PESQUISA E PLANEJAMENTO. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte*: dados básicos do domicílio – geral. Belo Horizonte: 1998. 66p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte*: dados básicos do domicílio – regional Barreiro. Belo Horizonte: 1998. 51p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte*: dados básicos do domicílio – regional Centro-Sul. Belo Horizonte: 1998. 52p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte*: dados básicos do domicílio – regional Leste. Belo Horizonte: 1998. 47p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.

- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte: dados básicos do domicílio – regional Nordeste*. Belo Horizonte: 1998. 45p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- CP2. CONSULTORIA, PESQUISA E PLANEJAMENTO. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte: dados básicos do domicílio – regional Noroeste*. Belo Horizonte: 1998. 48p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte: dados básicos do domicílio – regional Oeste*. Belo Horizonte: 1998. 48p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte: dados básicos do domicílio – regional Pampulha*. Belo Horizonte: 1998. 45p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- _____. *Infra-estrutura das favelas de Belo Horizonte: dados básicos do domicílio – regional Venda Nova*. Belo Horizonte: 1998. 48p. Pesquisa de caracterização sócio-econômica. Relatório estatístico.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AERO PORTUÁRIA – INFRAERO. Superintendência do Aeroporto de Belo Horizonte. *Aeroporto de Belo Horizonte: movimento operacional*. Belo Horizonte: 1993-2000. v. Relatório mensal. Edição Fac- similar.
- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Pesquisa conjuntural do comércio varejista da RMBH: levantamento mensal do Departamento de Economia*. Belo Horizonte: 1993-2000. v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais: metodologia*. Belo Horizonte: 1996. 1v.
- HADDAD, Paulo Roberto. *Contabilidade social e economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 1v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1996*. Rio de Janeiro: 1997. v. 56.
- _____. *Matriz insumo- produto: tabela de oferta e demanda da produção nacional*. Rio de Janeiro: 1985. 1v.
- _____. *Sistema de contas nacionais consolidadas*. Rio de Janeiro: 1990. 1v. (Relatórios Metodológicos, 8).
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda. *Relatório de totais de notas fiscais emitidas no município*. Belo Horizonte: 1994-1996. v.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A system of national accounts*. New York: 1968. 1v.
- PAULA, João Antônio (Coord.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997. 671p.
- PLANEJAR BH. Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, v. 2, n. 8, ago., 2000.
- _____. Orçamento Participativo Cidade. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, v. 2, n. 6, fev., 2000.
- SILVA, A. B. O. *Matriz de insumo- produto do nordeste 1980/1985: Metodologia*. s. n. t.
- SILVA, J. A. B.; LOCATELLI, R. L. A. *A matriz de insumo - produto de Minas Gerais*: Belo Horizonte: BDMG, 1991. 1v. Texto avulso.
- SUMA ECONÔMICA. Tabela de atualização de ativos do Índice Geral de Preços. Rio de Janeiro: FGV, 1993-2000.
- TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS. *Relatório do faturamento; impostos e participações de terceiros*. Belo Horizonte: 1993-1998. v.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Instituto de Geociências. Departamento de Geologia. *Estudos geológicos, hidrogeológicos, geotécnicos e geoambientais integrados no município de Belo Horizonte*: Relatório final. Belo Horizonte: PBH/SMPL; FUNDEP, 1995. 1v.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. IPEAD. *Índice de preços ao consumidor amplo de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 2000. v. Relatório mensal. Edição Fac- similar.
- WONG, Laura Rodríguez; PERPÉTUO, Ignez H. Oliva. A fecundidade das Minas Gerais nos anos 90: estabilidade e convergência no nível de reposição. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2000, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000. v. 2, p. 721-747.

Agradecimentos Especiais

Alessandra de Resende – FJP

Alexandre M. A. Diniz – IGC/UFMG

Aléxia Luciana Ferreira - SMPL

Amaro da Silva Júnior – DOPL/SMPL

Ana Lúcia Macedo Ribeiro – SMED/Bolsa Escola

Ângelo Rizzo Neto – Prodabel /SIUS-B

Antônio Carlos Ferreira Carvalho - IPEAD

Aurora Maria de Castro D. da Silva – DPCPL/SMPL

Carlos Antônio Gonçalves de Jesus – DNPM

Carlos Augusto de Almeida Dias - COMPUR

Célio Bousada – BHTRANS

Claudia Julio Ribeiro – Orçamento Participativo/SMPL

Claudinéia F. Jacinto – Orçamento Participativo/SMPL

Clélio Campolina Diniz – CEDEPLAR/FACE/UFMG

Coronel Severo Augusto da Silva Neto – COPOM/PMMG

Cristiane Barreto Napoli – SMDS/Programa Liberdade Assistida

Cristiane Duarte Trindade – SMED/Bolsa Escola

Délcio Antônio Duarte – SMAU

Edward Alvares de Campos Abreu – DNPM

Elizabeth Milward Leitão – SMED/Bolsa Escola

Elizabeth Tavares Dias – SMACON

Eugênio Angelo Arreguy Amado – IGA

Fernando Antônio Amoni - SMPL

Fernando Moraes Fontanela – BACEN

Flávia Mourão Parreira do Amaral – SMAU

Frederico Poley Martins Ferreira – DPCPL/SMPL

Geraldo William de Oliveira Soares – Prodabel

Gerson Evangelista Silva – Aeroporto de Belo Horizonte

Gilberto Carlos Circunde – TER/MG

Gilberto Marques – BHTRANS/GECET

Guillermo Atilio Abraham Godoy - SMPL

Gustavo Adolfo de Castro - SMPL

Ieda Maria Vasconcelos – SINDUSCON/MG

Ignéz H. Oliva Perpétuo

Ivana Arruda Silveira Saraiva – URBEL

Janete Maria Ferreira – SMSA

João Afonso Baetas – DER/MG

João Antônio de Paula – CEDEPLAR/FACE/UFMG

João Clímaco Soares de Mendonça Filho – SUDECAP/Grupo Gerencial de Saneamento

João da Cruz Jardim da Cunha – Prodabel

José Eduardo Penha Amorim – Prodabel

José Henrique Fialho – Orçamento Participativo / SMPL

Juliana Maria Simões Campos – DPCPL/SMPL

Karla Albuquerque Borges – Prodabel

Laura Affonso de Castro – SMED

Laura Rodríguez Wang – CEDEPLAR /FACE/UFMG

Lázara Maria Lemos - AMAS

Leila Menegase – IGC/UFMG

Lenira Rueda Tibúrcio - Orçamento Participativo/SMPL

Leonardo José Magalhães Gomes

Lourival Werneck – CEMIG

Lúcia Fantinel – IGC/UFMG

Lúcia Maria Gonçalves Salgado – IGA

Luís Ladéia – Instituto de Nacional de Meteorologia

Luiz Henrique de Oliveira Cunha – Orçamento Participativo/SMPL

Marcelo de Araújo Rodrigues - EBCT

Marcelo de Souza R. Machado – DPCPL/SMPL

Márcia Mourão Parreira Vital – SMMA

Marcos Antônio Nunes – IGA

Marcos Antônio Nunes - IGA

Maria Angélica dos Sales Dias – SMSA

Maria Auxiliadora de Miranda Vieira - COMPUR

Maria Auxiliadora Gomes– Orçamento Participativo/SMPL

Maria Auxiliadora Vasconcellos Furtado – SMSA/SUS

Maria Céres Pimenta Spínola Castro - SMED

Maria Cristina de Matos Almeida – SMSA

Maria Cristina Fonseca Magalhães – URBEL

Maria de Fátima Dias Teodoro – EMBRATEL

Maria do Socorro Alves Lemos – SMSA

Maria Inês Pedrosa Nahas – PUC-MG	Rodrigo Rocha de Assis – DPCPL/SMPL
Maria Sílvia de Almeida Paz – DPCPL/SMPL	Rodrigo Santos Nogueira – BACEN
Marina Coelho Xavier – DFRPL - SMPL	Ronaldo Guimarães Gouveia – DER/MG
Mario Velloso Costa – IPEAD	Rosana Baccarini – SMPL
Marlene Silva Melillo – DAFPL/SMPL	Rose Cará – EBCT
Maurício A. S. Moreira – URBEL/OP Vilas e Favelas	Sabrina Chaves Moraes Faria - PRODABEL
Maurício Borges Lemos – CEDEPLAR/FACE/UFG	Sergio Antônio Tomich – SMMA/DPJ
Mírian Loureiro Dolabella – DOPL/SMPL	Sergio Lopes – Belotur
Moisés Machado – SMAB	Silvana Araújo – Federação do Comércio de Minas Gerais
Mônica Maria Cadaval Bedê - COMPUR	Silvana Trigueiro S. Peres – SUDECAP/Plano Diretor de Drenagem
Mônica Tavares – SMC	Sílvio Dias Alkimim – Instituto Nacional de Meteorologia
Osmar Silveira Stangherlin – Prodabel	Taciana Lemos – Prodabel
Péricles Pereira Couto - SMES	Tânia Maria de Araújo Ferreira - COMPUR
Petter Figueiredo Gontijo – SMES	Tatiana Martins Mendes – BELOTUR
Rafaello Magni – DPCPL/SMPL	Valdir Vasconcelos – TELEMAR
Ralfo Matos – IGC/UFG	Valéria Almeida Dutra - SMACON
Regina Maria de Vasconcelos Costa - SMPL	Valéria de Oliveira Pires - BACEN
Ricardo Dalfarra – Magma Engenharia	Vilmar Oliveira de Jesus – SMDS/Programa População de Rua
Roberto Luís de Melo Monte-Mór – CEDEPLAR/FACE/UFG	Wanderley Ramalho - IPEAD
Roberto Neves Silva – Polícia Civil	